



André Luiz de Souza Castro

# **PRESERVANDO O EDIFÍCIO MODERNO**

Congresso  
Nacional



Universidade de Brasília  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação

André Luiz de Souza Castro

# Preservando o edifício moderno

Congresso Nacional

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof. Doutora **Sylvia Ficher**

Área de Concentração  
Teoria e História

Linha de Pesquisa  
Patrimônio e Preservação

Brasília  
2020

Capa  
Fotografia  
Congresso Nacional de Brasília  
Foto do autor

Diagramação: André Castro  
Revisão: Marina Ferreira

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC355p Castro, André Luiz de Souza  
Preservando o edifício moderno. Congresso Nacional /  
André Luiz de Souza Castro; orientador Sylvia Ficher. --  
Brasília, 2020.  
339 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)  
- Universidade de Brasília, 2020.

1. arquitetura. 2. preservação. 3. modernismo. 4.  
Congresso Nacional. 5. Brasília. I. Ficher, Sylvia, orient.  
II. Título.

Nome: **André Luiz de Souza Castro**

Título: **Preservando o edifício moderno. Congresso Nacional**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de doutor.

Aprovado em **8 de abril de 2020**

Banca Examinadora:

**Prof. Dra. Sylvia Ficher**  
Orientadora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade de Brasília

**Prof. Dr. Carlos Madson Reis**  
Examinador Externo  
Secretaria de Desenvolvimento e Habitação, Governo do Distrito Federal

**Prof. Dr. Silvio Oksman**  
Examinador Externo  
Escola da Cidade, São Paulo, SP

**Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti**  
Examinador Interno  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade de Brasília



# ERRATA



# DEDICATÓRIA

**Para**

Neides e Edmundo  
Virgínia  
Inácio e Maurício



# AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dra. Sylvia Ficher, por me guiar pelo mundo acadêmico desde o mestrado.

Ao Senado Federal, instituição na qual sou servidor e que apoiou a elaboração desta tese nos últimos dois anos. Aos diretores, coordenadores e colegas de trabalho que viabilizaram esse suporte, meu agradecimento especial.

A Juliano Carvalho e Sidney Carvalho, pela convivência profissional e pessoal, nos últimos dez anos, no Senado Federal e pelas entrevistas ao longo da pesquisa. Muitas das questões levantadas na tese foram construídas a partir da nossa atuação conjunta.

À Câmara dos Deputados, em especial aos colegas arquitetos, pelas entrevistas e informações indispensáveis à tese: Bruna Barbosa de Lima, Danilo Macedo, Diogo Andrade, Élcio Silva e Fabiano Sobreira. Ao arquivo da instituição, pela disponibilização de fotos históricas.

Ao arquiteto Anderson Schneider, pela entrevista e pela visita técnica no Supremo Tribunal Federal.

Ao professor Eduardo Rossetti e aos doutores Élcio Silva e Carlos Madson Reis, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação.

Aos professores, colegas discentes e servidores da secretaria do PPG-FAU-UNB, pelos debates, contribuições e apoios ao longo dos últimos quatro anos.

Aos professores Theodore Prudon e Jorge Otero-Pailos por proporcionarem a experiência como acadêmico visitante na Universidade de Columbia, em Nova York, bem como às professoras Erica Avrami e Bilge Kose pelo conhecimento compartilhado nas disciplinas e nas conversas.

Ao professor Dr. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Departamento de Antropologia/UnB), à professora Dra. Luci Oliveira (Departamento de Sociologia/UFSCar) e ao professor Dr. Paulo de Castro (IDP), por colaborarem na elaboração e no aperfeiçoamento do projeto de pesquisa.

A Klébert Gonçalves, pelo suporte em diversos momentos. À Marina Ferreira, pelo apoio de sempre e pela revisão da tese.

Às minhas irmãs, minhas cunhadas e cunhados, pelo incentivo.

Aos meus pais, Edmundo e Neides, minha esposa, Virgínia e meus filhos Inácio e Maurício por **tudo**. A eles dedico esta tese.



# RESUMO

A presente tese trata da preservação do edifício moderno, com o objetivo de realizar uma reflexão crítica a partir da prática dos arquitetos nessa atividade, com ênfase nos aspectos conceituais e metodológicos envolvidos. Primeiramente, foi necessário circunscrever o campo patrimonial, com relação a suas disposições teóricas e técnicas, suas estruturas sociais e seus agentes e, assim, identificar categorias próprias e representativas da prática. Em seguida, a preservação do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília/DF, projeto de Oscar Niemeyer construído entre 1957 e 1960 foi escolhida como a experiência prática que me permitiria problematizar a questão, não apenas por ser uma das obras de maior relevância na arquitetura moderna, mas por reunir um corpo de profissionais plenamente inserido no campo patrimonial. A pesquisa de cunho qualitativo, inspirada em práticas etnográficas, levou-me a reconhecer que o edifício patrimonial é, primordialmente, um *objeto político*, onde diversas forças incidem para fazer prevalecer os interesses dos agentes, sejam eles pessoas ou instituições, estabelecendo para a preservação um arranjo com disposições mais subjetivas do que objetivas. Nesse cenário, identifiquei dois vetores patrimoniais relacionados à maneira com a qual os agentes, especificamente os arquitetos, abordam o edifício, planejam e praticam a preservação: o *vetor prospectivo*, fundamentado na percepção do edifício desde o projeto em direção à situação concreta presente; e o *vetor retrospectivo*, que trilha o caminho inverso, da atualidade à concepção. Esses vetores, por um lado, são decorrentes de posições conceituais dos agentes no campo patrimonial e no campo da arquitetura, e por outro, trazem consequências para a própria conservação do edifício, oscilando as intervenções entre a permanência de valores culturais e as transformações necessárias para seu uso. Desta maneira, ao menos três desafios precisam ser enfrentados, dialogicamente, no processo de preservação do edifício moderno: lidar com a intersubjetividade e a condição do bem como objeto político; equacionar diferentes posições teóricas dos arquitetos envolvidos; e estabelecer o equilíbrio entre preservação e arquitetura, entre permanências e transformações.

## **Palavras-chave:**

Arquitetura; preservação; modernismo; Congresso Nacional; Brasília

# ABSTRACT

This is a study on the preservation of the modern buildings, with a critical reflection from the perspective of architects working with preservation, emphasizing the conceptual and methodological aspects of that craft. First, it was necessary to describe the historic preservation field in terms of its theoretical and technical dispositions, its social structures and its players and, doing so, to identify proper and representative categories of preservation. It follows with the preservation of the Palace of the National Congress, in the City of Brasília-Federal District. Designed by Oscar Niemeyer, it was built between 1957 and 1960. As a practical experience, it offers an opportunity to problematize the issue, not only because it is one of the most relevant works in modern architecture, but also for bringing together a team of specialists in historic preservation. The study is based on a qualitative research, inspired by ethnographic practices. It led me to recognize that a historic building is, primarily, a *political object*, where different forces affect the interests of the players, whether individuals or institutions, turning preservation into a more subjective than objective process. In such scenario, two types of preservation were identified with reference to the way in which the players, specifically the Architects, approach the building, how they plan and practice preservation: the *prospective approach*, based on the perception of the building from design to the actual present condition; and the *retrospective approach*, which follows the opposite direction, from present to design. On the one hand, those approaches are the result of the conceptual instance of the players in the fields of historic preservation and of Architecture. On the other hand, they bring on consequences to the very conservation of the building, setting the tone of interventions between the permanence of cultural values and the necessary transformations for its use. In a dialogical sense, the conservation process of modern buildings needs to overcome at least three challenges: dealing with the intersubjectivity and the condition of the building as a political object; normalizing different theoretical positions of the architects involved; and striking a balance between preservation and architecture, between permanencies and transformations.

## **Keywords:**

Architecture; historic preservation; Modern Movement; Palace of the National Congress; Brasilia

Eis o homem. Enfim. Fanfarras. Lágrimas de alegria. Felicitações. Discursos. Grinaldas e rufar de tambores. Forma-se longo cortejo de artesãos e sapateiros, sílex na mão, couro de veação nos ombros, seguidos de agricultores, feixes de trigo nos braços. Filósofos e assassinos, ironistas e trapaceiros entram em cena atrás deles. Um rumor de ovações alça-se até a sacada de onde ele cumprimenta a multidão. Que faz ele? Mantém-se ereto nas duas pernas, vira o rosto para o céu, defronta o polegar com os outros dedos, ri, canta, maneja instrumentos e joga criquete. Antes de tudo e sobretudo, porém, faz algo estranho: pensa

Jean D'ORMESSON (1996)



<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<i>Método e estrutura analítica.....</i>	<i>6</i>
<i>Considerações sobre a terminologia .....</i>	<i>9</i>
<i>Estrutura da tese.....</i>	<i>12</i>
<b>PARTE I.....</b>	<b>15</b>
CAPÍTULO 1 PRESERVAÇÃO E RESTAURO NO SÉCULO XX.....	19
<i>Restauro Crítico e Carta de Veneza .....</i>	<i>22</i>
<i>A antítese estadunidense.....</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO 2 O EDIFÍCIO MODERNO COMO OBJETO PATRIMONIAL.....	33
<i>Docomomo e a visão predominante nos anos 1990-2000 .....</i>	<i>34</i>
<i>Críticas e estabelecimento do estado-da-arte .....</i>	<i>56</i>
CAPÍTULO 3 CENÁRIO BRASILEIRO E CONTEXTO LOCAL.....	73
<i>Cenário Brasileiro .....</i>	<i>74</i>
<i>Contexto local: Brasília .....</i>	<i>78</i>
CAPÍTULO 4 CONFIGURAÇÃO DO ESTADO-DA-ARTE .....	85
<i>Encaminhamentos conceituais.....</i>	<i>89</i>
<b>PARTE II .....</b>	<b>95</b>
CAPÍTULO 5 CONGRESSO NACIONAL DE BRASÍLIA.....	97
<i>Projeto, construção e alterações .....</i>	<i>103</i>
<i>Tombamentos.....</i>	<i>119</i>
CAPÍTULO 6 PRESERVAÇÃO NA CÂMARA E NO SENADO.....	139
<i>Instituições e profissionais.....</i>	<i>140</i>
<i>Intervenções e práticas de preservação.....</i>	<i>147</i>
CAPÍTULO 7 CAMPO, OBJETO POLÍTICO E SUBJETIVIDADES.....	205
<i>O bem patrimonial como objeto político.....</i>	<i>208</i>
<i>Subjetividade e intersubjetividade.....</i>	<i>216</i>
<b>PARTE III.....</b>	<b>223</b>
CAPÍTULO 8 VETORES PATRIMONIAIS .....	227
<i>Vetor Prospectivo e Vetor Retrospectivo.....</i>	<i>232</i>
<i>Arquitetura e Preservação.....</i>	<i>247</i>
<i>Unidade e Fragmentação .....</i>	<i>250</i>
CAPÍTULO 9 MÉTODOS, SIGNIFICÂNCIA, VALORES E ATRIBUTOS .....	255
<i>Rigor metodológico e objetivação do processo subjetivo .....</i>	<i>257</i>
<i>Significância, valores e atributos.....</i>	<i>263</i>
<i>Considerações sobre alcances e limitações dos métodos .....</i>	<i>279</i>
CAPÍTULO 10 PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES .....	285
<i>Gestão de mudanças e os princípios da preservação .....</i>	<i>287</i>
<i>A relação dialógica entre preservar e transformar.....</i>	<i>295</i>
<i>Reflexões sobre a perenidade do edifício moderno .....</i>	<i>305</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>311</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>321</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>337</b>



# INTRODUÇÃO

A PRESERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS construídos no século XX, sob o signo do modernismo e de suas diversas correntes, vem sendo debatida nos últimos trinta anos, compondo o atual estado-da-arte que, por sua vez, não se resume a entendimentos sedimentados, mas possui uma série de questões conceituais em aberto.

Minha vivência de preservação do edifício moderno, proporcionada pela condição de arquiteto do Senado Federal, em Brasília, cargo que ocupo desde 2009, fez com que eu observasse que outras categorias teóricas e metodológicas, além dos pressupostos do campo da preservação, seriam igualmente determinantes e estariam em jogo na preservação desses edifícios. Essas disposições ora reforçariam certos princípios, ora os contestariam.

Na atuação prática, aos aspectos teóricos, somam-se as preconcepções trazidas pelo arquiteto em sua trajetória pessoal e profissional, bem como as características administrativas e de gestão da instituição responsável pelo bem e as peculiaridades da própria intervenção.

Com o intuito de entender a preservação dos edifícios modernos, reconheci a necessidade de ir além das discussões conceituais ou da análise de intervenções à luz apenas de instrumentos teóricos ou das cartas patrimoniais. Tornou-se fundamental prestar a atenção, na prática, em seus mecanismos internos e em sua própria relação com a teoria.

**O objeto** da pesquisa concentrou-se, portanto, na **preservação do edifício moderno**, tendo como recorte a atuação dos arquitetos nessa preservação. **O objetivo geral** foi realizar uma reflexão crítica a partir da prática com ênfase nos aspectos conceituais e metodológicos envolvidos.

Para atingir esse objetivo, fez-se necessário circunscrever o campo da preservação da arquitetura, tanto em seus aspectos conceituais e técnicos, quanto em sua estrutura social e nas relações entre seus agentes (pessoas e instituições); analisar o processo de preservação dos edifícios modernos a partir do ponto de vista dos arquitetos envolvidos e dos aspectos relacionados à ação prática desses agentes sobre o patrimônio; Identificar, no estudo dessas ações práticas, categorias próprias, representativas e relacionadas a aspectos conceituais e metodológicos para cotejá-las com o arcabouço existente.



A PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL EM BRASÍLIA, projeto de Oscar Niemeyer (1907-2012), construído entre 1957 e 1960, foi escolhida como a experiência prática que permitiria problematizar a questão da preservação, por ser uma das obras de maior relevância na arquitetura moderna brasileira. Minha relação profissional com o edifício, de mais de dez anos, como servidor público do Senado Federal, dar-me-ia a oportunidade

de uma análise mais profunda, mais extensa e mais íntima das atividades de preservação nesse edifício.

Outra característica determinante para essa escolha foi o fato de que o edifício é compartilhado por duas instituições independentes, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e que a gestão de sua preservação é realizada por duas equipes distintas. Nesse arranjo institucional peculiar, há uma espécie de determinação jurisdicional sobre o espaço físico, na qual cada órgão é responsável por uma porção específica do conjunto.

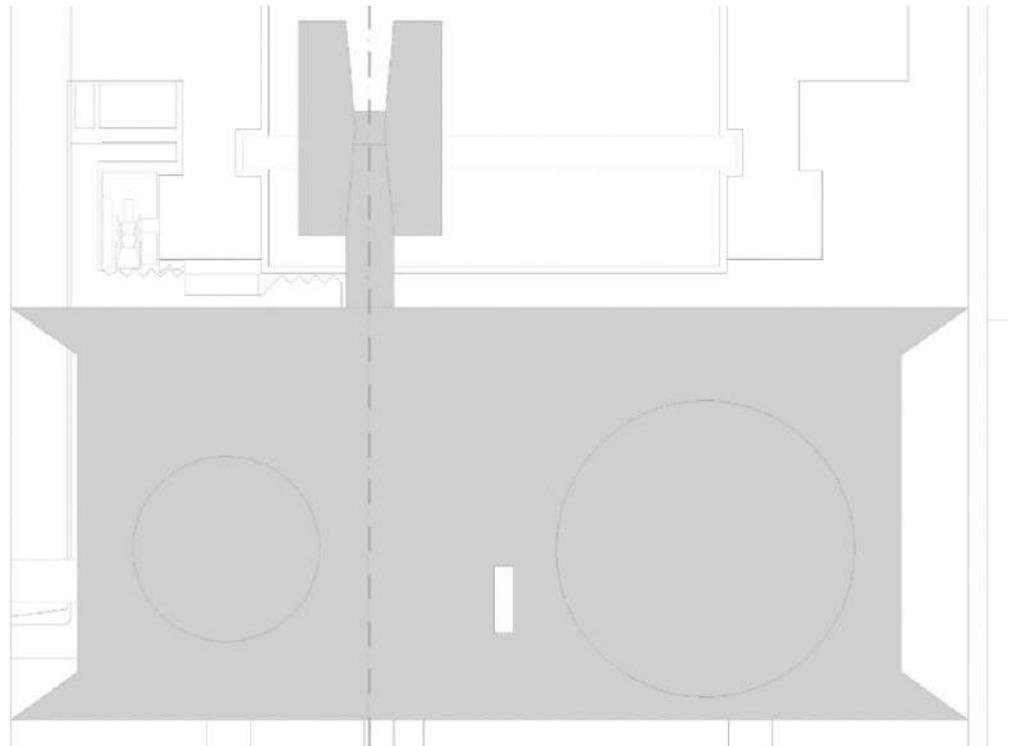


Figura 1 – Congresso Nacional, Brasília, DF. A divisão entre as áreas sob gestão do Senado (à esquerda da linha tracejada) e da Câmara dos Deputados (à direita). Ver Figura 41 a Figura 43, p.132 a 134, para uma demonstração mais precisa dessa divisão.

Notadamente com o tombamento provisório do Congresso Nacional, em 2007, tornou-se operacionalmente imprescindíveis o diálogo, a cooperação e a coordenação entre os órgãos, uma vez que decisões tomadas unilateralmente poderiam representar prejuízos relevantes ao conjunto edificado. Desta maneira, as ações conjuntas se tornaram mais frequentes e institucionalizadas, tratando não apenas de intervenções que podem ser classificadas como *restauro*, mas de questões relacionadas à gestão dos espaços, à zeladoria e à manutenção predial.

Para além dos conflitos gerenciais e administrativos provocados por esse arranjo, a coexistência de duas equipes, com estruturas e formações distintas, compostas por arquitetos com diversas trajetórias acadêmicas e profissionais, permitiria verificar, na prática da preservação, diferentes abordagens sobre um mesmo objeto. Ademais, a efetiva participação de diversos arquitetos das equipes da Câmara e do Senado no *campo*

*patrimonial*, para além da prática, seja no universo acadêmico, seja por filiação a instituições relacionadas à preservação, seria mais um fator que não apenas enriqueceria a discussão da temática que envolve a própria conservação do bem, como daria fundamentação à análise pretendida por esta tese.

A partir do contato com as ações de preservação e com os profissionais envolvidos, meu propósito foi o de identificar critérios, valores, premissas, conceitos e entendimentos que permeassem a atuação desses arquitetos, nas intervenções sobre o patrimônio moderno, que me possibilitasse um cotejamento com a teoria instituída, com o intuito de promover uma visão crítica do estado-da-arte do campo patrimonial em geral.



O ESTADO-DA-ARTE retrata mais de dois séculos de debates articulados e sistematizados sobre a preservação do patrimônio, consolidando, entre meados dos séculos XIX e XX, a concepção de patrimônio e de preservação, e estabelecendo a restauração como campo e como disciplina e os grandes eixos conceituais sobre formas e critérios de intervenção e da discussão mais recente específica sobre o edifício e a cidade modernos.

Esse cenário foi inicialmente dominado pelo DOCOMOMO<sup>1</sup>, criado em 1988, que tinha como objetivo tratar de maneira articulada o tema, defendendo que para a conservação desses edifícios deveriam ser estabelecidos princípios próprios. Partia da premissa de que a preservação dessa arquitetura teria peculiaridades suficientes para se desenvolver uma abordagem metodologicamente apartada da disciplina da preservação em geral, ou seja, diferenciando os edifícios desse período dos bens de períodos anteriores.

Nesse contexto, alguns postulados foram elaborados e balizaram uma significativa parte dos debates sobre a preservação do moderno. Entre eles, o conflito entre a preservação dos edifícios modernistas e a intenção de seus arquitetos, com a afirmação de que os edifícios relacionados a esse Movimento seriam conhecidamente projetados para uma pequena vida útil e que tal fato deveria orientar as intervenções.

Estava estabelecida uma disputa importante no *campo patrimonial* acerca de um novo objeto – a arquitetura e o urbanismo do Movimento Moderno – desafiando o arranjo institucional e conceitual predominante até então, representado pelo ICOMOS<sup>2</sup> e seus entendimentos sobre preservação sintetizados nas Cartas Patrimoniais, como a de Veneza (1964) e a de Washington (1987).

---

<sup>1</sup> International Committee for documentation and conservation of buildings, sites and neighborhoods of the modern movement (<https://www.docomomo.com/history>).

<sup>2</sup> International Council on Monuments and Sites, criado em 1964, voltado à conservação e proteção de sítios históricos e tem a Carta de Veneza (ICOMOS 1964) como referência conceitual.

A maior presença de bens do Movimento Moderno, na lista de patrimônio mundial da UNESCO<sup>3</sup>, ao mesmo tempo que refletiu essa tendência de patrimonialização da arquitetura e do urbanismo do século XX, trouxe o debate para dentro da organização e de seu órgão consultor técnico, o ICOMOS, estabelecendo uma relação entre os preceitos gerais de preservação e o patrimônio moderno. Isso fortaleceu a ideia de que esses bens, quando considerados patrimônio cultural, devem ser preservados conforme os princípios e procedimentos gerais sedimentados, com algumas poucas adaptações, dentre elas, a ampliação do conceito de autenticidade. (VAN OERS, 2003)

A partir dos anos 2010, houve uma tendência de busca de convergência entre as duas abordagens que se institucionalizou pela publicação do Documento de Madri, carta patrimonial publicada pelo ICOMOS em 2011 – revisto em 2014 e 2017 –, onde se reconhecem as peculiaridades da arquitetura moderna sem, no entanto, prescindir de inserir sua preservação no quadro teórico-metodológico da preservação em geral. Desta forma, reconhece também a necessidade de se adequar esse marco aos novos desafios.

Esse debate acerca da preservação da arquitetura moderna trouxe consigo a ampliação do universo patrimonial em sua natureza, cronologia, procedência e complexidade, demandando ao arcabouço conceitual uma adaptação frente aos novos desafios de preservação, tendo em vista as rupturas formais, conceituais e construtivas que a arquitetura moderna introduziu, como lembrou CHOAY (2001).

Assim, configurou-se o estado-da-arte para a preservação de edifícios modernos, no sentido de atender às peculiaridades dessa arquitetura, mas apresentando abordagens distintas com relação a diversos aspectos, ou seja, sem haver um posicionamento consensual.

Desde então, houve uma consolidação institucional da importância do patrimônio moderno e de sua preservação, com a atuação do ICOMOS, UNESCO, DOCOMOMO, e de órgãos nacionais e locais. Por consequência, ocorreram discussões sobre meios, procedimentos e critérios de preservação a fim de se buscar entendimentos comuns.

A bibliografia revelou que pouco havia sido discutido sobre a atuação prática dos profissionais e do trabalho intelectual envolvido, ou seja, do *ato crítico*, defendido por Beatriz KÜHL (2008, p. 32) como necessário para se intervir em um bem cultural. Configurou-se, portanto, uma lacuna na literatura, explorada nesta tese, que diz respeito a esses processos formalizados e não formalizados que levaram às decisões de projeto e de intervenção. Assim, o esforço foi o de tecer, metodicamente, por meio dos discursos e

---

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 1945.

das ações, de concepções e de percepções, noções e análises acerca do que é, e de como preservar o edifício moderno.

## **Método e estrutura analítica**

Os objetivos da pesquisa determinaram o método de trabalho. Realizei uma abordagem do problema da preservação do edifício moderno por meio de uma metodologia qualitativa, baseada, nos termos de OLIVEIRA (2015, p. 135), "no modelo de compreensão dos fatos históricos e sociais voltado à recuperação e interpretação do sentido da ação, com focos nos aspectos microsociais e na agência humana e nos aspectos subjetivos da vida social".

A base foi, portanto, o tripé história-teoria-empíria, respondendo à necessidade de uma análise que levasse em consideração a amplitude de fatores que permeiam e determinam as práticas de preservação. Primeiramente, a perspectiva histórica permitiu compreender a formação e consolidação do campo da preservação em geral e, principalmente, a busca por autonomia (relativa) do campo da preservação da arquitetura moderna.

A compreensão do estado-da-arte correspondeu ao segundo eixo, com base em extensa pesquisa bibliográfica, ressaltando os posicionamentos expressos, dentre outras fontes: nos textos clássicos de preservação, como os de RUSKIN ([1849] 2008), VIOLLET-LE-DUC ([1854-1868] 2006), RIEGL ([1903] 2014) e BRANDI ([1963] 2004); em autores distintos do contexto europeu, como FITCH (1981; [1982] 1990); nas cartas patrimoniais; nos DOCOMOMO JOURNALS (publicados desde 1989) e anais das Conferências desse organismo; e em autores que tratam do tema com viés historiográfico e analítico, como Susan MACDONALD (1996a; 1996b; 2009), Beatriz KÜHL (2008), Theodore PRUDON (2008), Simona SALVO (2016) e Jukka JOKILEHTO (2018). Proposições teóricas mais recentes foram incorporadas, como as de Salvador MUÑOZ VIÑAS (2005), Rem KOOLHAAS (2014) e Jorge OTERO-PAILOS (2016).

A pesquisa empírica partiu de um caso específico – a preservação do Congresso Nacional em Brasília – para trazer novos contornos e um olhar crítico à teoria instituída, enfatizando a atuação profissional e o trabalho intelectual dos agentes da preservação do bem. Essa parte foi realizada a partir de uma pesquisa documental, da observação sistemática da atuação profissional e de entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos.

A *pesquisa documental* realizou-se por meio da verificação e análise de projetos elaborados, processos administrativos, notas técnicas, pareceres, editais e normas internas desde o tombamento provisório do conjunto edificado em 2007 até 2018, elaborando-se um panorama do que foi institucionalizado e formalizado com relação às questões de preservação. Dentre

essa documentação, a importância do Processo de Tombamento 1550-T-07 (BRASIL. IPHAN, 2007) é evidente, tanto por representar a institucionalização do tombamento, quanto por oferecer informações relevantes sobre a patrimonialização e a valoração do bem.

A *observação sistemática* e participante voltou-se à compreensão da atuação, dos valores e dos discursos dos arquitetos envolvidos na preservação do Palácio do Congresso Nacional, acompanhando as ações de preservação entre 2017 e 2019 e buscando reflexões próprias, ainda, da minha constante participação anterior, como arquiteto do Senado Federal desde 2009, nas ações dessa natureza. Para além da documentação produzida pelos agentes, importou inclusive o que não é escrito, formalizado e institucionalizado. Essas observações ocorrem em atividades próprias dos órgãos, como reuniões de trabalho internas e externas, bem como na participação do cotidiano das equipes.

Realizei ainda *entrevistas semiestruturadas*, constituintes de um roteiro adaptável, para entender os pontos de vista dos agentes sobre ações de preservação das quais participaram ativamente. Foram realizadas entre 2018 e 2019 um total de quinze entrevistas com arquitetos dos dois órgãos que efetivamente participaram de ações de preservação.

A interpretação e a análise dos dados da pesquisa foram realizadas a partir da identificação de realidades coletivas responsáveis por justificar, aos próprios indivíduos que as forjam, suas escolhas e condutas, denominadas na literatura das ciências sociais como **categorias de representação** (CHARTIER, 1988). Foram ressaltadas aquelas categorias que constituem aproximações sobre critérios, conceitos, valores e métodos de preservação do edifício moderno. Importou, nesse caso, tanto o ocorrido – diretrizes de preservação dadas para um determinado caso por certo grupo de arquitetos, por exemplo – quanto o modo de ocorrer esse fenômeno, a percepção e as motivações sobre os fatos.

O objetivo foi, portanto, contrapor as normas – ou o referencial teórico – do “fazer”, do conjunto de práticas individuais e dos grupos. Como dizia Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo polonês, considerado um dos fundadores da antropologia social, norma social é uma coisa, prática é outra e análise é uma terceira. Para ele, a compilação de normas sociais é insuficiente para o entendimento do que está em jogo. É preciso também compilar as práticas e medir a distância que as separa das normas, distância essa que pode se considerável. (LABURTHE-TOLRA e WARNIER, 1997).

Essa tese se inspirou em pesquisas com métodos similares, cujos objetivos eram entender por meio da etnografia os processos da produção arquitetônica, notadamente o estudo etnográfico de YANEVA (2009) no escritório *Office for Metropolitan Architecture – OMA*, ou de outros meios

profissionais, como Luís Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA (2010) e de Andressa LEWANDOVSKI (2014) sobre o campo jurídico.

Assim, o conhecimento erudito representado pelo estado-da-arte da preservação foi objeto de uma reflexão crítica a partir da prática, não com o objetivo de diminuir sua inegável relevância, mas de entender alguns de seus limites operacionais e buscar contribuir com seu desenvolvimento. Conforme disse Bourdieu, a reflexão crítica sobre esse conhecimento erudito aqui realizada pretendeu “revelar a teoria da prática que o conhecimento erudito engaja implicitamente (BOURDIEU, 2009, p. 46-47)”, para compreender de forma metodológica a prática e o conhecimento da prática.

O conceito de campo social de Pierre Bourdieu se apresentou como estrutura analítica adequada para compreender como as categorias observadas na pesquisa empírica se relacionam com a teoria da preservação. Para o sociólogo francês, a teoria, a prática e a atuação dos agentes – indivíduos ou instituições – fazem parte de um espaço relacional, o campo social, estruturado por regras próprias. A sociedade, para ele, é composta de diversos campos que possuem estruturas semelhantes e se relacionam entre si. (BOURDIEU, 1998; 2007)

Com o desenvolvimento da preservação como campo disciplinar, a partir do século XIX, conforme sustentam Françoise CHOAY ([1992] 2001), Beatriz KÜHL (2008) e Jukka JOKILEHTO (2018), entre outros autores, estabeleceu-se o **campo patrimonial** (RIBEIRO, 2005; LIMA, 2017), atrelado a um conjunto de categorias teóricas, metodológicas e institucionais compartilhadas e validadas entre diversos agentes, com dinâmicas próprias, mas que não diferem em suas lógicas das dinâmicas de outros campos. Nessa dinâmica, a prática tanto é condicionada pelas estruturas sociais nas quais está inserida, quanto é um elemento estruturador do campo em um esquema cíclico (BOURDIEU, 1998; 2007; STEVENS, 2003; CATANI, NOGUEIRA, *et al.*, 2017). A preservação do edifício moderno está inserida nesse campo.

A base teórica e metodológica da preservação é parte estruturante desse campo e se constitui em um conjunto de princípios compartilhados e aceitos pelos agentes do campo. Junto com essas *regras*, as trajetórias pessoais e as concepções prévias internalizadas pelos indivíduos são determinantes para as suas atuações práticas, suas atitudes e suas percepções. (STEVENS, 2003)

Mesmo que o campo patrimonial não seja composto apenas por arquitetos, mas por agentes de diversas formações, uma vez que as questões conceituais e metodológicas reveladas na prática da preservação são o recorte da pesquisa, o foco foi a atuação do arquiteto, profissional que se destaca nesse papel, seja por formação profissional, seja por questões legais, seja por

dominarem os debates no âmbito do campo patrimonial. Para Sylvia FICHER (2005, p. 18), a produção arquitetônica deve considerar a construção na sua condição de produto simbólico, prática para a qual os arquitetos são indivíduos socialmente considerados e legitimamente habilitados. Por extensão, o restauro. Como sustenta Beatriz KÜHL (2008), todo projeto de restauro em edificações é também um projeto arquitetônico.

## Considerações sobre a terminologia

A utilização do termo *edificio moderno* em lugar de *arquitetura moderna*, tem suas razões conceituais. Como observou Sylvia FICHER (2011), o deslocamento dos recortes historiográficos de “arquitetura e urbanismo” para “cidades e edificações” poderia oferecer um viés mais profícuo para o historiador, possibilitando um entendimento mais complexo inclusive de “arquitetura e urbanismo”. De maneira análoga, entendo que o debate sobre a preservação da *arquitetura moderna* reforça o viés sobre questões mais abstratas que concretas, mais generalistas que aplicadas a uma dada realidade.

Se, em última instância, o que se pretende é a preservação de um conjunto coeso ou não, mas compreendido por *arquitetura moderna*, essa preservação não se torna efetiva se não pensarmos especificamente no *edificio moderno*, que representa complexidades que fogem ao domínio da própria arquitetura. Publicações seminais no campo da preservação, por exemplo, ressaltam o edifício – e não a arquitetura – como objeto, a exemplo de *Conservation of Historic Buildings* (FEILDEN, 2003).

Não significa, no entanto, abrir mão de princípios gerais, de abordagens abstratas, mas de reconhecer que elas não são suficientes para a efetivação da preservação. Em última instância, o objetivo final nas ações de conservação do pavimento da plataforma do Edifício Principal, nas adaptações dos seus ambientes ou nas adequações de acessibilidade, por exemplo, é a preservação do **Palácio do Congresso Nacional**, do objeto físico (e político) do edifício. Como destacou BRANDI ([1963] 2004), é na matéria que efetivamente se dá o restauro. Da mesma forma, é no edifício, e não na arquitetura, que agimos.

A escolha da qualificação “moderno” ao “edificio” no título ao longo do texto, merece uma breve explicação, tendo em vista os debates quanto ao uso dos termos “moderno”, “Movimento(s) Moderno(s)” ou “modernismo” para se referir a certos tipos de arquitetura produzidas no século XX. Um exemplo dessa diversidade é a categorização realizada por Charles JENCKS (1973, p. 28) em uma árvore evolutiva entre os anos 1920 e 1970, com uma série de tendências e uma enorme quantidade de denominações.

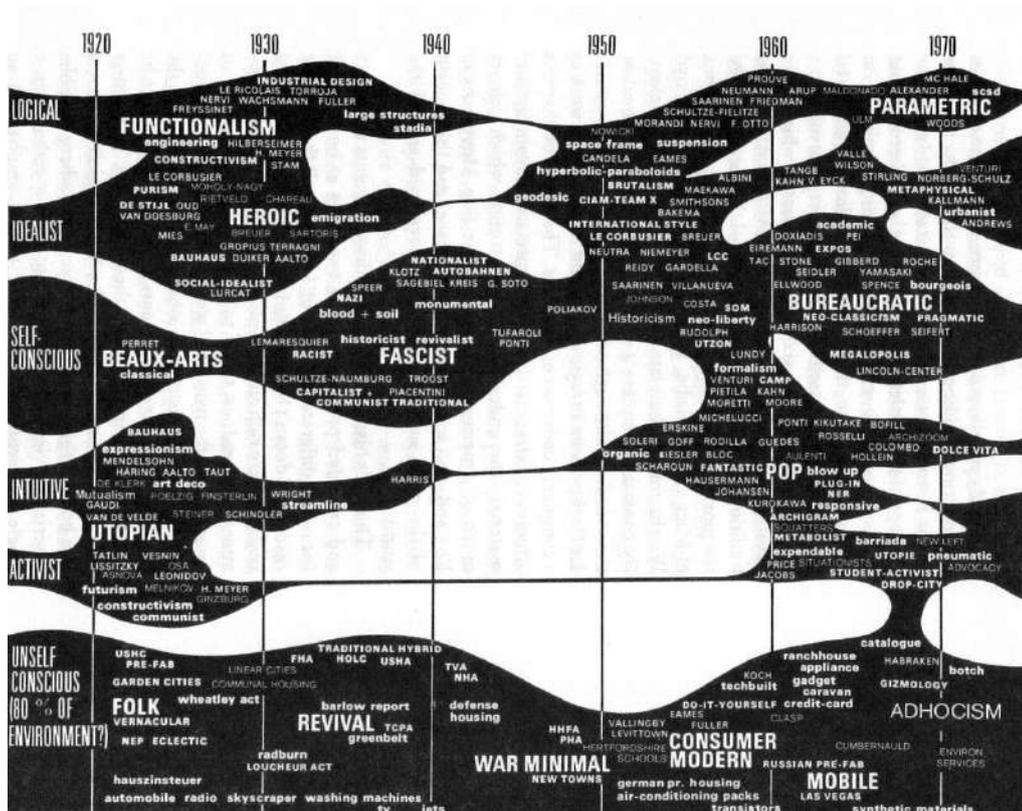


Figura 2 – Árvore Evolutiva, 1920-70. Fonte: JENCKS (1973, p. 28)

Categorização evolutiva das diversas expressões compreendidas pelo que denominamos Movimento Moderno, pelo arquiteto e teórico estadunidense Charles Jencks (1939-2019)

Para Juliano CARVALHO (2018, p. 6779), à medida que se ampliaram os recortes sobre a preservação do patrimônio moderno, multiplicaram-se as denominações para o conjunto a preservar, adjetivando essas denominações com designações temporais, como “século XX”, “contemporâneo”, demonstrando um posicionamento em favor da diversidade das manifestações. É, por exemplo, o posicionamento do ICOMOS.

Muito embora eu concorde com o posicionamento de Juliano CARVALHO, no âmbito da tese uso com mais frequência o termo “moderno” por possibilitar uma associação rápida ao tipo de arquitetura que está em discussão, ressaltando que emprego o termo “moderno” como equivalente a todas as expressões construtivas do século XX, relacionadas do chamado “Estilo Internacional”, incluindo suas inúmeras adaptações regionais e seus matizes conceituais. Por extensão, quando me refiro à arquitetura do século XX, faço-o com a mesma acepção de “arquitetura moderna”. É mais importante, no presente caso, a apreensão do termo de maneira abrangente do que sua precisão.

Nessa questão da terminologia empregada, outras ressalvas ainda precisam ser feitas. Os termos “preservação”, “conservação” e “restauro” têm sido utilizados na literatura com os significados mais diversos e, além disso, possuem acepções bastante diferentes a depender do idioma e do contexto cultural ao qual estão inseridos. Embora a bibliografia pesquisada não seja

toda em português e inserida em nosso contexto cultural, realizei uma homogeneização dos termos apresentados para acepções que fossem mais compreensíveis aqui no Brasil.

No entendimento mais comum em nosso país, e o seguido na tese, **preservação** é o termo mais abrangente, que abarca métodos e procedimentos de intervenção nos bens, incluindo aí, a conservação e a restauração, além da manutenção (KÜHL, 2010; 2017; SOARES e OLIVEIRA, 2013). Já **conservação** diz respeito à manutenção permanente e objetiva do estado existente do monumento histórico. Segundo o IPHAN, é “o conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem”. (BRASIL. IPHAN, 2010)

**Restauração**, é tratada aqui como uma intervenção de caráter excepcional, de maior envergadura, que visa, conforme a Carta de Veneza (1964), conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. De acordo com o IPHAN, restauro é o conjunto de “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções”. (BRASIL. IPHAN, 2010)

Por **manutenção**, no âmbito desta tese, entende-se a definição das Normas Brasileiras: “o conjunto de atividades que devem ser realizadas ao longo da vida total da edificação para conservar ou recuperar a sua capacidade funcional e de seus sistemas constituintes para atender às necessidades e segurança dos seus usuários” (ABNT, 2012). Em termos patrimoniais, manutenção é definida pelo Documento de Madri como o “continuado cuidado da conservação tanto da estrutura quanto da envolvente do bem”, distinguindo-se de reparo que, no contexto do Documento, assemelha-se ao conceito de reforma e pressupõe intervenções mais profundas com maiores transformações do bem. (ICOMOS. ISC20C, 2011; 2017)

Segundo Beatriz KÜHL (2010, p. 299), há uma distinção quantitativa, e não qualitativa, entre manutenção, conservação e restauro, que devem ser atingidos em qualquer intervenção em monumentos históricos. Ainda segundo a autora, manutenções são ações cotidianas com execução de pequenos reparos e substituições, para impedir que a deterioração se agrave e adiando, ou evitando, intervenções de maior monta como conservação e restauração, que implicam graus crescentes de ingerência nas obras.

Por fim, o termo “**intervenção**” será usado na acepção do IPHAN, significando qualquer alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade ou

da ambiência do bem, normalmente, no contexto da tese, relacionado à preservação.<sup>4</sup> (BRASIL. IPHAN, 2010)

## Estrutura da tese

A ESTRUTURA DA TESE reflete os próprios processos de compreensão do tema e da pesquisa realizada. São três partes. A primeira traz o panorama teórico da preservação em geral e do patrimônio moderno, e estabelece analiticamente o estado-da-arte que fundamentou o cotejamento com os achados em campo. Veremos que esse debate é dinâmico e, portanto, está sempre sujeito à revisão dos preceitos vigentes e que não há, nesse contexto, hegemonia, mas sim concepções predominantes.

A segunda parte apresenta o *locus* da pesquisa, ou seja, o Palácio do Congresso Nacional, as instituições e a estruturação das atividades de preservação. Além disso, traz, já a partir do trabalho de campo, o entendimento de que a preservação é uma atividade mais subjetiva do que objetiva e que, para além disso, é *intersubjetiva*, uma vez que incorpora um arranjo de concepções próprias dos sujeitos sobre o objeto. Ressalta, ainda, a condição do edifício de *objeto político*, onde diversos interesses incidem e que isso acarreta consequências à preservação.

A terceira parte analisa questões teóricas, metodológicas e operacionais verificadas na preservação do Congresso Nacional, tratando de modos de aproximação conceitual sobre o edifício como patrimônio. Observei que duas abordagens distintas se formaram ao longo dos últimos anos, nas equipes de arquitetos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, relacionadas às posições dos profissionais no campo patrimonial e no campo da arquitetura e, portanto, a suas referências teóricas, metodológicas e operacionais advindas desses campos. Essas abordagens se configuraram em dois vetores distintos de compreensão do bem: o vetor prospectivo, que se desenvolve tendo como base o projeto original do Palácio, e o vetor retrospectivo, que parte da condição atual do bem. Esses vetores, por sua vez, formam eixos de coerência nos quais os profissionais fundamentam suas ações de preservação. Os métodos relacionados ao processo de projeto e as atividades de valoração são apresentadas sobretudo em suas funções de mediação entre teoria e prática e no contexto da intersubjetividade da

---

<sup>4</sup> Para fins de licenciamento, o Iphan considera que as intervenções caracterizadas como reforma ou até mesmo construção nova, quando realizadas em bens tombados individualmente, serão enquadradas na categoria *restauração*. Ademais, segundo o órgão, “para efeito de enquadramento na categoria Restauração, equiparam-se aos bens tombados individualmente aqueles que, integrando um conjunto tombado, possuam características que os singularizem, conferindo-lhes especial valor dentro do conjunto, e nos quais, para a realização de intervenção, requeira-se conhecimento especializado.(BRASIL. IPHAN, 2010, p. 3)”.

preservação. Por fim, trato do vínculo entre transformações e permanências como indissociáveis na ação patrimonial.

★ ★ ★



# PARTE I

A preservação de edifícios construídos no século XX sob o signo do modernismo e de suas diversas correntes vem sendo debatida com mais intensidade nos últimos trinta anos. O que pode ser chamado de atual “marco teórico” da preservação da arquitetura moderna é formado não apenas por entendimentos sedimentados, mas por questões ainda em aberto, seja de ordem conceitual, seja de ordem técnica.<sup>1</sup>

Muito embora haja iniciativas pontuais anteriores de preservação de obras do movimento moderno, foi no final dos anos 1980 que, diante de um mundo em franca transformação política, econômica, social e cultural, ocorreram as primeiras ações efetivas que provocaram desdobramentos fundamentais para o estabelecimento real do campo. Em 1987, a UNESCO declarou o Conjunto Urbanístico de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. No ano seguinte, na Universidade de Eindhoven, na Holanda, os arquitetos Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge criaram um organismo não governamental específico em prol da preservação da arquitetura moderna que, alguns anos depois, seria batizado com a sigla DOCOMOMO (referente a International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of Modern Movement).

Em meados da década seguinte, o DOCOMOMO possuía abrangência em nível mundial, com o estabelecimento de seções nacionais em diversos países, ampliando geograficamente o que inicialmente estava restrito à Europa. Nessa mesma época, novos fóruns de discussão foram realizados. Em Chicago, Estados Unidos, 1994, realizou-se a primeira conferência *Preserving the Recent Past*, que contou com mais duas edições, em 2000 e 2018, no mesmo país. A instituição britânica *English Heritage* realizou o evento *Modern Matters*, em 1995, discutindo a preservação da arquitetura moderna naquele país.

Já na segunda metade dos anos 1990, o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios)<sup>2</sup> passou a participar de forma mais efetiva do debate, com a realização de seminário específico sobre o tema, na Cidade do México (1996). Essa participação ampliou-se nos anos 2000 com a realização de novos seminários, em Montreal e Helsinki (2001), e a criação do *International Scientific Committee on Twentieth Century Heritage* (ISC20C) que teve o seu primeiro encontro internacional, em Xi'an, China (2005).

---

<sup>1</sup> **Imagem de Título:** Ministério da Educação e Saúde Pública, Palácio Capanema, Rio de Janeiro, RJ (Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, 1936-1943. Obra de restauro e modernização do edifício. Foto do Autor, 2017.

<sup>2</sup> Trata-se de organização não-governamental com sede em Paris, França. O ICOMOS foi fundado em 1965. Seu papel consiste em fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Seu trabalho se fundamenta nos princípios da Carta Internacional de 1964 sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios (Carta de Veneza).

Em 2008, a publicação de alcance internacional mais abrangente sobre o tema até hoje, *Preservation of Modern Architecture*, de Theodore Prudon, apresentou uma contextualização até então pouco explorada, posicionando a preservação da arquitetura moderna entre autores fundamentais como John Ruskin, William Morris, Viollet-le-Duc, Riegl, Brandi e as cartas patrimoniais, destacando a Carta de Veneza (1964) e o Documento de Nara (1994). Prudon ratificou o delineamento conceitual desenvolvido no âmbito do DOCOMOMO, consolidando premissas como o *design intent*.

Em termos gerais, os últimos dez anos têm sido caracterizados pela contestação mais articulada e aguda da necessidade de um *restauro à parte* para a arquitetura moderna. A presença mais intensa do ICOMOS, bem como o aumento de designações de obras do movimento moderno como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO fizeram com que se retomasse a Carta de Veneza como um referencial conceitual válido e necessário. No entanto, essa história não é tão linear assim e, no momento, há uma situação no mínimo ambivalente com relação aos referenciais teórico-metodológicos que devem ser utilizados numa intervenção em edifícios modernos.

★★



# **CAPÍTULO 1**

## **Preservação e restauro no século XX**

No cenário do início dos anos 1990, quando a discussão da preservação da arquitetura moderna se tornou mais intensa, prevaleciam os referenciais teóricos de preservação assentados no desenvolvimento italiano da primeira metade do século e consolidados na **Carta de Veneza**, de 1964. Com a força do pensamento europeu no campo patrimonial, principalmente o italiano, e de instituições como ICOMOS e UNESCO, a corrente restauro crítico/Carta de Veneza difundiu os princípios considerados fundamentais à preservação, como intervenção mínima, reversibilidade, respeito às camadas da história, bem como estabeleceu a matéria como o objeto da restauração.

Tal prevalência, no entanto, nunca chegou a ser hegemônica em nível mundial. Nos Estados Unidos, tanto a Carta de Veneza quanto a teoria de Cesare Brandi não tiveram muito alcance, tendo sido desenvolvida, naquele país, uma visão própria de patrimônio e de sua preservação. Visão essa que, em boa medida, reverberou na consolidação do marco teórico para o trato com o patrimônio moderno, como veremos adiante.

Esse cenário ambivalente é resultado do período no qual ocorreram a conceituação e a consagração do monumento histórico como entendemos hoje (CHOAY, [1992] 2001) e se observaram a formação da concepção de patrimônio e a consolidação da preservação e da restauração como campo e como disciplina, estabelecendo-se os grandes eixos conceituais sobre formas e critérios de intervenção.

A restauração passou então a se afastar das ações ditadas apenas por razões pragmáticas e, a partir do século XIX, assumiu uma conotação eminentemente cultural, “baseada em análises sistemáticas, com maior rigor e método nos procedimentos, e com o julgamento alicerçado no conhecimento histórico e em análises formais”. (KÜHL, 2003, p. 16)

John Ruskin (1819-1900) se destacou nesse período com a publicação do texto “A Lâmpada da Memória”<sup>1</sup> ([1849] 2008), posicionando-se em defesa do trabalho manual e de sua preservação como reação às mudanças sociais e construtivas trazidas pela Revolução Industrial. Para esse britânico, é na longa duração, na passagem do tempo, que a arquitetura se impregna de vida e de valores humanos (PINHEIRO, 2008, p. 21, 26-27). Desta forma, propugnou contra a restauração no sentido de se reconstituir uma obra (gótica) do passado, significando, a própria destruição de sua arquitetura. Defendia, em contraponto, que os edifícios antigos deveriam ser zelados e mantidos da melhor maneira possível, protegendo-os da degradação causada por agentes naturais ou por ação do homem (RUSKIN, [1849] 2008, p. 82).

---

<sup>1</sup> Extraído da sua obra mais icônica, *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* (*The Seven Lamps of Architecture*), publicada em 1849.

A partir do pensamento de Ruskin, que se tornou bastante popular à época, surgiu, no final do século XIX, na Inglaterra, o **Movimento Antirrestauração**<sup>2</sup> (PINHEIRO, 2008, p. 17-18). Esse movimento, que tinha no *designer* William MORRIS (1834-1896) seu principal expoente, colocou-se também radicalmente contra a restauração, pregando que o cuidado e a manutenção constantes dos monumentos seriam a forma de preservação adequada. Seguindo essa linha, e se inspirando nas ideias de Ruskin, foi fundada em 1877 a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB) – Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos. (MORRIS e WEBB, 1877)

Para PRUDON (2008), o Manifesto SPAB foi um dos primeiros e mais importantes documentos no sentido de estabelecer padrões à preservação e à restauração, cujos princípios estão refletidos em documentos posteriores, como as Cartas de Atenas e Veneza. O documento reconhece a importância do desenvolvimento físico de um edifício ao longo do tempo, da necessidade de respeitar alterações e adições, da autenticidade material e da mínima intervenção (p. 55).

Na antítese de Ruskin, o francês Eugène Emmanuel VIOLLET-LE-DUC<sup>3</sup> (1814-1879) completou a base que levou ao desenvolvimento da preservação no século XX. Segundo ele, “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, [1854-1868] 2006, p. 29). Para esse restabelecimento, tornar-se-ia necessário entender a lógica da concepção do edifício e “fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto (KÜHL, 2006, p. 18)”.

Para JOKILEHTO (2018), a preservação, a partir da herança da discussão do século XIX, construiu, no entanto, uma identidade própria no século XX. Enquanto correntes como o romantismo (Ruskin, Morris) e o historicismo (Viollet-le-Duc) já se viam ultrapassadas, o desenvolvimento da história da arte deu bases críticas para novas abordagens de preservação. A primeira teoria com uma abordagem filosófica mais sistematizada sobre preservação surgiu com o austríaco Alois Riegl (1858-1905), em 1903, introduzindo a valoração como método e criando uma espécie de manual de identificação e relação entre os valores de um bem patrimonial. (RIEGL, [1903] 2014)

---

<sup>2</sup> Em inglês, *anti-scrape movement*. A denominação deriva do termo *scrape* que se refere ao procedimento, usual no período, de raspar as pinturas antigas das paredes do monumento de forma a conferi-lhes unidade e clareza espacial, bem como aparência de recém-construídos. (PINHEIRO, 2008, p. 17-18)

<sup>3</sup> Viollet-le-duc foi arquiteto, escritor, diretor de canteiro de obras e desenhista. Ele se formou num ambiente em que a arquitetura gótica se revestia de um caráter nacionalista na França e que a restauração estava se estabelecendo como uma ciência. (KÜHL, 2006, p. 9, 11)

Não somente a introdução da valoração como método, mas a própria sistematização desses valores, trazidas por Riegl, mostraram-se coerentes posteriormente e são úteis até hoje. BRANDI ([1963] 2004) e a Carta de Veneza (1964) sistematizaram os valores, trabalhando com uma dicotomia entre Valor Histórico e Valor Estético (ou instâncias). Anos depois, a Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) relacionou os valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais como atribuíveis a um bem por gerações passadas, presentes ou futuras. Já o Documento de Nara (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994) continuou ampliando o entendimento dos valores, relacionando-os aos aspectos de autenticidades que são determinados por questões culturais.

A teoria de Riegl foi fundamental para o desenvolvimento da forma italiana de trato com o patrimônio no século XX (JOKILEHTO, 2018, p. 262), sendo que para CHOAY ([1992] 2001) foi “a partir das pistas sintomáticas abertas por ele [...] que se pode pensar atualmente em patrimônio histórico (p. 171)”.

## Restauro Crítico e Carta de Veneza

**Cesare Brandi**<sup>4</sup> (1906-1988) foi o principal expoente teórico da linha denominada **Restauro Crítico**, ampliando conceitualmente o debate vivo na época<sup>5</sup>, consolidando-se internacionalmente com a publicação da **Carta de Veneza**, em 1964 (CARBONARA, 2004) (KÜHL, 2010, p. 295).

Sua principal obra relativa à preservação, a *Teoria da Restauração*, de 1963, é referência conceitual importante até hoje, trazendo princípios básicos de restauração considerados basilares por parte significativa do campo patrimonial. Em sua essência, assenta a discussão sobre o núcleo ao redor do qual sempre girou a reflexão sobre o restauro: a contemporização das instâncias estética e histórica<sup>6</sup>. (CARBONARA, 2004, p. 10)

---

<sup>4</sup> Cesare Brandi formou-se em direito e letras, dedicando sua carreira à crítica e à história da arte, à estética e à restauração, atuando no serviço público italiano, sobretudo na fundação do Instituto Centrale del Restauro (ICR), em Roma, em 1939, dirigindo-o por duas décadas.

<sup>5</sup> No contexto italiano da primeira metade do século XX, as necessidades da vida moderna passaram a compor as preocupações da preservação ao lado dos valores históricos e artísticos e do ambiente das cidades antigas e edifícios não monumentais passaram a chamar a atenção dos preservacionistas. Delineou-se uma posição de teoria intermediária entre as visões de Ruskin e Viollet-le-Duc. (KÜHL, 2013; PANE, 2013; JOKILEHTO, 2018). Gustavo Giovannoni (1873-1947) foi um nome importante nesse período, defendendo uma *modernização respeitosa* das áreas históricas, com a eliminação de construções parasitas, adventícias e supérfluas, permitindo criar espaços para os serviços necessários. Sua teoria, no entanto, apresentou fragilidade ao lidar com a grande devastação da Segunda-Guerra mundial, pois exaltava os valores documentais em detrimento dos estéticos da obra (CHOAY, [1992] 2001; KÜHL, 2013). Já o Restauro Crítico começou a ser desenvolvido por Renato Bonelli e Roberto Pane (CARBONARA, 2004)

<sup>6</sup> Essa dicotomia entre obra de arte versus objeto histórico, central na discussão de Brandi, foi fortemente influenciada pelas diferentes abordagens nos julgamentos de valores e os conceitos de valor de antiguidade e de valor contemporâneo de arte desenvolvidos por Riegl. (JOKILEHTO, 2018, p. 255)

Brandi partiu do princípio de que a obra de arte é o resultado de um processo criativo único e, conseqüentemente, a percepção dessa obra exigiria uma abordagem crítica para que se entendesse seu significado (JOKILEHTO, 2018, p. 256, 277). Os monumentos seguiam, portanto, os mesmos princípios de restauração dos explicitados por ele em sua *Teoria*, exceto pela relação intrínseca da obra arquitetônica com seu entorno, ou seja, a inalienabilidade do monumento com o sítio histórico no qual foi realizado (BRANDI, [1963] 2004, p. 132, 133).

Para CARBONARA (2004), a *Teoria* de Brandi apresentou três proposições fundamentais: Primeiramente, o reconhecimento de que o **restauro é ato crítico**, dirigido ao reconhecimento da obra de arte, voltado à reconstituição do texto autêntico da obra, mas superando, por meio de um juízo de valor, o problema específico das adições e da dialética das instâncias histórica e a estética; em segundo lugar, por se tratar de obras de arte, a restauração deveria privilegiar a instância estética, ou seja, a razão pela qual a obra de arte é considerada obra de arte; e, por último, a necessidade de que a obra de arte seja entendida em sua totalidade mais ampla, como imagem e como consistência material e que se tenha em mente que o restauro, como intervenção sobre a matéria, deve sempre resguardar a possibilidade de fruição estética da obra. (CARBONARA, 2004, p. 11-12)

Segundo BRANDI ([1963] 2004, p. 29-30), a obra de arte deve condicionar a restauração e não o contrário. E esse condicionamento se dá por meio da bipolaridade, ou da dupla instância da obra de arte: estética e histórica: “a instância estética que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra”.

Esse posicionamento eminentemente objetivo foi criticado posteriormente por autores como MUÑOZ VIÑAS (2005), como veremos adiante. Diante disso, Brandi aprofundou o conceito de restauro, dispondo que “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro”. (BRANDI, [1963] 2004, p. 30)

O momento metodológico é o momento do reconhecimento da obra de arte como tal. Em vez de analisar a obra de arte do ponto de vista do artista ou do espectador, Brandi analisou a obra de arte em sua individualidade, em sua estrutura própria e a partir do momento em que ela é recebida na consciência do observador. (JOKILEHTO, 2018, p. 282)

Essa definição alicerçou os princípios da restauração em Brandi, para quem a consistência física da obra, como local de manifestação da imagem, como o meio de transmissão da imagem ao futuro, adquire primária

importância, pois não há imagem sem a consistência da matéria. Assim, para ele, restaura-se somente a matéria para que a imagem possa ser transmitida, considerando-se uma relação de coextensão entre ambas. Uma não existe sem a outra, muito embora cada uma se manifeste por seus meios próprios. (BRANDI, [1963] 2004, p. 31)

A historicidade, por sua vez, não se restringe ao ato da criação, mas se estende até o ato da percepção, da fruição e, portanto, da restauração, o “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal.” Nesse sentido, a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, por meio da intervenção na matéria, desde que isso seja possível sem cometer nenhum falso artístico ou falso histórico e que ocorra, ainda sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, [1963] 2004, p. 33)

Esse restabelecimento não deve ser forçado ao ponto de destruir a autenticidade da obra, ou seja, de sobrepor uma nova realidade histórica prevalente sobre a antiga (BRANDI, [1963] 2004, p. 67) e deve seguir a três princípios:

O primeiro é que a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstituir. Desse modo, a integração deverá ser invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível, de imediato, e sem a necessidade de instrumentos especiais, quando se chega a uma visão mais aproximada. [...]

O segundo princípio é relativo à matéria de que resulta a imagem, que é insubstituível só quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto e não para aquilo que é a estrutura. Disso deriva, mas sempre em harmonia com a instância histórica, a maior liberdade de ação no que se refere aos suportes, às estruturas portantes e assim por diante. (BRANDI, [1963] 2004, p. 48).

O terceiro princípio se refere ao futuro: ou seja, prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras. (BRANDI, [1963] 2004, p. 47-48)

Como implicações práticas dessa elaboração teórica, BRANDI ([1963] 2004) cita especificamente o respeito pela pátina – “que pode ser concebida como o próprio sedimentar-se do tempo sobre a obra” – , observando-se, no entanto, que se deve avaliar caso a caso para que à pátina se atribua a instância estética (p. 62). O autor, no entanto, dispõe que, ao se considerar a instância estética, que pediria, em tese, uma remoção da pátina, deve-se conduzir a uma posição de equilíbrio, de modo que a matéria não prevaleça sobre a imagem – nem com a presença da pátina, nem com um falso frescor em virtude do qual a imagem também ficará perturbada. (p. 85-87).

Outra implicação dessa premissa é a de que, do ponto de vista histórico, qualquer remoção de adição sofrida por uma obra de arte deve ser excepcional e, portanto, justificada: “a adição não difere da cepa originária e tem os mesmos direitos de ser conservada” (BRANDI, [1963] 2004, p. 71).

Entretanto, pode haver conflito com a instância estética e, nesse ponto, residem possíveis exceções a serem observadas, dependendo do “juízo de valor que determina a prevalência de uma ou de outra instância na conservação ou na remoção das adições (p. 85).” Segundo ele:

[...] a resolução não pode ser justificada como advinda de autoridade, deve ser a instância que tem maior peso a sugerir-la. E como a essência da obra de arte deve ser vista no fato de constituir uma obra de arte e só em uma segunda instância no fato histórico que individua, é claro que se a adição deturpa, desnatura, ofusca, subtrai parcialmente à vista a obra de arte, essa adição deve ser removida e se deverá ter o cuidado apenas, se possível, com a conservação à parte, com a documentação e com a recordação da passagem histórica que, desse modo, é removida e cancelada do corpo vivo da obra. (BRANDI, [1963] 2004, p. 83-84).

Para a arquitetura na condição de patrimônio cultural, ele entendia que, embora se tratasse de um objeto estruturalmente funcional, o importante restabelecimento da funcionalidade, quando necessário, não deveria se sobrepor à condição do artefato como obra de arte. (BRANDI, [1963] 2004, p. 25)

Conforme Frank MATERO (2007), no âmbito da discussão de conservação nos Estados Unidos e, provavelmente, no mundo anglofônico, os conceitos de Brandi têm sido em grande parte ausentes e, quando reconhecidos, pouco compreendidos. Segundo ele, um dos problemas estaria na falta de tradução para o inglês da *Teoria del Restauro* até a publicação de alguns trechos em 1996, após alguns contatos indiretos da obra com o idioma. Esse fato não se aplica somente a Brandi, mas a outros importantes teóricos italianos, como Boito e Giovannoni.<sup>7</sup> Também no Brasil, como lembra CUNHA (2004), a *Teoria* permanecia desconhecida, fato possivelmente mudado com a tradução em português de 2004. Para ela, ainda que conhecido, o texto de Brandi tem sido inúmeras vezes classificado como pouco aplicável à prática.



Já a **Carta de Veneza**, provinda do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, é fruto do debate italiano, dos princípios do restauro crítico e da cultura arquitetônica do período pós-guerra (PANE, 2014, p. 9). Essa carta foi acolhida como documento-base do ICOMOS, criado um ano depois, a partir das diretrizes desse encontro, e pertencente ao sistema da Unesco de órgão consultor e colaborativo na área patrimonial. O texto da

---

<sup>7</sup> Houve publicações parciais em 1966 e 1976, que não foram suficientes, segundo MATERO (2007), para um amplo conhecimento do cenário italiano de preservação. HUGHES (2007) e MUÑOZ VIÑAS (2005; 2015) foram bastante críticos à *Teoria*, entendendo diversas incoerências na obra, como, por exemplo, entre a preponderância ou não da imagem sobre a matéria.

Carta é uma síntese propositiva baseada nos pontos convergentes dentre os representantes de diversos países, incluindo o Brasil<sup>8</sup> (KÜHL, 2010).

Para muitos autores, entre eles KÜHL (2008; 2010) e JOKILEHTO (2018), esse documento ainda é basilar para a preservação de obras e de conjuntos arquitetônicos, lembrando que é o documento ainda validado pelo ICOMOS, em âmbito internacional, para balizar as operações de restauro. Nenhuma outra carta foi feita ou aprovada para substituir a Carta de Veneza.

Para KÜHL (2010), a razão da sua vigência, passados mais de cinquenta anos de sua publicação, é que “seus princípios são, ainda, considerados fundamentalmente válidos para o trato de edifícios de interesse para a preservação (p. 293)”. Documentos integrativos e de aprofundamento, igualmente chancelados pelo ICOMOS, foram publicados posteriormente, reinterpretando, de maneira fundamentada, os princípios da Carta para os novos ou diferentes contextos.<sup>9</sup> A ideia central da Carta é a de que preceitos teóricos da restauração devem reger a atuação prática, numa via dedutiva epistemológica e não indutiva a partir do objeto. (KÜHL, 2010, p. 296)

Dentre outros pontos, a CARTA DE VENEZA (1964) ressalta que a finalidade do restauro e da conservação deve ser resguardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico, uma referência direta às instâncias artística e histórica de Cesare Brandi. Essas instâncias devem ser trabalhadas concomitantemente, operando conjunta e simultaneamente em cada ação. (KÜHL, 2010, p. 308)

A necessidade de manutenção permanente dos monumentos é destacada pela Carta, bem como a função útil desses bens para a sociedade. Nesse ponto, Beatriz KÜHL (2010, p. 309) observa que se deve ter cautela na interpretação desse dispositivo, no sentido de que o uso não deve ser o objetivo da intervenção, mas a salvaguarda dos aspectos formais e documentais da obra. Fomentar o uso apropriado do bem seria um dos meios para alcançar a preservação, não seu fim.

A Carta ainda dispõe que a restauração é uma operação de caráter excepcional, tendo como objetivos conservar e revelar os valores estéticos e históricos do edifício, fundamentando-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Ressalta ainda que a restauração termina onde começa a hipótese. Nesse artigo, princípios fundamentais são expostos, como: caráter de excepcionalidade das ações de restauro; objetivos dessas ações no sentido de revelar aspectos históricos e estéticos; e

---

<sup>8</sup> Segundo Beatriz Kühl (2010, p. 294), “no congresso realizado em Veneza, havia representantes dos mais variados países (inclusive do Brasil), de todos os continentes, apesar de a maioria dos participantes ser de países ocidentais, e de instituições internacionais – UNESCO, Conselho da Europa, ICCROM [...] e ICOM [...]”

<sup>9</sup> Entre elas, de acordo com Beatriz KÜHL (2010, p. 293), as seguintes cartas que foram adotadas pela Assembleia Geral do ICOMOS: Carta dos jardins históricos (Carta de Florença), 1981; Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas (Carta de Washington), 1987; Carta internacional do patrimônio arqueológico, 1990; Carta de princípios para a análise, conservação e restauração de estruturas do patrimônio arquitetônico, 2003.

distinguibilidade, ou seja, a realização de acréscimos, quando imprescindíveis, com linguagem contemporânea. (KÜHL, 2010)

São também consolidados os princípios de respeito às contribuições de todas as épocas à edificação, afastando o conceito de unidade de estilo ou restauração estilística; e de distinção, necessariamente harmoniosa, dos elementos inseridos para substituir partes faltantes. A remoção de adições, para a Carta, é justificável apenas em casos excepcionais, trabalhando por meio do juízo de valor. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3, Arts. 11º e 12º)

As suas indicações, ressalva Beatriz KÜHL (2010, p. 317), devem ser reinterpretadas frente à realidade contemporânea e a Carta deve ser lida, sempre, em sua inteireza, considerando sua base teórica e suas limitações.

## **A antítese estadunidense**

A visão estadunidense de preservação e restauro teve uma trajetória própria, independente do debate europeu do século XX, constituindo-se no estabelecimento de alguns princípios de preservação da arquitetura moderna.

Segundo FITCH ([1982] 1990), o amadurecimento da preservação histórica nos Estados Unidos foi resultado de um processo cultural marcado por décadas de atuação prática, começando, como movimento consciente e organizado, com a criação da *Mt. Vernon Ladies Association*, em 1859, liderada por Ann Pamela Cunningham (1816-1875). Até os anos 1920, a preservação era realizada por representantes da sociedade civil, leigos, interessados em determinado edifício ou conjunto edificado.

A primeira vez que uma equipe de arquitetos foi contratada para uma ação de preservação aconteceu na restauração da cidade colonial de Williamsburg (1927), sendo que, nos anos 1960, ocorreu a profissionalização da disciplina, com a criação, em 1964, do primeiro programa acadêmico de pós-graduação na *Graduate School of Architecture and Planning* na Universidade de Colúmbia, em Nova York, NY, e a publicação da primeira lei federal sobre o tema – o *National Historic Preservation Act*, de 1966. Iniciou-se, assim, a participação de profissionais – arquitetos, paisagistas, historiadores, arqueólogos – no campo que, até então, era ocupado basicamente por antiquários, normalmente leigos em arquitetura.

**James Marston Fitch**<sup>10</sup> (1909-2000) é, sem dúvida, uma figura central nessa trajetória. Foi arquiteto e preservacionista, fundador do programa de

---

<sup>10</sup> A importância de FITCH transcende ao Livro *Historic Preservation. Curatorial Management of the Built World*. Fundou o programa de mestrado em Preservação Histórica na Columbia University em 1964, lecionando na universidade até 1977, quando passou a ser diretor de preservação histórica no escritório *Beyer Blinder Belle* em Nova York.

Preservação Histórica na Universidade de Colúmbia, em Nova York, em 1964. Sua filosofia de preservação foi compilada no livro *Historic Preservation. Curatorial Management of the Built World*, publicado em primeira edição no ano de 1982<sup>11</sup> (FITCH, [1982] 1990). A quase totalidade de sua obra teórica, posterior à Carta de Veneza, de 1964, relaciona-se mais com a tradição de seu país do que com o desenvolvimento conceitual europeu, de Ruskin a Brandi.

Para Fitch (1981; [1982] 1990), a preservação é uma questão de gestão curatorial do mundo edificado, ou seja, uma ação que segue princípios curatoriais como os utilizados em museus: selecionar, preservar, proteger, exibir e interpretar os artefatos da cultura material (p. 42). Devido às complexidades inerentes aos centros históricos, uma ação abrangente provavelmente demandaria uma série de intervenções de profundidades distintas, das menos invasivas às mais profundas. Enquanto são preferíveis as intervenções preventivas ou mais superficiais – as quais também são mais reversíveis – poderá haver a necessidade de ações mais profundas (p. 81).

Sua gradação vai da *manutenção e conservação*<sup>12</sup>, “sem adicionar ou subtrair nada do corpus estético do artefato”; passando pela *restauração*, que se refere ao “processo de retorno do artefato às condições físicas nas quais ele teria estado em algum estágio do seu desenvolvimento morfológico”; *consolidação*, consistindo em intervenções físicas na matéria do edifício com o objetivo de manter sua integridade; *reconstituição*, uma versão mais profunda da conservação e consolidação; *adaptação a novo uso*, normalmente com alterações na organização espacial interna; *reconstrução*, ou seja, a recriação completa de um edifício; e *replicação*, a reconstrução de um edifício existente, em outro local, coexistindo com o protótipo (FITCH, [1982] 1990, p. 46-47).

É importante sublinhar que a concepção de restauração de James Fitch é fundamentalmente diferente da concepção do restauro crítico e da Carta de Veneza, alinhando-se, por um lado, à visão sobre restauro prevalente até o século XIX e ainda vigente no mundo anglo-saxônico, a exemplo da posição da Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 1980; 2013). Essa posição, por sua vez, não enfatiza o valor documental das obras e as várias

---

<sup>11</sup> Em 1981, Sylvia Ficher editou em português um resumo das questões expostas e debatidas por James Fitch em aula ministrada por ele em agosto de 1978 na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, como parte do Curso de Especialização sobre Patrimônio Ambiental Urbano. Para a realização, além das gravações das aulas, foi consultado o texto ainda inédito de *Historic Preservation: Curatorial Management of the Built World*. (FITCH, 1981)

<sup>12</sup> No original, *preservation*. No âmbito desta tese, temos **preservação** como um conjunto mais amplo de ações em um bem patrimonial e, **conservação**, intervenções de ordem física que tenham como objetivo salvaguardar os principais valores patrimoniais do bem. Nesse sentido, a concepção trazida por James Fitch é distinta e relacionada a tradição estadunidense. *Preservation* para FITCH, seria a manutenção do artefato nas mesmas condições físicas que foi recebida pela agência curatorial, sem nenhuma adição ou subtração do seu corpo estético (FITCH, [1982] 1990, p. 46).

estratificações de sua configuração ao longo de sua existência, bem como as demais marcas da passagem do tempo (KÜHL, 2010, p. 292).

FITCH incorporou a seu pensamento e à sua obra o conceito bastante comum de preservação vigente nos Estados Unidos, o do *período de significância*, ou seja, o período definido como paradigmático para a ação de preservação. Todas as ações se voltariam para que o edifício correspondesse, em sua aparência, à imagem do edifício, conforme ele seria naquele marco temporal, fazendo com que ele se inserisse em uma narrativa em reconstrução.



Figura 3 - Independence Hall, Filadélfia, EUA (1732-1735). Foto do autor, 2019.

Segundo Jorge Otero-Pailos (2018), a Filadélfia foi um campo importante para a prática da preservação pós-moderna nos Estados Unidos, como a reconstrução “imaginativa” da propriedade da casa de Benjamin Franklin por Venturi e Scott-Brown. Segundo FITCH ([1982] 1990, p. 104, 106), o Independence Hall representou a prática da preservação nos Estados Unidos nos anos 1970, resultado de um trabalho de dez anos finalizado em 1976, no qual o edifício sofreu intervenções profundas. Uma regra fundamental era preservar ao máximo a materialidade original, entendendo por “original” os elementos remanescentes do período entre a construção em 1732-1735 e a Declaração da Independência em 1776.

No *Independence Hall*, em Filadélfia (EUA), um dos monumentos históricos mais importantes do país, por ser o local de declaração da independência, justamente o ano da declaração (1776), foi determinado como marco temporal para obras de consolidação e restauração, tendo em vista as comemorações do bicentenário da independência. O edifício havia passado

por inúmeras intervenções, conforme FITCH ([1982] 1990, p. 146), o principal objetivo da restauração era “obviamente” retornar o edifício à sua aparência o mais próxima possível do seu estado no dia da assinatura da Declaração de Independência, 4 de julho de 1776<sup>13</sup>. (Figura 3)

Muito embora a preservação da matéria fosse uma diretriz importante nessa intervenção, resguardando boa parte do revestimento em madeira existente (FITCH, [1982] 1990, p. 104-106), estava subordinada ao objetivo que foi satisfatoriamente alcançado: a *Assembly Room*, por exemplo, voltou a corresponder às descrições pictóricas e textuais do estado do ambiente no dia histórico, inclusive com a inserção de réplicas das mobílias originais. (Figura 4)



Figura 4 - Independence Hall, Filadélfia, EUA. Assembly Room. (1732-1735). Foto do autor, 2019).

Conforme FITCH ([1982] 1990, p. 104), o edifício sofreu intervenções profundas: toda o revestimento interior (painéis, estuques, acabamentos em madeira, em metal e escadas) foram cuidadosamente removidos. Somente o telhado e as principais alvenarias foram deixados intactos. Para o autor, as consequências *cosméticas* dessa intervenção foram profundas com o objetivo de retornar os elementos à condição pré 1776 o máximo possível. A aparência da *Assembly Room*, corresponde, segundo o autor, à condição mais próxima possível da aparência do dia 4/7/1776, conforme relatos documentais e iconográficos. Há uma preocupação cenográfica na reconstrução do ambiente.

A pátina do tempo, por sua vez, somente deveria ser mantida, para FITCH, em edifícios vernáculos, construções primitivas ou ruínas. Nos edifícios monumentais ou de classes econômicas superiores, as ambições estéticas

---

<sup>13</sup> Dia de comemoração da declaração de independência dos Estados Unidos, remetendo a 4 de julho de 1776, data do *Continental Congress* que declarou que as treze colônias americanas não se sujeitariam mais, nem se subordinariam, à monarquia britânica.

de estado de novo dos projetistas ou proprietários deveriam ser consideradas nos critérios “cosméticos” da intervenção. Nesses últimos casos, os edifícios devem “parecer novos” ([1982] 1990, p. 244-245).

Para FITCH (1994) seria uma proposição *romântica* insistir que o edifício histórico, uma vez tendo sido salvo da destruição, deve ser preservado exatamente no mesmo estado em que foi recebido. Já a pátina de uso, ou intervenções posteriores, embora fosse importante para reconstruir o histórico do edifício, não necessariamente engrandece a sua integridade artística, ao contrário, muitas vezes obscurece as intenções do artista original e do cliente que encomendou a obra.

A fisionomia do edifício no momento da restauração configuraria um registro visual de sua trajetória, cujas evidências físicas acumuladas devem ser consideradas como fontes históricas primárias. Essas evidências físicas seriam colocadas na balança com o critério da “integridade arquitetônica ou estética do edifício em termos puramente formais”, ou seja, se comparado o estado atual com o estado inicial, esses vestígios documentais favoreceriam ou dificultariam a compreensão das intenções estéticas dos construtores originais; além disso, sob o critério que ele denominou “filogenia e o desenvolvimento morfogenético do artefato ao longo do tempo”, tornar-se-ia necessário determinar quais intervenções anteriores foram motivadas por evento ou personalidades historicamente significantes. Para o autor, em teoria, todas essas três considerações são igualmente importantes, mas são, normalmente, contraditórias. Uma decisão equilibrada, para ele, é difícil (FITCH, [1982] 1990, p. 83).

Considerando os exemplos de restauração nos Estados Unidos trazidos por James Fitch, fica claro que a fisionomia do edifício no momento da restauração não resiste ao cotejamento com as intenções estéticas originais e com o peso de eventos históricos ou personalidades e, com isso, o sacrifício dos vestígios documentais que não se enquadram nesses critérios é bastante comum.

FITCH ainda sustenta que a dimensão cultural essencial que permite distinguir uma rua preservada de uma rua em um parque temático da *Disneyland* não é visual, mas sim cognitiva. Para ele, o artefato original (protótipo) é absolutamente único, e não há substituição por réplicas sem perdas de valores. Por isso, ele entende que a perda da capacidade de distinção entre um protótipo e suas réplicas é o abandono da própria cultura. A restauração na sua acepção – ou o “rejuvenescimento” – de centros históricos, no entanto, não representaria perdas significativas. (FITCH, 1994)

Cabe ressaltar a aplicação de FITCH do conceito de energia incorporada (*embodied energy*) no mundo construído para motivar e justificar sua preservação. Para ele, à medida que se torna possível quantificar e expressar os custos de um edifício em termos de energia, os argumentos em favor da

preservação, em comparação com a substituição do edifício, adquirem maior consistência. (FITCH, [1992] 2006, p. 177)

★ ★

## **CAPÍTULO 2**

### **O edifício moderno como objeto patrimonial**

CRIADO EM 1988, EM EINDHOVEN, na Holanda, o DOCOMOMO foi o grande catalisador do debate sobre a preservação da arquitetura moderna e se consolidou como o grande fórum de discussão a partir da década de 1990. Tinha como objetivo criar uma rede e uma plataforma de discussões entre entusiastas da arquitetura do Movimento Moderno e grupos de especialistas inseridos no campo, fossem individuais ou representando outras organizações e instituições (DOCOMOMO, 1989).

O lema fundacional da organização era de que a restauração da arquitetura do Movimento Moderno deveria ser feita com abordagem e técnicas distintas das utilizadas para edifícios de outros períodos. De um modo geral, partindo-se desse entendimento, criou-se uma posição antagônica ao arcabouço teórico e metodológico da preservação fundamentado na corrente do Restauro Crítico – em especial, na Teoria da Restauração de Brandi (BRANDI, [1963] 2004) – e na Carta de Veneza (1964). Essa posição foi se consolidando juntamente com a instituição no decorrer dos anos 1990, dando o tom das publicações do Docomomo nesse período<sup>1</sup>.

## **Docomomo e a visão predominante nos anos 1990-2000**

OS PRINCÍPIOS VÁLIDOS, para lidar com os monumentos, foram vistos como colidentes com as características da própria arquitetura moderna e, por isso, não seriam adequados, não seriam aplicáveis (MACDONALD, 2009, p. 1). Para John ALLAN (2007), muito embora inserida numa linha histórica, a preservação da arquitetura moderna deveria ser uma disciplina própria, com narrativa, instituições, estudos de caso, redes e discursos próprios. Nessa mesma linha, posicionou-se Theodore Prudon<sup>2</sup>. O arquiteto holandês, radicado em Nova York, consolidou a filosofia de preservação da arquitetura moderna, relacionando-a com a teoria e com a prática da preservação tradicional, publicando em 2008 o livro *Preservation of Modern Architecture* (PRUDON, 2008).

A preocupação com a preservação da arquitetura moderna, a criação do Docomomo e o entendimento da necessidade de um arcabouço próprio surgiram da constatação de que os edifícios construídos sob o signo do Movimento Moderno estavam continuamente sofrendo descaracterizações importantes, bem como sofrendo com constantes demolições.

A grande quantidade de bens do Movimento Moderno e as características bem particulares dessas obras eram as razões alegadas para essa secessão

---

<sup>1</sup> Com destaque para a série Docomomo Journals, semestral, iniciada em 1989. A série denominou-se *Newsletter* até o oitavo número, de janeiro de 1993.

<sup>2</sup> Theodore Prudon é professor nos programas de pós-graduação em Preservação Histórica na Columbia University e no Pratt Institute em Nova York. Possui também um escritório, Prudon and Partners, com relevante atuação em preservação nos Estados Unidos. Ele é, atualmente, o presidente do Docomomo US.

no campo da preservação (RAPPAPORT e PRUDON, 1996, p. 26). No primeiro caso, o entendimento era o de que seria necessário desenvolver estratégias diferentes de preservação que permitisse lidar com esse enorme volume de bens e de que os instrumentos legais, teóricos e conceituais tradicionais não seriam viáveis para tal. No segundo, relacionavam-se questões conceituais, tecnológicas e de dimensões dos edifícios que impediam a adequação dos métodos existentes.

Os princípios tradicionais foram vistos, então, como inadequados econômica e comercialmente para lidar com o edifício moderno, focando principalmente na retenção da matéria existente como o grande problema. A reposição de peças cerâmicas sob os princípios da restauração em grandes extensões<sup>3</sup> (DAVIS, 1990), os reparos em cortinas de vidro de arranha-céus<sup>4</sup> (NAVARRO, 1994), por exemplo, foram vistos como inviáveis.

Diante disso, a compreensão preponderante era a de que, ou se desenvolvia um arcabouço próprio, ou o edifício estaria relegado à demolição, ao abandono ou à desconfiguração. Não seria possível encontrar soluções aos dilemas levantados com base na teoria de restauração predominante.



CONCEITUALMENTE, partiu-se do pressuposto de que havia uma espécie de obsolescência programada na gênese do edifício moderno (DOCOMOMO, 1989), levando-se em conta o contexto da industrialização e da facilidade – e a necessidade – de constante reposição dos produtos. Havia, assim, a previsão proposital de curta vida útil para as estruturas que deviam atender, de maneira bastante específica, a um determinado problema funcional, sem expectativa de duração de longo prazo. A escolha dos sistemas construtivos e dos materiais, segundo esse ponto de vista, referendavam essa obsolescência programada, principalmente com o uso de soluções menos robustas e com a possibilidade de inovação.

Como consequência, os materiais, componentes e sistemas passavam a envelhecer muito rapidamente ou se tornavam disfuncionais, gerando problemas e custos elevados de manutenção, bem como perda de desempenho do edifício. Assim, antes de serem considerados patrimônio, ou seja, antes

---

<sup>3</sup> A partir de análise de projeto do escritório Avanti Architects para a restauração do Finsbury Health Centre, em Londres, DAVIS (1990) sustentou que uma intervenção com uma abordagem “arqueológica” no revestimento cerâmico do edifício teria custos proibitivos, tendo em vista suas dimensões. A posição do escritório responsável pela restauração foi de refazer todo o revestimento com cerâmicas o mais próximas possível da original. Segundo DAVIS, do ponto de vista “arqueológico”, a solução ideal seria individualmente produzir novas peças para que se assemelhasse o máximo possível ao padrão original, o que seria dada a extensão do edifício, proibitiva. (DAVIS, 1990, p. 29)

<sup>4</sup> NAVARRO (1994) analisou a restauração do *Empire State Building* em Nova York, particularmente da cortina de vidro. Segundo o autor, a falta de fabricantes que pudessem reformar as esquadrias em aço existentes, na escala da obra e de maneira viável com relação aos custos e ao tempo. Houve, também, uma preocupação com os procedimentos. A recuperação das janelas do edifício demandaria a retirada das folhas para efetuar os reparos necessários e efetuar um contrato distinto para a remoção da tinta existente e a realização de um novo acabamento. Essa operação não encontraria logística, nem seria comercialmente viável (NAVARRO, 1994, p. 58).

de a eles serem atribuídos valores culturais que justificassem essa condição, o bem já se encontrava em um estado de deterioração física, técnica e funcional ou, por outro lado, apresentando alterações tão profundas que comprometiam até mesmo o seu reconhecimento como obra relevante.

Além disso, a preservação desses edifícios *descartáveis* estava em conflito com a própria lógica do campo, criando o paradoxo de se prolongar a vida de edifícios cujas intenções projetuais e sua matéria haviam sido supostamente determinadas, exclusivamente, em virtude do programa e dos objetivos funcionais para os quais foram construídos (ALLAN, 1994; DE JONGE, 1994). Não era a intenção, no entanto, o descarte da arquitetura moderna, mas sim buscar novas abordagens a serem consideradas em uma intervenção (DOCOMOMO, 1989).

É nessa linha que De JONGE e DOOLAAR (1994) sugeriram que, se os edifícios já tinham cumprido com o ciclo de vida originalmente concebido para eles, eles podiam, então, ser objetos de transformações mais intensas, sem a perda de valores patrimoniais (p. 23).

Tais transformações visavam a ajustar o desempenho do edifício aos requisitos contemporâneos, bem como recuperar a funcionalidade eventualmente comprometida. Assim, conforme PRUDON (2008, p. 30), a obsolescência da arquitetura moderna é definida, portanto, em termos físicos e funcionais, notadamente nos materiais e nos sistemas dos edifícios. Para ele, a obsolescência é mais aguda na arquitetura moderna do que nos edifícios tradicionais, tendo em vista que materiais novos ou aperfeiçoados lançados no mercado, logo seriam suplantados por outros produtos (p. 30).

A **obsolescência técnica ou material** relaciona-se ao desempenho. Com os parâmetros contemporâneos esperados para os sistemas, elementos e materiais e do edifício como um todo, muitos dos métodos construtivos utilizados há cinquenta, sessenta anos, passam a ser vistos como obsoletos, tendo em vista aspectos como eficiência energética, conforto ou funcionalidade. Essa obsolescência material, para PRUDON (2008), tem origem no acelerado ritmo de produção de novos materiais e sistemas e é agravado por sua quase imediata substituição no mercado no período moderno. As cortinas de vidro são casos normalmente relacionados a essa obsolescência técnica e material que se soma à obsolescência funcional uma vez que não alcançam o desempenho requerido atualmente (DE JONGE, 1996).

A **obsolescência funcional** decorre da premissa da arquitetura moderna em resolver de maneira mais precisa e menos geral as necessidades de ocupação e uso a época da sua concepção. Para PRUDON (2008, p. 30), quanto mais precisas tenham sido determinadas as necessidades à época do projeto, maior será a probabilidade de essas demandas mudarem e de, portanto, os edifícios deixarem de ser considerados funcionais ou eficientes.

A evolução do uso original, frequentemente muito específico, e as expectativas sempre muito dinâmicas da área comercial ou imobiliária produzem novas e não previstas demandas nos edifícios, que ameaçam sua preservação em longo prazo. Além disso, há outros problemas relacionados às normativas e legislações de segurança e saúde, sistemas elétricos e mecânicos e acabamentos interiores que demandam contínuas alterações nos leiautes internos, com grandes implicações físicas. É algo, para o autor, que está na gênese, na concepção da arquitetura moderna (PRUDON, 2008, p. 25)

Bastante próxima dessa concepção de obsolescência funcional, RAPPAPORT E PRUDON (1996, p. 26) se preocuparam com a **obsolescência tipológica**, causada, segundo eles, por uma difusão de edifícios especializados no século XX, como o TWA Terminal (1962, Eero Saarinen), no aeroporto John Kennedy, em Nova York. Para eles, à medida que a arquitetura moderna se propunha a resolver de forma minuciosa todas as demandas programáticas, as soluções também seriam muito específicas, criando tipos próprios para problemas próprios. Somam-se a isso as rápidas transformações tecnológicas do período, o que levaria, assim, à rápida perda de função de todo um edifício. Foi o que ocorreu com o TWA. Pouco depois de sua inauguração, com as mudanças no sistema de transporte viário, o terminal já não respondia às demandas funcionais e tipológicas. Para estes casos, a alteração no uso – não somente na organização espacial interna – seria mandatória para a preservação. (Figura 5)



Figura 5 – Terminal TWA, Nova York, EUA (arquitetura: Eero Saarinen, 1962; restauro e readaptação: Beyer Blinder Belle, 2019). Foto do autor, 2019.

Atualmente TWA hotel, após projeto de restauração e readaptação pelo escritório Beyer Blinder Belle (2019). Após mais de quinze anos desocupado, o terminal agora funciona como lobby para o hotel. Foram construídas duas novas alas com 512 quartos, e uma sala de conferências de aproximadamente 4.200 m<sup>2</sup> (foto do autor, 2019)

Outro problema se refere à obsolescência **econômica**, relacionada à imagem do edifício – ou à aceitação de sua imagem pelos usuários, consumidores –, ao desempenho técnico e funcional, bem como à eficiência energética e aos custos de manutenção. Para RENCKENS (1996, p. 40), torna-se decisiva à preservação a relação do imóvel com o retorno financeiro proporcionado por ele. Além disso, essa vida útil econômica está condicionada ao mercado imobiliário e à disponibilidade de opções mais vantajosas nesse mercado, bem como a própria vida útil das empresas, não raramente menores que a vida útil dos edifícios. Muda-se o ocupante, mudam-se as demandas.

Já a **obsolescência estética**, tem a ver com perda do apelo positivo que o edifício trouxera à sociedade, perdendo seu valor de novidade (JOKILEHTO, 2003, p. 108). É questão frequente, levantada na bibliografia, a percepção negativa da arquitetura moderna aos cidadãos, aos usuários, seja por motivações estéticas, seja pela relação com a cidade, ao conforto ou ao bem-estar. Segundo PRUDON (2008, p. 25), este aspecto é um sério obstáculo aos esforços de preservação. Para o COUNCIL OF EUROPE (1991) e para PEARLMAN (1992), ainda que a arquitetura moderna fosse apreciada pelo público especializado, não gozaria do mesmo prestígio com o público em geral, sendo menos reconhecida, normalmente, do que arquiteturas de períodos anteriores.

Conforme PRUDON (2008), no entanto, há certas obsolescências que envolvem uma questão de percepção do público, como, por exemplo, as relacionadas a alguns materiais da arquitetura moderna lançados como inovação, mas que acabaram por ser datados de maneira negativa, representando, mas não como, necessariamente, uma obsolescência técnica.

Essas obsolescências levariam a substituições de materiais e alterações físicas muitas vezes alheias às preocupações preservacionistas. Antecipar esse fato, para DE JONGE (1996), é fundamental para a preservação, propondo-se soluções que correspondam às expectativas de desempenho, mas que não comprometam a imagem – ou a concepção – do edifício moderno como tal. A materialidade não foi posta em questão pelo autor.



A ARQUITETURA MODERNA tem, conforme os autores dessa visão predominante dos anos 1990-2000, seus principais valores relacionados a esse primeiro ciclo de vida, sobretudo em aspectos abstratos da inovação formal, funcional, tecnológica que ela representa. O edifício, é visto mais no contexto do Movimento Moderno do que como um elemento físico, condicionado por – e influenciando – um contexto maior, histórico e social. Assim, o que está em jogo – e o que deve ser preservado –, segundo esse raciocínio,

é o edifício como manifesto, como conceito, como experimento, como protótipo e, não menos importante, como expressão artística de seu arquiteto<sup>5</sup>.

Segundo essa ótica, os valores mais relevantes do edifício moderno relacionam-se a um estado anterior à sua própria existência como edifício. Em alguns casos, a própria materialização da ideia já configura o início do processo de deterioração da arquitetura. A construção desvirtuaria a entidade arquitetônica formada na concepção, na ideia inicial, uma vez que o sistema construtivo, as técnicas e os materiais poderiam estar aquém, tecnologicamente, do elemento idealizado. A execução poderia ainda ocorrer de forma distinta do projetado.

Assim, seriam os valores intangíveis e abstratos, manifestados nas intenções projetuais, na ideia original, na verdade conceitual, que orientariam a preservação. Diferente, portanto, de outros períodos, onde a significância é fruto sobretudo da realidade física do edifício<sup>6</sup>.

Essa foi uma questão central para a concepção dominante da época e conectada à importância da integridade visual do edifício. Desta forma, a autenticidade, até então relacionada à matéria, devia ter sua abrangência ampliada para incluir o desenho original e a intenção do arquiteto como um novo aspecto condicionante e determinante da restauração. (PRUDON, 2008, p. 25-26)

Logo, para PRUDON (2008), uma substituição completa de um material não necessariamente alteraria a autenticidade de um bem uma vez que a questão aqui se tornou menos material, e mais de aparência em termos de transparência e refletividade, ou a sua habilidade de transmitir o significado (p. 164). A substituição dos vidros da Casa do arquiteto Philip Johnson (1906-2005), construída em 1949 (New Canaan, EUA), não faz com que ela deixe de ser “a” *Casa de Vidro*. (Figura 6)

---

<sup>5</sup> O entendimento da arquitetura moderna como expressão da inovação e de que essa percepção é condicionante à sua preservação e o guia para a sua restauração está bastante difundido nos textos publicados nos anos 1990 e 2000, adquirindo novos matizes mais recentemente. Vários artigos dos *Docomomo Journals* e das Conferências Internacionais da instituição tratam do tema. Para STRAPPA (1991), o *design* é o objeto da preservação, uma vez que é esse aspecto que difere a arquitetura moderna das demais, sendo a construção, ou a matéria, apenas o produto reproduzível (p. 6). Já para REBEL (1992), o que está em jogo para os edifícios-manifesto do Movimento Moderno é o conhecimento de suas essências e a possibilidade de percepção dos pontos de partidas conceituais das obras por meio da forma arquitetônica. KAIRAMO (1991) e MEURS (1993) ressaltaram que a importância que damos a muitos dos monumentos modernos remeteria diretamente ao arquiteto que os concebeu, diferente de arquiteturas de outros períodos, que essencialmente foram se tornando criações mais coletivas com as estratificações da história (KAIRAMO, 1991). SANMARTÍ (1993) entendia que os edifícios icônicos ou paradigmáticos do Movimento Moderno constituem, antes de tudo, edifícios-manifesto. São protótipos segundo os quais réplicas são criadas em contextos geográficos e temporais completamente variados. MEURS (1993) dispôs que a monumentalidade do Movimento Moderno é proporcionada por uma “aura imaterial” e, dessa maneira, relaciona-se a uma “verdade conceitual” além da “verdade material”. Esse é o entendimento de outras publicações da primeira década dos anos 2000. Além do próprio PRUDON (2008), já citado, autores como BAXTER (2001) e CANTACUZINO (2003) caminham por essa trilha.

<sup>6</sup> Há um paralelo desse posicionamento com esforços de preservação de outras manifestações culturais, conforme lembrado por FITCH ([1982] 1990) para as artes performáticas, por exemplo. Segundo ele, em muitos casos, a preservação do protótipo é suficiente para que a criação artística inerente ao bem cultural seja passada a outras gerações, permitindo, inclusive, novas réplicas em outros contextos.



Figura 6 - Casa de Vidro, New Canaan, EUA (Philip Johnson, 1949). Foto do autor, 2015.

Construída pelo arquiteto estadunidense para ser sua moradia, essa obra se caracteriza essencialmente por sua transparência. Para Prudon (PRUDON, 2008, p. 164), se a integridade de uma estrutura é definida como sua habilidade de transmitir a significância inicialmente atribuída a ela, a substituição completa não altera essa integridade em si.

O caminho, portanto, seria o **retorno à condição original** como premissa, incluindo nessa condição original as intenções projetuais do arquiteto (*design intent*). Em suma, a busca, por meio do restauro, do estabelecimento de um ponto no passado do edifício no qual ele expressasse, da melhor maneira possível, a *verdade conceitual* existente à sua concepção. Ou a uma condição que, eventualmente, nem tenha existido concretamente, mas abstratamente durante o processo projetual. Segundo PRUDON, a intenção projetual é a expressão visual e conceitual da criatividade do arquiteto e, portanto, comunicar todos os aspectos tanto do edifício quanto da sua construção (p. 35).

É importante observar que, na tradição anglo-saxônica, em oposição à linha latina contemporânea, especialmente italiana e francesa, o objetivo da restauração é o retorno à condição original ou a reconstituição de um período específico da história do edifício. É desse contexto que autores importantes sobre o Moderno, como, ALLAN (1994; 2007) e PRUDON (2008), partem para entender que a intenção projetual é o momento de maior valor do edifício e ao qual as ações de restauro deverão se remeter. A fase inaugural da obra e os períodos posteriores colocam-se em segundo plano, fazendo com que a autenticidade material tivesse uma importância secundária, conforme defende PRUDON (p. 35).

Esse foi o posicionamento defendido no âmbito do DOCOMOMO<sup>7</sup>, tido como uma abordagem mais pragmática, distante da preservação tradicional e fundamentada em um método próprio que concebe um profundo estudo e compreensão do edifício e seu projeto. (LEROY, 1991, p. 57-58)

É nessa linha ainda que DE JONGE (1995) analisou sua intervenção de restauração do Pavilhão Holandês da Bienal de Veneza (1954), de Gerrit Rietveld (1880-1964), em 1995. Para o autor, no caso de um pavilhão, em que a vida útil se resumiria a um momento de exposição, ele se permitiu desconsiderar todo o percurso ocorrido após a inauguração da obra. O autor afirmou que, em contraste com outros monumentos mais antigos, que permitem a eles mesmos serem lidos como livros de história em forma de construção, não haveria motivos para se fazer uma restauração voltando ao original, desconsiderando a passagem histórica do tempo, nesse caso específico (p. 57-58).



A CONDIÇÃO ORIGINAL, representada muitas vezes por um estágio de concepção, de projeto, antes mesmo da própria materialização do edifício, requer, ainda, ser vista em sua totalidade, como um conjunto coerente e coeso da ideia de arquitetura. Assim, a **preservação da unidade**, que, em tese, não contraria os princípios do restauro crítico, que estava sendo antagonizado, foi uma preocupação relevante. Entretanto, o desenvolvimento do raciocínio levou a direções diferentes.

Para KAIRAMO (1991) e para MALLIET (1993), a preservação da unidade é mais complexa para o edifício moderno em comparação a outras arquiteturas. Por seu caráter orgânico, cujas partes são interdependentes e dependentes do todo, qualquer perturbação na continuidade se torna inevitavelmente um problema para o edifício como um todo, em vários níveis<sup>8</sup>. Assim, a restauração deve respeitar a unidade global o máximo possível, e cuidadosamente preservar a função original de cada elemento. Qualquer alteração afeta não somente a respectiva parte, mas influencia no aspecto e no desempenho de todo o conjunto (MALLIET, 1993, p. 57).

Além disso, essa unidade, em que a arquitetura moderna se caracteriza pela produção de edifícios-manifesto, guarda uma estreita conexão entre a

---

<sup>7</sup> Alguns exemplos podem ser extraídos dos Docomomo Journals e dos anais das Conferências da instituição, que reforçam um posicionamento institucional nesse sentido. Cécile BRIOLLE e Jacques REPIQUET, que atuaram na restauração da Villa Noailles (1924, Hyères, França), e Robert Mallet-Stevens, em meados dos anos 1980, ressaltaram textualmente que a opção pela restauração significava o retorno à aparência original do edifício (BRIOLLE e REPIQUET, 1992, p. 178). Já o arquiteto Norman Foster, ao justificar uma intervenção de sua autoria em uma casa projetada por Mendelsohn - Chermayeff House, em Londres, - sublinhou o fato de que a estratégia de projeto foi principalmente restaurar a matéria da casa ao mais distante possível, até sua aparência original (DUNETT, 1993, p. 38). ZERRES, ao comentar a restauração da Thyssen Haus, resalta que a reconstrução da fachada, necessária para atender aos requisitos de desempenho, foi feita com uma estrutura e uma aparência que fortemente se refere ao desenho original da fachada. (ZERRES, 1996, p. 55)

<sup>8</sup> KAIRAMO tratou das obras de Alvar Aalto (1898-1976), na Finlândia, e MALLIET se referia ao Museu Guggenheim, de Frank Lloyd Wright (1867-1959) em Nova York (EUA).

concepção ideológica e a forma e, nesse sentido, quase qualquer alteração irá destruir a essência da arquitetura e comprometerá o entendimento do ponto de partida daquela arquitetura. A unidade a ser preservada, além de intrínseca ao objeto arquitetônico, inclui, nesse raciocínio, a unidade entre a concepção e a obra construída (REBEL, 1992, p. 58), com clara predominância das intenções originais sobre o que, de fato, foi executado. Volta-se, portanto, à *intenção de projeto*.

Até mesmo essa unidade entre a ideia e o objeto tangível, se não tivesse sido alcançada durante a construção, poderia ser estabelecida pela primeira vez, quando houvesse supostas incoerências entre o edifício efetivamente construído e seu projeto. Entrar nesse campo da hipótese seria permitido, desde que essa hipótese fosse embasada em um profundo conhecimento sobre a arquitetura moderna e sobre a obra e seu arquiteto.

Em nome dessa unidade e com respeito à concepção como a maior expressão do edifício moderno, as adições pretéritas do edifício são, em princípio, rejeitadas e, preferencialmente, removidas. Caso houvesse necessidade de algum acréscimo, conforme HENKET (1993, p. 38), ele deveria ser realizado com total respeito à unidade arquitetônica, interpretando as intenções projetuais do arquiteto original.

Já os sinais de envelhecimento do edifício não são vistos com simpatia nessa visão predominante dos anos 1990-2000. Há, nesse raciocínio, o entendimento de que o edifício moderno deve refletir seu caráter de inovação e de que a concepção do arquiteto, juntamente com a unidade arquitetônica dessa concepção e, no máximo, com sua inauguração, constituem seus principais atributos e representam seus valores mais fundamentais.

A partir dessa compreensão, a necessidade de uma aparência de novo do edifício torna-se mandatória e a conspurcação dessa condição será indesejável, como, por exemplo, aquelas causadas pelas marcas do tempo ou pelos desgastes relacionados ao uso. Assim, a **pátina do tempo** deveria ser removida para que a leitura e a compreensão do edifício não fiquem comprometidas. Segundo PRUDON (2008), ela é perfeitamente aceitável ou até mesmo apreciável em arquiteturas de períodos anteriores, mas gera questionamentos no moderno, tendo em vista que, nesse caso, a aparência de novo muitas vezes é primordial. Pode ser vista como um distanciamento ou uma ruptura com a intenção projetual e uma indicação indesejada de baixo desempenho dos materiais e do edifício (p. 25-6).

A arquitetura moderna, para PEARMAN (1992), não envelhece com graça e perde uma série de valores com sua aparência maculada pelo tempo. Nada parecia pior, para ele, do que uma superfície branca, ou um concreto aparente, ou mesmo uma cortina de vidro, que demonstrasse os desgastes do tempo. Essa visão, muito difundida no início do debate sobre a preservação

do edifício moderno, foi repensada em publicações mais recentes que reconhecem valores nas marcas da passagem do tempo nesses bens.



RESPEITANDO-SE A UNIDADE, e observando-se o desenho original, e dando pouco valor às adições e às marcas do tempo, adaptações técnicas e funcionais da arquitetura moderna devem ser incentivadas como, na maioria dos casos, a única forma de se viabilizar a preservação da arquitetura moderna. Segundo JOKILEHTO (2003, p. 108), até mesmo alguns mestres do modernismo tinham consciência de que seria impossível proteger suas próprias obras por mais tempo do que sua funcionalidade permitisse. Mudar, portanto, é a única forma de preservar.

Logo, atualizar os aspectos funcionais do edifício e de seus sistemas solucionaria os problemas de obsolescência funcional/tipológica e técnica/material dos edifícios e recuperaria a viabilidade econômica e social do edifício moderno, possibilitando, assim, sua preservação (DE JONGE, 1994, p. 21).

Essa questão fora visualizada já em 1991 pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa, o qual editou uma Recomendação voltada ao patrimônio moderno. Esse órgão aconselhou os governos nacionais, regionais e locais a buscarem os usos mais apropriados para proteger esse patrimônio, que levassem em conta as necessidades contemporâneas desde que tais alterações não comprometessem o significado histórico que tenha sido a própria razão da proteção (COUNCIL OF EUROPE, 1991, p. 3).

DE JONGE (1994, p. 21) defendeu então que, para a sobrevivência dos edifícios modernos, é necessário que os mesmos assimilem as mudanças de funções que as circunstâncias econômicas e sociais demandam. Essa pressão por mudanças constituiria o maior desafio para os preservacionistas, ou, conforme afirmou PRUDON (2008, p. 25, 165), buscar o equilíbrio entre viabilizar a função (uso) e desempenho adequados e a recuperação das intenções originais.

Os novos elementos introduzidos – tanto para a atualização funcional, quanto técnica – devem ser compatíveis com os originais, sendo fundamentados em extensa pesquisa documental e histórica e, ao mesmo tempo, atualizados segundo as tecnologias contemporâneas. Além disso, os novos materiais e sistemas devem proporcionar uma manutenibilidade mais adequada, de menor custo (REDINI, 1991; SANMARTÍ, 1993). Nos casos de completa substituição, se necessária, BAXTER (2001) defendeu que houvesse um completo registro do material removido.

A questão referente às cortinas de vidro era, e é, bastante paradigmática nesse sentido. A substituição completa do sistema tem sido uma constante, como no Edifício das Nações Unidas (Wallace Harrison e equipe), inaugurado em 1952 (SILVA, 2017), e no *Empire State Building* (Shreve, Lamb and Harmon), inaugurado em 1931 (NAVARRO, 1994), dois exemplos situados

em Nova York (Figura 7). Tanto a grande quantidade de problemas decorrentes da novidade do sistema, quanto as demandas atuais de desempenho ambiental/energético têm sido motivação por alterações profundas.



Figura 7 - Edifício-Sede da Organização das Nações Unidas -ONU, Nova York, EUA (Wallace Harrison e equipe, 1952; renovação: RSG Architects, 2014). Foto do autor, 2019

Toda a cortina de vidro foi substituída em intervenção realizada entre 2008 e 2014, em um projeto de renovação intenso realizado pela instituição, com o objetivo de atualizar a construção e contemplar novas tecnologias para melhor seu desempenho. Além disso, havia o objetivo de promover a recuperação, a renovação ou a substituição de várias partes do complexo. De acordo com o Plano Diretor (*masterplan*) elaborado em 2000, duas alternativas foram aventadas para a renovação: uma, de menor custo, seria a realização de trabalho de forma reativa ao longo de um período definido, implicando em “uma substituição ou alteração fragmentária de quase todos os sistemas”. Como desvantagem, Silva ressaltou que em um período de 25 anos, o complexo estaria reparado, mas não atualizado nem melhorado. No sentido oposto, fora considerada a demolição e reconstrução completa, descartada pelo reconhecimento da integridade do bem e do considerável impacto quanto à sustentabilidade. Como alternativa, concluiu-se que o adequado seria um programa de renovação planejado em etapas para um período definido. (SILVA, 2017, p. 23, 134, 135)

As próprias soluções projetuais podem, segundo essa visão, ser objeto de ajustes e melhorias, quando os detalhes levassem a danos precoces ou custos de manutenção desproporcionais (DE JONGE, 1995, p. 58).

A ressalva e os limites das alterações, melhoramentos e atualizações funcionais e técnicas residem na preservação da ideia original e da imagem do edifício (DE JONGE, 1995, p. 58). Para REDINI (1991), em obras mais significativas, esse equilíbrio deve, necessariamente, pender para a manutenção da ideia original e este ser o limite aceitável para as mudanças necessárias. O potencial de reconversão do edifício deve ser identificado entre a gama de soluções que sejam compatíveis com a ideia original.



DESTA FORMA, o duplo foco, no passado – por meio da volta à condição original –, e no futuro – com a adaptação do edifício às demandas contemporâneas –, está na base do pensamento sobre a preservação da arquitetura

moderna entre os anos 1990 e 2000. Para HENKET (1993), a aplicação desses referenciais teórico-metodológicos sofreria variações a depender da relevância do edifício.

No artigo “*The Icon and the Ordinary*” (1993), ele apresentou o diagrama (Figura 8) no qual, para as obras mais relevantes, a prioridade da preservação se encaixa em um princípio relacionado ao retorno à condição original, ou seja, a maneira mais precisa metodologicamente para se preservar um bem moderno. Algo reservado apenas para poucos exemplares excepcionais, de relevância internacional (HENKET, 1993).

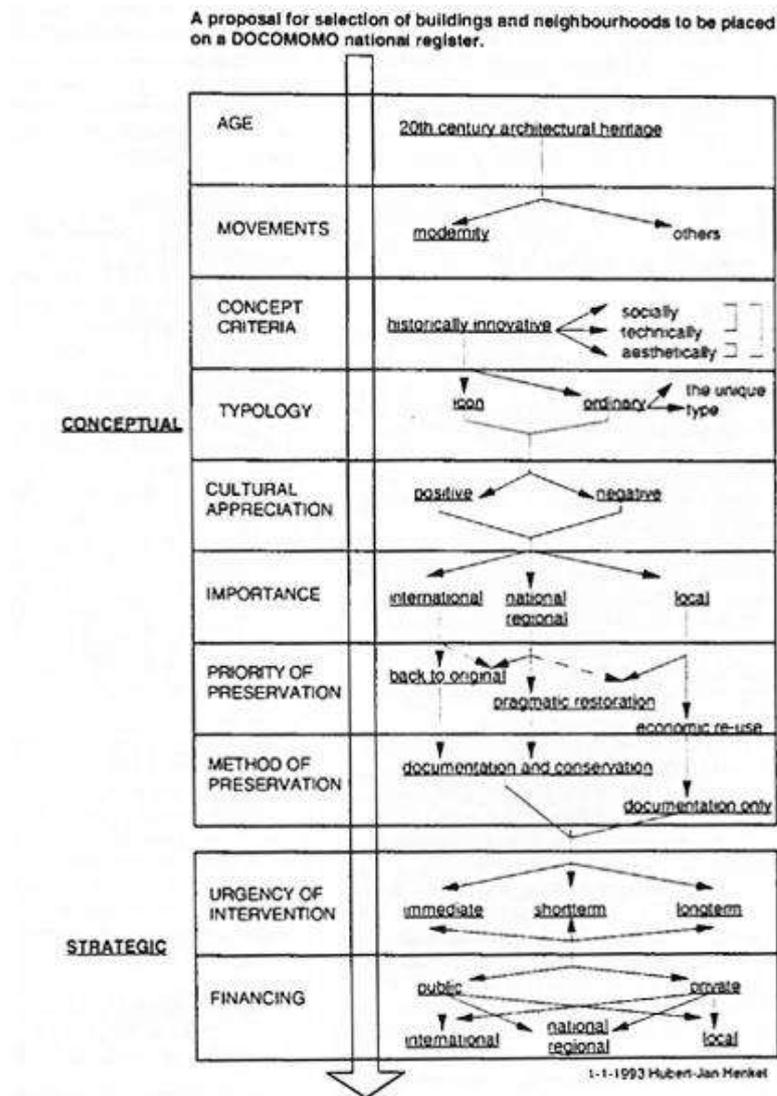


Figura 8 - Proposta para seleção dos registros de obras modernas a serem feitas pelo DOCOMOMO (HENKET, 1993, p. 37)

Os dois outros princípios de preservação referem-se à restauração pragmática e ao reuso econômico, destinados a obras de menor relevância. Para essas últimas, a documentação bastaria como método de preservação. Cabe ressaltar que a restauração pragmática, para ele, é mais voltada a dar funcionalidade ao edifício, sem o compromisso de se buscar a unidade

estilística. Será, no entanto, uma restauração menos invasiva, não por princípios filosóficos ou epistemológicos, mas por economia.

Assim, para HENKET (1993), quanto mais icônico é o edifício, mais valor deverá ser atribuído à imagem e ao conceito arquitetônico relacionado. As questões de uso, ainda que importantes, são secundárias, subordinadas àquelas. A preservação da matéria, por fim, será residual, apenas se não resultar em conflito com a imagem ou com o uso.

Embora não se tratasse de uma licença para a remoção de toda a matéria histórica, como ressaltou PRUDON (2008, p. 36-37), o nível de prioridade ocupado pela preservação da substância existente não permitia ser otimista quanto a sua retenção. Há, por outro lado, um aumento na responsabilidade do arquiteto no sentido de se assegurar completamente da clareza e interpretação da intenção projetual, para que ela possa ser incorporada no processo de preservação do bem e para que a intervenção seja intelectualmente defensável (p. 36-37).

Nesse contexto, a **documentação original** do edifício passou a ser encarada como também um problema e um objeto para a preservação. Em alguns casos, de edifícios menos significativos, como o único objeto para cuja preservação seria indispensável.

Segundo HENKET (1993), tendo em vista a enorme quantidade de edifícios do movimento moderno, não é viável, nem desejável, que todos, ou até mesmo que a sua maioria, sejam objeto de intervenções restaurativas, nos moldes tradicionais ou, por exemplo, com o retorno à condição original ou à intenção do projeto. Em poucos casos, a preservação *strictu sensu* é justificável e desejável por razões econômicas ou emocionais. Em um edifício ou uma área urbana, menosprezados pela opinião pública, a documentação poderá ser um meio efetivo de preservação.

Tratar-se-á de uma maneira, portanto, de se preservar a ideia, a filosofia do movimento moderno, com menores custos e permitindo maiores intervenções nos próprios edifícios. Uma documentação completa somada à preservação dos desenhos originais, em alguns casos, promoverá uma preservação mais adequada do que um desesperado reparo do próprio bem<sup>9</sup> (CASCIATO e DE JONGE, 1992, p. 17).



OS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS nesse período, embora em grande medida antagônicos ao Restauo Crítico e à Carta de Veneza, possuíam relação com outras correntes e tradições de preservação. A preocupação de se preservar um movimento artístico em particular é recorrente na historiografia da

---

<sup>9</sup> Conforme discussão sobre autenticidade ocorrida no seminário Il Restauo dell'Architettura Moderna, em 1992. (CASCIATO e DE JONGE, 1992)

preservação. O desenvolvimento conceitual ocorrido na segunda metade do século XIX, por exemplo, dedicava-se especialmente à arquitetura gótica, tanto na Inglaterra – com Ruskin e Morris – quanto na França, com Viollet-le-Duc<sup>10</sup>. Este último, com sua restauração estilística, fornece subsídios fundamentais para se entender a ideia subjacente à preservação da arquitetura moderna na condição de um estilo, de uma ideia, de um movimento artístico.

A busca por soluções para reforçar – ou até mesmo criar – uma unidade estética no conjunto de obras, revelando um apego a um conceito mais amplo e abrangente e levando a uma grande preponderância da instância estética sobre a histórica, da imagem sobre a matéria, também era fundamental na filosofia de Viollet-le-Duc.

O profundo conhecimento do estilo, do movimento são o fundamento para que o restaurador se apresente como legítimo para intervir na obra quase como se incorporasse o arquiteto original ou um artesão do período. Desta forma, poderiam ser corrigidos supostos equívocos de projeto e de construção, propondo-se melhoramentos técnicos e possíveis soluções, imbuído do espírito do criador ou da época.

Assim como em Viollet-le-Duc, a proposta predominante na preservação do edifício moderno nos anos 1990-2000 é o retorno do edifício a algum ponto, real ou fictício, do passado, que prepondera sobre o presente com base no conhecimento estilístico e, atualmente, fundamentado na extensa documentação de projeto e construção disponível e na possibilidade de consulta ao arquiteto original.

A própria definição de Viollet-le-Duc de restaurar como restabelecer o edifício a um estado completo que pode até mesmo não ter existido em um dado momento (VIOUET-LE-DUC, [1854-1868] 2006, p. 29) está muito próxima do entendimento predominante entre os anos 1990 e 2000. Para PRUDON (2008), o marcante enunciado do arquiteto francês, base da restauração estilística, é perfeitamente relacionável com a situação da arquitetura moderna, principalmente a busca da integração entre uma nova viabilidade funcional e o design da intervenção (p. 46).

A tradição de restauro dos países anglo-saxões, em especial dos Estados Unidos, adere-se a essa filosofia. Segundo o *National Park Service*<sup>11</sup>, restauração é o ato ou processo de recuperar com precisão a forma, as

---

<sup>10</sup> Ruskin dá mais valor à arquitetura *pitoresca*, relacionada à expressão gótica, do que à racionalidade do neoclássico. Preocupa-se mais com a preservação da arquitetura “nacional” gótica (RUSKIN, [1849] 2008). Já Viollet-le-Duc concebe um sistema idealizado de correspondência entre forma, estrutura e função para a arquitetura gótica, estabelecendo uma tendência própria de encarar um dado objeto, segundo uma concepção idealizada, transposta também para a restauração. Sua própria definição do termo demonstrou essa tendência: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOUET-LE-DUC, [1854-1868] 2006, p. 29)

<sup>11</sup> National Park Service – NPS, é o órgão federal dos Estados Unidos, subordinado ao Departamento de Interior, que tem a responsabilidade sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do país.

características e o caráter de um bem como ele apareceu em determinado período de tempo por meio da remoção de características de outros períodos de sua história e da reconstrução de características ausentes (WEEKS e GRIMMER, 1995, p. 116). Ou seja, é uma ação com características mais reipristinatórias que conservacionistas. É como essa prática é vista tanto naquele país, como em outros, como o Reino Unido ou a Austrália.

O conceito de **período de significância** nessa tradição e agora, na preservação do moderno, é determinante da restauração. Segundo definição, ainda vigente, do *National Park Service* – NPS dos Estados Unidos, o *período de significância* é o período histórico no qual o bem esteve associado a eventos, atividades ou pessoas importantes ou a época na qual atingiu as características que levaram ao seu reconhecimento patrimonial, iniciando normalmente com a data da construção (EUA. DEPARTMENT OF INTERIOR. NATIONAL PARK SERVICE, 1997, p. 42). Esse conceito, como vimos, é histórica e largamente utilizado na preservação estadunidense, tendo sido, por exemplo, o principal critério para as intervenções de restauração – e até mesmo de reconstruções – realizadas nos centros coloniais ou nas residências das figuras históricas mais relevantes do país. (FITCH, [1982] 1990)

É, entretanto, no reconhecimento do que é a essência da restauração que se observa com mais contundência essa posição de antagonismo com relação à Carta de Veneza. O restauro, segundo a Carta, não é o retorno a um ponto específico no passado, mas uma ação pautada pelo momento do restauro, pelo momento presente, no qual toda a história do bem deve ser considerada, bem como todas as estratificações da matéria e da imagem decorrentes da passagem do tempo.

Desse modo, a intervenção na arquitetura moderna, segundo a visão difundida pelo Docomomo, especialmente em HENKEL(1993) e sintetizada por PRUDON (2008), está relacionada ao entendimento acima exposto de restauração, incorporando a ideia de período de significância para relacionar o edifício e a restauração à época de sua construção ou, antes, de sua concepção.

E, nesse sentido, o próprio conceito de intenção de desenho, intenção de projeto – *design intent* – como determinante, já vinha sendo discutido fora do âmbito da preservação da arquitetura moderna e não é necessariamente uma novidade em certas tradições de preservação, como dos Estados Unidos. PRICE, TALLEY JR. E MELUCCO (1996) apresentaram três textos da década de 1980 que tratam do tema relacionado à conservação de pinturas. Para os autores, é consenso afirmar que os artistas nunca alcançam completamente o que têm em mente durante a concepção de sua obra. Muito embora se possa dizer que a maioria das obras de arte é produzida a partir de uma intenção específica, frequentemente os artistas se mostram descontentes com o resultado, uma vez que a perfeição é inalcançável. Essa

intenção, por sua vez, pode ser múltipla, ou seja, o artista pode ter uma variedade de intenções para uma única obra (1996, p. 162). Para Albano (1996), ainda, pode haver um conflito entre as intenções do artista e a do restaurador e, mesmo que as fontes originais sejam úteis, elas são frequentemente dúbias, contraditórias e requerem uma cuidadosa interpretação para ser uma fonte relevante na interpretação do passado.

★

Já a iniciativa brasileira em preservação de parte de sua arquitetura moderna foi pioneira – ou precoce, a depender do ponto de vista – e antecedeu preocupações ainda não estabelecidas na Europa e nos Estados Unidos. Em 1947, a Igreja São Francisco de Assis (Oscar Niemeyer, 1943, Belo Horizonte, MG) foi tombada pelo SPHAN quando ainda não estava em uso, antes mesmo de ser consagrada pela autoridade eclesiástica. Em 1948, o Ministério da Educação e Saúde Pública (Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, 1936-1943, Rio de Janeiro, RJ) foi também tombado pouco tempo depois de inaugurado. A Catedral Metropolitana de Brasília (Oscar Niemeyer, projeto 1958, inauguração 1970, Brasília, DF) foi tombada em 1962, ainda em construção, apenas com a estrutura em concreto armado concluída.

Já o Conjunto Urbanístico de Brasília, quando tombado e reconhecido pela UNESCO como patrimônio da Humanidade, era uma cidade cujo plano urbanístico inicial não havia sido completamente executado e, como toda cidade, em uma dinâmica expansão urbana. Mais do que isso, é também relevante a intenção do Presidente Juscelino Kubistchek em tombá-la dois meses depois de sua inauguração. (SCHLEE e FICHER, 2010)

Em todos esses casos iniciais estava implícito, ou até mesmo explícito, que haveria de se preservar a ideia do edifício, o projeto do edifício contra desfigurações e perdas maiores como demolições. Modernistas e preservacionistas, como lembram SCHLEE E FICHER (2010), eram as mesmas pessoas no Brasil e, ao mesmo tempo que produziam a arquitetura, buscavam preservar o seu legado por meio da atuação no campo do patrimônio histórico. É, nesse sentido, que Lucio Costa comenta sobre as diretrizes que ele próprio desenvolveu para a preservação do Plano Piloto de Brasília: “só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida (COSTA, [1990] 2012)”.

★

No campo amplo da preservação, os anos 1980-1990 foram um período de reflexões sobre a Carta de Veneza no sentido de ampliar os seus entendimentos, incorporando novos conceitos ou pontos de vista, como, por exemplo, a publicação da Carta de Amsterdam para o patrimônio urbano; a

publicação pelo ICOMOS Austrália da Carta de Burra, com suas posteriores atualizações; a realização da Conferência de Nara e a publicação de suas considerações (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994).

Segundo STOVEL (STOVEL, 1995, p. xxxiv), os princípios universais – ou universalizantes – da Carta de Veneza estavam sendo adaptados por diversos contextos temáticos, nacionais ou regionais, com a edição de diversos documentos que cumpriram esse papel, sobretudo a partir dos anos 1980, como a Carta de Florença (1981), para os jardins históricos, de Washington (1987), para as cidades históricas e a de Burra (1980-2013), no âmbito australiano.

Além disso, expressões pós-modernas na preservação vinham trazendo soluções que desafiavam o status-quo, incluindo aqui os preceitos da Carta de Veneza, com diferentes soluções para a leitura, reinterpretação e comunicação da história. Foi o caso da intervenção de Robert Venturi (1925-2018) e Denise Scott-Brown (1931-) no Franklin Court (Filadélfia, EUA, 1976)<sup>12</sup> e de I. M. Pei (1917-2019) no Museu do Louvre, em Paris, França (1989).



Figura 9 - Franklin Court, Filadélfia, EUA, (Robert Venturi e Denise Scott-Brown, 1976) (foto do autor, 2019).

As estruturas metálicas representam a volumetria das edificações anteriores correspondentes à residência de Benjamin Franklin (1706-1790), um dos líderes da Revolução Americana. Associado a um trabalho arqueológico na área, onde se vê partes da fundação e outros elementos, e a construção de um museu subterrâneo, Venturi e Scott-Brown partiram de uma situação de poucas informações documentais sobre a casa original e propuseram uma “reconstrução imaginativa” (OTERO-PAILOS, 2018). Nessa tendência surgida a partir do Pós-Modernismo na arquitetura, as intervenções passaram a sugerir uma leitura dos principais valores não pela matéria, nem pela imagem, mas por uma narrativa (re)construída, por um engajamento sentimental com o sítio. Essa intervenção, nas palavras de OTERO-PAILOS (2018), se propõe a fazer os visitantes se questionarem sobre o sítio, sobre o edifício, não somente mostrando algo, mas ressaltando as incompletudes. De acordo com FITCH ([1982] 1990, p. 303), essa intervenção marcou um novo nível de maturidade da preservação nos Estados Unidos, apresentando

---

<sup>12</sup> Reconstrução da Market Street Rental Houses, de 1780, onde viveu Benjamin Franklin, em Filadélfia, e a criação de um parque e museu no local, nas comemorações do bicentenário da independência dos Estados Unidos.

novas opções de ação em substituição da reconstrução “literal”, que estaria dentro dos padrões operacionais do *National Parks Service*.

A inserção de elementos arquitetônicos simbólicos nesses lugares – a “estrutura fantasma” metálica da casa e a pirâmide de vidro do museu – transcenderam, de forma ousada, os limites da preservação para que uma nova narrativa, uma nova percepção de espaço fosse constituída. Em vez de uma reconstrução da casa de Benjamin Franklin, como era a demanda, Venturi e Scott Brown se mantiveram no campo abstrato, reconstituindo o contorno da casa, e deixando margem à interpretação do visitante, permitindo a eles se questionarem sobre o objeto histórico, sobre o espaço e não apenas conhecer algo. Trabalharam, portanto, a arquitetura como protagonista em uma ação de preservação e incorporaram a criação artística como solução de um problema patrimonial. (Figura 9, p.50 e Figura 10, p.51)



Figura 10 - Modernização do Museu do Louvre, Paris, França (I. M. Pei, 1983-1993) (foto do autor, 2010)

A obra previa a reorganização e a expansão do museu, com a construção de uma nova entrada para o complexo, oferecendo acesso direto às galerias. A pirâmide de estrutura metálica e vidro de I.M. Pei não apenas se harmonizou com as edificações existentes, mas incorporou novas camadas de valores artísticos ao bem, sendo atualmente indissociáveis o museu e a pirâmide. Ela insere nos valores patrimoniais por meio de uma narrativa interpretativa, nesse caso, remetendo à própria instituição do Louvre e seu acervo.

A intervenção no Grand Central Terminal, em Nova York, pela firma *Beyer Blinder Belle Architects*, também é relevante nesta época (Figura 11 e Figura 12). A ênfase mais no processo e menos no produto e a estetização desse processo foram pontos importantes nessa obra de preservação, que teve James Fitch como consultor. A “limpeza ativista” do teto buscou demonstrar o potencial que poderia atingir o processo de preservação, bem como as profundas alterações na estrutura para viabilizar o uso como uma central de transporte. (OTERO-PAILOS, 2018)



Figura 11 - Revitalização da estação Grand Central Terminal, Nova York, EUA (Beyer Blinder Belle, 1994-atualidade). Foto do autor, 2019.

Trata-se de uma intervenção em diversas fases, iniciada nos anos 1990 e ainda em andamento. A reabilitação do salão principal envolveu a atualização extensiva dos sistemas do edifício, revisão das circulações e até a recriação de uma escada monumental prevista no projeto original mas nunca construída (BEYER BLINDER BELLE, s/d). Conforme OTERO-PAILOS (2018), o ponto de vista pós-moderno nessa intervenção se resalta na ênfase dada mais no processo do que no produto, na estetização desse processo e na intenção de demonstrar todo o potencial, inclusive artístico, da ação de preservação. Além disso, a intervenção não deixou marcas visíveis, a não ser um minúsculo trecho do afresco do teto como registro da situação anterior, mais para representar as potencialidades da profunda limpeza realizada.

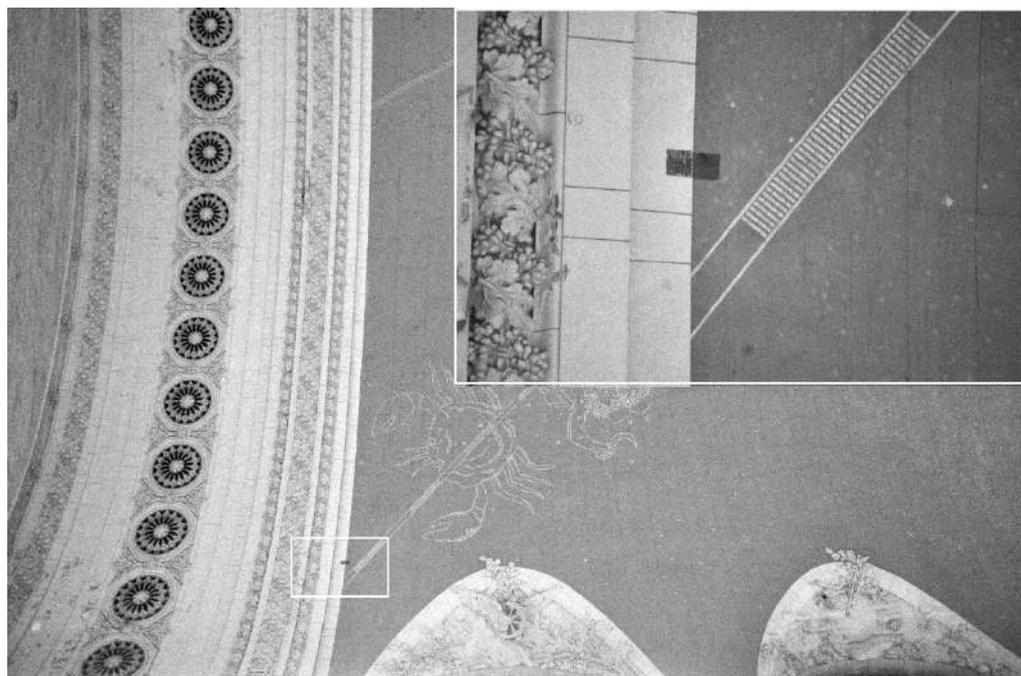


Figura 12 - Revitalização da estação Grand Central Terminal, Nova York, EUA (Beyer Blinder Belle, 1994-atualidade). Foto do autor, 2019.

A limpeza profunda dos afrescos do teto, com a máxima remoção possível da camada de resíduos, sobretudo de fumaça, fez parte do escopo da restauração, tanto para recuperar a ambiência do passado, quanto para demonstrar, segundo OTERO-PAILOS (2018), as possibilidades técnicas e artísticas do próprio processo de preservação. Essa intervenção teve a consultoria técnica de James Fitch.

Na arquitetura, o período foi de preponderância do pensamento do pós-modernismo como crítica ao Movimento Moderno e de suas correntes como prática da produção arquitetônica. A arquitetura, desde os anos 1960, havia perdido a sua hegemonia como “o” estilo internacional, cedendo lugar a diversas manifestações que se consideravam mais adequadas para as demandas da época. A literatura especializada também se avolumou com críticas ao Movimento Moderno, como Robert VENTURI (1966/1977), Charles JENCKS ([1977] 1991) e proposições de novos caminhos, bem como o campo da cultura de maneira mais ampla foi se posicionando, como no ácido texto de Tom WOLFE ([1981] 1990) e sua crítica aos nomes do modernismo europeu que emigraram aos Estados Unidos, como Walter Gropius (1883-1969) e Mies van der Rohe (1886-1969)

Diante desse contexto, as motivações para que se construísse esse posicionamento de secessão no campo da preservação foram as mais diversas. As demandas do mercado imobiliário e da construção civil, diante do volume edificado representado pelos edifícios modernos, não podem ser ignoradas. Esse estoque imobiliário deveria continuar viável economicamente no mercado das grandes cidades, principalmente os edifícios de maior vulto.

Em resposta a essa demanda, parte significativa do campo profissional de arquitetura se posicionou em favor de um legado recente produzido por arquitetos muitas vezes ainda vivos e, ao mesmo tempo, colocou-se como capaz de preservar esse legado atendendo ao mercado e suas vicissitudes. Com isso, haveria de se disputar espaço no (e do) campo patrimonial.

Diante disso, a preservação dessa arquitetura somente é possível, afastando-se da restauração tradicional, inviável econômica e logisticamente; permitindo-se adaptações nos aspectos técnicos e funcionais; fazendo com que os edifícios se tornassem mercadologicamente atrativos de novo, competindo nos quesitos estéticos e financeiros com novas edificações.

Essa questão é colocada por ALLAN (2007), que insere o arquiteto como o responsável por equilibrar as tensões e expectativas dos diversos agentes envolvidos ou interessados na preservação – os proprietários, os órgãos de preservação e os usuários – realizando, assim, no edifício uma mistura de restauração, melhorias e adaptações.

Para MACDONALD (2013, p. 38), a patrimonialização da arquitetura moderna atraiu uma nova geração de arquitetos para a prática da preservação, uma vez que a influência do modernismo continuava – e continua – presente na produção arquitetônica. Esse movimento agrupou arquitetos entusiastas e conhecedores do Movimento Moderno, atuantes no mercado, mas pouco familiarizados com a teoria, a metodologia e a prática da preservação tradicional. Esse fato conformou o debate e alimentou a pressão por uma doutrina patrimonial específica para atender à arquitetura moderna.

O discurso da necessidade de uma nova abordagem serviu, ainda, como bandeira para o fortalecimento desse movimento por espaço dentro do campo patrimonial e o acirramento das tensões. Com a injeção de sangue novo na pequena e isolada “fraternidade da preservação”, ocorreu uma reavaliação de algumas das ferramentas e manifestos existentes, indicando pontos frágeis do sistema em geral e, em particular, aqueles que não estavam integrados à prática da projeção arquitetônica. (MACDONALD, 2013, p. 38)

A arquitetura moderna seguia sendo a referência para a prática desses arquitetos, grande parte deles formados sobre a influência do Movimento. Segundo MACDONALD (2009), havia no DOCOMOMO o interesse em ressaltar a validade da continuidade do modernismo como uma ideologia arquitetural e em documentar e conservar seu legado. Isso influenciou o modo de identificação, proteção e conservação da arquitetura do século XX nos termos do organismo (p. 4-5).

Os princípios e as soluções de preservação respondiam à essência do Movimento Moderno e tinham compromisso com esse estilo arquitetônico, mais do que com o edifício em si e mais do que com a disciplina da preservação e do restauro. Desta forma, o que se propôs foi uma abordagem além de estilística, pragmática, que, de maneira geral, atendessem aos entusiastas da arquitetura moderna e aos agentes do mercado.

★

Essa abordagem, no entanto, apresentou fragilidades que, por sua vez, levaram a revisões nos preceitos mais importantes estabelecidos à época. A pouca fundamentação conceitual apresentada nos textos publicados no período é uma lacuna relevante, com poucas exceções, como ALLAN (1994), SAINT (1996) e PRUDON (2008). Nesse sentido, princípios consolidados à época, resultado do desenvolvimento do campo, passaram a ser cotejados com as novas proposições.

Em parte decorrente da pouca fundamentação, o excesso de dogmatismo e de generalizações fizeram com que diversas situações específicas, práticas, não correspondessem aos pressupostos estabelecidos. A existência de inúmeras expressões do Movimento Moderno que se diferem do *International Style* ou da arquitetura do entreguerras na Europa como o regionalismo crítico (FRAMPTON, 1997) ou o modernismo de formas livres (UNDERWOOD, 2010), ou as diversas outras vertentes categorizadas por JENCKS (1973) puseram em xeque a receita elaborada para a preservação.

É o que lembra GREMENTIERI (2003, p. 88) sobre a fundamental diferença entre a fragilidade dos edifícios modernos holandeses e das casas de Le Corbusier dos anos 1920 e o racionalismo italiano, mais robusto, o *Art-Déco* nos Estados Unidos e seus acabamentos em terracota ou a modernidade em revestimentos cimentícios (*similpedra*) na Argentina. Ele entende que um consenso com relação à preservação da arquitetura moderna somente é possível se respeitar as diferentes culturas e se tiver uma visão crítica mais aprofundada sobre a aplicabilidade dos instrumentos conceituais existentes.

Desta forma, enquanto tomava corpo o entendimento tecnicista-pragmático de restauração representado pela posição do DOCOMOMO, as críticas a essa visão se tornavam frequentes, seja pela ampliação geográfica, seja maior abrangência institucional do debate.

PRUDON (2008), ao mesmo tempo que fundamentou e sintetizou a posição construída ao longo dos anos 1990, apresentou, a partir da sua experiência em restauro nos Estados Unidos, contemporizações que abririam possibilidades de críticas e de ajustes ao modelo, como o reconhecimento da relevância da matéria, ainda que subordinada à imagem e à intenção de projeto. Já a participação da UNESCO e do ICOMOS, dentre outras instituições, permitiu ampliar o debate em meios cuja preservação tradicional era a corrente majoritária.

As críticas que veremos a seguir constituem o fundamento para a construção de uma abordagem de convergência, incluindo parte das reflexões trazidas pelo debate dos anos 1990-2000 sem prescindir de observar critérios alicerçados na historiografia e na epistemologia da preservação.

## Críticas e estabelecimento do estado-da-arte

O campo patrimonial vinha, desde os anos 1980, revendo suas postulações predominantes, complementando e especializando a base da Carta de Veneza (1964) com novas publicações. De outro lado, como vimos, o surgimento do debate próprio sobre o patrimônio moderno, que buscava um posicionamento autônomo, influenciou a atualização de certos preceitos da preservação em sentido amplo para acomodar novos tipos de bens.

O Documento de Nara foi um dos casos mais relevantes quando ampliou o conceito de autenticidade, incluindo aspectos intangíveis além dos materiais, sob os auspícios da Carta de Veneza (1964) e com a chancela da UNESCO e do ICOMOS. É importante dizer que o DOCOMOMO estava representado na Conferência de Nara, defendendo que a autenticidade do conceito do desenho original, ou seja, suas intenções sociais e culturais, são os aspectos mais importantes na preservação da arquitetura moderna (HENKET e TUMMERS, 1995, p. 326).

A tradição latina de preservação, com destaque à posição italiana e a seu restauro crítico, passou a ceder espaço, como ideologia dominante, a abordagens distintas, em especial a anglo-saxônica, que teve um papel importante de recepção das demandas trazidas pela preservação da arquitetura moderna. Dentre os motivos, a condição de países como os Estados Unidos e a Austrália, com um perfil de estoque construído mais relevante qualitativa e quantitativamente referente ao século XX do que a períodos anteriores (MACDONALD, 1996b).

Esses locais foram, portanto, um campo fértil à aceitação da arquitetura moderna como patrimônio e, assim, ao desenvolvimento do marco conceitual para a sua preservação. Enquanto em países como a Itália essa aderência foi relativa (SALVO, 2016, p. 126), dos anglo-saxões surgiram os aprofundamentos mais significativos nesse período (PRUDON, 2008).

Desta forma, o posicionamento da australiana Susan MACDONALD<sup>13</sup> (1996a; 1996b; 1996/2014; MACDONALD, 1997; MACDONALD, 2003) se destaca tanto como crítica à visão predominante, quanto por entender que seria possível uma conciliação no sentido de acolhimento das demandas da arquitetura moderna dentro do arcabouço teórico e metodológico de preservação mais amplo.

No âmbito interno do DOCOMOMO foram poucos os posicionamentos contrários ao dominante, com escassas publicações em seus canais

---

<sup>13</sup> Para além de sua origem australiana, Susan Macdonald teve relevante atuação no English Heritage, órgão de proteção do patrimônio da Inglaterra e, posteriormente, no Getty Institute, em Los Angeles, Estados Unidos, onde trabalha atualmente.

institucionais, sendo mais precavidas contra a ruptura com o marco teórico de preservação da época.

Nos primeiros anos, se tomarmos os *Journals* e as atas das Conferências, é possível identificar o posicionamento de Anna Beatriz GALVÃO (1992, p. 197) no contexto brasileiro e Stephen GEE (1996, p. 18), no britânico, defendendo que os princípios de restauração para arquiteturas de períodos anteriores são ainda válidos para o edifício moderno.<sup>14</sup>

As críticas que surgiram se relacionaram a aspectos políticos, quanto à posição de rompimento com o campo e com a tradição da preservação; filosóficos, apontando os excessos de pragmatismo e tecnicismo da proposta; conceituais, com relação à priorização da aura do Movimento Moderno e de seus criadores sobre o patrimônio efetivamente construído; e metodológicos, criticando a tendência por repriminção e as profundidades das intervenções.



Parte dos problemas verificados decorre da proximidade temporal entre o objeto a ser preservado e o próprio movimento da preservação, levando a um aparente paradoxo que, ao mesmo tempo em que era considerado patrimônio, o edifício era também parte do presente, da contemporaneidade, e carregava consigo uma série de conceitos de arquitetura que ainda seriam válidos e que deveriam estar vivos.

E essa proximidade temporal fazia com que os restauradores se imbuíssem de uma intimidade conceitual com o edifício e permitisse uma atuação mais passional, de defensor de uma causa. O restaurador, fundindo-se com o arquiteto criador, e o momento da restauração, confundindo-se com o momento da criação, tornaram-se uma questão de conflito e de críticas.

Esse posicionamento se contrapunha à necessidade de distanciamento crítico entre o restaurador e o objeto e o princípio de que a restauração diz respeito à obra no presente, e não no passado. Assim, seus defensores buscaram colocar a preservação da arquitetura moderna fora do campo da preservação, desvinculando-a da filosofia que vinha sendo desenvolvida historicamente.

Esse campo disciplinar e social, que se ocupa do problema da preservação e da restauração, guarda autonomia com relação a outros campos, como o da arquitetura, por exemplo, muito embora não seja isolado, uma vez que

---

<sup>14</sup> A posição de causa do Docomomo, em nome da arquitetura moderna, levou a embates interessantes. Richard Longstreth, historiador estadunidense, foi criticado em texto de HENKET (1995), por sua palestra no congresso *Preserving the Recent Past*, ocorrido em Chicago, no qual provocou a plateia sobre a importância de se preservar o passado recente, sendo este o responsável por diversos problemas nas cidades a partir dos anos 1960. Em resposta também publicada nos *Journals*, LONGSTRETH (1995, p. 5) defendeu uma visão o mais objetiva possível do passado e que suas evidências deveriam ser preservadas vigorosa e cuidadosamente, independente se do período moderno ou anteriores.

necessita de articulação de vários domínios do saber (KÜHL, 2008, p. 23). Circunscrever o restauro a um campo, para Beatriz KÜHL, auxilia na definição daquilo que de fato é pertinente a ele, separando o que exorbita completamente dos seus temas e objetivos (p. 29).

No entanto, como estabeleceu Pierre Bourdieu (1930-2002), o campo é sempre um espaço de luta por espaço e por hegemonia. Os agentes – pessoas e instituições – usam seu capital político, econômico e social para buscar essas posições de destaque e, assim, (re)estabelecer as regras do campo e manter seu domínio. (BOURDIEU, 2007; LAHIRE, 2017)

Colocando-se como estranhos ao campo patrimonial, os defensores da preservação da arquitetura moderna, em especial o DOCOMOMO, na condição de instituição de maior força, passaram a se movimentar para uma maior autonomia desse campo específico com relação ao geral. Para Beatriz KÜHL (2008, p. 96-97) e Simona SALVO (2016), a preservação do moderno tentou se afastar do campo disciplinar mais amplo, sem levar consigo a longa tradição de restauro e de reflexões existentes.

Assim, a luta por espaço dentro – ou fora – do campo da preservação, do restauro, do patrimônio histórico, é relevante para entender o que está em jogo em todo esse processo. Ações e reações construíram o entendimento que temos hoje de preservação do moderno.

A força do DOCOMOMO e sua intensa atuação nos anos 1990 colocaram o debate em pauta, alertando para particularidades do Movimento Moderno que deveriam ser consideradas para a sua preservação. O DOCOMOMO defendeu uma posição em que as preocupações próprias de arquitetos e do campo da arquitetura se coloraram mais relevantes do que os princípios históricos do restauro.

A composição do Docomomo nos anos 1990 era diversa da composição, por exemplo, do Comitê que redigiu a Carta de Veneza no que diz respeito à atuação profissional e procedência dos participantes. Ainda que acusado, não sem muita razão, de eurocêntrico, o segundo teve participantes do México, Peru, Estados Unidos e Tunísia e de campos do conhecimento diversos, como arquitetos, historiadores, arqueólogos, enquanto o Docomomo, em seus primeiros anos, era essencialmente europeu e composto basicamente por arquitetos.

Além disso, vários dos autores que publicaram nos primeiros números do *Docomomo Journals* eram arquitetos inseridos no mercado da construção civil, arquitetos de escritório e não necessariamente com um histórico relacionado a pensar a preservação em seus aspectos filosóficos. A pouca fundamentação dos textos publicados nos *Journals* pode ser relacionada a essa posição de secessão com relação ao campo da preservação. Não houve, assim, a preocupação de se buscar apoio nos enunciados e princípios

construídos de Ruskin a Brandi, ou ao menos refutá-los de maneira fundamentada.

Embora apresentassem valiosos relatos de obras e projetos, os argumentos eram em sua maioria carentes de embasamento científico ou de apresentação de evidências substanciais para justificar a posição.

Para SALVO (2016), a intervenção no edifício moderno, com base em uma abordagem conceitual superficial e, em contraste, em ações materiais contundentes, fundamentou-se na demanda da sociedade contemporânea por um patrimônio facilmente consumível, mas vazio de conteúdo (p. 158).

★

Tratava-se também de uma demanda do mercado imobiliário ante o enorme estoque em discussão. Para SALVO (2016), a história das intervenções na arquitetura do século XX mostra que o *estatuto* específico dessa categoria de obras deu lugar a reconstruções e restaurações para satisfazer necessidades contingentes sem que fossem precedidas de uma reflexão crítica (p. 158). Parte dessas demandas circunstanciais, para ela, estavam relacionadas a uma resposta ao mercado. Segundo a autora, restaurar a imagem e renovar fisicamente o edifício permitiria adaptá-lo às estéticas correntes, mas também atualizá-lo funcionalmente, bem como melhorar seu desempenho tecnológico e, assim, aumentar sua capacidade de gerar renda e de ser consumido (p. 84).

Diante do contexto, a solução dada para os problemas verificados fora pautada no tecnicismo e no pragmatismo, contrapondo-se à ideia da restauração como um ato crítico e cultural, circunstanciado em elementos históricos, artísticos, antropológicos e, inclusive, técnicos, e levando a uma posição essencialmente intervencionista e repristinatória. A eficiência da preservação estaria, exatamente, nesse pragmatismo proposto, que responderia a questões de projeto e obra, facilitando esse processo, e viabilizaria financeiramente a ação, mas representaria um achatamento cultural do processo (SALVO, 2016, p. 40, 126).

O pragmatismo foi também protagonista na resposta tanto ao mercado, quanto diante da vastidão do objeto e do temor do desaparecimento dos exemplares mais importantes. Dessa maneira, as posições política, e principalmente, economicamente mais fortes sobressaíram-se sobre a preservação tradicional, que era predominante, mas com uma força restrita ao seu campo. Como consequência, ocorreu a relativização, a instrumentalização e a transformação de valores patrimoniais que, por própria ação de preservação, levaram à descaracterização do patrimônio edificado (SALVO, 2016).

★

Além de estoque construído, os edifícios do Movimento Moderno se tornavam modelos à produção contemporânea. Conseqüentemente, sua preservação estaria associada à sua essência e à sua imagem, como uma forma didática de demonstrar bons exemplos à sociedade atual. Um dos problemas dessa abordagem é que nem sempre os princípios abstratos da arquitetura moderna se concretizavam nos edifícios, até mesmo nos mais paradigmáticos.

Princípios, como o da transitoriedade, induziram a cópias e reproduções. Já a pureza formal do Movimento Moderno foi interpretada como uma chave para voltar a obra ao seu esplendor da forma, removendo quaisquer marcas do tempo. A crença no progresso permitiu a leitura de que, com a tecnologia atual, seria possível refazer elementos e sistemas mais eficientemente e que essa refeitura estaria dentro dos princípios inerentes ao Movimento e seria justificável, assim, do ponto de vista patrimonial (SALVO, 2016, p. 40).

A própria figura do arquiteto criador era idolatrada e, com isso, veio a ideia de um suposto eterno presente às obras do modernismo, que seria representado não por sua condição física, mas por suas imagens consagradas pelas revistas da época da inauguração (VARAGNOLI, 2016).

O objetivo essencial era, portanto, preservar o Movimento Moderno, na condição de entidade abstrata, e não o edifício moderno, na condição de exemplar historicamente e artisticamente valorado. Por consequência, a generalização quanto aos princípios basilares do modernismo, especialmente as vanguardas europeias e o Estilo Internacional, levou a entendimentos que, por se referirem ao Movimento, não se aplicariam plenamente a nenhum edifício em particular. Para CAMPANELLI (2011), a generalização de certos critérios ocasionou uma abordagem acrítica, portanto, inadequada, na intervenção em edifícios modernos (p. 68).

As intervenções normalmente reprimatórias eram tidas como modelo para a atuação. Henket (1993), em seu gráfico (Figura 8, pág. 45), propôs a volta ao estado original como parâmetros para as obras mais significativas do Movimento Moderno, o que significaria profundas intervenções, perda de matéria existente, reconstrução de elementos perdidos etc. Era uma inversão dos princípios majoritariamente aceitos, que preveem menores intervenções, ou intervenções mais cuidadosas com a condição existente, para as obras mais relevantes e, portanto, mais sensíveis.

Os princípios de produção em série, transitoriedade e fragilidade, normalmente associados a essa suposta obsolescência precoce e programada, raramente foram colocados em prática, como lembrou SALVO (2016, p. 11-16).

Já a obsolescência programada, funcional e técnica, uma das bandeiras do Docomomo, estaria mais relacionada a princípios estabelecidos em

manifestos, como o futurista, do que ao corolário conceitual de arquitetos e das obras construídas. (MACDONALD, 1996b; 2009)

A alegação de difícil adaptabilidade dos edifícios modernos às demandas funcionais contemporâneas também foi criticada. Para MACDONALD (1996b, p. 93, 98), a estrutura modulada, os grandes vãos e planos abertos, em vez de dificultar a adaptação para novos usos, poderiam ser facilitadores. Evidentemente algumas ressalvas deveriam ser feitas, como o conflito entre a subdivisão dos grandes espaços com a transparência das fachadas e a adaptação aos requisitos ambientais.

O caso do concreto armado é também exemplar nesse sentido. Conforme lembrou MACDONALD (1996b, p. 91), ele foi concebido para durar indefinidamente e normalmente aplicado sob essa premissa, pondo à prova o argumento da intenção transitória da arquitetura. Para a autora, nesse caso, a própria matéria pode carregar esses valores de perenidade, e não de transitoriedade e, assim, deveria ter reconhecida sua importância histórica para além da estética.



À medida que se desenhava um novo embate *scrape* versus *anti-scrape*<sup>15</sup> (PRUDON, 2008), que vinha acompanhando toda a historiografia da preservação desde o século XIX (CHOAY, [1992] 2001; FERRO, 1985), o caminho de conciliação deveria, para VARAGNOLI (2016), suplantando essa simplificação e produzir uma visão mais compreensiva, contemplando diversas possibilidades, mas que tivesse como ponto de partida a compreensão do edifício como um objeto histórico.

Essencialmente as reações significavam que a intervenção sobre bens do século XX deveria ser trabalhada dentro do campo da preservação, observando-se seus princípios básicos, seguindo caminhos já abertos e consolidados, mas enfrentando os problemas técnicos e aplicativos que a preservação do novo suscita por sua própria natureza.

Construiu-se, assim, a partir das críticas e com a participação de instituições importantes no campo da preservação, como ICOMOS, Association for

---

<sup>15</sup> A dicotomia entre *scrape* vs *antiscrape* (ou restauração versus antirrestauração) dominou o debate e a prática na preservação da arquitetura, especialmente gótica, na Inglaterra de meados do século XIX após inúmeras intervenções em edifícios religiosos no século anterior. Ocorreu entre defensores de intervenções mais substanciais e complementações nas edificações do período e dos que, como John Ruskin, criticavam essa postura predominante e advogavam por manutenção e conservação no lugar de restauro. *Antiscrape* foi um termo fundado nos anos 1870 para se referir à recentemente fundada Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos (SPAB). Maximilian FERRO (1985) trouxe essa discussão, nos anos oitenta, para a prática da preservação na América do Norte. Para ele, o debate ainda estava vivo. PRUDON (2008) associa novamente o embate no contexto da arquitetura moderna.

Preservation Technology – APT<sup>16</sup>, Getty Conservation Institute<sup>17</sup> e o próprio DOCOMOMO, o que pode ser considerado hoje como o **estado-da-arte** da preservação da arquitetura moderna.

O ICOMOS passou a dialogar com organismos não-governamentais ou inter-governamentais, compreendendo demandas de diversos setores. Foi instituído o International Scientific Committee for Twentieth Century Heritage – ISC20C, dedicado especificamente aos problemas que a proteção do patrimônio do século XX impõe, reunindo instituições como o DOCOMOMO, a UIA<sup>18</sup>, o TICCIH<sup>19</sup>, em busca de um denominador mínimo comum. (SALVO, 2016, p. 116-117)

Uma abordagem convergente: o estado-da-arte

O TEMA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO atingiu um patamar distinto, onde o ímpeto inicial, foi sedimentado, incorporando reflexões e fundamentações mais amplas do ponto de vista epistemológico e uma visão mais crítica e histórica do patrimônio.

Incluindo o edifício moderno como objeto de restauração *strictu sensu* e, nesse sentido, condicionado a recursos próprios do restauro, houve, em contrapartida, o reconhecimento de que haveria desafios específicos, distintos de edifícios de épocas anteriores. Os problemas de desempenho abaixo do esperado dos materiais e sua degradação precoce; os danos causados pela falta ou insuficiência de manutenção; os detalhamentos falhos; a descontinuação dos produtos aplicados; e a necessidade de técnicas próprias para responder à inovação dos materiais mantiveram relevância.

Construiu-se, portanto, uma abordagem que se valeu: do alargamento do conceito de autenticidade, nos termos do Documento de Nara; do conceito de significância como ponto-central, seguindo a Carta de Burra; do retorno a princípios básicos da preservação tradicional; do reconhecimento da necessidade de se gerir as mudanças necessárias no bem para que o mesmo seja preservado; da inclusão da sustentabilidade ambiental como justificativa e como um dos objetivos das ações; da necessidade da preservação da documentação como complemento necessário à preservação da obra propriamente dita.

---

<sup>16</sup> Association for Preservation Technology International, uma organização multidisciplinar dedicada a promover o debate sobre tecnologia aplicada à preservação de edifícios históricos. Com membros em mais de trinta países (<https://www.apti.org/what-is-apt>), é um instituto de renome no campo patrimonial.

<sup>17</sup> O Getty Conservation Institute é uma organização sem fins lucrativos, sediada em Los Angeles, que trabalha internacionalmente para desenvolver a prática da preservação por meio de pesquisa, educação, trabalho de campo e a disseminação de conhecimento (<https://www.getty.edu/conservation/about/overview.html>). É considerado um centro de excelência de relevância mundial.

<sup>18</sup> União Internacional dos Arquitetos, organização não-governamental criada em 1948, atualmente com sede em Paris com o objetivo de representar os arquitetos em nível mundial.

<sup>19</sup> O TICCIH foi instituído pela Nizhny Tagil Charter (2003) e é uma organização mundial que representa o patrimônio industrial e é consultora do ICOMOS no tema (<https://ticcih.org/about/charter/>).

A Carta de Burra e o Documento de Nara passaram a ser uma espécie de mediação entre a tradição de preservação institucionalizada pelos organismos internacionais e as aspirações de mudanças trazidas por novos indivíduos e órgãos como o DOCOMOMO.

Para PRUDON (2008), a Carta de Burra, além de ampliar os critérios de avaliação para além dos estéticos, arquitetônicos e de idade, inclui a definição de significância cultural e o reconhecimento de que esse sentido de significância é relativo e deve ser estabelecido caso a caso. Ainda para o autor, as revisões da Carta de Burra apontam mudanças importantes, em especial a versão de 1999 que encoraja o reuso adaptativo como estratégia de preservação (p. 62).

Reconhecendo essas novas bases teóricas, foram elaborados documentos e recomendações construídos coletiva e institucionalmente. Três iniciativas de abrangência internacional se destacaram na busca de consenso: o seminário *Developing an Historic Thematic Framework to Assess the Significance of Twentieth-Century Cultural Heritage*<sup>20</sup>, em Los Angeles, 2011; O Documento de Madri, também de 2011 (incluindo a revisão de 2014 e de 2017, quando passou a se chamar Documento de Madri-Nova Déli), e o desenvolvimento, a partir de 2015, pelo APT, de princípios básicos para a preservação do edifício moderno.

Em maio de 2011, o ICOMOS e o *Getty Institute* promoveram um evento em Los Angeles com o intuito de estabelecer as bases para o desenvolvimento de um marco conceitual de atribuição de significância a bens culturais do século XX, com a participação de diversas entidades, como TICCIH, DOCOMOMO, ICOMOS, UIA e UNESCO.

Houve o reconhecimento de que é viável desenvolver uma estrutura conceitual abrangente, em nível mundial, para o século XX, e de que as manifestações locais do fenômeno mundial da arquitetura moderna demandam um olhar mais amplo. Além disso, os participantes acordaram que a metodologia proposta partiria de um contexto Anglo-Americano de tradição de preservação de sítios. (MACDONALD e OSTERGREN, 2011, p. 3)

A publicação do **Documento de Madri**<sup>21</sup>, em 2011, decorrente do encontro anterior, é o maior marco desse movimento, voltado a recuperar a relação enfraquecida do marco teórico da preservação do moderno com a Carta de Veneza de 1964. A Conferência internacional que resultou no Documento

---

<sup>20</sup> Developing an Historic Thematic Framework to Assess the Significance of Twentieth-Century Cultural Heritage: An Initiative of the ICOMOS International Scientific Committee on Twentieth-Century Heritage. Getty Conservation Institute, Los Angeles, CA, 10-11 de maio de 2011.

<sup>21</sup> O documento de Madri é decorrente da Conferência Internacional "Critérios de Intervenção para o Patrimônio Arquitetônico do Século XX - CAH 20thC" organizada em Madri pelo Comitê Científico Internacional para o Patrimônio do Século XX (ISC20C).

teve ampla participação, incluindo representantes do DOCOMOMO. (ICOMOS. ISC20C, 2011b)

O Documento reconheceu como válidas Cartas Patrimoniais anteriores, por entender que esse contexto conceitual é importante para delinear as ações em edifícios do Século XX. (ICOMOS. ISC20C, 2011b) Uma de suas grandes contribuições no que diz respeito aos princípios é a ampliação, com relação à Carta de Veneza, da gama de valoração da arquitetura, adequando-se à realidade da arquitetura moderna, com apoio em entendimentos posteriores a 1964 como o Documento de Nara e a Carta de Burra. Para MACDONALD (2013), o Documento de Madri surgiu da necessidade de demonstrar caminhos nos quais os fundamentos da preservação de sua prática pudessem ser aplicados ao patrimônio moderno, partindo da atribuição da significância para esse fim (p. 39-40).

O Documento foi revisto em 2014, incluindo outras tipologias patrimoniais, como paisagem, sítios industriais e áreas urbanas. Uma terceira versão foi apresentada em 2017, em Nova Déli, passando então a ser chamado *Approaches for The Conservation of Twentieth-Century Cultural Heritage*, ou **Madrid-New Delhi Document**. (ICOMOS. ISC20C, 2017)

Fixler (2017) apresentou a visão institucional da APT sobre princípios básicos para o lidar com edifícios modernos, que vinham sendo debatidos desde um seminário promovido em 2015, em Kansas City, EUA, intitulado *Renewing Modernism*. Nominalmente, o relato cita o Documento de Madri do ICOMOS e a Declaração de Eindhoven-Seoul do DOCOMOMO como guias válidos para a preservação do moderno e coloca o trabalho da APT como complementar.

Esse cenário, estabelecido muito recentemente, se constitui no **estado-da-arte** da preservação do edifício moderno, e traz os princípios básicos à atuação nesse patrimônio, oferecendo fundamentação amplamente discutida e com um bom nível de consenso entre os principais atores do campo da preservação em nível mundial.

No âmbito brasileiro, o IPHAN promoveu, em 2017, o seminário *O Moderno na Repartição*, resultando, posteriormente, no documento Carta da Pampulha (BRASIL. IPHAN, 2017) com recomendações para a preservação do moderno. Como contribuição, o documento ressalta que as cidades contemporâneas que fazem parte desse patrimônio moderno devem ser tratadas como um documento vivo, que a conservação desses bens deve considerar seus processos de produção e que deve abranger também a documentação a ele relacionada (p. 1-2).

★

De inspiração na tradição anglo-saxônica e diretamente inspirado na Carta de Burra, o reconhecimento da significação cultural como método mais indicado à aproximação do objeto e à definição das diretrizes de intervenção

foi uma contribuição fundamental no desenvolvimento dessa corrente de consenso. Foi incorporado ao Documento de Madri-Nova Déli e é recomendado pela APT.

Segundo a Carta de Burra, **significação cultural**, ou significância<sup>22</sup> é o conjunto de valores estéticos, históricos, científicos e espirituais que diz respeito a gerações passadas, presentes ou futuras e se expressa por meio do próprio bem e da matéria, uso, associações, sentidos, registros e outros bens e objetos a ele relacionados. Ainda para a Carta de Burra, cada bem pode ter uma gama de valores diferentes para cada pessoa ou cada grupo. (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 2)

Para MACDONALD (2003; 2009), uma abordagem voltada à significância engendra a forma de buscar uma contemporização entre as posições mais intervencionistas e as mais conservativas, devendo ser o ponto de partida para qualquer intervenção em edifícios modernos.

O Documento de Madri / Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2011; 2017) (ICOMOS. ISC20C, 2017) incorporou a compreensão da forma pela qual a significação cultural se manifesta no patrimônio arquitetônico do século XX, e como os diferentes atributos, valores e componentes contribuem para essa significação, como elemento essencial para se tomar decisões adequadas sobre sua manutenção e a conservação de sua autenticidade e integridade. A significância cultural pode residir em atributos tangíveis ou intangíveis, como localização, visuais, forma, relação espacial, esquema cromático, matéria, equipamentos, qualidades estéticas, uso, história, ou associações social, científica ou espiritual etc. E, ainda, como evidência do gênio criativo. Para essa identificação, devem ser usados critérios de patrimônio comumente aceites (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 3).

Nessa mesma orientação, BURKE e MACDONALD (2014, p. 32) veem a atribuição da significância como o primeiro passo para uma ação de preservação edilícia. Segundo os autores, esse procedimento baseado na Carta de Burra, cuja primeira versão foi de 1979, teve influência do sistema estadunidense em operação desde os anos 1970.

Esse posicionamento foi ratificado pela APT, indicando a necessidade, a partir de uma avaliação rigorosa e realista, de se buscar um consenso na significação do edifício para definir as intervenções a serem realizadas. Os atributos, como a inovação tecnológica, por exemplo, seriam objeto de significação material e histórica. (FIXLER, 2017, p. 6)

De maneira geral, a significação passou a ser item central para a preservação do edifício moderno. Como um ato cultural que depende do contexto e

---

<sup>22</sup> No original, *cultural significance*. O Iphan, em sua tradução da Carta de Burra de 1980 (AUSTRALIA ICOMOS, 1980), usa o termo **significação**. Não obstante, a palavra **significância** é largamente utilizada na bibliografia em português. Para esta tese, significação e significância terão a mesma aceção.

do observador, abrangendo tanto a amplitude de expressões do Movimento Moderno, quanto a relevância de cada bem especificamente.

Relaciona-se aos valores que se expressam nos atributos e, com isso, retoma a relevância da sistematização realizada por Alois Riegl ([1903] 2014) no início do século XX<sup>23</sup>. O entendimento da significância, dos valores e sua relação com os atributos permitem, por exemplo, compreender a importância e decidir sobre a permanência ou não de um material ou dos sinais de seu envelhecimento, conforme explica NORMANDIN (2013).

O conjunto de valores a serem abordados é bastante amplo e depende do objeto patrimonial e de sua configuração. No entanto, as Cartas Patrimoniais dão alguns parâmetros para essa definição. Segundo a Carta de Veneza, os valores são estéticos e históricos (CARTA DE VENEZA, 1964). Para o Documento de Nara, os valores podem estar relacionados a a dimensões, como as artísticas, históricas, sociais e científicas (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994). Já segundo a Carta de Burra, os valores são estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais (AUSTRALIA ICOMOS, 2013). O documento de Madri-Nova Déli estabelece, por sua vez, que os valores podem estar associados a valores intangíveis – históricos, sociais, científicos, espirituais ou de genialidade criativa (ICOMOS. ISC20C, 2017).

Os valores devem ser expressos de maneira verdadeira e credível em seus atributos para que se possa entender que o elemento de um bem é autêntico. Associado ao entendimento da significância e à atribuição de valores, como procedimentos para a preservação, está o alargamento do conceito de autenticidade como fundamental na abordagem aos bens modernos.



ESSE ALARGAMENTO CONCEITUAL já vinha sendo considerado necessário. Segundo MACDONALD (1996b), ele deveria abranger a *verdade* material, a *verdade* do projeto e das intenções do arquiteto e a *verdade* histórica, sem preponderância de um sobre o outro (p. 90).

Trata-se, portanto, de uma visão alinhada ao Documento de Nara, que, tendo em vista a diversidade cultural e patrimonial, estabeleceu que os julgamentos quanto à autenticidade devem se relacionar à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação, incluindo aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições

---

<sup>23</sup> Para Riegl, os valores estão classificados em dois grandes grupos: os de memória e os de atualidade. Os valores de memória estão relacionados à representação do tempo transcorrido desde a origem do monumento e revelam seus traços de antiguidade. No âmbito desses valores de memória, “o monumento apresenta-se não mais do que um substrato – evidente e inevitável – para evocar no observador contemporâneo a representação do ciclo da gênese e do desaparecimento”, do seu surgimento e de sua “dissolução gradual no universo, premido pela natureza”. Já os valores de atualidade surgem da satisfação de necessidades sensíveis – práticos ou utilitários – ou espirituais – de arte. (RIEGL, [1903] 2014, p. 38, 66)

e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 3)

A avaliação da autenticidade é um critério fundamental para os bens declarados como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Segundo os procedimentos operativos do órgão, pode-se considerar que um bem satisfaz as condições de autenticidade se os seus valores culturais estiverem expressos de modo verídico e credível através da diversidade de atributos que seguem o estipulado no Documento de Nara, como forma e função; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e envoltória; espírito e sentimento; e outros fatores internos e externos. (UNESCO, 2018)

O Documento de Madri define também a autenticidade como a qualidade de um bem patrimonial de expressar os seus valores culturais através dos seus atributos materiais e dos seus valores intangíveis de uma forma verdadeira e credível. Dependeria, portanto, do tipo de patrimônio e de seu contexto cultural. (ICOMOS. ISC20C, 2011)

Diante dessa gama de valores a serem considerados, do alargamento do conceito de autenticidade, a dualidade autenticidade material versus autenticidade passou a ser mediada pela valoração. Com isso, houve um reequilíbrio com relação ao tema. Se, por um lado, a questão do projeto foi incorporada à valoração, por outro, ela deixou de ser protagonista e passou a fazer parte de uma combinação em uma valoração mais ampla e, assim, indiretamente guiar a preservação, a gestão e a interpretação do edifício. (BURKE e MACDONALD, 2014)<sup>24</sup>

Desta forma, para cada intervenção de restauro torna-se necessário um **juízo crítico fundamentado**. Criatividade e flexibilidade na aplicação dos princípios existentes possibilitaram acomodar a materialidade da era moderna nos casos práticos, solucionando os problemas surgidos da construção, do uso de materiais inovadores e da degradação precoce dos sistemas. (MACDONALD, 2009, p. 2)



De modo geral, o Documento de Madri-Nova Déli retoma princípios consolidados pela teoria do restauro: intervenção mínima, valorização da estratificação histórica do edifício, respeito à pátina do tempo,

---

<sup>24</sup> BURKE e MACDONALD (2014) apresentaram um relato sobre a preservação da Sydney Opera House, na Austrália, que exemplifica bem essa posição. Em 2002, foi criado um documento chamado Utzon Design Principles (UDP), baseado em intensos encontros, conversas e correspondências entre o responsável, Richard Johnson, e o arquiteto original, Jørn Utzon (1918-2018). O objetivo do documento era fornecer uma referência permanente ao edifício para todos os envolvidos em sua preservação e gestão. No entanto, nessas experiências, ressaltam os autores, ficou claro que os princípios de design não existiam sozinhos. Ao contrário, eles são um componente distinto de um plano de conservação este sim, cujo objetivo era guiar a conservação, a gestão e a interpretação do edifício. Os formuladores dos Planos de Conservação (foram três no total) viram os objetivos do UDP como complementares e subordinados ao Plano. O plano de conservação é o mesmo utilizado em edifícios de outras épocas. A única diferença é o UDP como documento complementar.

reversibilidade ou retrabalhabilidade, e diferenciação de elementos incorporados, dentre outros. Segundo o Documento, deve ser adotada uma postura cuidadosa às mudanças a serem realizadas, fazendo somente o necessário e o mínimo possível.

A valorização das camadas históricas do edifício passou a ser reconhecida como válida à arquitetura moderna. Para FIXLER (2017), as mudanças presentes e passadas devem ser compreendidas na etapa de diagnóstico e documentação do bem. A avaliação dessas intervenções depende de um julgamento de valor com relação a suas qualidades, que deve considerar o edifício como um palimpsesto, como uma sucessão de camadas, mais do que uma fonte com um período de significância fixo estabelecido (p. 6).

O Documento de Madri-Nova Déli, a seu modo, é mais incisivo e apresenta textualmente que se deve respeitar o valor de camadas significativas de mudanças no edifício. A significação cultural do edifício e as intervenções posteriores à construção não dependem apenas da sua idade para terem valor. Alterações que adquiriram sua própria significação cultural devem ser reconhecidas e respeitadas em uma intervenção. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 9, item 9.2)

Para MACDONALD (1996/2014), a questão pode ser colocada em termos das características do material e de sua função arquitetônica no edifício. No caso do concreto armado, por exemplo, a autora sustenta que a autenticidade material e a autenticidade estética são inseparáveis quando a estrutura faz parte da expressão do edifício.

Há uma discordância entre a APT e o Documento de Madri-Nova Déli no que diz respeito à **pátina**. Para a APT, embora haja o reconhecimento de um potencial valor à pátina, que poderia reforçar a riqueza de percepção do edifício, a atribuição de valor deve ser equilibrada com a intenção de projeto e deve se precaver de provocar uma deterioração do material em questão (FIXLER, 2017, p. 7). Já o Documento de Madri apresenta uma posição mais incisiva sobre manter a pátina. Segundo o documento, para a maioria dos materiais usados no século XX, a idade deve ser discernível em todas as intervenções e alterações que ocorreram ao longo do tempo e evidenciar a pátina (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 9).

Já a **reversibilidade** ou **retrabalhabilidade** é um princípio a ser perseguido o máximo possível, ainda que com a consciência de que nunca será atingido. Segundo MACDONALD, esse princípio é fundamental, dentre outros, nos casos em que não dispusermos de meios técnicos ou disponibilidade suficiente de recursos para uma intervenção nos parâmetros da preservação arquitetônica. Nesses casos, para ela, verificar-se-ia a pertinência de se promover uma intervenção possível, à espera de uma reversão no futuro por uma forma mais adequada, seja por causa do desenvolvimento da tecnologia necessária, seja pela disponibilidade de recursos

(2013, p. 38). Logo, se nos confrontamos com um problema sem uma solução adequada no momento, é razoável lembrar que num futuro soluções melhores podem surgir. Assim, qualquer que seja a intervenção, ela deve primar por ser o tanto quanto possível reversível. É a constatação de que a preservação é um processo, e não um ato único, finito. (1996b, p. 98)

Beatriz KÜHL (2010, p. 313-314) ressalta que, diante da quase impossibilidade de a reversibilidade ser alcançada literalmente, o tema tem sido tratado mais precisamente como retrabalhabilidade. Esse princípio, que passou a ser enunciado em meados do século XX, é importante na medida em que, uma vez que o restauro é, essencialmente, uma hipótese crítica, é possível que outra visão mais esclarecida, ou com mais recursos no futuro, seja mais adequada. O Documento de Madri-Nova Déli estabelece que as mudanças devem reversíveis o tanto quanto possível (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8, item 6.1).

**A diferenciação dos elementos incorporados** é reincorporada, mas igualmente com ressalvas. A premissa de que todas as adições e complementações devem ser facilmente identificadas ganha um contorno levemente distinto, uma vez que a diferenciação deveria ser feita com muito cuidado, tendo em vista as superfícies muito homogêneas do concreto armado, por exemplo, como lembra Macdonald (2003, p. 7).

Segundo o Documento de Madri-Nova Déli, intervenções discretas podem ser introduzidas para melhorar o desempenho e a funcionalidade do edifício, com a condição de que sua significação cultural não seja negativamente impactada. Quando a mudança de uso for necessária, um cuidado especial deve ser tomado para encontrar o reuso apropriado que conserve a significação cultural. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8, item 6.1)



UM DOS PRINCIPAIS AVANÇOS é que a preservação passou a ser vista como uma atividade cujo objetivo é gerir as mudanças necessárias à viabilidade econômica e social do edifício, subordinada a uma verificação de sua significância e considerando os princípios básicos do restauro.

Segundo o Documento de Madri-Nova Déli, gerir mudanças, quando necessárias, é uma parte essencial do processo de preservação, para manter a significação cultural, a autenticidade e a integridade da obra. Em muitos casos, as mudanças serão necessárias para sustentar um bem patrimonial moderno. Tais mudanças, no entanto, devem ser feitas com sensibilidade, adotando uma postura cuidadosa e verificando os impactos resultantes. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8)

A APT estabeleceu, como um dos pontos importantes para a preservação do moderno, o reconhecimento e a incorporação de mudanças tanto do presente, quanto do passado. Desta forma, gerir mudanças assume uma

acepção mais ampla, incluindo as alterações já realizadas ao longo da história do edifício. (FIXLER, 2017, p. 6)

A preocupação ambiental sobre o destino desse estoque urbano significativo é bastante relevante, seguindo uma tendência já verificada para a preservação em geral, como apontava FITCH ([1982] 1990) com o conceito da energia incorporada.

Segundo FIXLER (2017, p. 6), a enorme quantidade de energia incorporada nesses edifícios não deve ser desperdiçada em nome da preservação ambiental. Para ele, reutilizar essas estruturas com o máximo de reuso da matéria original representa o uso prudente de uma fonte finita de recursos e deveria ser compreendida como a prática da preservação tanto no sentido histórico, quanto ambiental. Esse pensamento retoma a preocupação de James Fitch com a energia incorporada ao edifício na condição de justificativa para a preservação em detrimento da demolição.

O Documento de Madri-Nova Déli enfatiza a necessidade de um equilíbrio adequado entre a sustentabilidade ambiental e a introdução de medidas de eficiência energética com a conservação do significado cultural. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 9, artigo 10)

A questão foi lembrada pela APT quando afirma que as estratégias de intervenção devem considerar futuras adaptabilidades, durabilidade e reciclabilidade, utilizando-se materiais de menor impacto ambiental. Além disso, o documento sublinha que as intervenções devem levar em conta um desempenho baseado na atividade humana e no bem-estar dos ocupantes. (FIXLER, 2017, p. 7)

A **documentação** que vinha tendo ênfase desde o início do debate, principalmente no DOCOMOMO, e que adquirira uma categoria de meio necessário para a preservação, teve sua relevância mantida ao mesmo tempo que se buscou incorporar essa questão ao próprio objeto de preservação.

Além disso, a documentação do estado atual do edifício bem como a da intervenção é fundamental. A documentação deve registrar a situação anterior, a intervenção, e a situação posterior. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 6, artigo 2.8)

A documentação, para a APT, é o ponto de partida para uma necessária avaliação rigorosa, realista e precoce dos edifícios e dos problemas, que deveriam seguir para além dos critérios tradicionais de preservação, dando condições para elevar o potencial e a adaptabilidade do bem. (FIXLER, 2017)



ESSE ESTADO-DA-ARTE é parte de um processo de amadurecimento das questões colocadas com ímpeto nos anos 1990, clamando por prudência ao se tratar o patrimônio moderno, evitando-se transformações

desnecessárias que significariam perdas de valores irrecuperáveis. É, em suma, o reconhecimento inequívoco e irrevogável da importância desse patrimônio específico na história da produção do edifício.

Muito se foi concebido, projetado e construído sob a égide do *Movimento Moderno*, como costumam ressaltar, mais do que em toda a história. A proximidade cronológica dos dias atuais com a data da inauguração do bem perde relevância (negativa) frente ao ritmo, também inédito, de construções, reconstruções e demolições que tivemos no último século, e que intensificamos na presente era. Além disso, superou-se recentemente a desconfiança com os valores da pouca idade relativa dos bens com a compreensão de que tanto historicamente, quanto artisticamente, muitos desses edifícios são relevantes como parte indissociável da história.

O cenário brasileiro desse debate, como veremos, é pioneiro, por um lado, pois o país iniciou o reconhecimento de certos edifícios de nossa arquitetura moderna bastante precocemente, mas a contribuição teórico-metodológica não acompanhou esse pioneirismo, exceto pelos debates relacionados à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília iniciados nos anos 1980.

Mas, como campo essencialmente dinâmico, novas formulações teóricas e novas experiências práticas de preservação se desenvolveram enquanto a preservação da arquitetura moderna se consolidava. Essas contribuições contemporâneas foram trazidas ao nosso debate, pois enriquecem o estado-da-arte apresentado, muito embora o façam, como sempre, adicionando complexidade.

★★



## **CAPÍTULO 3**

### **Cenário brasileiro e contexto local**

## Cenário Brasileiro

COMO VIMOS, NOSSO PAÍS FOI PIONEIRO no reconhecimento de exemplares do Movimento Moderno como patrimônio, todavia não tivemos, no Brasil, o desenvolvimento teórico-metodológico correspondente que desse respostas fundamentadas aos problemas de preservação enfrentados. É o que sustenta Beatriz Kühl (2008), para quem a atuação do SPHAN/IPHAN foi marcada pela ausência de referências à teoria do restauro, sem menções consistentes em seus documentos de autores da área, estendendo-se a aspectos técnicos, como estudos, usos de técnicas adequadas, métodos de tratamento (p. 108).

Portanto, não se conformou no Brasil uma discussão teórica aprofundada que fosse apropriada à nossa realidade. Segundo KÜHL (2008, p. 29), os trabalhos sobre preservação mais relevantes até então não puseram em foco o restauro, mas outros aspectos do problema, como o estabelecimento e transformação dos órgãos de preservação, as políticas públicas patrimoniais, os instrumentos jurídicos, dentre outros. Para ela, no que diz respeito às modalidades de intervenção e aos princípios teóricos que deveriam regê-las, há uma lacuna apesar dos esforços verificados.

Cláudia CUNHA (2010), mais recentemente, destaca que, desde a criação do Iphan nos anos 1930, o órgão sempre esteve a par das tendências e critérios operativos do campo da restauração, inclusive participando diretamente das discussões que levaram a recomendações internacionais, como a Carta de Veneza (1964). A autora salientou, no entanto, que apesar do conhecimento desses instrumentos teóricos, houve certo descomprometimento da instituição com a discussão e a incorporação deles à prática institucional, “na qual o restauro é quase sempre entendido como problema arquitetônico, de natureza técnica, portanto, e mais, recentemente, como questão econômica” (p. 159).

Segundo a autora, até mesmo a noção de restauro ainda é muito confusa no Brasil, referindo-se, normalmente – e em desacordo com a Carta de Veneza, por exemplo – à reconstrução e ao retorno ao estado pretensamente originário do bem. Desta forma, a autora sustenta que faz sentido quando historicamente sempre privilegiamos uma leitura estético-formal dos monumentos, relegando a preservação da autenticidade material e histórica para segundo plano (p. 155, 157-158).

Para Márcia CHUVA (2017), a atuação do SPHAN nos anos 1930 e 1940 estava fundamentada na noção de que restaurar era restituir ao monumento o aspecto original, perturbado pelas reformas por ele sofridas, respeitando a *beleza arquitetônica* e a *harmonia de estilo* (p. 354). Além disso, o exercício da restauração era visto como um exercício de projeto, enfrentando o encargo dentro do domínio da arquitetura, valendo-se de liberdades não

admitidas pelo pensamento canônico patrimonial da época (p. 387). Muitas vezes, isso levava à reconstituição por meio de uma imagem idealizada do monumento, mas não histórica (p. 354).

No cenário brasileiro recente, para CUNHA (2010, p. 127,129), não há consenso sobre as formas mais adequadas ao restauro e à conservação dos bens imóveis e, além disso, as práticas demonstram que não é tão recorrente considerar a necessidade de reflexão teórica sobre a disciplina e de agir em consonância com princípios já longamente discutidos e estabelecidos em nível mundial para a área. Segundo a autora, a despeito das numerosas referências internacionais, intervenções em bens culturais no Brasil comumente ignoram tais postulados e se justificam mais por questões econômicas e políticas do que por questões culturais.

O debate historicamente incipiente no Brasil, portanto, não nos desonera de compreender criticamente o marco internacionalmente instituído, e de considerá-lo como base para lidarmos com nosso patrimônio. Não nos desonera, tampouco, como profissionais de arquitetura, de buscar fundamentações teóricas em nossas ações práticas.

O arcabouço teórico construído ao longo de séculos deve ser considerado e não deve ser deformado segundo interesses circunstanciais. Antes, devemos partir de instrumentos consistentes e reinterpretá-los de modo fundamentado para a situação brasileira e local (KÜHL, 2008, p. 94).

Se, por um lado, não podemos renegar nossos laços culturais e conceituais com a Europa latina, mais consistentes do que com outras tradições, o olhar crítico é fundamental, bem como buscar entender contribuições de debates que ocorrem por fora desse circuito predominante.

Assim, tanto os preceitos da Carta de Veneza (1964) quanto de seus desdobramentos como o Documento de Nara (1994) ou Carta de Washington (1987) são válidos para a nossa realidade como princípios gerais, e devem ser interpretados e adaptados, de maneira fundamentada, aos casos específicos. Reflexões de outros contextos culturais ou nacionais devem ser sempre, também, analisados criticamente com relação a sua aplicação no país.

A Carta de Brasília (1995) reproduz um dos poucos momentos de reflexão coletiva sobre princípios de preservação adaptados a nossa realidade. Trata-se de um documento regional do Cone Sul sobre autenticidade que reconhece nossa peculiaridade regional especialmente em dois aspectos: a configuração de uma cultura sincretista e a de uma cultura de resistência. Ele ainda relaciona o tema da autenticidade ao da identidade, mutável e dinâmica, diversa e as vezes conflitante: “As identidades nacionais continuam em processo de formação, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de critérios únicos e invariáveis para o ‘autêntico’” (p. 2).

## Ainda segundo a Carta de Brasília:

Há que caracterizar a composição diversificada da identidade de nossos países, que não é hierarquicamente inferior à homogeneidade de outras culturas e, portanto, devemos reconhecer os valores das majorias e das minorias, não apenas das culturas dominantes, como também das formas de resistir a estas forças. As diferentes vertentes que integram uma sociedade apresentam leituras de tempo e espaço diferentes, mas igualmente válidas, que devem ser levadas em conta no momento em que se fizer a avaliação da autenticidade. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3)

Além disso, o Documento ressalta o processo dinâmico e evolutivo que é o percurso entre a mensagem original do bem e aquelas diferentes, tão relevantes quanto a primeira, acrescidas ao longo de sua existência. Nesse sentido, a autenticidade deve fazer, segundo a Carta de Brasília, “alusão a todas as vicissitudes às quais o bem foi sujeito ao longo de sua história e que, contudo, não alteraram seu caráter”. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3)

Esse caráter dinâmico se reflete nos materiais com o reconhecimento de que a arquitetura vernácula e tradicional dos países do Cone Sul é constituída por materiais efêmeros por natureza (terra, madeira, etc) e que a substituição de alguns elementos por meio de técnicas tradicionais resulta em uma resposta autêntica. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3)

Por fim, com relação à conservação da autenticidade, a Carta de Brasília estabelece que “a intervenção contemporânea deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto – destarte rubricando sua autenticidade – sem transformar sua essência e equilíbrio, sem se deixar envolver em arbitrariedades, mas enaltecendo seus valores”. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 4)



TANTO A CARÊNCIA DE REFERÊNCIAS PRÓPRIAS, quanto a validade do pensamento internacional à nossa realidade estendem-se às reflexões sobre o patrimônio moderno. Muito embora o DOCOMOMO TENHA uma história de debate já bastante presente no país, a maior quantidade de trabalhos publicados em seus seminários remete mais à identificação, história e historiografia do Movimento Moderno, em detrimento de trabalhos voltados à questão de restauro. Quando levantados os aspectos teórico-metodológicos, o debate nacional, com poucas ressalvas, vem acompanhando o internacional, replicando a dicotomia entre os posicionamentos de rejeição e de afirmação da Carta de Veneza para aplicação na arquitetura moderna e, mais recentemente, incorporando as ferramentas de significação cultural às análises. Poucas foram as reflexões que acrescentaram novas visões. (CARVALHO, 2017)

Nesse cenário, destaca-se a constante atuação de Fernando Diniz MOREIRA (2010; 2011; MOREIRA e PINTO, 2013) no debate. Conforme analisou

CARVALHO (2017), o autor, sem desmerecer a existência dos desafios da preservação do moderno, ofereceu contraponto a cada um dos argumentos que clamavam por um marco teórico apartado da preservação em geral, como a obsolescência programada que, em vez de característica comum ao Movimento, era exceção; as falhas de projetos e dos materiais, que, devido aos seus valores históricos intrínsecos, demandaria uma abordagem cuidadosa nas intervenções; a aceitação da pátina como algo natural ao envelhecimento do edifício moderno (MOREIRA, 2010). Já MOREIRA E PINTO (2015) reconheceram que a metodologia de se abordar o ato conservativo deveria ser a mesma, independentemente de ser um edifício moderno ou tradicional.

Pode-se dizer que a tendência dos últimos quinze anos é a do reconhecimento das peculiaridades da arquitetura moderna, sua diversidade e complexidade, mas de vinculação aos princípios gerais da preservação e do restauro (CARVALHO, 2005; SILVA, 2012; OKSMAN, 2017), ora ressaltando as excepcionalidades (SILVA, 2017), ora os aspectos convergentes (KÜHL, 2008).

Como se pode notar pelas referências acima, a proliferação de pesquisas acadêmicas a respeito da preservação da arquitetura moderna é recente, como as de Flávia Brito do NASCIMENTO (2011), Paula SILVA (2012), Élcio SILVA (2017) e Silvio OKSMAN (2017).

Flávia NASCIMENTO estudou a preservação dos conjuntos residenciais modernos entre 1930 e 1964. Ressaltou que as dificuldades em considerar a arquitetura moderna brasileira como passado ocasionou alguns para a sua proteção e sublinhou os valores sociais dessas residências como patrimônio. Já Paula SILVA partiu da significância e dos atributos ao estabelecer um instrumento para auxiliar no processo decisório de restauração de edifícios modernos. Ela destacou a necessidade da reflexão teórica para reger as ações de conservação, evitando-se que elas ocorram de forma arbitrária (p. 197).

Élcio SILVA (2017) analisou o projeto de renovação do edifício das Nações Unidas, em Nova York, para subsidiar reflexões sobre a preservação do Congresso Nacional, em Brasília. Na intervenção ocorrida nos Estados Unidos, o autor concluiu que o complexo manteve integridade e testemunhos para as gerações futuras, contrastando com uma perda de autenticidade em alguns valores. Para o autor, o caso analisado guarda importantes semelhanças com o caso brasileiro, e com o Congresso Nacional (p. 199).

OKSMAN (2017) estudou as contradições e os conflitos decorrentes da atuação dos arquitetos originais ou de seus herdeiros na preservação da arquitetura recente, ressaltando, inclusive, o tombamento das obras de Oscar Niemeyer. Para ele, o processo ratifica a ideia da mitificação do arquiteto, tendo em vista a origem em uma lista feita pelo próprio Niemeyer e com a

discussão que mescla a biografia do autor, seus familiares e amigos e as obras propriamente ditas. O IPHAN, no entanto, pautou-se por uma postura técnica, “analisando o valor a ser preservado e não caindo na armadilha do tombamento do conjunto integral da obra”. (p. 63, 65)

Flávia NASCIMENTO (2011) defende o respeito às características locais, à história da construção e ao entendimento de sua ocupação no transcurso do tempo. Dá ênfase ainda à necessidade de compreensão dos valores atribuídos aos bens pelos moradores. Tanto Paula SILVA (2012) como OKSMAN (2017) enfatizaram que a excessiva importância dada à imagem histórica do edifício moderno, tendo como base seu projeto original, e a suas características estéticas em detrimento às demais instâncias, levam a posturas de valoração e de intervenção normalmente arbitrárias, carentes de discussões mais amplas e fundamentadas.

A questão do processo decisório é tratada pelos três autores. Paula SILVA e OKSMAN destacaram que as decisões que envolvem a preservação devem ser circunstanciadas, devem ser atos críticos, pautados em profundo conhecimento do edifício e do campo disciplinar da preservação, e não meramente pragmático. Para Élcio SILVA, a escolha é “resposta decorrente do processo de avaliação científica amadurecida e fundamentada nos diagnósticos, nas ponderações de danos e riscos e na necessidade de viabilizar o uso”. (2017, p. 199)

## **Contexto local: Brasília**

A relevância de Brasília no cenário arquitetônico e urbanístico brasileiro e mundial fomentou o debate sobre sua preservação de forma bastante precoce tanto com relação ao objeto, quanto com relação ao tema, uma vez que precedeu toda a discussão sobre a preservação do Movimento Moderno nos anos 1990.

Para Sylvia FICHER, Andrey SCHLEE e Jorge FRANCISCONI (2010), verifica-se em Brasília uma questão paradoxal: ela começou a ser preservada antes mesmo de existir, por estar inserida em um projeto elaborado e implantado coletivamente nos anos 1930 de instauração de uma arquitetura moderna como estética federal e de proteção dessa mesma arquitetura – notadamente dos modernistas cariocas – pelo órgão federal de patrimônio (SPHAN, DPHAN, IPHAN): “Da pauta original de proteção de bens históricos e artísticos, o SPHAN havia se metamorfoseado em árbitro do gosto. E o seu gosto era óbvio: o colonial e o moderno, este último para Lucio Costa melhor denominado "contemporâneo". Brasília iria se encaixar à perfeição em tudo isso.” (FICHER, SCHLEE e FRANCISCONI, 2010)

Há quarenta anos, em 1979, iniciava-se o que viria a ser o GT-Brasília<sup>1</sup>, um grupo de trabalho interinstitucional responsável por pensar a preservação da cidade e definir os parâmetros para a gestão dessa preservação (REIS, RIBEIRO e PERPÉTUO, 2016). Nessa época, é preciso observar, não havia um corpo teórico e conceitual de preservação de cidades novas, nem princípios articulados para lidar com bens do patrimônio moderno. Nem mesmo havia o tombamento ou a chancela da Unesco por meio do Patrimônio Mundial, algo que surgiu quase uma década depois.

Assim, há uma história de reflexões sobre a preservação de Brasília que forma um corpus relativamente coeso de posicionamentos do debate e da produção do GT-Brasília e nas discussões mais recentes que culminaram com a edição da Portaria Iphan 166/2016 que regulamenta o tombamento do Conjunto Urbano de Brasília<sup>2</sup>.

Esse histórico não trata prioritariamente de conservação ou restauro de edificações, mas uma leitura contextualizada de suas disposições fornece elementos importantes para ponderações sobre a escala edilícia, como o conceito – não implantado na gestão do sítio – de *preservação dinâmica* trabalhado no âmbito do GT-Brasília, com o entendimento de que é da natureza do espaço construído se transformar, num diálogo entre permanências e mudanças. (REIS, RIBEIRO e PERPÉTUO, 2016, p. 27)

A tutela legal, como o reconhecimento mundial, foi definida por meio da concepção urbanística de 1957 (FICHER, SCHLEE e FRANCISCONI, 2010), buscando-se a defesa dos valores dos bens culturais a partir dos critérios estéticos e estilísticos (RIBEIRO, 2005, p. 186), levando a críticas como a de Carlos Madson REIS (2001; 2011), para quem havia a necessidade de se considerar a diversidade cultural, e de superar dogmas e preconceitos urbanísticos e preservacionistas, suplantando, assim, a leitura idealizada de Brasília como uma obra de arte monolítica e completa (p. 96, 137). RAMOS (2005) defendeu a necessidade da preservação da memória da construção, ao lado da cidade, como mérito criativo de seu autor (p. 158).

Eduardo ROSSETTI (2012) sustentou que pensar em Brasília é indissociável de pensar em como ela se definiu como **imagem**, como lugar e como símbolo por meio da arquitetura, tanto por sua inauguração mítica (e as imagens icônicas resultantes), quanto pelas transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas em sua história. Já para Thiago PERPÉTUO (2015), a cidade, objeto de ressignificações e diversas

---

<sup>1</sup> O GT-Brasília atuou, oficialmente, entre 1981 e 1988. Entretanto, conforme depoimentos de membros do Grupo de Trabalho na publicação do Iphan, já no final de 1979 aconteceram as primeiras reuniões. (REIS, RIBEIRO e PERPÉTUO, 2016)

<sup>2</sup> Para o GT-Brasília, Sandra RIBEIRO (2005), REIS, RIBEIRO e PERPÉTUO (2016) e Jéssica SILVA (2019). Sobre o debate acerca da Portaria nº 166/2016, ver coletânea editada por RIBEIRO e PERPÉTUO (2017).

temporalidades, deve ser lida no presente tanto por seu acúmulo material, quanto por suas perdas e transformações. (p. 239)

Desse cenário, alguns pontos se destacam como relevantes para a nossa discussão: (i) a dualidade permanências-mudanças; (ii) as ancestralidades e as permanências da época da construção como objetos de preservação tanto quanto a cidade projetada; (iii) a força das narrativas inaugurais e do espírito inovador na valoração da cidade; (iv) a obsessão em relação aos arquitetos criadores bem como ao modelo urbanístico; e (v) o valor das imagens da cidade à preservação do conjunto urbano.



ASSIM, A PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA tem sido palco de tensões entre projeto e realidade; entre permanências e transformações; entre mito fundador e evolução urbana; entre reflexões e gestão. Muito tem se falado e se discutido sobre a cidade, mas pouco desse debate tem sido efetivamente aplicado em sua preservação.

Uma iniciativa fundamental, no entanto, foi o esforço da Superintendência do Iphan no DF em rever a normativa de tombamento e, num momento delicado na história política do país, publicar a Portaria 166/2016, estabelecendo um novo marco para a cidade. Dentre os avanços, ficou clara a intenção de se libertar da obsessão com os seus criadores e incorporar à preservação a estratificação histórica de Brasília como válida bem como sua realidade atual, alargando o período de interesse para depois de 1960 e o objeto para além do Plano Piloto de Lucio Costa.

Segundo MACEDO e FICHER (2013), Brasília é um exemplo de desafios a serem enfrentados quando se lida com uma cidade moderna. Os pontos acima levantados buscam contextualizar a preservação, conservação e restauração dos edifícios modernos na cidade, uma vez que um é aspecto indissociável do outro. A arquitetura e desenho urbano estão definitivamente amalgamados, como em qualquer cidade, mas, no caso particular de Brasília, essas duas instâncias remetem a questões muito similares.

Já as imagens da construção e dos edifícios recém-inaugurados, muitas delas com valores artísticos próprios, tendo em vista a qualidade das fotografias de Marcel Gautherot (1910-1996) ou Mário Fontenelle (1919-1986), fazem parte do imaginário da cidade e de suas arquiteturas, e já se incorporaram a elas como valores patrimoniais.



Por outro lado, exemplos recentes de *restauro* arquitetônico ou reformas permitem fechar esse cenário local. Dentre edifícios cívicos mais significativos de Brasília – os Palácios Originais, aos quais se refere Élcio SILVA (2012; 2014) – o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto passaram por intervenções profundas nos últimos anos, diferentemente do Congresso

Nacional e do Supremo Tribunal Federal, que sofreram ações pontuais de reformas, manutenção e conservação.

A condução e o resultado das obras dos dois Palácios relacionados à Presidência da República foram bastante distintos, como demonstraram Hattie HARTMAN (2010) e Guilherme ALMEIDA (2012) sobre o Palácio da Alvorada e de Alba BISPO (2014) sobre o Palácio do Planalto.

Para o Palácio da Alvorada, um projeto de intervenção foi desenvolvido pelo escritório de Oscar Niemeyer, em 1999, e retomado em 2005 pelo arquiteto Sérgio Brasileiro. A restauração não apresentou grandes mudanças em termos de programa arquitetônico, mas promoveu profundas adequações na infraestrutura. Algumas alterações em espaços de apoio foram mais significativas. (ALMEIDA, 2012, p. 122)

A participação de Oscar Niemeyer não se resumiu ao projeto de intervenção de 1999, mas se estendeu à restauração de 2005 em decisões específicas de projeto<sup>3</sup>. Seguindo orientação do Iphan, foi decidido manter o máximo da matéria original, o que levou à recuperação dos *brises* e da maior parte das cortinas de vidro<sup>4</sup>; e ao cuidado com os revestimentos existentes, buscando uma substituição mínima, quando necessária. O painel dourado de Athos Bulcão, do Hall Principal, foi totalmente restaurado em seu douramento original, deixando registro do estado anterior como testemunho. (ALMEIDA, 2012, p. 122)

Segundo ALMEIDA,

no ano de sua reabertura, 2006, o Palácio apresentava-se como talvez nunca antes. O cuidado com a restauração e limpeza das placas de revestimento acentuou o contraste com o brise, também restaurado. [...] O polimento do piso da varanda fez refletir a colunata, em contraste também com a brancura da mesma. [...] Logo após a restauração externamente o Palácio reluzia. (ALMEIDA, 2012, p. 136)

A restauração do Palácio da Alvorada revelou, assim, cuidados importantes já consolidados na literatura sobre preservação patrimonial, o que levou HARTMAN (2010) a considerá-la bem-sucedida e um bom exemplo para intervenções em edifícios do Movimento Moderno. As alterações foram contidas, o respeito à materialidade foi percebido e a participação do arquiteto original, ainda vivo à época, não representou novos personalismos à obra.

---

<sup>3</sup> Hartman relata uma participação de Niemeyer na decisão de se manter as palmeiras imperiais na frente do Palácio. Segundo a autora, o Iphan havia recomendado a remoção de trinta espécimes sob o argumento de que não eram parte do projeto original de Niemeyer e que obstruíam a vista da fachada principal. Niemeyer então discordou da proposta, que foi abandonada (2010)

<sup>4</sup> As das fachadas laterais, por apresentarem maiores desgastes, foram substituídas, com cuidado, para que seguissem “à risca” o desenho original. (ALMEIDA, 2012, p. 122)



Figura 13 – Palácio do Alvorada, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957; restauração: Sérgio Brasileiro, 2005). Foto do autor, 2009.

A restauração do Palácio da Alvorada, ao mesmo tempo que proporcionou algumas adequações programáticas e a realização de reparos em revestimentos danificados, se mostrou cautelosa com a materialidade existente.

Já a obra do Palácio do Planalto, ocorrida entre 2008 e 2011, mostrou-se mais controversa, conforme demonstrou Alba BISPO (2014). O projeto de arquitetura foi elaborado pelo Escritório Oscar Niemeyer e a intervenção compreendeu alterações mais substanciais no edifício. A configuração interna foi amplamente alterada, bem como a volumetria externa. Bens artísticos integrados foram removidos e remanejados.

Se no Palácio da Alvorada a abordagem foi de restauro, no Palácio do Planalto significou reforma com alterações profundas, que levaram o IPHAN a apresentar sérias ressalvas iniciais que foram revistas pelo próprio órgão posteriormente. O caso mais grave foi a inserção de um volume na fachada posterior (norte) para abrigar copa e escada de circulação externa, com forte alteração na volumetria do bem. Para BISPO (2014), nesse e em outros aspectos, houve uma sujeição por parte do Iphan das justificativas de Niemeyer na condição de autor do projeto original e da proposta de intervenção. Questionado pelo Ministério Público Federal sobre os procedimentos da intervenção, o IPHAN alegou que, muito embora o órgão discordasse das alterações nas características essenciais do bem tombado, elas foram encaminhadas pelo próprio autor do projeto original que reivindicava sua autonomia de criação dentro da própria obra. (p. 123, 127)

Para BISPO (2014, p. 126, 143), a proposta de intervenção, entretanto, fugiu de qualquer critério do campo de preservação e efetivamente a obra não se configura como uma restauração, mas como uma reforma. A obra,

segundo a autora, foi confiada a uma empresa sem especialização em restauração.

★

A produção intelectual sobre a preservação de Brasília enfatiza a extraordinária força do mito criador de Brasília e de seus edifícios no que se valora e no que se quer preservar. Mais do que um valor específico a compor a significância dos bens, esse *mito criador* urbanístico e arquitetônico se interpõe, muitas vezes, como o próprio objeto a se preservar: o *plano-piloto* de Lucio Costa; a *concepção* de Oscar Niemeyer.

Superar essa preconcepção é fundamental para uma efetiva preservação tanto do conjunto urbanístico, quanto dos edifícios. Superar não quer dizer negar, mas ponderar entre tantos outros valores, relacionados a tantos outros atributos, o *valor artístico* que se exprime na concepção, no projeto, na ideia.

O arcabouço teórico-metodológico sobre preservação e os instrumentos técnico-operacionais disponíveis são indispensáveis para se pensar patrimonialmente os exemplares únicos do Movimento Moderno que temos em mãos. Negligenciá-los é omitir-se perante uma volumosa historiografia e perante um conhecimento epistemológico que representa a sedimentação e a síntese de inúmeras abordagens sobre preservação e de incontáveis experiências práticas realizadas.

★★



# **CAPÍTULO 4**

## **Configuração do estado-da-arte**

O campo da preservação é essencialmente dinâmico. Seus conceitos, princípios e tendências são constantemente discutidos e rediscutidos, levando a inflexões ou ao desenvolvimento de nuances que interferem na construção cíclica do marco teórico. Por outro lado, como ato cultural, é sujeito a inúmeros caminhos paralelos a depender da sociedade onde está inserido.

Os contextos culturais não podem ser desprezados, nem novas abordagens desconsideradas e devem, na prática, ser cotejados com as peculiaridades do objeto a ser preservados e são, necessariamente, inseridos em um arranjo subjetivo que determina o processo de preservação, como veremos mais adiante.

Como representam tendências, são inúmeras as portas que apontam caminhos que não serão percorridos, todos, em sua totalidade. Dentre as numerosas possibilidades de conceber, interpretar e realizar preservação, algumas delas buscam se manter na linha da preservação tradicional, ajustando uma ou outra abordagem e se diferenciando por alguns aspectos, como as correntes predominantes na Itália atualmente, na visão de Kühl (2008) e Salvo (2016).

Outras, ainda que estejam no mesmo campo, partilhando dos mesmos conceitos e disputando princípios, configuram posições minoritárias em busca de espaço. Há, ainda, aquelas que se posicionam fora do campo, partem de pressupostos distintos, não partilham – ou negam veementemente – conceitos solidificados dentro do campo. Essas são comumente vistas com desconfiança, mas procuram ter a legitimidade reconhecida nesse ambiente, normalmente com abordagens mais experimentais, como as trazidas por OTERO-PAILOS ET. AL. (2016).

Novas práticas de preservação trazem à tona a interseção – ou disputa – entre o *campo patrimonial* e o *campo da arquitetura*. Segundo OTERO-PAILOS (2012), a preservação retornou ao centro da teoria e da prática arquitetônicas após viver à margem dela, por mais de meio século. Para ele, recentemente observam-se apostas de escritórios de renome no campo da arquitetura em ações de preservação. Como alguns exemplos, o autor cita David Chipperfield e Julian Harrap para o Neues Museum (Berlim, Alemanha, 1997-2009), ou da transformação no Lincoln Center (Nova York, Estados Unidos, 2003-2010) por Diller Scofidio + Renfro e Beyer Blinder Belle, ou o projeto de Rem Koolhaas para o Hermitage (São Petersburgo, Rússia, 2003-2005) ou ainda a adaptação de Herzog & de Meuron para o Park Avenue Armory (Nova York, Estados Unidos, 2006-2016).

À margem do debate preponderante do campo patrimonial, realizado nos congressos de organismos como ICOMOS, UNESCO, DOCOMOMO etc, profissionais de reconhecida produção arquitetônica se lançam em proposições teóricas, como Rem KOOLHAAS (2010; 2014), ou em efetivas intervenções

em bens históricos, como os citados acima. Normalmente são disposições vistas com ressalvas pelo campo patrimonial.



Para Beatriz Kühl, existem atualmente várias tendências, mas, “muito daquilo que se faz em monumentos históricos (na verdade contra), hoje em dia, não leva minimamente em consideração os preceitos [patrimoniais] e, na prática, acaba-se por desrespeitar aquilo que se diz querer preservar” (KÜHL, 2008, p. 81). Segundo ela, é preservação *strictu sensu* somente quando a ação, a intervenção, é pautada pelo caráter cultural e fundamentada no acúmulo de debates e no conhecimento adquirido dentro do próprio campo, há pelo menos dois séculos.

Na Itália, ela sustenta que atualmente há três vertentes principais de restauro: a conservação integral; a (hiper)manutenção-repristinção; e a crítico-conservativa (ou posição central).

A conservação integral é marcada por uma excessiva prudência e uma total obediência às exigências conservativas mais extremas e, quando necessária alguma adição, ela é realizada com prioridade à linguagens contemporâneas, acrescentando a própria marca, tendo em vista a impossibilidade alegada de se reconduzir a obra à unidade real. Nela há a prevalência da instância histórica sobre a estética, operando por duas fases distintas e sequenciais: a primeira, assegurando a conservação e o respeito integral ao documento histórico em todas as suas fases e, a segunda, realizando as adições necessárias de modo compatível, mas não mimético, sendo respeitoso, consciente, legítimo e autônomo. A integração visual não é uma preocupação, uma vez que a beleza não estaria apenas na forma, mas no fato de o objeto contar essa história através de sua configuração (KÜHL, 2008, p. 81-85, 89). Para a conservação integral, preservação e arquitetura são, portanto, dois momentos estanques, com objetivos distintos.

No outro polo, a chamada manutenção-repristinção ou hipermanutenção intervém na obra por meio de manutenções ou integrações, ordinárias ou extraordinárias, retomando formas e técnicas do passado e buscando sempre a legibilidade figurativa do bem. Ao contrário da posição brandiana, coloca-se em uma posição pragmática na qual a leitura da obra em si não é confrontada com uma lógica dedutiva fundamentada em axiomas éticos e científicos (KÜHL, 2008, p. 85-86). A preservação, nesse caso, está subordinada à leitura estética da obra e a arquitetura, complementar, é retrospectiva, subordinada à linguagem histórica.

Entre as duas correntes, há a corrente central, ou a vertente crítico-conservativa, herdeira do *restauro crítico* de Cesare Brandi e defendida por autores como Giovanni CARBONARA e Beatriz KÜHL. Nessa linha, a restauração assume uma posição conservativa, de forma prudente e permite o uso de recursos criativos, com respeito à obra e não em detrimento dela,

para adições e reintegrações de lacunas necessárias, por exemplo. Trabalha na análise da relação dialética entre as instâncias estética e histórica, respeitando os valores documentais e formais da obra como imagem figurada (KÜHL, 2008, p. 81-82). Preservação e arquitetura estão necessariamente alinhadas de modo não apenas cronológico, mas sobretudo (?) metodológico, em que um nutre e dirige o outro, e vice-versa. (CARBONARA, 1997, p. 393-394, apud KÜHL, 2008, p. 81)



Novas abordagens que se distanciam da preservação tradicional também têm surgido nos últimos anos. Segundo o grupo *Experimental Preservation*, há uma geração recente de preservacionistas que explora a preservação como uma nova forma de produção cultural e não apenas como uma proteção a posteriori da cultura, incluindo arquitetos, artistas, designers, urbanistas, etc. (OTERO-PAILOS, LANGDALEN e ARRHENIUS, 2016, p. 8-9)

A experimentação sempre foi vista com ressalvas pelos meios preservacionistas, tendo em vista que, ao se trabalhar com objetos de valor histórico e cultural, a possibilidade de falha sempre foi algo a ser evitado. Por outro lado, as pesquisas científicas e metodológicas sempre fizeram parte do campo da preservação. Essas incursões no desconhecido são necessárias para se avançar no conhecimento sobre o próprio patrimônio e assim promover maior grau de eficiência no futuro.

A *preservação experimental* argumenta que é possível instigar os métodos convencionais de preservação de forma responsável, respeitando o bem patrimonial e, com isso, oferecer alternativas válidas para lidar com objetos de valor cultural. (OTERO-PAILOS, LANGDALEN e ARRHENIUS, 2016).

Nesse sentido, as alternativas exploradas na preservação experimental usualmente buscam atribuir valores a objetos que não são reconhecidos de forma oficial ou governamental, como por meio do instituto do tombamento, por exemplo, e a partir daí testam o potencial dos bens e dos métodos empregados. Trabalham com elementos rejeitados pela sociedade que, para eles, têm algum valor cultural. Ao reconhecê-los como patrimônio, buscam dar-lhes potencial para serem reinseridos como capital cultural na sociedade. (OTERO-PAILOS, 2016, p. 16, 25)

A preservação experimental é uma prática que reavalia criticamente e às vezes desafia as convenções da preservação. O ponto de partida é a dúvida. É fundamental para a preservação experimental, segundo Otero-Pailos, o ato duplo de escolha do objeto a ser preservado e de, ao mesmo tempo, duvidar da sua condição de patrimônio (OTERO-PAILOS, 2016, p. 21). É uma ação que implica testar hipóteses com a própria prática da preservação.

Nesse sentido, o ato crítico se torna também um ato artístico e a função do bem patrimonial transcende à histórica e mnemônica, revelando-se

prospectiva, instigadora, provocativa. Para OTERO-PAILOS (2016), o artista da preservação não impõe intenção ao projeto, mas o complementa para que possa continuar culturalmente relevante. Assim, faz parte do trabalho dos preservacionistas articular as expectativas do público com relação aos locais históricos e aos monumentos. Segundo ele, é por meio da arte que essa ponte é estabelecida.

Muito embora essa abordagem deva ser vista com algumas ressalvas, sobretudo com relação a bens de consolidados valores culturais, como o Congresso Nacional, experimentações no campo da preservação podem oferecer alternativas para potencializar a transmissão do significado do edifício e de seus valores patrimoniais sem comprometer sua materialidade, como estratégias válidas que podem suplementar abordagens mais tradicionais na preservação de um bem.

### **Encaminhamentos conceituais**

O conhecimento sobre a preservação tradicional e a compreensão de sua trajetória são imprescindíveis para fazer com que o ato da restauração ou da conservação seja um *ato crítico*, alicerçados em bases sólidas. A historiografia da preservação “tradicional”, de Ruskin à Carta de Veneza, ou ao Documento de Nara, dá subsídios à fundamentação de intervenções em qualquer edifício, inclusive os do Movimento Moderno.

É imprescindível, mas não é suficiente. Novas categorias devem ser incorporadas, conforme vimos acima, para que algumas peculiaridades dessa arquitetura sejam mais bem abordadas em uma possível intervenção.

A incorporação de conhecimentos trazidos por autores como Theodore Prudon, Susan Macdonald, Simona Salvo e Beatriz Kühl, dentre outros, permite antever problemas específicos que dizem respeito à arquitetura moderna e ter conhecimento de soluções já aplicadas em outros casos similares. A obra de James Fitch apresenta novos vieses com base na experiência estadunidense, antítese daquela representada pela Carta de Veneza e Cesare Brandi, referências não tão significantes naquele país.

Representado, mas não restrito ao Documento de Madri e suas revisões, o esforço de convergência dos últimos dez anos se mostrou tão importante quanto os ímpetus iniciais dos anos 1990, quando o posicionamento do Documento era preponderante e a contribuição analítica e sintética de Theodore Prudon, paradigmática.

Os princípios de preservação e restauro – de Riegl, Brandi e da Carta de Veneza – retornaram como válidos, mas se somaram ao método de determinação da significância e da atribuição de valores aos atributos tangíveis e intangíveis do edifício – com forte influência da tradição anglo-saxônica

– para realizar essa costura entre desenvolvimentos conceituais-metodológicos. A **preservação do edifício moderno** passou a ter, então, um *corpus* teórico minimamente consentido entre os agentes do campo.

A partir de um profundo conhecimento do edifício e de sua história, refletiu-se sobre seu significado cultural e se atribuí valores – históricos, estéticos, urbanísticos etc. – a seus atributos físicos ou não – forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, dentre outros. A partir daí, entende-se o problema de conservação ou restauro a ser enfrentado e se tomam as decisões de forma crítica e fundamentada. Princípios como a intervenção mínima, reversibilidade ou retrabalhabilidade, e diferenciação de elementos incorporados são observados. A dialética histórico-estética paira sobre o processo, articulando-se entre os diversos valores identificados no bem.

Em linhas muito gerais, passamos a ter esse procedimento como recomendado pela bibliografia e referendado pelo campo patrimonial.

Da tentativa de MUÑOZ VIÑAS (2005) em estabelecer uma Teoria Contemporânea da Preservação, em contraponto à preservação tradicional e ao restauro crítico, foi possível extrair um princípio que se mostrou bastante pertinente, com ressalvas aos vieses e desdobramentos dados pelo autor. É a subjetivação da preservação.

Segundo o autor espanhol, o ato da preservação é eminentemente subjetivo e, dado seu caráter de ação coletiva, *intersubjetivo*, uma vez que deriva de questões de gosto e experiência do preservacionista, e das interpretações, demandas, expectativas e necessidades de outros agentes envolvidos, como usuários, gestores e da população em geral. Desta forma, o objeto a ser preservado – como dado objetivo – passa a ser o receptáculo desse conjunto de escolhas conscientes ou não que, tanto determinam o passado do bem, por meio da reconstrução das memórias a ele relacionadas, quanto determinam as ações de preservação e as condições que esse bem terá para existir no futuro imediato.

Isso, para ele, é uma constatação e não exatamente uma proposição. No entanto, não se pode ignorar que existem relações de poder estabelecidas que são determinantes nesse arranjo intersubjetivo de preservação.

Com relação ao primeiro ponto, a contribuição de Pierre BOURDIEU (1998; 2004; 2007) e de seus intérpretes, como STEVENS (2003) e LAHIRE (2017), com sua teoria do *campo social*, forneceram valiosa ferramenta para se entender as disposições que estão em jogo. Segundo o sociólogo francês, cada agente, seja ele um indivíduo ou uma instituição, ocupa um lugar relativo no campo e utiliza seus capitais para buscar uma posição de hegemonia nesse próprio campo.

Essa constante luta é verificada no âmbito do debate internacional e das posições de instituições como ICOMOS e DOCOMOMO, por exemplo, mas se reflete em toda e qualquer ação de preservação.

Os campos sociais são regidos por disposições próprias e consentidas entre os membros, mas a ação de cada agente é influenciada por seu *habitus*, ou seja, por predisposições que eles possuem. Assim, a intersubjetividade é igualmente regida por regras, tácitas ou explícitas, que se refletem nas decisões dos agentes.<sup>1</sup>

Devemos reconhecer que, não menos importante, as escolhas subjetivas não devem ser individualistas, personalizadas ou monocráticas, mas devem ser amplamente debatidas e fundamentadas o máximo possível em dados objetivos e critérios baseados em um juízo crítico. Caso contrário, são insustentáveis, como ressaltou o próprio MUÑOZ VIÑAS.

Quanto mais abrangente for a pesquisa histórica e documental do edifício; quanto mais fundamentados tecnicamente forem os diagnósticos de danos e patologias; quanto mais claros estejam as filiações conceituais dos agentes envolvidos com relação à preservação, mais a intersubjetividade, inevitável pela condição humana e social, produzirá resultados considerados adequados pelo próprio campo social do qual fazem parte os agentes.

Assim, ainda que do processo de preservação façam parte a busca de consenso, a negociação, o equilíbrio de expectativas e de soluções, não se pode prescindir de que os profissionais de arquitetura envolvidos exerçam seu ofício de forma fundamentada, crítica e responsável.

Quando pensamos no cenário brasileiro, por exemplo, muitas ressalvas, como algumas já levantadas por MOREIRA (2010), devem ser feitas. Nossa arquitetura moderna foi produzida de maneira ainda artesanal. Boa parte dos materiais empregados eram tradicionais, como, por exemplo, os blocos cerâmicos para as vedações. Ademais, a maior parte dos edifícios modernos, que hoje reconhecemos como patrimônio, foram concebidos, construídos e ocupados para durar, instalando-se de forma perene em nossas cidades, e não como um manifesto materialmente transitório.

Em Brasília, temos a particularidade da força do mito fundacional da cidade e de seus criadores intelectuais, em especial Juscelino Kubitschek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, gerando uma tendência de se ter o ponto de

---

<sup>1</sup> Segundo a teoria de Bourdieu, é a partir do *habitus* que os profissionais se capacitam para desenvolver estratégias ajustadas à realidade, uma espécie de improvisação em função de disposições mais objetivas. O *habitus* é o princípio gerador dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação. Resultado de um processo de interiorização das estruturas sociais sob a forma de disposições no decorrer da socialização primária e secundária, ele está na origem da capacidade dos agentes de desenvolver estratégias, mais ou menos ajustadas às situações vividas, enquanto a noção de estratégia remete à margem de improvisação dos agentes em função de suas disposições. (SAPIRO, 2017, p. 297)

partida, em detrimento da história, como determinantes para a preservação.

Assim, o procedimento fundamentado na triangulação metodológica, *significação – valores – atributos*, permite a imprescindível compreensão da obra; a incorporação de valores para além dos estéticos e históricos; e a determinação dos limites que as ações de conservação e restauro deverão ter com relação ao edifício.

A constatação de que esse processo, mais do que objetivo, é subjetivo e intersubjetivo, é necessária. Dificilmente, uma ação patrimonial é realizada sem que uma grande gama de interessados esteja participando do processo decisório. Somado a isso, é preciso ter em mente que, uma vez tombado, o edifício passa a ter uma clara função pública e, assim, o interesse da coletividade deve ser considerado. Em edifícios governamentais, essa preocupação apresenta ainda outras camadas sob os princípios constitucionais, legais e éticos da administração pública.

Nesse arranjo, cabe ao arquiteto responsável exercer o juízo crítico e estabelecer as ações tendo como princípios: a menor intervenção possível para atender aos objetivos da ação de preservação; a retrabalhabilidade da intervenção no sentido de poder ser realizada de outra forma no futuro sem maiores perdas materiais; a diferenciação dos elementos incorporados, observando-se, no entanto, a leitura da obra de arte como um todo; concepção de acréscimos ou ampliações de maneira respeitosa.

Em última instância, o objeto de restauração ou conservação é a matéria e é o objeto presente, estágio do seu processo estético e histórico, e como tal deve ser compreendido para ser preservado. A toda e qualquer matéria existente devem ser atribuídos valores que serão variáveis qualitativamente e devem ser avaliados de maneira sistêmica com todos os outros atributos e seus valores.

A concepção arquitetônica, o projeto e o edifício, conforme inaugurado, são partes desse processo estético e histórico e devem ser também valorados, mas nunca em absoluto. Desta forma, o projeto original e a condição inicial do edifício são importantes dados para informar o ato de preservação, mas não são o fim da preservação pois representaria uma irreversível perda de valores históricos. Nessa mesma lógica, as alterações físicas nos edifícios fazem parte da história e devem ser valoradas e jamais dispensadas aprioristicamente, sejam elas reformas anteriores, sejam as marcas da passagem do tempo depositadas na matéria (pátina do tempo).

Por fim, restauro/conservação e arquitetura são instâncias de um ato único quando estamos lidando com um bem edificado, bem como as permanências e transformações. As observações em campo evidenciaram que os conflitos estabelecidos entre os campos se reproduzem na prática.

★★★





# PARTE II

Nesta parte, a prática da preservação do Congresso Nacional é introduzida no debate. Escolhido como *locus* da pesquisa, como caso para a problematização das questões teóricas e conceituais da preservação, esse conjunto edificado possui características próprias, históricas, físicas, de gestão e de preservação, que proporcionam um olhar crítico sobre o estado-da-arte.<sup>1</sup>

Como edifício, é um elemento que demonstra sua vitalidade e seu dinamismo ao permitir à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal exercerem suas funções institucionais e constitucionais; ao figurar como sede simbólica e operacional do Poder Legislativo brasileiro; ao compor local de trabalho cotidiano para mais de duas mil pessoas; ao ser o ponto turístico mais visitado da Capital.

Como patrimônio, a ele são atribuídos socialmente valores culturais que devem ser usufruídos no presente e devem ser preservados à posteridade. Dentre outros: é o símbolo maior de Brasília; é uma das obras-primas da arquitetura (moderna) brasileira e mundial; é repositório e representante da imensa força de trabalho deslocada para o Planalto Central em virtude da construção da nova capital.

Em sua preservação trabalham, sem nomear outras inúmeras categorias, arquitetos da Câmara e do Senado que, inseridos no *campo patrimonial*, buscam aplicar seus referenciais teórico-metodológicos e técnico-operacionais em um arranjo de agentes e instituições análogo ao próprio *campo*. Além dos arquitetos, outros profissionais, gestores e administradores tentam fazer preponderar seus interesses e seus referenciais, configurando o edifício, nesse arranjo de capitais e poderes, como um objeto político.

Nesse sentido, em uma ação de preservação propriamente dita, ou em qualquer intervenção que incida sobre o bem, não somente as questões patrimoniais serão determinantes, e nem sempre essas mesmas questões serão preponderantes no enfrentamento com outras demandas e problemas. Entra em debate as subjetividades envolvidas nesse arranjo e em que medida elas afetam a preservação do edifício, partindo do princípio de que o viés subjetivo do processo não pode ser ignorado.

Os capítulos seguintes acompanham e aprofundam esse raciocínio. No capítulo 5, o edifício é apresentado e seus tombamentos são analisados. O capítulo 6 trata de como as instituições, Câmara e Senado, estão administrativamente organizadas para realizar a preservação e discorre sobre o conjunto de intervenções que ancorou, na realidade prática, o debate sobre a preservação. Por fim, o Capítulo 7 discute o edifício como objeto político e o viés subjetivo da sua preservação.

★ ★

---

<sup>1</sup> Imagem de Título: Congresso Nacional, Brasília, DF. Senado Federal, fachada norte. Foto do autor, 2020.

# **CAPÍTULO 5**

## **Congresso Nacional de Brasília**

O **Palácio do Congresso Nacional** é a sede do Poder Legislativo da República Federativa do Brasil, abrigando a Câmara dos Deputados, com seus 513 membros representantes do povo, e o Senado Federal, com 81 parlamentares representantes dos Estados e do Distrito Federal. Câmara e Senado são duas instituições independentes, sediadas em um mesmo edifício, e que nele devem funcionar a não ser por *motivo relevante* ou de *força maior*, conforme Regimento Interno da Câmara ou *em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite seu funcionamento na sede*, conforme Regimento Interno do Senado.<sup>2</sup>

Com 58.558m<sup>2</sup>, sendo 31.213m<sup>2</sup> no Edifício Principal e 27.345m<sup>2</sup> nas torres anexas (SILVA, 2012, p. 483), o Palácio do Congresso Nacional é composto por um prédio predominantemente horizontal – Edifício Principal – e duas torres – Anexo I da Câmara e Anexo I do Senado (Figura 14). É o conjunto de maior simbolismo e de máxima relevância arquitetônica dentro dos complexos arquitetônicos que compreendem diversos outros edifícios na Capital Federal. (Figura 21 a Figura 43, p. 129 a 134)



Figura 14 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Foto do autor, 2020

O Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados é um núcleo urbano composto por uma diversidade de edifícios totalizando mais de 170 mil m<sup>2</sup> de área construída e 210 mil m<sup>2</sup> de espaços verdes em seu centro (MEDEIROS e CUNHA, 2014, p. 196). Já o Complexo do Senado Federal abrange aproximadamente 165 mil m<sup>2</sup> de área construída em aproximadamente 266 mil m<sup>2</sup> de área de terreno (CASTRO, CARVALHO e CARVALHO, 2013). (Figura 16)

---

<sup>2</sup> Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Resolução nº 17 de 1989), art. 1º e Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93 de 1970), art. 1º.

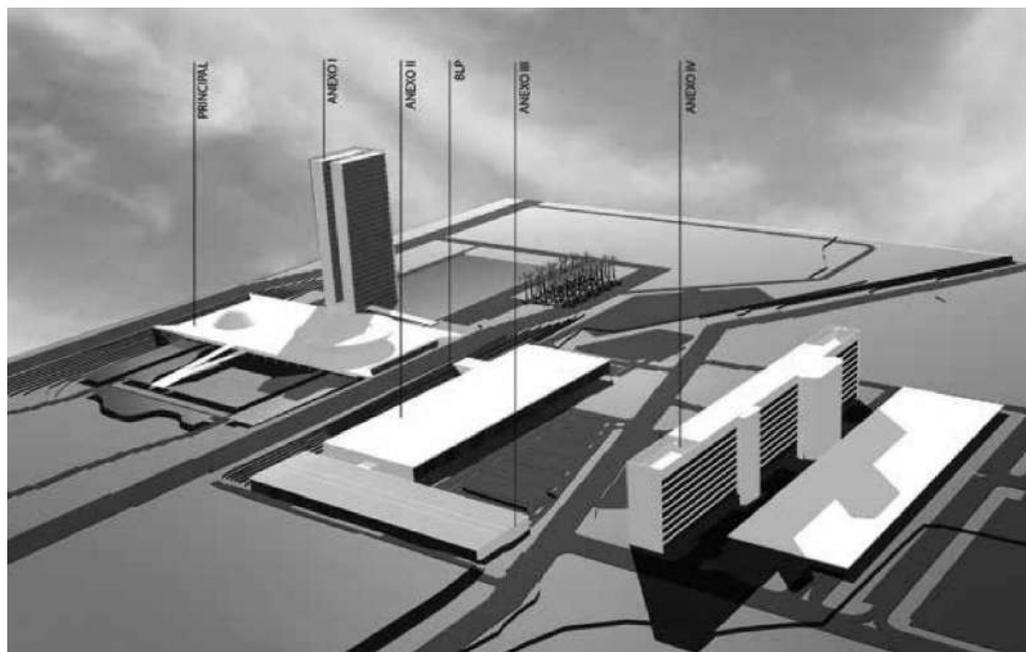


Figura 15 – Complexo Arquitetônico principal da Câmara dos Deputados. Fonte: MEDEIROS E CUNHA (2014, p. 22)

Além desse complexo principal, na área central de Brasília (Setor de Áreas Isoladas Norte) a Câmara ainda conta com o Complexo Arquitetônico Avançado, com o edifício do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – CEFOR e da Gráfica/Coordenação de Transportes. No total, a Câmara dispõe de 410 imóveis da União (MEDEIROS e CUNHA, 2014, p. 80, 102)

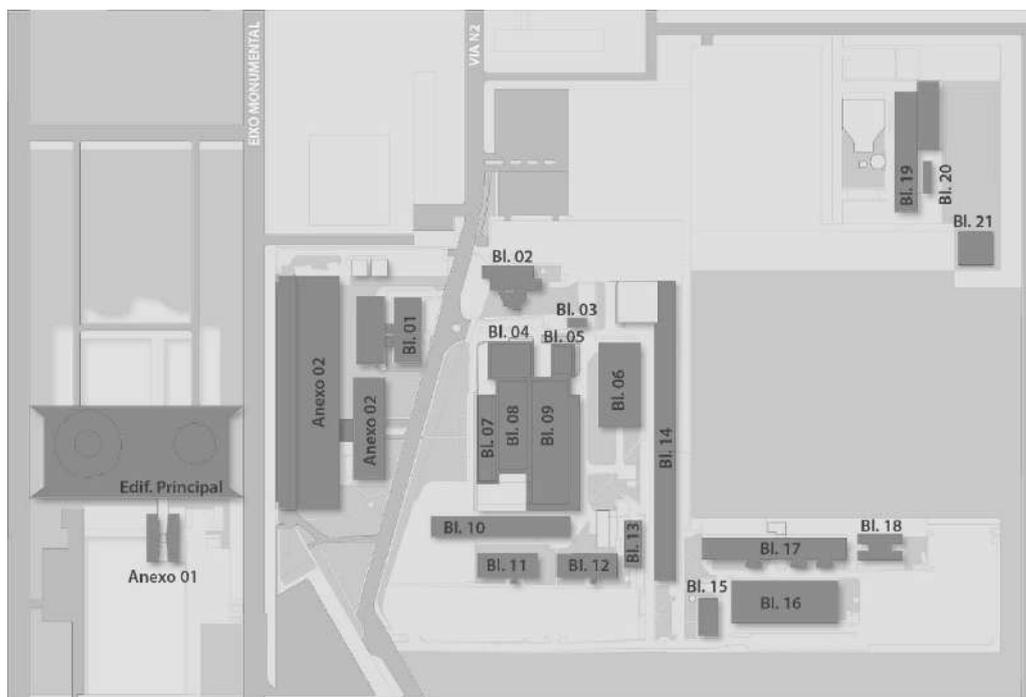


Figura 16 – Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Fonte: Senado Federal.

O Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, é composto ainda pelos imóveis destinados às residências oficiais dos Senadores e da Presidência do Senado.

Esse conjunto de edifícios é diverso com relação ao uso – parlamentar, administrativo, hospitalar, religioso, de armazenamento, de arquivo, industrial etc. – à tipologia arquitetônica e construtiva – do modernismo “de formas livres” em concreto armado, ao brutalismo com estruturas

aparentes e edifícios de menor relevância arquitetônica – e à data de construção – de 1957-1960 até a presente década<sup>3</sup>.



Figura 17 – Anexo 2, Senado Federal, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1977). Foto do autor, 2010.

No entanto, é da preservação do **Palácio do Congresso Nacional**, ou seja, do conjunto formado pelo Edifício Principal e as torres anexas, que tratarei nesta tese, não apenas por sua maior importância artística, histórica e simbólica nos Complexos, mas por ser a área considerada individualmente como patrimônio cultural pelo IPHAN.

Essa área de quase 60 mil m<sup>2</sup>, gerida pela Câmara e pelo Senado, é o local de exercício das principais atividades parlamentares e de trabalho de servidores públicos e profissionais terceirizados das duas instituições. Apenas na área sob gestão do Senado, aproximadamente 1.750 pessoas estão lotadas nas áreas de escritórios ou gabinetes legislativos (CASTRO, CARVALHO e CARVALHO, 2013). Além disso, há um fluxo constante de usuários e visitantes no espaço construído. Mensalmente, estima-se que mais de 15 mil turistas fazem visitação oficial, sendo o monumento mais procurado em Brasília.

Arquitetonicamente, é o edifício em Brasília de maior destaque na paisagem e na inserção urbana. Pela altura das torres – que deveriam ser as mais altas da cidade – o conjunto é percebido de vários pontos da Capital, protagonizando sua silhueta. Além de sua presença física e visual, é um símbolo

---

<sup>3</sup> SILVA E SANCHEZ (2007) fazem uma análise histórica e morfológica dos edifícios anexos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

da cidade, talvez o mais marcante, como ressaltam FICHER e SCHLEE (2010) e HOLANDA (2011).

Ademais, é o ponto de articulação urbana de todo o Plano Piloto com a Praça dos Três Poderes, conforme intenção projetual já existente no Plano-Piloto de Lucio Costa. Essa articulação é visual, uma vez que o Palácio do Congresso Nacional é o principal ponto focal da Esplanada dos Ministérios, desde a Plataforma da Rodoviária<sup>4</sup>. Além das torres que se destacam verticalmente, apenas as cúpulas se ressaltam sobre a plataforma. (Figura 18, 101)



Figura 18 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Foto do autor, 2020

Visto da Rodoviária do Plano-Piloto, o Congresso Nacional centraliza a perspectiva delimitada lateralmente pelos ministérios. Lucio Costa demonstrou em seu Relatório para o Plano Piloto de Brasília a importância que dava a essa perspectiva ao destaca-la como a visão de “despedida” do viajante: “O sistema de mão única obriga os ônibus na saída a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário residencial – despedida psicologicamente desejável.” (COSTA, [1957] 2014)

O Palácio do Congresso ergue-se, assim, sem concorrentes no entorno, marcado por diferentes aspectos com relação aos demais edifícios: formas únicas (das cúpulas) em vez de primas regulares; formato, altura e proporção dos edifícios anexos; centralização da perspectiva. Sua monumentalidade deriva de sua unicidade na paisagem (CASTRO e CARVALHO, 2010).

Para além de sua relevância arquitetônica na cidade, o Palácio do Congresso Nacional tem sido palco de eventos políticos capitais e de manifestações populares importantes ao longo de sua história. A apropriação

---

<sup>4</sup> Houve grande mobilização que questionou a construção da *Praça da Soberania*, do *Memorial dos Presidentes* e de um monumento comemorativo ao cinquentenário de Brasília (um obelisco de mais de cem metros de altura, maior, portanto, que as torres gêmeas do Congresso Nacional), entre a Rodoviária e o Congresso, de autoria do próprio Oscar Niemeyer. Projetado em 2009, o projeto foi polêmico e sofreu diversas críticas no meio arquitetônico – como MACEDO (2009) e FICHER (2009) e, apesar do empenho inicial governamental, a obra não foi executada.

cultural, social e política do edifício, de seus espaços livres e de sua imagem é parte constituinte das narrativas históricas construídas recentemente no país. (Figura 19 e Figura 20)

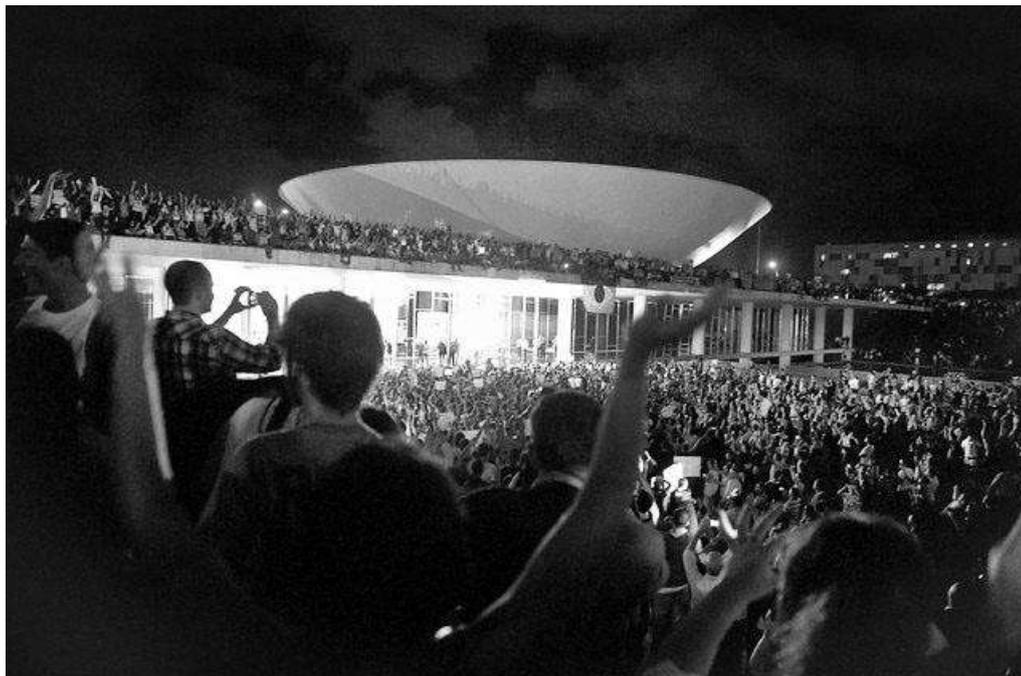


Figura 19 – Manifestação popular, 2013. Foto: Lia de Paula / Agência Senado<sup>5</sup>



Figura 20 – Instauração da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Foto: Arquivo Câmara dos Deputados

Essa história arquitetônica tem início com a concepção do arquiteto, materializa-se com a construção, mas se reveste de valores culturais com a ocupação, com o uso e com a apropriação desse bem pela sociedade.

Na tese *Os Palácios Originais de Brasília*, posteriormente publicada sob o mesmo título (SILVA, 2014), o arquiteto Élcio SILVA, servidor da Câmara dos Deputados, apresentou o percurso da arquitetura do Congresso

---

<sup>5</sup> <https://www12.senado.leg.br/fotos/fotodestaque/?id-13104484593>. Acessado em 10/1/2020.

Nacional, do Palácio da Alvorada, do Palácio do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto com solidez documental e metodológica, sendo a principal fonte de informações sobre o Congresso Nacional, bem como sobre os outros Palácios.

## Projeto, construção e alterações

SILVA (2012, p. 34) utilizou o conceito de percurso da arquitetura que abrange as etapas de concepção, desenvolvimento projetual e construção. Foi a base para compreender os edifícios desde a elaboração dos projetos até a situação atual. A periodização é dividida em três fases: concepção (elaboração dos estudos preliminares e dos anteprojetos), desenvolvimento (realização dos projetos de arquitetura, de estruturas e demais disciplinas) e construção.

Os projetos se iniciaram em março de 1957 e as obras em novembro do mesmo ano, estendendo-se, ambos, até julho de 1961<sup>6</sup>. O projeto arquitetônico de **Oscar Niemeyer** foi desenvolvido pelos arquitetos Nauro Esteves, Sabino Barroso Machado e Hermano Montenegro. Já o engenheiro Joaquim Cardozo foi responsável pela concepção da estrutura em concreto armado, e Samuel Rawet por seu desenvolvimento. A NOVACAP foi responsável pelo projeto paisagístico e a Companhia Construtora Nacional S.A. foi a principal responsável pela execução (SILVA, 2012, p. 483).

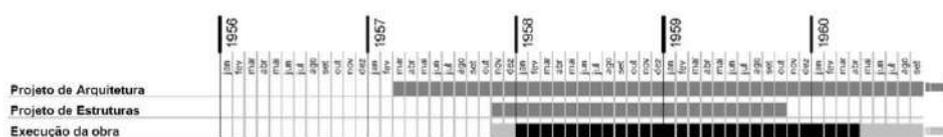


Figura 21 – Cronograma de construção do Palácio do Congresso Nacional. Fonte: Élcio SILVA (2012, p. 53)  
Em cinza escuro, as etapas de projetos. Em preto, a etapa de execução das obras segundo os registros divulgados. Em cinza claro, os registros de pagamentos efetuados às construtoras.

Para SILVA (2012, p. 30), o contexto da construção de Brasília foi determinante em pelo menos dois aspectos fundamentais para o *percurso da arquitetura* do Congresso Nacional. O primeiro diz respeito ao objeto em si, que deveria contemplar “representatividade e monumentalidade condizentes com uma capital” e o segundo impunha que, dado o cronograma sem folgas para a inauguração, havia a necessidade de disciplina do tempo a todos os agentes envolvidos, tanto no projeto, quanto na execução.

★

<sup>6</sup> Há registros de pagamentos de obras até janeiro de 1964. (SILVA, 2012, p. 483)

A sede do Poder Legislativo foi o primeiro projeto elaborado após o do Palácio da Alvorada, na sequência dos projetos para os palácios de Brasília. Os estudos foram iniciados logo após a divulgação do resultado do concurso para o Plano Piloto, em março de 1957. (SILVA, 2012, p. 195)

Em comparação aos demais palácios, o Congresso Nacional apresentava certas peculiaridades que trouxeram maior complexidade tanto ao projeto arquitetônico, quanto ao edifício propriamente dito. Dentre elas, SILVA (2012) ressalta: estimativa de área sensivelmente maior em comparação com os demais; complexidade do programa de necessidades na medida em que ele deveria solucionar questões relativas a duas instituições, Câmara e Senado, que, embora de atuações complementares, nunca haviam compartilhado um mesmo conjunto edificado.

As premissas lançadas por Lucio Costa em seu Plano-Piloto para Brasília foram condicionantes para a elaboração do projeto feito por Niemeyer. A localização do Congresso Nacional fora determinada pelo Plano, bem como foram sugeridos aspectos de volumetria e de composição arquitetônica tanto em ilustrações quanto em textos escritos. Nesses registros, identificam-se as intenções do urbanista para a arquitetura da Praça dos Três Poderes, notadamente relativa à função desempenhada pelo prédio do Congresso Nacional. (SILVA, 2012, p. 196) (Figura 22 e Figura 23)



Figura 22 - Relatório do Plano Piloto de Brasília, Praça dos Três Poderes (Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa ([1957] 2014, p. 37)

Figura 23 - Relatório do Plano Piloto de Brasília, Praça dos Três Poderes (Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa

O Congresso Nacional no Plano Piloto de Lucio Costa ocupa lugar em um dos vértices do triângulo da Praça dos Três Poderes. A volumetria proposta pelo urbanista se manteve em sua essência com relação à escala urbana no projeto de Oscar Niemeyer. O triângulo seria, no projeto, um terraço elevado: "A aplicação em termos atuais dessa técnica oriental milenar dos terraços garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista" ([1957] 2014, p. 32).

Como ressaltou SILVA, Lucio Costa havia indicado, em seu Plano Piloto, o caráter simbólico e monumental do Congresso Nacional e o seu papel como elemento de transição entre as praças cívica e administrativa, materializada pela transparência e permeabilidade volumétrica e interior do edifício que permitem a conexão visual entre os dois espaços públicos por meio dos salões. (SILVA, 2017, p. 114)

A forma plástica do edifício foi consolidada na etapa *Estudos Preliminares*, que corresponde à realização de simulações volumétricas e proposições plásticas. Constitui-se em um registro de intenções e de avaliações das possíveis alternativas à proposta arquitetônica. Para Élcio SILVA, ocorreu nessa etapa a ratificação de sugestões elaboradas por Lucio Costa e a realização de mudanças que indicam um percurso da síntese arquitetônica expressada por Niemeyer (SILVA, 2012, p. 200-205), caracterizada por despir sua arquitetura de aspectos formais que não tivessem justificação em questões funcionais, estruturais ou simbólicas claramente identificáveis. (CASTRO e CARVALHO, 2010, p. 174)

Nos *Estudos Preliminares*, Oscar Niemeyer partiu das premissas do Plano-Piloto de Brasília, testou alternativas e definiu a forma plástica, corroborando ainda a função urbanística do Congresso Nacional como elemento de transição entre o que seria a Praça Cívica, na Esplanada dos Ministérios, e a Praça dos Três Poderes, a praça simbólica, idealizada por Lucio Costa. (Figura 24, p.105)

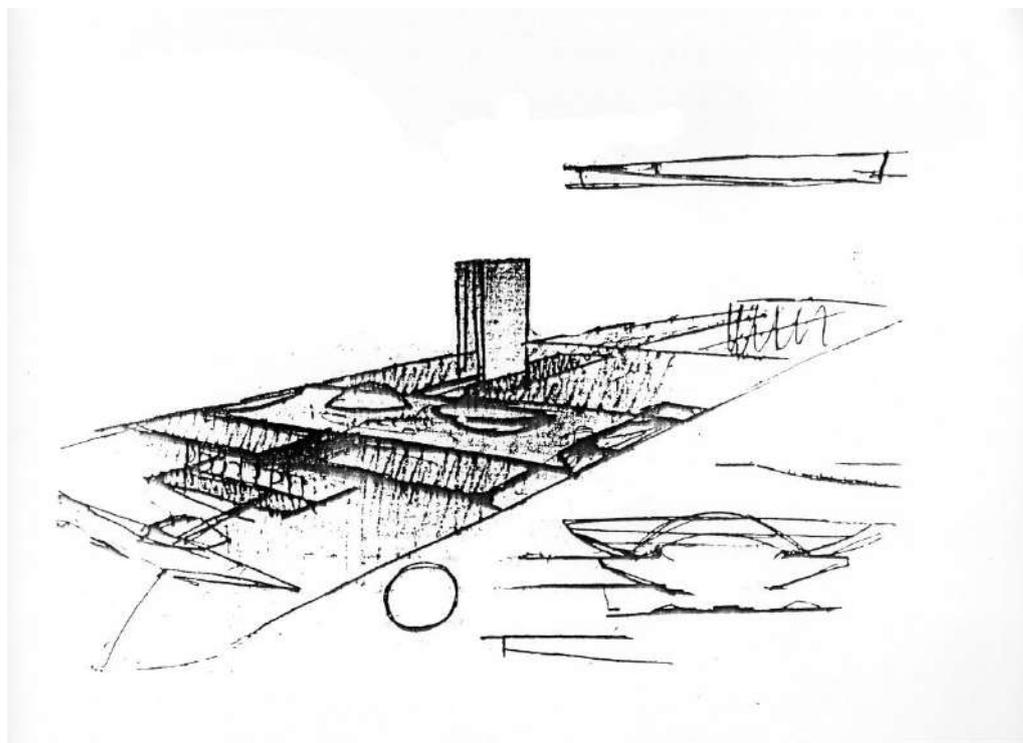


Figura 24 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Estudos Preliminares. Fonte: KATINSKY (1989, p. 78)  
Esse estudo, já adiantado com relação à solução final, definiu a relação da plataforma com a Esplanada dos Ministérios; a existência das torres gêmeas dos Anexos e o Edifício Principal abaixo do nível da via lateral.

A partir disso, dois anteprojetos foram realizados. O primeiro privilegiou a relação com a Praça dos Três Poderes, bem como com o Palácio do Planalto e com o Supremo Tribunal. Já o **segundo anteprojeto**, efetivamente adotado, reafirmou, segundo SILVA (2012), a condição de elemento articulador prevista para o Congresso Nacional, reatando uma relação com a Esplanada que era menos proeminente na primeira proposta. A distribuição interna dos espaços levou a uma compactação do Edifício Principal; a

organização em seminíveis; e a localização dos espaços mais nobres na elevação oeste. (SILVA, 2012, p. 218) (Figura 45 a Figura 47, pp.136 a 138)

A etapa de *desenvolvimento*, na categorização de Élcio SILVA, corresponde às tarefas relacionadas à produção técnica elaborada para fins de construção, resultando na documentação denominada *Projeto*. Nesse momento, ocorreu a ratificação das decisões relacionadas à forma plástica da fase de concepção e a compatibilização da compartimentação dos espaços com as demandas estruturais. (SILVA, 2012, p. 341) (Figura 44, p.135)

Decidiu-se por contratações segmentadas para o conjunto – Edifício Principal e torres anexas – de acordo com os tipos de serviços previstos. O desenvolvimento dos projetos priorizou o lançamento estrutural para permitir a encomenda das estruturas metálicas provenientes do exterior e o início das tarefas de concreto no canteiro, convertendo-se em um dos principais condicionantes com os quais os autores dos projetos tiveram de lidar em seguida. (SILVA, 2012, p. 336)

Nessa etapa, foi estabelecido o diálogo, tardio do ponto de vista das instituições, da equipe de arquitetura com Câmara e Senado, o que levou a várias alterações de arquitetura, com a definição da ocupação do Anexo I e a decisão por concentração dos órgãos diretamente ligados à atuação legislativa no Edifício Principal. Entre as Casas, havia uma série de restrições com relação ao compartilhamento de espaços, resultando na segmentação do edifício que se verifica atualmente. A complexidade do programa e a sua relação com o partido arquitetônico definido na etapa anterior levou à elaboração de muitas possíveis soluções para a distribuição interna do Edifício Principal, sendo vinte e seis para o pavimento semienterrado e trinta e uma para o pavimento térreo no nível dos plenários. (SILVA, 2012, p. 339-341).

Muito embora os principais espaços caracterizadores do edifício - os plenários - não tenham sofrido alterações significativas, os espaços imediatos foram modificados para atender às necessidades levantadas pelos órgãos (SILVA, 2012, p. 342). Assim, os amplos salões de estar – atuais Salão Azul e Salão Verde – sofreram compartimentações, comprometendo a relação com os plenários, interferindo na orientação interior do edifício e na integração visual com a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. (p. 345)

A estrutura do Edifício Principal manteve-se a mesma prevista na concepção arquitetônica, com modulação de 10x15m. Foram incluídos outros apoios demandados pela evolução da solução estrutural, sempre nos trechos em que havia previsão de alvenarias. Algumas alterações na arquitetura ainda foram realizadas posteriormente de modo a adaptar as alvenarias e a distribuição espacial ao lançamento estrutural. (SILVA, 2012, p. 349).

Foram as cúpulas que trouxeram maiores desafios técnicos à questão estrutural, principalmente a da Câmara, invertida e mais complexa com relação à do Senado, demandando maior tempo para adequar a forma plástica pretendida ao comportamento estrutural viável. Nos espaços internos, a estrutura demonstra o rigor relacionado à relação entre coluna e intercolúnio, dando o ordenamento ao edifício, buscando uma leveza na solução com seções elípticas. (SILVA, 2012, p. 353, 377) (Figura 25 e Figura 26)



Figura 25 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Construção. Estrutura em concreto armado da cúpula invertida da Câmara dos Deputados. Foto: Marcel Gautherot. Fonte: Estado de São Paulo.

Figura 26 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Construção. Estrutura em concreto armado da cúpula do Senado Federal. Foto: Marcel Gautherot. Fonte: Estado de São Paulo.<sup>7</sup>

Consolidou-se nessa fase a função de articulação urbana e paisagística do edifício. Assim, a plataforma como continuidade física e visual da esplanada. Essa continuidade foi reforçada pelo conceito de leveza, almejada e concretizada no desenho das bordas da plataforma, na solução de encontro da laje com os arrimos e no cuidado da concepção e desenvolvimento do encontro das cúpulas com sua base. (SILVA, 2012, p. 369)

Face às restrições de prazo, detalhes que permitiam adaptações a diversas situações foram utilizados, de modo a não ser necessário produzir detalhamentos específicos. Exemplo relevante é a solução para o assentamento da pavimentação em mármore da plataforma, definido pela disposição das pedras em mosaico a partir de uma lógica resultante da combinação de diversos tamanhos em faixas regulares, porém com larguras variadas, permitindo juntas desalinhadas no outro sentido. No lugar de um

---

<sup>7</sup> <https://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/brasil-ia-por-gautherot/>, acessado em 13/01/2020

detalhamento rígido, foi concebida uma lógica de aplicação flexível. (SILVA, 2012, p. 378)

Na definição dos revestimentos e fechamentos, estipulou-se a diferenciação dos revestimentos de acordo com a função dos andares e ambientes, uma vez que o térreo abriga os principais espaços do edifício e o semienterrado atende às funções de apoio. No térreo, predomina o uso de mármore branco para as paredes, enquanto no semienterrado há o uso mais frequente de lambris de madeira. Nos plenários, o uso de carpetes permitiu um melhor desempenho acústico dos ambientes (SILVA, 2012, p. 379).

Para os fechamentos das fachadas do Anexo I, diferentemente da situação executada, em caixilhos de aço e vidro, os projetos previam esquadrias em caixilhos de alumínio e vidro nas fachadas principais, norte e sul e, nas faces internas, elementos vazados (cobogós), conforme já havia sido definido na fase de concepção. No Edifício Principal, as esquadrias seriam em alumínio nas fachadas leste e oeste, e elementos vazados nas faces leste e oeste, voltadas para o arrimo. Mantém-se, ainda, a intenção de instalação de *brises* na fachada oeste, descartada durante a obra. (SILVA, 2012, p. 380)



A construção, realizada entre novembro de 1957 e julho de 1961, começou sem que os projetos tivessem sido concluídos. Decisões projetuais relevantes se estenderam por toda essa etapa. Foi realizada em duas frentes: uma para o Edifício Principal, outra para as torres anexas, sob a coordenação da empresa estatal Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP. (SILVA, 2012, p. 466)

O cronograma rígido e apertado, com a data de inauguração da cidade definida de antemão, foi determinante para diversas decisões de gestão e de arquitetura. Segundo Oscar Niemeyer, o curto prazo do cronograma implicou: um ritmo inusual para a elaboração de projetos; simplificação de especificações, evitando-se materiais importados; limitação de alterações nos projetos e de intervenções dos usuários. (SILVA, 2012, p. 73-74)

Nessa etapa, ocorreram alterações no projeto arquitetônico, dentre as quais: a substituição dos fechamentos em elementos vazados previstos para o Edifício Principal e para as torres por esquadrias metálicas, a exemplo das demais fachadas; e a não execução dos *brises* na fachada oeste do Edifício Principal. Aparentemente motivadas por questões relacionadas ao cronograma, essas alterações foram importantes para trazer unidade arquitetônica do edifício com os demais palácios da Praça dos Três Poderes. Houve ainda uma importante alteração na especificação das esquadrias do Anexo I que seriam de alumínio, como do Edifício Principal, mas foram executadas em aço, em virtude da incompatibilidade dos prazos possíveis de fornecimento com o cronograma previsto. (SILVA, 2012, p. 473)

A 21 de abril de 1960, o Congresso Nacional foi inaugurado juntamente com a inauguração de Brasília, conforme previa o artigo 1º da Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957, e sediou a solene instalação dos poderes da República na nova Capital, com a presença dos chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário, e de numerosas delegações especiais de governos estrangeiros, entre outras autoridades. (BRASIL, 1960) (Figura 27)



Figura 27 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Inauguração. Fonte: COMAP/Senado Federal. Autoria não identificada.

O edifício, no entanto, não estava completamente finalizado, conforme relatou Élcio SILVA (2012, p. 467-468) sobre as condições no momento da inauguração. A um mês da inauguração<sup>8</sup>, faltavam no Edifício Principal revestimentos em diversos cômodos, como madeiras e carpetes, acabamentos e limpezas. As instalações elétricas, de telefonia e de ar condicionado estavam incompletas. Nas torres anexas, a situação era mais crônica. Os pisos estavam concluídos apenas em três andares, e os sanitários finalizados em seis pavimentos. O revestimento externo estava em andamento nas

---

<sup>8</sup> Conforme Relatório elaborado pelo Deputado Saturnino Braga, Presidente da então Comissão do Edifício em Brasília, por ocasião da visita realizada aos prédios da Câmara em Brasília, nos dias 21 e 22 de março de 1960 (SILVA, 2012, p. 467-468).

empenas e os vidros assentados em apenas uma das fachadas. Não havia, ainda, previsão para a instalação dos elevadores.

Devido a esses problemas relatados e às dificuldades na logística de transferência de senadores, funcionários e equipamentos, no dia seguinte, as atividades foram interrompidas, recomeçando apenas no dia 10 de maio. Após este momento, entretanto, as tarefas de construção e de complementação do conjunto passaram a ocorrer em concomitância com a ocupação do prédio por parte dos usuários (CASTRO e CARVALHO, 2010, p. 186). As obras das torres anexas só seriam totalmente concluídas em outubro do mesmo ano. (SILVA, 2012, p. 468)

Com a finalização da obra, o edifício atravessou praticamente toda a década seguinte sem maiores ampliações ou reformas, exceto pela construção do segundo anexo da Câmara dos Deputados ao sul da via S1. (SILVA, 2012, p. 432, 466)

A compreensão dessa etapa de construção põe em evidência o caráter coletivo da produção arquitetônica e apresenta novos agentes – pessoas, empresas, instituições – que, ao lado do papel do arquiteto, são fundamentais para o resultado da obra arquitetônica. Dentre esses novos agentes, é digno de destaque o papel dos operários, dadas as peculiaridades desse empreendimento para a história do país.

O contingente migratório relacionado à construção foi massivo. Em maio de 1959, a população da futura capital federal chegou a 64.314 habitantes (OLIVEIRA, 2010), pessoas relacionadas direta ou indiretamente com a construção. Segundo OLIVEIRA (2010, p. 128), “a imigração era praticamente o motor exclusivo desse crescimento, atraída pelas oportunidades de trabalho que se intensificavam na medida em que o prazo final das obras se reduzia”. Dessa população, os *candangos*<sup>9</sup> – alcunha para os trabalhadores braçais – eram, por decisão política, isolados do Plano Piloto.

Conforme ressaltou Sylvia Ficher (2018, p. 285), era uma agenda de exclusão que estabelecia um “cordão sanitário em torno do Plano Piloto”, com assentamentos cada vez mais distantes, como no caso do Gama, hoje cidade satélite, localizado a 35 quilômetros do centro de Brasília.

Os *candangos* ou *piões* eram, em sua maioria, trabalhadores rurais empobrecidos e sem qualificação para o trabalho na construção civil. Vinham a Brasília em busca de sustento, trabalho e oportunidades, e encontravam “canteiros e acampamentos cercados por ‘forças da ordem’, jornadas intermináveis de trabalho, alimentação precária [...], doenças, morte no canteiro (FERRO, 2003/2006)”; segregação espacial (FICHER, 2018); a

---

<sup>9</sup> Sobre o termo “candango”, ver VIDESOTT (2008).

perpetuação do analfabetismo e contratações por meios informais, sem “carteira assinada”. (VIDESOTT, 2008) (Figura 28, p.111)



Figura 28 – Brasília, DF. Operários da construção do Congresso Nacional. Foto: Alberto Ferreira. Fonte: <http://albertoferreira.art.br/brasilia/>

O depoimento abaixo, no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991), de Vladimir Carvalho, ilustra bem essas dificuldades:

Ah, teve muito acidente. Teve muito acidente que a obra era para acabar em sessenta, para ser inaugurada em sessenta, então o pessoal tinha que trabalhar de noite e de dia sem parar. Horas e horas. A alimentação não era muito boa. Então, como aconteceu ali mesmo no Congresso, o rapaz que *tava* trabalhando com rebite, que *tava* rebitando aquelas longarinas, então ele pegou a marreta, no décimo andar, pegou a marreta e quando ele foi para ameaçar no rebite, que ele levou a marreta para bater no rebite, aí a marreta foi e trouxe ele e veio caindo. Quando chegou embaixo o pessoal viu caindo. Aí quando o pessoal correu e disse, ‘caiu um operário aí’, chegou embaixo não tinha mais ninguém, não tinha nada. Não tinha por que tinha seis homens trabalhando com a nona para não impressionar o pessoal, os outros que *tavam* trabalhando... aí juntava e sumia. Quando chegava não tinha nada, *tava* tudo limpo.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Depoimento de um operário no documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, escrito e dirigido por Vladimir Carvalho (1991).

No âmbito da construção de Brasília, a participação dos candangos é sempre tratada de forma ambígua: se, por um lado, os *candangos* fazem parte da romantização da construção da capital, da narrativa épica fundacional da cidade, a força dada à concepção intelectual e ao projeto arquitetônico ocultam a contribuição desses agentes para a materialização dos edifícios.

Em agosto de 2011, uma equipe de manutenção civil da Câmara dos Deputados encontrou mensagens escritas a lápis por operários da construção do edifício, em um dos caixões perdidos entre as lajes do Edifício Principal (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Essa descoberta foi apresentada à imprensa pelo presidente da Câmara à época e teve repercussão na mídia. (Figura 29, p.112)

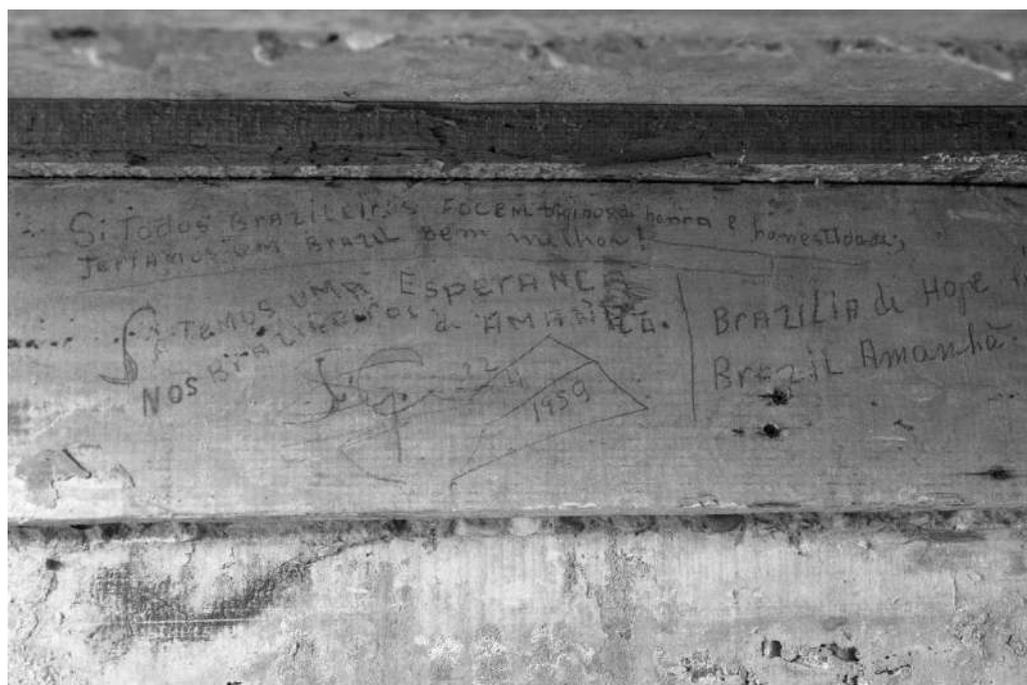


Figura 29 – Congresso Nacional, Brasília, DF. Mensagens escritas pelos operários à época da construção no espaço entre as lajes da cobertura do edifício principal. Fonte: Sítio web: Câmara dos Deputados (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Dentre as mensagens: "Só temos uma esperança, nos brasileiros de amanhã. 22/4/59"; "Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra. José Silva Guerra 22/4/59"

Voltar o olhar aos fatos e aos depoimentos relacionados à construção permite refletir sobre as correlações entre o trabalho empregado para a materialização do edifício e o patrimônio construído, como no caso encontrado pela equipe da Câmara relatado acima. Trata-se de uma manifestação material do trabalho do operário na construção que permitiu, por sua vez, o reconhecimento naquele momento de condições laborais da construção do Congresso Nacional.

★

Nos primeiros anos, a única alteração relevante no Palácio do Congresso Nacional decorreu da construção do Anexo II da Câmara, em 1965, determinando a primeira transformação na configuração interna do Edifício

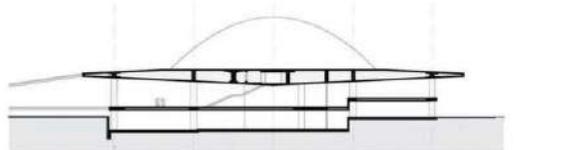
Principal pela criação de um eixo longitudinal de circulação (SILVA, 2012, p. 473).

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, no entanto, verificou-se uma série de intervenções na estrutura física edifício, atendendo a demandas dos órgãos das duas instituições. Algumas dessas intervenções foram realizadas sem impactos mais relevantes na arquitetura e outras representaram interferências nas premissas arquitetônicas, sobretudo vinculadas à forma plástica e definições de materiais. Houve ainda a construção de outros anexos, tanto na Câmara, quanto no Senado. (SILVA, 2012, p. 469)

Dois fatores foram preponderantes para motivar as intervenções posteriores à conclusão da obra do Congresso Nacional: o contexto da ocupação da obra inacabada com acabamentos executados em regime de urgência para a inauguração; e as promessas de disponibilização de mais espaços à Câmara e ao Senado. As principais intervenções foram conduzidas sob a orientação do autor do projeto. (SILVA, 2012, p. 471)

Se entender o processo de construção é indispensável para compreender o projeto e a concepção arquitetônica de Oscar Niemeyer, considerar as intervenções posteriores como parte do processo histórico de construção (contínua) do edifício é fundamental à sua plena apreensão, tornando-se tão indissociáveis da sua história quanto o que foi executado entre os anos de 1957 e 1960.

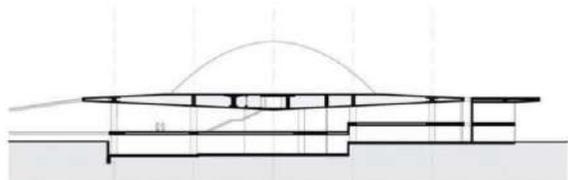
A ampliação do Edifício Principal concebida por Oscar Niemeyer é, no entanto, a modificação mais relevante no Palácio do Congresso Nacional. Trata-se de um acréscimo na largura do edifício em direção aos anexos a fim de acomodar as presidências e lideranças de ambas as casas legislativas. Os trâmites se iniciaram em 1968 e a obra foi concluída em 1970. O desenvolvimento dos projetos ficou a cargo de Carlos Magalhães da Silveira e João Filgueiras Lima. O projeto de estruturas em concreto armado foi elaborado pelo engenheiro Bruno Contarini. (SILVA, 2012, p. 470) (Figura 30 e Figura 31 )



i) Corte esquemático e fotografia do construído



1960



ii) Corte esquemático e fotografia indicando o trecho ampliado



1970

Figura 30 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Ampliação concluída em 1970. Fonte: Élcio SILVA (SILVA, 2012, p. 495)



Figura 31 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Ampliação concluída em 1970. Fonte: Foto do Autor, 2019.

A solução encontrada por Oscar Niemeyer para reorganizar as ocupações que já existiam nos salões Verde e Azul foi absorvida pela composição volumétrica do conjunto, não causando maiores danos a esse aspecto, preservando a arquitetura externa do Congresso.

O papel urbanístico de conexão entre a Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes tampouco sofreu alterações significativas com a obra. No entanto, foi na relação do edifício com a própria praça que ocorreu o principal efeito negativo. Essa relação que já não era tão direta – o

Congresso Nacional sempre pareceu contíguo, mas não pertencente à praça – e se fiava principalmente pela conexão visual dos principais salões do Congresso com os outros palácios, enfraqueceu-se ainda mais. Com relação à intervenção, o próprio arquiteto Oscar Niemeyer comentou:

O prédio do Congresso Nacional não foi, como os outros palácios, localizado junto à Praça dos Três Poderes, mas dos seus salões via-se a Praça, o que dava a ideia de nela estar integrado. Durante o período do parlamentarismo o grande salão foi ocupado por inúmeras salas o que lhe tirava a importância desejada e a vista magnífica. Para corrigir o que ocorria aumentamos em 15 metros a profundidade do bloco. As salas foram situadas nesse acréscimo, o salão voltou à escala anterior, mas a vista foi substituída por um extenso painel de azulejos. Durante muito tempo incomodou-nos o que aconteceu. Sem a ligação visual com a Praça, o Congresso Nacional dela não parecia mais pertencer.<sup>11</sup>

Essa consequência indesejada foi lamentada por Oscar Niemeyer em outras declarações como essa, motivando ou justificando outras intervenções para mitigar os efeitos ou para restabelecer a conexão com a Praça dos Três Poderes.

Os Plenários sofreram alterações, com a concepção de Niemeyer. Na Câmara, entre 1971 e 1972, com os projetos desenvolvidos pelo arquiteto João Filgueiras Lima. No Senado, entre 1972 e 1975, com desenvolvimento de projeto pelo arquiteto Cydno Oliveira. Em ambos, os revestimentos foram substituídos, tendo em vista que devido ao curto cronograma da construção do Palácio, os acabamentos dos plenários, bem como as instalações, foram executados em regime de urgência (SILVA, 2012, p. 470). Houve a instalação dos painéis artísticos de Athos Bulcão, atrás das mesas diretoras, e do forro acústico, apenas no Senado, também concebido por esse artista. (Figura 32 e Figura 33)

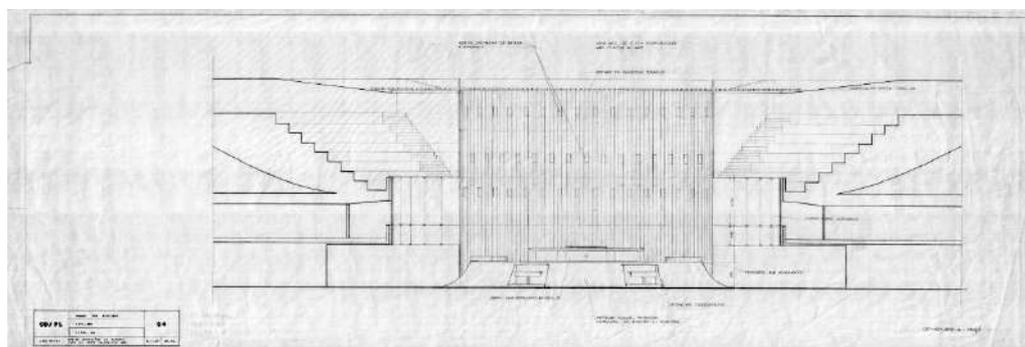


Figura 32 – Congresso Nacional, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957-1960. Plenário da Câmara dos Deputados (Projeto de Reforma: Oscar Niemeyer/João Filgueiras Lima, 1971-72). Fonte: Acervo Câmara dos Deputados/DETEC. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

<sup>11</sup> Niemeyer (1993). Documento elaborado por ocasião do projeto que previa a construção de um edifício na Praça dos Três Poderes para abrigar as presidências do Senado e da Câmara. (CASTRO e CARVALHO, 2010, p. 190).

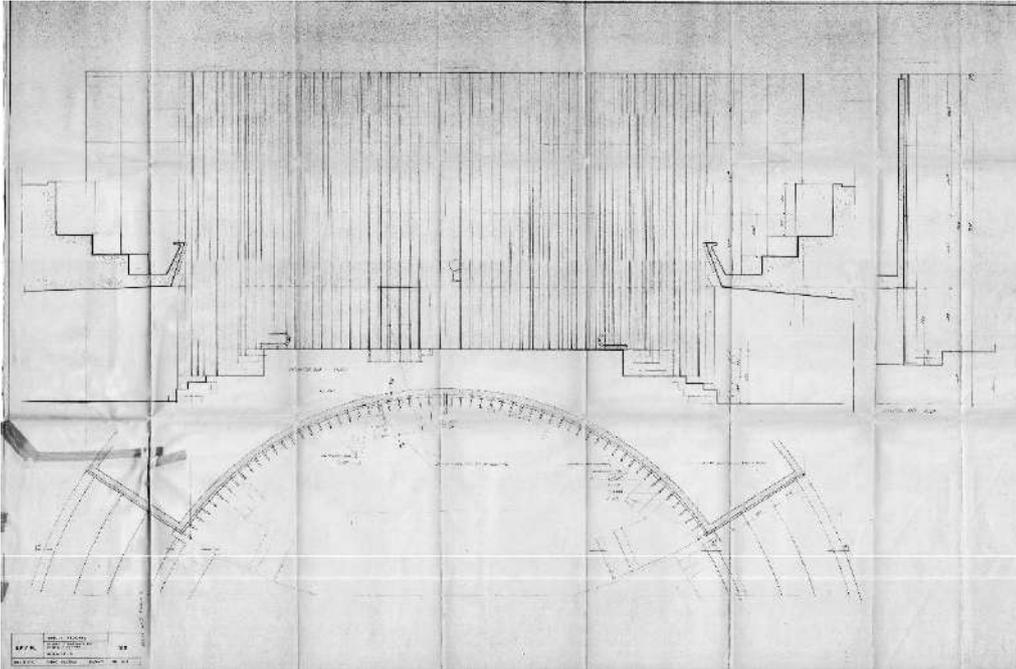


Figura 33 – Congresso Nacional, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957-1960. Plenário da Câmara dos Deputados (Projeto de Reforma: Oscar Niemeyer/Cydno Oliveria, 1971-72). Fonte: Acervo Câmara dos Deputados/DETEC. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

O Salão Azul foi reformado em nome de uma reambientação, entre 1974 e 1977, compreendendo aumento de área para a presidência e as vice-presidências, o que resultou na instalação do painel de espelhos atualmente existente, característico do ambiente. Além disso, ocorreu a configuração do Café dos Senadores, entre o Salão Azul e o Salão Nobre. Uma série de desenhos existentes no acervo do Senado Federal revela o processo de concepção dessa reforma por Niemeyer. (Figura 34, p.116)

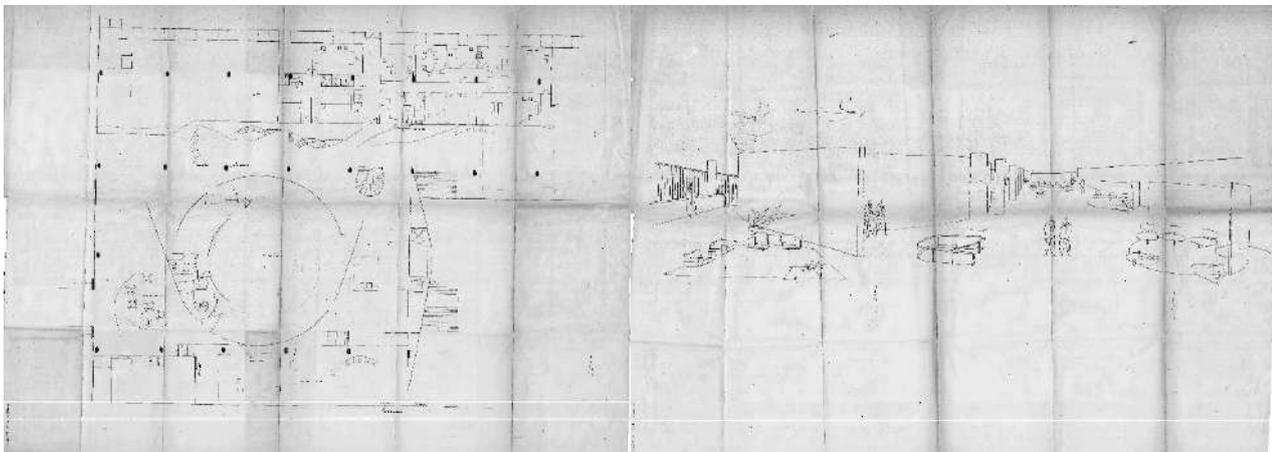


Figura 34 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Salão Azul, Senado Federal (Projeto de Reforma não executado: Oscar Niemeyer, 1974-1977). Fonte: Acervo Senado Federal / SINFRA.

Ainda que esse projeto não tenha sido efetivamente executado, a solução de criação de um painel ondulado no Salão Azul já estava lançada. A ocupação do espaço com a Presidência já tinha sido consolidada e Niemeyer busca reambientar o Salão com essa proposta.

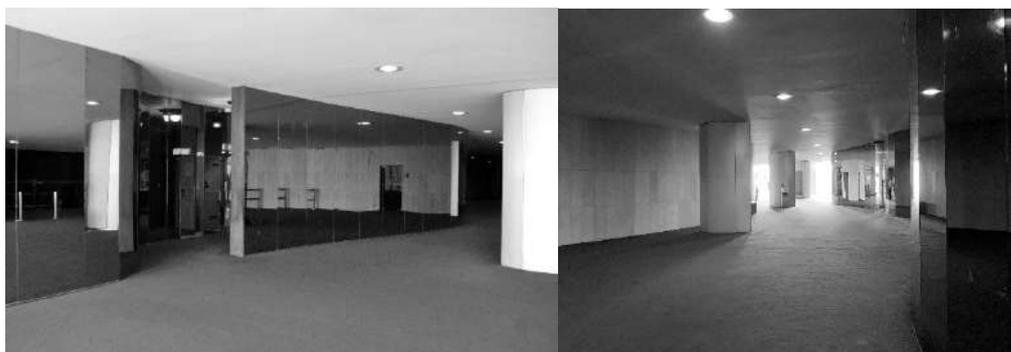


Figura 35 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Salão Azul, Senado Federal. Foto do autor, 2019.

No Anexo I, a principal alteração externa ocorreu em 1986 com a instalação do sistema de brise-soleil na fachada norte do Senado Federal. Em 2008, foi adicionada uma cobertura na rampa norte de acesso ao Anexo I, com projeto elaborado pelo Escritório Oscar Niemeyer. (Figura 36)



Figura 36 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Anexo I, fachada norte com brises-soleil instalados em 1986. Foto do autor, 2019

As alterações relatadas e inúmeras outras configuraram historicamente os espaços do Congresso Nacional e podem, na atualidade, ser verificadas, sentidas e percebidas material e espacialmente. Documentos recentes, elaborados pela Câmara e pelo Senado, apontam essa configuração fragmentada do espaço do Edifício Principal como problemas a serem enfrentados, como veremos mais à frente.

★

Por outro lado, novos acréscimos de área foram solucionados mediante a construção de outros edifícios anexos ou edifícios de apoio, mas

desconectados do Palácio do Congresso Nacional. Assim, o crescimento do parque edificado ocorreu sem interferências muito significativas na forma plástica do edifício mais simbólico. Para Oscar Niemeyer, era uma medida indispensável para a preservação dos prédios existentes:

Forçados pelas circunstâncias, criamos os túneis sob o eixo monumental e os prédios anexos que construídos na parte baixa do terreno desaparecem praticamente do conjunto. São prédios modestos, sem nenhuma pretensão arquitetural - feitos para não sobressaírem no ambiente - mas que resolveram os problemas propostos, atualizaram o Congresso, a todos satisfazendo.<sup>12</sup>

O Anexo II da Câmara dos Deputados, originário da demanda para o provimento dos gabinetes de deputados, acabou contemplando as Comissões Permanentes que não puderam ser acondicionadas a contento no conjunto principal. Os estudos iniciais datam de 1961 e as obras executadas entre 1965 e 1968. Atualmente há ainda os anexos III (construído em 1973) e IV (construído em 1978) e o Bloco de Lideranças Partidárias (construído em 1993) diretamente conectados ao Palácio, denominado Complexo Arquitetônico Principal (SILVA e SÁNCHEZ, 2007).

No Senado, a expansão se iniciou em 1965 com a construção de dois blocos ao norte da via N2, destinados à gráfica do Senado, mas sem conexão direta com o Edifício Principal como o conjunto formado pelo Anexo 2 do Senado Federal, que se compõe de três blocos inaugurados em 1972, 1977 e 1981.

Esses edifícios Anexos, ao se conectarem por túneis sob as vias da Esplanada dos Ministérios com o Edifício Principal, estabeleceram um novo eixo longitudinal de circulação para o conjunto pelo pavimento dos Salões Verde e Azul.

Os complexos de edifícios da Câmara e do Senado cresceram mais de seis vezes em área construída desde 1960 até hoje, de aproximadamente 48 mil metros quadrados para mais de 320 mil metros quadrados.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Carta de Niemeyer endereçada a Lucio Costa por ocasião das discussões acerca do projeto para o anexo do Palácio do Planalto. NIEMEYER, 1975, "Carta para Lucio Costa". Pertencente ao acervo particular de Carlos Magalhães da Silveira (SILVA, 2012, p. 476).

<sup>13</sup> Há, ainda, alguns projetos não executados, elaborados pelo Escritório Oscar Niemeyer para o Congresso Nacional e os complexos da Câmara e do Senado, nem sempre com soluções que poderiam ser consideradas adequadas ou razoáveis atualmente. A preocupação - ou arrependimento - do arquiteto com a perda da ligação visual com a Praça dos Três Poderes devido ao acréscimo do Edifício Principal em 1970 motivou a elaboração de dois desses projetos não realizados: em 1994, propõe uma para abrigar as presidências das duas casas legislativas; em 1998, propõe a mudança de acesso às torres anexas. A primeira restabeleceria a relação, propondo um edifício na praça e a segunda, menos impactante, realiza uma ligação direta com ela (SILVA, 2012, p. 475). Ambas as propostas, no entanto, ao buscar solução para esse "problema", criam inúmeros outros, principalmente com impactos urbanísticos muito significativos e inapropriados para o Conjunto Urbanístico de Brasília. Com relação ao edifício da "Presidência do Congresso Nacional", inserido na Praça dos Três Poderes, o IPHAN se posicionou em 2008 após o envio do projeto a esse Instituto para apreciação: "Este projeto arquitetônico se mostra inviável e impertinente do ponto de vista do tombamento, uma vez que interfere de forma patente, comprometendo a ambiência do edifício do Palácio do Congresso Nacional." (Resposta do IPHAN ao Ofício nº. 165/2009-SENG/Senado Federal, relativo a propostas de arquitetura elaborados pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para o órgão, em 17/12/2009.)

## Tombamentos

Com relação ao Palácio do Congresso Nacional recaem dois tombamentos em nível federal: o do Conjunto Urbanístico de Brasília (distrital em 1987 e federal em 1990); e o do Conjunto da Obra de Oscar Niemeyer (provisório em 2007 e definitivo em 2017), este o mais relevante em termos de preservação dos edifícios.

Há ainda o tombamento distrital da obra do artista plástico Athos Bulcão que incide sobre obras de arte integradas ao edifício. Por fim, o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, muito embora não produza efeitos normativos ou legais, é um título que se distingue no cenário mundial e reforça os valores do bem.

A leitura de cada um dos tombamentos permite entender a construção do reconhecimento dos valores do Congresso Nacional e sua análise em conjunto fornece subsídios indispensáveis para a preservação dos edifícios, não só do ponto de vista legal, mas permite refletir sobre as prioridades de ações das instituições com relação aos seus bens.

### Tombamento federal e distrital do Conjunto Urbanístico de Brasília (1987/1990)

Antes mesmo de inaugurada, a nova capital federal possuía o primeiro dispositivo de preservação do seu projeto urbanístico, dado pelo Art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 Este asseverava que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.” (Lei nº 3.751/1960, art. 38)

A primeira ação governamental específica para tratar a preservação da cidade de maneira institucionalizada e tecnicamente sistematizada foi, no entanto, a criação do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília<sup>14</sup> (GT-Brasília) em 1981. Segundo REIS (2016, p. 5), a criação do GT-Brasília “deu a necessária amplitude conceitual, técnica e institucional à preservação do patrimônio cultural de

---

Outros projetos propostos por Oscar Niemeyer também representam alterações significativas nas imediações: em 1972, a proposta de um plenário para as sessões conjuntas do Congresso Nacional, semienterrado em frente ao conjunto edificado; em 1986, propõe alteração interna no plenário da Câmara, utilizando a galeria para aumentar a capacidade do plenário para 800 parlamentares. (SILVA, 2012, p. 475)

São projetos, no entanto, cujo valor histórico pode ser atribuído como peças documentais, como registros do pensamento de Oscar Niemeyer sobre o Congresso Nacional em diversas oportunidades após sua construção. Não devem ser consideradas, em princípio, como sugestões válidas, atualmente, para intervenções no conjunto edificado e no urbanístico, justamente por se apresentarem fora de contexto e por significarem perdas de diversos outros valores em proporções muito significativas.

<sup>14</sup> O GT Brasília foi um Grupo de Trabalho interinstitucional do qual participaram o Ministério da Educação e Cultura, por meio do SPHAN / Pró-Memória, o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, e a Universidade de Brasília (REIS, 2016, p. 5). Foi oficializado por meio do Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981. O grupo passou a se reunir periodicamente a partir de 1981 e contou, até o seu encerramento, com dezenas de colaboradores.

Brasília, sobretudo no que tange ao seu patrimônio edificado [...] e seus estudos formam a base do ideário preservacionista da cidade”.

Para RIBEIRO e PERPÉTUO (2016), preponderou o viés preservacionista, mesmo que instrumentos de preservação de cidades se mostrassem inadequados para o trato da cidade moderna, a despeito da conclusão do GT-Brasília pela necessidade de uma diferente estratégia de preservação (p. 11). A partir de recomendação da UNESCO, foi promulgado o Decreto nº 10.829/1987 do Governo do Distrito Federal, sendo essa a primeira norma específica para a preservação de Brasília (BRASIL. IPHAN, 2016 b), pouco antes da inscrição de Brasília na lista de patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, o que ocorreu no dia 11 de dezembro do mesmo ano.

Já o tombamento de Brasília em nível federal ocorreu três anos depois do Decreto, primeiramente regulamentado pela Portaria SPHAN nº 04/1990, a qual, dois anos mais tarde, foi modificada pela Portaria nº 314/1992 - IBPC (RIBEIRO, 2005, p. 123), ainda em vigência. Estes dispositivos se referiam à “preservação das características essenciais de quatro escalas distintas” de Brasília, que traduziriam a concepção urbana original da cidade: monumental, residencial, gregária e bucólica. Para cada uma dessas escalas, foram definidas diretrizes, normas e volumetrias específicas. A **escala monumental**, ao longo do eixo monumental, entre a Praça dos Três Poderes e a Praça do Buriti, a **escala residencial**, compreendendo as superquadras ao longo do eixo rodoviário, e a **escala gregária**, correspondendo ao centro urbano na interseção dos eixos; e a **escala bucólica** que apresenta um caráter transversal, sobrepondo-se às demais, pois está “configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer”. (BRASIL. IBPC, 1992)

Esse *Conjunto Urbanístico de Brasília* - CUB (Figura 37, p.121), conforme definido pelo tombamento federal, corresponde basicamente ao perímetro do Plano Piloto de Lucio Costa. Configura uma área de 112,25 km<sup>2</sup> e conta atualmente com cerca de 330 mil habitantes (BRASIL. IPHAN, 2016 b, p. 12)

A Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016 do IPHAN, complementou e detalhou a Portaria nº 314/1992. Em nível federal, essas duas Portarias compõem o marco legal para a preservação da cidade. O dispositivo mais recente preenche lacunas importantes no marco normativo para a preservação de Brasília uma vez que: i) aperfeiçoou o instrumento anterior, incorporando visões mais amplas condizentes tanto com arcabouço teórico-metodológico do campo disciplinar, quanto com a história urbana de Brasília no período entre as duas portarias; ii) detalha e especifica diretrizes constantes da Portaria anterior; iii) ofereceu instrumentos mais eficazes para a gestão da preservação de Brasília. Segundo REIS, a Portaria nº 166,

atualiza e consolida proposições em debate desde a década de 1980 (REIS, 2016).

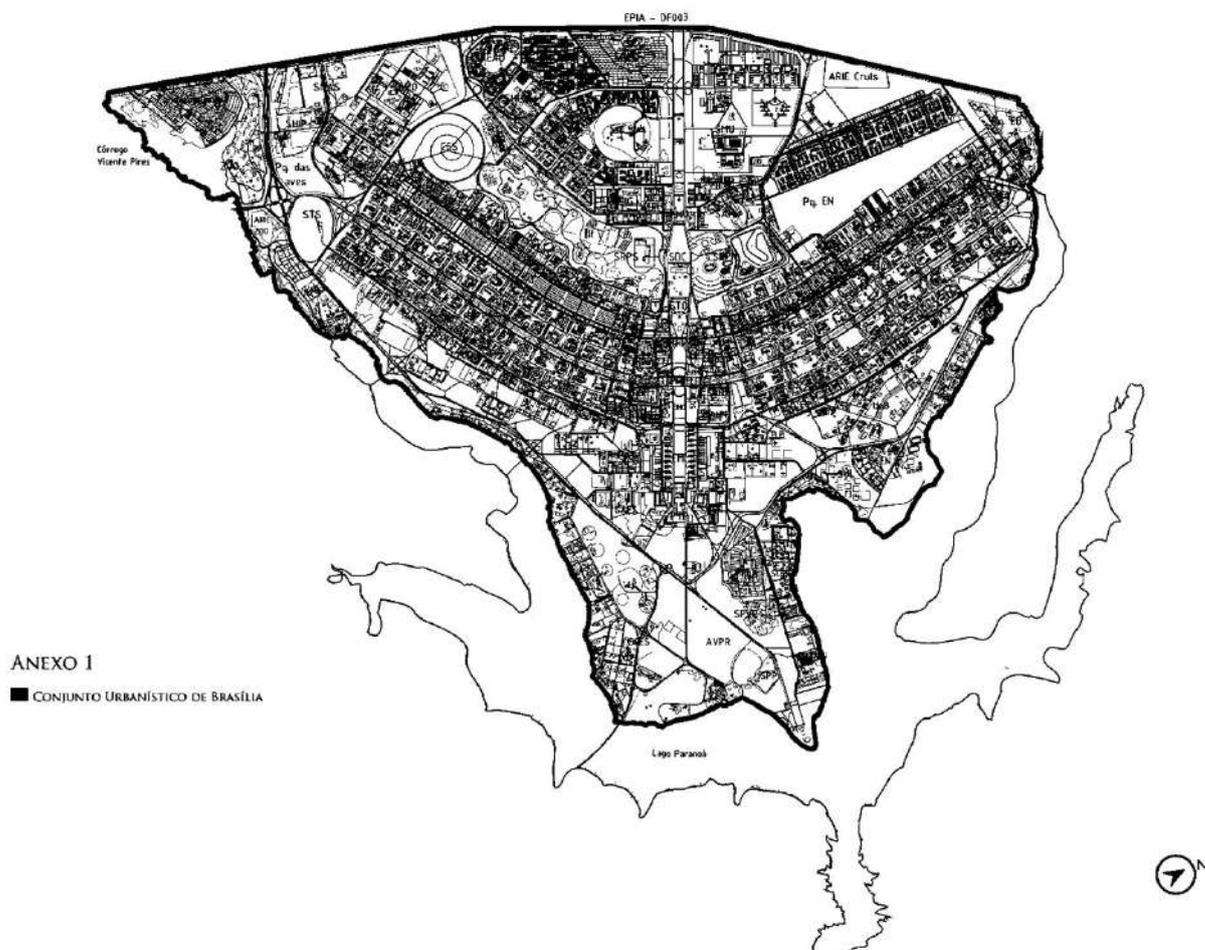


Figura 37 – Delimitação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Fonte: Portaria nº 166/2016, Anexo I (BRASIL, IPHAN, 2016)

É importante ressaltar que esse tombamento se deu com a inscrição do bem, o Conjunto Urbanístico de Brasília, no *Livro do Tombo Histórico*. Nesse livro, segundo o próprio IPHAN, “são inscritos os bens culturais em função do valor histórico [...] cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.”<sup>15</sup> A Portaria nº 166/2016 ainda buscou equacionar o que ROSSETTI (2012) considerou como “as tensões entre o ideário geral da cidade e o projeto urbano consolidado”. Foi um avanço conceitual que incorporou conscientemente novos matizes,

<sup>15</sup> <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acessado em 7/3/2019.

relacionados à história e à atualidade da cidade e, em contraposição, reduziu o peso do projeto na valoração da cidade.

A Portaria nº 166/2016, ao se aprofundar e tentar equilibrar a tensão entre projeto ideal e cidade estabelecida, inseriu-se em um campo ampliado de entendimento do significado de Brasília. Convergiu, nesse aspecto, com o Documento de Madri (ICOMOS. ISC20C, 2011), reconhecendo o papel fundamental do projeto e da autoria sem, no entanto, prescindir da materialidade e da historicidade, fundamentadas pela Carta de Veneza (CARTA DE VENEZA, 1964) e da dinâmica urbana trazida pela Carta de Washington (ICOMOS, 1987).

As Portarias nº 314/1992 e nº 166/2016 se aplicam ao Congresso Nacional, bem como aos demais palácios da Praça dos Três Poderes e os espaços adjacentes, aos acessos e ao canteiro central, estes últimos no sentido de permitir visibilidade ao conjunto edificado. São tutelados em seus valores históricos e sua relação com a cidade como componentes indissociáveis da Escala Monumental. A Portaria de 2016 indica expressamente que o conjunto arquitetônico dos Congresso, com os jardins e espelhos d'água, são características essenciais dessa Escala. No dispositivo de 2006, o Congresso Nacional se localiza na área de Preservação<sup>16</sup> mais restrita, vedando a construção de novas edificações nas suas adjacências. (BRASIL. IPHAN, 2016)

Reconhecimento pela UNESCO do conjunto urbanístico de Brasília (1987)

Brasília foi inscrita em 1987 na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade<sup>17</sup> sob os critérios (i) entendendo o conjunto urbanístico como uma conquista artística singular e uma criação primordial do gênio humano, bem como a expressão dos princípios e ideais do Movimento Moderno e de uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv), por ser um exemplo único de planejamento urbano concretizado no século XX sob os princípios do modernismo, e da arquitetura do movimento pelos projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer, citando nominalmente o Congresso Nacional e suas cúpulas. (UNESCO. WHC, 1987)

A preservação do Congresso Nacional, como elemento da arquitetura representativa do Conjunto Urbano, é fundamental à UNESCO, para que seja

---

<sup>16</sup> Área de Preservação 1, da Zona de Preservação 1 da Macroárea A - ZP1A, constituindo-se na área de maior representatividade simbólica, morfológica e urbanística do CUB. As normas de preservação para esta Zona são bastante rígidas, protegendo tanto as principais edificações, quanto as áreas non aedificandi de novas construções ou parcelamentos urbanos.

<sup>17</sup> A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, criou o conceito de Patrimônio Mundial relacionado aos Monumentos, Conjuntos e Locais de Interesse que possuam elementos com valor universal excepcional histórico, estético, científico, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972). A Convenção, que iniciou sua vigência em 1975, foi ratificada pelo Brasil em 1977, e hoje é reconhecida oficialmente por mais de 190 países.

resguardada a autenticidade desse patrimônio mundial. (UNESCO. WHC, s/d)

O relatório do ICOMOS que endossou a candidatura brasileira destacou, dentre outros pontos, a profícua relação profissional entre Lucio Costa e Oscar Niemeyer em trabalhos anteriores e a capital importância da arquitetura de Niemeyer para o Eixo Monumental. Desse segundo ponto, o Relatório observa que os edifícios são notáveis na pureza de suas formas e no seu caráter monumental, resultado de um equilíbrio inteligente entre edifícios horizontais e verticais, volumes retangulares e superfícies curvas e de materiais rústicos e refinados (ICOMOS, 1987, p. 2). As bases do reconhecimento de Brasília como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, demonstram, portanto, a indissociabilidade entre a arquitetura monumental de Oscar Niemeyer e os valores patrimoniais da cidade, salientando, dentre outros atributos: a volumetria dos edifícios; as características das superfícies externas, incluindo seus materiais; as transparências de seus panos de vidro; as plataformas, varandas, rampas e os elementos de transição; os espaços de acolhimento; e os usos e as funções.

Tombamento Federal do conjunto da obra de Oscar Niemeyer (2007-2017)

O Congresso Nacional foi tombado pelo IPHAN de forma provisória, em 2007, ao ser aberto o Processo de Tombamento 1.550 - T - 07 (01500.011563/2008-53) e, em definitivo, em 6 de junho de 2017, com a publicação da Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017, do Ministério da Cultura, que Homologa o Tombamento do Conjunto de Obras do Arquiteto Oscar Niemeyer, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte<sup>18</sup>.

O processo teve início com uma carta do arquiteto Oscar Niemeyer ao Ministro da Cultura (Figura 38), protocolada em 13 de julho de 2007, listando as obras que gostaria que fossem tombadas, num total de 28, 15 delas em Brasília. (BRASIL. IPHAN, 2007, p. 2) (Figura 38, p.125)

Segundo a Superintendência Regional do IPHAN no DF, seis edifícios projetados por Oscar Niemeyer em Brasília já possuíam a arquitetura individualmente tombada, com inscrição no Livro do Tombo Histórico, com o reconhecimento do Conjunto Urbanístico de Brasília, em 1992. O IPHAN se

---

<sup>18</sup> Constam da Portaria as seguintes obras em Brasília: Museu da Cidade, Espaço Lucio Costa, Panteão da Liberdade e Democracia, Teatro Nacional, Memorial JK, Memorial dos Povos Indígenas, Conjunto Cultural Funarte, Espaço Oscar Niemeyer, Conjunto Cultural da República, Edifício do Touring Club do Brasil, Praça dos Três Poderes, Casa de Chá, Pombal, Palácio da Justiça, Palácio Itamaraty e anexos, Capela Nossa Senhora de Fátima, Conjunto do Palácio da Alvorada, Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Ministérios e anexos, Quartel General do Exército, Palácio Jaburu. No Rio de Janeiro: Casa das Canoas, Conjunto da Passarela do Samba, Museu de Arte Contemporânea-MAC. Em São Paulo: Conjunto do Parque do Ibirapuera, especificamente: a Grande Marquise, o Palácio das Nações (Pavilhão Manoel da Nóbrega), o Palácio dos Estados (Pavilhão Francisco Matarazzo Sobrinho), o Palácio das Indústrias (Pavilhão Armando de Arruda Pereira), o Palácio de Exposições ou das Artes (Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, também conhecido como "Oca") e o Palácio da Agricultura.

posicionou pela inscrição do Congresso Nacional e de outras obras no Livro do Tombo de Belas Artes (BRASIL. IPHAN, 2007, p. 5) e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, “garantindo a permanência, além dos seus valores estéticos, das suas qualidades paisagísticas (p. 25). O processo foi instruído pela Superintendência do IPHAN, no DF, atentando-se aos valores históricos e simbólicos desse conjunto no parecer do antropólogo Giorgi BESSONI (2007), e aos valores estéticos e arquitetônicos, nos textos de Lauro CAVALCANTI (2007) e Matheus GOROVITZ (2007)

O Conselheiro Nestor Goulart REIS reconheceu que o tombamento “é sempre um processo de seleção e de reconhecimento de valor, no caso o artístico (REIS, 2007, p. 231)”. E é precisamente nesse valor que REIS concentrou seu Parecer, utilizando os critérios da excepcionalidade da obra no quadro da arquitetura brasileira e em âmbito internacional, posicionando-se favorável ao tombamento de todas as obras relacionadas no processo.

A publicação da Portaria, em 6 de junho de 2017, oficializou o tombamento como definitivo. Desse processo de tombamento, foram ressaltados e, por fim, ficaram normatizados pelo IPHAN, portanto um tríplice valoração do Congresso Nacional:

- Os valores históricos, no reforço da incidência do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília sobre o edifício;
- Os valores artísticos, no reconhecimento da importância do edifício no contexto da arquitetura brasileira e da arte nacional e de expressões estéticas relevantes para a nossa cultura;
- Os valores paisagísticos, no reconhecimento específico das relações indissociáveis dos edifícios com a paisagem urbana.

Conforme a Superintendência do Iphan no DF, o tombamento do Congresso Nacional inclui o Anexo I, espelhos d’água, gramados frontais e laterais, palmeiras imperiais, painéis de Athos Bulcão e demais bens integrados.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Conforme Of. Circular 02/2008, da Superintendência do IPHAN no DF, de 2 de julho de 2008, que informa os proprietários do tombamento provisório do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer em Brasília.

OSCAR NIEMEYER

SAD-26355/2007

IPHAN PROTOCOLO  
01450.009775/2007-00  
13/07/2007



Prezado Ministro,

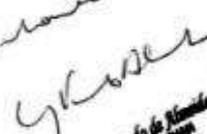
De acordo com a conversa que tivemos dias atrás em meu escritório, quando o senhor me ofereceu todo o apoio para o tombamento de alguns edifícios por mim projetados, ficou acertado que lhe enviaria uma relação desses prédios (ver anexo).

Alguns, como os que integram o Caminho Niemeyer em Niterói, reclamam essa medida com maior urgência – inclusive o Teatro Popular, cujas obras têm sido muitas vezes paralisadas, protelando a sua conclusão.

A sua intervenção nessa matéria me deu uma nova esperança. Afinal, por várias vezes vi os meus trabalhos de arquiteto desmerecidos. Dai os agradecimentos sinceros que lhe dirijo.

Cordialmente,

  
Oscar Niemeyer

Em 13/07/2007  
Ao DEPRAM  
Pl. Encargamento  
  
Luiz Fernando de Almeida  
Presidente do DEPRAM

Ao Presidente  
do IPHAN  
Para os procedimentos  
relativos a moção  
das comemorações  
do centenário  
do Sr. Oscar  
Niemeyer  
ASSINA  
a cargo  
em 24-07-07  
e sup. do DEPRAM  
Dof.   
AM/PHAN  
25/07/07  
João Luiz Silva Ferraz  
Secretário-Executivo do  
Ministério da Cultura

Figura 38 – Carta de Oscar Niemeyer ao Ministro da Cultura, enviando a relação de edifícios que o arquiteto gostaria de ver tombados, dando início ao Processo de Tombamento 1550-T-07 (BRASIL. IPHAN, 2007, p. 2)

### Tombamento da obra de Athos Bulcão

Athos Bulcão (1918-2008), nascido no Rio de Janeiro, é o artista plástico que estabeleceu relação de fortes vínculos com a arquitetura de Brasília. A convite de Oscar Niemeyer, ele passou a integrar o corpo oficial da equipe responsável pela construção da nova capital em 1957. Seu primeiro trabalho na capital foi o painel de azulejos da Igreja Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha). Suas obras, principalmente os painéis de azulejo, conectam-se intimamente às principais obras arquitetônicas da cidade.

O conjunto de sua obra foi tombado em 2009, em nível distrital, com a inscrição no Livro I – Bens Móveis de Valor Arqueológico, Etnográfico, Bibliográfico, Histórico e Artístico, por meio do Decreto nº 31.067/2009<sup>20</sup>. Em nível federal, as obras que compõem edifícios tombados são tuteladas, como no caso do Congresso Nacional.

Se a preservação dos edifícios de Brasília é indissociável da preservação do Conjunto Urbanístico, é também completamente dependente da preservação das obras de arte integradas, como preconiza o próprio tombamento da obra de Oscar Niemeyer. Ganha especial relevância a obra de Athos Bulcão pela quantidade de exemplares integrados ao Congresso Nacional e por sua tutela específica.



Figura 39 – Congresso Nacional, Brasília, DF. Painel de Athos Bulcão no Salão Verde. Foto do autor, 2019.

Segundo o Inventário da Obra de Athos Bulcão em Brasília (BRASIL. IPHAN, 2018), mais de uma dezena de obras incorporadas ao Congresso Nacional estão preservadas, como no Salão Negro (de 1960); no Salão Verde e em áreas parlamentares do Senado, comumente chamado de “ventania” (de 1971); os painéis dos Plenários e o forro do Plenário do Senado (todos de 1974). (BRASIL. IPHAN, 2018)

Essas obras foram executadas praticamente durante toda a trajetória do edifício, desde sua construção (Painel salão Negro, 1960); passando pela ampliação do edifício principal (anos 70) e as significativas reformas dos anos 1970. Na maioria das vezes, além da função decorativa, as obras de Bulcão foram utilizadas para a conformação dos ambientes.



O Congresso Nacional, quando tombado individualmente em 2007, teve oficialmente reconhecidos os seus valores artísticos e paisagísticos,

---

<sup>20</sup> Segundo o artigo 1º do Decreto: “Ficam, sob a proteção do Governo do Distrito Federal, mediante tombamento, a obra de Athos Bulcão, constituída de painéis, relevos, vitral, pisos, divisórias, portas, muros, forros, pinturas, castiçais e pia batismal, situada em edifícios e espaços de uso coletivo e de acessibilidade ao público, relacionada no anexo deste Decreto.” (BRASIL. DISTRITO FEDERAL, 2009)

somando-se aos valores históricos que já haviam sido contemplados no tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. Sua trajetória, sua concepção e sua construção conformam sua condição atual – material, estética, sensorial etc. – e informam os principais aspectos que devem ser preservados para que possa transmitir seus valores reconhecidos atualmente para gerações futuras.

Os tombamentos e reconhecimentos oficiais nos dão pistas sobre quais são esses valores, mas não indicam com precisão qual a correlação de importância entre eles em determinado elemento do edifício.

Os arquitetos que fazem parte das estruturas administrativas da Câmara e do Senado são os profissionais responsáveis por compreender todas essas questões para que os projetos de intervenções, sejam de restauro ou adaptações, possam responder de maneira adequada às necessidades de preservação. Essas intervenções nos espaços físicos do Congresso Nacional são frequentes, dada a dinâmica de uso e ocupação do edifício e as demandas de manutenção surgidas pelos desgastes dos materiais, componentes e sistemas.

O seguinte capítulo traz um panorama da atuação desses arquitetos na preservação do Congresso Nacional e apresenta algumas intervenções que se destacaram na pesquisa de campo por permitirem aprofundar o debate sobre os critérios teórico-metodológico e operacionais da preservação do edifício moderno.

★



Congresso Nacional: 2017-1959-1957



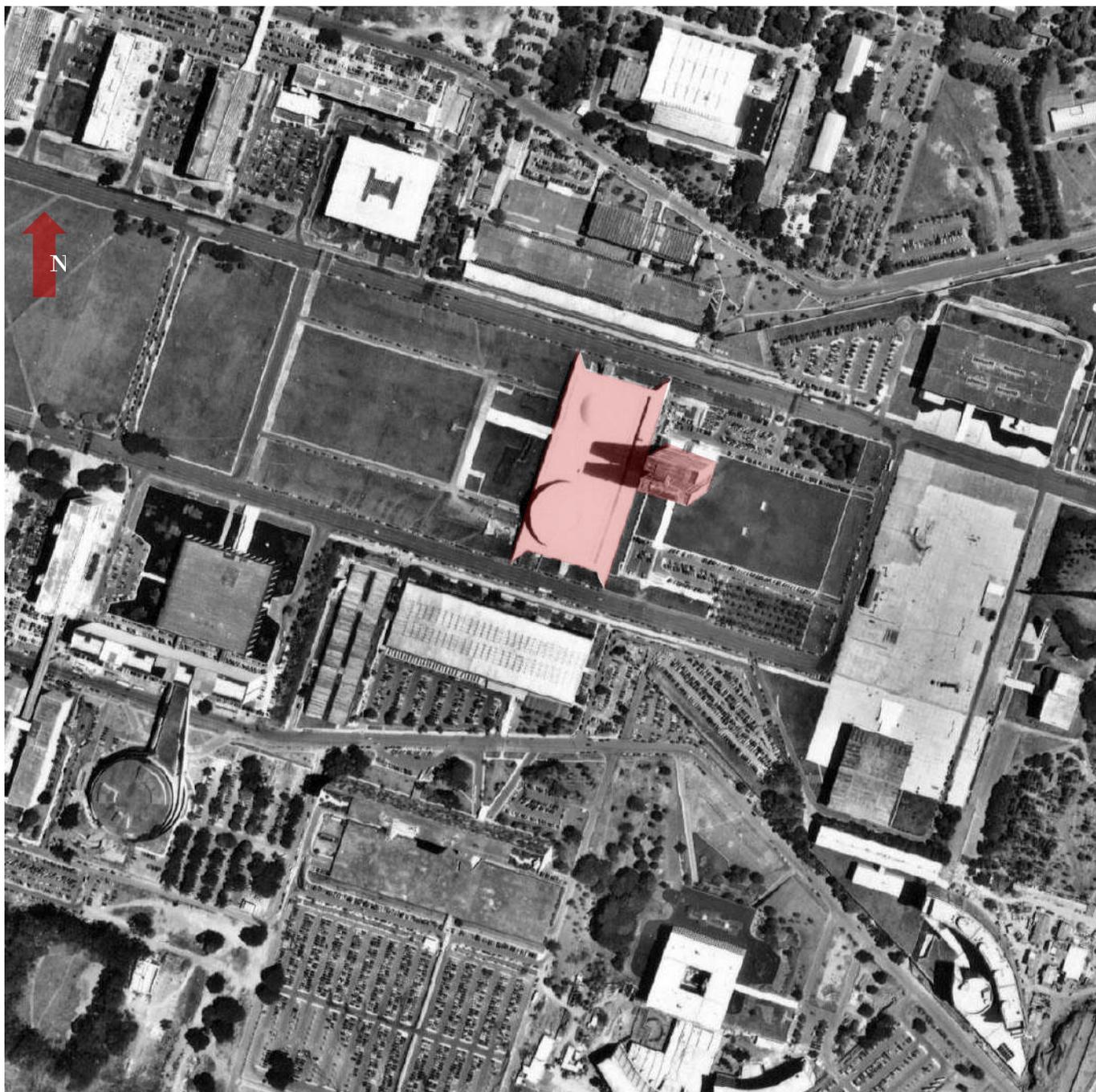
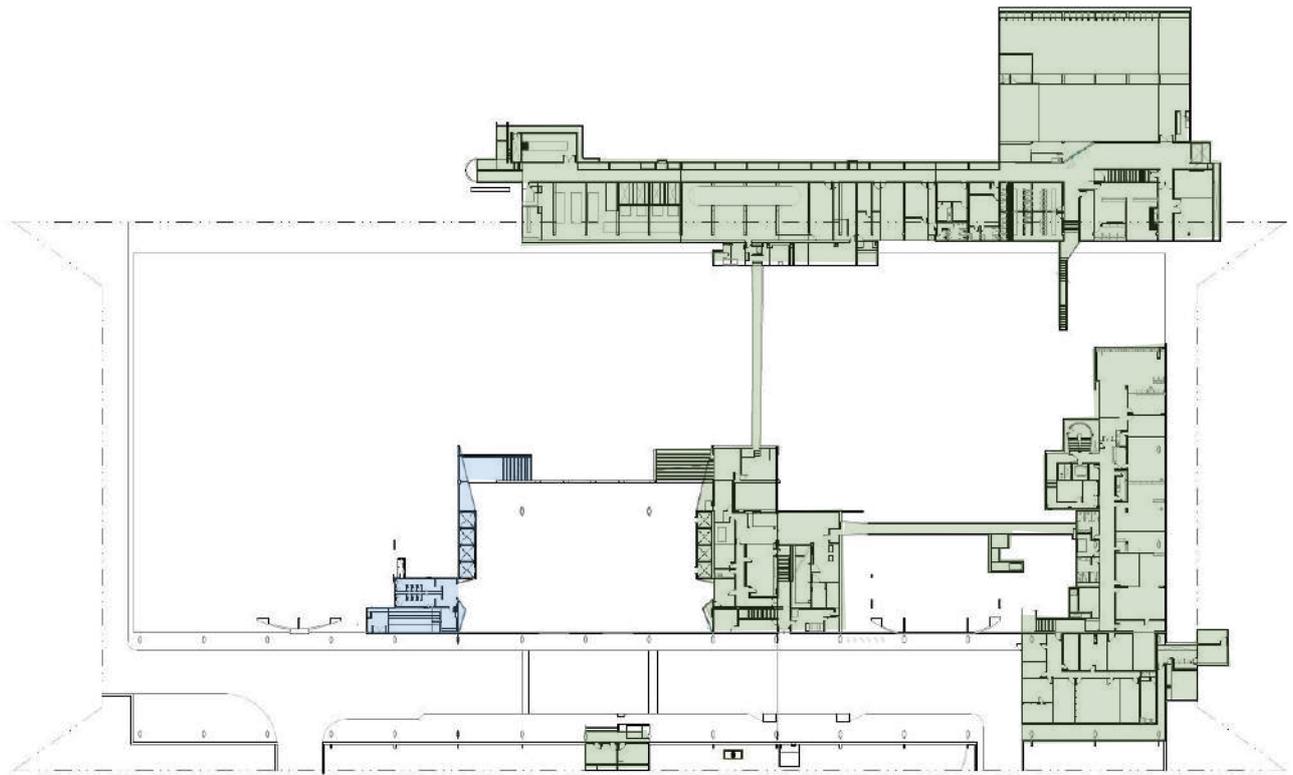
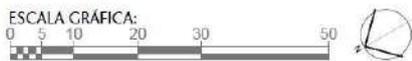


Figura 40- Palácio do Congresso Nacional. Localização. Fotografia aérea, 1997. Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH/DF



EDPR - SUBSOLO 1  
ESCALA: 1/200



EDPR - PAVIMENTO TÉRREO  
ESCALA: 1/200

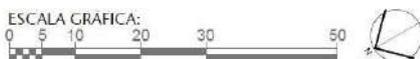
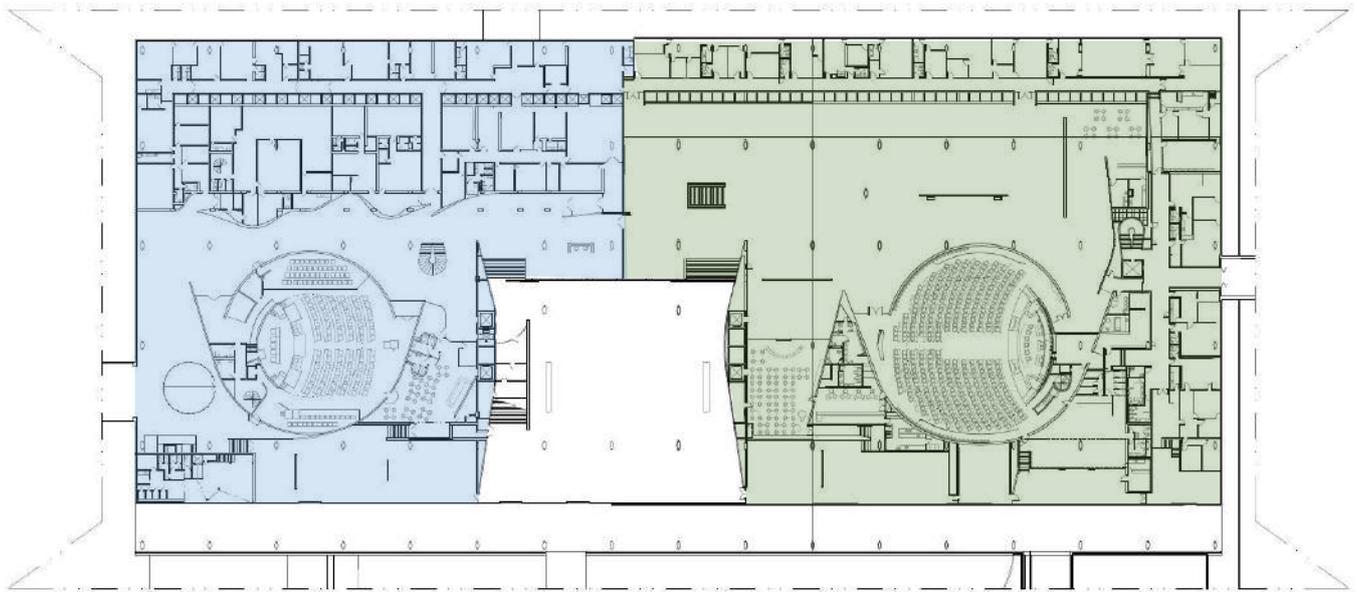


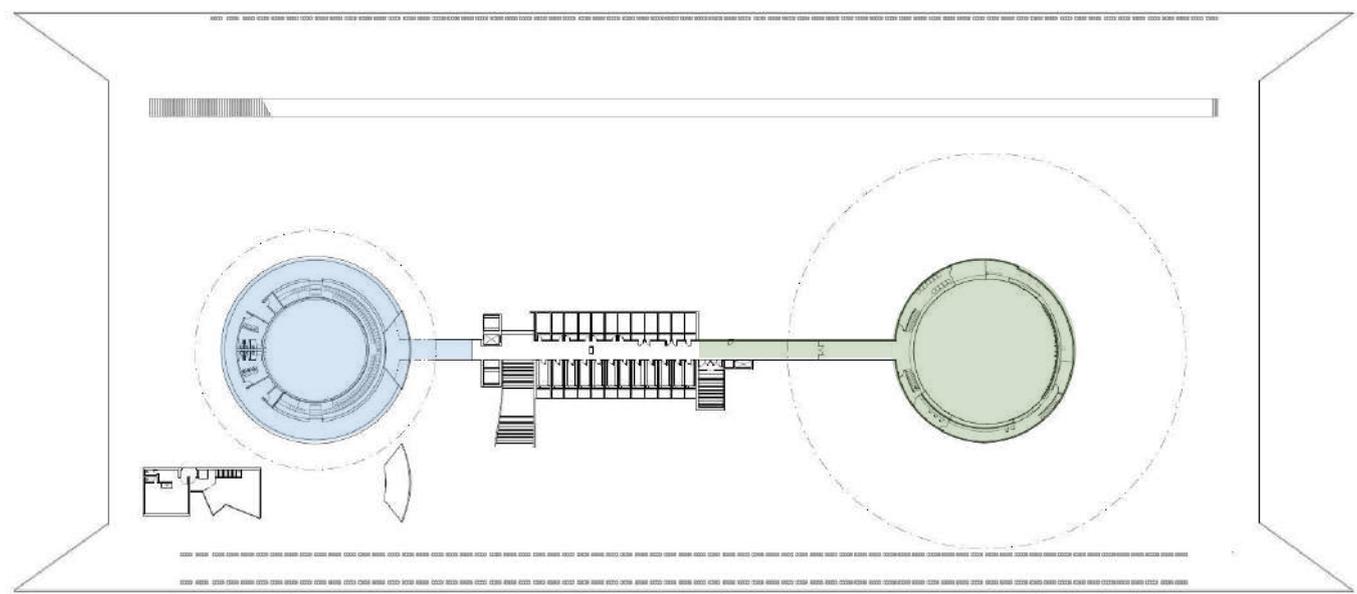
Figura 41- Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Edifício Principal, Subsolo 1 e Térreo. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal/SINFRA.

Em azul, as áreas sob gestão do Senado Federal. Em verde, as áreas sob gestão da Câmara dos Deputados. As demais áreas são de gestão compartilhada.

r



EDPR - 1º PAVIMENTO  
ESCALA: 1/200



EDPR - PAVIMENTO P02  
ESCALA: 1/200



Figura 42- Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Edifício Principal, Primeiro e Segundo Pavimentos. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal/SINFRA.  
Em azul, as áreas sob gestão do Senado Federal. Em verde, as áreas sob gestão da Câmara dos Deputados. As demais áreas são de gestão compartilhada.

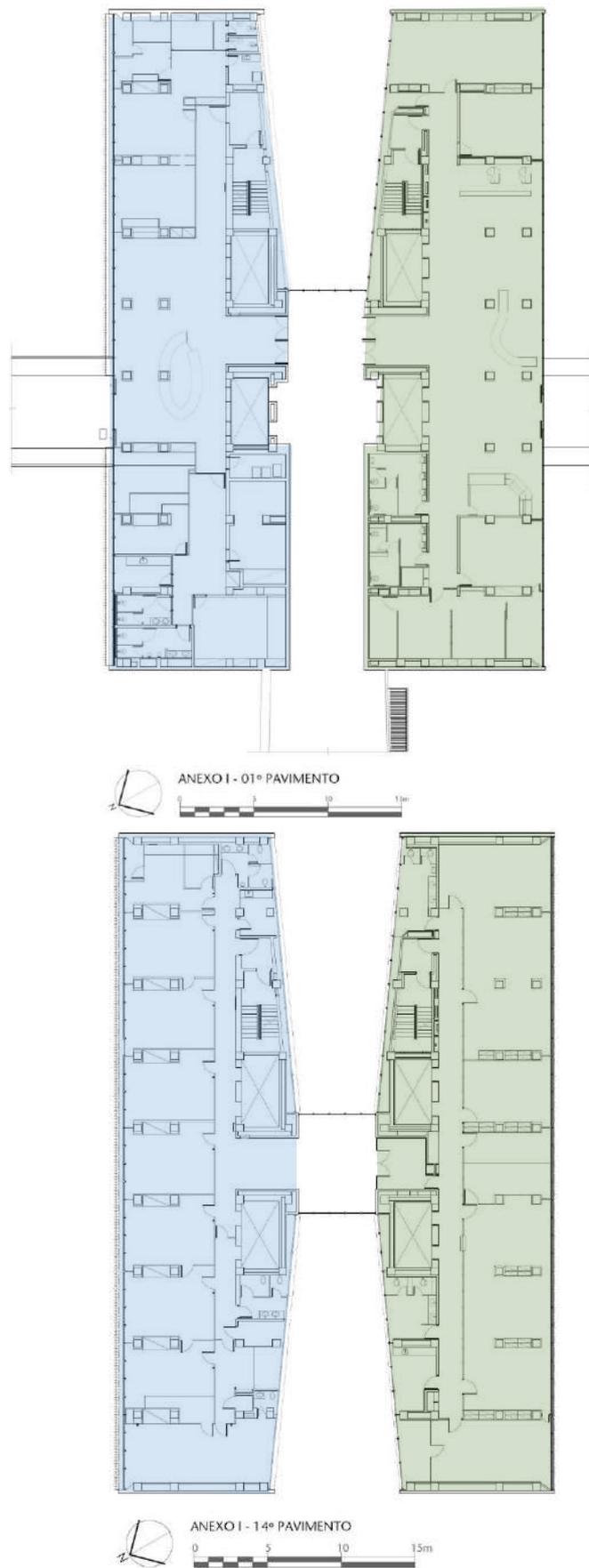


Figura 43- Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Anexo I, Térreo (1º Pavimento) e 14º Pavimento. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal. Em azul, as áreas sob gestão do Senado Federal. Em verde, as áreas sob gestão da Câmara dos Deputados.

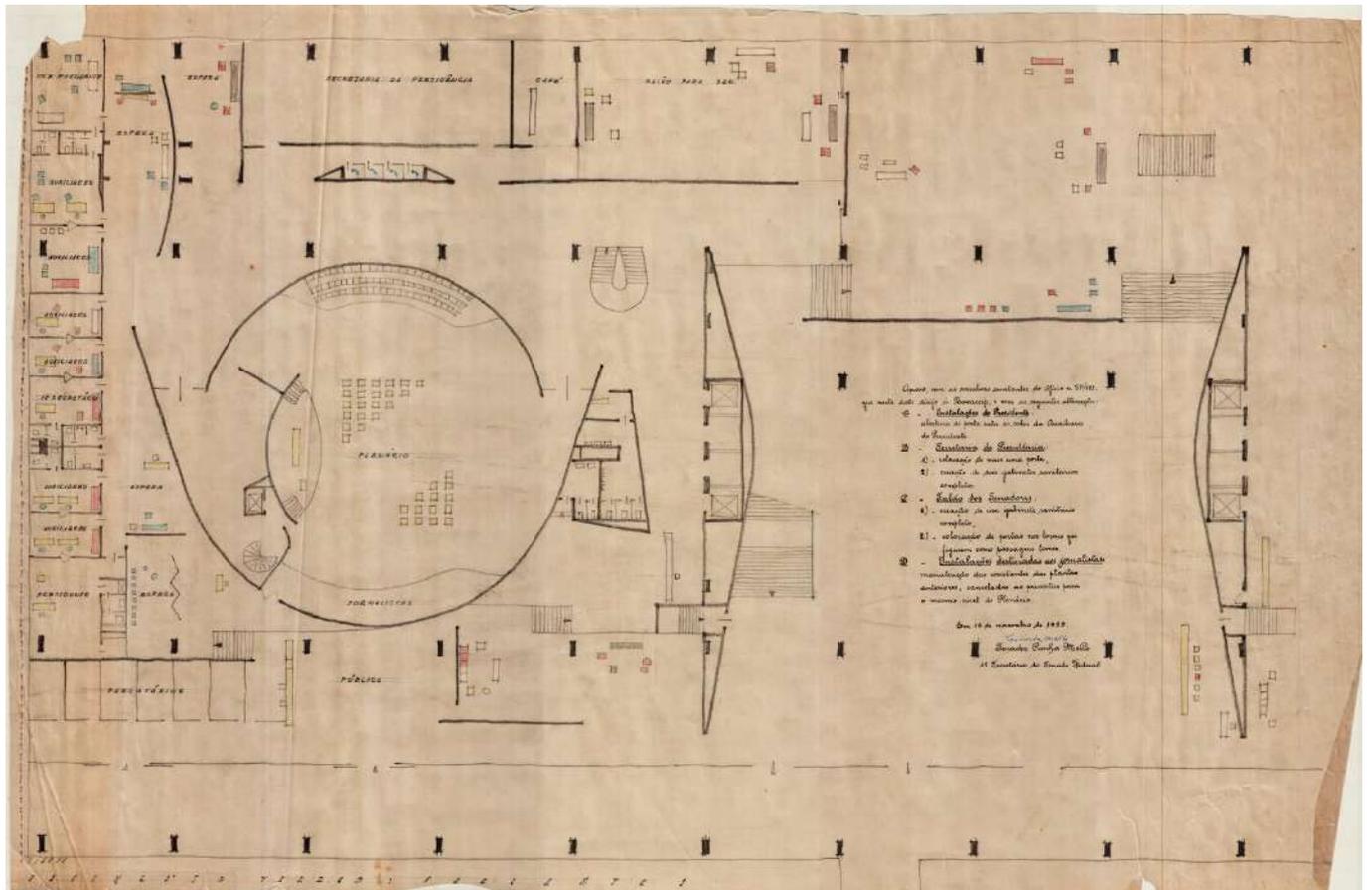
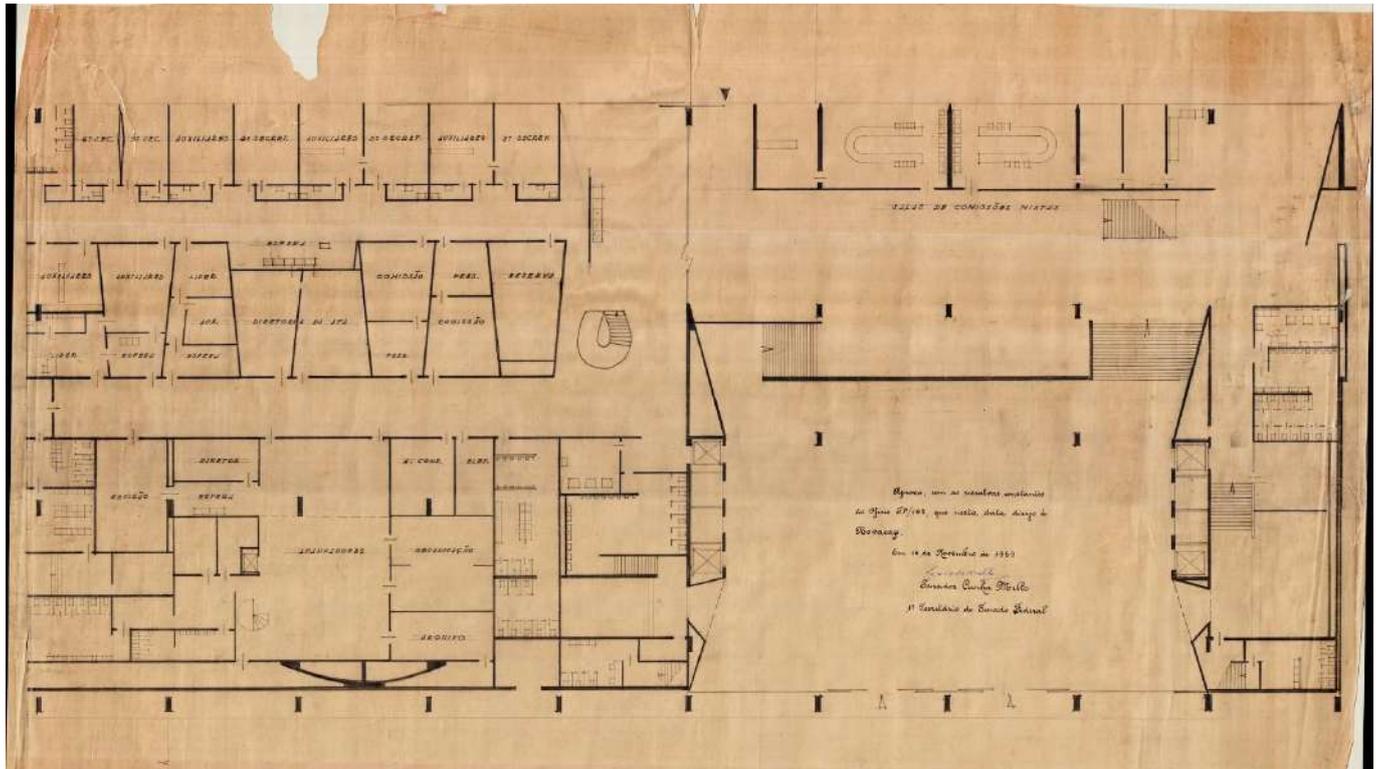


Figura 44 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Desenvolvimento - Arquitetura - Alvenaria - Plantas aprovadas pelo Senador Cunha Melo (nov. 1959). Edifício Principal. Pavimento semienterrado e térreo. Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 229, Anexo II)

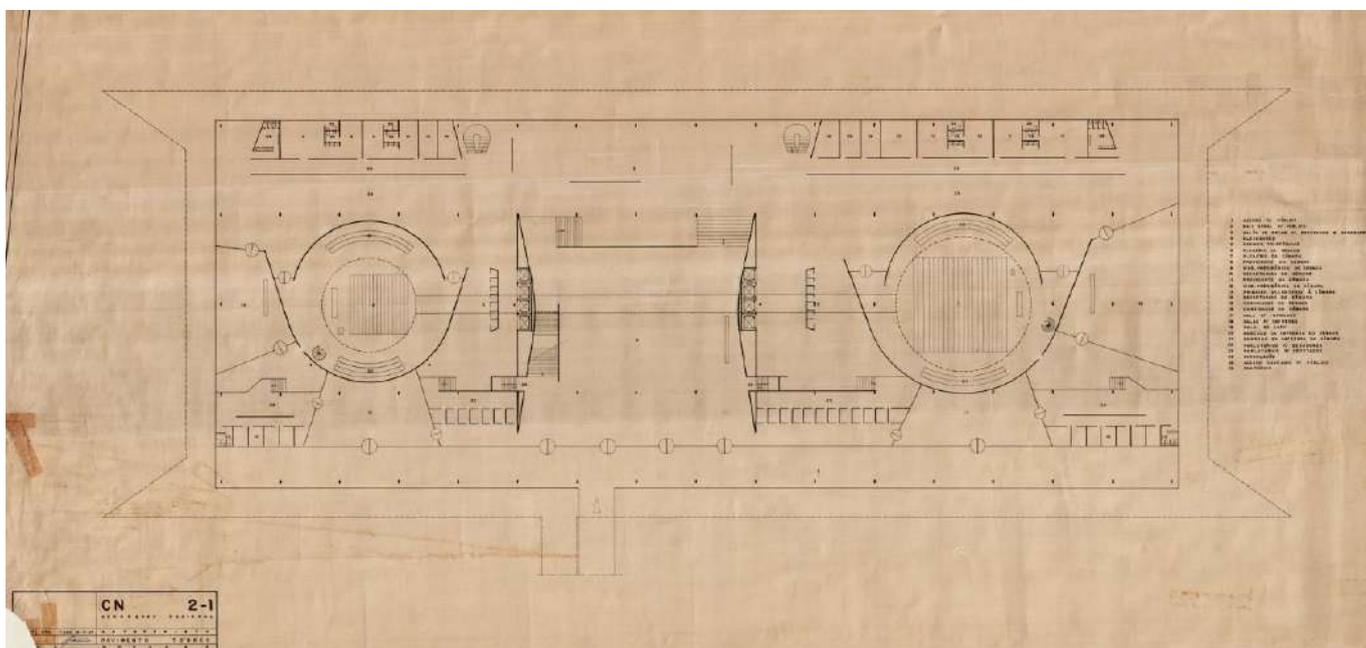
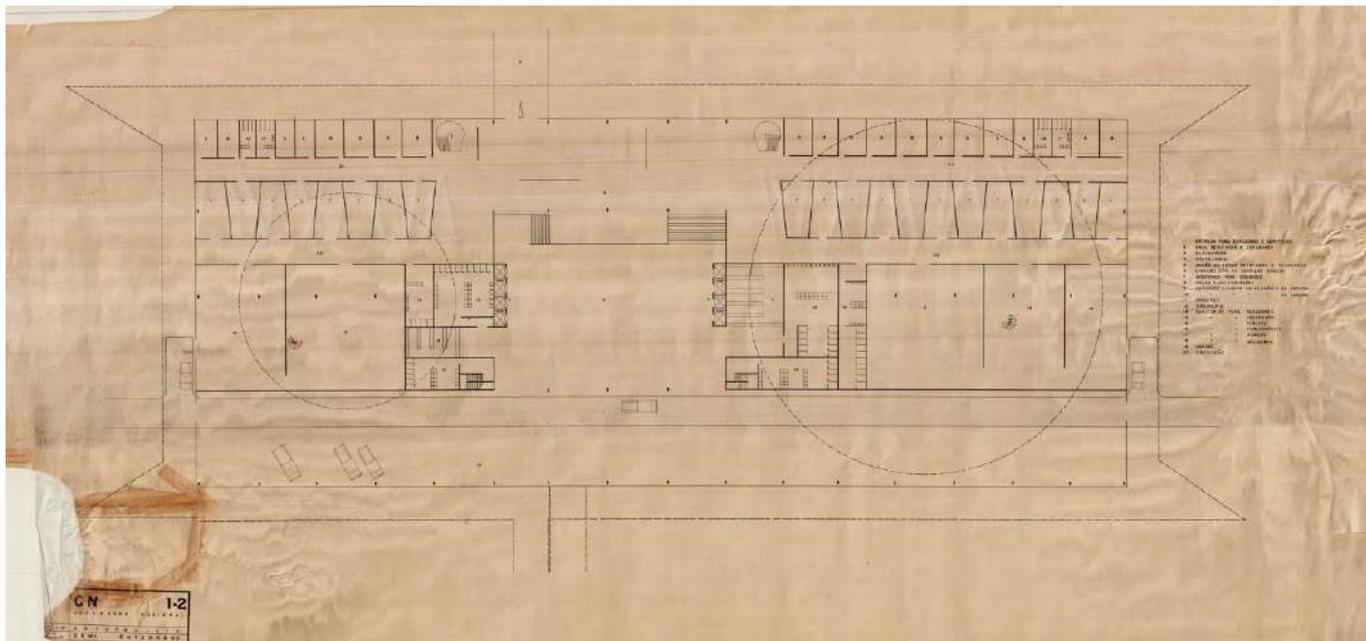


Figura 45 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto. Pavimento Semienterrado e Pavimento Térreo (Escala original 1:200).  
 Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / DETEC. (SILVA, 2012, p. 187, 188, volume II). Para os arquitetos Danilo Macedo e Élcio Silva, esse segundo anteprojeto traz a clareza da proposta arquitetônica de Oscar Niemeyer e pode ser considerada uma referência para as intervenções no Edifício Principal. (MACEDO, entrevista, 2019; SILVA, Entrevista, 2019)

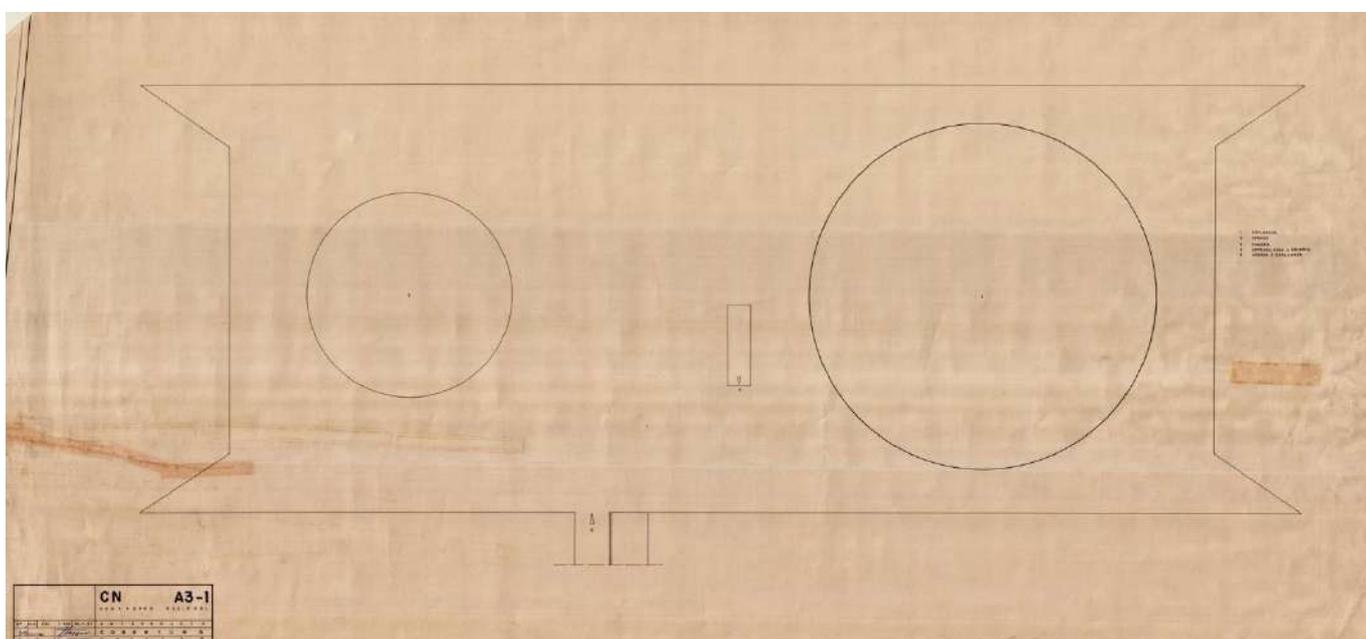
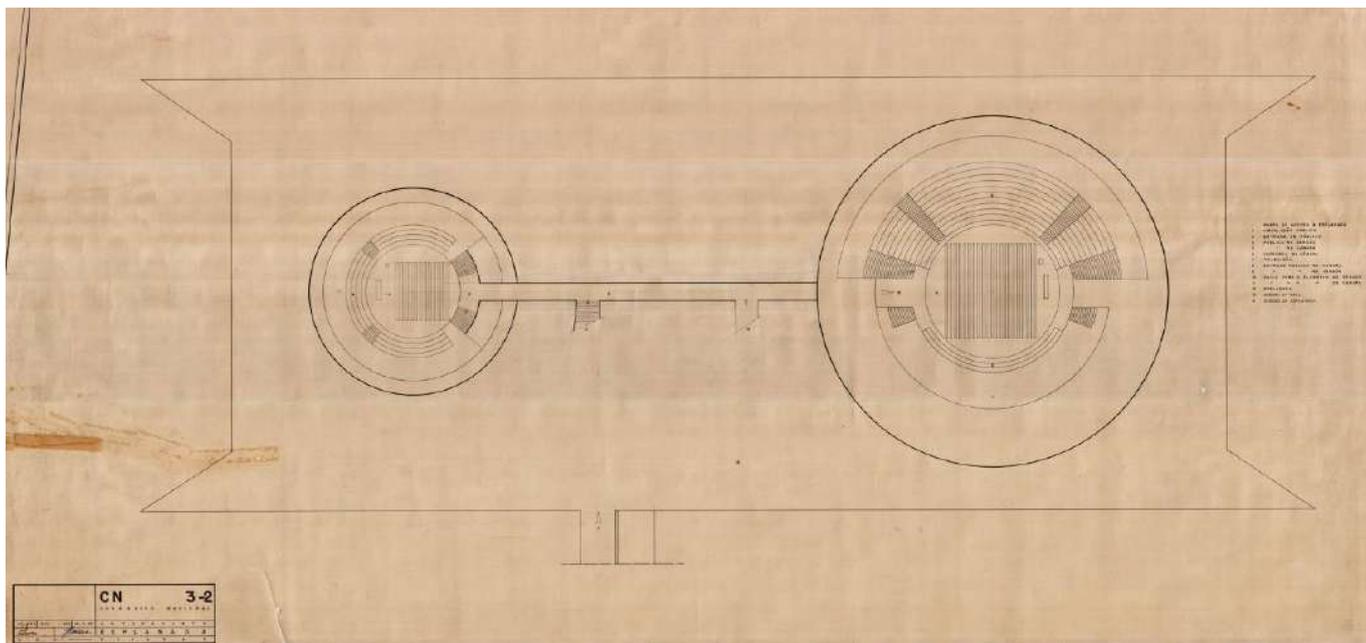


Figura 46 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto (1957). Segundo Pavimento (nível Esplanada) e cobertura (Escala original 1:200). Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 188, Anexo II)

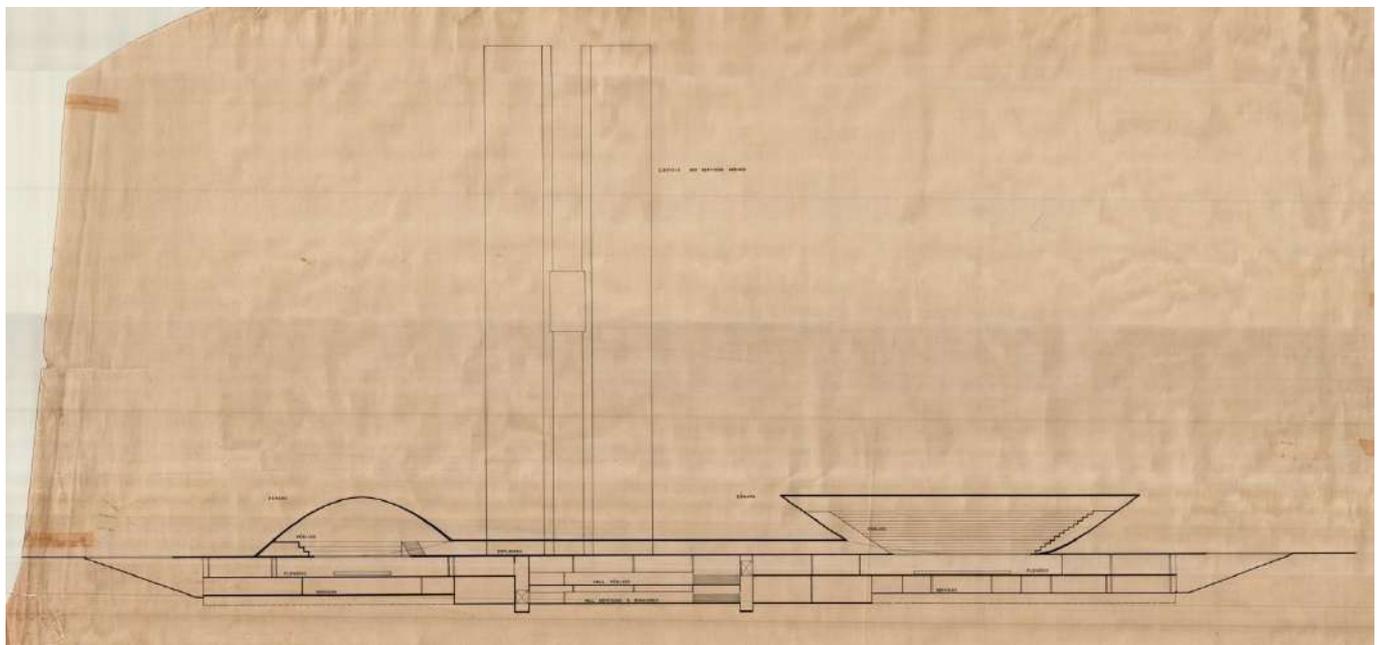
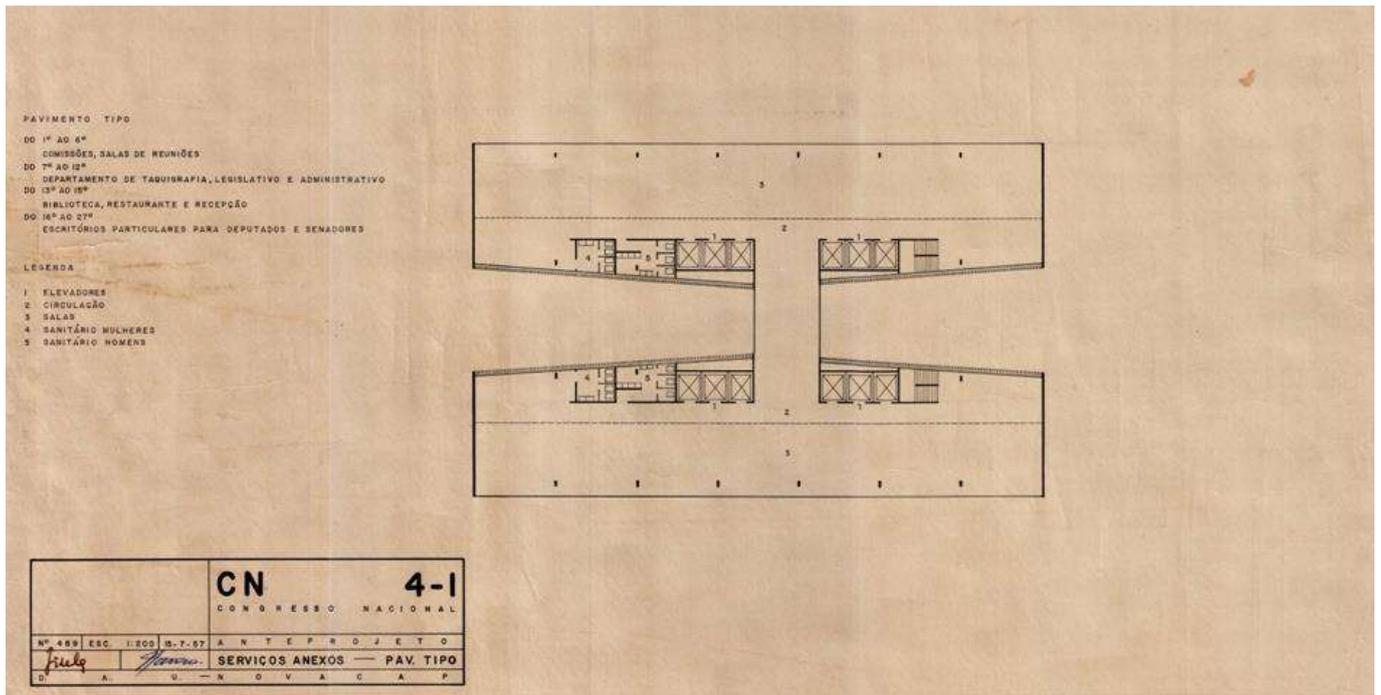


Figura 47 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto (1957). Anexo I. Pavimento Tipo e Corte Longitudinal. (Escala original 1:200). Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 188, Anexo II)

## **CAPÍTULO 6**

### **Preservação na Câmara e no Senado**

A preservação do Palácio do Congresso Nacional é responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Com o tombamento provisório, em 2007, tornou-se inegável para as equipes técnicas a necessidade de diálogo, cooperação e coordenação entre os órgãos, uma vez que decisões tomadas unilateralmente poderiam representar prejuízos relevantes ao conjunto edificado. Por isso, as ações conjuntas se fizeram mais frequentes e institucionalizadas, tratando não apenas de intervenções que podem ser classificadas como *restauro*, mas de questões relacionadas à gestão dos espaços, à zeladoria e à manutenção predial.

## Instituições e profissionais

A CÂMARA E O SENADO POSSUEM suas próprias e independentes organizações institucionais e administrativas. Com estruturas similares, os órgãos máximos decisórios são as Comissões Diretoras – órgãos colegiados formados por parlamentares cujos cargos são decididos por eleições internas a cada dois anos – e a gestão administrativa fica a cargo das Diretorias-Gerais. (Figura 49 e Figura 48, p.141 e 140)

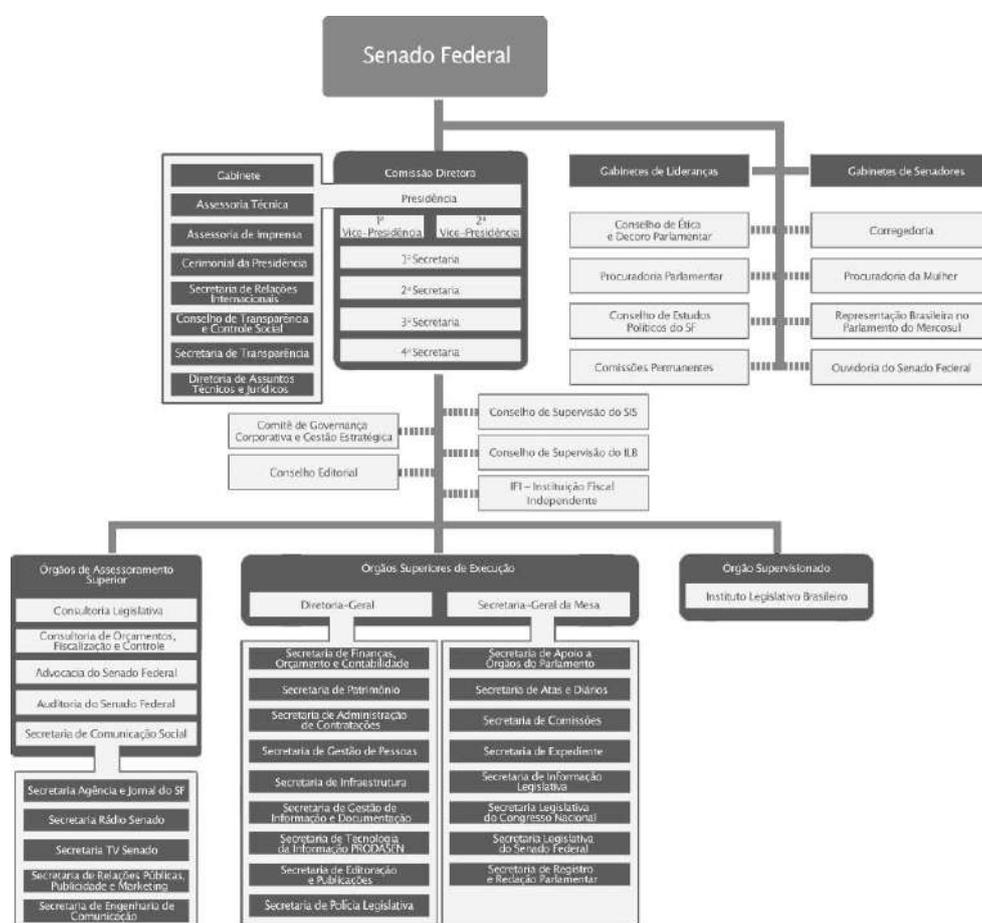


Figura 48 – Estrutura administrativa do Senado Federal. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura>. (acessado em 02/02/2020)

A Secretaria de Infraestrutura é subordinada à Diretoria-Geral que, por sua vez, se subordina à Comissão Diretora, um órgão colegiado composto por senadores.

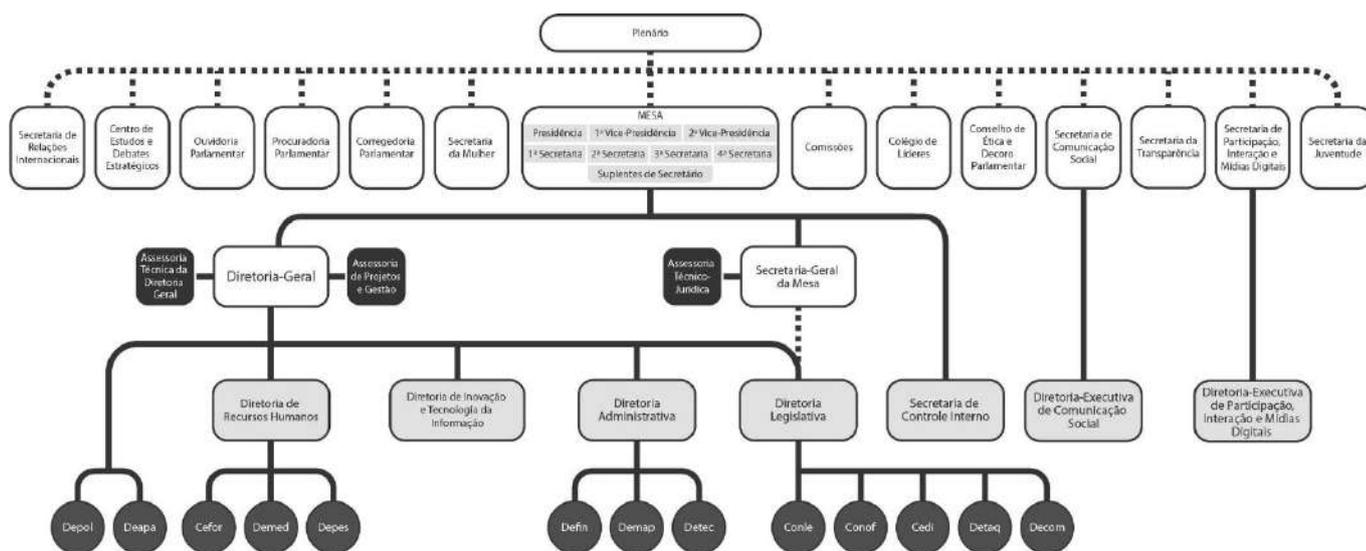


Figura 49 – Estrutura administrativa da Câmara dos Deputados. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/textoestrutura> (acessado em 02/02/2020).

O Departamento Técnico – DETEC, está subordinado à Diretoria Administrativa, esta à Diretoria-Geral que, por fim, se subordina à Mesa Diretora.

Na Câmara dos Deputados, o órgão responsável pela conservação, manutenção e realização de obras nos espaços arquitetônicos da instituição é o Departamento Técnico – DETEC, ficando a Coordenação de Projetos de Arquitetura - CPROJ – com as atribuições relacionadas às atividades gestão de projetos de edificação, de ambientes corporativos, de áreas verdes, de mobiliário e de sinalização. Nessa Coordenação, há uma seção específica responsável por, dentre outros aspectos, elaborar projetos arquitetônicos no conjunto tombado; desenvolver estudos e orientar a tomada de decisões sobre intervenções no espaço físico da instituição, tendo como fundamento a preservação; elaborar um Plano Diretor concernente ao tema; gerir a documentação iconográfica relacionada ao edifício; conduzir pesquisa científica sobre conservação e restauro<sup>1</sup>.

No Senado Federal é a Secretaria de Infraestrutura – SINFRA<sup>2</sup> – o órgão que tem como atribuição a preservação do Congresso Nacional, nas áreas sob gestão do Senado Federal. Subordinada à Secretaria, a Coordenação de Projetos de Infraestrutura – COPROJ<sup>3</sup> é responsável por planejar, coordenar e desenvolver, de forma direta ou indireta, projetos de arquitetura,

<sup>1</sup> Câmara dos Deputados. Ato da mesa nº 140, de 20/05/2014. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2014/atodamesa-140-20-maio-2014-778814-republicacao-144382-cd-mesa.html>.

<sup>2</sup> Conforme Senado Federal. Resolução nº 13/2018, de 25/6/2018. Consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal.

<sup>3</sup> A Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura - foi criada em 2018, aglutinando todas as atividades de projeto e arquitetura e engenharia da Secretaria, incorporando, inclusive, as atribuições da extinta Coordenação de arquitetura, que havia sido criada em 2012.

urbanismo, paisagismo e de intervenção no patrimônio cultural edificado do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

Em ambas as instituições, há cargos de Analistas Legislativos específicos para as especialidades de arquitetura e de engenharias<sup>4</sup>. A eles recaem a competência normativa para lidar com a preservação do patrimônio edificado, observando-se as atribuições legais de cada uma das profissões.

Em dezembro de 2019, na Câmara, havia vinte cargos para a categoria funcional *Analista Legislativo – Arquiteto*, com dezenove deles efetivamente ocupados. O Senado Federal possuía em seu Quadro de Pessoal sete cargos para a especialidade Arquitetura, estando quatro deles ocupados.<sup>5</sup>



Para a presente tese, realizei entrevistas com arquitetos que atuaram diretamente na condução das intervenções destacadas para análise. Da Câmara dos Deputados foram contatados cinco servidores.

ÉLCIO SILVA é arquiteto na instituição desde 2002 e atualmente ocupa a chefia do Serviço de Projetos de Edificação. Em 2012, concluiu sua pesquisa de doutorado intitulada “Os Palácios Originais de Brasília” (SILVA, 2012), uma aproximação acadêmica à história da concepção e da construção dos Palácios da Alvorada, do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Em 2017, concluiu o mestrado com a apresentação da dissertação “Nações Unidas e Congresso Nacional. Conexões e Preservação” (SILVA, 2017), discutindo diretamente as questões da preservação da arquitetura moderna.

DANILO MACEDO é arquiteto na Câmara dos Deputados desde 2004, atuando sempre na questão do Patrimônio Edificado, dirigindo por vários anos a Seção responsável pela área. Graduou-se em arquitetura e urbanismo em 1997 (UFMG). Seu Mestrado, concluído em 2002, na mesma universidade, tem como título “A matéria da invenção: criação e construção das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais: 1938-1954”, e deu origem à publicação *Da matéria à invenção: As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955* (MACEDO, 2008). O doutorado, finalizado em 2017, tem como título “Biblioteca brasileira de arquitetura 1500-1900”. Fundou em 2007, juntamente com Élcio Silva, o Núcleo Docomomo Brasília, o qual coordenou até 2011.

---

<sup>4</sup> Atualmente, o Senado Federal possui em seu Quadro de Pessoal 7 (sete) cargos para a especialidade Arquitetura, estando apenas 4 (quatro) deles ocupados, e 22 (vinte e dois) nas especialidades de Engenharia, estando 19 (dezenove) deles ocupados. No entanto, outros profissionais com formação em arquitetura estão lotados na CODARQ, atuando em cargos de comissão ou funções comissionadas.

<sup>5</sup> Conforme Portal da Transparência da Câmara dos Deputados (<https://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/quantitativos>) e do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/transparencia/rh/HP-recursos-humanos>) acessados em 22/11/2019.

O arquiteto FABIANO SOBREIRA iniciou sua trajetória na Câmara em 2004. Graduado em 1996 (UFPE), concluiu o Doutorado em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 2002) sob o título “A Lógica da Diversidade”. Finalizou o mestrado pela UnB em 2018, versando sobre concursos de arquitetura (“Dinâmicas do jogo: concursos de arquitetura em revista, 1935-1971”). É o chefe da Seção de Acessibilidade e Sustentabilidade. A transversalidade tanto da acessibilidade quanto do patrimônio o fez responsável pelo projeto de reforma do plenário da Câmara, iniciado em 2006. (SOBREIRA, Entrevista, 2019)

BRUNA BARBOSA DE LIMA ingressou na Câmara em 2012 após um período de trabalho na Universidade de Brasília. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB em 2007, concluiu mestrado em 2019 com tema diretamente relacionado à preservação da arquitetura moderna e do Congresso Nacional: “Sistema de revestimento em mármore nas fachadas do Congresso Nacional: Cenários do estado de conservação”. (BARBOSA DE LIMA, 2019)

DIOGO ANDRADE passou a fazer parte do quadro efetivo da Câmara em 2012, tendo passado anteriormente pelo Ministério das Cidades, atuando na área de habitação. Possui especialização em Projetos de Arquitetura e Urbanismo em Áreas de Interesse Cultural (2019). Atua desde seu ingresso na área responsável pelo patrimônio edificado na Câmara.

Com relação ao Senado Federal, é importante ressaltar minha própria trajetória como servidor desde 2009, atuando em arquitetura, preservação e manutenção no órgão. Graduei-me em Arquitetura pela Universidade de Brasília (UnB), em 1997, e, após duas especializações em Gestão do Patrimônio Cultural (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI-UFPE) e Restauração de Edifícios Históricos (*Pontifícia Universidade Católica Argentina*, 2007), concluí mestrado em 2011, na área de teoria e história também na Universidade de Brasília, sob o título “A proposta de Rino Levi para o Plano Piloto de Brasília: Uma Análise do Projeto a Partir de sua reconstrução digital em modelo tridimensional”.

Realizei ainda entrevistas com dois outros arquitetos do Senado Federal.

SIDNEY CARVALHO ingressou na instituição em 2009 e atuou em diversos cargos, inclusive como Diretor da Subsecretaria de Obras e da Subsecretaria de Projetos de Engenharia e Arquitetura e como Coordenador de Projetos de Infraestrutura. Graduado em 2007, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, possui trajetória acadêmica que inclui mestrado (“Entre o rio e a serra - Forma Urbana e Sistema de Espaços Livres na Região Norte do Município de São Paulo”, USP, 2011) e doutorado (“Paisagem urbana contemporânea: 3 metrópoles brasileiras - 1995 e 2010”, USP, 2018).

JULIANO CARVALHO iniciou sua trajetória no Senado em 2012, com atuação constante na área de arquitetura e projetos de infraestrutura. Atuou por mais de três anos no IPHAN com preservação do patrimônio histórico em Sergipe. Graduou-se em 2005 na Universidade Federal da Paraíba – UFPB – e concluiu mestrado em Conservação de Restauo na Universidade Federal da Bahia, em 2008, sob o título “Formação territorial da Mata Parai-bana, 1750-1808”. É doutorando na Universidade de Brasília pesquisando o valor de antiguidade nos edifícios do século XX.



A CÂMARA CONSTRUIU HISTORICAMENTE sua área de infraestrutura tendo a “arquitetura como fio condutor”, acolhendo inicialmente em seu quadro arquitetos oriundos do escritório de Oscar Niemeyer (SILVA, Entrevista, 2019). Assim, para Élcio SILVA, o DETEC é resultado de um embrião histórico do órgão que se sustentou na figura do arquiteto.<sup>6</sup> Além disso, a ocupação da Diretoria-Geral por um engenheiro que esteve envolvido com a construção do Palácio, uma pessoa próxima de Oscar Niemeyer, foi importante para que se formasse, institucionalmente, a consciência da relevância do edifício.

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** Então acho que a administração, de um modo geral da Câmara, passou a perceber a área técnica com um olhar diferente de outros órgãos que a gente vê até aí. [...] a diferença é por conta dessa origem e de formação, que não é a mesma dos outros órgãos também, raramente você vai ter um cara que ocupe o cargo de Direção Geral por tanto tempo que tenha essa visão, que tenha esse tipo de formação, e que além de ter o tipo de formação, tem uma visão antenada com o que é a manutenção do edifício, o que que envolve isso. Eu acho que isso é o que diferencia talvez a gente. (SILVA, Entrevista, 2019)

---

Os próprios arquitetos de gerações anteriores tinham uma relação próxima com a equipe da NOVACAP que desenvolveu os projetos para o edifício, criando um afeto pela solução original e mantendo “mais por uma questão de, era aquilo que eles tinham aprendido quando entraram aqui, era a tradição”, ressaltava Danilo MACEDO (Entrevista, 2019). Entretanto, ainda conforme o arquiteto da Câmara, a visão era não exatamente como “[...] patrimônio, ou seja, como algo, um bem que fora valorado como sendo de interesse cultural e, portanto, de algum interesse público. Era simplesmente assim um bem artístico, cujo artista ainda estava vivo, Oscar Niemeyer, e que deveria ser chamado para intervir em qualquer adição, qualquer reforma etc”. (Entrevista, 2019)

Com a renovação do quadro de arquitetos em 2004, somando o histórico de valorização da atividade de arquitetura e do próprio conjunto

---

<sup>6</sup> Ver também BRANDÃO (2003) e SOUZA (2003)

arquitetônico, houve uma nova estruturação e um esforço de conhecimento e entendimento do edifício em termos patrimoniais, bem como reflexões sobre o significado e as consequências do tombamento de 2007. Nas palavras do arquiteto Élcio Silva:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** Quando eu entrei eu não tinha essa percepção do que era isso, e foi a convivência com esses caras [diretores e arquitetos anteriores] que permitiu que a gente transpusesse toda essa carga de valores e passasse a trabalhar com eles e incorporasse isso também. Nesse segundo momento eu acho que o que houve foi o aprofundamento mais sistematizado do que seria isso, em termos de, até de respostas mais, não que não fossem qualificadas, mas que fossem pelo menos mais,

**André:** Fundamentadas.

**Élcio:** É. Lastro né? você traz a própria, um histórico assim do edifício, porque é que essas coisas são feitas e remete à linha histórica do edifício, isso tem um outro tipo de receptividade. [...] Então o que aconteceu foi essa primeira transposição e no segundo momento a responsabilidade passou a ser nossa [...]. E aí coube o caminho inverso. Que era a gente tentar criar essa cultura, repassar essa cultura e criar uma cultura de visão para o prédio. O nosso diretor hoje tem uma visão muito clara da importância do Palácio como um objeto tombado [...], mas a gente nunca deixa de dar resposta de tudo isso. (SILVA, Entrevista, 2019)

---

Estruturou-se, em 2006, uma equipe voltada a pensar a arquitetura e o patrimônio que, depois, foi incorporada ao organograma da instituição, em 2014. Desde então, passou-se a trabalhar de maneira mais planejada a preservação, conforme ressaltou Danilo MACEDO (Entrevista, 2019).

A continuidade dessa preocupação patrimonial e dessa visão compartilhada da arquitetura que deve ser desenvolvida na instituição foi relatada por Diogo ANDRADE (Entrevista, 2020). Segundo ele, a maneira de atuação da equipe de arquitetura na Câmara é quase uma “escola”, que remete a contribuições de nomes como João Filgueiras Lima (1932-2004)<sup>7</sup> e de outros profissionais que compuseram a equipe no passado.

Esse desenvolvimento voltado para o campo disciplinar da arquitetura não ocorreu no Senado. A estruturação de sua área responsável pelas infraestruturas se pautou por uma atenção predominante à manutenção predial e a uma visão voltada ao campo das engenharias. Isso se reflete no fato de que, historicamente, não houve no Senado um número significativo de arquitetos em seu quadro de pessoal. Quando se tratava de projetos de maior relevância, a prática até meados dos anos 2000 foi a contratação do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para estudos preliminares e

---

<sup>7</sup> Dentre outros projetos, o João Filgueiras Lima (Lelé) participou da ampliação do Edifício Principal entre 1969 e 1970 e do Plenário da Câmara dos Deputados entre 1971 e 1972.

anteprojetos de arquitetura. A preocupação com o Palácio do Congresso Nacional estava relacionada, principalmente, a um respeito pela autoria do seu projeto arquitetônico e do nome de Oscar Niemeyer. Havia, como ressaltou o arquiteto do Senado Sidney CARVALHO (Entrevista, 2019), um reconhecimento da importância do edifício e da pertinência em se mobilizar instrumentos para impedir sua deterioração, incluindo a participação do IPHAN após o tombamento.

A renovação do quadro de profissionais do Senado se iniciou em 2009, com a contratação de arquitetos e engenheiros aprovados no concurso do ano anterior. A pauta da preservação, com a consciência da condição do edifício como patrimônio cultural nacional, passou a ter mais peso na instituição. Com a realização de novo concurso em 2012, e nomeação de novos profissionais, e com a aposentadoria dos servidores mais antigos, houve uma completa substituição do quadro. É interessante notar que não há arquiteto nem engenheiro na SINFRA remanescente de 2007, ano em que o Congresso Nacional foi tombado.

Em 2019, havia no quadro do Senado dois arquitetos com experiência anterior ou formação em patrimônio histórico, o que trouxe uma segurança na atuação na preservação do Palácio do Congresso Nacional. Assim, esse processo de renovação do quadro, entre 2009 e 2012, proporcionou uma atualização dos métodos e procedimentos nos trabalhos desenvolvidos na Secretaria e a incorporação operacional, institucional e normativa da preservação no Senado. Foi um caminho que se abriu, como ressaltou o arquiteto da instituição Sidney CARVALHO (Entrevista, 2019):

---

**Arq. Sidney CARVALHO (Senado):** E a diferença que eu acho desse momento, daquele primeiro momento para o atual, é que cada vez mais a gente tem trabalhado com uma ideia mais precisa do que é o tombamento. É lógico que isso é um processo longo, mas há uma dificuldade muitas vezes, das áreas que não lidam com bens tombados entender os aspectos do tombamento [...]. Então, existe um processo de aprendizado das várias, das várias pessoas que estão lidando com isso que é muito menos folclórico, como havia, eu acho, num período anterior da maioria das pessoas, não de todas né, e que hoje em dia acaba sendo mais buscando um marco legal, um marco normativo mais claro sobre o que pode e o que não pode fazer (Entrevista, 2019).

---

E nesse processo, foi fundamental a consolidação do procedimento de licenciamento junto ao IPHAN, conforme preconiza o Decreto-Lei nº 25/1937, para que as intervenções realizadas no Palácio do Congresso Nacional pudessem ser tratadas com o devido zelo patrimonial, dando respaldo institucional à Secretaria de Infraestrutura para fazer valer posicionamentos nem sempre convergentes com as expectativas da alta administração do Senado.

As intervenções que veremos a seguir fazem parte desse contexto institucional apresentado acima, bem como incorporam e permitem analisar

diversas disposições teóricas e conceituais apresentadas na Parte I. Ademais, elucidam as relações dos profissionais com o campo patrimonial e em que medida essas relações são rebatidas na atuação prática.

## **Intervenções e práticas de preservação**

NA CÂMARA E NO SENADO, intervenções de manutenção são realizadas cotidianamente, inclusive na área tombada. Entretanto, com menor frequência, surgem demandas por ações de maior vulto, como reparos mais profundos, solicitações de adaptações dos ambientes, entre outras. Enquanto a manutenção tem impacto na preservação mais pelo volume e pela repetição, essas outras intervenções podem ser significativas individualmente e, se não forem tratadas dentro de uma lógica patrimonial, podem representar perdas importantes de valores culturais do edifício.

Como vimos, o Congresso Nacional não passou por um momento de restauração integral, como ocorreu no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada. Não se trata de políticas internas à Câmara e ao Senado, em prol dessa abordagem, mas do fato de que ainda não se reuniram as condições objetivas para que a possibilidade de uma restauração integral seja efetivamente debatida.

Nesse cenário, algumas intervenções realizadas, após o tombamento do edifício, foram escolhidas por permitirem entender como se dá a prática da preservação no Congresso Nacional. Com referência a essas ações, foram realizadas entrevistas com os arquitetos responsáveis no sentido de elucidar as questões patrimoniais envolvidas.

Todas essas intervenções escolhidas tiveram em seus debates internos e em seus encaminhamentos projetuais a preservação como um aspecto em jogo, mesmo que o objetivo principal não fosse, necessariamente, preservar.

A primeira a ser descrita e analisada corresponde a um projeto comum, amparado por Acordo de Cooperação Técnica vigente entre Câmara e Senado<sup>8</sup>, oriundo de demanda de manutenção do sistema de impermeabilização da plataforma do Edifício Principal. Dada a sensibilidade desse elemento, as questões de preservação constituíram o centro dos debates internos nas equipes de cada Casa e entre elas, tornando compreensíveis os aspectos objetivos e subjetivos envolvidos. Durante o andamento da pesquisa, a ação não se concluiu, tendo sido vencidas, até o final de 2019, as

---

<sup>8</sup> Convênio nº 2018/0012, que entre si celebram o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, com o objetivo de recuperar e manter a cobertura do Palácio do Congresso Nacional, controlar acessos de veículos e realizar adequações de acessibilidade de calçadas no entorno da edificação (Processo nº 00200.020433/2017-81)

etapas de levantamentos, diagnósticos, valoração e encaminhamento para elaboração de projeto de restauro.

As outras intervenções foram agrupadas segundo seus objetivos. Em um grupo, tratei de duas alterações em espaços físicos, referentes a demandas atuais de uso. Na Câmara, adaptações foram realizadas no Edifício Principal para acomodação de solicitações por espaços físicos para as atividades parlamentares. No Senado, foi efetuada uma intervenção pontual para criação de um sanitário feminino, nas dependências do Plenário, um dos locais de maior simbolismo e arquitetonicamente mais relevantes do edifício.

Por fim, abordarei duas alterações com objetivos análogos – acessibilidade às mesas diretoras dos plenários – que foram realizadas por ambas as instituições em momentos próximos e que significaram impactos relevantes na materialidade e na ambiência dos dois ambientes.

Em seguida, serão apresentadas as características principais das intervenções e os posicionamentos dos agentes envolvidos. As análises das questões teóricas, metodológicas e operacionais, a partir dos indícios verificados em tais intervenções, conforme as falas dos agentes, serão desenvolvidas nos capítulos seguintes, tratando de: campo patrimonial, objeto político e subjetividade (Capítulo 7); abordagens patrimoniais, de arquitetura e de manutenção (Capítulo 8); métodos, valores e atributos (Capítulo 9); e questões relacionadas a transformações e permanências, seus limites e limitações (Capítulo 10).

Um projeto comum: Projeto de restauração da Plataforma do Edifício Principal do Congresso Nacional com recuperação do sistema de impermeabilização

O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO do sistema de impermeabilização da plataforma do Congresso Nacional foi possibilitado pelo estabelecimento de um processo de cooperação técnica entre as duas instituições e propiciou a intensificação do diálogo entre as áreas. Em agosto de 2017, as instituições decidiram elaborar um projeto único que solucionasse problemas recorrentes de infiltração na laje da plataforma, resguardando, o máximo possível, os valores patrimoniais ali reconhecidos.

Quadro 1 – Projeto de restauração da Plataforma do Edifício Principal e recuperação do sistema de impermeabilização

Intervenção <b>Restauração da plataforma do Edifício Principal</b>	
Instituição <b>Câmara dos Deputados e Senado Federal</b>	
Ano do Projeto <b>2017 – 2019 (não concluído até dez.2019)</b>	Ano da Obra <b>Obra ainda não executada</b>
Local <b>Plataforma de cobertura do Palácio do Congresso Nacional</b>	
Descrição sucinta dos principais serviços: <ul style="list-style-type: none"><li>- <b>substituição (parcial ou total) do sistema de impermeabilização existente;</b></li><li>- <b>recuperação do sistema de escoamento de águas pluviais;</b></li><li>- <b>remoção e reassentamento do sistema de revestimento (pavimentação) em mármore branco com reaproveitamento das peças existentes.</b></li></ul>	



Figura 50 – Congresso Nacional, Brasília., DF (Arquitetura Oscar Niemeyer, 10957-1960). Plataforma de cobertura do Edifício Principal. Foto do autor, 2019

Amparados por Acordo de Cooperação Técnica entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as áreas técnicas iniciaram projeto conjunto de restauro, incluindo substituição do sistema de impermeabilização, reestruturação do sistema de drenagem e recuperação do sistema de revestimentos da cobertura do Edifício Principal. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)

A plataforma do Congresso Nacional possui 200m de largura, correspondente ao canteiro central da Esplanada dos Ministérios, e aproximadamente 72m de profundidade (Figura 53, p.175). Está nivelada em sua face superior às vias da Esplanada dos Ministérios (vias N1 e S1). A estrutura é em concreto armado de seção variável com laje dupla e caixões perdidos. A

pavimentação é em mármore Branco<sup>9</sup>. A solução original de escoamento de águas pluviais foi feita com duas calhas perimetrais, uma próxima às bordas e outra junto às fileiras externas dos pilares. Já o sistema de impermeabilização original revelou um cuidado especial com a durabilidade do sistema em função da presença de lâminas de chumbo entre suas camadas, o que não era o mais comum à época. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018, p. 4)

Nessa ação, transpareceram as diferenças de abordagens e procedimentos entre a preservação arquitetônica e a manutenção predial. A própria demanda surgiu de inquietações relacionadas ao escopo da manutenção predial. As manifestações de gotejamento nas áreas internas devido a infiltrações nas lajes são frequentes, assim como são as reclamações dos usuários nesse sentido. Além disso, havia preocupações com relação à integridade do sistema estrutural do edifício, levando a investigações que pudessem relacionar as patologias de impermeabilização a possíveis danos à superestrutura do Edifício Principal. Vistorias realizadas por engenheiros de estrutura com competência na área não indicaram, no entanto, avarias mais significativas naquele momento, mas recomendavam solucionar problemas de infiltração para que não viessem a ocorrer no futuro.

Assim, os profissionais da Câmara e do Senado passaram a se debruçar sobre os problemas de impermeabilização e drenagem da plataforma, como relatou o arquiteto Juliano Carvalho, do Senado:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** De forma geral a plataforma de cobertura do Congresso Nacional tem um longo histórico de infiltrações, no sentido mais amplo, sejam relacionadas ao sistema de drenagem, calhas, tubos de queda, sejam relacionadas a superfícies propriamente impermeabilizadas que vem sendo tratado em obras maiores ou menores também ao longo das décadas. E a gente e as equipes atuais do Senado e da Câmara têm se visto diante da necessidade de intervir nesse conjunto mais uma vez, porque mais uma vez nas duas partes do prédio tem havido infiltrações (entrevista, 2019).

---

Uma das principais preocupações era que a substituição integral do sistema de impermeabilização, por sua vez, afetaria a pavimentação existente em mármore branco, com trechos significativos datados de 1959-1960 (Figura 56, p.178). Cientes da importância de se garantir a integridade do edifício, incluindo seu sistema estrutural, as áreas de arquitetura entendiam, como ponto de partida, que manutenções pontuais seriam suficientes no momento e que, assim, seria possível resguardar ao máximo o revestimento, um dos pontos patrimoniais mais sensíveis nesse contexto. O arquiteto da Câmara Danilo Macedo (Entrevista, 2019) narrou que

---

<sup>9</sup> Para a pavimentação em mármore Branco, em 20 de maio de 1959 foi elaborada a prancha CN-138-1 (Detalhes Diversos), com o nome "Piso da Esplanada" (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018, p. 2).

inicialmente era um problema a ser tratado como conservação e, em paralelo, buscar-se-ia uma compreensão mais aprofundada do sistema. Nessa mesma linha, foi o entendimento do arquiteto Élcio SILVA:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** E a nossa premissa inicial era de que tinha que fazer uma intervenção mínima, de tentar manter o sistema original o máximo possível. Avançar um pouco mais essa ideia de prolongar o tempo de vida útil desse sistema. (Entrevista, 2019)

---

Esse posicionamento fazia parte de uma preocupação com a escala da intervenção. Havia um consenso de que a taxa de reaproveitamento de peças de mármore é de difícil estimativa e, provavelmente, baixa, exigindo esforços maiores para preservação da imagem e da materialidade do sistema. A matéria existente e a imagem arquitetônica do edifício seriam inevitavelmente afetadas, interferindo nos valores patrimoniais próprios ao bem. Era uma das preocupações centrais do arquiteto Juliano CARVALHO:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** A depender de quais soluções a gente dê, a gente vai interferir diretamente no projeto original, na matéria instalada, que a gente tem um longo histórico de matéria instalada [...] que cobre diversos momentos do arco histórico do prédio. E a gente também pode estar afetando de forma parcial ou total essa materialidade. A gente vai mudar a imagem do prédio, porque ele tem uma determinada cor em função desse envelhecimento ao longo das décadas. Então qualquer que seja a dimensão patrimonial para a qual a gente esteja olhando, ela sofre ou pode sofrer impactos diretos nessa intervenção. (entrevista, 2019)

---

Por outro lado, a preocupação preponderante nas áreas de manutenção da Câmara e do Senado era com a efetividade de intervenções pontuais, tendo em vista a dificuldade em se garantir a estanqueidade no encontro de sistemas diferentes de impermeabilização.

A fase de levantamento e de diagnóstico visavam fornecer maiores subsídios para o encaminhamento da solução. O método, negociado e acertado entre as duas equipes de arquitetura, consistia em levantamento físico e histórico, diagnóstico e valoração. A partir disso, seria possível um posicionamento coeso e fundamentado. As equipes se empenharam em compreenderem o elemento em questão – a plataforma e seus sistemas e materiais constituintes, como a estrutura, a impermeabilização, o escoamento e a pavimentação –, sua relação com o Congresso Nacional, sua história e seu histórico e, por fim, suas patologias e mecanismos de degradação. Na visão de Juliano Carvalho, todo esse conjunto de procedimentos, amparado metodologicamente pelo campo patrimonial, foi positivo e necessário, sobretudo pela complexidade do problema e pelas dimensões do edifício:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Esse ciclo de aproximação à plataforma pelas atuais equipes foi iniciado em 2015 com intenções, definições de escopo preliminares etc., mas em 2017 as equipes começaram

um trabalho de diagnóstico mais sistemático. E a gente fez um grande esforço de sistematização disso tudo, relacionando esses diferentes dados para tentar definir quais eram os mecanismos de degradação incidentes na estrutura, na estrutura lato sensu. Esse conjunto de dados e abordagens de identificação de mecanismos de degradação a partir dos danos e dos agentes ambientais é uma abordagem clássica e padrão, seja no patrimônio cultural, seja no diagnóstico de identificações em geral, e a dificuldade tem a ver justamente com a quantidade de dados, com a extensão do prédio, com a necessidade de correlacionar uma quantidade de informações muito grande. (CARVALHO, entrevista, 2019)

---

Nesse sentido, foram realizados: levantamento topográfico, mapeamento de danos, levantamento histórico, diagnóstico e cenários de tratamento e valoração patrimonial.

A pesquisa histórica identificou, em projetos e processos administrativos e apoiada por bibliografia técnica, as características das soluções adotadas tanto na construção (1957-1960), quanto na ampliação (1968-1970) e em manutenções posteriores. Além disso, identificou registros de ocorrências de infiltrações desde 1976. Verificamos, nessa ação realizada entre 2017 e 2018, que houve a substituição de pelo menos 46% da impermeabilização e do revestimento da plataforma entre 1985 e 2011; que, no trecho sob gestão do Senado, a substituição foi praticamente total, concentrando-se no período entre 1991 e 2011; e que, na área da Câmara, há remanescentes importantes da época da construção. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018, p. 4)

O mapeamento de danos foi realizado ao longo do segundo semestre de 2017, resultando em um conjunto de 62 pranchas que apresentaram informações sobre: materiais constituintes e intervenções anteriores; alterações cromáticas, depósitos na superfície ou através da superfície; estado de conservação das superfícies; alterações das condições estruturais e deformações. (Figura 54 a Figura 58, p.176 a 180)

Por sua vez, o levantamento planialtimétrico realizado removeu indícios de deformações estruturais na plataforma, enquanto a realização de prospecções identificou os materiais constituintes dos sistemas de impermeabilização e revestimento existentes, e caracterizou com mais precisão as áreas de intervenções anteriores (Figura 58, p.180). Ademais, a realização de inspeções termográficas nas lajes dos ambientes do segundo pavimento proporcionou a identificação e localização das infiltrações nas estruturas e de vazamentos na tubulação de escoamento de águas pluviais da cobertura. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018, p. 8)

Com base nessas informações, o diagnóstico identificou catorze mecanismos de degradação (Figura 55, p.177), partindo-se das manifestações patológicas verificadas no mapeamento de danos, que foram correlacionadas

entre si e com as outras informações coletadas: dados históricos, observações in loco, prospecções e levantamentos planialtimétricos. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018, p. 23)

Consolidando esses estudos, o primeiro documento produzido e apresentado às instâncias gestoras foi, portanto, o Relatório dos Sistemas de Impermeabilização, Drenagem e Revestimentos, coordenado pelos arquitetos Danilo Macedo (Câmara) e Juliano Carvalho (Senado) que propôs dois possíveis cenários: i) **reparos pontuais**, limpeza e proteção geral; ii) **substituição integral** de toda a impermeabilização e revestimento (Quadro 2 abaixo). Além disso, apontou as vantagens e desvantagens de cada um deles. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)

Quadro 2 – Síntese dos cenários propostos no Relatório realizado conjuntamente pela Câmara e pelo Senado (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)

Cenário 1	Cenário 2
<b>reparos pontuais, limpeza e proteção geral</b>	<b>substituição integral de toda a impermeabilização e revestimento</b>
<p><b>Vantagens</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção da materialidade original do edifício. A concepção do revestimento de mármore à guisa de mosaico permite a variação cromática decorrente dos sucessivos reparos;</li> <li>- Menor custo de execução;</li> <li>- Menor impacto visual e junto à opinião pública</li> <li>- Mais adequada ao atual contexto político e econômico</li> <li>- Curto prazo</li> <li>- Canteiro otimizado.</li> </ul>	<p><b>Vantagens</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de aplicar materiais novos, com vida útil potencial de longo prazo (30 anos);</li> <li>- Menor custo de manutenção;</li> <li>- Ampla inspeção e diagnóstico do estado de conservação da estrutura de concreto armado, com possibilidade de realização de reparos;</li> <li>- Reformulação dos níveis e caimentos para escoamento de águas pluviais</li> </ul>
<p><b>Desvantagens</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A vida útil dos sistemas existentes pode estar limitada a curto/médio prazo;</li> <li>- Maior custo de manutenção;</li> <li>- Incertezas na identificação exata dos pontos a serem corrigidos, o que levará a obras por aproximação em uma parcela considerável das intervenções;</li> <li>- Possível incompatibilidade entre materiais diversos existentes e os novos materiais empregados;</li> <li>- Criação de uma rotina permanente de pequenas obras de manutenção.</li> <li>- Limitação de diagnóstico e intervenção na estrutura de concreto armado às áreas tratadas.</li> <li>- Poucas possibilidades de correção dos caimentos existentes</li> </ul>	<p><b>Desvantagens</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda da materialidade original do edifício -- com prejuízos a sua autenticidade como bem patrimonial;</li> <li>- Alto custo de execução;</li> <li>- Obra com grande impacto visual e junto à opinião pública (bem patrimonial);</li> <li>- Longo prazo;</li> <li>- A substituição completa dos sistemas não é garantia absoluta de resolução dos problemas de estanqueidade. Não se descarta que uma grande intervenção dessa escala possa trazer problemas imprevistos em escala até mesmo maior que os atuais (caso das obras já feitas no Senado).</li> </ul>

Segundo o arquiteto do Senado, à frente dessa atividade, a indicação dos dois cenários está relacionada à complexidade e dimensão do problema, observando que as intervenções pontuais significariam menos perdas

patrimoniais, aliada a uma expectativa de solução dos problemas de infiltração:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Um cenário de tentar corrigir o conjunto, e corrigir o conjunto significaria retirar todo o revestimento, substituir todo o sistema de impermeabilização e recompor esse revestimento tentando ao menos preservar a camada de revestimento na medida do possível. E essa seria a forma de corrigir enfrentando todos os problemas inerentes a uma grande correção. E o outro cenário seria de tentar evitar uma obra gigantesca, fazendo reparos pontuais, porque ao mesmo tempo que o diagnóstico me indica que há questões que são sistêmicas, ele identifica claramente que os danos, se as principais manifestações patológicas se concentram em algumas áreas [específicas] (CARVALHO, entrevista, 2019)

---

As expectativas iniciais das equipes de arquitetura se mantiveram, após a realização dessa etapa, destacando o cenário de menor intervenção como o mais adequado. (Ver Quadro 2 acima). No entanto, a complexidade intrínseca do sistema de impermeabilização e a grande área da plataforma fizeram com que a equipe optasse, naquele momento, pelo estabelecimento de cenários possíveis, sem um posicionamento formal em favor de nenhum dos cenários descritos. Essa preferência viria a ser consignada em um documento posterior, a Nota Técnica que tratou da valoração patrimonial. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018)

O processo de valoração que se seguiu ao Relatório teve o objetivo de sistematizar os valores culturais da plataforma do Edifício Principal para instruir uma intervenção física de manutenção dos sistemas de impermeabilização, revestimento e drenagem (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018). Esses valores – que são sociais e representam elementos de integração da própria sociedade (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 791) – constituem o próprio sentido do bem em sua condição patrimonial.

Para Juliano Carvalho, do Senado, a valoração como método formal ainda não estava consolidada nas ações conjuntas entre as instituições. Além de considerá-la indispensável do ponto de vista metodológico, o arquiteto a compreende como um instrumento para facilitar a decisão formal e conjunta por um dos dois cenários e, além disso, guiar as decisões subsequentes:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Mesmo em se tratando de um prédio tombado, não há o mesmo consenso ou a mesma facilidade [com relação a outras etapas, como levantamentos e diagnósticos] de diálogo quando se fala na necessidade sistematizar os valores culturais do objeto, dentro dessa equipe tão ampla. Então a ideia [era] de que uma valoração patrimonial poderia nos ajudar a fazer uma definição entre os dois cenários, e que [...] seria um documento importante para guiar as outras decisões subsequentes do projeto[...] Então a SINFRA esteve à frente, eu preparei uma minuta que tentava incorporar os conceitos necessários para trabalhar com valoração, ou seja, tentar entender

quais são os valores e em que atributos esses valores se manifestam. Tentar propor gradações entre esses valores e gradações entre as formas como esses valores se manifestam nos atributos. (entrevista, 2019)

---

Os valores patrimoniais dos diferentes trechos do revestimento da cobertura, seja em sua matéria instalada, seja em sua relação com a forma idealizada previamente à execução foram então sistematizados, em uma “abordagem de manual”, como frisou Juliano CARVALHO (entrevista, 2019), ou seja, de acordo com os procedimentos amplamente aceitos no campo patrimonial.

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** A partir dessa minuta a gente teve uma sessão de discussão bastante franca e aberta e produtiva com os profissionais da Câmara. [...] A gente pôde discutir exaustivamente cada um dos elementos e cada um dos valores e como esses valores se manifestavam ou não. [...] Ao fim daquela sessão teve [um bom nível de consenso], eu acho que não houve grandes discordâncias em relação ao que estava dito ali. Porque justamente como a gente estava discutindo abertamente, somos todos profissionais que conhecemos o prédio, conhecemos Brasília e que entendemos de alguma forma o que é patrimônio, à medida que a gente discutiu, a gente conseguiu ir aparando arestas e chegar em algo que, com as discordâncias pontuais, era válido para as duas equipes. (entrevista, 2019)

---

As equipes construíram o consenso de que, no cenário 1 (reparos pontuais), haveria impacto controlado nos valores simbólico, histórico, arquitetônico e de memória. No cenário 2 (substituição integral da impermeabilização), o impacto seria mais relevante, mesmo contando com o empenho no reaproveitamento de peças do revestimento. Nos encaminhamentos, os arquitetos indicaram que, caso a decisão fosse pelo segundo cenário, seria necessário o reaproveitamento das placas com reinstalação prioritária na mesma posição ou, alternativamente, com reutilização das placas com redimensionamento e que seria fundamental a realização de procedimentos para garantir uma unidade visual da cobertura. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018)

Em outro sentido, o posicionamento dos engenheiros da área de manutenção (da Câmara) sugeriu a adoção do Cenário 2 por não ser possível, segundo seu entendimento, garantir que reparos pontuais na impermeabilização poderiam dar uma solução para o problema, uma vez que a conexão e fundição entre diferentes tipos de impermeabilização – por exemplo, entre as mantas butílicas e as mantas à base de chumbo – não são tecnicamente recomendáveis.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Câmara dos Deputados. Departamento Técnico. Relatório Fotográfico. Patologias estruturais em função da impermeabilização da cobertura do Congresso Nacional.

Na análise dos diretores do DETEC e da SINFRA<sup>11</sup>, prevaleceu o Cenário 2, decidindo-se institucionalmente pela substituição integral da impermeabilização. Para o arquiteto do Senado, Juliano Carvalho (entrevista, 2019), já havia a expectativa de que a decisão entre os cenários fosse uma decisão de gestão, muito embora os arquitetos tivessem predileção por uma intervenção mais contida. Para o arquiteto Élcio SILVA, da Câmara dos Deputados:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** A gente achava que isso deveria ser colocado. [...] Os dois cenários foram colocados, prós e contras, e a gente pediu aos diretores que decidissem e eles decidiram. A gente ainda acha que o cenário 1 de substituição parcial ele era válido, ele continua válido na nossa mente, mas a gente não trabalha sozinho nisso. Então a gente passou a trabalhar com essa nova diretriz. (Entrevista, 2019)

---

Esse processo demonstra que, em um projeto de restauro, de preservação patrimonial, o argumento preservacionista nem sempre é preponderante ante outros argumentos. Mais do que isso, no caso do edifício moderno, como o do Congresso, ele normalmente não entra no jogo em condições de igualdade com outras alegações de ordem técnica, como foi o caso, estratégica, como frequente nos *retrofits*, ou programática, quando dizem respeito a questões de uso, por exemplo. Essa constatação foi exposta por várias vezes nas entrevistas realizadas. Para Sidney Carvalho, arquiteto do Senado, em casos de divergências a tendência é que outros aspectos preponderem sobre o patrimonial: “podem ser interesses infraestruturais, operacionais, conjunturais [...] que, quando em conflito, costumam se sobrepor aos interesses patrimoniais”. (Entrevista, 2018)

O processo não foi concluído em 2019. O encaminhamento está entre uma solução de substituição, mantendo-se a lógica existente de pavimentação assentada sobre uma camada de impermeabilização e proteção mecânica, conforme entendimento do Senado, ou outra baseada em placas removíveis simplesmente apoiada nesse substrato, proposta pela Câmara. Apesar da convergência nas etapas de diagnóstico e valoração, os desdobramentos posteriores à decisão gerencial de substituição integral da impermeabilização são bastantes divergentes, mas o debate ainda está em aberto.

A objetividade do processo de preservação e de restauro almejada durante o desenvolvimento do campo patrimonial no século passado é confrontada com uma realidade na qual são determinantes os posicionamentos subjetivos, que dizem mais sobre o sujeito, sobre seus desenvolvimentos profissionais, suas filiações conceituais, éticas e filosóficas, seu capital cultural e

---

<sup>11</sup> Manifestação conjunta dos Diretores da Sinfra e Detec acerca dos estudos para intervenções na Plataforma do Edifício Principal, de 30/11/2018, assinada por Joelmo de Andrade Borges, engenheiro electricista, Diretor da SINFRA/Senado, e Mauro Moura Severino, também engenheiro electricista, Diretor do DETEC/Câmara. Documento cadastrado no sistema SIGAD/Senado sob o número 00100.164247/2018-62.

suas habilidades em participar desse espaço de negociação , do que sobre o objeto, seus valores e seus atributos.

Duas alterações em espaços físicos para adaptações programáticas

As duas intervenções apresentadas a seguir dizem respeito a alterações em espaços físicos simbólica e arquitetonicamente relevantes no Palácio do Congresso Nacional entre 2015 e 2019. A primeira se refere à inserção de um banheiro feminino no Plenário do Senado. (Quadro 3). A segunda, trata de um conjunto mais amplo de ações surgidas a partir da demanda por re-locação da Presidência da Câmara, denominado na instituição *Plano de Preservação*. (Quadro 4)

★

NO SENADO, a Procuradora da Mulher na instituição, à época, Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), solicitou, em 2015, a divisão do sanitário existente no plenário, que servia apenas ao público masculino, para atender também às mulheres.

Quadro 3 – Criação de um sanitário feminino - Plenário do Senado Federal (CARVALHO, 2015)

Intervenção <b>Criação de um sanitário feminino na área do Plenário do Senado Federal e adaptação do sanitário masculino às normas de acessibilidade</b>	
Instituição <b>Senado Federal</b>	
Ano do Projeto <b>2015</b>	Ano da Obra <b>2016</b>
Local <b>Plenário do Senado Federal. Edifício Principal, 2º pavimento</b>	
Descrição sucinta dos principais serviços: <ul style="list-style-type: none"><li>- Criação de um sanitário feminino e masculino acessíveis a pessoas com deficiência por meio da divisão do espaço anteriormente existente em dois, com complementação de parede existente, sem demolições de alvenarias.</li><li>- Concentração das instalações sanitárias na parede central (que divide os dois espaços);</li><li>- Substituição de louças sanitárias</li></ul>	

Foi uma intervenção, embora pouco significativa em termos de área, mas relevante para o nosso debate pois se localiza no espaço de maior carga simbólica e de maior importância institucional do Senado: o plenário (Figura 60, p.183). É o que vemos na reflexão de Juliano Carvalho, ponderando sobre outros valores importantes do espaço:

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Apesar de ser só um banheiro, ele tem algum valor relevante dentro do Palácio do Congresso. Primeiro, porque ele faz parte do Plenário fisicamente e da dinâmica do Plenário que é o espaço principal é a razão de ser do Palácio. Segundo, porque nessa dinâmica de transformações físicas no Plenário ao longo das

décadas, algumas muito relevantes, a configuração geral do banheiro permaneceu a mesma. Então ele é um dos elementos de continuidade nesse espaço, seja continuidade no sentido daquele volume no meio dos outros espaços do Plenário, seja o interior dele mesmo. Então do ponto de vista puramente físico é isso, e eu acho que tem uma outra característica que está diretamente relacionada à demanda, é que o fato de ser um banheiro masculino exclusivamente masculino, diz muito do que era o Brasil em 1960 e, portanto, ele permitiu outras inferências históricas para além das puramente arquitetônicas. (Entrevista, 2018)

---

É um elemento que não fazia parte da concepção original do Palácio (Figura 61, p.184). Em 1978, o amplo *foyer* foi compartimentado para a criação do banheiro masculino que, por sua vez, foi dividido nessa intervenção da qual estamos tratando (CARVALHO, 2015). Ao longo da trajetória do edifício, o espaço em questão foi se modificando para adaptar-se às demandas de uso.

Anteriormente à reforma, o sanitário atendia exclusivamente aos senadores do gênero masculino e não era acessível a pessoas com deficiência; as senadoras usavam o banheiro existente no *Café dos Senadores*, adjacente ao plenário.

Segundo Juliano CARVALHO (2015, p. 5), um estudo anterior sobre a significância do Palácio do Congresso<sup>12</sup> foi utilizado para guiar as escolhas do projeto de intervenção, indicando a necessidade de compatibilizar o atendimento à atividade parlamentar, incluindo seus sentidos simbólicos, com a preservação de outros significados, que se referem ao elemento na sua condição de documento histórico, de repositório da memória do trabalho envolvido na construção e de base para experiências estéticas.

O objetivo do projeto foi transformar o banheiro masculino existente em um conjunto de sanitários, masculino e feminino, ambos acessíveis a pessoas com deficiência, reconfigurando o espaço físico e adaptando as instalações à legislação e às normas técnicas vigentes (CARVALHO, 2015). Não era, portanto, um problema oriundo de preservação, mas sim um problema de arquitetura que pressupunha contexto patrimonial, uma intervenção que deveria também se pautar por princípios de preservação. Segundo o arquiteto:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Naquele momento eu não achava que isso contribuiria para preservação. E eu acho que a preservação entrou, não como um objetivo a atender, mas como um pressuposto,

---

<sup>12</sup> Juliano Carvalho se referiu à Nota Técnica nº 11/2013 que trata da recuperação dos panos de vidro e do sistema de brise-soleil do Anexo I do Senado Federal (CASTRO, CARVALHO, *et al.*, 2013). Essa Nota Técnica deu origem a um artigo apresentado no XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado – CICOP, em Bauru. (CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014)

uma questão paralela ou um condicionante importante. (Entrevista, 2018)

---

Para Juliano CARVALHO (2015, p. 5), o projeto atendeu a questões legais e simbólicas relacionadas ao bem, com alterações que não causaram impacto no Plenário propriamente dito e se inseriram de forma cautelosa no espaço existente. Os resultados convergiram, segundo ele, para a necessidade de compatibilizar o atendimento à atividade parlamentar e seus sentidos simbólicos com a preservação de outros valores, como histórico e estético. (CARVALHO, 2015, p. 5)

O projeto foi elaborado em 2015 e a obra ocorreu entre o final de 2015 e início de 2016. A preocupação com a preservação da materialidade, já consignada na fase de projeto, foi observada durante a execução da obra. Esse cuidado, para Juliano Carvalho, dá legitimidade à intervenção sob a ótica patrimonial:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Houve uma série de procedimentos para garantir a preservação desse material no sentido de que, desde o mapeamento, o levantamento inicial, que não foi só um levantamento físico, mas foi um mapeamento de danos, com levantamento exaustivo de paginação, até um acompanhamento muito cuidadoso na obra que lutou por cada uma dessas placas de mármore, tentou ter uma série de procedimentos profissionais que dão a legitimidade dessa obra sob o ponto de vista patrimonial. (Entrevista, 2018)

---

Como tem sido regra no Senado, as intervenções realizadas na área tombada sempre são realizadas considerando-se as questões patrimoniais envolvidas. Essa obra representa bem essa preocupação, tanto pela utilização de métodos próprios já consolidados no campo, que incluem levantamento físico e de danos, levantamento histórico e reflexões sobre valores culturais, quanto pelas decisões de projeto que se limitaram às mínimas intervenções possíveis para atender à demanda programática (Figura 59 e Figura 60, p.181 e 183). Além disso, reconhece o valor das transformações ocorridas historicamente no espaço e a necessidade de novas mudanças para que o edifício possa se manter adequado ao seu uso e sua função, assegurando sua vitalidade.

★

A Câmara desenvolveu em 2016 um projeto de reorganização interna no prédio, baseado em uma concepção dos anos 1980, e que constitui mudanças significativas nos espaços. (Quadro 4)

Intervenção <b>Plano de Preservação da Câmara dos Deputados – Edifício Principal</b>	
Instituição <b>Câmara dos Deputados</b>	
Ano do Projeto <b>2016</b>	Ano da Obra <b>2018 (primeira etapa)</b>
Local <b>Edifício Principal – Câmara dos Deputados – Térreo e Segundo Pavimento.</b>	
Descrição sucinta dos principais serviços: <ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Setorização de atividades e reconfiguração de ambientes e circulações;</b></li><li>- <b>Alteração no local da Presidência da Câmara;</b></li><li>- <b>Criação de salas de reuniões de lideranças em locais ocupados por agências bancárias;</b></li><li>- <b>Criação de área de recepção de visitantes e criação de nova área para localização dos caixas eletrônicos.</b></li></ul>	

O então Presidente da Casa queria, segundo Élcio Silva, “mudar a presidência para uma área que tenha a importância, que reflita a importância da presidência e do Palácio”. (Entrevista, 2019) Inicialmente proposta pelo parlamentar para uma área considerada inadequada pelos arquitetos, no espaço do Café, ao lado do Salão Verde, a solução encaminhada pela equipe destinou uma outra área, contígua ao Salão Nobre, com ampla visão da Esplanada dos Ministérios (Figura 64, p. 188). Segundo o arquiteto da Câmara, tratava-se de uma solicitação que vinha de outras legislaturas:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** Aí o que a gente fez foi resgatar uma proposta da década de 80, não porque a gente achasse que ela fosse a melhor, talvez para ser implementada, mas ela era uma resposta melhor do que a que ele estava colocando. E dentre todas elas, ela era um projeto que foi elaborado na década de 80, orientado pelo Oscar. [...] é uma forma até de dizer assim, olha tem história aqui por trás. (Entrevista, 2019)

---

Com a anuência da Presidência da Câmara para essa alternativa, o Departamento Técnico vislumbrou a oportunidade de fazer uma ressetorização interna de maior abrangência para o Edifício Principal, pautada por uma visão de reorganização do Palácio que tem sido tratada internamente por Plano de Preservação. Como ressaltou o arquiteto Danilo Macedo:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** Não vamos falar só de colocar o gabinete da presidência, vamos pensar em termo então de como é que deve ser ressetorizado o edifício principal à luz de uma estratégia de preservação mais ampla, nós já temos acúmulo para isso. (entrevista, 2019)

---

O projeto se propôs a resgatar valores da configuração original do edifício, dentre eles a setorização clara em blocos separados por largas circulações.

Essa configuração original remetia ao Anteprojeto 2 de 1959, sem descartar algumas alterações posteriores, como a criação do bloco sul destinado à Comissão Diretora<sup>13</sup>, e o acréscimo da plataforma de 1968-1970, destinado às lideranças partidárias. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017) (Figura 66, p.190)

Assim, foi reconfigurado trecho do espaço interior do Edifício Principal, criando “blocos” de ambientes no subsolo, pavimento inferior e pavimento superior:

A presidência da Câmara ocuparia a ala frontal (oeste) do bloco sul, reconquistando seu local original, com as seguintes vantagens: melhor espacialidade da sala do presidente, com pé-direito duplo e vista para a Esplanada dos Ministérios; possibilidade de recepção de autoridades diretamente pela varanda; acesso independente ao plenário pelo piso inferior; acesso direto ao comitê de imprensa para a realização de coletivas, quando desejado pelo presidente. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Outros órgãos foram contemplados, como o Comitê de Imprensa, a Secretaria-Geral da mesa e lideranças partidárias. Atividades de apoio, em especial os bancos, tiveram seus espaços reduzidos. Pretendeu-se, com essas alterações, recuperar a clareza de circulação necessária à orientação do transeunte e facilitar o fluxo para os anexos com a instalação de uma nova escada ao final da circulação (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). A primeira etapa de obras foi concluída em 2019, com a criação de uma sala para a reunião das lideranças partidárias (Colégio de Líderes) no local anteriormente ocupado por agência bancária. (Figura 61 a Figura 66, p.184 a 190)

★

AS ALTERAÇÕES PROJETADAS E REALIZADAS pela Câmara dos Deputados, assim como as do Senado, sustentam-se na necessidade de gerir transformações para que a preservação seja viável e efetiva. Essa intervenção se propôs inclusive a reorganizar o espaço do Edifício Principal, considerado excessivamente fragmentado, a potencializar o uso parlamentar em seus ambientes, privilegiando a atividade-fim do órgão e a incrementar a fruição arquitetônica interna do bem.

Essas preocupações fundamentaram os arquitetos para a realização de alterações mais profundas, valorizando a ideia de organização espacial do projeto em detrimento da materialidade atual. A referência histórica utilizada foi o segundo anteprojeto apresentado por Niemeyer, em 1957, um ponto da concepção do edifício anterior às modificações que foram

---

<sup>13</sup> Mesa ou Comissão diretora, na Câmara e no Senado, são órgãos colegiados compostos por parlamentares eleitos pelos seus pares a cada legislatura de dois anos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidentes (dois) e Secretários (quatro), além de quatro suplentes (<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/comissao-diretora>). Por extensão, refere-se também às mesas posicionadas em local de destaque no interior dos plenários, destinadas à acomodação dos membros do órgão colegiado nas sessões legislativas.

empreendidas nas etapas posteriores do projeto que pautaram a execução da construção inaugurada em 1960.

No Senado, houve uma abordagem distinta, primeiro pela escala da demanda e da intervenção, que era menor, mas também por uma postura de preservação na qual o percurso histórico e a materialidade emergem como valores de grande relevância. Além disso, a atenção à menor intervenção possível frente às demandas programáticas e técnicas esteve presente em todo o processo.

No Parte III da tese, essas questões retornarão e serão confrontadas com as disposições do marco teórico atual de preservação.

#### Adaptações para acessibilidade nos Plenários da Câmara e do Senado

O PRINCIPAL PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL é o de elaborar, debater, aperfeiçoar e aprovar as leis em nível federal no Brasil. Os plenários acolhem os órgãos formados pelo conjunto de senadores, no Senado, e de deputados, na Câmara. As sessões plenárias, deliberativas, não deliberativas e solenes são realizadas nesses ambientes. As sessões conjuntas do Congresso Nacional ocorrem no plenário da Câmara dos Deputados.

Os plenários da Câmara e do Senado são os principais espaços do Congresso Nacional, que simbolizam o Parlamento e abrigam, efetivamente, os debates mais relevantes da atividade legislativa federal. A arquitetura do Palácio corroborou essa relevância na medida em que deu destaque à composição plástica dos dois ambientes. Essa ideia de transpor para a imagem do edifício esses dois elementos esteve presente em todo o percurso da concepção arquitetônica de Oscar Niemeyer, como apontado em artigo elaborado com Sidney CARVALHO (CASTRO e CARVALHO, 2010) e principalmente na pesquisa de Élcio SILVA (2012; 2014).

Esses espaços adquiriram sua feição atual no início dos anos 1970, quando diversas alterações com relação à configuração de 1960, sobretudo de acabamentos e de ambientação, foram realizadas. Em ambos, o ambiente do Plenário se constitui essencialmente de uma área com bancadas para os parlamentares; de um elemento destacado em altura para a mesa diretora, de onde se conduzem as sessões, e para duas tribunas destinadas aos discursos dos congressistas; e de galerias para os cidadãos acompanharem as sessões.

A preocupação com a acessibilidade às mesas diretoras se tornou mais relevante nos anos 2000, resultando em uma série de projetos realizados nas duas Casas que se materializaram na década seguinte, como veremos abaixo.



PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA, foi elaborado um projeto, em 2006, pela equipe interna coordenada pelo arquiteto Fabiano Sobreira. Esse projeto, que contou com a concordância do arquiteto Oscar Niemeyer, tinha o propósito de solucionar o problema da acessibilidade por uma estratégia passiva, apenas com a instalação de uma rampa que desse acesso à mesa diretora e às tribunas laterais. (Quadro 5)

Quadro 5 – Acessibilidade Física – Edifício Principal, Plenário da Câmara dos Deputados (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Intervenção <b>Acessibilidade Física, Plenário Ulysses Guimarães, Câmara dos Deputados – Edifício Principal</b>	
Instituição <b>Câmara dos Deputados</b>	
Ano do Projeto <b>2006</b>	Ano da Obra <b>2014</b>
Local <b>Edifício Principal – Câmara dos Deputados – Segundo Pavimento.</b>	
Descrição sucinta dos principais serviços: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de uma rampa para acessibilidade às tribunas e à mesa diretora do Plenário;</li> <li>- Rebaixamento da altura da mesa diretora, com demolição da laje anterior e construção de uma nova estrutura;</li> <li>- Deslocamento do mobiliário sobre a área elevada;</li> <li>- Instalação de plataformas elevatórias nas tribunas laterais</li> </ul>	



Figura 51 - Congresso Nacional, Brasília, DF. (Arquitetura Oscar Niemeyer, 1957-1960). Adequação para acessibilidade física no Plenário Ulysses Guimarães, Câmara dos Deputados, . DETEC, 2006-2014. Foto do autor, 2019.

Essa solução substituiria a condição anterior, na qual havia uma plataforma elevatória bastante ressaltada no ambiente. A intervenção previa

construção de rampa, rebaixo do piso da área elevada em aproximadamente trinta centímetros e recolocação do mobiliário. Posteriormente, a solução migrou para uma condição híbrida, que combinava o acesso passivo pela rampa e pequenas elevações nas tribunas para ajustes na altura do piso por meio de plataformas eletromecânicas. (Figura 51 e Figura 68 a Figura 72, p. 193 a 197)

O arquiteto da Câmara, Fabiano Sobreira (Entrevista, 2019), relatou que foram realizados vários testes, que inúmeras tentativas foram verificadas a fim de se alterar o mínimo possível a configuração do plenário e realizar a menor intervenção possível. Segundo ele, a condição anterior, com a plataforma elevatória, era pior para a preservação, pois causava interferências visuais na leitura do plenário. Ele ressaltou que, na intervenção efetivamente executada, ao contrário, não há a presença de novos elementos visíveis no plenário.

A intervenção realizada não se sobressai no ambiente e nem é perceptível sem que se tenha prévio conhecimento do fato, pois não há elementos evidentes que permitam uma comparação imediata entre a situação atual e a anterior. No entanto, alterações significativas ocorreram, como o rebaixo em trinta centímetros da laje elevada e o deslocamento do mobiliário sobre essa laje em direção ao salão do plenário. A rampa se desenvolve por trás da área elevada, rente ao painel de Athos Bulcão.

Não há comprometimento da leitura arquitetônica do Plenário, se tomarmos como referência o ambiente em sua configuração anterior, e se considerarmos que as alterações não se fazem presentes explicitamente.

★

No Senado, houve três projetos a partir de 2006 com o objetivo de dotar a mesa diretora do Plenário de acessibilidade (Quadro 6). O primeiro foi elaborado em nível de estudo preliminar no escritório de Oscar Niemeyer em 2007/2008, propondo a construção de uma rampa até a tribuna e outra, da tribuna ao nível da mesa. A solução implicaria uma mudança na geometria da laje elevada da mesa diretora, em alteração completa na configuração das duas tribunas laterais e ainda previa o remodelamento do mobiliário do Plenário com o fim de viabilizar as transformações pretendidas. (Figura 52, p. 166)

Sobre esse projeto, o IPHAN se posicionou em 2009 nos seguintes termos:

A proposta de solução para inserção de uma rampa parece pertinente à resolução da acessibilidade, sem causar alterações na implantação na mesa do plenário, que deve ser mantida [...]. No entanto, a proposta para uma nova solução para os parlatórios [tribunas] se mostra igualmente pertinente, porém para que ambas sejam devidamente analisadas e ratificadas seria fundamental o encaminhamento dos desenhos que revelem com precisão o dimensionamento, bem como os materiais e o grau de alteração nas estruturas existentes. Destaca-se ainda que é imprescindível que qualquer alteração tanto do parlatório, quanto na mesa da presidência da casa ou na mesa dos Senadores, mantenha o mesmo mobiliário

existente, cuja qualidade é atestada pela autoria da L 'Atelier, assim como as típicas poltronas em couro azul e estrutura de alumínio assinadas por Charles Eames, que constituem portanto, como bens móveis integrados ao bem.<sup>14</sup>

Quadro 6 – Acessibilidade Física – Edifício Principal, Plenário do Senado Federal (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

<b>Intervenção</b>	
<b>Acessibilidade Física – Plenário do Senado Federal – Edifício Principal</b>	
Instituição	
<b>Câmara dos Deputados</b>	
Ano do Projeto	Ano da Obra
<b>2006 (Projeto Oscar Niemeyer não executado)</b>	<b>2018-2019</b>
<b>2013 (Projeto Senado Federal não executado)</b>	
<b>2018 (Projeto Senado Federal executado)</b>	
Local	
<b>Edifício Principal – Senado Federal – Segundo Pavimento.</b>	
Descrição sucinta dos principais serviços:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Criação de uma rampa para acessibilidade às tribunas e à mesa diretora do Plenário;</b></li> <li>- <b>Demolição de trecho da laje da área elevada para inserção da rampa;</b></li> </ul>	

Como a proposta estava em nível de estudo preliminar, e não havia uma solicitação formal para licenciamento, o posicionamento do Instituto foi preliminar como a consulta feita pelo Senado. A preocupação maior do IPHAN era com o mobiliário existente, em especial a mesa diretora (mesa principal na área elevada), as bancadas, os anteparos das tribunas e as poltronas. Uma alteração significativa que não fez parte das considerações do Instituto era na forma e na distribuição das bancadas, que passariam de curvas a retilíneas, alterando profundamente a leitura do plenário.

Para o arquiteto Juliano Carvalho, o projeto do escritório Oscar Niemeyer não se mostrava adequado devido ao seu impacto excessivo e desnecessário ao Plenário:

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Quando a demanda foi retomada pela coordenação em que eu trabalhava, eu e os outros envolvidos no projeto – eu era arquiteto responsável – analisamos esse projeto e decidimos não desenvolvê-lo para executivo e nem executá-lo porque ele implicava não somente na instalação das rampas, mas na transformação completa das Tribunas e não só de uma, mas das duas para que o arranjo fosse simétrico. Então a gente tinha rampa de um lado só, mas destruía as duas tribunas existentes e criava duas novas. E a gente entendeu que esse era um impacto não somente excessivo, mas

<sup>14</sup> Expediente sem numeração encaminhado ao Senado Federal pela Superintendência do IPHAN no DF em 17 de dezembro de 2009, assinado pelo Superintendente Substituto, Guilherme Cabral Júnior, em resposta a um caderno com diversas propostas para o Senado Federal de autoria do escritório de Oscar Niemeyer por meio do Ofício nº16/2009-SENG. Nesse caderno estava incluído o projeto de acessibilidade em questão.

desnecessário e, portanto, decidimos não executar o projeto. (Entrevista, 2019)

---



Figura 52 - Congresso Nacional, Brasília, DF. (Arquitetura Oscar Niemeyer, 1957-1960). Adequação para acessibilidade física no Plenário do Senado., SINFRA, 2018. Foto do autor, 2019.

Diante dessa decisão, um segundo estudo preliminar foi desenvolvido pela equipe do Senado. Nessa nova proposta (2013), o problema da acessibilidade seria solucionado por meio de uma plataforma elevatória eletromecânica que daria acesso apenas a uma tribuna (Figura 75, p.201). Para essa escolha, foram verificadas diversas possibilidades, incluindo rampas, rebai-xos, acessos frontais ou posteriores. Havia pontos sensíveis: a mesa dire-tora não seria atendida nesse momento, uma vez que a plataforma não se adequaria normativamente para atender a essa área; e haveria a necessi-dade de intervenção no painel de Athos Bulcão. O arquiteto explicou a pro-posta:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Essa plataforma elevatória para estar dentro da norma tinha que ser um acesso para a Tribuna e não esse acesso para a mesa pela porta dos fundos, porque não havia altura suficiente para atender a norma de plataforma por essa porta dos fundos. E implicava também, para que não houvesse demolições, numa intervenção no painel de Athos Bulcão que era tombado individualmente, que fica junto da tribuna. Então para não mexer na tribuna e nem causar demolições, a gente teria que fazer uma intervenção de adaptação no painel, que significaria transformar, fazer algumas das aletas metálicas que compõem o painel, móveis. Isso implicaria em cortar as aletas, inserir dobradiças que seriam movimentadas de acordo com a necessidade e viabilizar a passagem da plataforma. Esse projeto foi

desenvolvido até o nível do Executivo, foi orçado, e tentamos licitá-lo mais de uma vez. (Entrevista, 2019)

---

Três tentativas de licitação para o fornecimento e instalação da plataforma foram fracassadas por dificuldades dos licitantes em apresentar o equipamento de acordo com as especificações. Em 2018, a Diretoria-Geral solicitou novamente uma solução definitiva ao problema, que desse acesso à mesa diretora e às tribunas. A solução anterior foi revista tanto pelas dificuldades de contratação quanto por uma reavaliação técnica e conceitual da intervenção. O uso da plataforma poderia causar desconforto ao usuário e constrangimento por eventuais falhas. Além disso, houve uma reavaliação no conjunto de valores patrimoniais envolvidos, como relatou o arquiteto:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Depois desse tempo todo, a gente entendeu que a solução sem demolição, mas com a inclusão de um equipamento mecânico, com as dificuldades no equipamento mecânico, seja de manutenção, seja de quebra, seja de imprevisibilidade, não seria desejável naquele lugar. E que faria mais sentido aceitar algumas demolições, evitando por um lado intervir no painel de Athos Bulcão, que é um elemento artístico em que uma intervenção física, nesse nosso segundo entendimento seria mais grave. A gente entendeu que seria mais aceitável ter algumas demolições, porém evitando mexer no painel e evitando equipamento mecânico e foi feito um novo projeto com duas rampas sucessivas, uma até a Tribuna e outra até a mesa diretora, o que foi em essência uma retomada do projeto que já existia, do escritório do Niemeyer. Só que a solução foi feita, em vez de demolir as Tribunas existentes a gente manteve as duas Tribunas, manteve em grande medida a aparência do Plenário e, assim, a solução com duas rampas começou a parecer aceitável. [...] E é um arranjo que hoje, olhando retrospectivamente, me parece aceitável e adequado, porque mais uma vez houve uma preocupação com o patrimônio, com acessibilidade como ponto de corte, mas dessa, e é uma solução totalmente de compromisso, porque nem houve preservação total, nem houve o atendimento total à norma, mas atingindo aos objetivos, conciliando o máximo possível esses condicionantes, que para nós foram essenciais. (Entrevista, 2019)

---

A intervenção, ocorrida em 2018 e 2019, resultou de uma preocupação do arquiteto – e da equipe do Senado de maneira geral – em proporcionar o atendimento à demanda com a menor perda possível de valores, conforme ressaltado nas entrevistas realizadas e nos documentos produzidos. Nesse conjunto de valores, a imagem e a percepção arquitetônica do ambiente, bem como a materialidade estavam em jogo. (Figura 76 a Figura 78, p.202 a 204)

A opção por rebaixar o nível da mesa diretora não se fez preponderante, seja na primeira alternativa, com plataforma, seja na segunda, com rampa, tendo em vista a preocupação com a extensão das perdas materiais irreversíveis. No projeto executado, as perdas materiais são mínimas.

A rampa parte do lado posterior da parede curva, faz a curva avançando pelo salão principal do Plenário para alcançar a tribuna do outro lado, junto ao painel de Athos Bulcão. Ao perfazer esse caminho, o novo elemento comparece arquitetonicamente, inserindo-se na leitura do ambiente, muito embora não o faça com muitos sobressaltos. Integra-se ao existente, mas ao mesmo tempo é perceptível, conforme avaliação do próprio arquiteto.<sup>15</sup>

Além disso, por ser uma estrutura metálica independente, sobreposta, pode ser removida a qualquer tempo, sem maiores danos ao ambiente, atendendo ao princípio da reversibilidade ou retrabalhabilidade. Seria necessário apenas recompor o revestimento têxtil.

As intervenções da Câmara e do Senado para a acessibilidade em seus plenários se diferem com relação a abordagem patrimonial e apontam para caminhos diferentes de preservação. A extensão da intervenção na materialidade e na configuração espacial existente, se mostra-se como ponto divergente entre os projetos. A intensidade das transformações no ambiente se mostra diferente.

A solução implementada na Câmara alterou com maior ênfase a matéria, por meio da demolição de trecho da estrutura em concreto, e a espacialidade, pela diminuição no nível do piso da mesa diretora. A espacialidade resultante, por sua vez, apresenta-se menos diferenciada conscientemente. A leitura fluida do espaço atual remete à leitura fluida do espaço anterior, ainda que a nova altura da mesa tenha efeitos simbólicos diferentes e a sua posição avance em direção ao salão, de maneira menos harmônica. E, por fim, a intervenção não é distinguível.

A obra do Senado, entretanto, manteve os elementos que conformam o espaço geometricamente intactos, resguardando as suas proporções e mantendo as posições relativas do mobiliário. No entanto, inseriu um novo elemento que, por mais discreto que seja, quebra a simetria arquitetônica do ambiente. E assim se faz presente. Anuncia-se como uma intervenção no bem.

Em ambos os casos, há uma clara relação dialógica – e não antagônica – entre transformações e permanências que incidem sobre um bem patrimonial. Esse diálogo já vem sendo explorado no marco teórico de preservação do moderno com maior propriedade desde o Documento de Madri (ICOMOS. ISC20C, 2011). É uma questão que será analisada no Capítulo 10, confrontando a prática com princípios já debatidos na bibliografia.



---

<sup>15</sup> Conforme visita técnica realizada ao local, com o arquiteto Juliano Carvalho, em 14/10/2019.

As cinco intervenções apresentadas acima, na Câmara e no Senado, são uma amostra representativa qualitativamente de como a preservação é realizada no Congresso Nacional, combinando atuações compartilhadas, como no caso da plataforma, com restritas ao âmbito de cada instituição.

A dinâmica do Palácio requer continuamente intervenções de manutenção e de adaptações em seus espaços para que as casas legislativas possam cumprir suas atribuições constitucionais, institucionais e simbólicas. Em cada uma dessas intervenções se configura um campo de negociações que é determinante para a preservação. Nesse campo, o edifício emerge como um objeto político a ser disputado por diversos agentes, pessoas e instituições, para que seus interesses e posicionamentos prevaleçam.

E, nessa arena, as instituições e os profissionais comparecem com seus capitais simbólicos constituídos, dentre outros fatores, pelas próprias abordagens de preservação desenvolvidas e disputadas no campo patrimonial, pela ação prática, mas principalmente pela reflexão crítica em cima da ação prática levada ao debate interno e externo.

O desenvolvimento do campo patrimonial no final do século passado, compreendendo o debate específico sobre os bens do movimento moderno, não se limitou ao âmbito conceitual. A compreensão da dinâmica de campos da teoria de Bourdieu, bem como sua aplicação à arquitetura trazida por Gary STEVENS (2003), representou uma luta pela legitimidade da prática da preservação entre o próprio campo patrimonial e a crescente participação do *campo da arquitetura*. Seus agentes, notadamente arquitetos, requisitaram e conquistaram espaços cada vez mais significativos no debate patrimonial, inserindo suas demandas, seus pontos de vista, seus métodos e seus procedimentos na pauta da preservação.

Desse processo, Otero-Pailos (2012) notou uma maior participação de escritórios de renome em intervenções em bens patrimoniais, bem como uma maior permissividade nessas intervenções a interpretações e soluções não ortodoxas com relação à teoria vigente (OTERO-PAILOS, 2018). Como ilustração, ressalto os casos citados dos elementos contemporâneos simbólicos inseridos em bens históricos, como a estrutura metálica de Venturi e Scott-Brown no Franklin Court, em Filadélfia, e a pirâmide de vidro de I. M. Pei, no Museu do Louvre, em Paris, já citados (Ver Figura 9 e Figura 10, p.50 e 51). Seguindo nesse raciocínio, a reavaliação do papel do projeto nos valores patrimoniais, como demanda de arquitetos envolvidos com bens modernos, foi uma pauta trazida pelo campo arquitetônico e já incorporada ao patrimonial, vide a Carta de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017) e o posicionamento da *Association for Preservation Technology* (FIXLER, 2017).

Essa correlação entre o campo patrimonial e o campo da arquitetura se observa também no Congresso Nacional, reforçando os indícios

decorrentes da análise da literatura. Os arquitetos da Câmara e do Senado transitam cotidianamente entre os dois campos e se situam em sua interseção. As realidades administrativas refletem e favorecem esse movimento. Enquanto, na Câmara, a equipe responsável pela preservação tem também a atribuição de elaborar projetos de novos edifícios, no Senado, arquitetura e patrimônio histórico são atribuições diluídas na *Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura*. Ou seja, em ambos os casos, a atuação profissional dos arquitetos se situa, administrativamente, na área de abrangência de ambos os campos.

A preservação do edifício moderno, principalmente os de dimensões e características de uso similares ao Congresso Nacional, tende a se situar de maneira intensa e indissociável na interseção entre esses campos. Categorias conceituais, teóricas e operacionais de preservação precisam ser aplicadas em conjunto com as mesmas disposições do campo da arquitetura.

Segundo Zaia BRANDÃO (2010, p. 232), os agentes de um campo social possuem a capacidade de circular entre diferentes campos sociais. A destreza nessas transições está relacionada ao capital cultural que o agente detém bem como ao conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinadas maneiras, ao produto da socialização ou da enculturação, ou seja, o *habitus*. (STEVENS, 2003, p. 71)

Somada à habilidade de trânsito entre os campos, é a vontade de *jogar o jogo* verificada por Bourdieu, a qual chamou de *illusio*, e que estabelece uma relação de cumplicidade entre as estruturas individuais dos agentes e as estruturas do campo (OLIVEIRA, 2005). Esse engajamento pode ser observado na iniciativa dos arquitetos da Câmara, Danilo Macedo e Élcio Silva, na ação de fundarem o núcleo DOCOMOMO Brasília, em 2007, trazendo para o âmbito local o debate institucionalizado internacionalmente e reconhecendo a necessidade de refletir sobre as peculiaridades da prática da preservação em Brasília<sup>16</sup>. Segundo Danilo Macedo (Entrevista, 2019), a ideia, com a instalação da seção do Docomomo em Brasília, era a de integrar a cultura mais ampla de preservação à realidade local.

O engajamento pode ser visto na filiação do arquiteto Juliano Carvalho, do Senado, ao ICOMOS, reforçando certo alinhamento conceitual que se fundamenta na preservação tradicional e na Carta de Veneza. (Entrevista, 2019)

---

<sup>16</sup> Segundo o sítio web do núcleo, seus objetivos específicos eram: i) funcionar como fórum interinstitucional para o estabelecimento de práticas de documentação e conservação da arquitetura e do plano urbanístico de Brasília; ii) Incentivar o tombamento individual dos edifícios de Brasília; iii) Promover a aproximação entre a comunidade profissional de arquitetos e a comunidade acadêmica de pesquisadores relacionados à documentação e conservação da Arquitetura Moderna. <https://docomomobsb.wordpress.com/page/9/>, acessado em 13/11/2019

Os alinhamentos conceituais relacionados ao engajamento ao campo, à *vontade de jogar o jogo*, têm reflexos em atuações dos arquitetos, em suas formas de abordagem e em decisões projetuais e, dessa forma, fomentam o debate sobre o objeto patrimonial, em nosso caso, o Congresso Nacional. Esse debate faz parte do contexto em que o próprio edifício se converte em um objeto político, disputado por diversos agentes em nome da consecução de seus interesses e da busca por hegemonia de seus posicionamentos. E, uma vez reconhecido como objeto político, deve-se reconhecer que essa disputa revela o caráter subjetivo do processo de preservação, visto que não são apenas disposições do objeto que estão em jogo, mas a intenção de fazer preponderar categorias subjetivas dos agentes envolvidos. Esses pontos relacionados ao campo patrimonial – o edifício como objeto político e a intersubjetividade na preservação – serão tratados no capítulo seguinte.

★







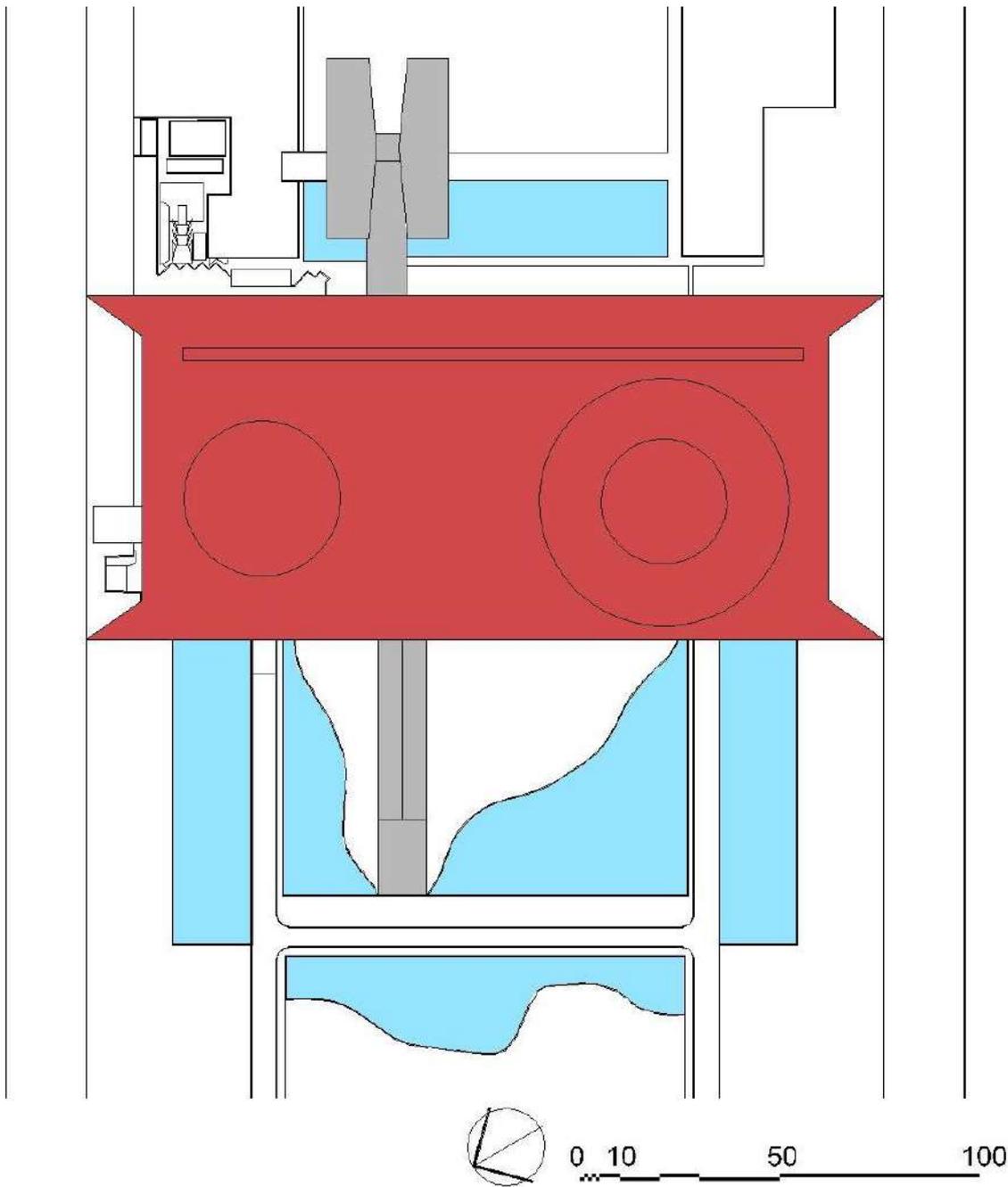


Figura 53 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Locação. Fonte: DETEC/SINFRA.

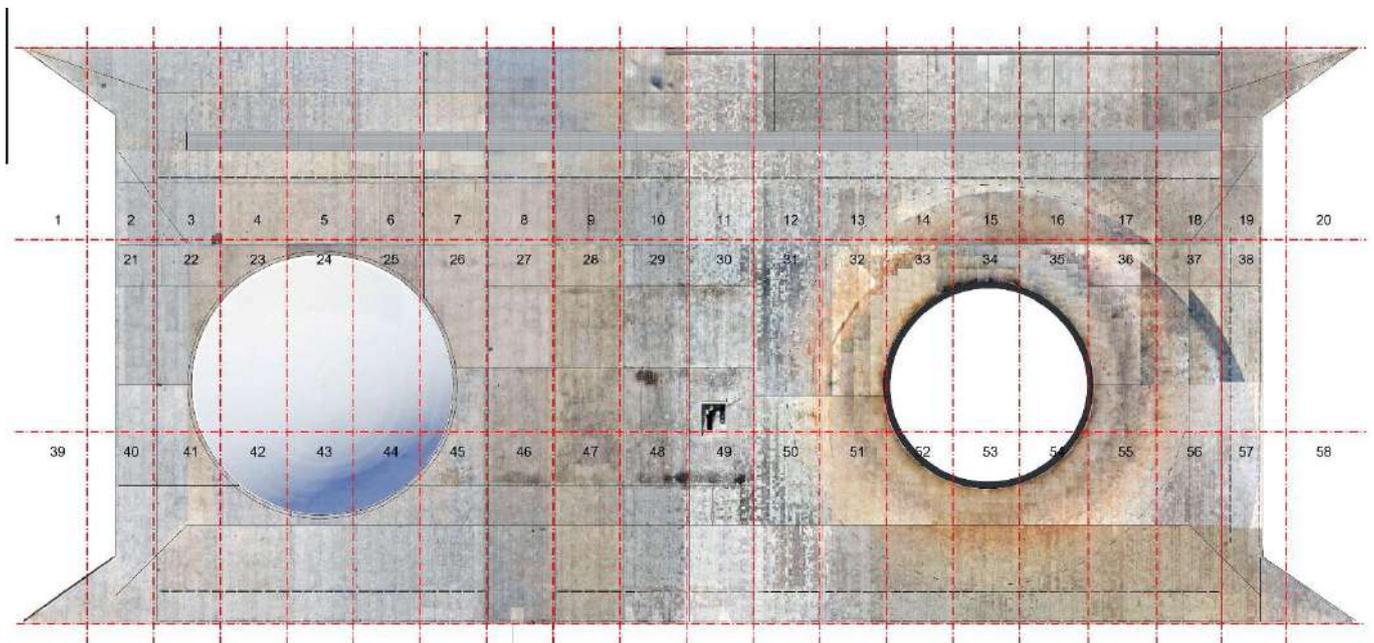
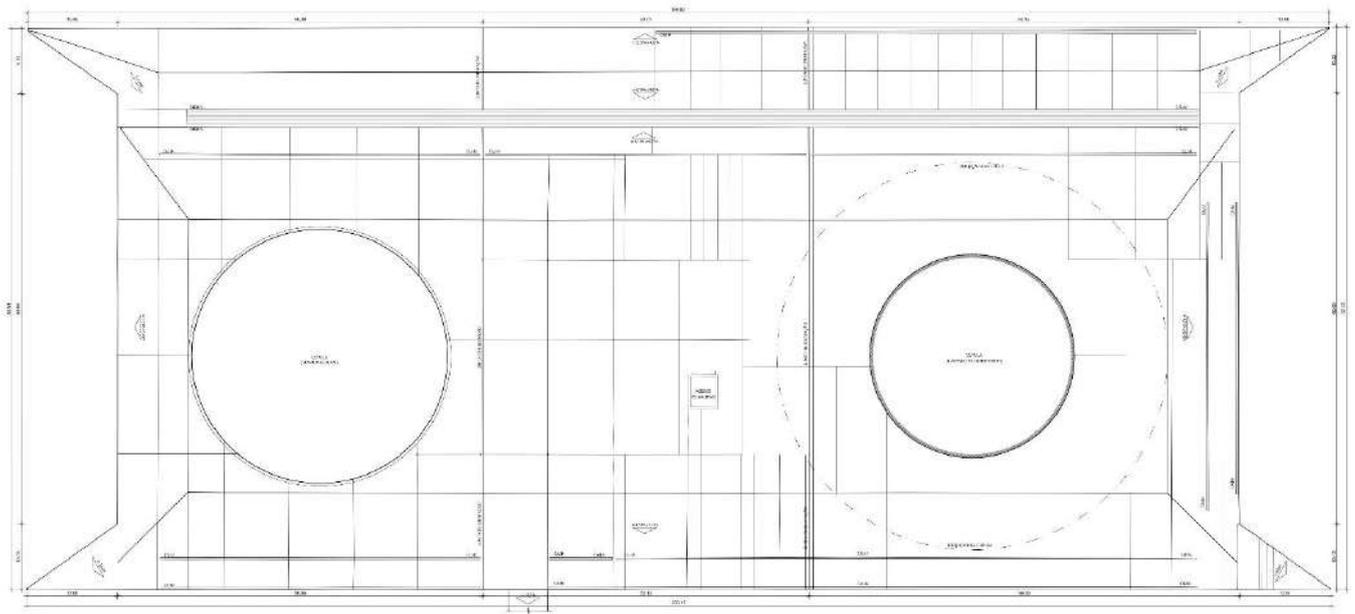


Figura 54 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Levantamento arquitetônico e Levantamento Fotográfico.

No alto, Levantamento Arquitetônico. (Planialtimétrico: Paulo Calacia; Compatibilização com a arquitetura: Juliano Carvalho); Abaixo: Levantamento Fotográfico (Élcio Silva, Diogo Andrade e Danilo Macedo); Fonte: DETEC/SINFRA.

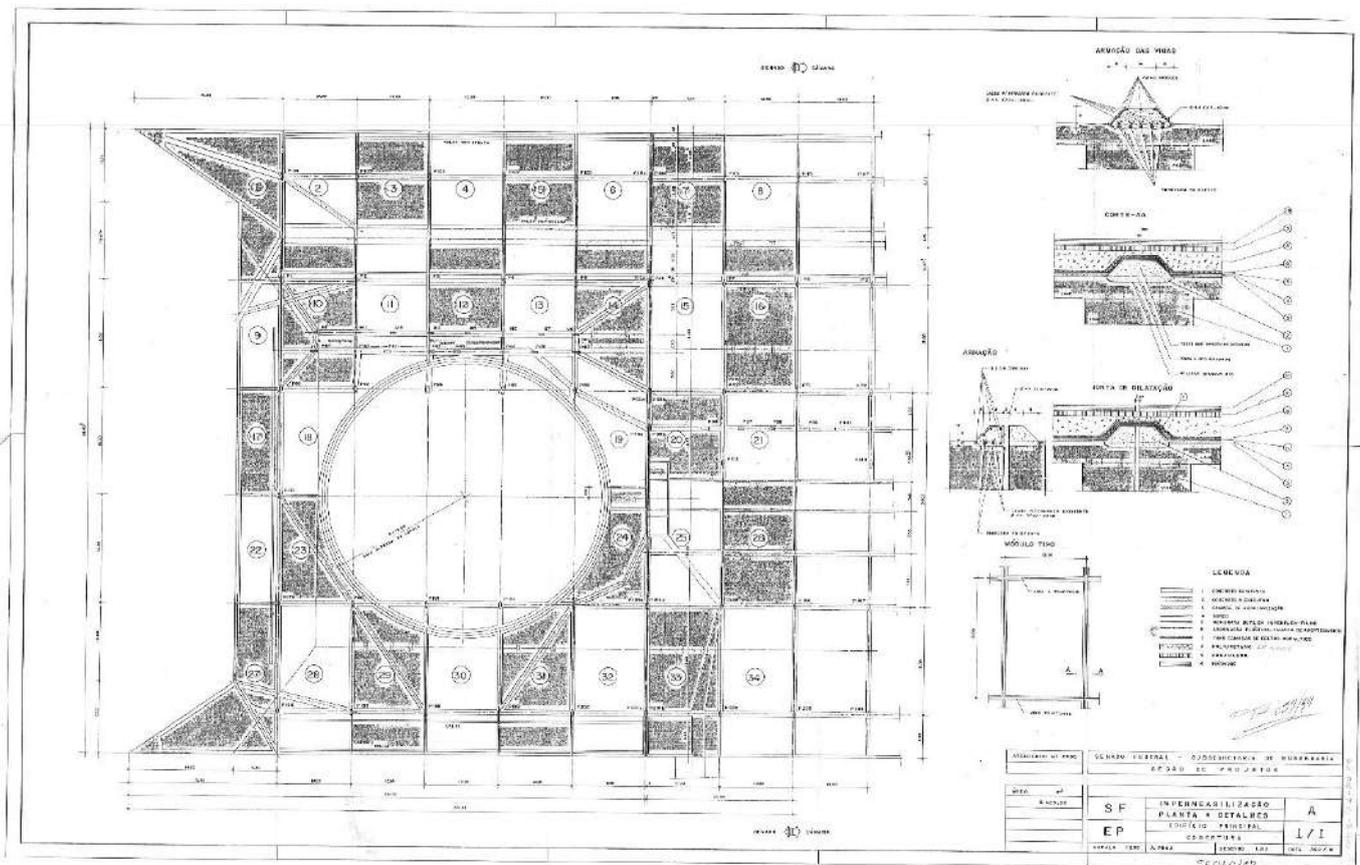
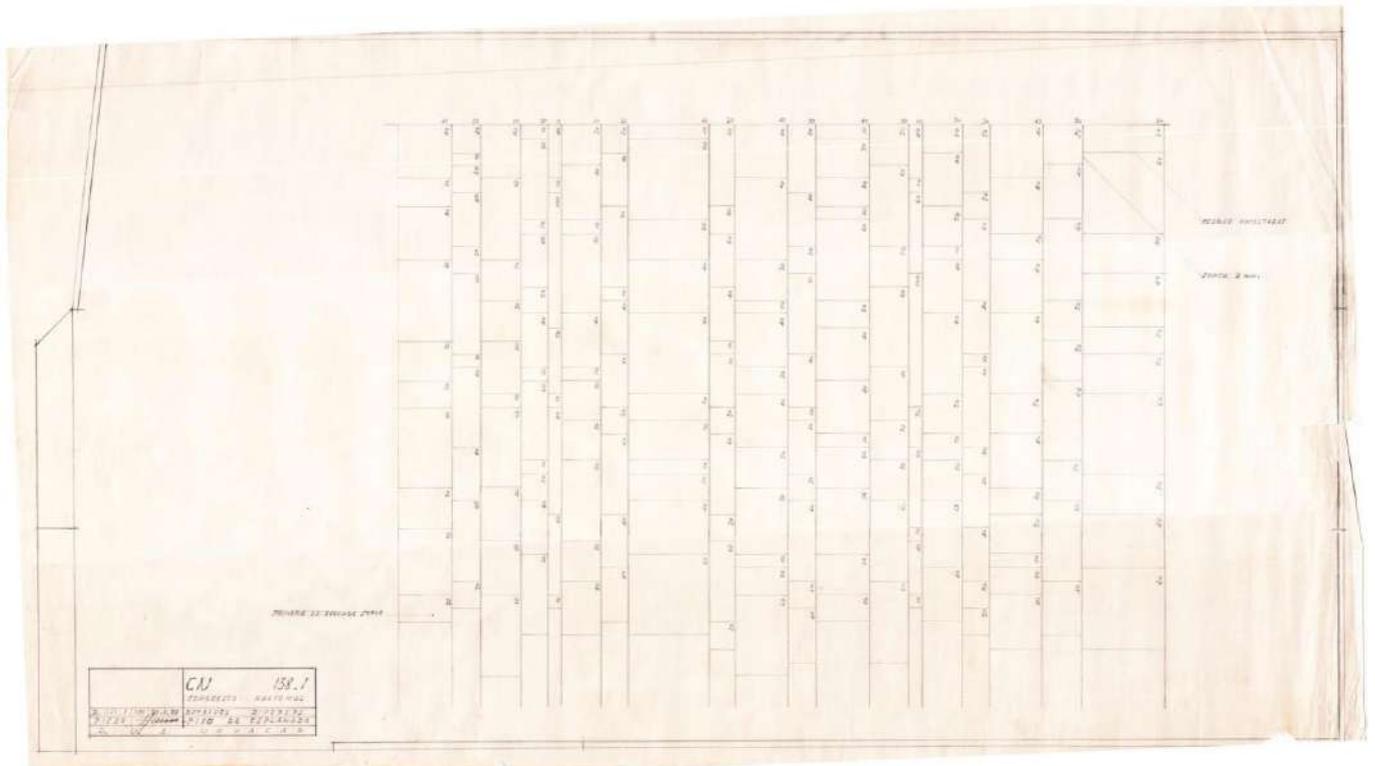
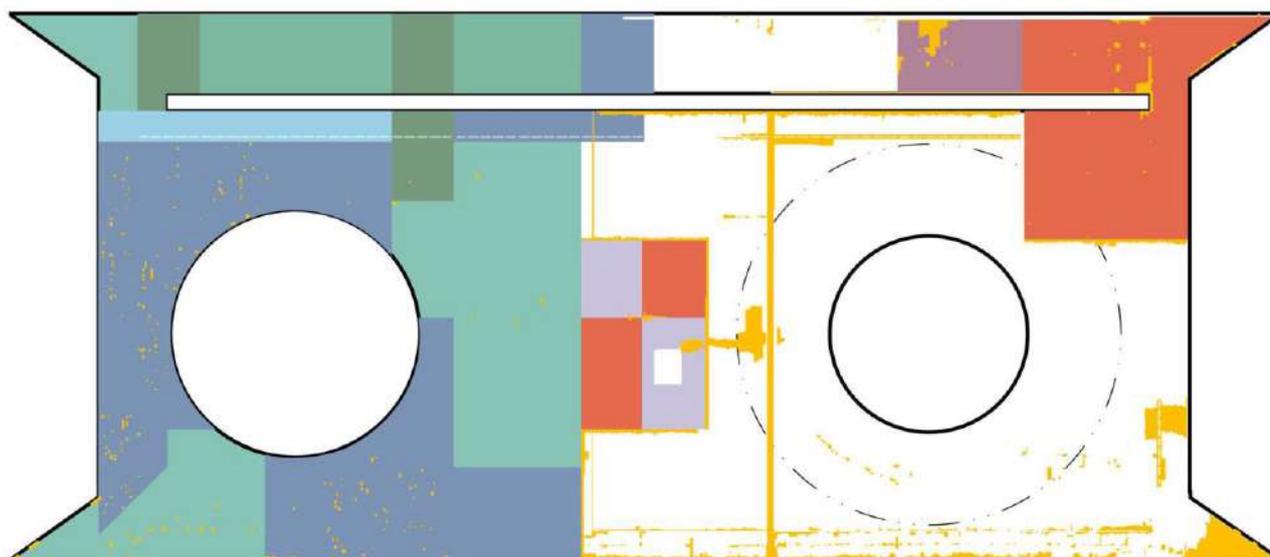


Figura 55 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Pesquisa histórica Fonte: DETEC/SINFRA.

Acima, detalhe da lógica de paginação do piso da plataforma (NOVACAP, 1959). Fonte: Acervo Câmara dos Deputados/DETEC

Abaixo, projeto de impermeabilização da plataforma. (Senado Federal, 1991). Fonte: Acervo Senado Federal/SINFRA



Área total de revestimento de piso = 12886m<sup>2</sup>



Área total substituída 7773m<sup>2</sup> = 60,3%

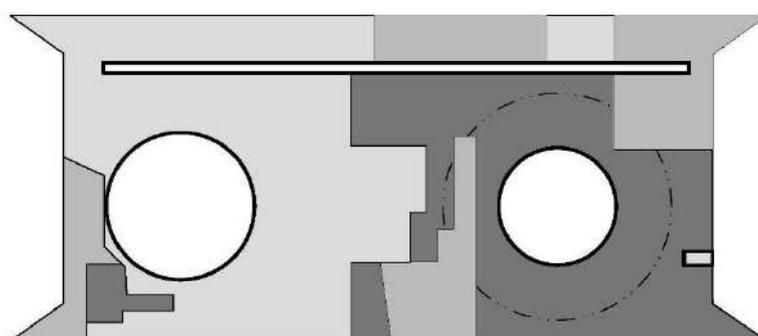
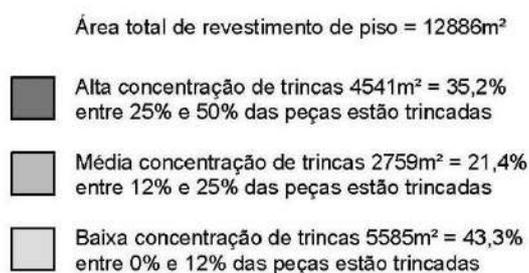
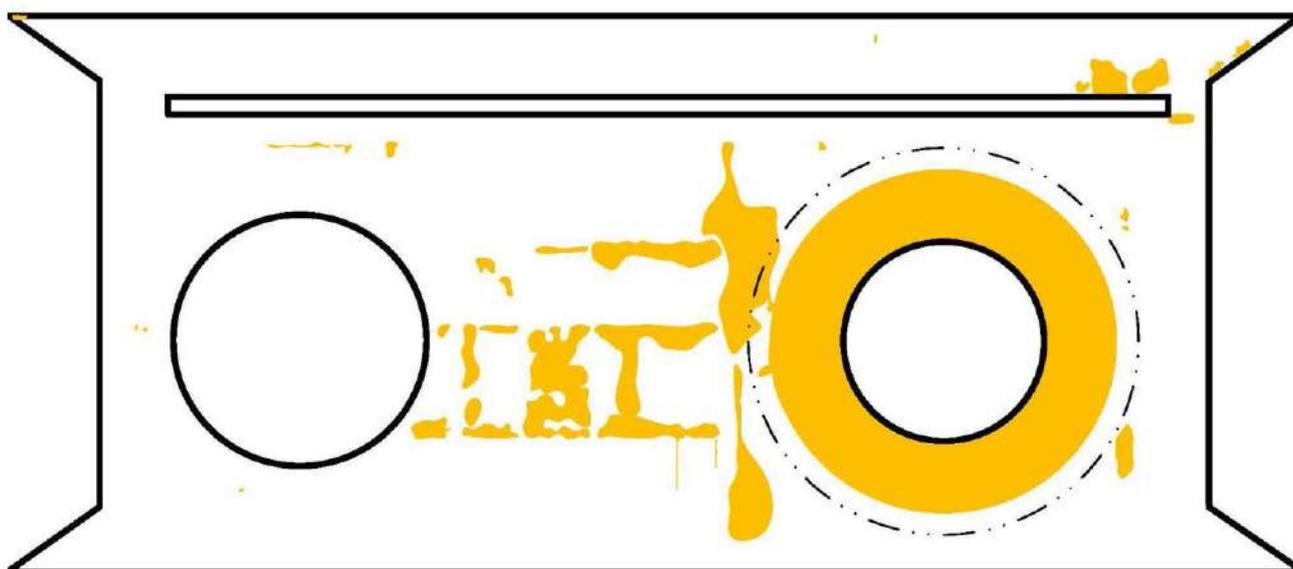
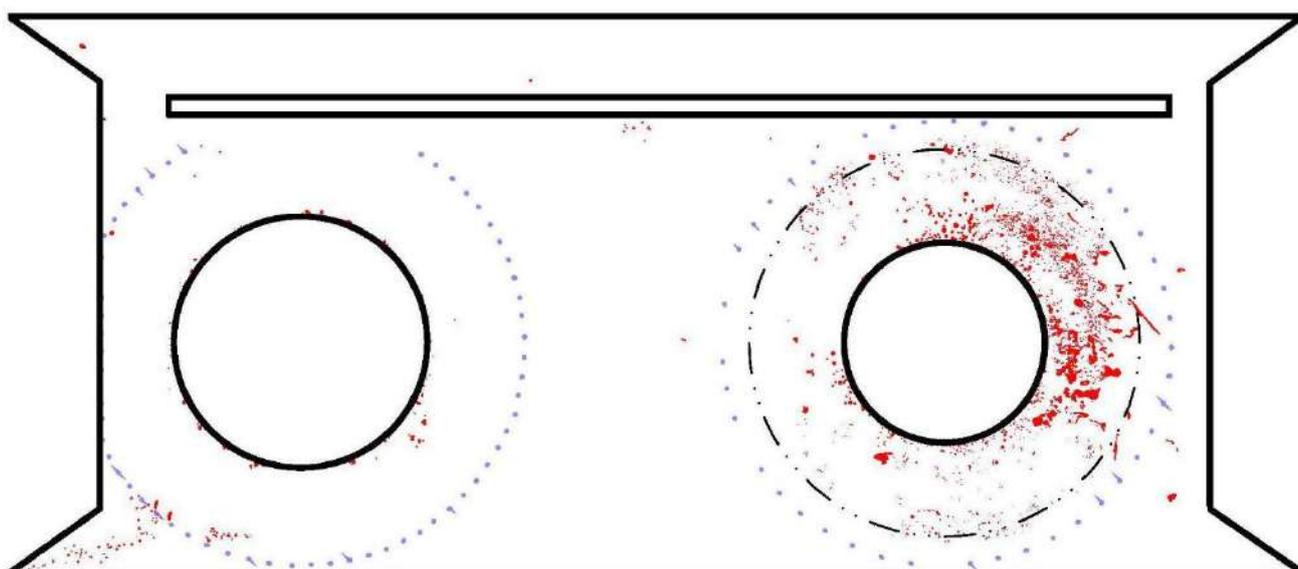


Figura 56 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Levantamento das intervenções detectadas na Plataforma e análise da concentração de trincas. Há uma clara correlação entre a idade do revestimento o nível de danos por trincas. Fonte: DETEC/SINFRA.



Área total de revestimento de piso = 12886m<sup>2</sup>

Área com concentração significativa de sujidades 2256m<sup>2</sup> = 17,5%



Área total de revestimento de piso = 12886m<sup>2</sup>

Área com concentração significativa de manchas 110m<sup>2</sup> = 0,85%

Figura 57 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Mapeamento de Danos. Sujidades e manchas Fonte: DETEC/SINFRA.



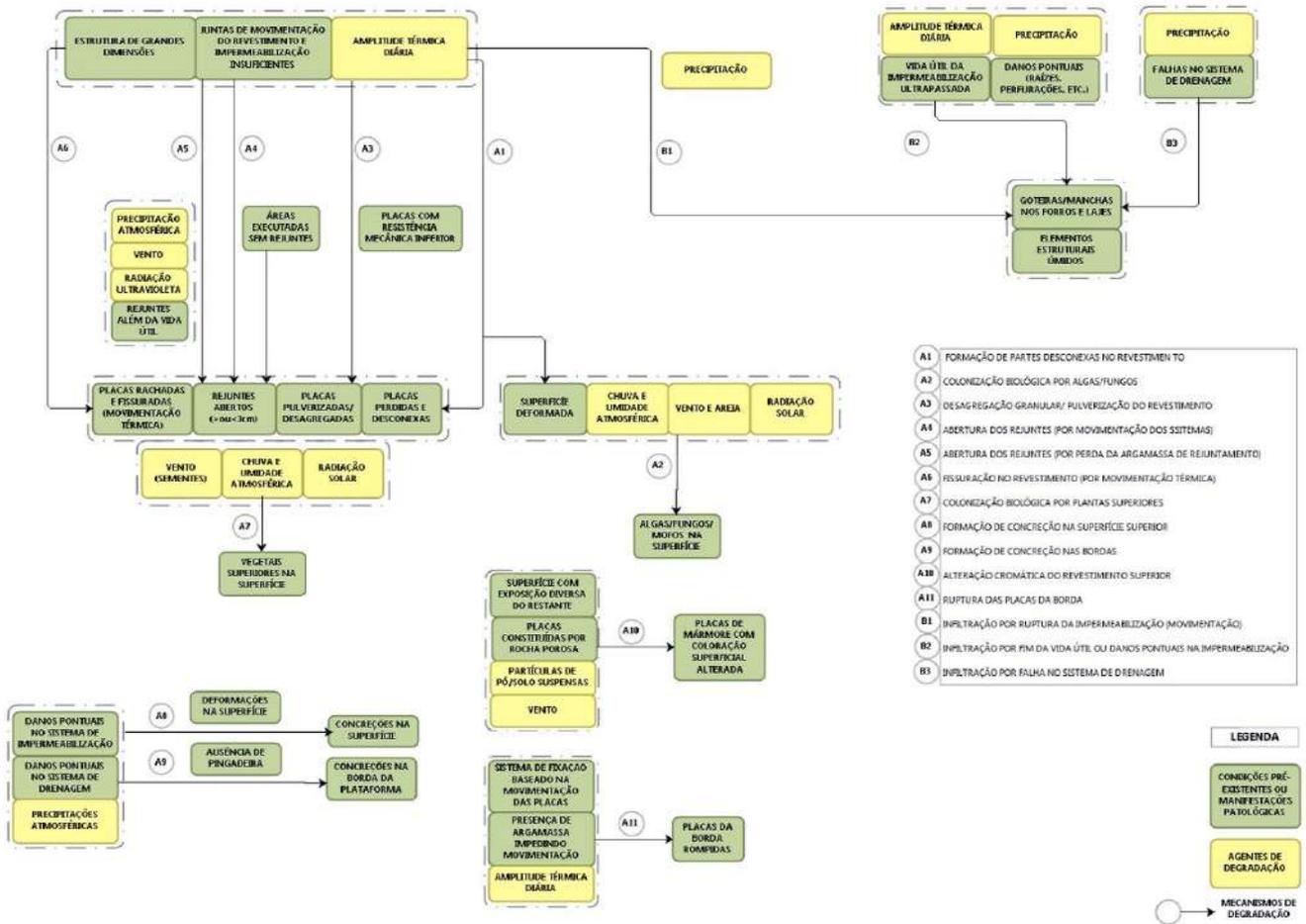
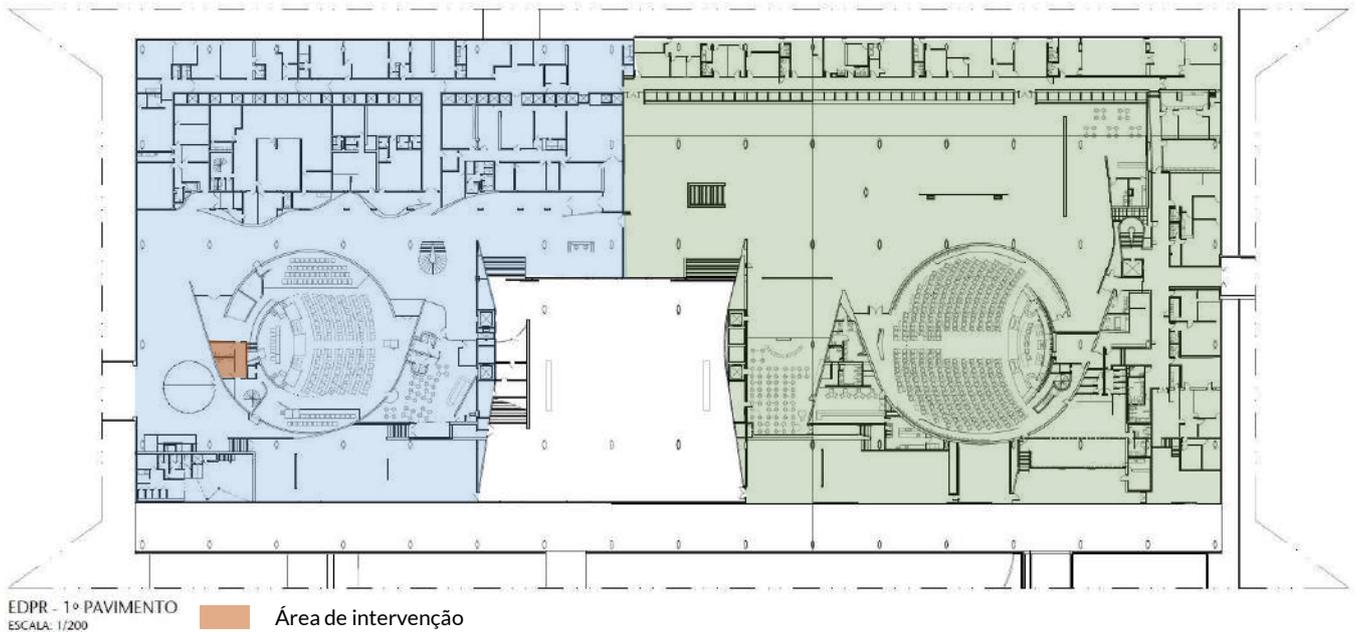


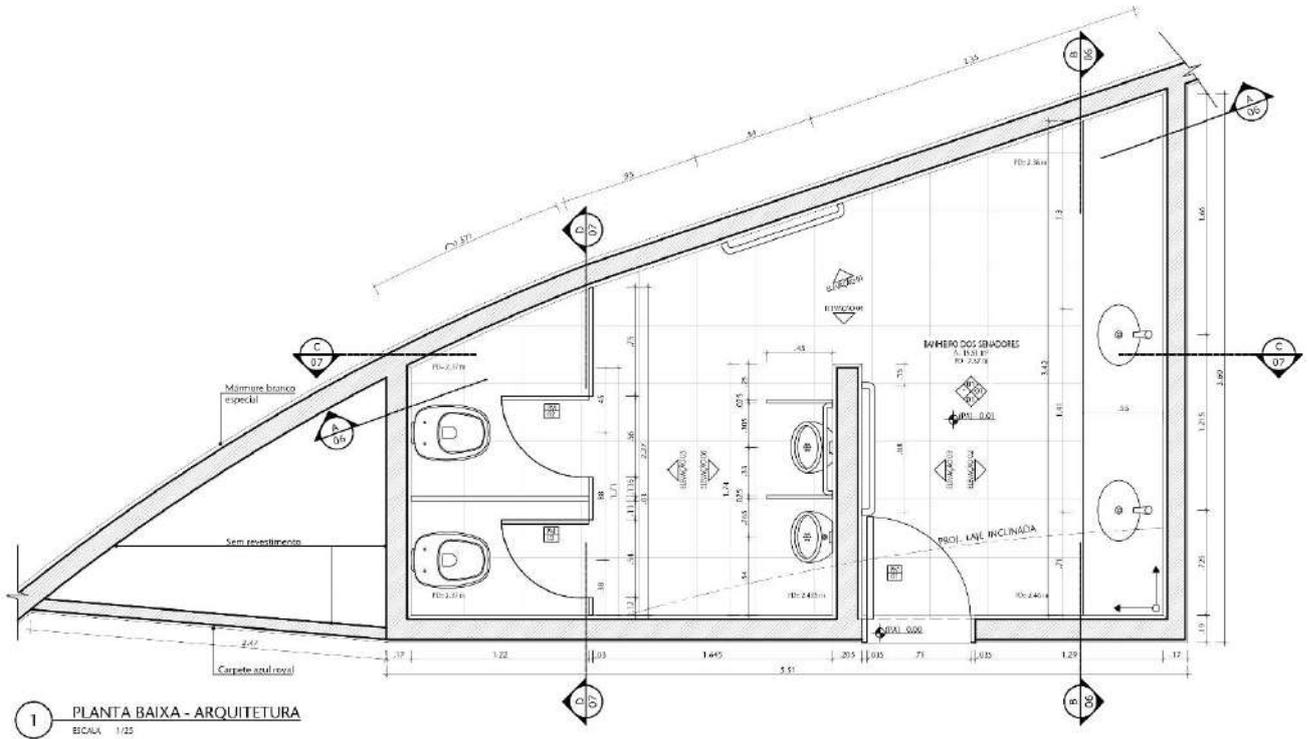
Figura 59 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Mecanismos de degradação. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)

O diagnóstico se baseou em quatro conceitos: “Manifestações patológicas: danos; trata-se de uma condição da matéria do edifício, observável em determinado momento; Mecanismos de degradação: seqüências de eventos/fenômenos que levam à formação das manifestações; são um processo; Agentes de degradação: são agentes ambientais, externos ao edifício, que contribuem de maneira decisiva para a ocorrência dos mecanismos de degradação; Situações pré-existent: características existentes no edifício, que contribuem de maneira decisiva para a ocorrência dos mecanismos de degradação, podendo ser propriedades construtivas, de projeto, assim como falhas ou manifestações patológicas existentes” A abordagem realizada relacionou os mecanismos de degradação, mas não os hierarquizou quanto a sua gravidade. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)





EDPR - 1º PAVIMENTO  
ESCALA: 1/200



1 PLANTA BAIXA - ARQUITETURA  
ESCALA: 1/25

Figura 60 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015).  
Acima: Localização da Intervenção;  
Abaixo: Levantamento físico do local de intervenção. O espaço existente em 2015 era um banheiro único, masculino. (CARVALHO, 2015)

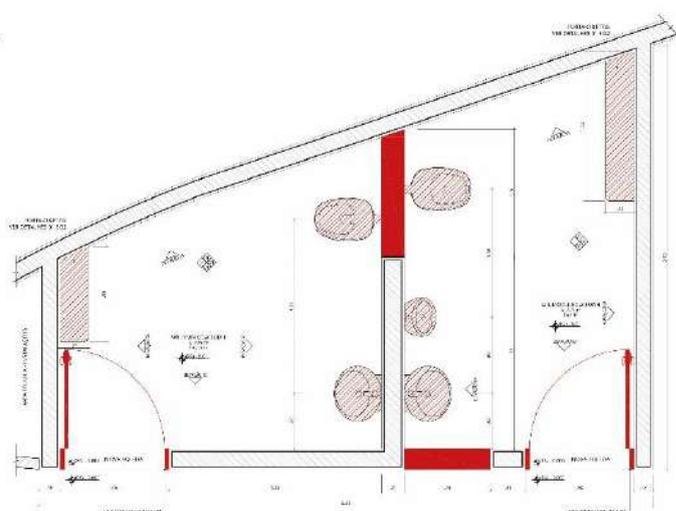
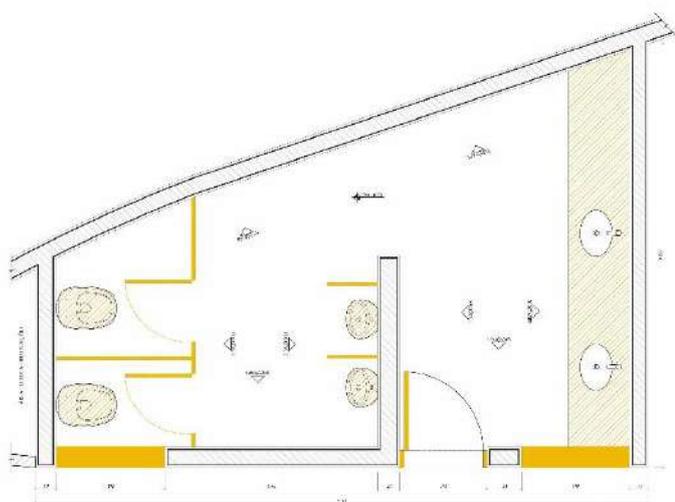
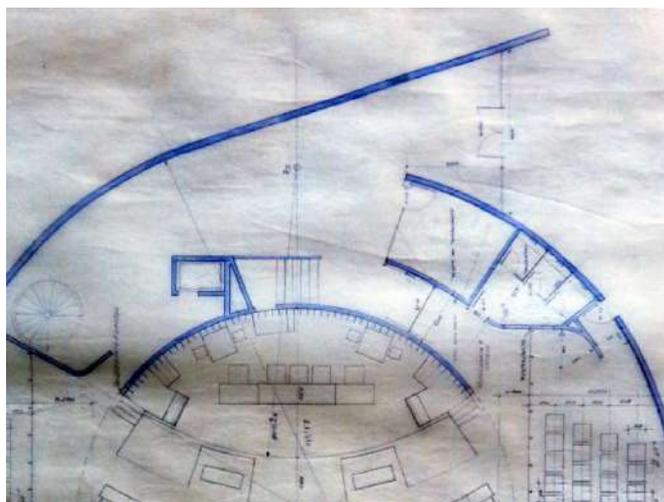
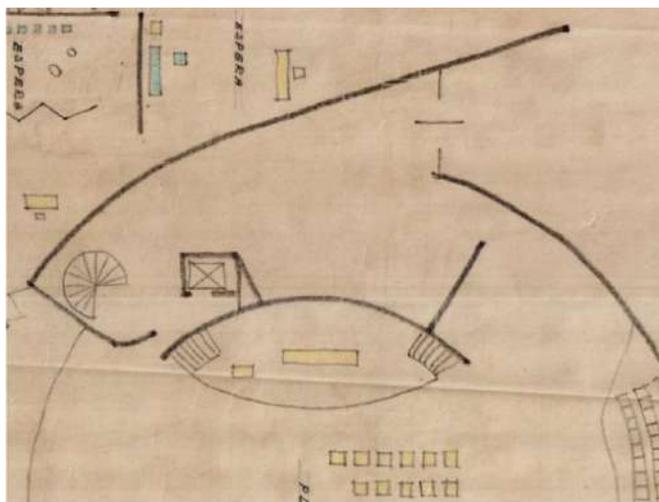


Figura 61 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015).

Acima: Levantamento histórico. A primeira imagem demonstra a situação quando da inauguração em 1960. (Alvenaria. 16 nov. 1959. Acervo Câmara dos Deputados); a segunda imagem traz a situação com a reforma do Plenário do Senado em 1972-1973 (Arquitetura - Detalhes. 23 dez. 1971. Acervo SINFRA/Senado). Em 1978 a área passa a ter a configuração indicada na planta abaixo, à esquerda (CARVALHO, 2015).

Abaixo: Anteprojeto de intervenção. À esquerda, a planta de demolições/remoções. À direita, a planta de construções/adições (CARVALHO, 2015). As demolições de alvenarias se restringiram às alterações nas portas de entrada.



Figura 62 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015). Obra em andamento. Fotos: SINFRA/Senado Federal

Os lambris externos da parede divisória com o banheiro precisaram ser removidos e posteriormente reinstalados. Algumas peças de mármore também foram removidas, com o assentamento de peças novas.



Figura 63 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015). Obra concluída. Fotos: SINFRA / Senado Federal

A substituição dos mármorees foi necessária para a adaptação de instalações. A integração com os elementos existentes foi buscada ao máximo, com especificação criteriosa das peças e a escolha das mais adequadas por meio de amostras (CARVALHO, Entrevista, 2018). A integração almejada nessa intervenção é, além de estética, histórica, ou seja, demonstra a passagem do tempo e sua estratificação ao observador ao aceitar as diferenças cromáticas nas pedras de mármore.



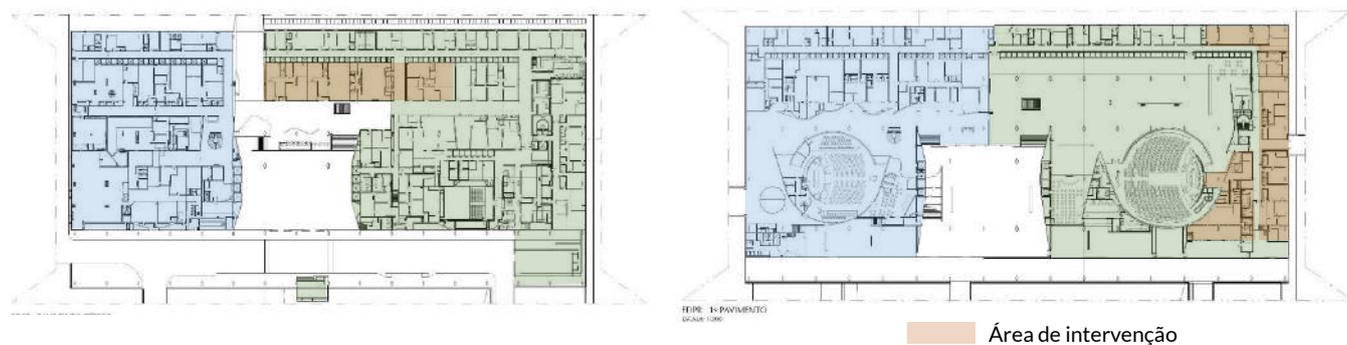
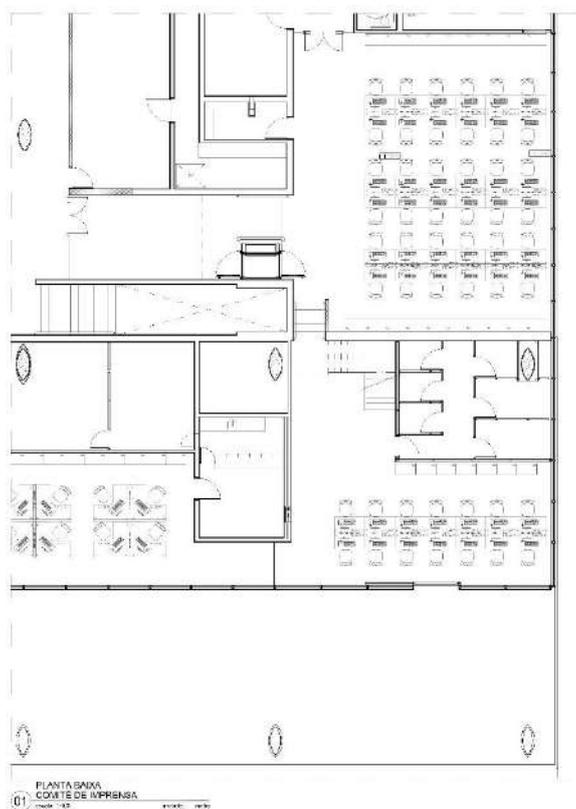


Figura 64 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal (DETEC, 2016). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2017).

Acima: Localização das intervenções no Térreo e no Primeiro Pavimento.

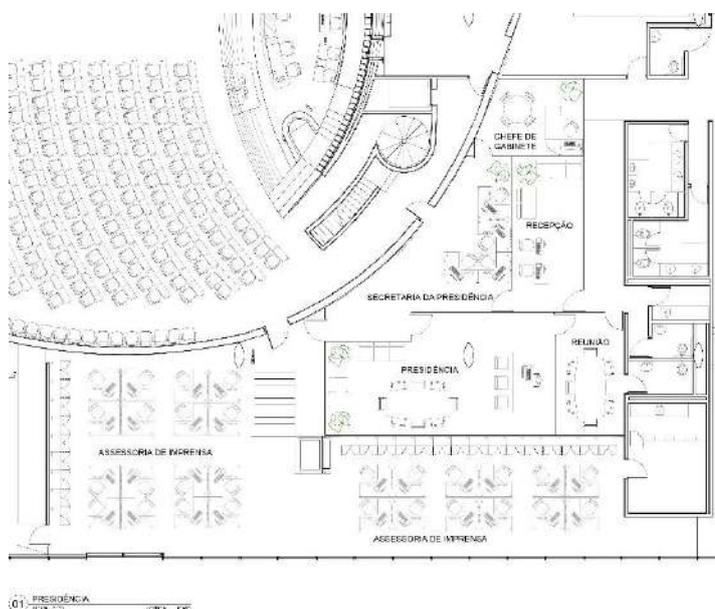
Abaixo: Principais áreas de intervenção: (1) Colégio de líderes; (2) Comitê de Imprensa; (3) Presidência da Câmara dos Deputados.



02 COMITÊ DE IMPRENSA  
PERSPECTIVA EXTERNA  
maio 1960



03 COMITÊ DE IMPRENSA  
PERSPECTIVA INTERNA  
maio 1960



01 PERSPECTIVA EXTERNA - PRESIDÊNCIA  
maio 1960



02 PERSPECTIVA INTERNA - PRESIDÊNCIA  
maio 1960

Figura 65 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal (DETEC, 2016). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2017).

Acima: Projeto. Comitê de Imprensa. Abaixo: Projeto. Presidência da Câmara dos Deputados.



Figura 66 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França.

Acima: Complementação de revestimento em lambris de jacarandá com peças removidas de outra área: Segundo Élcio SILVA (Entrevista, 2019), arquiteto da Câmara: “a gente tinha uma preocupação. Aqui tinha uma abertura grande de lambrí que era a agência bancária. A preocupação nossa era: como é que a gente faz com essa questão do lambrí? Porque isso aqui é o lambrí original e aqui não tem mais. Aí surgiu a ideia de a gente transpor esse lambrí [área frontal dos caixas eletrônicos] daqui pra cá e fazer um novo lambrí pra aqui com feição do que era. Porque se fosse fazer isso aqui ia dar diferença. E foi feito assim, o pessoal tirou o lambrí daqui colocou aqui, então aqui a gente tem lambrí todo original.”

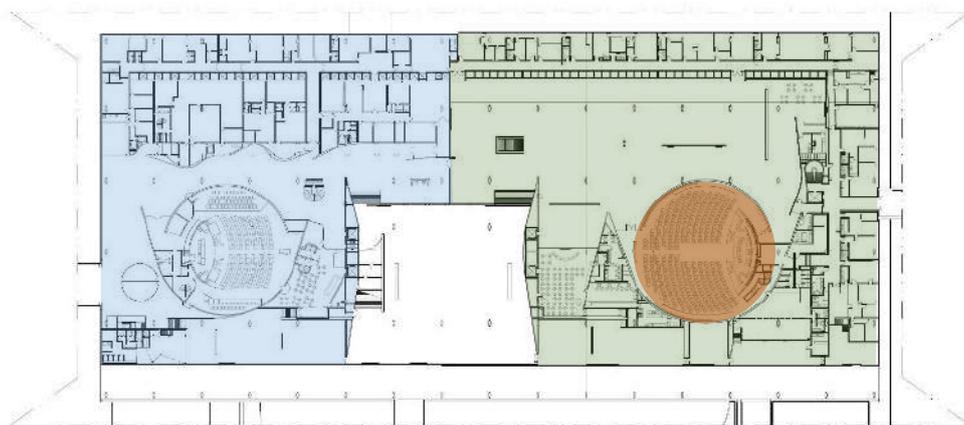
Abaixo: Novos acabamentos harmonizam com os lambris existentes.



Figura 67 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França.

O mobiliário foi produzido com acabamento especial para este local. Segundo o arquiteto Élcio Silva (Entrevista, 2019): “Então o que é que comandou as decisões aqui? São essas, a questão da presença da madeira, a questão da obra de arte do Athos como referencial, instituiu jardins, a tentativa de fazer que o forro tenha essa ideia do pano com mínima interferência, as divisórias, os móveis, o mobiliário todo foi modificado, não era esse mobiliário, é uma releitura do que é possível produzir hoje no mercado. Então foi feito o mobiliário específico com acabamento de madeira para essa região então o que a gente tentou reconstituir foram essas premissas.”





LDPR - 1º PAVIMENTO  
ESCALA: 1/200

Área de intervenção

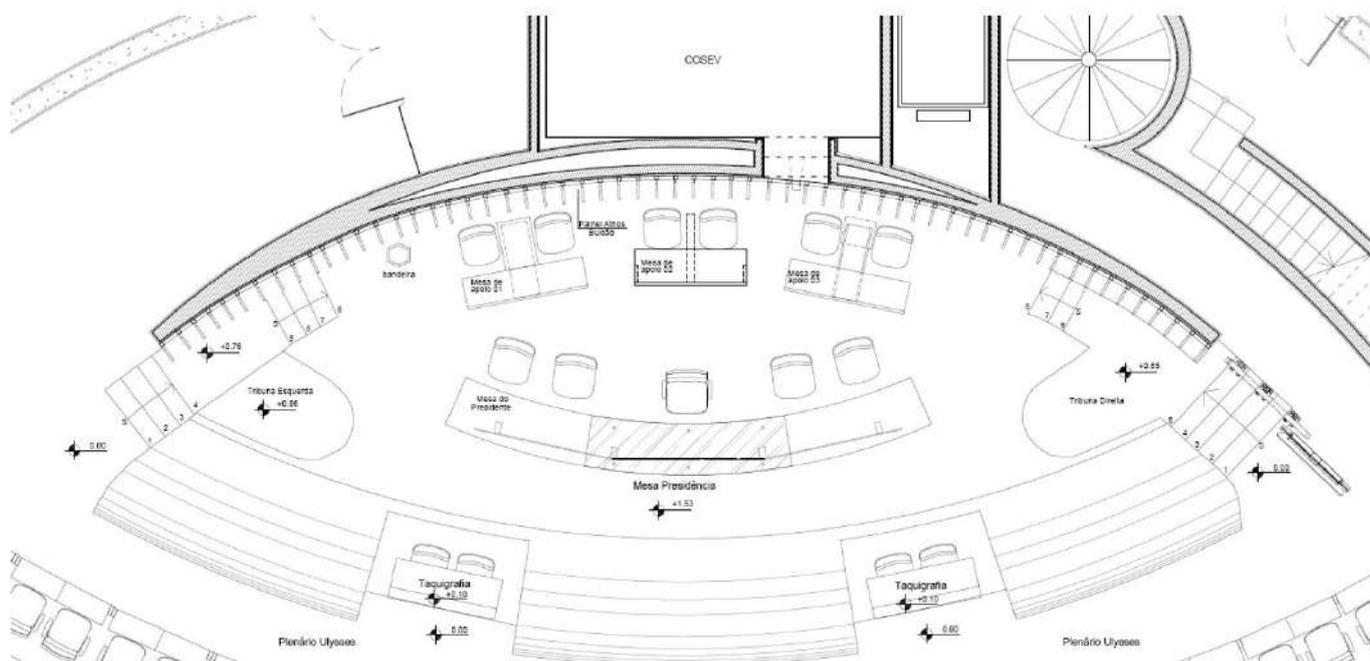


Figura 68 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014)

Acima: Localização da intervenção;

Abaixo: Situação inicial. Área elevada do Plenário Ulysses Guimarães, com mesa da Presidência (mesa diretora), duas tribunas laterais e estações de trabalho para apoio. Conformando o espaço, um painel artístico de autoria de Athos Bulcão, tombado individualmente em nível distrital. Havia, inicialmente, uma plataforma eletromecânica no lado direito, que dava acesso à tribuna.



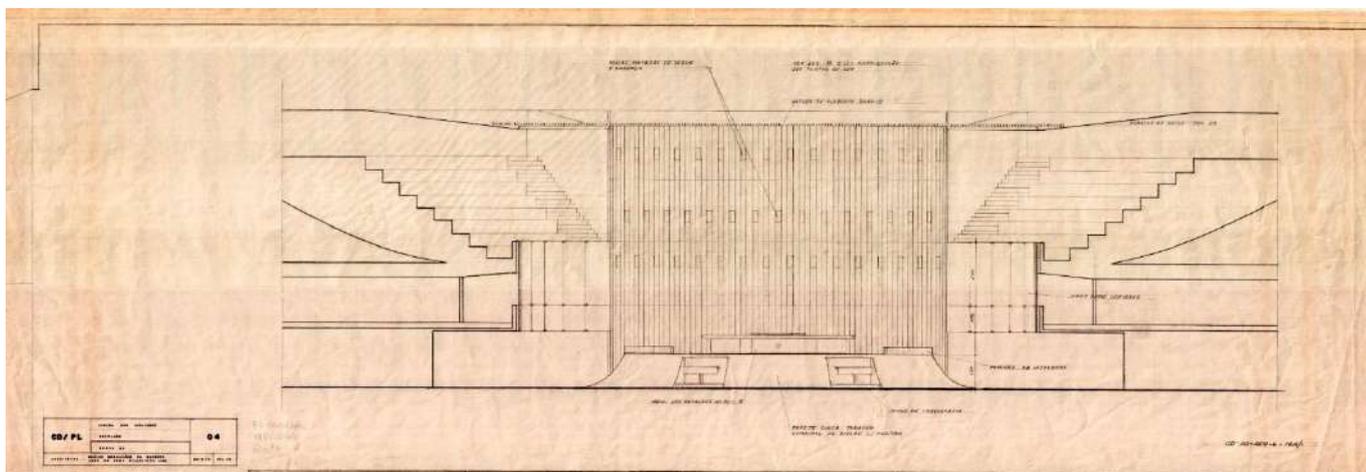
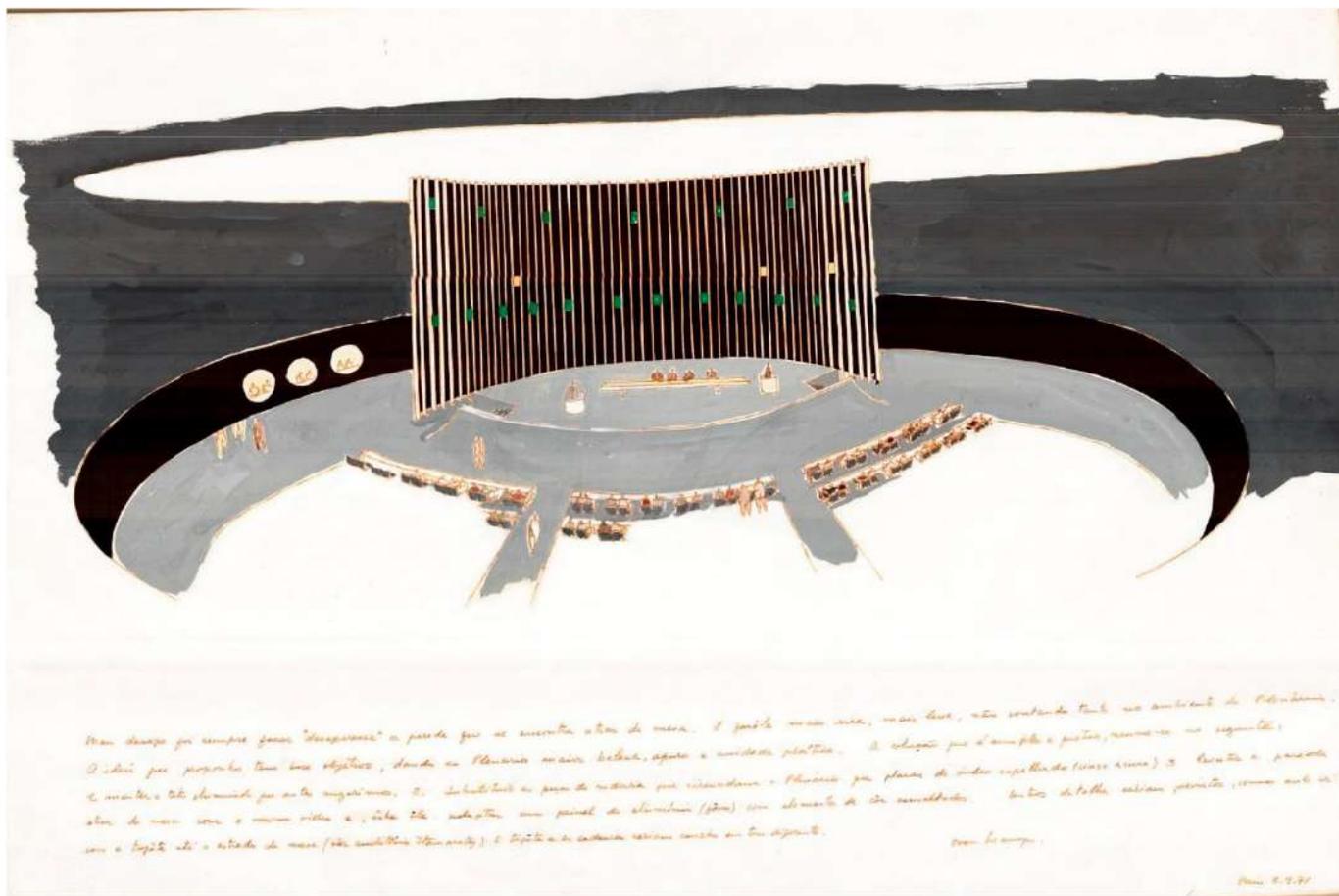


Figura 70 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014).

Acima: Pesquisa Histórica. Croqui de Oscar Niemeyer para a elaboração do projeto de reforma, 1971. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Abaixo: Pesquisa Histórica. Projeto de Reforma do Plenário (Carlos Magalhães da Silveira e João Filgueiras Lima, 1972). (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

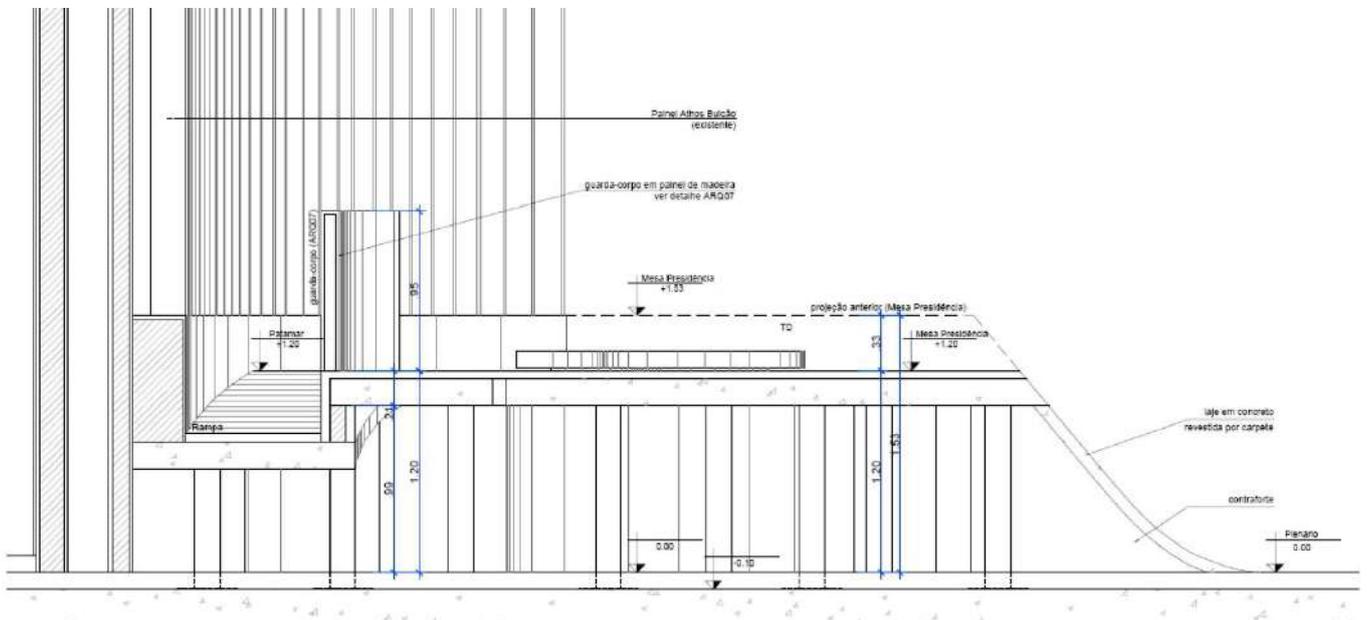
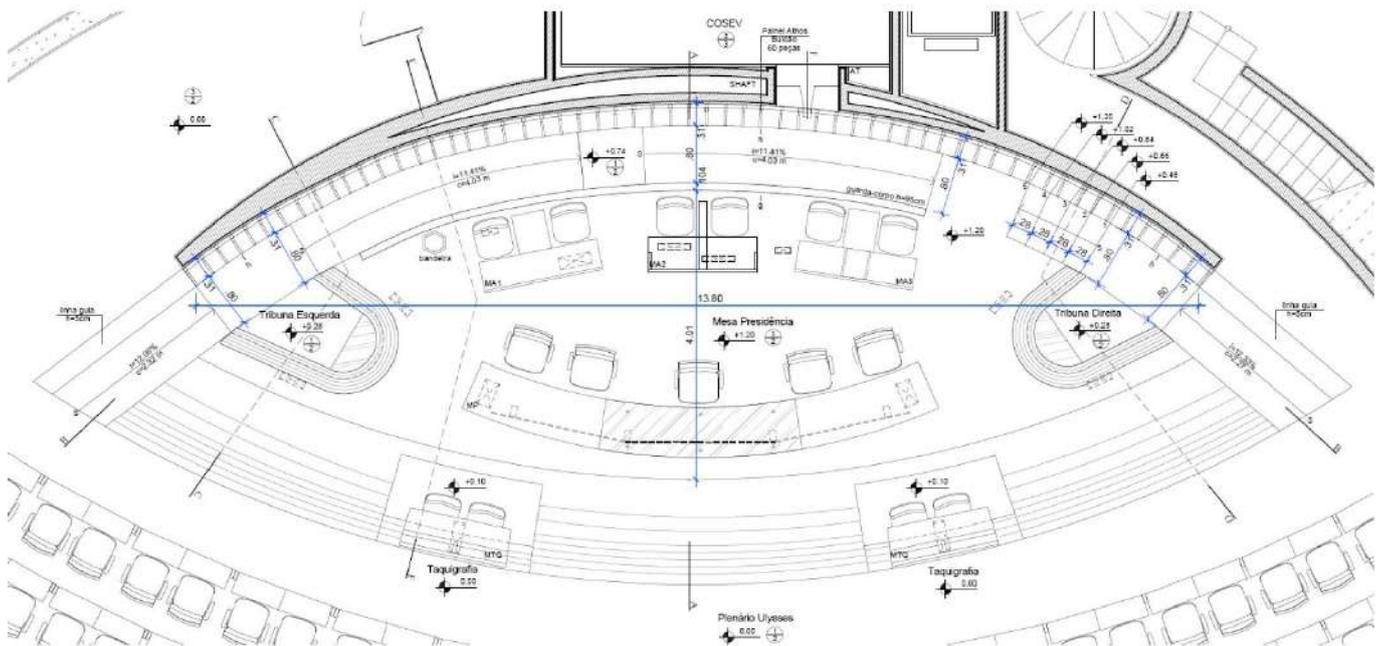


Figura 71 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014).

Acima: Projeto. DETEC, 2006. Planta Baixa. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014) A acessibilidade a Mesa da Presidência (mesa diretora) e a uma das tribunas é proporcionada por uma rampa que se desenvolve rente ao painel de Athos Bulcão. Para que fosse possível inserir a rampa, foi necessário deslocar a mesa da Presidência e as estações de trabalho em sentido oposto ao do painel. Nas tribunas, a acessibilidade é complementada por uma plataforma que permite ao orador em cadeira de rodas ter uma altura adequada com relação ao peitoril.

Abaixo: Projeto. DETEC, 2006. Corte (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Foi necessário rebaixar a laje da área elevada em 33cm para que a acessibilidade fosse possível de maneira autônoma. Entretanto, foi uma preocupação dos arquitetos manter a curva e a inclinação (à direita) entre o salão principal do Plenário e a área da mesa da Presidência. (SOBREIRA, Entrevista, 2019)

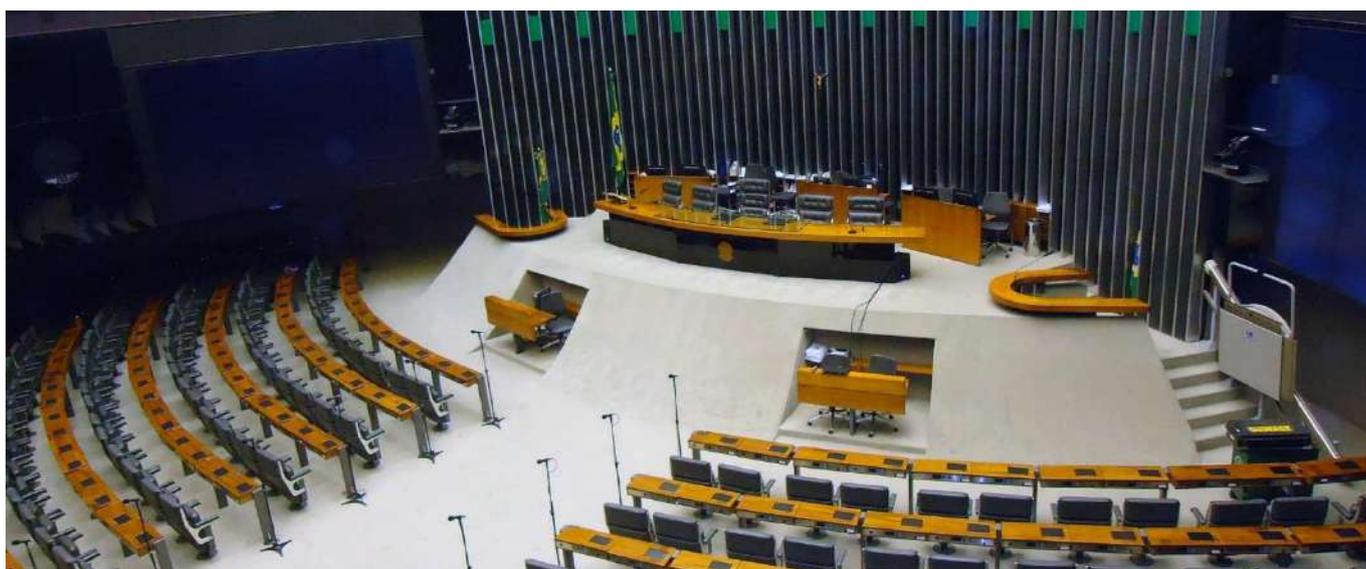
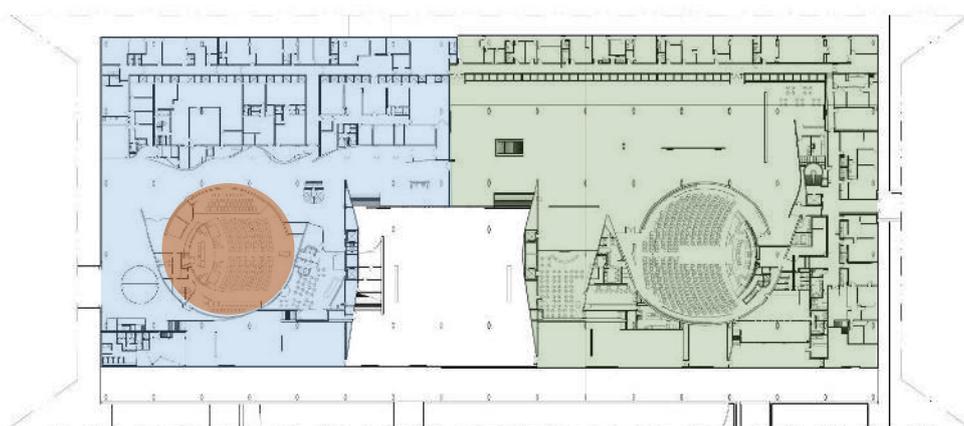


Figura 72 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Acima: Obra, 2014. Sequência da intervenção. Toda a laje da área elevada foi demolida para o rebaixamento em seu nível. Abaixo: Antes e depois da intervenção. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)





Área de intervenção

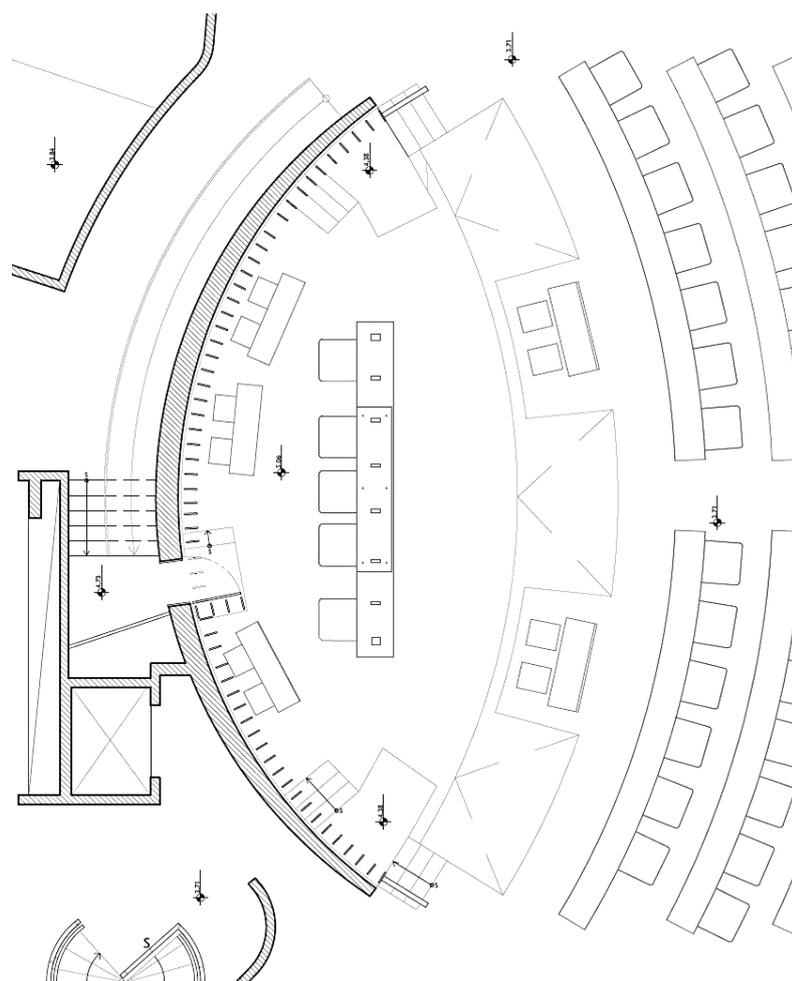


Figura 73 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).

Acima: Localização da intervenção.

Abaixo: Levantamento Físico. Situação inicial, 2014. (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2019)

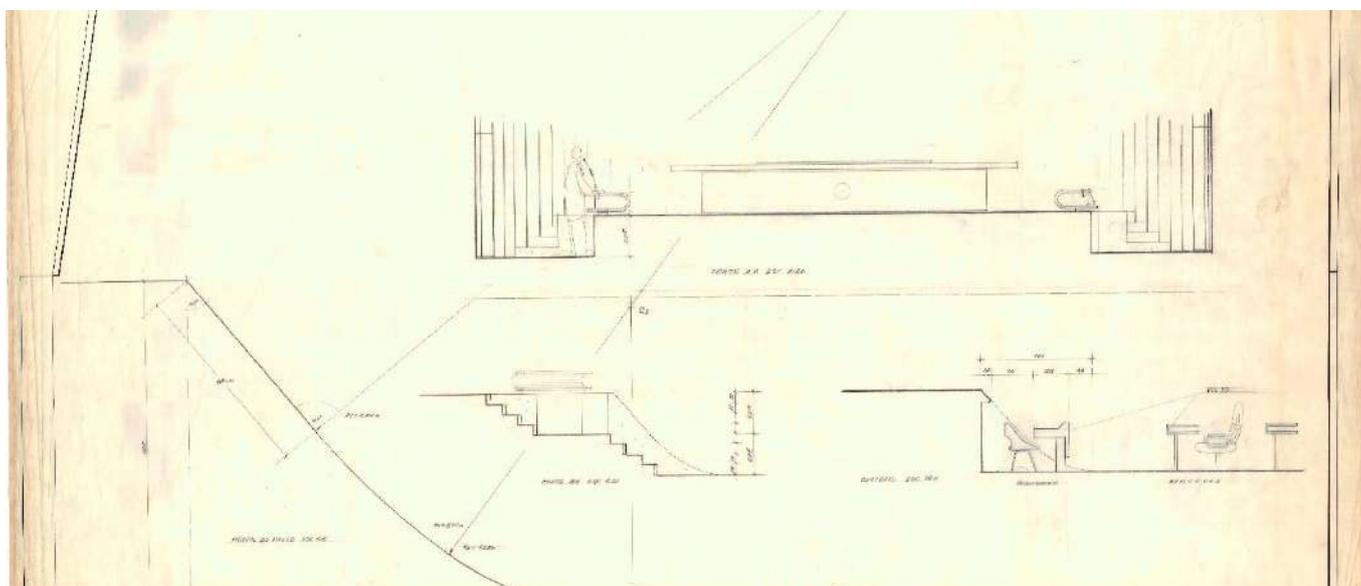
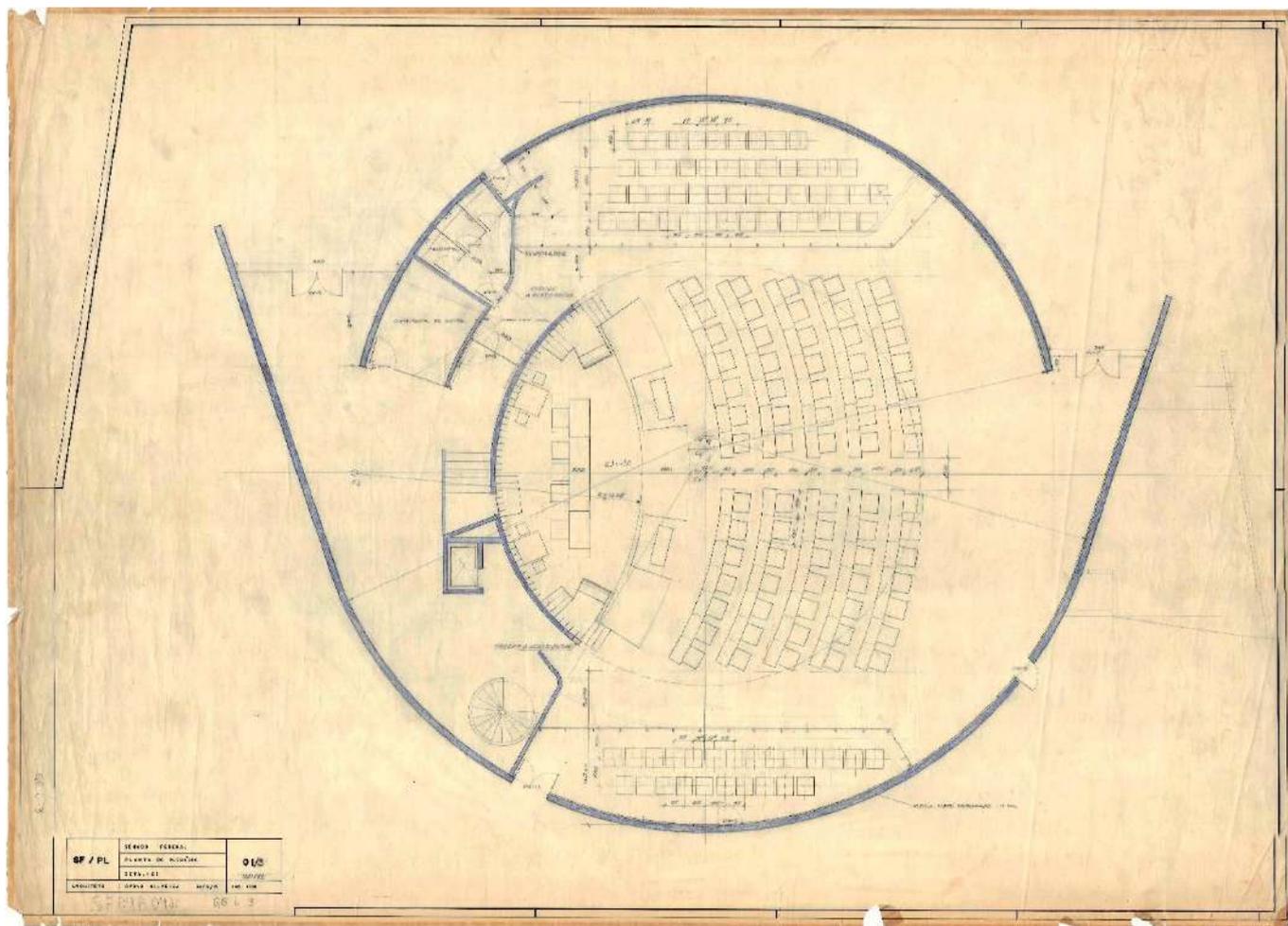


Figura 74 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL, SENADO FEDERAL (2019).

Acima: Levantamento Histórico. Projeto Cydno Oliveira, 1971. Planta Baixa. Fonte: Acervo SINFRA.

Abaixo: Levantamento Histórico. Projeto Cydno Oliveira, 1971. Cortes. Fonte: Acervo SINFRA



Figura 75 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).

Acima: Projetos Anteriores. Oscar Niemeyer, 2006. Modelos tridimensionais Fonte: Acervo SINFRA. O projeto consistia na construção de uma rampa que se desenvolveria ao longo do painel de Athos Bulcão. A solução executada, a partir de projeto da SINFRA, é similar.

Abaixo: Projetos Anteriores. SINFRA, 2013. Planta Baixa Fonte: Acervo SINFRA. Esse projeto consistia na instalação de uma plataforma elevatória para possibilitar acesso à tribuna. Não daria acesso à Mesa Diretora.

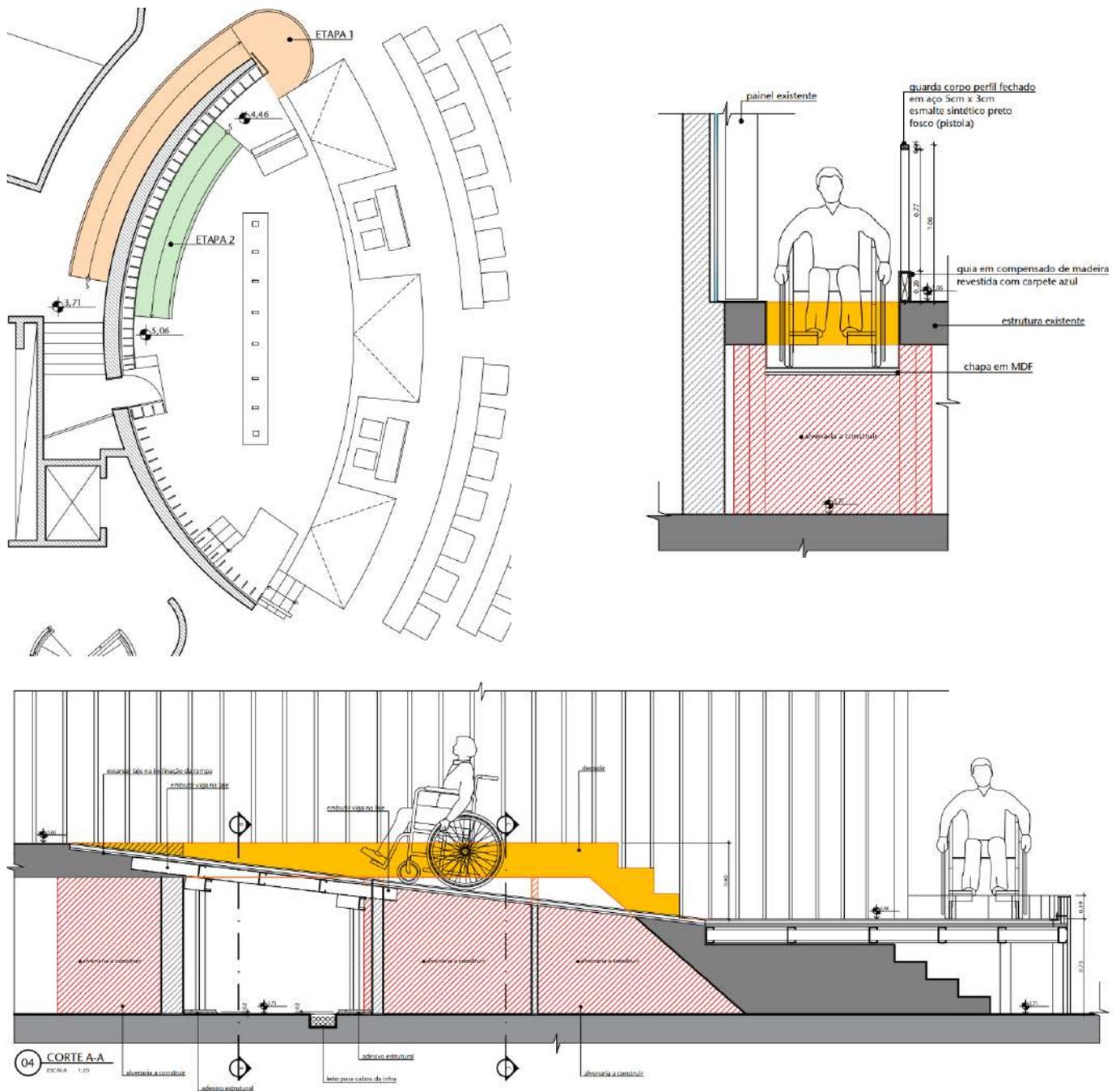


Figura 76 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).

Acima: Projeto. Sinfra, 2018. Planta Baixa e Corte. Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019). A rampa se desenvolve rente ao painel artístico, permitindo o acesso da pessoa com deficiência às tribunas e à Mesa Diretora, sem a necessidade de equipamentos eletromecânicos.

Abaixo: Projeto. Sinfra, 2018. Corte longitudinal. Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019). As demolições se restringiram à segunda parte da rampa, entre a tribuna e a Mesa Diretora (área indicada em amarelo).

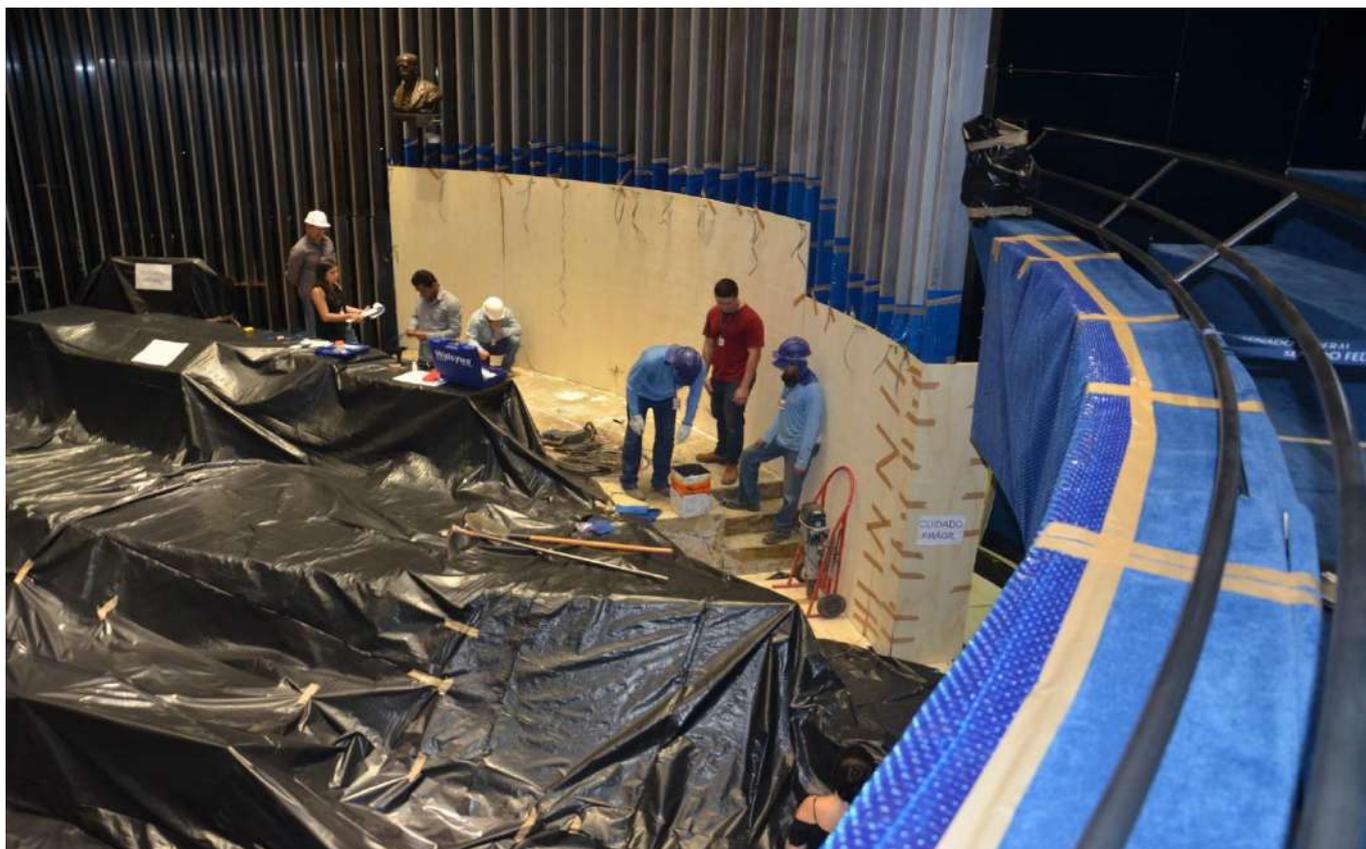


Figura 77 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).  
Obra. Sinfra, 2019. Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).



Figura 78 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).

Acima: Situação Inicial. Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).

Abaixo: Situação atual. Foto do Autor, 2019.

## **CAPÍTULO 7**

### **Campo, objeto político e subjetividades**

O estado-da-arte da preservação do edifício moderno nos conta que não há uma hegemonia conceitual, mas a preponderância de um caminho que busca conciliar as peculiaridades desse tipo de arquitetura com os princípios da preservação tradicional. Em paralelo, no entanto, a própria disciplina (e o campo) patrimonial tem explorado novas possibilidades ao questionar continuamente preceitos amplamente aceitos.

O arquiteto é o profissional que potencialmente detém o conhecimento necessário para coordenar tecnicamente ações de preservação, como conservação e restauro<sup>1</sup>. Cabe a ele prioritária e preferencialmente encaminhar decisões de projeto que terão impacto no bem patrimonial. Essa participação, conforme a prática consolidada, deve estar fundamentada em um amplo conhecimento das questões teóricas e filosóficas envolvidas com o patrimônio construído, e deve se pautar por um método próprio que apresente suas peculiaridades com relação ao projeto de arquitetura propriamente dito.

A problematização da pesquisa, como já vimos, partiu da prática profissional de preservação do Congresso Nacional, edifício de fundamental relevância na arquitetura brasileira, especialmente naquela relacionada ao Movimento Moderno. Como um dos responsáveis pela preservação desse bem nacional e internacionalmente reconhecido por seus valores históricos e artísticos, pude participar ativamente, como servidor do Senado Federal desde 2009, e de sua preservação logo após seu tombamento (2007).

São os arquitetos da Câmara e do Senado os responsáveis pelas abordagens conceituais e pelas soluções projetuais e técnicas de preservação, incluindo as atividades de conservação, de restauro, de readequação, dentre outras.

Com históricos distintos, as áreas técnicas das Casas agenciam suas demandas (próprias e oriundas de outros órgãos internos) de modo a preservarem o ambiente construído e, ao mesmo tempo, darem resposta às necessidades de ocupação e uso, principalmente, próprias de instituições desse tipo.

No cotidiano, não são numerosos os arquitetos destinados a lidarem diretamente com o tema da preservação. A Câmara, com uma estrutura mais robusta, conta com uma área dedicada à elaboração de projetos de arquitetura e à preservação do espaço construído e uma equipe de profissionais, com três arquitetos, dedicada a essa atividade. O Senado possui quatro analistas legislativos na especialidade arquitetura que são, normativamente,

---

<sup>1</sup> Há em curso uma disputa legal e política sobre o restauro como atribuição privativa do arquiteto e urbanista, conforme disposto pela Resolução 1.010/2005 (Anexo I) do extinto Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Em 18/11/2009, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos em decisão proferida pelo ministro Francisco Falcão, relator do processo decorrente de Mandado de Segurança na Justiça Federal do Paraná impetrado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo daquele estado. (<https://caubr.gov.br/stj-reconhece-que-restauro-e-atribuicao-privativa-de-arquiteto-e-urbanista/>)

os responsáveis por essa atividade, dentre tantas outras relativas à própria profissão. Desses quatro, dois estão lotados na Coordenação de Projetos de Infraestrutura, o setor dentre cujas atribuições está a preservação patrimonial.

Os arquitetos envolvidos com preservação estão inseridos nos campos patrimonial e da arquitetura, onde as categorias conceituais comprometidas com as decisões projetuais, as estratégias empregadas e as próprias percepções e entendimentos sobre preservação de cada arquiteto respondem não apenas a sua posição na burocracia estatal, mas correspondem a posições relativas nos campos aos quais pertencem. Os arquitetos, como agentes dos campos, movimentam-se, relacionam-se, posicionam-se de acordo com seus próprios capitais culturais e simbólicos e, de maneira dinâmica, reestruturam o próprio campo constantemente.

O Palácio do Congresso Nacional se constitui em um objeto político no qual incidem diversas forças, de variados agentes, em nome de fazer prevalecer seus interesses. Em duas instâncias, esse caráter político do objeto se acentua: primeiramente, em cada uma das instituições há disputas internas com relação ao espaço construído que direta ou indiretamente se refletem sobre sua preservação; depois, entre o Senado e a Câmara, tendo em vista a gestão compartilhada da preservação.

Transparecem, assim, os limites da objetividade característica do marco teórico relacionado à preservação tradicional e sobressaem traços da subjetividade que está inegavelmente presente em todo o processo. Essa subjetividade está relacionada a concepções próprias de cada profissional sobre a própria preservação – como vimos, não há uma teoria hegemônica, mas possíveis caminhos conceitualmente justificáveis –, bem como a outras preconcepções que tais indivíduos possuem e atuam como uma base, um “conhecimento das regras do jogo, do campo” que condicionam sua atuação.

Na medida em que os encaminhamentos de preservação são resultantes de um ambiente político no qual imposições, negociações e alteridades se somam às predisposições individuais do arquiteto e do técnico, do teórico e dos profissionais dos campos relacionados, a subjetividade se transfigura em intersubjetividade.

Ao longo desse capítulo, o debate se dará em torno do edifício como objeto político e em como a preservação desse objeto se dá em bases também subjetivas.

## O bem patrimonial como objeto político

Vimos que a preservação – e a preservação do edifício moderno – pode ser entendida como um campo social nos termos postos por Bourdieu. Vimos que, em âmbito mundial, há uma disputa pela legitimidade da atividade de preservação entre os campos patrimonial e da arquitetura. Em edifícios como o Congresso Nacional, os indícios teóricos e observados na pesquisa empírica tornam inescapável a ideia de que a prática da preservação se situe na interseção entre esses dois campos, ou seja, observando-se estruturas, disposições, métodos, procedimentos de ambos os lados.

O caso da restauração da Plataforma do Edifício Principal, apresentado no capítulo anterior, é representativo dessa questão. Nele, o posicionamento relacionado à manutenção e fundamentado no desempenho dos sistemas e na lógica de substituição de elementos e materiais, o fim da vida útil prevaleceu, ao menos até 2019, sobre a lógica da conservação e da preservação, fundamentada, por exemplo, em princípios consolidados como o da intervenção mínima.

Os argumentos técnicos foram colocados lado a lado. A investigação realizada principalmente pelas áreas de arquitetura e os encaminhamentos sugeridos com base nessa investigação e em princípios amplamente aceites no campo patrimonial, ao serem confrontados com uma situação avaliada como crítica pela manutenção, não se sobressaíram. Foram sobrepujados pelas alegações do fim da vida útil do sistema de impermeabilização e da impossibilidade de correção por meio de intervenções pontuais.

A percepção das arquiteturas era a de que a validade do sistema existente poderia ser prolongada com intervenções pontuais até um momento futuro quando inevitavelmente seria necessária a substituição integral. Postergar a intervenção massiva faz parte da lógica patrimonial, operacionalizada pelos princípios da intervenção mínima e da reversibilidade, na qual se infere que, futuramente, podem ocorrer soluções mais eficazes e menos invasivas para a resolução dos problemas. Antecipar a solução pode ser optar por uma alternativa menos adequada. Na leitura do arquiteto Élcio Silva, da Câmara, o posicionamento que preponderou representaria uma postura mais conservadora, em busca de maior certeza:

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** Questionaram essa visão de que talvez não se tratassem de questões pontuais, mas mesmo que não se tratassem de questões pontuais dentro do percentual que a gente colocou, precisaria talvez 10%, por mais que isso fosse aumentado e ainda assim não representaria o valor que justificasse uma intervenção de tirar tudo, de substituir tudo. [...] Então diante disso eles preferiram adotar uma posição, uma postura mais conservadora de ter uma certeza maior, um grau de certeza maior sobre o sistema de impermeabilização sobre a estrutura. Eu acho que esse foi um ponto bastante importante nisso aí,

porque as engenharias se posicionaram nesse modo. E ao final isso é meio que incontornável. (Entrevista, 2019)

---

Essa situação ilustra a divergência de posições entre profissionais de diferentes formações e que, muitas vezes, os desdobramentos de ações de preservação são condicionados por questões que não necessariamente dizem respeito às fundamentações dos argumentos técnicos, mas dos riscos que estão relacionados a cada uma das alternativas.

As correlações de forças representadas por esse embate dizem respeito a categorias profissionais diferentes e as escalas de capital cultural e poder simbólico que detêm para atuar no campo e, no caso, para disputar o objeto. Gestores, usuários, administradores, entre outros, apresentam seus pontos de vista e seus interesses com relação ao edifício a todo momento. Para Juliano Carvalho, essa não é uma característica particular ao Congresso Nacional:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** O Palácio do Congresso é um prédio muito grande, de uso e gestão públicos e com usuários poderosos. Nesse sentido ele não difere em nada de uma grande catedral, cujo bispo pode interferir nas decisões ou do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, do STF. Em todos esses lugares há prédios grandes com recursos que não são gerenciados como numa empresa privada, e com decisões de intervenção que não passam nem somente por técnicos não especialistas, nem somente pelo público, passam também por indivíduos. [...] Em comum com esses lugares todos que eu descrevi tem as dificuldades do órgão público, tem em comum a necessidade de concertar essa gama de agentes envolvidos, porque são os especialistas, os técnicos não especialistas, o público e esses indivíduos específicos dotados de muito poder. Então esses são problemas em comum com toda essa família de grandes monumentos. (Entrevista, 2019)

---

Essa questão pôde ser observada em outro caso similar, no Distrito Federal. Para os arquitetos do Supremo Tribunal Federal - STF, seria necessário à preservação do seu edifício-sede, localizado na Praça dos Três Poderes, entendê-lo como um *organismo vivo*, que precisa ser ocupado, devendo-se conciliar patrimônio e segurança, acessibilidade e materialidade, ainda que essa equação não seja simples, aliando determinantes técnicos, legais e políticos. Com relação aos determinantes políticos, o arquiteto Anderson Schneider destacou que eles vão desde a alta administração até a necessidade de negociação com outros órgãos internos no dia a dia: “É complicado.”<sup>2</sup> Para o arquiteto, há um entendimento da administração com relação ao valor arquitetônico do Palácio do STF, mas a consciência das consequências de intervenções sobre esse valor não possui o alcance que deveria: “tem uma dissociação de personalidades do edifício. Por um lado, ele é

---

<sup>2</sup> Relato sobre Oficina Técnica sobre a normatização de bens tombados no DF - IPHAN. STF, 31/03/2017 (Diário de Campo)

super importante, mas é como se essas características, que tornam o prédio único, fossem imutáveis.” (SCHNEIDER, Entrevista, 2020)

Esses meandros decisórios por vezes não permitem que as premissas das áreas técnicas, da arquitetura e da preservação prevaleçam. É uma contenda em que as forças de cada agente são colocadas e a posição do arquiteto, e até mesmo a posição técnica, é uma delas.

Nesse arranjo, os arquitetos costumam ter um duplo papel, devido a suas atribuições profissionais e institucionais: são, ao mesmo tempo, partes interessadas em fazer valer suas posições e agentes de busca do próprio consenso por meio do projeto pelo qual é responsável. Para Sidney Carvalho (Entrevista, 2018), a questão patrimonial nem sempre é predominante no debate e as perdas patrimoniais são as que mais facilmente são aceitas, assumidas como uma casualidade, como uma baixa necessária.

A preservação passa a ser viabilizada, muitas vezes, por meio de soluções de compromisso, de acordo, de mútuo comprometimento entre as partes para que um resultado seja alcançado. Segundo o arquiteto da Câmara, Fabiano SOBREIRA (Entrevista, 2019), para que a obra de acessibilidade à mesa diretora do Plenário da Câmara dos Deputados se viabilizasse, foi imprescindível a convergência de interesses políticos. O projeto foi objeto de muita negociação e algumas concessões. O interesse em proporcionar acessibilidade à mesa e à tribuna se tornou mais forte, ante outros interesses de ordem simbólica, por exemplo, quando passou de um direito difuso para uma demanda concreta: a presença de uma deputada, Mara Gabrilli (PSDB/SP), que depende do uso de cadeiras de roda para sua locomoção. Segundo o arquiteto, era um projeto que a própria coordenação tinha interesse que fosse executado, mas o patrocínio da Comissão Diretora dependia do nível de simpatia ou de adesão à causa da acessibilidade.

Essa mesma pressão se repetiu no Senado em 2018, com a eleição da então deputada para o cargo de senadora. As iniciativas anteriores nessa Casa eram paliativas e não permitiam acessibilidade efetiva à mesa ou à tribuna. Assim, tanto no caso da Câmara, quanto do Senado, ocorreram soluções de compromisso, lembradas no âmbito de outras ações pelos arquitetos Sidney Carvalho, do Senado, e Danilo Macedo, da Câmara, sejam entre interesses e agentes diversos, sejam entre requisitos patrimoniais de preservação e demandas contemporâneas de uso.

A obra de construção do banheiro feminino no plenário do Senado corrobora esse mesmo raciocínio. Muito embora não fosse uma demanda de preservação, sua localização e sua relação com o Plenário fazem com que ao ambiente sejam atribuídos valores patrimoniais relevantes, tornando-se uma questão sensível, como lembra o arquiteto responsável:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** O bom mesmo é que tivesse ficado o banheiro inicial como sempre, sem nenhuma mudança, ponto.

Certamente a edificação estaria mais preservada. Mesmo pensando nos valores, porque eu acho que a gente estava investindo novos valores parlamentares, simbólicos e políticos ao fazer essa intervenção. (Entrevista, 2018)

---

Investir novos valores, sem o comprometimento de valores essenciais existentes, é uma ação que, se não pode ser considerada estritamente patrimonial, pode contribuir para uma melhor fruição do bem, se for projetada e executada com respeito e prudência, atentando-se aos princípios patrimoniais.

Nesse caso, trata-se de novos valores simbólicos, frente a uma demanda de forte cunho político e social defendida pela Procuradoria da Mulher no Senado. A Procuradora afirmou que “Isso, para nós, é de um simbolismo muito grande, porque estamos mudando a estrutura física da casa pra que receba melhor as mulheres”.<sup>3</sup>



Nesse ambiente de disputas, os agentes buscam fazer valer seus interesses profissionais ou setoriais. Alguns defendem questões relacionadas à estabilidade estrutural, ao pleno funcionamento das instalações, à manutenção, entre outros aspectos. Outros se interessam na articulação e eficiência dos espaços, na sua percepção estética e sensorial, na preservação do patrimônio, na acessibilidade e sustentabilidade.

O Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 6) afirma que identificar os atores e seus interesses é fundamental para se chegar a uma solução efetiva de preservação. Contudo, é útil estar ciente de que essas soluções de compromisso resultam das disputas em torno do capital cultural, das formas de exercício de poderes simbólicos pelos agentes do campo, ou até mesmo entre campos distintos. Para STEVENS (2003, p. 16), o capital cultural está para o poder simbólico assim como o capital econômico está para o poder econômico. Na arena cultural, os grupos competem para maximizar seu capital cultural e seu poder simbólico.

Segundo ele, a arquitetura e os arquitetos se inserem no campo da cultura, um campo especialmente disputado justamente pela arbitrariedade essencial dos símbolos e dos bens culturais, que são objetos de disputa. Nesse campo, os grupos tentam convencer outros grupos a valorizar seu próprio capital mais do que o dos rivais (STEVENS, 2003, p. 84).

Assim, entender o espaço arquitetônico como sistêmico e articulado e, ainda, entender quais os caminhos possíveis de atuação, é uma forma de fazer com que a vontade política para uma demanda específica, não necessariamente positiva sob a ótica patrimonial, seja catalisadora de alterações

---

<sup>3</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>

adequadas do ponto de vista arquitetônico e de preservação. É o que defende Élcio SILVA:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** Hoje a gente tem tentado agir mais antenado com o que são as necessidades futuras que o edifício demanda [...] a gente utiliza aquele problema, aquela demanda que surgiu, pra incluir outras questões que estão relacionadas a ela e colocar outros problemas que podem ali ser resolvidos além daquilo. [...] A gente tem tentado, além de dar uma resposta para essas questões que exigem, a gente tem procurado ir além das questões, dos problemas pontuais. (Entrevista, 2019)

---

Chegar a uma solução arquitetônica que permita uma resposta rápida às demandas administrativas é uma estratégia para equalização do capital cultural nessas disputas e, com isso, a obtenção de um resultado mais adequado do ponto de vista arquitetônico.



Além das divergências entre disciplinas e categorias profissionais diferentes, o campo patrimonial, por sua configuração atual não hegemônica, proporciona espaços de negociações e embates, que remetem a categorias conceituais, também entre arquitetos.

A impermeabilização da plataforma do Congresso é um projeto de intervenção que vem sendo tratado conjuntamente entre Câmara e Senado e vem sendo conduzido pelas áreas técnicas das Casas, buscando sempre o diálogo amparado por um acordo formal de Cooperação Técnica. O elemento em questão, a plataforma, é único. Sua gestão, não.

Esse fato é o que faz do Congresso Nacional um caso incomum na preservação, segundo Juliano Carvalho, do Senado (Entrevista, 2019): “A única coisa que me parece de extraordinária e menos comum no nosso prédio é ser dividido entre dois donos, com duas equipes, com um Equador no meio que quase divide o prédio em dois.” Desta forma, Câmara e Senado, como instituições, são igualmente agentes, nesse arranjo, atuando sobre o objeto único, como avaliou o arquiteto:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** A gente tem um prédio só, gerido e preservado e mantido por duas instituições cada qual com suas equipes. Isso evidentemente é um problema, como quer que a gente pense é um problema, seja porque dá trabalho fazer com que essas pessoas se conversem ou combinar o quanto elas não vão se conversar e onde fica o muro. [...] Então partes análogas ou homólogas do prédio são tratadas de forma diferente dada a convivência desses dois grupos. É, isso se coloca das formas mais diversas, eu posso dar exemplos históricos de, por exemplo, um revestimento de mármore da plataforma de cobertura que foi mantido de formas diversas, então hoje quem olha o prédio de cima vê um lado mais preto e um lado mais laranja. Até na imagem externa do prédio se evidenciam consequências dessa divisão em dois. Existem esforços das duas equipes ao longo já de muitos anos,

de se aproximarem e fazerem uma gestão mais compartilhada e mais homogênea. (Entrevista, 2019)

---

A preservação é uma atividade de um campo social no qual ocorrem disputas. No Congresso Nacional, na medida em que não há uma instância interna de mediação dos conflitos, Câmara e Senado negociam frequentemente entre si seus interesses sobre o edifício e sua preservação, bem como internamente os diversos agentes também o fazem. Desta forma, evidencia-se o edifício como **objeto político**, como no entendimento do arquiteto da Câmara:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** O próprio edifício é um objeto político, no sentido de que ele é fruto de um conjunto de forças. O arquiteto e a cultura arquitetônica são só mais uma força, dentro de um conjunto de forças que gera a edificação. [...] tem que ter soluções de compromisso. Ou seja, você tem que ceder... você tem que escolher a batalha que você quer lutar. (Entrevista, 2019)

---

O próprio Danilo MACEDO (2011) já havia refletido sobre essa questão. Para ele, toda obra de arquitetura cumpre uma dupla função pública que extrapola sua finalidade imediata, constituindo um espaço público e uma forma de patrimônio. À medida que toda a sua trajetória, da concepção à demolição, envolve uma vasta gama de intervenientes, o objeto é forçosamente político, fruto de negociações entre grupos sociais.

Configura-se um espaço relacional – em nosso caso, a preservação, especificamente, a preservação do Congresso Nacional – e por consequência um fértil espaço de disputa entre os agentes: gestores e técnicos, alta administração e diretorias setoriais, engenheiros e arquitetos, servidores de uma instituição e de outra, para citar os mais relevantes verificados na pesquisa empírica.

A ação dos agentes, para Bourdieu, é resultado de uma mistura de liberdade e coerção. Somos agentes com vontade própria, mas não completamente livres para fazermos o que quisermos. Para ele, não é a regra, mas sim a estratégia, a orientação geral da prática, que, por sua vez, não surge do cálculo racional: “Não agimos como economistas em miniatura, que escolhem a melhor das numerosas possibilidades que são apresentadas durante a vida. (STEVENS, 2003, p. 65-70)”. Segundo STEVENS (2003, p. 70), embora as pessoas não sejam absolutamente racionais, elas são razoáveis, com as relações estabelecidas por meio de um processo de construção prática. Para ele, aprendemos a jogar o jogo não pela leitura de um manual de regras, mas pela observação e pela participação.

Esse espaço relacional no qual jogamos e agimos é o campo. Em nosso caso dois campos – patrimonial e de arquitetura – e a interseção entre eles. São sistemas estruturados de posições, com lutas entre os diferentes agentes que ocupam diversas posições, em busca da apropriação de um capital

específico do campo, da hegemonia, ou da redefinição daquele capital. A distribuição desigual do capital dentro do campo – há agentes com mais e outros com menos capital –, e, portanto, a correlação de forças entre os agentes, determina a estrutura do campo. As estratégias dos agentes podem ser entendidas quando as relacionamos com as suas posições no campo (BOURDIEU, 1998; 2007; CATANI, 2011).

Na luta entre os agentes por hegemonia no campo, há estratégias de permanência das bases atuais, evidentemente mais frequentes entre os dominantes, e estratégias de subversão, mais frequentes entre os dominados. Em luta, uns contra os outros, no entanto, os agentes possuem como interesse comum a própria existência do campo, estabelecendo, assim, uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem (LAHIRE, 2017). Essa dinâmica, de luta por espaço e por hegemonia, é fundamental para a própria existência do campo, que é reestruturado, em maior ou menor grau, a cada movimento de cada agente.

O campo da arquitetura definido por STEVENS (2003, p. 90-91) é constituído não somente por arquitetos, críticos e professores de arquitetura, mas por clientes, construtores, instituições do Estado, bem como o discurso arquitetônico, as normas e exigências legais e outras disposições.

Como campo cultural, intelectual, acadêmico e profissional, o **campo patrimonial** é movido pelo capital cultural em disputa. Essa noção foi trazida para a realidade de preservação de Brasília por Sandra RIBEIRO (2005). Para ela, tanto a escolha dos bens patrimoniais como sua gestão estão vinculadas a uma forma específica de exercício do poder simbólico. Essa compreensão auxiliaria na compreensão das práticas patrimoniais, abrindo possibilidades para novas formas de sua constituição e de sua gestão.

Segundo LIMA (2017), o **campo patrimonial** está configurado na medida em que o patrimônio depende da negociação de partes envolvidas, dos consensos, do exercício do poder simbólico e de objetos, sobre os quais as partes trabalham para obter um consenso. Para o autor, a lógica do campo patrimonial não difere em profundidade da lógica que fundamenta outros campos. Há “uma disputa pela autoridade, pela legitimidade, pelo domínio dos signos e pela autenticidade dos sentidos e das interpretações (p. 36).” LIMA, portanto, entende o campo patrimonial como um campo de conhecimento autônomo, transdisciplinar, e caracterizado por uma história, por uma legislação e por uma prática. E por metodologias de pesquisa e de projetos. Todos construídos e legitimados historicamente (p. 29-36).

Para o autor, são as ações dos membros do campo que definem os elementos a serem reconhecidos com patrimônio e como foco de conservação. Entender esse patrimônio como campo, para LIMA (2017, p. 329), significa lançar um olhar crítico sobre sua constituição e suas formas de atuação e, além disso, abordar criticamente o campo permite superar limitações e

distorções causadas pela hegemonia desproporcional dos grupos no momento do jogo, o que Bourdieu denomina de *poder simbólico*.



Em suma, todas as práticas acontecem em algum campo (STEVENS, 2003, p. 93). Tais práticas, por sua vez, estão relacionadas às lutas e relações dos agentes para impor sua visão a partir de interesses e referenciais relacionados à sua posição no mundo que pretendem transformar ou conservar. Seu poder de intervir nesse mundo depende do capital que possui nesse campo (CATANI, 2011).

Esse capital tem sido posto à prova nos debates sobre intervenções realizados. Muito embora haja sempre o intuito de cooperação e de convergência, as diferenças estruturais das instituições e dos órgãos – Câmara e Senado, DETEC e SINFRA – resultam em posicionamentos, estratégias ou agendas também diferentes, bem como as peculiaridades dos arquitetos envolvidos que levam a opiniões distintas e muitas vezes conflitantes.

Ainda que os acordos nem sempre sejam fáceis, nem as negociações garantia de frutos objetivos, o processo de negociação não é apenas desejável, mas necessário, como ressaltou o arquiteto do Senado:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Acho que esse caso [impermeabilização da plataforma] exemplifica inclusive a disposição de diálogos das duas equipes, e a dificuldade de chegar a acordos entre essas equipes porque há diferenças fundamentais entre as duas instituições. Seja no fato de que os tamanhos dos corpos técnicos são diferentes, o grau de estruturação dos corpos técnicos ao longo do tempo é diferente, e também as posições técnicas são diferentes, porque diferentemente de resolver uma equação de segundo grau, existe muito espaço para discordâncias e visões divergentes na gestão do patrimônio cultural e na intervenção sobre o patrimônio cultural. E calhou de no nosso caso de as duas equipes terem visões de fato divergentes. Então [...] eu vejo essa relação com a Câmara como um processo necessário, não só desejável, mas necessário, que tem recebido muitos esforços das duas equipes, mas que não se encontra concluído. (Entrevista, 2019)

---

Entender as diferenças de visões – entre Câmara e Senado, entre arquitetos e engenheiros, entre gestores e técnicos – e estabelecer o diálogo para buscar soluções convergentes faz parte do jogo. Por outro lado, é preciso ter em mente que os agrupamentos em torno de ideias variam segundo contextos e conforme aquilo que se está disputando. Arquitetos da Câmara e do Senado ora são convergentes em seus posicionamentos, ora se veem defendendo concepções distintas. O debate estabelecido entre os arquitetos com relação aos princípios, estratégias e soluções para a preservação do Congresso Nacional levam a ações mais conscientes e consistentes no complexo edificado.

Se as convergências devem ser buscadas e exploradas ao máximo, a consciência de que nem sempre o consenso será possível é igualmente necessária. Caminhos diferentes podem ser – e certamente serão – traçados para a preservação das respectivas áreas. É parte do jogo. É parte, inclusive, da experimentação. É nesse sentido que ponderou o arquiteto Élcio Silva:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** A gente [Câmara e Senado] criou uma sistemática de relacionamento entre as equipes e de condução de problemas que tende a se aprimorar nos próximos tempos aí. Por outro lado, também você sempre tem conflito, sempre tem dificuldades, assim, são, duas casas quatro equipes o número de profissionais multiplicado por isso, vivências variadas, premissas, conceitos incorporados e formas de pensar também múltiplas, acho que visões e que cada um puxa para um lado. Engenharia, arquitetura, eles tendem sempre a focar naquilo que é próprio da disciplina. (Entrevista, 2019)

---

Os diálogos e os debates servem, de qualquer modo, para se alcançar resultados mais sólidos conceitual e tecnicamente, uma vez que a teoria nem sempre alcança todas as nuances da prática. Para STEVENS (2003), é a dinâmica interna de luta por capital e poder dentro do campo o que impulsiona o próprio campo, onde todo valor “é outorgado pelo campo e o que é valorizado como excepcional ou não, depende do resultado da competição entre os membros do campo (p. 117).”

Como já vimos, essa dinâmica é operada por sujeitos e instituições, em que as disputas em torno do objeto político, ou o edifício, se dão em um arranjo no qual uma série de categorias subjetivas se inter-relacionam. As características e consequências desse arranjo serão tratadas em seguida.

## **Subjetividade e intersubjetividade**

Como vimos, há um campo definido – o campo patrimonial – que, segundo os ensinamentos de BOURDIEU, é um espaço relacional dinâmico, com uma estrutura estruturante das práticas dos indivíduos e instituições, mas, ao mesmo tempo, estruturada por essas práticas. Considerando-se a preservação de um conjunto edificado, como o Congresso Nacional, há representados, nesse campo, interesses de arquitetos, engenheiros, gestores, administradores e usuários.

Desta forma, o edifício se configura como um *objeto político* e a atividade da preservação é conformada por negociações entre os agentes em cada uma das intervenções, sejam elas com objetivo principal preservacionista ou não.

Como defende STEVENS (2003), “a ideia de campo nos sensibiliza para o fato de que os arquitetos são apenas uma parte de um sistema social muito mais amplo” (p. 100). Isso também ocorre no campo patrimonial.

Diante desse arranjo de interesses, aflora a questão subjetiva da preservação que se pode perceber nas falas que vimos anteriormente. A preservação de um objeto é realizada por sujeitos e é decorrente dos posicionamentos conceituais desses sujeitos, da atribuição de valores (ao objeto) por esses sujeitos, da negociação entre esses sujeitos, enfim, da ação de sujeitos. É, portanto, subjetiva. Para MUÑOZ VIÑAS (2005), na medida em que não é apenas um sujeito, mas um conjunto de indivíduos – ou de agentes, incluindo pessoas e instituições – que age sobre o patrimônio, instaura-se, portanto, um processo de *intersubjetividade*.

Antes mesmo de Muñoz Viñas, o reconhecimento da subjetividade do patrimônio e da necessidade de diálogos e de negociações para sua preservação estava sendo debatidos. Essa abordagem é indissociável do conceito de *Conservação Integrada*<sup>4</sup> desenvolvido nos anos 1970, que advoga justamente a necessidade de ampla negociação e de participação abrangente para que o patrimônio histórico urbano possa fazer parte do planejamento urbano da cidade e, assim, ser viabilizado de maneira sustentável.

A intersubjetividade é estabelecida em diversos níveis. Primeiro, os próprios arquitetos envolvidos possuem, necessariamente, trajetórias profissionais e acadêmicas distintas, levando-os a terem posições diferentes com relação à preservação e à arquitetura. Além disso, o debate pode ocorrer entre gestores, arquitetos e engenheiros sobre valores, estratégias e soluções. Em outro nível, as instituições, como agentes nesse campo patrimonial, atuam como sujeitos e tentam fazer com que seus interesses sejam respeitados, como no caso entre Câmara, Senado e, eventualmente, o IPHAN.

Outra esfera, não menos importante, consiste em ter o reconhecimento de que esse edifício, o Congresso Nacional, bem como qualquer outro bem tombado, é parte do patrimônio cultural de uma sociedade e, como tal, a preservação deve se subordinar também ao interesse público, à função pública e, portanto, ao ponto de vista difuso da sociedade<sup>5</sup>.

O objeto, necessariamente inserido na sociedade, tem sua significação dependente da sociedade e, qualquer ação sobre esse patrimônio se dá sobre a forma como esse objeto é entendido, subjetivamente, pelos sujeitos e pela

---

<sup>4</sup> Conforme JOKILEHTO (2002), a conservação integrada, cujo conceito foi aplicado na Itália nos anos 1970 (Bolonha e Ferrara), e definido e divulgado na Carta Europeia da Herança Arquitetural (1975) e na Declaração de Amsterdã (1975) “[...] é alcançada pela aplicação e técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados”. (JOKILEHTO, 2002, p. 11)

<sup>5</sup> O tombamento é o reconhecimento estatal de valores culturais de um bem, no caso federal foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937. No marco legal brasileiro, à medida em que um bem é tombado, ele passa a ter, além dos interesses privados de seus proprietários, interesse público, sendo que a preservação continua prioritariamente sob responsabilidade de seus proprietários ou, no caso de edifícios públicos, de seus gestores. Assim, os administradores e responsáveis por sua guarda e manutenção devem atuar não somente em nome de suas instituições – Câmara e Senado – mas também em benefício da sociedade, “observando-se todo o regramento constitucional e legal sobre a proteção do patrimônio cultural, sendo precisamente o cumprimento da função social que legitima o exercício do direito de propriedade pelo titular”. (MIRANDA, 2006, p. 27)

sociedade, como defende MUÑOZ VIÑAS (2005). Para Marilena CHAUI (2012), todos os entes reais, ou objetos, “são seres culturais, campos de significação variados no tempo e no espaço, dependentes de nossa sociedade, de nossa classe social, de nossa posição na divisão social do trabalho, dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens”. (p. 22-23)

Para MUÑOZ VIÑAS (2005), o subjetivismo é inerente à preservação, uma vez que os valores não estão no objeto, mas na percepção que o indivíduo e a sociedade têm desse objeto. O foco da preservação se desloca do objeto, no caso, o edifício, para os sujeitos ou agentes envolvidos, incluindo os técnicos, os usuários, os gestores e a sociedade em geral. A valoração e a definição de diretrizes ocorrem de forma subjetiva, tendo em vista a funcionalidade da obra e as necessidades dos indivíduos.

Nesse arranjo de sujeitos e subjetividades, as soluções ocorrem por negociação e conciliação, que, analisados à luz de Bourdieu, são fruto das disputas por hegemonia dentro do campo por parte dos agentes. Para MUÑOZ VIÑAS (2005, p. 158), a abordagem pretensamente objetiva (para o autor, não há, de fato, abordagem realmente objetiva, pois são indivíduos os tomadores de decisão e que qualquer metodologia, por mais objetiva que alegue ser, é tendenciosa) deve ser substituída pelo reconhecimento da necessidade de negociação e consenso entre os agentes e seus interesses. Desta forma, para ele, a intervenção passa a ter maior chance de êxito.

Para DE LA MORA (2002), os processos de negociação são justamente implantados para “transformar o antagonismo e a concorrência em colaboração e partilha equitativa dos resultados da intervenção”. (p. 233)

Segundo MUÑOZ VIÑAS (2005, p. 97), até mesmo o conceito de *autenticidade* faz parte de um percurso histórico subjetivo que incidiu sobre o objeto, e não é inerente ao objeto. Em muitos casos, para ele, o autêntico é confundido com preferível ou esperado pelos próprios sujeitos envolvidos. Assim como a autenticidade, a legibilidade – ou a unidade potencial nos termos de BRANDI ([1963] 2004) – de um bem também é subjetiva. Quando um preservacionista decide recuperar a legibilidade de um objeto, ele está, na verdade, fazendo uma escolha sobre qual legibilidade deve prevalecer em relação a inúmeras outras possíveis. (MUÑOZ VIÑAS, 2005, p. 100-101)

Em meio a esse arranjo subjetivo, os limites éticos que evitam perdas expressivas de valores patrimoniais estão, para MUÑOZ VIÑAS (2005, p. 195), no conceito de sustentabilidade, ou seja, na necessidade de preservação dos significados e valores do objeto patrimonial para gerações futuras, o que evitaria excessos de subjetividade. Como princípio abstrato, a sustentabilidade proposta pelo autor espanhol é válida e já sedimentada no campo patrimonial. No entanto, a operacionalização desse princípio pode ser complexa, como a pesquisa empírica demonstrou.

No Congresso Nacional, algumas práticas desenvolvidas têm proporcionado uma abordagem mais segura com relação à conservação dos valores patrimoniais do bem, considerando-se essa intersubjetividade.

Primeiramente, a fundamentação da intervenção em processos metodológicos de levantamento físico, pesquisa histórica e pesquisa documental proporcionam a compreensão ampla do edifício em suas instâncias estética, histórica e material, e são parte indispensável para o desenvolvimento do projeto. No caso da plataforma, essa questão tem sido fundamental, como ressaltou Élcio Silva:

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** O maior ensinamento desse percurso todo foi que essa fase preliminar de aprofundamento de estudos é importante pra você ter segurança na decisão. Eu acho que o lastro da investigação histórica e de levantamento que foi feito deu muita segurança para a gente. Acho que o caminho, o caminho é esse. [...] Foi justamente esse conjunto de informações de dados que deu para nós a segurança para seguir adiante, e dizer: a gente está confiante nisso aqui. Nas próximas intervenções grandes acho que a gente deve seguir o mesmo caminho e se é reparo pontual ou se é substituição, isso é o que menos interessa para nós, o que interessa para nós é em termos de segurança, de resposta para manutenção, para os sistemas como um todo, e para preservação. É o desafio, é no fio da navalha que a gente sempre caminha. (Entrevista, 2019)

---

Segundo, no caso do Congresso Nacional, esse ambiente de debates, formal ou não, tem sido um fórum que proporciona uma espécie de análise cruzada dos posicionamentos patrimoniais de cada uma das Casas, ou uma precaução especial com as decisões tomadas individualmente, como ressaltou o arquiteto Juliano Carvalho, do Senado:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** As equipes de arquitetura e engenharia especificamente de preservação do patrimônio têm conversado muito ao longo dos anos. Antes de eu entrar já havia um diálogo constante, esse diálogo não é só protocolar, mas envolve análises de parte a parte, de propostas. Nós fizemos propostas de intervenção relevantes no Edifício Principal e eles também, que foram analisadas de um lado e do outro e vice-versa e em alguns casos houve acordo. [...] Mas é um processo que está longe de se concluir, a gente tem, a gente tem feito obras pela metade ainda, claro que a gente tenta fazer obras pela metade que não vão ter consequências visuais drásticas. Então a gente fez uma manutenção na fachada do Anexo I sabendo que isso não ia mudar a aparência da fachada do Anexo I, do Senado e, portanto, não seria um problema que a fachada da Câmara não tivesse a mesma manutenção, isso foi pensado. Então a diferença e a divisão entre os prédios fazem parte do nosso processo de divisão até pra tomar decisões individuais na esperança de que, não na esperança né, na expectativa tecnicamente instruída de que não seja um problema essa decisão individual, como foi o caso da manutenção do Anexo I. (Entrevista, 2019)

---

Um terceiro ponto, não menos importante, é a submissão a um olhar externo das ações de preservação realizadas no bem. A participação do IPHAN, para além de ser uma determinação legal, representa uma maneira de compartilhar as decisões com uma terceira instituição que possui evidente capital cultural acumulado na área patrimonial, contribuindo para que não ocorram perdas significativas de valores. A próprio rito de licenciamento faz com que a instituição de maneira mais ampla – para além dos arquitetos – se envolva com a preservação. Essa questão retornará à tese no Capítulo 9, na discussão sobre métodos, valores e atributos.

O posicionamento de LIMA (2017) corrobora esse último ponto. Ao analisar a preservação de edifícios em Brasília, ele observa que a efetividade dessa preservação depende da contemplação das óticas de vários atores, sem o monopólio de um segmento no qual o especialista esteja inserido. Considerando que a preservação do patrimônio é uma construção cultural, um bem patrimonial só adquire legitimidade social com a participação de múltiplas subjetividades. Para ele, “os edifícios, de fato, só serão bens patrimoniais com o reconhecimento de seus valores pelos seus usuários, gestores, interessados - o universo social que os envolve”. (2017, p. 333)

★

Vimos, em suma, nessa Parte II, que o Congresso Nacional é um bem de maior relevância no patrimônio cultural brasileiro, e que reconhecimentos formais e legais dessa relevância se sucederam desde 1987, com o tombamento distrital do Conjunto Urbanístico de Brasília e se solidificaram com a inscrição do bem no Livro do Tombo de Belas Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN em 2017.

A sua preservação, como uma atividade exercida tanto pela Câmara dos Deputados, quanto pelo Senado Federal, é o resultado da ação das equipes de arquitetura de ambas as instituições, às vezes em conjunto, mas engendram uma série de disputas e negociações que revelam duas características importantes relacionadas ao processo: o entendimento do edifício como um objeto político; e a constatação de que uma pretensa objetividade da preservação dá lugar a um arranjo de subjetividades.

Na parte III, veremos como esses aspectos se relacionam a abordagens conceituais sobre o edifício, aos métodos de preservação, ao reconhecimento dos valores e atributos do bem e às transformações e permanências decorrentes dessa atuação.

★★★





# PARTE III

Como vimos, a preservação é um processo essencialmente intersubjetivo, no qual as decisões consideram o envolvimento de uma composição de agentes de várias categorias profissionais e com diferentes relações com o bem. A sociedade, mesmo que de forma difusa ou indireta, deve entrar nesse arranjo, uma vez que um edifício tombado, por exemplo, é constitucionalmente subordinado ao interesse social.<sup>1</sup>

Quando as decisões de projeto e de obra são efetivamente tomadas, a quantidade de agentes envolvidos nesse momento particular é reduzida e é fundamental que o papel do especialista seja preponderante, como reconhece MUÑOZ VIÑAS (2005). O conhecimento teórico, metodológico e técnico do profissional – em especial o do arquiteto – é indispensável para que os valores patrimoniais possam ser conservados e usufruídos no futuro.

As abordagens conceituais realizadas pelos profissionais, fundamentadas teórica e metodologicamente, dão o lastro para a sua atuação, aumentam sua reserva de capital cultural e fortalecem seu poder simbólico necessário ao ambiente político instaurado na preservação.

Os arquitetos envolvidos com a preservação do Congresso Nacional, como vimos, não somente estão familiarizados com essa teoria, mas também são parte ativa do campo patrimonial, tanto por sua própria atuação, quanto pela relação com instituições como o ICOMOS e o DOCOMOMO, e com o mundo acadêmico. Além disso, trajetórias profissionais que incluem experiência laboral no IPHAN proporcionaram a alguns arquitetos uma efetiva relação com o campo antes de serem servidores da Câmara ou do Senado. O empenho dos arquitetos em assumir uma participação ativa no campo patrimonial revela uma vontade grande de estar envolvido no *jogo*, de acreditar que o *jogo* vale a pena, pensando novamente na teoria de Bourdieu.

Na prática da preservação do Congresso Nacional há, portanto, uma composição de arquitetos, parte integrante do *campo patrimonial*, que demonstra tenacidade em participar desse campo. Por essa razão, os arquitetos, conhecedores do estado-da-arte da preservação, dominam as disposições teórico-metodológicas que dele fazem parte. Com isso, o debate interno ocorrido na prática da preservação, especialmente nas ações conjuntas, é, além de qualificado, impetuoso, por força dessa *vontade de jogar o jogo*.

Como vimos na Parte I, o estado-da-arte não se caracteriza por uma corrente de pensamento hegemônica com relação à preservação do edifício moderno, mas pelo estabelecimento de uma convergência de ideias que, no debate teórico, mostra-se preponderante. No entanto, os diversos vieses existentes e a predisposição por uma visão mais voltada à preservação

---

<sup>1</sup> Imagem de título: Catedral Metropolitana de Brasília (Oscar Niemeyer, 1958-1970). Restauração dos vitrais, 2010. Foto do autor.

tradicional – na linha Brandi, Carta de Veneza, ICOMOS – ou aos novos princípios debatidos a partir dos anos 1990, mostraram-se determinantes na ação prática no Congresso.

As abordagens conceituais sobre o Congresso Nacional e sua preservação, que serão debatidas no Capítulo 0, são exemplos de como o debate teórico, passando por essas abordagens, chega a sua aplicação na prática, e em que medida a filiação conceitual influencia esse processo. A partir dessa análise, reflito sobre o inter-relacionamento dos campos patrimonial e da arquitetura.

No Capítulo 9, discuto como os métodos, em especial o processo de entendimento da significância e dos valores patrimoniais, são instrumentos para mediar as diferenças de abordagens conceituais, debatendo ainda suas fragilidades.

Por fim, o capítulo 10 trata de como o princípio de *gestão de mudanças* na estratégia para a preservação do edifício moderno é fundamental na ação prática. É a partir do reconhecimento da necessidade de preservar e da premência de mudanças reclamadas pelo uso, pela manutenção, pela atividade econômica, que reside o papel da própria ação de preservação, ou seja, identificar e estabelecer o ponto de equilíbrio adequado na dualidade transformações e permanências.

O caminho que parte das percepções do sujeito da preservação – nesse caso, o arquiteto –, passa por sua aplicação ao objeto, por meio do método e do processo de valoração, e resulta em consequências patrimoniais e arquitetônicas no próprio bem é percorrido nesta Parte III.

★★



# **CAPÍTULO 8**

## **Vetores Patrimoniais**

Não há uma única maneira de pensar o bem patrimonial e sua preservação, conforme vimos. Não somente o estado-da-arte da preservação – uma tentativa de consenso – aparece como fator importante, mas todo o debate que o conformou segue sendo importante, dado o dinamismo próprio do campo.

Uma questão de partida foi lançada nos anos 1990: a preservação da arquitetura moderna deveria ser realizada observando-se o arcabouço teórico existente, o da *preservação tradicional*, ou um novo marco teórico e conceitual que fosse mais adequado ao objeto e suas vicissitudes deveria ser construído?

Em meio a esses caminhos, desenvolveram-se vertentes conceituais de preservação do Movimento Moderno, advogando-se uma ou outra opção. O posicionamento do DOCOMOMO foi marcante em nome de uma nova teoria, mas, tendo em vista reações fundamentadas no campo patrimonial, observou-se a busca de convergência em nome de uma abordagem que considerasse os princípios da preservação tradicional e, ao mesmo tempo, fosse mais transigente com relação a certos aspectos do Movimento Moderno. Esse movimento de convergência encontra-se sintetizado no DOCUMENTO DE MADRI-NOVA DÉLI (ICOMOS. ISC20C, 2017) e nas conclusões do Grupo de Trabalho estabelecido pela APT (FIXLER, 2017).

Não se trata de uma questão superada. Nunca será. Considerando-se a preservação como um campo social, tem-se pois o estabelecimento de um ambiente dinâmico de disputas e debates, onde agentes – pessoas e instituições – sempre buscarão melhores posições com base em seus capitais culturais. A hegemonia, se existente, sempre será contestada e posta à prova. É do campo.

O marco teórico de um dado momento, portanto, é sempre o resultado sincronizado dessas disputas, com níveis maiores ou menores de consenso ao longo da história. O que temos hoje é uma tendência de convergência que influencia a prática e a produção teórica e acadêmica no campo. Tendo em vista a consistência teórica fundamentada em um histórico de quase dois séculos, e uma ampla aceitação entre indivíduos e instituições relevantes, tal tendência configura o estado-da-arte da preservação do edifício moderno, e é a base para análises e objeto de críticas na presente tese.

Tomando-se a dinâmica do campo, intervenções de preservação que divirjam ou se afastem desse estado-da-arte não podem ser consideradas, *a priori*, descontextualizadas. Há de se entender suas próprias fundamentações e, se necessário, criticar o próprio marco teórico, sobretudo quando os profissionais envolvidos se mostrarem inseridos no debate e no campo patrimonial, como é o caso do Congresso Nacional.

Tanto os princípios da preservação tradicional como as discussões dos últimos trinta anos fazem parte do cabedal teórico que os arquitetos têm em

mente e têm utilizado na na prática e na produção acadêmica. As áreas de arquitetura do Congresso Nacional, bem como seus profissionais, são agentes legítimos do campo patrimonial, com trânsito entre os meios acadêmico e institucional, contribuintes do debate nacional e internacional no tema da preservação do edifício moderno.

Esse fato dá consistência às convergências e às divergências verificadas nas ações e nas declarações dos colegas com os quais trabalho e com os quais desenvolvi a presente pesquisa. Assim, nesse microespaço social da preservação do Congresso Nacional, os próprios conceitos, princípios e métodos são objetos permanentes de debates e, portanto, de transformações, por seus agentes.

Como vimos, as condições efetivas de preservação nem sempre permitem que a teoria seja aplicada integralmente. O edifício, como objeto político, e a prática, como um processo subjetivo e intersubjetivo fazem com que outras categorias estejam no debate e influenciem nas decisões de projeto. Isso, no entanto, não diminui a relevância da consistência teórica e conceitual para a ação prática. Ao contrário.

O domínio teórico constitui o capital cultural de que o arquiteto dispõe para participar do dinamismo do campo. Quanto mais consistente, mais aprofundado e mais consubstanciado, no próprio campo, mais capital cultural estará disponível e maior poder simbólico ele possuirá. E do ponto de vista institucional essa afirmação igualmente se aplica.

As equipes da Câmara e do Senado se posicionam nas disputas não somente com seus capitais individuais, mas os capitais estabelecidos na trajetória e na atualidade de cada um dos setores. Quanto mais consolidada essa posição das equipes no campo patrimonial, individual e coletivo, maior será a correlação das ações com as disposições compartilhadas nesse campo, ou seja, em seu marco teórico.

Isso faz do edifício um caso privilegiado, em que há um grupo capacitado de arquitetos pensando esse patrimônio, com ingerência operacional em um contexto intersubjetivo para agir sobre ele. As próprias divergências conceituais verificadas fazem com que o debate seja ainda mais qualificado e que argumentos sejam postos à prova e ao olhar crítico de si e do outro.



COMO OS ARQUITETOS VEEM O CONGRESSO NACIONAL em sua essência patrimonial? Como se dá essa abordagem? Em que bases ocorre a compreensão desses agentes, desses sujeitos, sobre o objeto histórico e artístico a ser restaurado ou conservado?

Segundo métodos tradicionais, como apontado por FEILDEN (2003), a primeira aproximação de um restaurador a um edifício se faz por meio de um relatório de inspeção, um exame meticuloso que requer a habilidade

de entender as mensagens no bem cultural e seus valores. O edifício deve ser visto como se ele estivesse falando com o arquiteto, que deve estar livre de preconceitos e aberto às informações que o edifício quer passar. Para ele, qualquer evidência histórica ou documental deve ser encontrada, digerida e registrada tendo sempre como fim a preservação do bem (p. 203).

A maneira pela qual o arquiteto busca conhecer o edifício em todas as suas dimensões dará pistas sobre como ele intervirá no bem patrimonial, uma vez que a questão do método, em preservação, é central e determinante nas decisões de como intervir e como agir.

A maneira de apropriação proposta por FEILDEN é uma maneira clássica de aproximação, que começa pelo bem existente, tal qual se encontra na atualidade, e regride na história em busca de informações necessárias à valoração e às definições de projeto.

É nesse sentido a orientação da UNESCO para propostas de inscrição de bens na lista de Patrimônio mundial:

A Descrição do bem deve incluir a identificação do mesmo, assim como uma visão global da sua história e evolução. Todos os elementos constitutivos que figuram nos mapas devem ser identificados e descritos. Assim, quando se trata de propostas de inscrição em série, cada um dos elementos constitutivos deve ser claramente descrito.

A História e a Evolução do bem devem descrever como o bem chegou à sua forma atual e as alterações importantes por que passou. Estas informações devem relatar os factos importantes necessários para apoiar e reforçar o argumento de que o bem satisfaz os critérios de Valor Universal Excepcional e as condições de Integridade e/ou de Autenticidade. (UNESCO, 2018)

Para a arquitetura moderna, como vimos, o projeto ganhou relevância na compreensão histórica do edifício. Diante desse novo fato, não somente a trajetória do bem é antecipada à sua fase de concepção, como se criou- uma tendência de inversão dessa maneira clássica de se apropriar do bem, tendo como ponto de partida e como base da análise a ideia inaugural representada pelo projeto. A força da *autenticidade de projeto*, defendida tanto pelo Docomomo, quanto por autores relacionados à construção da visão predominante nos anos 1990-2000, em especial PRUDON (2008), corroborava essa tendência.

Com o desenvolvimento posterior do debate, estabelece-se uma nova relação de equilíbrio entre concepção arquitetônica e trajetória histórica. A *autenticidade de projeto* deixa de ser um princípio absoluto ou preponderante, como alguns autores propuseram nos anos 1990-2000, e a importância da fase de concepção passa a compor o arranjo de valores a serem reconhecidos no bem. Além disso, como veremos mais à frente, o projeto passa a ser um documento com valores patrimoniais próprios a serem preservados.

No entanto, como estamos falando de valores, que não são absolutos, mas gradativos, existe uma margem para diferenças no peso que o projeto e a trajetória histórica do edifício representam nessa conjugação de fatores. A pesquisa empírica demonstrou que uma dessas diferenças, determinante para a preservação, reside nas distintas atitudes de compreensão e apropriação do edifício e de sua história.

Sintetizei essas diferentes atitudes em dois possíveis vetores relacionados a como se dá a aproximação dos arquitetos com relação ao edifício. Esses vetores são como segmentos orientados que variam com relação ao seu sentido de desenvolvimento. Não estão, entretanto, necessariamente relacionados à completude nem à ordem de cumprimento das etapas de pesquisa histórica e levantamento do bem e dos diagnósticos das patologias. Mas, em como esse conjunto de informações se organiza cognitivamente no processo individual ou coletivo de compreensão do bem.

Percebi que há um **Vetor Prospectivo**, que parte da compreensão da concepção do edifício para, posteriormente, entender sua configuração atual, seguindo uma lógica que remete à visão predominante do DOCOMOMO (DOCOMOMO, 1989; KAIRAMO, 1991; STRAPPA, 1991; ZERRES, 1996) e de autores, especialmente PRUDON (2008).

Por outro lado, identifiquei o inverso, o **Vetor Retrospectivo**, que, mais relacionado ao método da preservação tradicional, conforme BRANDI ([1963] 2004), CARTA DE VENEZA (1964) e manuais de conservação em sentido amplo, como o de FEILDEN (2003), tem como parâmetro inicial a situação presente do bem para, a partir dela, compreender os fatos e configurações do passado. Esquemáticamente, teríamos o que está representado abaixo (Figura 79):

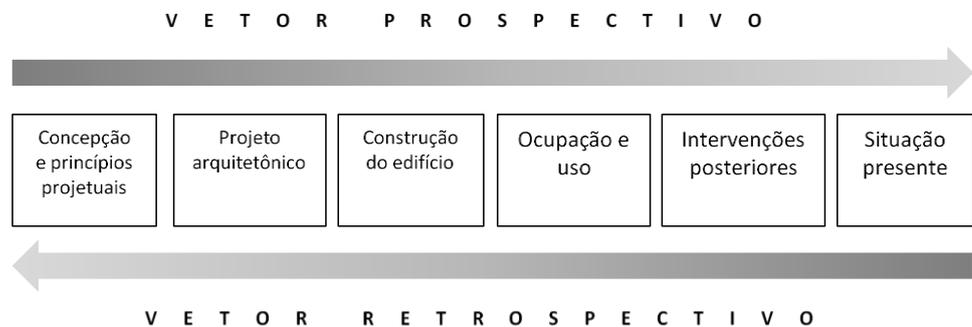


Figura 79 – Vetores de abordagem do edifício histórico

Esses vetores geram diferentes encadeamentos lógicos utilizados para encaminhar as decisões e justificar as ações, apresentam vieses distintos uma vez que o ponto de partida, seja ele a concepção ou a atualidade, terá maior peso na atribuição de valores em detrimento do ponto de chegada. Em

seguida, apresentarei cada um dos vetores, suas fundamentações e suas consequências projetuais a partir dos achados da pesquisa empírica.

## Vetor Prospectivo e Vetor Retrospectivo

NO VETOR PROSPECTIVO, o momento de concepção do edifício é protagonista de sua história. É o ponto de partida para a compreensão do bem. Como vimos, está fundamentalmente relacionado ao conceito de *autenticidade de projeto*. A Câmara dos Deputados tem demonstrado prioritariamente essa abordagem em suas intervenções.

A sequência indicada por Élcio SILVA (2017) para a compreensão do Congresso Nacional deixa bem claro esse vetor:

Inicialmente, pretende-se verificar de que modo os valores podem ser identificados nos eventos da etapa de concepção. Na sequência, examina-se como foi o desdobramento das intenções de projeto na fase do desenvolvimento e como se materializou o planejamento; qual a relação entre projetos concebidos e obras prontas; e em que medida as intervenções posteriores também constituíram valores. (SILVA, 2017, p. 43)

Diante disso, tem sido uma preocupação central, a seus arquitetos, a compilação, o tratamento e a análise da documentação original da fase de projetos e construção do Palácio do Congresso Nacional, bem como a compreensão dos princípios arquitetônicos e métodos construtivos que foram utilizados no período entre 1957 e 1960.

A documentação técnica, organizada e compilada a partir de 2006, possibilitou a formação de um entendimento comum entre os arquitetos da Câmara no qual a leitura do percurso do edifício começa pelos projetos originais. Essa é a abordagem patrimonial predominante. Segundo o arquiteto Élcio SILVA, a equipe passou a ter uma ideia *incorporada* do que seriam as premissas de preservação:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** [A equipe da Câmara dos Deputados] compartilha de algumas ideias, e aí são premissas mesmo, do que são, o que é esse preservar, que rumo que esse preservar deve seguir, que é ter como referência projetos originais, o percurso histórico, os manifestos. Enfim, toda essa parte histórica que foi feita já construiu uma referência forte para nós. (Entrevista, 2019)

---

A síntese da documentação e a análise arquitetônica realizadas por Élcio SILVA (2012) têm papel fundamental, pois além de estabelecer um novo nível de compreensão histórica do processo de concepção e de construção do Congresso Nacional, trouxeram uma visão mais contextualizada ao situá-lo no conjunto dos *palácios originais de Brasília* – além do Congresso Nacional, os Palácios da Alvorada, do Planalto e do Supremo Tribunal Federal.

SILVA (2012; 2014) analisou criticamente a documentação que havia sido organizada e catalogada como atividade institucional da Câmara, um passo para apreender os valores do edifício. O estudo mais abrangente, incluindo os demais palácios, permitiu ainda, segundo o arquiteto, que perguntas dirigidas ao Palácio do Congresso Nacional pudessem também ser respondidas por outros projetos, outras obras, no caso os outros palácios estudados. Isso converge com a disposição do Documento de Madri, segundo a qual, na avaliação da significância, os bens devem ser comparativamente identificados e avaliados, permitindo assim uma análise e uma compreensão do seu significado relativo. (ICOMOS. ISC20C, 2011)

Desde as indicações contidas no Plano-Piloto de Lucio COSTA ([1957] 2014), passando pela concepção e pelos anteprojetos de Oscar Niemeyer, pelo desenvolvimento arquitetônico e estrutural e chegando à construção e às alterações iniciais, as publicações dos arquitetos da Câmara sobre o tema são numerosas: sobre o Congresso Nacional: SILVA (2012; 2014; 2017), MACEDO e SILVA (2010; 2011) e MACEDO, LIMA e SILVA (2013). Sobre Oscar Niemeyer: MACEDO (2000; 2008). Sobre Joaquim Cardozo, MACEDO e SOBREIRA (2009; 2010).

O processo projetual, a definição do partido, as alterações volumétricas e programáticas, as soluções relacionadas ao desenho urbano e as contingências da obra foram rigorosamente levantados e analisados por Élcio SILVA (2012; 2014), e representam a principal fonte de consulta para compreender esse primeiro período do edifício. A relação com a teoria arquitetônica foi explorada por Élcio SILVA e Danilo MACEDO (2011), bem como conjuntos ou especificidades da obra de Oscar Niemeyer, tratados por Macedo (2000; 2008).

Essa preocupação, que resultou em amplo conhecimento do edifício e da obra de Oscar Niemeyer, está refletida no olhar direcionado ao Congresso Nacional como bem patrimonial. Nos discursos dos arquitetos da Câmara, bem como nas intervenções realizadas a partir de seus projetos, alguns atributos foram tratados com maior atenção, como a concepção arquitetônica e estrutural e os princípios ordenadores e estratégias projetuais.

É o que nos esclarece o arquiteto Danilo MACEDO:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** A malha estrutural do edifício principal ela é toda de 10m por 15m, com aqueles pilares elípticos, então... pela própria configuração da arquitetura de grandes espaços abertos, com as colunas soltas, aquilo é a expressão da estrutura livre, de modo que a estrutura é a expressão do princípio ordenador do prédio. Essa que é a leitura que nós fizemos, para valorar o edifício (MACEDO, Entrevista, 2019).

---

Para ele, tais diretrizes de projeto são determinantes para a preservação, mas devem ser avaliadas e interpretadas de acordo com a realidade. Nessa

mesma linha, segundo o arquiteto **Élcio SILVA** (Entrevista, 2019), a ideia do ordenamento estrutural, como expressão arquitetônica dos palácios projetados por Oscar Niemeyer em Brasília, é a premissa da concepção também do Congresso Nacional:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** Quando o Oscar [Niemeyer] fala ‘quando a estrutura está pronta a arquitetura já está lá’, isso não é um jogo de palavras, porque o desafio que ele tinha aqui era construir rápido, e se a gente lembra de qualquer obra, o que fica pronto primeiro? O sistema estrutural. Então quando ele fala eu preciso resolver a arquitetura de tal modo que quando a estrutura estivesse lá pronta poucos elementos eu precisasse acrescentar a essa arquitetura para que ela ficasse finalizada. Então eu acho que esse percurso do desenvolvimento, a gente fala na síntese projetual e construtiva, ela é que norteia a visão que a gente tem disso tudo [dos valores patrimoniais]. (Entrevista, 2019)

---

Essa seria, portanto, para o arquiteto da Câmara, a chave para o entendimento dos valores patrimoniais do Congresso Nacional: a síntese projetual e construtiva estabelecida entre 1957 e 1960. Essa síntese se relaciona tanto a disposições dadas no anteprojeto, quanto a alterações na fase de detalhamento e de obra. Quanto mais essas disposições estejam relacionadas aos princípios ordenadores fundamentais da concepção arquitetônica, mais serão relevantes patrimonialmente, segundo essa ótica.

Nesse sentido, até mesmo as transformações sofridas na etapa de projeto são vistas com ressalva. Como demonstrou **Élcio SILVA** (2012), no caso do Edifício Principal, alguns pavimentos tiveram dezenas de versões de projetos executivos a partir de um só anteprojeto. No entanto, enquanto o anteprojeto reflete a concepção projetual, o princípio ordenador e a lógica do partido, os projetos executivos já subvertiam esses aspectos a questões pragmáticas ou construtivas, tornando-se mais turvos com relação à concepção. É o que relatou o arquiteto **Danilo MACEDO** sobre o Plano de Preservação, especificamente sobre o Edifício Principal:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** O cerne da questão aqui é recuperar em termos de uso o caráter que deveria ser original do Palácio do Congresso. Só que você esbarra em algumas coisas no meio do caminho. Por exemplo, está muito clara a ideia dos grandes salões, dos espaços livres em continuidade com a Esplanada com a Praça – é uma caixa de vidro – e que as circulações são bem claras, bem simétricas. Só que isso aqui é um anteprojeto. O anteprojeto que foi para a frente. No próprio executivo chegou a haver 35 versões só desse pavimento aqui, por exemplo. [...] Então assim, essa é a nossa ideia ampla de tornar circulações mais claras de acordo com a feição original [do segundo anteprojeto], recuperar esses corredores amplos, tanto quanto possível. A [feição] original, da concepção e não dos ajustes feitos durante a obra. (Entrevista, 2019)

---

A preponderância da concepção, e o estabelecimento de um **vetor** que parte dessa concepção no sentido da obra e da história do edifício,

posteriormente, foi um princípio relevante na abordagem patrimonial pelos arquitetos da Câmara com relação ao revestimento da plataforma do Edifício Principal. A sequência cronológica partiu do padrão ordenador da paginação, passando pela obra, depois pelo assentamento, e, por fim, pelas eventuais modificações no que foi executado. É o que o arquiteto expôs:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** Segundo nossa ideia, primeiro tinha que compreender o padrão original da estereotomia<sup>2</sup>, do corte de pedras, entender como é que ele tinha sido aplicado, e depois entender como é que ele havia sido modificado, se ele havia sido modificado. Segundo entender todo o sistema de escoamento de água, como ele havia sido projetado, como havia sido executado, e como ele havia sido modificado. Terceiro, mesma coisa com os sistemas de impermeabilização. E isso tudo com vistas à preservação não só do aspecto, mas também de soluções técnicas que a gente ainda, que na minha visão a gente não conhece bem ainda. A gente queria entender mais. (Entrevista, 2019)

---

Com base nesse conhecimento fundamentado na gênese do edifício, ou seja, os três anos entre a concepção, o projeto e a construção do Palácio, um paradigma passou a ser estabelecido para uma das equipes, na qual essa fase do percurso histórico do Congresso Nacional adquire forte significância. Para o arquiteto Danilo Macedo (Entrevista, 2019), o projeto de readaptação dos ambientes do Edifício Principal, parte do *Plano de Preservação* em desenvolvimento na Câmara, teria, como cerne da questão, como já vimos, a recuperação em termos de uso do caráter que *deveria* ser (ou ter?) o original do Congresso.

Assim, as intenções projetuais que foram consolidadas na etapa de anteprojeto são consideradas autênticas e válidas no bojo de valoração do Palácio do Congresso. Mais do que isso, seriam, nesse caso, a referência para o entendimento do edifício e o ponto de partida nesse vetor Prospectivo. Para os arquitetos da Câmara Élcio Silva e Danilo Macedo, o Segundo anteprojeto é o que melhor sintetiza as intenções projetuais de Niemeyer e cumpriria esse papel. Até mesmo os ajustes realizados posteriormente teriam menos relevância, como salientou Danilo MACEDO (Entrevista, 2019). Significaria retornar o espaço à feição original, “da concepção original e não dos ajustes feitos durante a obra”.

A compreensão estética e histórica do edifício é construída por meio desse vetor de aproximação, tendo como ponto de partida e como referência o projeto. Ainda que a proposta de projeto, no caso do *Plano de Preservação* da Câmara dos Deputados não implique o retorno a uma condição prévia, a um ponto específico do passado, são as decisões projetuais dos arquitetos

---

<sup>2</sup> Por estereotomia entende-se o padrão lógico de assentamento das pedras de mármore na plataforma, onde em uma direção as juntas são coincidentes e, em outra, alternadas, possibilitando o uso de peças de diversos tamanhos, bem como a integração de irregularidades cromáticas das pedras num efeito de mosaico. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018)

originais que fornecem o subsídio para a conformação do partido arquitetônico da intervenção.

Para além dessa atitude, a concepção arquitetônica e estrutural do Palácio do Congresso, bem como os princípios ordenadores e as estratégias projetuais utilizadas no final dos anos 1950, passam a influenciar a produção arquitetônica de novos edifícios realizada pela Câmara, conforme relatou Danilo Macedo (entrevista, 2019) sobre o princípio da *comodulação*, identificado por ele e Élcio SILVA (MACEDO e SILVA, 2007) na concepção arquitetônica do edifício. Esse princípio – uma ordem dada por um sistema, uma malha ordenadora que opera de maneira autônoma, entretanto interdependente entre vários elementos que compõem a edificação – rege não apenas a preservação, mas qualquer intervenção realizada no complexo arquitetônico da Câmara.

Com isso, a lógica arquitetônica, representada pela concepção, por sua interpretação e pelo projeto, orienta a preservação do patrimônio na prática da Câmara dos Deputados e, além disso, inspira a arquitetura produzida para o crescimento do Complexo edificado da instituição, fomentando uma identidade projetual homogênea e coesa.

Ao mesmo tempo que esse **vetor prospectivo** apresenta semelhanças conceituais com o filo patrimonial historicamente constituído pelo francês *Viollet-le-Duc* no século XIX – e retomado nos anos 1990 pelo Docomomo – ao privilegiar a unidade potencial estética da obra em detrimento da preservação da estratificação histórica, esse posicionamento difere dessa tradição ao ter como lastro, como fundamento, informações precisas da concepção e da construção do edifício consignadas na documentação técnica original. Além disso, como já vimos, a preservação na Câmara não descarta a materialidade e as intervenções posteriores como potencialmente válidas.

Alinhada a esse vetor prospectivo, a atribuição de grande intensidade de valores patrimoniais ao projeto aproxima a utilização do conceito de *período de significância* da preservação do edifício moderno como critério para determinação das principais referências a serem consideradas na intervenção. Como vimos, esse é um conceito bastante consolidado na tradição anglo-saxã de preservação, largamente utilizado na restauração estadunidense (FITCH, [1982] 1990), e incorporado à arquitetura moderna por PRUDON (2008).

★

NO **VETOR RETROSPECTIVO**, ao contrário do prospectivo, o ponto de partida é o momento atual do edifício e os demais períodos de sua história são inseridos na análise e avaliados tendo como base a situação presente. Essa abordagem tem sido preponderante nas intervenções realizadas no Senado Federal, e reproduzida nos discursos dos arquitetos da instituição.

Sua fundamentação teórica reside na *preservação tradicional*, baseada no Restauro Crítico (BRANDI, [1963] 2004), na síntese da Carta de Veneza (1964), nos métodos empregados à preservação em geral (FEILDEN, 2003) e nos desenvolvimentos conceituais posteriores que têm nessa vertente sua essência. Nesse sentido específico, é mais alinhada à visão de convergência representada pelo Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017).

Nessa prática, o reconhecimento da situação atual é cotejado com informações sobre as situações anteriores da área de intervenção e, a partir daí, realiza-se uma investigação mais profunda. O passado vai sendo revelado a partir de instruções do momento atual, e fatos da trajetória histórica e arquitetônica do edifício ganham maior relevância com relação à concepção e ao projeto. Não se trata apenas de questões de cronologia, mas da maneira pela qual o arquiteto procura entender o edifício.

Elementos construtivos se revelam importantes e dotados de certos valores não apenas por sua relação com a concepção, com o projeto ou com o momento inaugural do edifício, mas por seus valores intrínsecos – sejam eles estéticos, históricos, simbólicos ou outros – e por sua permanência ao longo da história. Se na abordagem, que vimos anteriormente, um elemento ou uma lógica arquitetônica, por exemplo, são importantes, a *priori*, por comporem a ideia original, na abordagem agora explicitada, eles são, também aprioristicamente, dotados de valores pela sua existência atual. A intensidade desses valores é que será diferente em função de uma série de aspectos, como veremos no próximo capítulo.

O sanitário feminino do plenário do Senado, como ressaltou o arquiteto Juliano Carvalho, torna-se uma estrutura patrimonialmente relevante na medida em que é um elemento de permanência entre sua construção e o momento atual e essa permanência faz com que se reconheçam nele valores relevantes:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** O banheiro do Plenário, apesar de ser só um banheiro ele tem algum valor relevante dentro do Palácio do Congresso, primeiro, porque faz parte do Plenário fisicamente e da dinâmica do Plenário que é o espaço principal é a razão de ser do Palácio. Segundo, porque nessa dinâmica de transformações físicas no Plenário, ao longo das décadas, algumas muito relevantes, a configuração geral do banheiro permaneceu a mesma. Então ele é um dos elementos de continuidade nesse espaço, seja continuidade no sentido daquele volume no meio dos outros espaços do Plenário, seja o interior dele mesmo. (Entrevista, 2018)

---

Faz parte de um contexto em que o dinamismo do espaço arquitetônico deve ser considerado, do ponto de vista patrimonial, uma realidade a ser tratada de maneira cautelosa. Alguns elementos de permanência são âncoras importantes para entender essa própria dinâmica, para entender o papel das transformações – e seus valores – na própria trajetória do

edifício. Segundo o arquiteto Juliano Carvalho, do Senado, “Se a gente pensa no banheiro dentro do Plenário, ele é um desses volumes que vão reconfigurando o espaço do Plenário ao longo do tempo sem que ele perca um determinado valor, dele, de percurso” (Entrevista, 2018).

Ainda relacionada a essa mesma intervenção, a visão do arquiteto sobre a pesquisa histórica expõe de maneira clara esse vetor de abordagem: “A pesquisa não foi na direção da identificação do momento do projeto atual. O olhar e a pesquisa partiram do presente para o passado, entendendo que esse passado informa valores, que informam a trajetória.” (CARVALHO, Entrevista, 2018)

Ainda para Juliano CARVALHO (entrevista, 2019), o cenário ideal é sempre a preservação do conjunto dos momentos, desde que as outras variáveis do projeto envolvidas indiquem que isso é possível. Uma dessas variáveis é a necessidade de se garantir em uma intervenção a unidade potencial da obra de arte, ou seja, de permitir a sua leitura como um objeto inteiro, não como uma mera soma das partes menores. Isso significa, para BRANDI ([1963] 2004, p. 44), que mesmo havendo partes faltantes, ou acréscimos destoantes, a leitura da obra como inteiro pode não estar perdida.

Para o arquiteto, intervenções posteriores à construção, mesmo que não tenham seguido a lógica arquitetônica inicial, são elementos que *contam* a história do edifício, que representam certos momentos em uma sucessão, e que *a priori*, não devem ser descartados.

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Essas próprias falhas, esses próprios afastamentos em relação ao ideal constituem outros valores do investimento de 2010. Com isso eu não quero dizer que é o mesmo valor do inaugurado em 1960 e nem quero dizer que é um valor a ser preservado absolutamente, mas é um valor que existe, e que existe muito mais se considerado nesse conjunto de diferentes momentos. Pensando em um prédio que apresenta diferentes momentos, apagar esse momento é fazer com que o prédio nos conte menos do que ele contaria se nós tivéssemos todos os momentos para o futuro. E ao pensar nas possíveis decisões do projeto em função do reconhecimento de algum valor, é isso né? (entrevista, 2019)

---

A partir desse vetor retrospectivo, a sucessão histórica é uma questão a ser reconhecida, mesmo que trate de uma realidade que se apresenta fragmentada. A partir desse reconhecimento necessário, conceitual e metodologicamente, busca-se compreender o intervalo no qual essa fragmentação é tolerada – para não comprometer a unidade potencial da obra – e desejada – para demonstrar o percurso histórico do bem. Se o índice de fragmentação não está dentro do tolerado, a questão passa a ser buscar meios para que ele se acomode nos parâmetros adequados.

A origem de estabelecimento desse vetor retrospectivo pela equipe do Senado tem um fundo conceitual, de filiação dos arquitetos a uma vertente

patrimonial tradicional, mas também se relaciona – como causa e consequência – a uma abordagem de atuação dos arquitetos, principalmente, que vêm sendo desenvolvida nos últimos dez anos, denominada internamente de *arquitetura de manutenção*.

A **arquitetura de manutenção** parte do princípio, verificado em uma Nota Técnica de 2013 (CASTRO, CARVALHO e CARVALHO, 2013), de que o Senado Federal é composto por um parque edificado que tem capacidade de área e de condições de adaptabilidade para abrigar suas atividades, permitindo aos servidores o desempenho de suas funções com ergonomia e segurança.

É uma lógica de atuação que: utiliza como recursos físicos e projetuais o patrimônio edificado do Senado Federal e a história de gestão do Complexo Arquitetônico; tem uma diretriz de implantação paulatina e incremental, ou seja, os princípios são estabelecidos para que as intervenções futuras os observem e, paulatinamente, o edifício vai se adequando ao desejado; sempre avaliando, com muito cuidado, a inserção de novas especificações de materiais e elementos construtivos no repertório da instituição, dando prioridade aos já existentes e aos já instalados. A manutenção, que historicamente foi a preocupação preponderante da área de engenharia da Instituição, incorpora-se metodologicamente à atuação em arquitetura e, também, em preservação. É o que sustenta o arquiteto Sidney Carvalho:

---

**Arq. Sidney CARVALHO (Senado):** A arquitetura de manutenção é quase um procedimento empírico que a gente vem desenvolvendo ao longo do tempo, mas refletindo muito sobre ele, um pouco no sentido de diminuir os custos que estão instalados aqui para manter o patrimônio do Senado e não agir como se os recursos fossem infinitos. Tem vários elementos teóricos que ao longo desse período vêm me fortalecendo intelectualmente, eu diria, nesse caminho. Um deles é a questão da sustentabilidade. Pensando a sustentabilidade de forma abrangente, não só a sustentabilidade ambiental, mas a social e econômica e, no sentido institucional, política também das nossas ações. O elemento que para mim, no meu entendimento é mais sustentável no longo prazo é você manter o que você tem. Então o mais sustentável não é eu destruir um prédio que não está totalmente dentro das referências ambientais mais atuais para fazer um que esteja, porque eu tenho todo um processo de descarte desse entulho. Então isso nunca é sustentável, sustentável é, no que a gente puder, manter o máximo o uso do prédio, lógico, economizando energia, economizando esforço e tal. Mas isso faz parte, isso vai para todas as áreas, vai para todas as ações e a ação de manutenção, de preservação do patrimônio também tem isso. Graças ao desenvolvimento teórico da área de preservação, nem é muito difícil trabalhar a ideia de manutenção, arquitetura de manutenção na preservação. (Entrevista, 2019)

---

A arquitetura se comporta, nessa lógica, como um meio para a adequação contínua do espaço construído, e não se pauta necessariamente por grandes intervenções ou substituições massivas. E, como na fala de Sidney

Carvalho acima, alinha-se à preservação, inclusive por ter princípios importantes essencialmente convergentes, como a intenção apriorística pela preservação e não pela substituição.

Trata-se, pois, de uma lógica transversal que implica cautela na avaliação da pertinência da demanda, na determinação do escopo e do alcance das intervenções e em suas soluções técnicas. Qualquer alteração, para além da demanda e da condição existente, deve ser vista como excepcional, coadunando, ainda que por outra abordagem teórica, com o princípio básico de restauro defendido pela Carta de Veneza, como uma atividade essencialmente excepcional.

No âmbito desse vetor retrospectivo, a arquitetura de manutenção é uma prática convergente com o pensamento patrimonial, tanto por inserir a prática arquitetônica cotidiana nos fundamentos da preservação, como vimos acima, quanto por inserir a variável da continuidade temporal e histórica na arquitetura.

A produção e a adaptação de espaços no Complexo do Senado, sob essa lógica da arquitetura de manutenção, operam com os seguintes princípios: respeito à vida útil dos sistemas, componentes e elementos; intervenções na extensão do dano (no caso de manutenção) ou da demanda (no caso de reformas); em caso de substituições ou adequações físicas, soluções compatíveis com as existentes, com especificações de materiais e equipamentos idênticas às existentes ou que fazem parte do repertório já instalado no complexo edificado; na impossibilidade de utilização de sistemas iguais, privilegiam-se soluções já em utilização por outros órgãos públicos ou no mercado local.

---

**Arq. Sidney CARVALHO (Senado):** Fui progressivamente nesse caminho, não encontrei, todas as hipóteses deram fracassadas, daí sim que eu vou buscar desenvolver uma solução que seja única ou o mais próximo de única para o meu problema. Ou inovadora, ou inaugural, ou enfim, aí é que eu vou começar. Então antes de começar a projetar uma solução que nunca existiu, eu vou buscar [vencer] todas essas etapas. E isso é um pouco o que a gente entende por arquitetura de manutenção. A gente vai usar o máximo possível o que a gente já tem disponível para resolver os nossos problemas. (Entrevista, 2019)

---

A implantação desse princípio como regra tem sido almejada, como ressaltou Sidney Carvalho (Entrevista, 2019), “tendo alguns sucessos [...], mas tendo muitas dificuldades e muitos percalços mesmo”. E, nesse sentido, conforme lembrou Juliano CARVALHO (Entrevista, 2019), é fundamental que se torne uma política sólida para que se possa agir dentro de uma lógica incremental, onde qualquer intervenção seja regida por uma norma geral, por um princípio ordenador e que, ao longo de um período, o Complexo Arquitetônico se torne mais homogêneo.

O que se depreende dessa lógica é que toda intervenção é igualmente importante, é igualmente impactante, uma vez que sua influência, sua repercussão vai além das consequências circunscritas à própria intervenção e dos seus efeitos imediatos. Cada uma delas é parte de um todo e tem desdobramentos no todo. Pequenas demandas de manutenção predial corretiva, mas com potencial dano a valores patrimoniais, são vistas em perspectiva, em nome do estabelecimento de uma postura coerente e, principalmente, sustentável em termos de preservação.

O **vetor retrospectivo** reflete o entendimento de que a história do edifício é uma sucessão de eventos, de que tais eventos se manifestam em maior ou menor grau nos atributos do edifício, como sua matéria, seu espaço e sua imagem, e de que em todos eles, *a priori*, são identificados valores patrimoniais, em maior ou menor grau. Em todos esses aspectos, a prudência verificada na intenção e no exercício da *arquitetura de manutenção* é conceitual, metodológica e operacionalmente coerente.



Como relatamos, o diálogo e a cooperação têm sido constantes nos últimos dez anos para assuntos que dizem respeito ao Palácio de modo geral e para tratar intervenções em ambientes e estruturas em comum. Em cada instituição, predomina um vetor de aproximação do bem.

Os **vetores** estão relacionados ao processo cognitivo, de raciocínio e de apreensão do bem pelo profissional ou pela equipe. Nesse sentido, os vetores podem ser estabelecidos de maneira metodológica ou não, mas, como demonstrou a pesquisa empírica, obedece a predisposições que se relacionam às possíveis abordagens conceituais do campo patrimonial e em como o arquiteto se posiciona nesse campo. Pelo verificado nas entrevistas, o alinhamento do profissional ou da instituição a uma ou outra vertente conceitual exerce influência na predileção pelo caminho de conhecimento do edifício a ser trilhado, pelo vetor que será preponderante.

Em sua essência, a preservação tradicional (CARTA DE VENEZA, 1964), se volta ao presente da obra (objeto) e do restaurador (sujeito). Para BRANDI ([1963] 2004, p. 61), “[...] o único momento legítimo que se oferece para o ato da restauração é o do próprio presente da consciência observadora” e esse restauro, portanto, não pode se situar em um lapso temporal entre a conclusão da obra e o presente, pois estaríamos realizando uma repriminção. Desta forma, há que se voltar o olhar para o momento presente, uma vez que é o bem atual, nas condições em que foi recebido, que é o objeto da restauração.

Por sua vez, a lógica de preservação da arquitetura moderna, conforme difundida entre os anos 1990 e 2000, favorece o vetor inverso. A ênfase dada ao papel da documentação, para essa vertente defendida pelo Docomomo, não é meramente suprir informações para o conhecimento do bem em sua

condição presente. Ela passa a ser a porta de entrada para o conhecimento e para a valoração do bem patrimonial e, além disso, converte-se em uma – ou até mesmo na única – instância do bem a ser preservada.

Como consequência, os casos empíricos permitiram observar que variam, em função do vetor, os pesos dados a valores relacionados ou com o projeto – referindo-se a composições arquitetônicas e estratégias projetuais, por exemplo – ou com a condição existente – concernente, dentre outros aspectos, às marcas do tempo ou à materialidade. Essas diferenças na correlação de pesos na valoração, quando aplicadas aos atributos dos edifícios, são determinantes para as decisões posteriores de preservação. No Capítulo 9, as questões de método, significância e valoração serão tratadas mais detalhadamente.

No caso da impermeabilização da plataforma do Edifício Principal, as duas abordagens se encontraram. Por um lado, havia a preocupação em compreender a lógica do sistema original, a relação dos elementos com a concepção estrutural, a estratégia de assentamento do revestimento frente às particularidades da obra, dentre outros aspectos relacionados à concepção. Por outro, iniciou-se um processo de compreensão da situação atual, realizando-se levantamentos planialtimétrico, físico e de danos/patologias, inspeções nos sistemas de impermeabilização e revestimentos e levantamento histórico das intervenções de manutenção. Segundo Danilo MACEDO:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** Houve duas coisas muito boas, que foi o trabalho que o Senado fez dessa questão do histórico, que complementou bastante coisa que a gente tinha só do nosso lado, e o mapeamento de danos em geral foi também muito bom, que já foi feita prospecção, que foi feita uma topografia mais precisa, a laser. Até para a gente confirmar aquilo que a gente já sabia visualmente, que não havia nenhuma flecha fora da norma, quer dizer, confirmar que não havia nenhuma patologia na estrutura. [...] Como não havia, a gente ficou mais seguro e nós fizemos o diagnóstico confirmando uma hipótese visual que a gente tinha. Por iniciativa da própria equipe do Senado, [...] a gente aceitou o desafio de fazer o levantamento, o mapeamento de danos da superfície de mármore, mais detalhado. Aí nós fizemos, ao longo de seis meses [...] e fizemos, então esse levantamento, assim porque na nossa visão, na pior das hipóteses, serviria como um registro, um registro histórico. (Entrevista, 2019)

---

Uma etapa minuciosa de pesquisa histórica e diagnóstico, como a realizada nesse caso, fornece informações que compreendem questões sobre a situação atual, sobre a concepção e sobre todo o arco histórico entre um momento e outro. Uma ação de preservação, metodologicamente fundamentada, deve abranger todos esses esforços. No Congresso Nacional é a prática, tanto na Câmara quanto no Senado, cumprir essas etapas.

Com isso, informações e análises que versam sobre concepção, projeto e construção, histórico de usos e alterações e situação atual fazem parte dessa etapa (FEILDEN, 2003; UNESCO, 2018). Para o edifício moderno, o Documento de Madri (ICOMOS. ISC20C, 2011) indica que a compreensão do bem deve se dar de maneira analítica e comparativa com outros bens similares.



DESSA MANEIRA, as instituições têm dedicado recursos para compreender o bem seja em sua concepção, seja em sua condição atual, ou em seu percurso histórico<sup>3</sup>. Levantamentos físicos recentes permitem um entendimento sobre a situação atual do Congresso Nacional no que concerne à arquitetura, à ocupação e ao estado de preservação. Esses dados foram complementados por vistoria *in loco* em todos os ambientes para a elaboração do Inventário do Congresso Nacional, ainda em andamento no Senado, no modelo padrão criado e utilizado pelo IPHAN para os bens tombados, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG<sup>4</sup>.

Estudos anteriores indicam características semelhantes para as áreas do Senado e da Câmara. Em Nota Técnica de 2013 (CASTRO, CARVALHO e CARVALHO, 2013), o Senado procurava entender como se comportavam os espaços físicos da instituição frente aos usos e ocupações existentes e demandados. Esse estudo apontou, no que se relaciona à preservação, que: de maneira geral, havia, e há, espaços suficientes para abrigar as demandas de uso, com relação à densidade de ocupação e às atividades exercidas; o espaço se encontra fragmentado com relação às atividades; entretanto, há uma tendência de setorização que deve ser incentivada, aplicando aos espaços mais nobres (Edifício Principal e Anexo I) atividades preferencialmente relacionadas à atividade fim, ou seja, a atividade parlamentar.

Esse caráter fragmentado também foi ressaltado no estudo da Câmara, realizado em 2014, denominado Caderno Técnico 01 do seu Plano Diretor de Uso dos Espaços<sup>5</sup>, que considerou o espaço construído da instituição como heterogêneo, necessitando de alguns ajustes para que situações

---

<sup>3</sup> Por fim, diante de ampla documentação que permite entender a concepção, a construção, a ocupação e o uso, o percurso histórico e a situação atual do conjunto edificado do Congresso Nacional, a visão analítica dos arquitetos residentes sobre sua arquitetura transparece em publicações das quais são autores, como a tese/livro e a dissertação de Élcio SILVA (2012; 2014; 2017), a dissertação de Bruna BARBOSA DE LIMA (2019) e artigos relacionados ao conhecimento do edifício e sua preservação (CASTRO e CARVALHO, 2010; MACEDO, LIMA e SILVA, 2013; CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014; LIMA e ZANONI, 2019).

<sup>4</sup> Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. É a metodologia atualmente empregada pelo IPHAN para inventários de bens imóveis tombados. Sugere uma aproximação por escalas e a compilação de informações que sejam relevantes para a gestão do edifício.

<sup>5</sup> O Plano Diretor do Uso dos Espaços, PDUE objetiva promover o planejamento de longo prazo para o reordenamento dos espaços construídos e a definição de diretrizes para a possível expansão do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados. O planejamento parte de um conjunto de princípios vinculados não apenas à dimensão urbana das edificações da Casa no significativo contexto de Brasília, mas também ao âmbito interno destes edifícios. (MEDEIROS e CUNHA, 2014, p. 23)

“labirínticas, fragmentárias e de difícil percepção”, próximas do cotidiano do usuário, sejam melhoradas (MEDEIROS e CUNHA, 2014, p. 47-48).

Ambos os documentos indicam a necessidade de se realizar melhorias, adaptações e remanejamentos internos, bem como de reequilibrar as ocupações, ajustar os usos às características ou vocações dos edifícios, buscar o melhor aproveitamento do espaço e diminuir as pressões por áreas nos bens tombados. Essas constatações, muito embora estejam relacionadas aos complexos edificadas das instituições, também se aplicam à área específica do Palácio do Congresso Nacional, que é apenas uma parte desse conjunto.



NA OUTRA PONTA, a documentação técnica, além de informar a preservação, passa a ser entendida como parte do próprio patrimônio quando se refere à arquitetura realizada após a revolução industrial e a partir do século XX, como atesta a própria atuação do Docomomo e seu interesse por projetos e objetos iconográficos do Monumento Moderno. A documentação da arquitetura moderna tem um valor intrínseco.

A inversão ocorrida a partir da arquitetura moderna, quando nós, arquitetos, passamos a conhecer as obras que estudamos primeiramente pela iconografia – croquis, desenhos técnicos e imagens publicadas – e a valorá-las por meio dessa documentação, passou a se refletir na preservação, principalmente a partir do posicionamento incisivo do DOCOMOMO, nesse quesito, a partir dos anos 1990.

Nas ações práticas de restauro, a documentação disponível normalmente é volumosa, como em nosso caso, no Congresso Nacional. Centenas de pranchas fornecem informações sobre a forma como o edifício foi concebido e como foi construído, como foram realizados sua estrutura, suas instalações, sua caixilharia, seus detalhes executivos, entre tantos outros aspectos.

Ademais, como ressaltou SOBREIRA (2018, p. 428), a difusão de conhecimento e a formação profissional no campo da arquitetura são baseadas, em grande parte, a partir da circulação de imagens e textos. A vivência com a obra direta sobre obras construídas não era, e não é, a regra. Para ele, a imagem de uma obra construída pode ter valor até inferior à imagem da arquitetura potencial, idealizada.

CAIRNS E JACOBS (2014) citam um trecho da obra de Victor Hugo (1802-1885), *O Corcunda de Notre Dame*, para ilustrar a relação entre a imprensa e a arquitetura. Nessa passagem, o personagem principal, com um livro na mão, e apontando para a Catedral de Notre-Dame grita: “Isso vai matar aquilo”. A arquitetura, para Victor Hugo e para CAIRNS e JACOBS, deixou de ser o grande manuscrito da história, o meio de comunicação em massa, quando o livro impresso tomou o seu lugar. A facilidade própria da

imprensa em multiplicar quase que ilimitadamente o original, em contraposição à reprodução limitada de um edifício, mudou a forma e o modo de expressão do pensamento humano (p. 33). Já no século XX, a própria arquitetura se valeu da imprensa para se disseminar mundialmente.

A cultura arquitetônica em nível mundial se tornou dependente dessa própria documentação, na medida em que ela permitiu que o conhecimento de certos edifícios transcendesse as barreiras físicas e geográficas. Essa constatação foi importante para direcionar os trabalhos de preservação da documentação iconográfica do Congresso Nacional no âmbito da Câmara, como explicou Danilo MACEDO:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** Essa documentação impressa passa a ser a reprodução da documentação original do edifício, tanto no sentido de desenho, quanto no sentido de texto, quanto no sentido de iconografia, de fotos. Então você começa a ter com isso todo um novo processo de valoração que independe completamente da relevância local do objeto ou da qualidade material dele. [...] Então para a gente isso foi muito importante porque isso definiria a nossa linha de ação. A gente colocou um grande passo, um grande primeiro passo no sentido da questão da documentação, que foi a questão de como que a gente lidou com arquivos. (Entrevista, 2019)

---

Ao catalogar, organizar e analisar a documentação do Congresso Nacional, como ao divulgá-la, segundo Danilo MACEDO (Entrevista, 2019), deu-se a ela um novo patamar relacionado à própria arquitetura, como uma obra de arte integrada e relacionada “tanto à documentação original como à reprodução dela, um levantamento exaustivo da reprodução dela nas diversas instâncias.” É, no entanto, mais do que uma informação sobre um bem tombado. É um bem em si.

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** A gente chegou a essa conclusão de que para essa arquitetura que tinha sido valorada por meio da documentação, a documentação deveria ter um tipo de caráter, deveria constituir um elemento diferente do que normalmente se considera na valoração. Você vê que toda metodologia de valoração, conhecimento, identificação e valoração do patrimônio, a documentação é quase que uma coisa, é um acessório, e o bem que se preserva é o bem material em si. A gente concorda que o bem que se preserva é o bem material, mas eu acho que, como a gente considera um painel de Athos Bulcão, um quadro, é uma obra de arte integrada, a gente deveria considerar a documentação como parte constituinte da obra a ser preservada. (Entrevista, 2019)

---

Essa visão se coaduna com a relevância documental e iconográfica do projeto para o Movimento Moderno. Entretanto, como o próprio arquiteto da Câmara lembrou na fala acima: “o que se preserva é o bem material em si”. Assim, a preservação da documentação deve ser considerada uma parte da preservação do bem, mas, em hipótese alguma, no caso do Congresso Nacional e da maioria dos bens modernos, deve substituí-la. Além disso,

possíveis réplicas, totais ou parciais, realizadas a partir da documentação, não terão valor patrimonial relevante.

Essa questão havia sido tratada por James FITCH (1981) para a preservação em geral, sob a dualidade protótipo-réplicas. Segundo ele, protótipo seria um tipo, forma ou instância originais que serviriam de modelo ou sobre os quais estágios posteriores seriam baseados ou julgados. Muito embora o autor reconheça certos valores nas réplicas, duplicatas, fac-símiles ou reproduções, é apenas no protótipo que está incorporado o significado e a inteligibilidade do trabalhador em que está representada a relação, que foi direta, entre os homens que produziram e os que consumiriam o artefato (p. 11-12).

Nem mesmo o argumento de autores como SANMARTÍ (1993), para quem os edifícios icônicos ou paradigmáticos do Movimento Moderno seriam essencialmente edifícios-manifesto, reprodutíveis e replicáveis em série, pode ser aplicado ao caso da presente tese, nem mesmo à maioria dos bens modernos.

O Palácio do Congresso é uma obra construída em um contexto irreproduzível, por um modo de produção manufatureira, ou no entendimento de Sérgio FERRO (1976/2006), uma manufatura serial. Para ele, tratando da produção da construção civil brasileira entre o final dos anos 1950 e os anos 1970, o conjunto da produção e cada etapa são dominados, propositalmente, pela estrutura da manufatura, na qual o trabalhador é inserido entre a autonomia do artesão e a disponibilidade do trabalhador industrial (p. 113-115).

Por esta razão, o Congresso Nacional se afasta da ideia de edifício-manifesto, replicável e, até mesmo, de um artefato oriundo da produção industrial, nos quais, o valor do projeto, da ideia, potencialmente poderia substituir o valor da obra em si, da sua instância concreta e material.

Em suma, a documentação fartamente produzida no Movimento Moderno é hoje uma indispensável fonte de informações para se compreender o edifício, atribuir-lhe valores, entender sua significância e informar qualquer tipo de intervenção que venha a ser necessária. Segundo o Documento de Madri-Nova Déli, é necessário usar o quanto for possível de informações de fontes primárias para fundamentar atribuições de significância. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 5)

A documentação possui um valor próprio e deve ser preservada como patrimônio, mas não substitui a obra construída como objeto patrimonial. Além disso, como sustenta FEILDEN (2003), a principal fonte de informações para a preservação é o próprio edifício.

## Arquitetura e Preservação

Os **vetores** tratados acima refletem diferenças relevantes acerca da concepção de preservação. Uma delas se relaciona ao problema da estratificação histórica do bem. No **vetor prospectivo**, há consentimentos mais restritos com relação a alterações posteriores à execução, e estas alterações, sejam elas remoções ou adições, tendem a ser avaliadas conforme o projeto original. É nesse mesmo sentido que aponta o entendimento do arquiteto Élcio SILVA, da Câmara:

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** Não é porque isso aqui faz parte do percurso histórico do edifício que a gente acredita que isso deve ser mantido. A gente está falando, olha foi errado isso. E, em que medida esse errado representa um determinado testemunho a ser preservado? Na maioria das vezes não, ele foi errado ele deve ser retirado de lá mesmo, foi equivocado, foi intervenção equivocada. (SILVA, Entrevista, 2019)

---

Por outro lado, o **vetor retrospectivo** tem como um dos seus fundamentos justamente uma valoração mais generosa dos diversos períodos históricos da obra, não somente seu momento inaugural e indo além de intervenções esteticamente justificadas. Ou seja, *a priori*, qualquer elemento existente é dotado de valores que devem ser devidamente analisados e comparados com outros valores, como é o procedimento recomendado na preservação tradicional. O depoimento de Juliano Carvalho, do Senado, segue nessa linha:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Em se tratando de um prédio que tem uma longa estratificação e não somente dois ou três tempos, mas muitos tempos e em que mesmo nessa última camada nos conta, nos permite narrar uma forma de lidar com a edificação que é essa forma pontual e por sucessivas aproximações e por vezes com determinados cuidados, mas não com todos. (entrevista, 2019)

---

A categorização em vetores apresentada nesta tese significa que, utilizando esse dispositivo matemático como alegoria, seja no vetor prospectivo, seja no vetor retrospectivo, o arco temporal do edifício é considerado. A diferença essencial reside na intensidade de valores identificados em atributos mais relacionados à concepção, à construção e à inauguração do bem (**vetor prospectivo**), ou mais relacionados a sua condição atual (**vetor retrospectivo**).

No prospectivo, a força inaugural do projeto tende a esmaecer as camadas históricas subsequentes, mas há a consciência de que elas existem e têm valores. Enquanto no retrospectivo, a leitura da realidade, normalmente fragmentada pelas expressões do tempo, favorece uma visão mais compreensiva da trajetória do edifício.

Nesse sentido, há uma diferença importante da visão dominante no calor do debate dos anos 1990-2000, quando a força do projeto e da concepção original não deixavam muitos espaços para outros valores que não os artísticos ou arquitetônicos, como em DE JONGE (1995) e RAPPAPORT E PRUDON (1996), para quem o respeito à materialidade em contraposição à intenção de projeto somente faria sentido em contextos de mão-de-obra artesanal e não industrial, como na maioria dos bens do Movimento Moderno.

Além dessa diferença relevante, se retomamos o debate sobre o campo patrimonial e o campo arquitetônico, vemos que a predisposição por um vetor ou por outro se associa, também, a um alinhamento maior a um ou a outro campo.

Conforme vimos no Capítulo 7, a revisão bibliográfica deu indícios e a compreensão do conceito de campo de BOURDIEU (BOURDIEU, 1998; BOURDIEU, 2007; CATANI, NOGUEIRA, *et al.*, 2017) e do campo arquitetônico de STEVENS (2003) me permitiu entender que a preservação de edifícios se situa em uma área de interseção entre os dois campos, área essa que não é livre de disputas conceituais entre os próprios campos. É preciso recordar ainda que, não exclusivo ao caso do Congresso Nacional, nessa configuração, os arquitetos transitam entre um campo e outro.

Nessa área de interseção, as lógicas e categorias do campo patrimonial, portanto de preservação, e as do campo arquitetônico exercem influências no arquiteto e são cotejadas em nome de um potencial consenso, que pode ter caráter mais preservacionista ou mais transformador. O Diagrama abaixo (Figura 80) representa esse raciocínio.

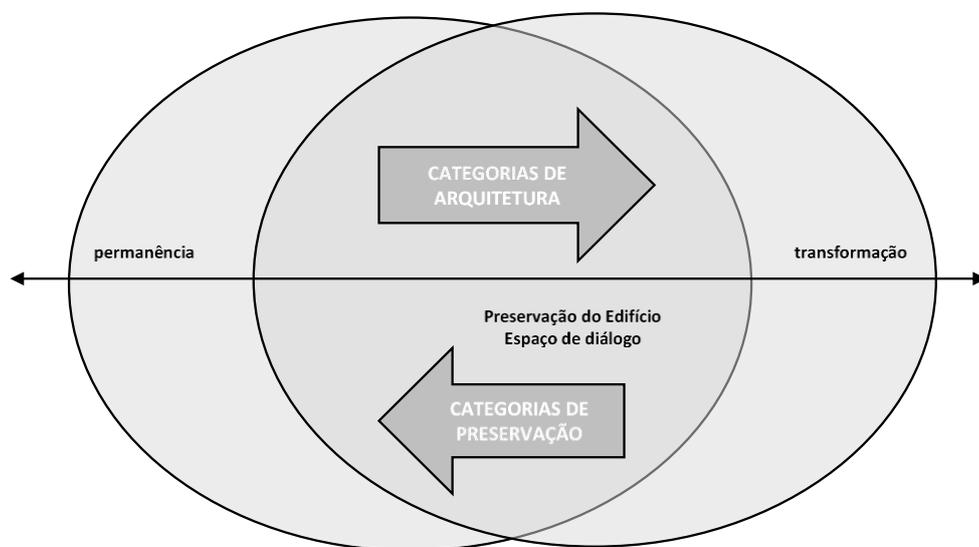


Figura 80 - Diagrama do espaço de diálogo entre as categorias de preservação (patrimonial) e as categorias de arquitetura, próprias dos respectivos campos.

Essas lógicas, procedentes dos respectivos campos, relacionam-se quando incidem no próprio objeto: o edifício a ser preservado. Inicialmente é a lógica arquitetônica e suas categorias que estabelecem as bases de construção e que serão determinantes para a valoração do edifício em sua condição patrimonial. Desta maneira, indissociavelmente a preservação se dará em um objeto arquitetônico e, portanto, não pode prescindir de um diálogo lógico e fundamental com esse objeto, seus valores e atributos, no jargão preservacionista, ou suas características e elementos principais, no idioma da arquitetura.

Para Beatriz KÜHL (2008), a reintegração da imagem, a remoção de adições e o tratamento de lacunas são temas a serem enfrentados, articulando os procedimentos de conservação com o projeto arquitetônico de restauro, inclusive naqueles que incluem mudanças de uso e adaptações de espaços. Devem fazer parte de um único momento metodológico. Esse momento metodológico compartilhado entre problemas de arquitetura e problemas de restauro, do qual trata Beatriz Kühl, localiza-se exatamente nessa interseção entre os campos, e foi o que verifiquei na prática. Entretanto, há ênfases diferentes que são dadas a um ou outro problema.

A preponderância do **vetor prospectivo**, que está associado à ênfase dada à concepção arquitetônica, insere-se num contexto onde as categorias do campo da arquitetura predominam sobre as categorias do campo patrimonial. É o que pôde ser observado na pesquisa empírica. Há uma tendência nos discursos dos profissionais em localizar as intervenções no campo da arquitetura e justificá-las por meio de categorias próprias desse campo. É o que podemos depreender de falas como essa do arquiteto Élcio Silva sobre a ação de impermeabilização da Plataforma:

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** A solução de paginação, a gente se vale dessa, da intenção de projeto e da ideia que isso tudo envolve, para se valer do mesmo recurso para reconstituir ou recompor nessa mesma ideia de solução flexível que aceita remendos, vamos colocar assim. Do ponto de vista da técnica e da história agregada a ela, nesse caso, a gente não está preservando a técnica original, a gente está preservando o modo de fazer, a gente está refazendo o modo de fazer (Entrevista, 2019)

---

Por outro lado, quando a apropriação do edifício se dá pelo **vetor retrospectivo**, a tendência é que as soluções de preservação ressaltem o processo pelo qual o edifício passou durante sua existência e que estão em evidência ou pelo menos insinuados em sua condição atual. O edifício é visto como um elemento dinâmico, em constante processo, e não como uma obra concluída. Essas categorias, próprias do campo patrimonial, apresentam-se como protagonistas.

## Unidade e Fragmentação

Uma outra dualidade que a pesquisa empírica possibilitou associar aos **vetores prospectivo e retrospectivo**, e aos problemas de arquitetura e de restauro, reside na questão da unidade potencial da obra de arte e a fragmentação visual, espacial ou material do edifício. Segundo BRANDI ([1963] 2004), a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo (p. 33). Para ele, o conceito de unidade é central para definir os limites da restauração. É nessa linha que o autor considera que a obra de arte deve ser tratada como um inteiro, como a unidade do inteiro, e não como um total derivado da soma de partes menores (p. 44-45).<sup>6</sup>

O restabelecimento da unidade potencial da obra de arte deve ser norteado pela contemporização entre os valores do edifício, para que não se constitua em um falso histórico ou em uma ofensa estética. Princípios levantados por Brandi mantêm-se importantes no estado-da-arte, dentre eles o de que a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível, sem infringir a própria unidade que se visa reconstituir. Ou seja, deverá ser invisível à distância, mas perceptível com um olhar mais atento. (BRANDI, [1963] 2004, p. 48)

Na mesma linha, segue a Carta de Veneza quando assegura a necessidade de se respeitar as contribuições de todas as épocas à edificação, afastando o conceito de unidade de estilo ou restauração estilística. Já os elementos destinados a substituir partes faltantes devem se integrar harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, no entanto, das partes originais para que a restauração não falsifique o documento de arte e de história. Os acréscimos só podem ser tolerados quando respeitarem todas as partes interessadas do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3)

O Documento de Madri-Nova Déli, por sua vez, dispõe que é por meio do conceito de *integridade* que se atinge a inteireza da obra em seus atributos e valores, incluindo todos os elementos necessários à expressão desses valores, e deve garantir a completa representação das características e dos processos que transmitem a significância do bem. Para o referido documento, a integridade do patrimônio cultural não deve ser impactada por alterações ou intervenções insensíveis. E entende que, para se ter uma

---

<sup>6</sup> A unidade potencial da obra de arte é outro princípio da preservação que vem sendo discutido há século. Já foi subordinado ao processo histórico do edifício (RUSKIN, [1849] 2008; MORRIS e WEBB, 1877) e sendo indesejável quando as condições materiais do ato da intervenção não permitissem essa unidade e já foi preponderante, senão absoluto, em nome da grandiosidade de um período passado. (VIOLETTE-LE-DUC, [1854-1868] 2006)

correta abordagem, é necessário que se entenda como diferentes atributos, elementos e valores contribuem para essa significância. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 5)

Elementos significantes, conforme o mesmo documento, devem ser preferencialmente reparados e restaurados em vez de reconstruídos. Estabilizar, consolidar e reparar é preferível a substituir. Sempre e onde for possível, a substituição de materiais deve ser correspondente ao original, mas marcados ou datados para distingui-los como novos. Nesse sentido, o Documento de Madri-Nova Déli estabelece que, para a *maioria* dos materiais usados no século XX, a idade deve ser discernível em todas as intervenções e mudanças ocorridas no tempo, e deve estar evidente na sua pátina. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 9)

No entanto, como ressalta FIXLER (2017), o caráter experimental e efêmero de alguns elementos construtivos relacionados ao Movimento Moderno devem ser devidamente abordados e reconhecidos como tal, possivelmente como exceções ao princípio de respeito à materialidade. Materiais e componentes de durabilidade limitada, baixo desempenho ou natureza perigosa ou prejudicial à saúde justificariam a preservação pela intenção de projeto em detrimento de retenções dos materiais originais (p. 7).

Esses entendimentos mais recentes, no que diz respeito à unidade e à integridade espacial e visual do edifício, superaram a visão predominante nos anos 1990-2000 de que a fragmentação derivada da estratificação do tempo e de suas marcas seria inadequada para exemplares do Movimento Moderno e que deveria ser enfrentada em nome da unidade.

Nessa dualidade unidade-fragmentação, enquanto a unidade potencial da obra normalmente é o objetivo da preservação, a fragmentação é uma condição inerente ao processo histórico que não deve ser apagada. Faz parte do processo metodológico da preservação, como Brandi ([1963] 2004) e recentemente o Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8), encontrar o equilíbrio nessa dualidade. Esse equilíbrio tende a pender para a unidade formal, quando é observado o **vetor prospectivo**, ou para a fragmentação, no caso do **vetor retrospectivo**.

Nesse sentido, o Documento de Madri-Nova Déli estabelece que as adições devem respeitar a significância cultural do bem, respeitando-se a escala, composição, proporção, estrutura, paisagem, materiais, textura e cor do local. Devem ser discerníveis como novas, identificáveis sob uma inspeção atenta, mas em harmonia com o existente. Complementar, e não competir, interpretar e não imitar é o que dispõe o Documento. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8)

Nos exemplos vistos na Câmara dos Deputados, essa unidade é buscada por meio de um conjunto de princípios projetuais e formais que ordena as intervenções no bem. Essas inserções, que se associam ao vetor prospectivo

de apreensão do bem, são realizadas observando-se uma lógica arquitetônica própria da concepção do edifício, mas com técnicas construtivas e projetuais contemporâneas. Escapando da restauração estilística, uma vez que foge do falso artístico e do falso histórico, ou de tendências reprimatórias, o que pode ser observado nas intervenções é um raciocínio de continuidade, de recomposição da unidade potencial da obra por meio de interpretações atuais dos princípios projetuais originais. (Figura 81 e Figura 82)



Figura 81 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Foto do autor, out.2019.

A obra para acessibilidade física no Plenário da Câmara buscou interferir o mínimo possível na ambiência e na intenção projetual de Oscar Niemeyer. A intervenção é perceptível somente das galerias, de onde é possível ver a rampa. O rebaixamento da laje da parte elevada, embora seja significativa (33 cm), é também imperceptível por falta de referências da situação anterior.



Figura 82 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França. (Ver também Figura 65, p.189)

Houve uma preocupação dos arquitetos com a continuidade do revestimento em lambris de jacarandá e da integração de um novo trecho que se fez necessário com o existente. A solução encontrada foi remanejar revestimentos da mesma época existentes em outra área (SILVA, Entrevista, 2019), buscando uma integração não somente estética, mas material

Por outro lado, é necessário ter em mente que a fragmentação é o resultado esperado do percurso histórico do edifício que não deve ser apagado. Até o ponto em que não compromete essa própria unidade histórica, não necessariamente de projeto ou conc (SILVA, Entrevista, 2019)ebida, e não dificulta uma leitura harmônica do todo, ela é desejável do ponto de vista patrimonial. A arquitetura fragmentada reflete o mundo contemporâneo, é uma metáfora que, para Rafael MONEO (1999), ajuda a descrever a realidade que nos rodeia.

Segundo o arquiteto Sidney Carvalho, do Senado, a ideia de uma homogeneidade constante, em um ambiente dinâmico, é ilusória.

---

**Arq. Sidney Carvalho (Senado):** [O Senado] é uma instituição viva. Uma hora um grupo de pessoas está ocupando um certo prédio fazendo um certo tipo de atividade, dali um ano tem outro grupo de pessoas fazendo outra atividade. Então a gente também ter essa ideia de que não vai ter homogeneidade sempre, ajuda a lidar com essas mudanças. (Entrevista, 2019)

---

A abordagem seguida no sanitário do Plenário do Senado permite entender o posicionamento de que a coesão é historicizada, ou seja, representa as camadas da história e do percurso do edifício. A conservação dos mármorees do revestimento anterior, em conjugação com novas peças e o esforço para encontrar uma integração visual que não comprometa a leitura do elemento ilustram esse raciocínio. (Figura 63, p.186)

Logo, a preservação do Congresso Nacional se apresenta como um microcosmo do debate mais amplo do campo patrimonial e nos faz compreender a complexidade desse debate e vislumbrar possíveis encaminhamentos. A pesquisa empírica demonstrou que a preservação desse bem se posiciona entre o desejo pela unidade arquitetônica, e o anseio de deixar evidente, pelas próprias marcas do tempo e pelos fragmentos materiais e estéticos, a história do edifício.

Nas duas abordagens verificadas na prática da preservação do Congresso, ele é visto tanto a partir do que ele é hoje, quanto a partir de sua concepção inaugural. Há fundamentos conceituais e lógicos em cada um dos processos. O caminho a ser trilhado dependerá das concepções, das experiências pessoais e profissionais, e do contexto em que cada arquiteto que lida com sua preservação se insere atualmente. Essas óticas, ainda, não são estanques ou rígidas. Não significam caminhos sem idas e vindas, sem progressos e retornos. Expressam um vetor preferencial.

No entanto, independentemente do vetor, prospectivo ou retrospectivo, todos os valores atribuídos socialmente ao edifício devem ser considerados numa ação de preservação. Além disso, nem o projeto, nem a obra inaugurada, nem a trajetória histórica do edifício, por si só, devem condicionar a preservação.

É justamente a correlação entre esses diversos aspectos que conforma a significância de um bem, ou seja, seus valores, significância que deve ser tratada de maneira metodológica em um processo de preservação. Como se dá essa correlação, na prática, será apresentado no capítulo a seguir.

★ ★

# **CAPÍTULO 9**

## **Métodos, significância, valores e atributos**

Na presente tese, a teoria apresentada na Parte I passou a ser confrontada da Parte II em diante com ênfase na prática da preservação. O vivenciado e o observado na preservação do Congresso Nacional fomentaram e fundamentaram reflexões sobre como a prática age frente à teoria e sobre quais possíveis categorias distintas daquelas indicadas na teoria podem ser vistas efetivamente na preservação.

Vimos que há lógicas distintas e justificáveis, embora possivelmente divergentes, sobre como agir perante a demandas cotidianas de preservação propriamente ditas, ou de arquitetura que, por tratar de um objeto patrimonial, passa a ser também de preservação. Observando a atuação dos arquitetos no Congresso Nacional, percebi que o edifício patrimonial moderno pode ser abordado conceitualmente por dois vetores: o vetor prospectivo e o vetor retrospectivo, indicando o percurso de compreensão do edifício: se a partir da concepção da obra ou a partir da situação atual em que se encontra.

Esses dois vetores sugerem uma percepção diferente do que são os valores culturais mais relevantes do bem e de como eles se manifestam em seus atributos. Todo o encaminhamento metodológico – de conhecimento, diagnóstico, valoração e projeto – é influenciado pelo vetor no qual o arquiteto caminha para conhecer o bem e as marcas de sua história.

Os princípios de preservação, em sua maioria, são compartilhados e dominados pelos arquitetos que operam em questões patrimoniais do Congresso Nacional. *Mínima intervenção, distinguibilidade das intervenções e reversibilidade* fazem parte do repertório desses profissionais, com, no entanto, nuances a depender de suas posições conceituais no campo patrimonial. Esses princípios, por sua vez, são entendidos pelos arquitetos da Câmara e do Senado como princípios a serem adaptados à realidade, não absolutos. Desta forma, compreendem conseqüentemente que não se deve eliminar nem aceitar aprioristicamente qualquer solução que se apresente. Essas soluções devem passar pelo crivo do método e por processos como o de valoração.

O encaminhamento da solução segue uma série de etapas, como consolidado no campo patrimonial, o que dá fundamento às inúmeras decisões que devem ser tomadas. Assim, é por esse processo metodológico, pelos métodos, que as predisposições conceituais, profissionais e até mesmo pessoais dos arquitetos são cotejadas com a realidade do objeto.

O caráter subjetivo da preservação, desta forma, pode ser re-objetivado por meio do estabelecimento de bases mais sólidas, e o mais amplamente consensuadas possível, de atuação. Nesse processo, entender a significância do bem, seus valores e a maneira como esses valores se manifestam em seus diferentes atributos assumem um protagonismo.

Em essência, é da preservação dos valores que trata a ação patrimonial. Sem conhecê-los, a preservação passa a ser uma espécie de voo cego, muito mais suscetível a imprecisões e erros. Mas os valores só existem porque se manifestam nos atributos, que podem ser tangíveis, como uma estrutura, um revestimento, uma obra de arte integrada etc.; ou intangíveis, como forma, função, localização etc.

Considerando-se como válida uma das premissas de BRANDI, de que somente se restaura a matéria, os atributos tangíveis do bem devem ser plenamente conhecidos e as relações desses atributos, com os valores, estabelecidas com precisão. Por outro lado, considerando-se a necessidade de que o restabelecimento da unidade potencial é fundamental em uma restauração (BRANDI, [1963] 2004; CARTA DE VENEZA, 1964), os atributos não tangíveis, como forma, composição, configuração espacial e outros, tornam-se protagonistas.

Neste capítulo, esse raciocínio será desenvolvido a partir do que foi verificado na pesquisa empírica, tendo como fundamento o estado-da-arte da preservação, defendendo o rigor metodológico como indispensável, aprofundando a questão da valoração e ponderando sobre limitações dos próprios métodos.

### **Rigor metodológico e objetivação do processo subjetivo**

Por ser um *ato crítico*, portanto analítico, a preservação e o restauro não podem abster-se de decisões criteriosas assentadas em conhecimento teórico e técnico da disciplina e de reflexões sobre esse conhecimento (KÜHL, 2008). Segundo Beatriz KÜHL (2008, p. 91-92): “ainda que não haja consenso e uniformidade nas abordagens, não se deve renunciar ao exercício da razão e da crítica e jamais se esquecer de fundamentar em sólidos argumentos toda e qualquer postura.”

Conforme Carbonara, citado por Beatriz KÜHL (2008), o restauro deve ser uma “postura fundamentada no juízo histórico-crítico, na análise da relação dialética entre as instâncias estética e histórica de cada obra, caso a caso, que exclui, na prática, qualquer tipo de interpretação mecânica de relação causa-efeito”. (CARBONARA, 1997, p. 393-394)

Por isso, para que se instaure um ato crítico, alicerçado no conhecimento filosófico da preservação e histórico da arquitetura, bem como na compreensão do edifício em suas instâncias histórica e estética, é indispensável que todo o processo de concepção, projeto e obra da intervenção seja realizado sob o princípio do *rigor metodológico* consolidado pela Carta de Veneza (1964) e reiterado pelos Documentos de Madri (ICOMOS. ISC20C, 2011) e de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017).

O *rigor metodológico*, segundo as cartas patrimoniais, designa como necessários, ao menos: o estudo da historicidade e da materialidade do objeto, a utilização de procedimentos específicos e adequados e a documentação detalhada e analítica das intervenções. (CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014)

A condição do edifício como um *objeto político*, bem como o processo essencialmente intersubjetivo de preservação, como defendidos nesta tese, sugeriram que seria necessário estabelecer um instrumento de mediação não mais somente entre a teoria e a prática, mas entre os diversos agentes envolvidos na preservação entre si, e entre esse arranjo intersubjetivo e o objeto.

O conhecimento de uma realidade, para Bourdieu, depende de um processo de “objetivação do sujeito objetivante”, ou seja, uma autoconsciência e um autoposicionamento com relação

O conhecimento teórico e técnico dos profissionais envolvidos dão lastro conceitual a uma intervenção e representam o capital cultural de que esses profissionais dispõem nas negociações entre os agentes (como vimos no Capítulo 8). É o método, no entanto, que se apresentou, na pesquisa empírica e em minha vivência de preservação no Congresso Nacional, como o instrumento, ainda que imperfeito, de mediação. No arranjo intersubjetivo, o método se mostrou também como um meio de re-objetivar, de dar base sólida, objetiva, à própria subjetivação do objeto patrimonial, no caso, o edifício moderno.

Em suma, é função do método exercer múltipla mediação: entre as disposições teóricas e a prática; entre os diversos sujeitos da preservação entre si e para com o objeto; entre a preservação e a arquitetura. Sem método, essa ligação não se consolida e se converte em interpretações casuísticas, comprometendo não apenas a ação em si, mas a própria coesão do campo, e, por consequência, a preservação como disciplina do conhecimento.

Faço aqui um paralelo com a pesquisa feita por Albeena YANEVA (2009, p. 87), no escritório Office for Metropolitan Architecture - OMA, em Roterdã, na Holanda. Ela observou, após uma pesquisa etnográfica realizada na empresa, que o principal mediador entre as relações era a maquete. Segundo ela, o modelo tinha um papel importante nas negociações, seja em um desacordo, seja em uma decisão coletiva.

A relação entre as subjetividades e o método havia sido refletida por OKSMAN (2017, p. 55), para quem a subjetividade própria de qualquer atribuição de valor deve ser controlada a partir de um método rigoroso, para que não se torne arbitrária.

Para CUNHA (2007), pouca atenção tem sido dispensada no Brasil aos métodos de intervenção, revelando um descompasso entre as discussões a respeito da necessidade de se preservar e os meios operacionais que devem ser

utilizados para esse fim. Tanto quanto o “que se preserva”, o “*como se preserva*” são fatores de extrema importância.

Os métodos são *estruturados* pelo campo, na medida em que são conjuntos de regras consentidas, determinados pela parte dominante, divulgados por meio das cartas patrimoniais (UNESCO, ICOMOS, IPHAN), dos manuais operacionais (UNESCO, IPHAN, etc.), das publicações especializadas (UNESCO, ICOMOS, DOCOMOMO, IPHAN, especialistas etc.), ou impostos por legislação (DL 25/37) e normas (UNESCO, IPHAN etc.).

E são *estruturantes*, uma vez que conferem maior homogeneidade ao conjunto de decisões e de intervenções propriamente ditas que fazem parte do desenvolvimento e do estabelecimento do campo. A segurança em utilizar os métodos disponíveis não reside apenas em seu aspecto legal ou normativo, mas também em estar compartilhando categorias reconhecidas como válidas e adequadas pelo campo.

Para FEILDEN (2003), a metodologia de qualquer intervenção de preservação depende da realização de inspeções, relatórios, pesquisas históricas e análises do edifício. De acordo com as características do edifício, de seu estado de conservação e do objetivo da intervenção, serão determinados estudos mais aprofundados.

Cristiane GONÇALVES (2007) firmou um roteiro com três etapas metodológicas em uma obra de restauro: etapa de levantamento; etapa analítica; e etapa de projeto. Segundo resenha de Cunha, as etapas de levantamento e analítica contemplam as pesquisas de dados históricos e iconográficos, levantamentos métricos e arquitetônicos, gráficos, fotográficos, prospecções. O objetivo é ter subsídios para entender as condições atuais da obra, bem como sua importância histórica e simbólica.

Essas etapas são normalmente cumpridas nas ações patrimoniais da Câmara e do Senado, em especial quando se trata de restauro. O levantamento histórico tem sido facilitado pela organização do acervo documental das duas Casas. Essa farta documentação, comum às construções do século XX, fornece um conjunto sólido de informações sobre como os edifícios, seus espaços e suas estruturas foram projetados.

Cotejando o levantamento físico com essas informações, é possível verificar o nível de transformações materiais que o edifício sofreu. O percurso entre a concepção e o presente, verificado por meio de documentação (plantas, relatórios, processos administrativos etc.) depoimentos orais, fotografias e vídeos, permite ainda compreender período, contexto, autoria, abrangência e outros aspectos das intervenções sofridas pelo bem e, assim, poder avaliar sua relevância e os valores culturais relacionados a cada atributo ou elemento.

Esse conjunto de informações – levantamentos físicos, pesquisas documentais – e as decorrentes análises são indispensáveis para o conhecimento do bem e, devido ao tombamento, possibilitam a produção a documentação requerida pelo IPHAN para os processos de licenciamento<sup>1</sup>. Por um dispositivo legal e normativo, o método – ou o conjunto sistematizado de procedimentos técnicos – relacionado ao campo patrimonial, passa a ser uma etapa constante dos processos administrativos desses órgãos públicos.



Como consequência do tombamento do Congresso Nacional em 2007, os arquitetos da Câmara passaram refletir e analisar o significado e as consequências desse fato para a preservação do bem. Lacunas importantes foram identificadas no processo de tombamento, como a falta de indicação dos valores patrimoniais do Congresso Nacional que ensejaram seu tombamento, e de parâmetros para a sua preservação.

A documentação primária foi vista como indispensável para o entendimento dos valores e dos parâmetros, como relata Danilo MACEDO (Entrevista, 2019): “A nossa primeira iniciativa então foi pegar essas quinze mil pranchas e falamos assim: vamos reorganizar, vamos tratar, vamos conservar isso para que a gente possa estudar e valorar.”

Além disso, houve um esforço em entender aspectos conceituais de preservação que estariam relacionados a um bem como o Congresso Nacional, como ressaltou o arquiteto da Câmara: “nessa época em função do contato com o DOCOMOMO, a gente fez uma espécie de esforço concentrado em 2008 no sentido de definir o que que era próprio da arquitetura moderna como objeto de preservação.” (MACEDO, Entrevista, 2019).

Enquanto tais lacunas não são preenchidas institucionalmente pelo IPHAN, entendimentos com relação a diretrizes de preservação e valores patrimoniais estão sendo construídos na prática, a partir das ações concretas. Segundo o arquiteto Juliano Carvalho, do Senado, “na ausência de estudos ou determinações normativas advindas do tombamento específicas a esse ponto, esses entendimentos sobre valores e sobre o que fazer e o que não fazer tiveram que ser construídos e continuam sendo construídos no processo de projeto.” (Entrevista, 2018)

No Senado, alguns anos depois, em 2012, com a ampliação do quadro de arquitetos, esse processo também começou a ser empreendido com a sua própria documentação primária, atualmente já catalogada e parcialmente digitalizada.

---

<sup>1</sup> O Decreto-Lei nº 25/1937 estabelece a obrigatoriedade de licenciamento e a Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. (BRASIL. IPHAN, 2010)

Juntamente com essa atividade, houve um esforço da equipe para a efetiva internalização dos procedimentos legais como prática na instituição, com a consolidação do licenciamento junto ao IPHAN como parte indispensável do processo de projeto e obra. Segundo os arquitetos entrevistados, estabeleceu-se um respaldo interno mais sólido para o tema da preservação. Segundo Juliano CARVALHO (Entrevista, 2018), o rito de licenciamento se insere em um processo metodológico triplamente sistematizado relacionado a sua formação profissional (e sua inserção no campo patrimonial), aos procedimentos estabelecidos internamente na SINFRAs para projetos de arquitetura em geral e, por fim, à elaboração dos documentos técnicos requeridos pelo IPHAN para análise da intervenção.

Conforme a Portaria nº 420/2010 do IPHAN, qualquer intervenção que se enquadre em restauro, requer a realização de diversas atividades com pelo menos a realização de levantamento físico, pesquisa histórica, documentação do estado atual, análise tipológica, identificação de materiais e sistemas construtivos, diagnóstico de conservação e mapeamento de danos. (BRASIL. IPHAN, 2010)

Ainda que as determinações legais e a norma do IPHAN tenham estimulado, conforme depoimentos dos arquitetos do Senado, a implantação do rigor metodológico nos projetos de restauro, elas não garantem que esse rigor seja efetivo. Como vimos nas falas de Danilo Macedo e de Juliano Carvalho acima, tanto Câmara quanto Senado têm empreendido esforços internos para que procedimentos internos, se não regulamentados, mas ao menos consensuados, sejam compartilhados entre os arquitetos.

Nesse sentido, há elaborações coletivas e individuais internas, nas equipes, em nome do estabelecimento de métodos para lidar com intervenções. Como ressaltou o arquiteto do Senado, os esforços são para que procedimentos metodológicos em construção sejam institucionalizados.

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** [Há] um esforço de institucionalização por parte de uma equipe, ou seja, são indivíduos tentando criar práticas institucionais e tentando por todos os meios fazer com que essas práticas que são dos indivíduos se tornem práticas institucionais. [...] E esse institucional é isso, um institucional em construção e um institucional que depende de indivíduos e que têm alguns procedimentos mais levados à elaboração de padrões e de documentos de coisas mais facilmente incorporáveis pela instituição, pelos novos chefes e por equipes que mudam e têm outras práticas mais frágeis que não conseguiram se colocar dessa forma. Acho que isso é muito importante na prática do serviço público, seja na dimensão do institucional, seja no reconhecimento do institucional como algo que parte dos indivíduos. (Entrevista, 2018)

---

Mesmo que não sejam institucionalizados, os métodos e o cumprimento das etapas metodológicas são essenciais para informar as decisões projetuais em preservação. Como ressaltou Juliano CARVALHO, “um profissional

que teve a minha formação e que está lidando com um bem tombado dessa importância não riscaria um traço numa folha sem fazer um levantamento tanto físico como histórico” (Entrevista, 2018). Para o arquiteto, é uma composição de sistematizações que dá fundamento metodológico à intervenção, relacionada à formação profissional em preservação, aos procedimentos internos instituídos e às determinações legais e normativas do IPHAN.

Já para Danilo Macedo, o método de trabalho não deve descartar, aprioristicamente, qualquer solução e nem aceitar, também *a priori*, qualquer princípio projetual ou de preservação: “por uma questão de método, de trabalho, na preservação, eu sempre parto do princípio de que todas as possibilidades estão em aberto quando a gente começa a trabalhar. Inclusive de que as nossas hipóteses estejam erradas” (MACEDO, Entrevista, 2019). Segundo o arquiteto, até se chegar a uma solução definitiva, uma série de etapas de projeto e prototipagem devem ser cumpridas, numa espécie de aproximação gradual da ideia para sua efetiva realização, para sua avaliação em termos mais concretos.

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** Nós não podemos correr o risco de adotar ou recusar qualquer solução sem que ela tenha avançado materialmente como protótipo, o máximo possível, como execução. Primeiro como ideia, depois como desenho, depois como maquete, depois como protótipo, até chegar na obra. (MACEDO, Entrevista, 2019)

---

Métodos tacitamente sistematizados estão incorporados aos procedimentos das equipes. Etapas como levantamento físico, pesquisa histórica e diagnósticos fazem parte das fundamentações para a elaboração dos projetos de intervenções relacionadas à preservação, como restauros e adaptações.

Como veremos mais à frente, a questão da valoração patrimonial nesse rol de procedimentos tem sido realizada de maneira formal no Senado, mas é vista como uma etapa metodologicamente menos relevante na Câmara.

A valoração se consolidou como método a partir da visão de órgãos como UNESCO, ICOMOS e *The Getty Conservation Institute*, e de autores como Erica AVRAMI, Mason RANDALL e Marte de la TORRE (AVRAMI, MASON e TORRE, 2000; TORRE, 2002; AVRAMI e MASON, 2019), Paula SILVA (2012), e Silvio ZANCHETTI e Lúcia HIDAKA (2014).

O Documento de Nara (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994), ao ampliar o conceito de autenticidade, transcende as instâncias histórica e estética de Brandi e associa uma série de valores a atributos tangíveis e intangíveis do bem. Essa carta patrimonial retomou a preocupação de RIEGL ([1903] 2014) em sistematizar os valores identificáveis em um bem patrimonial.

## Significância, valores e atributos

É consenso no campo da preservação que uma correta intervenção em um edifício patrimonial depende de uma adequada etapa de conhecimento do edifício em seus aspectos físicos, estéticos e históricos, bem como do seu estado de conservação, patologias, problemas estruturais etc. É parte fundamental do método que, por sua vez, é indispensável para a preservação.

O Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017) não apresenta uma lista de tarefas para essa etapa, mas alguns princípios são definidos. Dentre eles: usar critérios aceitos no campo patrimonial para identificação e avaliação; identificar e avaliar a significância de interiores, mobiliário, obra de arte, maquinários e equipamentos de valor cultural; reconhecer e respeitar inovações estruturais, formas, técnicas de construção e materiais; identificar e avaliar a importância do entorno e da implantação do bem; identificar e avaliar conceitos de planejamento e de infraestruturas significantes; usar análise comparativa para estabelecer a significância cultural; utilizar preferencialmente informações de fontes primárias (p. 4-5).

O principal aspecto do Documento de Madri-Nova Déli, com relação ao método, é que ele deve se basear no entendimento da **significância** do edifício, e que essa compreensão deve ser, necessariamente, prévia a qualquer intervenção. A partir de então e, de novo, anteriormente ao início das obras, devem estar bem claras as estratégias de preservação dessa significância bem como devem estar estabelecidos os limites aceitáveis de mudanças (p. 5).

A significância é construída a partir da valoração, ou seja, a partir da identificação e do reconhecimento de valores que a sociedade tenha atribuído ao edifício. Os valores culturais relevantes em uma sociedade, para ZANCHETTI e HIDAKA (2014, p. 5), são aqueles criados por processos intersubjetivos, realizados em períodos relativamente longos, ganhando, assim, estabilidade, muito embora não possam ser considerados definitivos. Ainda segundo esses autores, o valor é a categoria analítica central para a determinação da significância de uma edificação. (Figura 83)

Desta forma, os valores não são objetivamente dados, visto que não emanam do próprio objeto, e só podem ser compreendidos “quando referenciados com os contextos social, histórico e mesmo espacial, através da lente de quem está definindo e articulando o valor” (PEDROSA, 2011, p. 108). São, portanto, subjetivos na medida em que emanam do sujeito, e são intersubjetivos, uma vez que não podem ser atribuídos de maneira individual.

Os valores patrimoniais são essencialmente dinâmicos e a atribuição desses valores é uma atividade subjetiva – depende das predisposições do indivíduo –, intersubjetiva – deve levar em consideração os diversos agentes e,

sobretudo, a sociedade na qual o bem se insere – e interpretativa – notadamente nos casos em que estão em jogo valores difusos, como, por exemplo, o simbólico, que dependem de entender o ponto de vista de uma comunidade ou da sociedade com relação ao bem. Fazem parte de um processo que culmina em um *juízo crítico* (FABRIS, 2014), ou em um *ato crítico* (KÜHL, 2008).

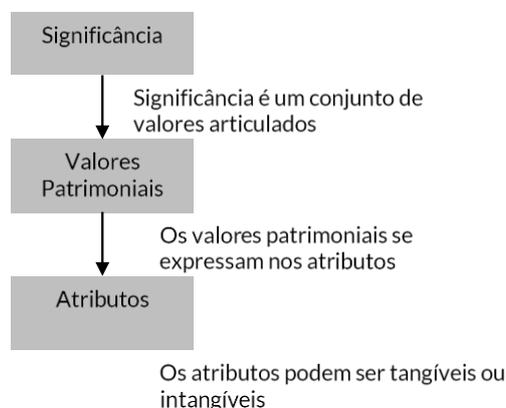


Figura 83 – Diagrama sobre a relação entre Significância, Valores Patrimoniais e Atributos.



O problema da valoração vem sendo discutido desde a primeira sistematização, com RIEGL ([1903] 2014), passando por BRANDI ([1963] 2004) com as instâncias histórica e estética e consolidado na Carta de Veneza (1964). A Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) deu mais amplitude ao tema da valoração, citando categorias de valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais. Já a Conferência de Nara, de 1994, relacionou-os a aspectos materiais e imateriais, internos e externos ao bem (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994) e inseriu a valoração como etapa metodológica de bastante consenso no campo patrimonial.

A pesquisa empírica, no entanto, mostrou que trabalhar com valores nem sempre é uma tarefa fácil. A atribuição de valores e a importância relacional entre eles variam bastante. No Congresso Nacional, esse processo de valoração foi realizado de maneira formal tanto pelo Senado<sup>2</sup> quanto na ação conjunta com a Câmara sobre a plataforma.

Um ponto de partida desse processo de valoração específico foi a clareza de que em todos os atributos do edifício, tangíveis ou intangíveis, há valores patrimoniais reconhecidos, em maior ou menor grau, tanto pela sociedade

---

<sup>2</sup> Em duas situações houve etapa metodológica formal para se refletir sobre os valores patrimoniais do Congresso Nacional. Primeiramente, em 2013, no âmbito da Nota Técnica que desenvolveu subsídios e recomendações para recuperação dos panos de vidro e do sistema de brise-soleil do Anexo I do Senado Federal (CASTRO, CARVALHO, *et al.*, 2013; CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014), e posteriormente em 2017, para balizar projeto de Segurança contra Incêndio no Palácio (CASTRO e CARVALHO, 2017).

em geral, de maneira abstrata, quanto pelos sujeitos imbuídos da tarefa da valoração formal. Esses atributos podem estar relacionados, como dispõe o Documento de Nara (UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 3), a questões de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos.

Esse ponto de partida conceitual reflete a maneira como o Senado, que coordenou essa etapa do processo, entende o edifício. É o **vetor retrospectivo** de abordagem (Capítulo 8), em que os atributos que representam ou informam camadas e adições históricas do edifício são revestidos, *a priori*, de valor patrimonial. O que varia é a correlação de intensidades diferentes de valores para diferentes atributos.

Uma questão relacionada à ação de impermeabilização da plataforma ilustra o processo e as possíveis abordagens conceituais. Intervenções recentes, em 2010, na área dessa imensa laje de cobertura do edifício principal, sob gestão do Senado, promoveram a substituição integral das placas de mármore do revestimento. Além disso, a paginação resultante não obedeceu nem à configuração existente, nem à lógica definida no projeto original, criando claro ruído visual no padrão do mosaico da pavimentação.

Foram ações realizadas sem a observação do rigor metodológico patrimonial que tem sido regra para intervenções mais recentes. A materialidade anterior, representada pelas peças de mármore, foi perdida, comprometendo, nessa intervenção, valores históricos, de antiguidade e outros potencialmente.

Um tópico de debate do projeto em andamento foi: como valorar e tratar patrimonialmente essas alterações anteriores? Para Élcio Silva, da Câmara, (Entrevista, 2019), o principal problema é que a intervenção não é compatível nem com o edifício, nem é representativo para sua história. Para Danilo Macedo, da Câmara, a baixa qualidade da intervenção significa também perda de autenticidade:

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** a gente já havia presenciado aqui, a distância, que havia sido feito trocas muito expressivas de material lá. E depois a gente descobriu que era praticamente integral. Então nós acreditamos que em todos os sentidos houve queda de qualidade. Quanto a autenticidade... não só quanto a questão da autenticidade original, mas quanto a questão técnica também. (Entrevista, 2019)

---

Metodologicamente, no entanto, seus valores históricos e artísticos não deveriam ser descartados *a priori*. Essa posição ficou consignada na Nota Técnica conjunta sobre a valoração. O documento reconheceu maior intensidade de valores nas áreas remanescentes de 1960, mas identificou valores em menor escala às intervenções dos anos 2000 (CARVALHO,

BHERING, *et al.*, 2018). A entrevista com o arquiteto Juliano Carvalho, do Senado, tocou nesse tema:

---

**Arq. Juliano Carvalho:** E dado que a intervenção de 2010 não respeita a paginação ela nos fala menos do momento do projeto. [Além disso] ela tem problemas de paginação, não é uma nova paginação cheia de qualidades, mas é problemática. Ela evidentemente tem menos valor por isso do que outros trechos. E idem eu poderia dizer para ela não apresenta as marcas do tempo com a mesma intensidade que os outros trechos e, portanto, não nos fala da história do prédio com a mesma intensidade que os outros trechos nos falam e assim sucessivamente. Eu acho que tem um conjunto de valores aí que surgem naquele trecho em grau menor, sem dúvida, do que, por exemplo, no trecho que tudo indica que é remanescente da inauguração do prédio (entrevista, 2019).

---

O debate sobre como tratar alterações realizadas nos edifícios durante sua trajetória – ou seja, após seu momento inaugural ou até mesmo seu momento de apogeu histórico – é um dos mais antigos na historiografia da preservação. John Ruskin, no século XIX da Inglaterra, já criticava seus contemporâneos que removiam certos elementos dos edifícios góticos em nome de uma pureza de estilo. Na Itália do século XX, o problema crucial da conservação ou remoção das adições, refazimentos ou intervenções é tratado por BRANDI por meio de um juízo de valor que contrapõe a instância estética à histórica (CARBONARA, 2004), ressaltando que, do ponto de vista histórico, a conservação da adição deve ser considerada regular, sendo a remoção uma decisão excepcionalmente justificada quando a essência da obra de arte estiver comprometida. (BRANDI, [1963] 2004, p. 72, 85)

Essencialmente, para BRANDI, é uma questão de conservar, *a priori*, as alterações posteriores e de compreender e contrapor os valores históricos e estéticos expressos no elemento. Esse posicionamento encontra abrigo em termos semelhantes no estado-da-arte da preservação da arquitetura moderna. Para o Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 9), as modificações do estado inaugural que adquiriram seu próprio significado cultural devem ser reconhecidas e respeitadas.

Ao fim de 2019, não havia definição efetiva sobre o destino da plataforma e seu revestimento. As equipes do Senado e da Câmara continuam trabalhando na busca de soluções, mas não há consenso sobre o caminho a se seguir. Contudo, as nuances nas posições dos arquitetos novamente permitem entender que há, dentro de um mesmo marco teórico, oscilações de posturas com relação à teoria e ao objeto patrimonial: por um lado, a prevalência da concepção artística, da imagem e da unidade arquitetônica e um vetor prospectivo de abordagem; por outro, a preponderância da história e da matéria e o reconhecimento do edifício como repositório

fragmentário de diversas expressões artísticas e temporais, concatenado a um vetor retrospectivo de entendimento do bem.

Quando o edifício é avaliado tendo como fundamento sua concepção arquitetônica – vetor prospectivo –, as intervenções tendem a representar valores, em princípio, menos relevantes, sobretudo se não são compatíveis com o *princípio ordenador original* do edifício. Esse princípio ordenador, ou a concepção arquitetônica, ou o projeto seriam atributos nos quais uma maior intensidade de valores é reconhecida. A concepção estrutural, para os arquitetos da Câmara, é um desses atributos, responsável por sintetizar valores artísticos relacionados ao partido arquitetônico. As palavras de Danilo Macedo apontam nessa direção.

---

**Arq. Danilo MACEDO (Câmara):** A malha estrutural do edifício principal é toda de 10m por 15m, com aqueles pilares elípticos. Pela própria configuração da arquitetura de grandes espaços abertos, com as colunas soltas, aquilo é a expressão da estrutura livre, [...] a expressão do princípio ordenador do prédio. **Essa que é a leitura que nós fizemos, para valorar o edifício.** Então a gente acredita que é preciso [entender] qual é essa ordem intrínseca aos outros componentes e elementos do prédio e em que medida essas outras ordenações se subordinam a essa ordem espacial maior. (MACEDO, Entrevista, 2019)

---

A lógica relacionada à concepção da obra, por Oscar Niemeyer, e aos projetos desenvolvidos entre 1957 e 1960 condicionam as ações de preservação do Palácio. Mais do que isso, é a principal referência conceitual e estética nas obras de ampliação do complexo edificado da Câmara. A unidade arquitetônica se daria no plano dos princípios projetuais.

Por outro lado, quando o edifício é percebido a partir de um vetor retrospectivo, quando a condição atual do bem é reconhecida como um palimpsesto, uma sucessão de camadas historicamente construídas, a propensão verificada é a de entender as alterações, adições e supressões como parte do processo. A unidade se fundamenta na ideia de que há um fluxo temporal a ser não somente respeitado, mas percebido pelo observador, pelo usuário do prédio. Nesse raciocínio se inserem também as intervenções contemporâneas, buscando uma relação harmônica da arquitetura nesse fluxo temporal.

---

**Arq. Sidney CARVALHO (Senado):** A ideia que o edifício tem a sua história e a história se dá ao longo da sua vida útil. E cada intervenção de arquitetura que houver ela é respeitando esse fluxo temporal e não é uma intervenção inaugural de alguma coisa. Cada intervenção de arquitetura [...] trabalha no fluxo temporal de tudo que lá está, materiais, técnicas construtivas, compreender esse fluxo temporal e se inserir nele o mais harmônico possível nesse fluxo temporal da vida dos edifícios e dos sistemas. (Entrevista, 2019)

---

Há diferenças entre as duas óticas apresentadas acima, o que não significa a falta de reconhecimento da história do edifício por uma parte, nem a

desconsideração do princípio ordenador por outra. Esses aspectos, como a questão das alterações posteriores à inauguração, devem ser submetidas ao crivo do juízo de valor (BRANDI, [1963] 2004), do ato crítico (KÜHL, 2008), por meio de um processo de valoração patrimonial.



A valoração patrimonial, como um processo formal, foi introduzida no Senado Federal em 2013, em um estudo sobre a preservação da cortina de vidro do Anexo I. A equipe partiu do conceito de significância, entendida como um conjunto de significados e valores atribuídos a um bem cultural, a fim de compreender as questões patrimoniais em jogo para lidar com Palácio do Congresso. (CASTRO, CARVALHO, *et al.*, 2013; CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014)

A equipe, da qual fiz parte, elaborou uma síntese preliminar de significados e de elementos nos quais esses significados se manifestam. O Palácio do Congresso foi entendido como (CASTRO, CARVALHO, *et al.*, 2013):

- principal lugar de articulação e debate político dos parlamentares do Brasil;
- principal símbolo visual da democracia brasileira e de Brasília, o que se associa à sua forma externa – na relação entre as duas torres, as duas cúpulas e a plataforma – mas também aos espaços de uso parlamentar, que guardam a memória das atividades ali desenvolvidas ao longo do tempo;
- elemento de papel urbanístico fundamental no Plano Piloto, ao focar a perspectiva da Esplanada dos Ministérios, articulando-a à Praça dos Três Poderes. Esse papel depende de sua implantação, sua forma, e da transparência de suas faces envidraçadas;
- documento da construção de Brasília, de suas limitações, vicissitudes e experimentações, expresso em seus elementos construídos, inclusive naqueles de elaboração ou execução mais precária, alterados ou definidos em canteiro, em detrimento do “ideal”;
- repositório, em sua matéria construída, da memória do trabalho – e da exploração do trabalho – dos candangos que construíram a capital, bem como daqueles que trabalharam em suas transformações ao longo do tempo;
- base material para experiências estéticas excepcionais, da escala urbana às artes integradas, que dependem das formas construídas, de suas superfícies e das relações estabelecidas entre elas, inclusive com as marcas do tempo que tornam perceptível sua historicidade;
- obra arquitetônica excepcional, ponto de síntese e inflexão da produção de Oscar Niemeyer e mesmo da arquitetura brasileira do século XX.

Mais adiante, o debate sobre significância e valores foi retomado no Senado com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração terceirizada de um projeto de segurança contra incêndio no Edifício Principal e no Anexo I. De maneira geral, as disposições continuam as mesmas, reconhecendo uma

diversidade de valores estéticos, históricos, simbólicos, arquitetônicos e urbanísticos que se entrelaçam e se manifestam nos atributos. Ocorreu uma revisitação dos pontos já defendidos anteriormente e a adaptação à demanda específica (CASTRO e CARVALHO, 2017, p. 2).

Mesmo em ações de menor vulto, a sistematização de valores é tida como referência. Ainda que não tenha sido possível estabelecer de fato a significância do edifício<sup>3</sup>, tendo em vista a ampla gama de valores e a interdisciplinaridade demandada nesse processo, a incorporação da valoração como etapa de um método de preservação constitui reconhecível avanço.

Esse histórico levou à introdução da valoração, no método de trabalho conjunto, no caso da Plataforma, com a participação de arquitetos das duas instituições, com o intuito de realizar uma validação mais ampla para a valoração do edifício, retomando o debate que se encontrava em desenvolvimento no Senado. Essa etapa teve como objetivo, ainda, suprir, para o caso específico, a necessidade de elementos concretos de valoração. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018)

A ideia dos arquitetos do Senado, como relata Juliano Carvalho (entrevista, 2019), era a de “incorporar os conceitos necessários para trabalhar com valoração, ou seja, tentar entender quais são os valores em que atributos físicos ou não, mas em que atributos esses valores se manifestam e tentar propor graduações entre esses valores e graduações entre as formas como esses valores se manifestam nos atributos.”

O documento produzido no âmbito dessa Cooperação Técnica entre Câmara e Senado estabelece, então, uma série de valores em graus e composições distintos, partindo do princípio de que todo elemento ou atributo é dotado de valores. Para Juliano Carvalho (entrevista, 2019), “não se trata de ter ou não ter valor, mas sim de ter mais ou menos valor”. Nesse processo, foram identificados os seguintes valores para a plataforma e seus materiais constituintes (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018):

- Valor de Uso: O Congresso Nacional como Sede do Poder Legislativo;
- Valor Simbólico: O Congresso Nacional como símbolo do Poder Legislativo; da democracia brasileira; de Brasília, capital do país; e da arquitetura moderna brasileira;
- Valor Urbanístico: O Congresso Nacional como parte do Plano Piloto de Brasília (marco na perspectiva da Esplanada; articulação entre Esplanada e Praça dos Três poderes; marco topoceptivo)
- Valor Histórico: O Congresso Nacional como documento da construção do edifício; da trajetória histórica do edifício; e como testemunho da atividade legislativa e democrática;

---

<sup>3</sup> O estabelecimento dessa significância pode se dar, seguindo-se os procedimentos da Unesco, por meio de um documento chamado *Declaração de Significância*. Segundo Avrami, Mason e Torre (2000), [ela](#) é um documento que permite identificar quais atributos expressam valores e significados do bem. *et. al.*

- Valor Arquitetônico: O Congresso Nacional como expressão excepcional de um conhecimento disciplinar; expressão excepcional do Movimento Moderno; base para experiências estéticas excepcionais;
- Valor de Memória: O Congresso Nacional como memória do trabalho da construção de Brasília; dos agentes da construção de Brasília; do trabalho da manutenção do edifício; dos agentes da manutenção do edifício; do público em geral;

Houve, assim, uma síntese das disposições e dos valores anteriormente identificados para o Congresso Nacional, mantendo ainda uma grande abrangência com relação à natureza dos valores. Esses valores se expressam em maior ou menor grau nos seguintes atributos específicos da plataforma. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018):

- Função do elemento como cobertura;
- Uso (acesso público e acesso aos plenários);
- geometria externa (projetada/ existente);
- paginação de piso (projetada/ existente);
- sistemas de impermeabilização e drenagem (projetados/ existentes);
- especificação de acabamentos; matéria instalada.

O principal avanço das experiências de 2017, realizadas para o projeto de segurança contra incêndio, e de 2018, para o projeto de impermeabilização da plataforma do Edifício Principal, com relação à iniciativa de 2013, foi o de estabelecer uma relação entre os valores e os atributos tangíveis e intangíveis. (Figura 85, p.273)

Nesse sentido, a abordagem utilizada nas duas últimas ocasiões se alinha ao trabalho desenvolvido por VAN BALEN (2008), no qual o autor transforma o Documento de Nara sobre Autenticidade (1994) em uma ferramenta para entender os vários aspectos da autenticidade do patrimônio edificado. Para ele, quando uma escolha deve ser feita entre diferentes possíveis ações, é preciso entender como as diferentes alternativas impactam em cada aspecto da autenticidade, conforme estipulado no Documento de Nara: forma e desenho; materiais e substância; uso e função; tradições e técnicas; localização e espaço; espírito e sentimento; outros fatores internos e externos.

Para VAN BALEN (2008), os valores relativos a cada um dos aspectos, mesmo que não possam ser quantificados, podem ser comparados e maximizados, auxiliando a tomada de decisões, ao colocar em perspectiva os diferentes aspectos que definem a autenticidade de um bem edificado. Essa premissa sustentou o trabalho realizado conjuntamente por Câmara e Senado.

A sistematização visual, por meio do *Nara Grid* (Figura 84), criado por VAN BALEN, permite facilmente correlacionar os aspectos com os valores.

Aspectos	Valores ou dimensões			
	Artístico	Histórico	Social	Científico
Forma e Desenho				
Materiais e substância				
Uso e função				
Tradições e técnicas				
Localização e espaço				
Espírito e sentimento				

Figura 84 - "The Nara Grid" - Matriz proposta por VAN BALEN para correlacionar aspectos do Documento de Nara aos valores patrimoniais

Essa etapa de valoração, dentro do processo de projeto para qualquer intervenção, se formalizada, possibilita ir além da dicotomia *autenticidade de projeto* e *autenticidade material*, superada teoricamente, mas ainda bastante implícita quando o debate se relaciona a um caso concreto, como já vimos no capítulo anterior. O arquiteto Diogo Andrade, da Câmara, reconhece que a valoração é um processo que deve acontecer sempre antes de qualquer intervenção. Ainda segundo o arquiteto:

---

**Arq. Diogo ANDRADE (Câmara):** Se você pegar os critérios de significância dele, são muitos. A questão da representatividade para o país, para a cidade; a questão de autoria; a questão de valores estéticos; a importância dele dentro do desenvolvimento moderno. A gente está tratando de um bem que talvez por um só desses critérios seria digno dessa atenção. Mas ele reúne muitos deles. E ao mesmo tempo a gente tem uma complexidade muito grande para a preservação do bem. Acho que primeiro, essa de termos duas instituições em um mesmo edifício. Outra questão, é um edifício em uso que precisou e precisa se transformar, precisa se adaptar à medida que esse uso vai se transformando, vai exigindo que o edifício se adapte às mudanças do processo legislativo. (Entrevista, 2020)

---

O reconhecimento dos valores é um passo necessário e essencial para a preservação e no caso particular do Congresso Nacional, engendrou um momento de convergência conceitual com relação ao que se deve preservar no bem.

De acordo com a bibliografia, o processo de valoração deve ser inserido formalmente no método de projeto para fundamentar as decisões subsequentes. Entender esses valores de forma correlacionada, como a significância do bem, indica, para MACDONALD (2009), o ponto de equilíbrio.

A relação de cada valor com os respectivos atributos contribui para se decidir, por exemplo, entre uma demolição e uma restauração ou reconstituição, entre uma substituição e uma manutenção. E nos atributos é que os valores se manifestam e são os próprios atributos que receberão, efetivamente, as intervenções. Lembrando de dois axiomas da Teoria da

Restauração de BRANDI ([1963] 2004), “Restaura-se somente a matéria da obra de arte” e “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte”. Em ambos os casos, a questão recai sobre um atributo, seja ele matéria, seja ele imagem.

Fazendo analogia com a teoria da administração (CHIAVENATO, 2005, p. 295), se a significância está em um nível estratégico, os valores se encontrariam em um nível tático e os atributos, em nível operacional. Na prática, como verificado na pesquisa empírica, enquanto os dois níveis mais altos têm o objetivo de fundamentar e informar a ação, é nesse nível operacional que se registram as principais divergências entre os agentes no espaço ne-gocial da preservação.

★

No nível operacional a valoração passa a ser efetiva, explicitando de que forma e em qual medida um certo valor se expressa em determinados atributos e como esses atributos se relacionam com elementos concretos, tangíveis e materiais do edifício, ou seja, aqueles que sofrerão intervenções físicas.

Na restauração da Plataforma do Congresso Nacional, a realização de uma etapa específica de valoração teve como objetivo dar subsídios para as decisões gerenciais subsequentes e, independente das decisões, estabelecer os parâmetros para as soluções técnicas resultantes. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018). O grupo reconheceu que:

- o sistema de revestimento/pavimentação, em especial o próprio mármore, era o mais sensível com relação aos valores;
- nesse sistema havia quatro períodos a serem considerados para os mármore, desde a construção (1959-1960) até a última grande intervenção (2010-2011);
- havia quatro grupos de valores de maior incidência sobre os revestimentos em mármore – simbólico, histórico, arquitetônico e de memória;
- e que, nesse sistema, havia atributos relacionados à paginação projetada, à especificação de acabamentos, à paginação efetivada e à matéria instalada. (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018)

O entendimento do grupo foi que a maior intensidade de valor estava, principalmente, nos mármore de 1959-1960, em todas as suas manifestações: na paginação projetada, na especificação de acabamentos, na paginação executada e na matéria instalada. E que essa maior intensidade relacionava todos os valores a todas as manifestações do mármore, em maior grau, à paginação projetada (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018). O Quadro 7 demonstra o entendimento da relação entre valores e atributos aos mármore remanescentes da construção (Ver Figura 85, p.273, para o quadro completo de valoração dessa Nota Técnica).

Quadro 7 – Valores dos revestimentos de mármore da plataforma do Congresso Nacional relacionados à época de instalação 1959-1960. Elaborado a partir do Quadro 2 da Nota Técnica 006/2018 - COPROJ/SINFRA. (CARVALHO, BHERING, et al., 2018)

Atributos	Mármore 1959-1960 - Valores			
	Simbólico	Histórico	Arquitetônico	De Memória
Paginação projetada				
Especificação de acabamentos				
Paginação efetivada				
Matéria instalada				

Segundo o documento, todos os revestimentos atualmente instalados na plataforma são relevantes em termos patrimoniais, seguindo, no entanto, uma gradação em que o trecho mais antigo concentra mais valores, enquanto o trecho mais recente apresenta menos valores. (CARVALHO, BHERING, et al., 2018)

Quadro 2. Valores dos revestimentos de mármore da plataforma de cobertura do Palácio do Congresso, diferenciados por época de instalação						
Valores	Valor simbólico		Valor histórico	Valor Arquitetônico		Valor de memória
<b>Detalhamento</b> Palácio do Congresso como...	... Símbolo do Poder Legislativo; ... Símbolo da democracia brasileira; ... Símbolo de Brasília ... Símbolo da arquitetura moderna brasileira		... Documento da construção do edifício ... Documento da trajetória histórica do edifício	... Expressão excepcional de um conhecimento disciplinar ... Expressão excepcional do Movimento Moderno ... Base para experiências estéticas excepcionais		... Memória do trabalho e dos agentes da construção de Brasília; ... Memória do trabalho e dos agentes da manutenção do edifício; ... Memória do público em geral;
<b>Atributos</b> (esclarecimentos sobre a relação entre valores e atributos)	Paginação projetada <i>Expressão de vanguarda</i> Especificação de acabamentos: mármore branco <i>Nobreza. Integração a Brasília. Integração à história mundial da democracia.</i>	Matéria instalada: variada e desgastada pelo tempo. <i>Brasília como realidade construída e vivida (não apenas ideal).</i> <i>Democracia como construção na história (não como dado estático).</i>	Paginação projetada e especificação de acabamentos. <i>Documentos da forma de pensar da época.</i> Paginação existente e matéria instalada. <i>Documentos da construção do Palácio e de Brasília. Documentos da trajetória de obras e manutenção do palácio.</i>	Paginação projetada e especificação de acabamentos. <i>Solução arquitetônica flexível, adequada às condições de execução, visualmente expressiva e integrada a Brasília.</i>	Paginação e matéria instaladas: variadas e desgastadas pelo tempo. <i>Experiência da passagem do tempo.</i> <i>Experiência da proximidade e distanciamento simultâneos em relação ao Movimento Moderno brasileiro.</i>	Paginação projetada e especificação de acabamentos. Paginação existente e matéria instalada. <i>Memórias pessoais dos trabalhadores.</i> <i>Memória coletiva do trabalho empreendido.</i> <i>Memórias pessoais dos indivíduos que tiveram acesso ao espaço.</i>
<b>Mármore 1959-1960</b>	<i>Situação intermediária, pela qualidade superior do material (padrão do grão, padrão das veias/cristais) e pelo aspecto homogêneo entre placas rejunte.</i>	<i>Situação mais expressiva pela presença simultânea de: material de qualidade superior; desgaste e pátina acre evidente; superfície legível como plano.</i>	<i>Documentos da construção do edifício e de Brasília. Documentos da trajetória da manutenção do Edifício Principal</i>	<i>Situação existente conforme projetada, permite compreensão da obra.</i>	<i>Situação intermediária, danos ao material comprometem parcialmente a experiência estética</i>	<i>Situação mais expressiva dada a importância histórica e social das relações e condições de trabalho durante a construção de Brasília.</i>
<b>Mármore 1970-1971</b>	<i>Situação menos expressiva, pela colonização biológica excessiva.</i>	<i>Situação intermediária, pela presença simultânea de: transformação dos minerais do mármore (positiva); colonização biológica e deformações (negativas).</i>	<i>Documentos da ampliação do edifício. Documentos da trajetória da manutenção do Edifício Principal</i>	<i>Situação existente conforme projetada, permite compreensão da obra.</i>	<i>Situação intermediária, danos ao material comprometem parcialmente a experiência estética</i>	<i>Situação intermediária, a matéria remete ao trabalho coletivo empreendido.</i>
<b>Mármore 1988-1993</b>	<i>Situação menos expressiva, pela colonização biológica e deformação excessivas.</i>	<i>Situação intermediária, pela presença simultânea de: transformação dos minerais do mármore (positiva); colonização biológica e deformações (negativas).</i>	<i>Documentos da trajetória da manutenção do Edifício Principal.</i>	<i>Situação existente conforme projetada, permite compreensão da obra, prejudicada pelas deformações.</i>	<i>Superfície deformada compromete a experiência estética</i>	<i>Situação intermediária, a matéria remete ao trabalho coletivo empreendido.</i>
<b>Mármore 2010-2011</b>	<i>Situação intermediária, pelo melhor estado de conservação do material – mesmo sem rejuntas e com qualidade visual inferior</i>	<i>Situação menos expressiva porque a pátina acre é o único sinal da passagem do tempo.</i>	<i>Documentos da trajetória da manutenção do Edifício Principal.</i>	<i>Paginação em desconformidade com projeto, compromete compreensão da obra.</i>	<i>Paginação em desconformidade com projeto compromete a experiência estética</i>	<i>Situação intermediária, a matéria remete ao trabalho coletivo empreendido.</i>

Maiores intensidade do valor

Menor intensidade do valor

Figura 85 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Quadro na Nota Técnica de valoração. (CARVALHO, BHERING, et al., 2018)

Quanto mais escuro, maior intensidade do valor identificado para o atributo. Desta maneira, é possível comparar dentre os atributos, quais são mais sensíveis a mudanças devido à intensidade de perdas de valores patrimoniais. No caso, os mármore instalados entre 1959 e 1960 se mostraram mais relevantes em termos de preservação do que os mármore de 2010-2011.

Ao relacionar os valores aos atributos, a Nota Técnica avaliou entre os dois cenários possíveis – reparos pontuais ou substituição integral da impermeabilização – qual potencialmente representaria maior perda de valores, com impacto *controlado* para o primeiro e  *muito relevante* para o segundo.

Paula SILVA (2012) destaca que a objetivação desse processo subjetivo de valoração reside, justamente, em um processo orientado pelo conhecimento, avaliação e julgamento (quanto à integridade e à autenticidade) dos **atributos** e com sua indispensável relação com a **significância** (p. iv). Ela utiliza como categorização para os atributos as definições da Unesco (Caderno de Orientações Gerais) derivadas do Documento de Nara. São eles: forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e implantação; linguagem e outras formas de patrimônio imaterial; espíritos e sentimentos. Adiciona, ainda, três atributos que vê como particulares para a arquitetura moderna e que seriam essenciais à avaliação da significância do bem: interconexão e interpenetração; imagem; e integração das artes (p. 112).

Esse processo, sintetizado no esquema apresentado na Figura 86, pretende reduzir as dúvidas em um processo de preservação. São quatro fases – de sete no total – relacionadas à compreensão dos atributos. Na fase 1, identificam-se os atributos de cada obra e a correlação entre eles e a significância do bem. Na fase 2, avaliam-se qualitativamente os atributos e se estabelece uma gradação de peso entre eles, na Fase 3. Na fase 4, julgam-se os atributos com relação ao estado atual do edifício, cruzam-se os dados, identificando a relação entre integridade, autenticidade e significância dos atributos, chegando a um diagnóstico do edifício. Na fase 5, propõem-se as ações de intervenção. As fases 6 e 7 dizem respeito à avaliação da intervenção, posterior à obra (p. 154-157).

O processo empreendido até o fim de 2019, no restauro da Plataforma do Edifício Principal, indicou que esse pode ser um caminho para a re-objetivação do arranjo subjetivo de preservação. Considerando o fluxograma de Paula SILVA, as atividades realizadas pela Câmara e pelo Senado, nessa ação, teriam chegado à fase 5, com algumas inversões cronológicas e metodológicas no percurso: o diagnóstico e a proposta de ações de conservação ocorreram antes do processo de valoração.

O método proposto por Paula SILVA (2012) contribui para assentar em bases mais objetivas o processo intersubjetivo de preservação. Outra proposta metodológica para a preservação foi elaborada pelo arquiteto da Câmara dos Deputados, Élcio SILVA (2017, p. 190).

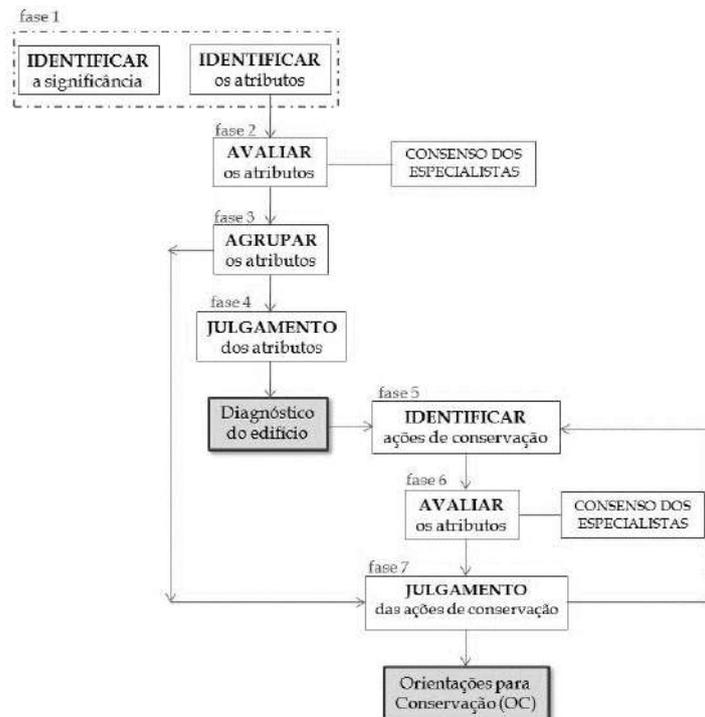


Figura 86 – Etapas para o julgamento da integridade e autenticidade de um edifício moderno conforme Paula SILVA (2012, p. 153).

Élcio SILVA (2017) se fundamentou nos procedimentos propostos por Paula SILVA para analisar a renovação do edifício-sede da ONU, correlacionando os atributos com critérios de integridade, de autenticidade material e de autenticidade de intenções de projeto (2017, p. 184). Para ele, é fundamental no processo definir critérios para a tomada de decisões à luz das premissas de preservação e dos valores a serem resguardados. Ele relaciona três grupos a serem avaliados: critérios para tomadas de decisões; premissas de preservação; valores a serem resguardados. Sendo que o primeiro depende dos dois últimos (2017, p. 190).

É importante, como sustentou Élcio Silva (2017, p. 190), um equilíbrio de metas de renovação e de princípios de preservação. No edifício das Nações Unidas, como demonstrou o autor, o equilíbrio no entendimento dos responsáveis pela intervenção ocorreu em uma postura de transformações mais intensas na materialidade, com substituição completa das esquadrias por exemplo, para garantir melhor desempenho do sistema.

As perdas de valores patrimoniais devem ser avaliadas, segundo Élcio SILVA (2017, p. 192), em duas instâncias: primeiro, em que grau a intervenção aventada significa perda de valores; segundo, em que grau essa perda de valores constitui comprometimento significativo do objeto a ser preservado. Esses valores, por sua vez, estariam relacionados à *composição* – arquitetura e em relação com o desenho urbano –, à *caracterização dos espaços* internos – organização, preponderância dos plênios e interconexão com os espaços externos – e aos *materiais* – combinação de elementos

em pedra, metal e vidro, síntese no repertório, sobriedade na aplicação e relação com a técnica construtiva (p. 129-131).

Forma-se, para Silva (2017, p. 192), uma cadeia a ser avaliada que passa por perda de valores e perda de significância. O autor entende que “a identificação de valores e o estabelecimento de peso para esses valores na significância do objeto são etapas prévias” ao estabelecimento das metas e do escopo. São passos sequenciais, uma árvore de decisões (Figura 87).

Coaduno com Paula Silva e Élcio Silva no sentido de que os valores são estabelecidos em instâncias intermediárias, entre a significância de um bem e seus atributos tangíveis e intangíveis, e de que, para uma efetiva operacionalização do procedimento de compreensão do que deve ser preservado é indispensável entender como instâncias mais abstratas – significância e valores – se manifestam, na instância mais concreta, mais perceptível sensorialmente, nos atributos. Além disso, considero fundamental a importância dada pelos autores à avaliação da integridade do atributo, como relacionada a sua capacidade de transmissão dos valores.

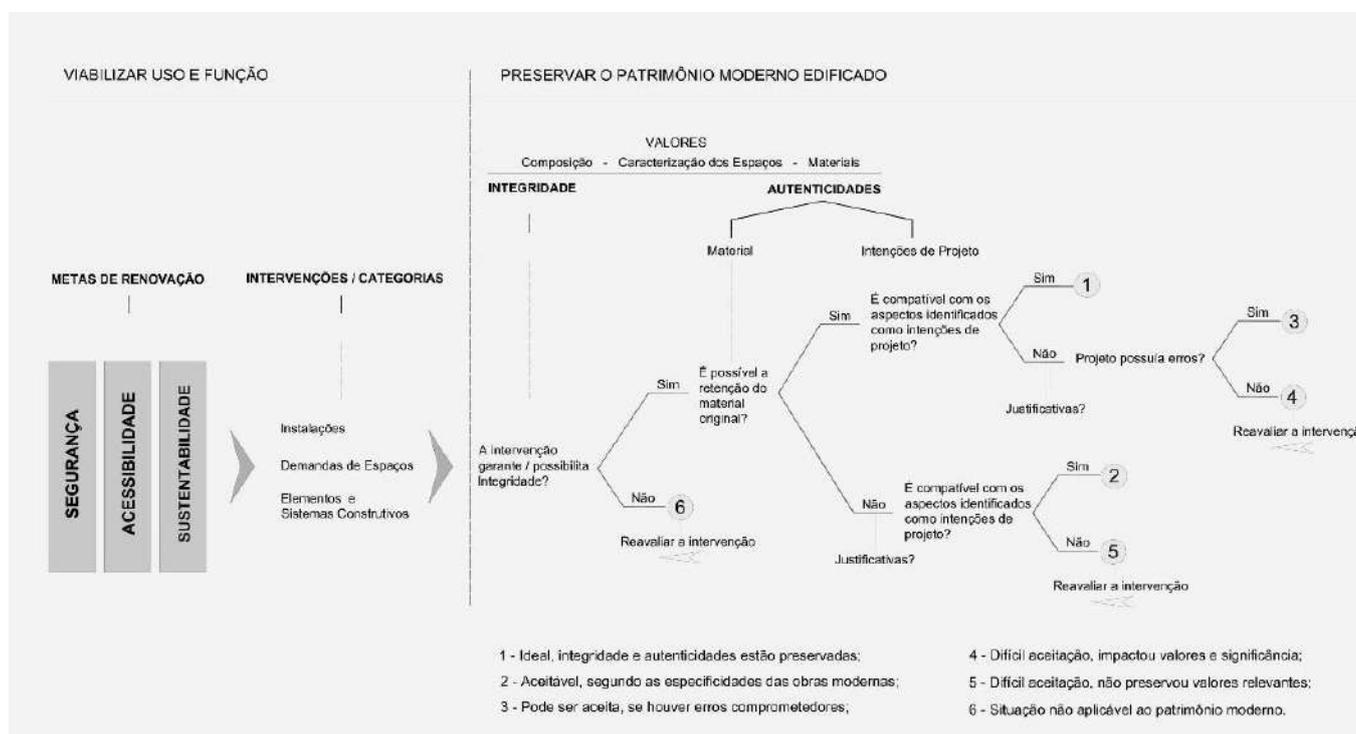


Figura 87 - Fluxograma de etapas proposto por Élcio Silva para orientar as decisões de projeto para a preservação do Congresso Nacional a partir do seu estudo de caso no edifício-sede das Nações Unidas (2017, p. 195).

No entanto, temos raciocínios diferentes no que diz respeito à natureza dos valores e em como eles se colocam diante dos atributos. Paula SILVA (2012, p. 113) estabeleceu os valores para a arquitetura moderna em categorias como *materiais, forma e estrutura, transparência, interconexão, qualidade do espaço interno, relação com o sítio*, entre outros. Élcio SILVA (2017, p. 184), seguindo a linha de Paula Silva, sistematiza-os agrupados em

composição, espaços e materiais, estabelecendo categorias como *permeabilidade do sítio, eixos de visibilidade, espaços caracterizadores, uso e função, interconexão e interpenetração, materiais externos, materiais internos, técnica* e outros.

A linha desenvolvida nesta tese sobre a categorização dos valores segue uma lógica historicamente desenvolvida, tratada por mim anteriormente (CASTRO, 2017), inicialmente sintetizada por RIEGL ([1903] 2014), e que se reflete na dualidade estético-histórica consolidada por BRANDI ([1963] 2004); na reiteração dessa dualidade na CARTA DE VENEZA (1964); na categorização trazida pela Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) e convalidada pelo Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017) com seus valores estéticos, históricos, científicos, sociais e espirituais.

RIEGL ([1903] 2014) traz questões de suma importância como a percepção material do tempo transcorrido em seu *valor de antiguidade*, ou a relação do bem como eventos históricos relevantes. A instância histórica de BRANDI ([1963] 2004) e da Carta de Veneza consideram o próprio envelhecimento da matéria, na pátina do tempo. A Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) incorpora valores sociais e espirituais, entre outros.

Nessa linha de pensamento, inserem-se os processos de valoração desenvolvidos no Senado. Eles incluem, como vimos, categorias como valor de *uso, simbólico, urbanístico, histórico, arquitetônico, de memória*, entre outros; e tratam de aspectos como *lugar de articulação e debate político, símbolo visual da democracia, documento da construção de Brasília e repositório da memória do trabalho*.

São aspectos subjetivamente interpretados pelos arquitetos ou reconhecidos pela sociedade e que transcendem às características objetivas, ainda que subjetivamente avaliados, do próprio bem. Nesse sentido, são mais amplos que as categorias tratadas por Paula Silva e Élcio Silva, que compreendem predominantemente aspectos de suas características arquitetônicas.

Na formulação da presente tese, esses aspectos são entendidos como atributos – por serem elementos e características tangíveis e intangíveis do bem – em vez de valores. O estabelecimento de uma relação matricial entre os valores e os atributos, como no *Nara Grid* de VAN BALEN (2008) que vimos acima (Ver Figura 84, página 271) e no método utilizado na restauração da plataforma do Congresso Nacional (Ver Quadro 7, página 273), permite a compreensão completa de todo o ciclo significância-valores-atributos. Além disso, a linha que defendo nesta tese é que a valoração deve comparecer como método formal, como o realizado no projeto de restauração da plataforma do Edifício Principal.

★

As diferentes visões sobre valores não impediram, contudo, a participação efetiva de arquitetos da Câmara no processo de valoração da plataforma proposto pelo Senado. Além disso, observaram-se ao menos duas convergências importantes. Primeiro, as entrevistas demonstraram que há uma compreensão comum, entre as equipes, sobre a dualidade histórico-artística do patrimônio próxima à concepção dada por BRANDI ([1963] 2004) e às consolidações posteriores, bem como um entendimento compartilhado da importância simbólica nacional do Palácio do Congresso Nacional.

Segundo, as ações de preservação e a produção documental e acadêmica dos arquitetos (CARVALHO, CASTRO, *et al.*, 2014; SILVA, 2017) revelam uma preocupação comum em entender os atributos e em como eles se articulam para expressar a significância cultural – ou os valores culturais – do bem.

Diante dessa última convergência, fica evidente a relevância de se objetivar esse processo de valoração, de caráter essencialmente subjetivo e conceitualmente abstrato, em bases de compreensão mais objetiva e de relação mais direta, e igualmente objetiva, com o bem. A correlação dos valores ou da significância com os atributos é algo indispensável.

Torna-se possível, portanto, retomar o debate sobre os campos a fim de reafirmar a localização da preservação arquitetônica na interseção entre o campo patrimonial e o campo da arquitetura, e o constante embate de categorias, de categorias próprias, oriundas de cada um dos campos, que essa condição interseccional da preservação do edifício (moderno) instaura. As categorias nas quais os atributos se enquadram, ou com as quais eles se relacionam, tendem a ser categorias já compartilhadas entre os campos.

Diferentemente da valoração – um processo eminentemente subjetivo e conceitualmente abstrato – a concepção de certos atributos faz parte do vocabulário compartilhado por ambos os campos. Quando empregamos categorias como forma, concepção, imagem, matéria, substância, uso, função, interconexão e interpenetração, elas não se referem apenas a atributos patrimoniais, mas a elementos de arquitetura comuns à prática da disciplina. A discussão de temas relativos a, por exemplo, valor *de memória, histórico ou antiguidade*, relaciona-se ao campo patrimonial. Quando esse debate recai sobre interconexão ou interpenetração dos espaços (SILVA, 2017), ou a função da plataforma como elemento de cobertura e suas relevâncias, estabelece-se aí a correlação do campo arquitetônico e a relação dialógica.

Essa correlação, segundo Beatriz KÜHL, deve prosseguir até a elaboração do projeto arquitetônico de restauro: “[...] reintegração da imagem, remoção de adições e tratamento de lacunas são temas a serem enfrentados (de modo fundamentado) e, no que se refere ao método, por se considerar que devam ser articulados os procedimentos de conservação e o projeto

arquitetônico de restauro (que pode comportar mudança de uso, etc.)” (KÜHL, 2008, p. 90).

Enquanto a valoração é importante para identificar o que realmente importa preservar, a preservação efetivamente ocorre nos atributos. No objeto político, que é o edifício, e na correlação das forças que nele incidem e que o disputam, a questão está centrada também nos atributos. Um revestimento, como o mármore da plataforma, por exemplo, torna-se um problema para a manutenção, se houver infiltrações, e é um elemento (atributo) a ser preservado por ser testemunho da história do edifício (valor histórico) ; outro exemplo: um determinado ambiente (atributo) é uma área com demanda por ocupação, e é um espaço historicamente ou esteticamente relevante (valor) por ser o principal ponto de articulação projetual do arquiteto original; uma esquadria é um ponto sensível de trocas de calor com o exterior e tem relevância cultural por sua solução específica.

A vivência da preservação do Congresso Nacional deu clareza ao processo completo de valoração – incluindo significância-valores-atributos – como um instrumento de mediação que pode proporcionar a ocorrência de negociações entre uns e outros interesses em bases mais objetivas. Deixou nítido que os elementos básicos de disputa envolvem sobretudo os atributos.

Fazendo um exercício de recomposição do processo significância-valores-atributos, é possível conceber a preservação de um bem – e a própria patrimonialização desse bem – a partir desse elemento básico: o conjunto inter-relacionado de atributos, concebido originalmente sob certos princípios, reorganizado historicamente por outras contingências, e percebido, no presente, pela sociedade, conforma o conjunto de valores de um bem que, também em conjunto, representa sua significância. É no todo que o bem adquire significância, mas a preservação age na unidade básica, no atributo.

### **Considerações sobre alcances e limitações dos métodos**

Nas ações pesquisadas, a preocupação com a coleta e análise dos dados físicos, históricos e técnicos do edifício foi constante e relevante. As entrevistas corroboraram essa percepção. Os métodos, os procedimentos e as técnicas de conhecimento do edifício e de compreensão dos problemas de preservação fundamentaram-se em categorias do próprio campo patrimonial, ou seja, nas cartas patrimoniais, bibliografia e casos similares.

Entretanto, a relevância em perseguir um rigor metodológico no processo de preservação expõe o fato de que métodos consolidados ou propostos pelo campo patrimonial, assim como as próprias disposições teóricas e conceituais, apresentam limites com relação a sua aplicabilidade efetiva. Eles

necessitam ser constantemente adaptados, reinventados e ajustados para alcançar as vicissitudes próprias daquele bem e daquele grupo de agentes responsáveis pelos processos decisórios.

Uma das limitações diz respeito à impossibilidade de o método, como mediador entre a teoria e a prática, propiciar todos os ajustes necessários para lidar com as contingências relacionadas ao objeto e sua complexidade. Minha vivência na preservação do Congresso Nacional e as ações analisadas na pesquisa empírica fizeram-me chegar a essa constatação, observada pelo arquiteto Juliano Carvalho:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** Lidar com objeto de tamanha complexidade, tendo um comprometimento pessoal com a teoria e com o método me fez, não discordar das teorias e dos métodos, mas ter uma clareza maior dos limites das teorias e dos métodos, no sentido de que tanto uns como os outros, as boas teorias e os bons métodos, embora pensados para lidar com conflito, pensados para lidar com complexidade - não estamos falando de teorias rasas nem unívocas ou de métodos simplórios, mas todo esforço intelectual para lidar com a complexidade e com a contradição - são úteis e são válidos e dão um conjunto de resultados até um determinado limite. Mas existem outros passos que acredito envolvam o conhecimento mais puramente técnico em parte, ou questões totalmente alheias a técnica, que são o que eu falei, do imponderável, da licitação, da gestão, do dinheiro, e seja o universo do imponderável, seja o universo do conhecimento de obra, os dois, terminam por precisar se incorporar o processo de projeto com um grau determinante, que é maior do que o que eu fui levado a crer no meu processo de formação. (entrevista, 2019).

---

Limitações dessa ordem estariam relacionadas à própria dinâmica dos campos sociais e de seus agentes, conforme Bourdieu. SAPIRO (2017, p. 298) destacou que, para o sociólogo francês, o *senso prático*, como combinação simultânea de senso de orientação e senso de jogo, é um componente existente e necessário para situações onde as normas, regras e códigos não se aplicam, sem que ajam ao *livre decreto do seu pensamento*. É o senso prático que está em ação no encontro entre as predisposições, conhecimentos e habilidades do indivíduo e o campo, prevalecendo não somente em práticas ritualizadas, mas nas atividades intelectuais e de criação.

Segundo SCHÖN (1983, p. 61), é na prática, mais precisamente na reflexão sobre a prática, que o profissional calibra o seu conhecimento acadêmico, ou seu aprendizado excessivo (*overlearning*). É pela reflexão sobre a prática, segundo ele, que o indivíduo pode trazer à tona e criticar os entendimentos observados nas experiências repetitivas de uma prática especializada e, assim, ter maior segurança nas situações de incerteza ou singularidade que surgirem.

Esse aprendizado institucional sobre a prática está sendo construído no Congresso Nacional, deixando mais evidentes as limitações da teoria e dos métodos. O próprio campo de preservação do edifício moderno

experimenta situação análoga. O recente desenvolvimento de um arcabouço teórico e conceitual voltado às peculiaridades das obras relacionadas ao modernismo ainda deixa questões em aberto ou pouco aprofundadas, como o tema dos valores de antiguidade relacionados a esses bens ou as abordagens adequadas para a pátina do tempo, por exemplo.

Se o campo patrimonial é um espaço de constantes debates e disputas, a área do campo patrimonial voltada ao edifício moderno é, além de dinâmica, ainda frágil pelo histórico recente de debates. Até os fundamentos básicos são debatidos com veemência sobre sua pertinência ou não. O estado-da-arte da preservação do moderno, apresentado na Parte I, caracteriza-se por uma convergência pouco sólida.

Isso se evidencia na dificuldade, mesmo utilizando-se métodos difundidos no campo patrimonial, de se alcançar soluções consensuadas para uma determinada situação. O caso do projeto de restauro da plataforma demonstrou essa limitação. Os consensos alcançados ou não perduraram durante o processo, ou não compreenderam todos os sujeitos envolvidos.

No ponto do processo, quando as etapas de pesquisa histórica, levantamento físico, levantamento planialtimétrico, diagnóstico de patologias e valoração tinham sido realizadas, os arquitetos de ambas as instituições, apesar de suas diferenças de posição no campo patrimonial (Capítulo 6) de abordagens (Capítulo 8), construíram um consenso, fundamentado em todo esses passos já cumpridos, sobre a plataforma: o ideal, do ponto de vista patrimonial, seria a realização de reparos pontuais.

A complexidade e a escala do elemento, bem como as preocupações efetivas com as questões de infiltração nos ambientes internos, levaram os arquitetos a vislumbrarem um segundo cenário, de substituição integral da impermeabilização, com, potencialmente, melhores resultados técnicos em relação a esse sistema, mas com maiores perdas patrimoniais. Sobre essa complexidade, o arquiteto Juliano Carvalho ponderou que:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** [O documento de valoração elaborado pelos arquitetos] de certa forma encaminhava, ou esperava, ou aceitava que a decisão entre o cenário 1 e 2 fosse uma decisão de gestão. E eu acho que isso está relacionado ao maior problema desse projeto: a gente tem uma clareza razoável sobre os mecanismos de degradação do sistema de impermeabilização e de revestimento, a gente tem uma clareza razoável sobre os valores do edifício, a gente não tem segurança sobre como isso será impactado numa obra. O que a gente demolir e descartar a gente sabe que é perda total, mas a gente, as duas equipes envolvidas têm incertezas sobre a eficiência dos novos sistemas de impermeabilização e a possibilidade de reaproveitamento do material. (entrevista, 2019)

---

O depoimento do arquiteto Élcio Silva, da Câmara, ajuda a entender o processo no qual a utilização de um método já consensuado no campo

patrimonial e a realização de um trabalho em conjunto entre as duas instituições não conseguiu chegar a um consenso com todos os agentes envolvidos. As diferenças de interesses de diferentes setores – arquitetura, manutenção/engenharia e gestão – sobre o edifício como objeto político são determinantes para a prevalência ou não das questões patrimoniais.

---

**André:** Isso era consenso entre as equipes de arquitetura, [...] que o caminho de manutenção pontual era o caminho mais favorável.?

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** Isso foi consenso e foi inclusive por onde a gente tentou conduzir a coisa. [...], mas a área de engenharia não, não achava que essa intervenção pontual, essas intervenções menores e mesmo com manutenção, pudessem garantir que não haveria problemas futuros, maiores danos para a estrutura. Então diante disso eles preferiram adotar uma posição, uma postura mais conservadora de ter um grau de certeza maior sobre o sistema de impermeabilização sobre a estrutura. Eu acho que esse foi um ponto bastante importante. E ao final isso é meio que incontornável. Se a área que é responsável pelas estruturas ela coloca nesses termos, que mais a gente pode fazer? O que você vai contra-argumentar? [...] A área competente, a área da engenharia de estruturas é quem detém esse tipo de informação. Então a nós, no final das contas, a gente fez questão de colocar isso para a direção das duas casas, porque essa não é uma decisão no âmbito da área técnica só. A gente achava que isso deveria ser colocado, todos esses conjuntos deveriam ser colocados, como foram no processo, os dois cenários foram colocados, prós e contras, e a gente pediu aos diretores que decidissem e eles decidiram. A decisão a partir desse percurso aí foi essa. A gente ainda acha que o cenário 1 de substituição parcial ele era válido, ele continua válido na nossa mente, mas a gente não trabalha sozinho nisso. Então a partir do momento que a gente mudou e passou a trabalhar com essa nova diretriz. (Entrevista, 2019)

---

Para Sidney Carvalho, a questão patrimonial normalmente entra em desvantagem frente a outros interesses sobre o edifício, e normalmente não prepondera quando confrontado em um projeto ou em uma intervenção.

---

**Arq. Sidney Carvalho (Senado):** O interesse patrimonial não foi, e eu até arriscaria dizer, não é, no caso geral da instituição, o que prepondera. Exceto em um ou outro caso em que outros interesses não estão em jogo. Ou convergem ou não estão em jogo. Se não tem bola dividida o interesse patrimonial me parece que prepondera, se há convergência, prepondera. Há divergência, a tendência é que se vá por outros interesses. E daí podem ser interesses infraestruturais, operacionais, interesses variados. (Entrevista, 2018)

---

Em ambos os depoimentos acima, é possível inferir a dificuldade da pauta patrimonial em um edifício como o Congresso Nacional, um edifício de grande valor patrimonial em pleno e intenso uso. Os métodos nem sempre propiciam consenso e, nem sempre, o consenso se dá em bases voltadas prioritariamente à preservação. O arranjo intersubjetivo determinante para qualquer ação sobre um bem, inclusive os patrimoniais, nem sempre

se revela favorável. Entretanto, todo o trabalho realizado, de consistência teórica e metodológica, mostra-se indispensável em ações como essa.

Ainda que a decisão gerencial não tenha sido a que os arquitetos consideravam prioritária, ela respeitou um dos dois cenários propostos e vistos como possíveis, no Relatório (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018), documento que compilou toda a fase de pesquisas, levantamentos e diagnósticos. Isso demonstra uma consciência dos arquitetos envolvidos em relação a esses outros agentes e suas próprias visões sobre o edifício.

Tanto a valoração (CARVALHO, BHERING, *et al.*, 2018), que apresentou o posicionamento preferencial dos arquitetos, quanto uma série de recomendações apresentadas posteriormente (CARVALHO e OZELIM, 2019), têm por objetivo orientar o projeto de restauro da Plataforma do Edifício Principal, que ainda continuava em elaboração no final de 2019. O desfecho, assim, não pôde ser analisado nesta tese.

★

Com todas as limitações, os métodos procuram re-objetivar, dentro das suas possibilidades e limitações, o processo essencialmente subjetivo de preservação e, em última instância, o próprio o objeto (edifício) patrimonial. Sejam eles implantados internamente, ou indicados externamente, como no caso do rito de licenciamento pelo IPHAN, eles favorecem e aumentam o grau de coesão dos profissionais envolvidos e de suas formas de atuação. Segundo o arquiteto Juliano Carvalho, espera-se que, em um órgão público como o Senado, ocorram posicionamentos institucionais, evitando-se personalismos, e que sejam baseados na legislação e normas vigentes, fundamentados teoricamente e conhecedores das melhores práticas em desenvolvimento no campo patrimonial, no caso.

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** O que implica, claro e principalmente, no licenciamento, mas também em outros aspectos dessa legalidade, como uma construção de uma portaria que defina diretrizes e critérios de intervenção, que é um outro processo bem mais lento, mas que vem sendo construído e vem recebendo esforços da equipe ao longo dos anos. [...] E tem um outro momento do método e processo que a gente também tem institucionalmente se esforçado, que é tratar os projetos de intervenção no Palácio do Congresso como projetos de intervenção em patrimônio que implica em levantamentos metódicos físicos, levantamentos metódicos históricos, uma intervenção baseada no reconhecimento de valores e na gestão desses valores diante das outras questões envolvidas em projeto. Então, isso não somente é incorporar para prática os princípios de que eu falei, mas é de fato instituir um conjunto de processos enquanto método, que tem sido feitos sistematicamente já há muitos anos por uma equipe, né. (CARVALHO, Entrevista, 2019)

---

O diálogo entre a Câmara e o Senado, amparado por Acordo de Cooperação Técnica, tem permitido discutir e buscar soluções comuns para o edifício compartilhado. Os métodos, como já vimos, é instrumento mediador fundamental nesse diálogo. Os procedimentos de preservação que levem em conta o rigor metodológico, propiciam ainda sua formalização como documento e a incorporação desses documentos aos processos administrativos dos órgãos e, logo, sua proteção na condição de arquivo oficial. Ocasionalmente, assim, o aprendizado institucional e a melhoria dos próprios processos.

São os métodos que proporcionam o conhecimento do edifício, de suas características e de sua história, que auxiliam na solução de problemas de preservação e de arquitetura relacionados à demanda, e que propiciam a compreensão dos valores patrimoniais do bem. São o único meio para fundamentar qualquer intervenção sobre o patrimônio. Quanto maior o potencial do impacto da intervenção nos valores culturais, maior a necessidade de se observar esse rigor metodológico.

O próximo capítulo traz reflexões sobre como se operam transformações e permanências no edifício patrimonial, a partir da observação do processo de preservação verificado no Congresso Nacional.

\*\*\*

# **CAPÍTULO 10**

## **Permanências e transformações**

O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DEPENDE de uma série de fatores que vão desde as categorias teóricas do campo patrimonial, passando por um processo intersubjetivo em que o edifício se coloca como um objeto político, por intermédio de métodos e procedimentos de levantamento, pesquisa e projeto e chegam à intervenção propriamente dita e aos seus reflexos no próprio bem.

Uma vez considerado um bem de interesse cultural, o edifício demanda uma gestão que leve em conta tanto os seus valores patrimoniais, quanto as mudanças necessárias para que continue cumprindo sua função, seja ela a original, como no Congresso Nacional, seja adaptada, como em tantos outros casos.

O patrimônio moderno, em especial, requer, em virtude da quantidade de bens produzidos no século XX, e pelo tipo de seus edifícios, conseqüente atenção às transformações, para que, como conjunto, possa sobreviver como testemunho do passado em uma sociedade contemporânea. O estado-da-arte reconhece esse aspecto ao considerar que *gerir as mudanças é uma parte essencial do processo de preservação* (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 7).

Décadas antes, nos anos 1980, essa questão já havia sido colocada pelo GT-Brasília no debate local sobre a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Uma das premissas do Grupo de Trabalho foi que a preservação deveria entender a dinâmica de transformação do espaço. Nas palavras de Maria Elaine KOHLSDORF:

É da natureza [do espaço] se transformar. [...] os exemplos todos mais antigos que nós temos são exatamente disso, de uma série de permanências e de uma série de mudanças! [...] Toda uma adaptação mantendo o que se apresenta à apreensão cotidiana das pessoas: o caso, a forma, a aparência, o que a gente queira chamar, adaptando-se a uma série de práticas que são completamente diferentes de gerações para gerações. [...] Quer dizer, a possibilidade de se guardar características próprias, características fundamentais, guardar identidade, guardar o local e se adaptar ao andar da humanidade. Eu acho que a nossa busca foi nesse sentido, ao invés de uma fé-crença, digamos assim, nos instrumentos disponíveis na época, aos quais nós éramos muito críticos [...]. (KOHLSDORF, 2016, p. 27)

Continuando nessa linha, autores inseridos nas discussões sobre Brasília, como Carlos Madson REIS (2001; 2011), Sandra RIBEIRO (2005) e Sylvia FICHER (1998; 2009) criticaram a grande preponderância da concepção e do projeto de Lucio Costa com relação à cidade real na preservação. Mais recentemente, a publicação *Patrimônio em Transformação* (RIBEIRO e PERPÉTUO, 2017) pela Superintendência do IPHAN no DF também adotou essa postura, discutindo questões como: *uma cidade tombada pode ser objeto de transformações? Espaços urbanos protegidos pelo tombamento podem ser alterados? Como preservar uma cidade tão nova, sem descaracterizá-la?* (p. 5)

Relacionado à obra arquitetônica da capital federal, Hattie HARTMAN (2010), Juliano CARVALHO et. al. (2014) e de Élcio SILVA (2017) reconhecem que o edifício ou alguns de seus sistemas precisam se atualizar para responder a alguns requisitos de uso e de desempenho demandados pela sociedade atual.

A questão que permanece é em que ponto se situa o equilíbrio entre as atualizações dos bens e a preservação dos seus valores patrimoniais. Uma leitura ampla da bibliografia e a pesquisa empírica indicam que é justamente nessa zona na qual o debate se localiza, em que o posicionamento sempre expressa uma questão de interpretação dos princípios colocados pelo marco teórico e de adaptação dessa interpretação aos casos concretos.

### **Gestão de mudanças e os princípios da preservação**

CONFORME O OBSERVADO NO CONGRESSO NACIONAL, a atuação do arquiteto está entre preservar o patrimônio construído, num contexto de constantes e inevitáveis mudanças, e transformar o edifício, num contexto de necessária preservação. Ao entender o problema, analisar a situação, observar o método de preservação e elaborar o projeto de preservação ou restauro, o arquiteto empreende um *ato crítico* (CARBONARA, 2004; KÜHL, 2008). É justamente por esse ato crítico, consubstanciado por disposições teóricas e, relacionado à demanda específica, balizado, principalmente, pela compreensão dos valores patrimoniais do edifício, que é possível trabalhar na dualidade entre permanências e transformações com a observância das questões patrimoniais.

Segundo Beatriz KÜHL (2017), o projeto de restauro em um edifício é também um projeto de arquitetura. A recíproca também é verdadeira. Um projeto de arquitetura de um bem como o Congresso Nacional, mesmo eventualmente com preocupações que fogem do âmbito patrimonial, é igualmente um projeto de restauro, de preservação, uma vez que precisa levar em consideração os valores culturais do edifício e seus potenciais perdas. O arquiteto Juliano CARVALHO sublinhou esse ponto ao tratar da obra de adaptação do banheiro no Plenário do Senado:

---

**André:** Você achava que essa alteração era relevante para a preservação do edifício?

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Eu não achava que isso contribuiria, que era relevante no sentido de ser problema de preservação, de ser algo que contribuiria para preservação [...] E eu acho que a preservação entrou, não como um objetivo a atender, mas como um pressuposto, uma questão paralela. Foi um condicionante importante. Os

outros dois [pressupostos]<sup>1</sup> eram [relacionados ao] programa. (Entrevista, 2018)

---

É nessa linha que o Documento de Madri-Nova Déli (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 6) enfatizou que os limites aceitáveis de mudança devem ser estabelecidos na intervenção, ou seja, saber em que nível as modificações significam perdas de valores patrimoniais relevantes. As eventuais transformações, por sua vez, devem ser geridas *com sensibilidade*, fazendo somente o necessário e o mínimo possível, conforme dispõe o documento (p. 8).

A sensibilidade se relaciona diretamente com o princípio *da mínima intervenção* sedimentado no campo patrimonial. Mais do que um objetivo do projeto de restauro, a mínima intervenção é um parâmetro, um ponto de partida que será balizado por meio da composição de valores patrimoniais em jogo e pelos objetivos da intervenção.

É o que foi visto na prática e o que estabeleceu MUÑOZ VIÑAS (2005). Para ele, esse princípio somente faz sentido quando cotejado com os objetivos do próprio processo de preservação (p. 188-189). Entre perdas patrimoniais e ganhos de preservação, ou não, a *mínima intervenção* é essencialmente um índice numa escala de permanências e transformações, onde o arquiteto estabelece o seu ponto de equilíbrio. Entretanto, no arranjo intersubjetivo da preservação, a *mínima intervenção* possível nem sempre será a mínima intervenção desejável, por restar sujeita a uma correlação e forças e interesses.

Uma vez que são os atributos materiais de um bem que são restaurados, como sustentou Brandi ([1963] 2004), a mínima intervenção se refere à prudência com a materialidade frente ao objetivo do projeto de restauração, de adaptação, de adequação ou de manutenção, enfim, frente à transformação considerada necessária em uma determinada ação.

Essa prudência com relação a perdas de atributos materiais e, portanto, dos valores expressos pela materialidade, apresenta-se em um outro princípio de preservação: *a reversibilidade ou a retrabalhabilidade*<sup>2</sup>.

Esse princípio rege que intervenções que se fizerem necessárias no futuro, por revisões nos conceitos de preservação ou por novas técnicas mais

---

<sup>1</sup> Conforme a entrevista, os outros dois pressupostos de programa eram: proporcionar a existência de um sanitário feminino na área do Plenário e que, tanto o feminino a ser criado, como o masculino existente, deveriam ser adaptados à acessibilidade por pessoas com deficiência. (CARVALHO, Entrevista, 2018)

<sup>2</sup> Como vimos, o termo reversibilidade tem sido substituído por outros termos, como retrabalhabilidade, ou removabilidade. Segundo Muñoz Viñas (2005, p. 187), *removabilidade* significa, diferentemente da reversibilidade, reconhecer que, por exemplo, se um material pode ter um efeito sobre outro material com o qual entra em contato, mesmo que o novo material seja removido, o efeito sobre o material existente não poderá ser desfeito. Já a retrabalhabilidade (*retreatability*) significa que o tratamento realizado não deve impedir tratamentos futuros. Para Beatriz Kühn (2010, p. 313), a *reversibilidade* ou a *retrabalhabilidade* são princípios basilares da restauração, ancorada na assunção de que o restauro é, essencialmente, uma hipótese crítica que pode ser reformulada a partir de uma crítica mais bem esclarecida.

adequadas, por exemplo, devem ser facilitadas em vez de impedidas (BRANDI, [1963] 2004; FEILDEN, 2003; KÜHL, 2010). Uma vez que o restauro é uma hipótese crítica, há sempre a possibilidade que outra crítica, mais bem instruída, mais bem esclarecida, com o auxílio de melhores técnicas, seja mais adequada no futuro. Assim, não deveríamos realizar uma intervenção no presente sem considerar essa possibilidade.

Além desses princípios, outras duas categorias consolidadas na preservação se mostraram importantes em nome do equilíbrio entre transformações e permanências: a do restabelecimento da *unidade originária ou potencial da obra de arte*, e a da *diferenciação dos novos elementos incorporados*.

Por seu turno, a *unidade potencial da obra de arte* e a *diferenciação da intervenção* se relacionam, predominantemente com a imagem, a forma, a percepção espacial, ou seja, a atributos intangíveis. A relação entre a unidade potencial, como princípio, e a diferenciação da intervenção, como estratégia, é intrínseca. Para BRANDI ([1963] 2004, p. 47), o limite da diferenciação da integração estaria em não promover um falso artístico ou histórico, por um lado, e não comprometer a unidade da obra de arte, por outro.



A TRAJETÓRIA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS para acessibilidade à mesa diretora do Plenário do Senado trouxe ao debate questões sobre esses princípios e a sua relação com permanências e transformações em uma ação patrimonial. Analisando o retrospecto de soluções<sup>3</sup> é possível ver abordagens diferentes em cada uma delas, bem como soluções que resultaram/resultariam em impactos bem distintos. (Figura 68 a Figura 78, p.193 a 204)

A questão da *mínima intervenção* levou a importantes reflexões durante o processo, mostrando-se um princípio mais qualitativo do que quantitativo.

O primeiro projeto, realizado pelo escritório de Oscar Niemeyer, não foi efetivamente executado. Mais do que a preocupação com preservação, o projeto teve a intenção de realizar reformas e adaptações que buscavam manter certas características arquitetônicas do espaço. As alterações propostas na matéria, no espaço e na imagem do plenário e de seus elementos mais simbólicos – o elevado, a mesa, as tribunas e as bancadas – são bastante significativas, com uma substituição total desse mobiliário integrado. Tanto que o posicionamento, ainda que preliminar do IPHAN, quando o

---

<sup>3</sup> Como vimos anteriormente, esse projeto passou por quatro soluções distintas, três delas buscando uma solução de longo prazo para o problema: primeiro, o projeto elaborado pelo Escritório Oscar Niemeyer, anterior ao tombamento, e que, por suas características e seu contexto, não vejo como projeto de preservação, mas de reforma (não executado); segundo, o projeto elaborado pelo Senado que previa uma plataforma elevatória (não executado); terceiro, o projeto também elaborado internamente na instituição, com solução em rampa (executado).



absoluto. E a gente fez todos os rodeios possíveis para que não se demolisse nada. Enquanto na segunda versão, inclusive por um amadurecimento de visão pessoal advindo de estudo, do diálogo com colegas e especialmente da prática, a gente entendeu que o pouco de demolição que foi feito não era um problema pior do que outros problemas que seriam enfrentados no primeiro cenário.

**André:** A perda de valores seria mais contida?

**Juliano:** Especialmente quando a gente pensa no conjunto dos valores mais amplos.

**André:** A primeira aproximação era fazer uma solução em que não houvesse demolição?

**Juliano:** Sim. Porque essa é a solução mais segura, sem demolição alguma e tendo os outros cuidados que a gente teve no primeiro projeto desenvolvido na SINFRA, a gente sabia que a gente controlava muito bem o impacto. E isso me parece um princípio de cautela e de precaução que é sempre adequado que seja o primeiro princípio: intervir o mínimo possível. Dados os outros condicionantes, a gente passou para uma demolição com cautela. (Entrevista, 2019)

---

A mudança de atitude entre a primeira solução e a segunda foi realizada em busca, dentre outros aspectos, por uma solução de menores comprometimentos de valores patrimoniais no conjunto de elementos contidos no Plenário, o que não significou demolições bastante contidas que não se revelam na forma e na espacialidade do ambiente. Conforme as palavras do próprio arquiteto:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** As demolições são extremamente circunscritas, são pequenos trechos de concreto, mas que não muda a forma geral da mesa, que não altera o nível da mesa, que não altera nem o lugar da Tribuna, nem a posição etc. São demolições muito pontuais e cuidadosas e que por isso mesmo a gente entendeu que poderiam ser aceitas. (Entrevista, 2019)

---

O segundo projeto, que foi efetivamente executado, estabeleceu as intervenções ressaltadas pelo arquiteto na materialidade do plenário, porém conservou o painel artístico sem alterações. Havia a consciência de que perdas de valores são inevitáveis, mas também de que certas transformações são necessárias e devem ser empreendidas, conforme observou o arquiteto:

---

**André:** Que tipo de perdas de valores você acha que estariam envolvidos? Seriam mais materiais, seriam mais artísticos, no sentido da imagem da fruição do espaço, da diminuição da altura com relação de volumes?

**Arq. Juliano Carvalho:** Eu acho que a primeira coisa é que há certas demandas de uso ou de função que são demandas com uma alta carga simbólica e essa alta carga simbólica justifica muita coisa. Então se, no

caso do Senado, por exemplo, tivesse sido absolutamente impossível fazer a acessibilidade sem intervenções maiores, eu acredito que a equipe na qual eu trabalho, com minha participação e com minha concordância, teria executado intervenções de impacto muito maior para conseguir alcançar uma acessibilidade, que tem um sentido simbólico excepcionalmente grande especialmente no Senado Federal que é uma casa que deve simbolizar a democracia. (Entrevista, 2019)

---

Alguma intervenção material era, portanto, inevitável, e o arranjo que definiu qual seria essa intervenção e em que intensidade ela se daria foi muito mais qualitativa que quantitativa. Além do atendimento adequado às questões de acessibilidade, o processo permitiu observar uma aplicação mais equilibrada do princípio da mínima intervenção no último projeto.

Assim como o Palácio, o Painel de Athos Bulcão é também um bem patrimonial em si mesmo, contando inclusive com tombamento individual distrital. As pequenas alterações projetadas anteriormente para suas aletas, ao final, foram vistas como relativamente mais relevantes do que as demolições efetivamente realizadas na laje da área elevada do Plenário. O peso da intervenção seria diferente em função das perdas patrimoniais envolvidas, e não em função da sua dimensão.

A mínima intervenção possível foi a solução efetivamente executada, com demolições contidas na estrutura da área elevada do plenário, considerando o contexto dado, as particularidades de cada elemento envolvido e o objetivo principal: a acessibilidade. A mínima intervenção foi a de menores perdas patrimoniais possíveis para o atendimento da demanda, coadunando com a visão de MUÑOZ VIÑAS (2005).

Ainda nesse contexto de poucas demolições e de inserção da rampa como um elemento removível, a atenção à *reversibilidade*, ou, para ser mais exato, nos termos DE MUÑOZ VIÑAS (2005), à removabilidade, transparece na preocupação da equipe do Senado em olhar com prudência as transformações a serem provocadas no bem. Havendo outra solução técnica ou conceitualmente mais adequada no futuro ou, ainda, se o próprio elemento vier a ser desnecessário em função de novas tecnologias, a sua remoção não causará danos à materialidade do Plenário.

★

NA OBRA REALIZADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 2014, concretizaram-se as soluções arquitetônicas previstas no projeto de 2006. O fato de o projeto ser anterior ao tombamento não significa que não havia preocupações com a preservação das principais características do Plenário, levando o arquiteto responsável a propor uma solução para a acessibilidade que menos interferisse na leitura arquitetônica do plenário e na sua espacialidade. Segundo Fabiano SOBREIRA (Entrevista, 2019), esses foram os objetivos centrais da intervenção. (Figura 68 a Figura 72, pp.193 a 197)

O projeto contou com uma avaliação do arquiteto Oscar Niemeyer, obtendo sua concordância com relação à solução proposta. Além disso, várias soluções foram testadas no sentido de se alterar o mínimo a configuração do plenário e de se realizar a menor intervenção possível. No entanto, para que fosse possível assegurar o acesso autônomo às tribunas e à mesa diretora, sem auxílio de equipamentos como plataformas, foi necessário realizar o rebaixamento de aproximadamente trinta centímetros no piso elevado. (SOBREIRA, Entrevista, 2019)

Diferentemente do Senado, a configuração do Plenário da Câmara não permitia, por falta de espaço, o desenvolvimento de parte da rampa na área posterior à parede curva como possível alternativa. Assim, para que a inclinação fosse viável em termos de acessibilidade na distância existente, à frente e rente à parede curva, tornou-se necessário o rebaixamento. Além disso, na Câmara, a intervenção permitiu acessibilidade às duas tribunas laterais.

Para circunscrever as transformações dentro dessa realidade, segundo o arquiteto, durante a execução houve um cuidado especial em preservar o elemento que definia a curva entre o piso elevado e o piso do plenário. Esse elemento foi protegido, construindo-se contrafortes em alvenaria para que não houvesse risco de queda. (SOBREIRA, Entrevista, 2019)

Frente a outros fatores e a outras premissas, a observância da unidade arquitetônica do ambiente prevaleceu. A não interferência na leitura do plenário, como um espaço arquitetônico coeso e harmônico, foi determinante na solução da Câmara. Para Fabiano SOBREIRA (Entrevista, 2019), “nessa solução, não há adições de novos elementos” que alterem a leitura do ambiente. Sob seu ponto de vista, a alteração da altura do piso da área elevada e o deslocamento da mesa diretora resultaram pouco perceptíveis e a condição atual, com a obra executada, é de menor interferência na leitura arquitetônica do Plenário do que a anterior, quando havia uma plataforma elevatória.

Os objetivos traçados em projeto se percebem na obra executada. A leitura do ambiente é fluida, sem a interferência de elementos adicionados – plataformas ou rampas – nessa intervenção. O rebaixamento da área elevada altera a composição espacial, mas não compromete a sua identificação histórica como Plenário da Câmara dos Deputados. A sobriedade do espaço se mantém, bem como suas características principais.

As diferentes soluções entre Senado e Câmara fazem, no entanto, refletir sobre a relação dialógica que se apresenta entre a distinguibilidade da intervenção e a interferência na composição plástica do ambiente e em sua leitura arquitetônica.

★

SEGUNDO O DOCUMENTO DE MADRI-NOVA DÉLI, adições devem ser reconhecíveis como elementos novos, identificáveis sob atenta observação, no entanto desenvolvidas para manter a harmonia com a preexistência, complementando sem competir, interpretando e não imitando. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 8)

O princípio da diferenciação, o da distinguibilidade, encontrou maior receptividade na ação do Senado. A rampa inserida se apresenta como uma intervenção contemporânea, com elementos que a identificam como tal, a exemplo da superfície vertical realizada na cor preta, não se incorporando à lógica existente de utilização do carpete azul para fechamentos desse tipo, na área do plenário. A observância desse princípio elucidou uma questão significativa para Juliano Carvalho na intervenção do Senado:

---

**Arq. Juliano CARVALHO (Senado):** A intervenção [no Plenário do Senado] consegue, de fato, se mostrar enquanto intervenção, seja por meio da plataforma que era um elemento visivelmente novo, seja por meio das rampas que foram construídas com materiais visualmente compatíveis com o Plenário, porém diferenciados: determinado tipo de borracha, um determinado tipo de metal, de barra metálica, todos eles são elementos novos que permitem uma leitura histórica visível que não perturba a fruição, mas que é visível. Isso é princípio básico e contestado, mas é um princípio consagrado na Carta de Veneza, que enquanto profissional arquiteto membro do ICOMOS isso me parece uma orientação a ser seguida, e muitas vezes é um princípio difícil de ser seguido, e difícil de ser alcançado, difícil de ser satisfeito. No Senado, há intervenções das quais eu participei, com as quais eu concordo e que não conseguiram se diferenciar enquanto intervenções, mas essa do Plenário consegue e é um ponto claramente positivo dela na minha leitura. (Entrevista, 2019)

---

Ao passo que, na Câmara, a dificuldade de a intervenção se fazer identificável, como tal, relaciona-se, primeiro, ao peso dado, conscientemente, à não interferência na leitura do ambiente, entretanto, residualmente, denota outro aspecto: em caso de demolições, essa distinguibilidade se torna mais desafiadora. A reconfiguração do ambiente pela remoção e não pela adição dificilmente informa a condição anterior. Seria necessário comparar o existente com a documentação original ou verificar, nos registros da intervenção, as informações para que as modificações espaciais possam ser identificáveis. (Figura 72, p.197)

Por outro lado, à medida que um elemento de dimensões consideráveis é inserido em um ambiente sensível como o Plenário, as interferências visuais são inevitáveis. Embora não se mostre desarmônica, a rampa realizada no Senado altera, ainda que de maneira contida, a leitura do ambiente. Diferentemente da Câmara, onde a rampa, ocultada pelo próprio elevado do Plenário, torna-se visível apenas das galerias superiores.

A *harmonia com a preexistência* e a *distinguibilidade* são, assim, dois princípios que demandam, como em outros casos tratados na tese, uma

abordagem de equilíbrio entre eles. A total harmonia pode resultar em um indesejável mimetismo entre o novo e o existente, ou um falso histórico; ao passo que uma absoluta distinguibilidade pode soar como algo desarmônico, como concorrente, ou mesmo como descuidado ou como arrogante.

Mostrar-se como intervenção inclui uma questão de calibragem. A dificuldade em espaços como o plenário, de formas bastante marcadas, de leitura fluida e, ainda, baseado em simetria, é fazer-se identificável, como uma nova intervenção, sem ser desarmônico arquitetonicamente. Trata-se de uma relação de equilíbrio entre o respeito aos registros históricos do bem, inclusive os advindos da própria intervenção, e a harmonia estética, arquitetônica e espacial do edifício, do ambiente.

### **A relação dialógica entre preservar e transformar**

PARA O DOCUMENTO DE MADRI-NOVA DÉLI (ICOMOS. ISC20C, 2017), é essencial estabelecer, para o patrimônio moderno, os limites aceitáveis de alterações com orientações claras antes de iniciada qualquer intervenção. Diferentes elementos, atributos e valores podem ter tolerâncias variáveis a mudanças e essas particularidades devem ser reconhecidas e compreendidas previamente. Cuidadas intervenções podem ser introduzidas para que melhorem o desempenho e a funcionalidade de um edifício desde que sua significância cultural não seja indevidamente impactada (p. 5, 8).

Em um edifício como o Congresso Nacional, com grande relevância patrimonial e igual dinamismo de atividades, normalmente alterações significativas são demandas em nome de sua adaptação às suas atribuições institucionais. Faz-se imprescindível, nessa circunstância, instaurar uma **relação dialógica ou dialética** entre permanências e transformações, entre preservar e transformar, entre patrimônio e arquitetura.

Readequações de ambientes e mudanças de usos são constantes. A composição política do parlamento passa por renovações substanciais a cada quatro anos<sup>5</sup> e as presidências das Casas possuem mandatos de dois anos. Por isso, a correlação de poderes que incidem sobre o espaço construído é dinâmica. E quando tratamos de mudanças espaciais, as transformações podem ser significativas, qualitativa ou quantitativamente. E, nesse sentido, a preservação é também uma atividade constante e ininterrupta no Congresso Nacional.

---

<sup>5</sup> No pleito de 2018, a renovação entre os parlamentares eleitos na Câmara dos Deputados foi de 47% (<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>). Já no Senado houve mudanças em 85% das 54 cadeiras em disputa, representando uma renovação de 56% dos 81 postos de senadores.



RECENTEMENTE, AO MENOS DOIS PROJETOS/OBRAS, um em cada Casa, interferiram na compartimentação do Edifício Principal e, portanto, em sua ambiência. Na Câmara, uma série de alterações nesse prédio faz parte de um processo em andamento denominado *Plano de Preservação*. Em vez de impedir transformações no espaço construído, a filosofia desse processo é circunscrever as alterações em uma lógica projetual que seja adequada, do ponto de vista patrimonial e do ponto de vista arquitetônico, ao edifício.

Essa lógica encontra referências na concepção do edifício, em especial no *Anteprojeto 2*. Segundo o memorial descritivo do projeto:

O anteprojeto 2, amplamente publicado pelo próprio Niemeyer, é aquele em que o edifício assumiria a maior parte de suas configurações a serem desenvolvidas nas etapas seguintes. Os pisos internos seriam divididos em quatro seminíveis (além das galerias dos plenários) normalmente representados em duas plantas: o da entrada de veículos/Salão Branco, o semienterrado, o da varanda e entrada de pedestres/Salão Negro/Imprensa, o do plenário/salões. [...] O desenvolvimento do projeto com vistas à execução ensejou diversas alterações para melhor comportar o programa de necessidades. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Essa foi uma etapa na qual, segundo o entendimento dos arquitetos da Câmara (MACEDO, entrevista, 2019; SILVA, Entrevista, 2019), a lógica projetual estava consolidada e interferências posteriores, fossem de projeto ou de obra, ainda não trariam desvirtuamentos importantes a essa lógica.

O projeto desenvolvido em 2017 incorporou soluções apresentadas em proposta de 1984, da própria equipe de arquitetos da instituição, realizada sob orientação de Oscar Niemeyer, e de outros estudos realizados em 2004, 2007 e 2016 que seguiram a diretriz do projeto anterior (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Segundo o projeto elaborado em 2017:

Propõe-se aqui tanto quanto possível resgatar valores da configuração original do edifício, tal como apresentada no Anteprojeto 2: setorização clara distribuída em blocos separados por largas circulações. Tal abordagem conceitual é capaz de abarcar algumas alterações de ordem estrutural realizadas pelo próprio Oscar Niemeyer: a criação do bloco sul destinado à Mesa Diretora e o acréscimo da plataforma de 1968, destinado às lideranças partidárias. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Na visão da equipe da Câmara dos Deputados, a resiliência do edifício, ou seja, sua capacidade de absorver transformações, está condicionada a essa lógica inicial e não às condições de compartimentação e ocupação que o edifício apresenta atualmente. As adequações demandadas pela instituição são solucionadas de maneira a contribuir para o retorno do edifício a essas condições estabelecidas em uma determinada etapa de seu projeto original.

Segundo o Danilo MACEDO (entrevista, 2019), o objetivo é pensar em como deve ser ressetorizado o Edifício Principal à luz de uma estratégia de

preservação mais ampla. O histórico de projetos com o mesmo objeto (1984, 2004, 2007 e 2016) dá ampla fundamentação ao projeto de 2017.

Diretrizes do projeto de construção do Palácio do Congresso (1957-1960) como amplas circulações, clareza de distribuição das funções, bem como a lógica e o lançamento das estruturas, dentre outros aspectos são referências nas intervenções recentes, mesmo que tenham historicamente sofrido alterações relevantes, como lembrou o arquiteto Danilo MACEDO:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** Então o que a gente entende que essa área toda é muito valiosa e que [devemos] recuperar a feição da ideia original, do conceito original, recuperar a clareza da distribuição das funções dentro dos blocos internos. Então essa é a nossa ideia ampla de tornar circulações mais claras de acordo com a feição original, recuperar esses corredores amplos, tanto quanto possível; a [feição] original da concepção original e não dos ajustes feitos durante a obra. (entrevista, 2019)

---

A diretriz referente a elementos da concepção original deve ser interpretada conforme a realidade, segundo Danilo MACEDO (entrevista, 2019). Para o arquiteto da Câmara, não se trata de reconstruir o edifício conforme o segundo anteprojeto da época da construção, como, por exemplo, eliminar um terceiro pavimento incorporado durante o projeto executivo em sua porção sul. É, para Élcio SILVA, uma questão de estabelecer parâmetros de projetos e limites de intervenção para conseguir dar vazão às demandas relacionadas à dinâmica do edifício, pensando inclusive em necessidades futuras: “Com um pensamento abrangente e mais antenado com o que são as necessidades futuras que o edifício demanda é como a gente tem tentado agir.” (SILVA, Entrevista, 2019)

Com esse raciocínio, justificaram-se alterações significativas na distribuição espacial atual para se adequar às demandas programáticas. Como consequência, atributos materiais também foram afetados pelas demolições realizadas. Para Danilo Macedo, a materialidade original deve ser avaliada e nem sempre deve ser mantida:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** Em função dessa questão do material, nós não nos aferramos para fazer questão de manter necessariamente a materialidade original, porque às vezes a coisa foi feita para ser trocada. Não adianta ser mais realista que o rei. Outras coisas não, tudo bem, elas têm durado muito, vamos tentar manter. (entrevista, 2019)

---

Pressões por mudanças como essas que ocorreram na Câmara e levaram à elaboração do *Plano de Preservação* são constantes, como reconhece o Documento de Madri-Nova Déli. Segundo essa Carta Patrimonial, nesse contexto, as transformações podem ser necessárias para que um bem histórico seja viável e cabe à gestão do edifício avaliar e monitorar os impactos na integridade e na autenticidade. (ICOMOS. ISC20C, 2017, p. 7)

A maneira de gerir e circunscrever tais pressões, conforme colocada pelo *Plano de Preservação* da Câmara, é trabalhar para que as soluções técnicas, que fatalmente significarão alterações no espaço e na matéria do edifício, sigam uma lógica arquitetônica historicamente concebida e entendida como dotada de significativos valores estéticos.

Novamente os vetores de apropriação do edifício, discutidos no Capítulo 8, mostraram-se correlacionados com atividades de preservação e com reflexos no próprio bem patrimonial. Estabelecer uma lógica de intervenção, tendo como parâmetro projetual elementos e soluções relacionadas à concepção inicial do edifício e não à sua condição atual, mostra-se coerente e decorrente do entendimento do edifício por meio do *vetor prospectivo* que foi identificado na preservação do Congresso Nacional. Essa intervenção demonstra sua estratégia com grande clareza e indica que transformações mais intensas no edifício têm-se justificado a partir desse raciocínio.



Outro raciocínio, como vimos, mostra-se corrente na preservação do Congresso Nacional e do edifício moderno. O percurso histórico do edifício e suas transformações ao longo do tempo fornecem as diretrizes para circunscrever as intervenções necessárias à adaptação dos espaços e ao atendimento de demandas programáticas.

É a lógica relacionada ao que esta tese denominou *vetor retrospectivo*, que dá mais ênfase à condição atual do edifício, compreendendo todo o histórico que envolve essa condição, como parâmetro de projeto, do que à sua concepção inicial. A intervenção física que alterou a ambiência e a compartimentação dos banheiros do Plenário do Senado Federal seguiu esse raciocínio, conforme indica o depoimento do arquiteto Juliano CARVALHO:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Então a partir dessas fontes [pesquisa histórica e levantamento físico] foi possível traçar um esqueleto de história e foi possível entender: o período em que esse banheiro foi construído, não tendo sido em 1960; o que havia lá antes; e outras transformações nas áreas adjacentes a ele e que têm uma relação direta com a percepção do Plenário e com a história do Plenário de forma mais ampla. Então no fundo não se levantou somente o que era o banheiro, mas o que era o espaço e qual era o sentido desse banheiro dentro do espaço do Plenário numa trajetória histórica. (Entrevista, 2018)

---

O projeto de readequação elaborado pelo arquiteto não visou retomar uma situação anterior, mas, a partir do existente e da compreensão histórica do local, procurou estabelecer elementos de permanência que permitissem representar essa história. A própria geometria do banheiro e sua conformação espacial, dentro do ambiente maior, foram identificados como elementos de permanência historicamente relevantes, não só por eles mesmos, mas por configurar o próprio Plenário, local de maior expressão

simbólica do Senado. O fato de o espaço haver se mantido fisicamente, com a mesma configuração, na dinâmica do Plenário, faz com que tenha valores relevantes dentro do próprio Palácio. (CARVALHO, Entrevista, 2018)

Respeitar esse percurso histórico, definiu os limites da intervenção, tanto relacionados a atributos materiais quanto imateriais. É o que relatou o arquiteto do Senado:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** Eu acho que na época era muito clara a importância daquele conjunto de revestimentos em mármore que forravam todas as paredes, embora fossem dois tipos, e as divisórias, e a bancada, e [a importância] de como esse elemento que fazia com que perceptivamente aquele banheiro fizesse parte de um Palácio como um todo. Então o material, não só enquanto mármore branco, mas enquanto aquele mármore branco de um tipo, na parede, construído ali, com aquelas marcas do tempo; e o resto do mármore branco que foi do momento da obra um pouco diferente, mas também já antigo e também marcado por essa história; todas essas instâncias, toda essa matéria construída e historicizada eram elementos entendidos como muito importantes. Foram esses os dois principais atributos de valor, uma conformação espacial existente, não na conformação do projeto, mas uma conformação existente e os materiais existentes instalados e marcados pelo tempo. (Entrevista, 2018)

---

No entendimento do arquiteto, a reconfiguração histórica do espaço passou a ter valores próprios, assim como a materialidade que conforma esse espaço e sua consolidação ao longo dos anos. Isso levou a uma leitura na qual os valores não estão somente relacionados à concepção, mas ao objeto *historicizado*, que se tornou história. (Figura 60 a Figura 61, pp.183 e 184)

Como consequência dessa leitura, dessa abordagem *retrospectiva* nos termos descritos no Capítulo 8, houve precauções quanto à própria materialidade, buscando soluções construtivas para a intervenção agora realizada – de divisão do banheiro em duas unidades – que respeitasse não somente a lógica arquitetônica, mas o tanto quanto possível, a substância instalada.

Se, no primeiro exemplo, o da Câmara, a principal referência projetual à intervenção patrimonial foi a concepção original e a lógica arquitetônica, na ação do Senado, o desenvolvimento do ambiente ao longo do tempo, suas articulações espaciais com o plenário, construídas ao longo da trajetória do edifício, e os atributos físicos, ou não, que representam esses fatos, circunscreveram e fundamentaram o projeto de restauro arquitetônico realizado.

★

NOVAMENTE DUAS ABORDAGENS DIFERENTES se mostram paralelas na preservação do Congresso Nacional. Em nenhuma delas, nem a concepção original nem a história do edifício foram descartadas como instâncias válidas. No entanto, houve uma clara hierarquização. E essa hierarquização – representada pelos *vetores de abordagem* do Capítulo 8 – teve consequências

no bem patrimonial. A relação entre permanências e transformações em uma e em outra ação também foram distintas, assim como as abordagens.

Quando entendida sob o vetor *prospectivo*, a partir da concepção original, a intervenção se mostrou mais incisiva. As maiores permissividades para demolições, alterações espaciais e perdas de atributos materiais são regidas por valores estéticos e por buscar respeitar a lógica projetual original. O arquiteto Élcio SILVA (Entrevista, 2019), da Câmara, salientou que houve preocupação em se manter as referências a materiais e elementos de grande valor arquitetônico para o edifício, como a madeira, o carpete e o mármore branco.

Nesse raciocínio, retomo o debate sobre arquitetura e preservação do Capítulo 8. Categorias relacionadas ao campo da arquitetura se mostram tanto na intervenção, como nas narrativas dos arquitetos; são conjugadas a categorias próprias do campo patrimonial.

Como a pesquisa empírica demonstrou, é possível identificar a visão patrimonial em cada pequena ação no Palácio, como registrou o arquiteto Élcio Silva, “toda pequena ação dentro do edifício principal ela é vista por nós como uma ação num objeto tombado, que merece por sua vez um olhar mais aprofundado evidentemente, mas mais abrangente” (Entrevista, 2019). Ao mesmo tempo, o papel da preservação desempenha uma função subjacente, não sendo necessariamente objetivo, metodologicamente fundamentado:

---

**Arq. Élcio SILVA (Câmara):** A gente não chegou a sistematizar [a valoração] em forma bem objetiva, isso nunca foi objeto de sistematização. Como na maioria das vezes não é nas intervenções que a gente pensa do ponto de vista do patrimônio, porque pra nós a questão, é claro que, acho que na cabeça de todo mundo aqui os princípios pétreos da preservação eles são a regra fundamental, mas eles não são última palavra no final das contas, eles são sempre, ou seja, se a questão dos materiais originais é possível preservar, é isso que a gente vai fazer, [e também] se as questões do projeto original são até condizentes com o próprio funcionamento [vamos preservar]. (Entrevista, 2019)

---

É possível, também, observar no Senado, a intenção de trazer o problema arquitetônico para o âmbito da preservação. A preocupação em resolver uma demanda, como no caso da criação de um banheiro feminino, ocorreu por meio de um método e de uma abordagem próprios do campo patrimonial, especificamente respeitando-se preceitos da preservação tradicional. O resultado refletiu esse processo na medida em que a geometria existente foi respeitada e as estratificações históricas mostraram-se presentes nos mármore preservados, convivendo com os substituídos. A dinâmica de transformações do edifício foi valorada e se destacou.

★

A relação complementar e oposta entre permanência e transformação é uma relação dialética entre preservação e arquitetura, seja como prática ou como campo. A lógica da preservação é, em tese, assegurar a permanência dos valores culturais. A lógica da arquitetura é, em princípio, adequar continuamente o ambiente construído às necessidades programáticas e simbólicas da sociedade.

Enquanto essas lógicas trabalham de maneira dialógica, estabelecem, mutuamente, limites entre si. Os limites da transformação, da arquitetura, são dados pelos critérios da preservação, pela significância do bem e pelos valores culturais que devem se sustentar para futuras gerações. Por outro lado, a prática da preservação se depara com limites dados pelas características do objeto, pelo arranjo institucional e intersubjetivo de sua gestão e pela própria necessidade de transformações do espaço de uso intenso.

A observação e a vivência da prática, no Congresso Nacional, cotejadas com elementos teóricos e conceituais do campo, demonstraram que é necessário em uma intervenção entender e estabelecer até onde os atributos tangíveis e intangíveis suportam potenciais perdas de valores patrimoniais reconhecidos, ou seja, compreender qual o nível de resiliência do edifício – ou do trecho do prédio, do ambiente, do atributo, enfim, do objeto em questão – a mudanças. Como vimos, métodos consolidados no campo patrimonial permitem essa abordagem, como o estudo sistemático dos valores e da significância do bem, tratados no Capítulo 9.

Por outro lado, e complementarmente, em um objeto de ocupação intensa e uso dinâmico, como o Congresso Nacional, em um bem vívido, qualquer ato de preservação deve considerar que a arquitetura, como o conjunto de atividades que estabelece a ligação entre o meio edificado e os indivíduos que o habitam, também aponta certos limites à própria preservação. A complexidade do objeto é um desses limites, demandando certas flexibilidades na aplicação de princípios, para que a preservação seja viável e efetiva.

Tais complexidades foram bem problematizadas no debate nos anos 1990-2000, pelo DOCOMOMO e por autores como MACDONALD (1996b) e PRUDON (2008), ou por MOREIRA (2010), no caso brasileiro. A preservação do Congresso Nacional refletiu na prática essas questões. Para o arquiteto Danilo Macedo, a escala do edifício e o contexto administrativo são problemas a serem enfrentados e que demandam uma visão mais flexível dos princípios:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** E tem uma questão prática. Isso [o restauro da Plataforma do Edifício Principal] não é uma coisa pontual. Isso não é uma casinha que você pode manufaturar uma solução mimetizando uma técnica que já estava perdida. São treze mil metros de área. Tem que ter uma empresa muito grande que consiga fazer isso. Vamos supor que eu tivesse [um laboratório] a minha disposição, com os melhores técnicos do mundo, ali visitando pra gente poder

descobrir, e a gente descobrisse, assim: ‘estudamos, comparamos, aqui, cinco sistemas, inclusive com o sistema original... não tem nada que se compare ao original, muito melhor, ele dura indefinidamente, e a gente sabe especificar, etc.’. Mesmo assim, quem ia fazer isso? (Entrevista, 2019)

---

Do ponto de vista prático, edifícios complexos e de grandes dimensões demandam estratégias diferentes de preservação com relação a obras de menor porte e menor complexidade, não apenas por questões objetivas, como as relacionadas com sistemas construtivos ou distribuição espacial, mas por razões que remetem ao arranjo intersubjetivo e ao edifício como objeto político, conforme vimos no Capítulo 7.

Quanto mais complexo o objeto, mais complexo tende a ser esse arranjo, mais agentes se interpõem no processo, como demonstrou Élcio SILVA (2017) para o caso do edifício-sede das Nações Unidas em Nova York. Os interesses relacionados à preservação e à arquitetura se confrontam com a realidade da gestão do bem, em meio à dinâmica de poderes políticos e burocráticos que nele incidem, e até mesmo do mercado no qual ele está inserido. Essa confrontação foi levantada pelo arquiteto Élcio Silva, da Câmara:

---

**Arq. Élcio Silva (Câmara):** É claro que a gente tem uma meta do que é, de um lado os termos ideais, das premissas máximas, do outro a gente aquilo que é uma visão possível do que a gente alcançaria com recursos que a gente tem, ou com recursos técnicos, recursos materiais e recursos de mercado. Você [também] tem a realidade da obra e do cronograma que se impõe. (Entrevista, 2019)

---

Para o arquiteto Juliano Carvalho, esse é um ponto relevante do Congresso Nacional, todavia não é exclusivo a ele:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** O Palácio do Congresso é um prédio muito grande, de uso e gestão públicos e com usuários poderosos, enquanto indivíduos. [...]. Nesse sentido ele não difere em nada de uma grande catedral, cujo bispo pode interferir nas decisões, do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, do STF. Todos esses lugares são prédios grandes com recursos [...] e com decisões de intervenção que não passam nem somente pelos especialistas, nem somente por técnicos não especialistas, nem somente pelo público, passam também por indivíduos. (Entrevista, 2019)

---

O ritmo de transformações demandadas pelos usuários e pelos gestores soma-se ao ritmo das próprias degradações físicas do edifício e nem sempre são acompanhados pela capacidade operativa de suas equipes técnicas, como a preocupação relatada pelo o arquiteto Juliano Carvalho (Entrevista, 2019): “O processo de preservação está muito mais lento do que o prédio se degrada.”

É a verificação, na prática, de um problema basilar, tratado na bibliografia da preservação do edifício moderno. Como vimos no Capítulo 2, a obsolescência material e funcional, a durabilidade e a vida útil esperada dos materiais, elementos, componentes e sistemas são itens bastante debatidos.

A obsolescência material pode ensejar ritmos de transformações mais intensos, muitas vezes inevitáveis. Um caso recorrente diz respeito aos revestimentos em carpete de alguns salões dos Plenários do Senado e da Câmara. A vida útil esperada e a durabilidade do material são limitadas, compreendendo entre cinco e dez anos. Além disso, é uma área da indústria da construção civil onde o avanço técnico nos materiais constituintes é constante. Em ambas as instituições, há ações periódicas de substituição desses revestimentos têxteis ao fim da vida útil. (Figura 89)



Figura 89 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Substituição do revestimento têxtil no Salão Azul (2011). Foto do autor.

A preservação, nesse caso, não reside na materialidade existente, nem mesmo nas especificações historicamente utilizadas. As peculiaridades do material têm determinado, nesse caso, a estratégia de preservação, que no Senado tem-se pautado por um cuidado em manter características fundamentais do produto – apresentação em manta, fibras com pelo cortado, entre outras –, na questão cromática, nos padrões visuais e, especialmente, em como essas características interferem na estética e na leitura do ambiente.

Embora regido por substituições periódicas, o viés patrimonial não foi descartado nesses sistemas e elementos nos quais a transformação por obsolescência física ou técnica se mostra especialmente relevante, como lembrou o arquiteto Juliano Carvalho:

---

**Arq. Juliano Carvalho (Senado):** E nos outros sistemas de manutenção mais curta e de durabilidade menor, como por exemplo, o carpete, ou as pinturas, até por se tornar inviável a ausência da manutenção, elas têm acontecido com uma maior frequência, com resultados razoáveis. A própria substituição do carpete, houve um dano ali, mas não é um dano de uma monta comparável a outra, por exemplo, ao dano das antenas. Então, são processos que eu poderia dizer que têm acontecido com problemas e com limitações, mas têm sido concluídos. Acho que a gente precisa continuar trabalhando para melhorar a qualidade desses também, para evitar que a soma de pequenos danos gere imensos danos. (Entrevista, 2019)

---

O que pôde ser visto no Congresso Nacional é que, para os profissionais inseridos no cotidiano da gestão de arquitetura e engenharia de um edifício e de suas práticas cotidianas de manutenção, a preservação não se apresenta como uma atividade externa ou indiferente a outras preocupações.

Para Élcio SILVA (2017), arquiteto da Câmara, por exemplo, a questão do desempenho dos sistemas e do edifício como um todo é central para a sua preservação, obtendo relevância equivalente a preocupações de ordem estritamente patrimonial. Sidney CARVALHO, (Entrevista, 2018), constatou que temas relacionados à gestão ou manutenção predial costumam ser preponderantes com relação à preservação quando confrontados. É um constante desafio inserir essa preocupação nas diversas atividades de engenharia e arquitetura.

O ponto de vista de Élcio Silva e a constatação de Sidney Carvalho sintetizam um ponto observado na prática da preservação no Congresso Nacional, de que, na maioria das intervenções, nem o objetivo central, nem mesmo a preocupação principal, será a preservação em sentido estrito, com seu cabedal teórico e metodológico. Se os princípios patrimoniais não se colocarem em um sentido amplo, por um lado, compreendendo as necessidades de transformações do edifício e os interesses diversos dos diferentes agentes, e se inserirem, por outro, as práticas de arquitetura e gestão, a própria preservação pode ser prejudicada por não conseguir se efetivar.

No caso do Congresso Nacional, tem sido importante incorporar princípios e métodos próprios de preservação e restauro em atividades que anteriormente eram regidas por lógicas de arquitetura ou de manutenção, sem preocupações mais sólidas com valores culturais do bem. Segundo Beatriz KÜHL (2008, p. 173), para denominar uma intervenção de preservação, conservação ou restauro é necessário que ela se proponha a respeitar a história, pelas várias estratificações e pela continuidade, pelas permanências e não apenas enfatizar as transformações, as rupturas e as inserções.

Como revelou a pesquisa empírica, o caminho de efetivação da preservação, no Congresso Nacional, e me permito estender a edifícios de características similares, é trabalhar com clareza, de forma dialógica, entre

preservação e arquitetura, incorporando às modificações demandas pelo edifício, princípios como os colocados por Beatriz KÜHL acima, pautando as decisões de arquitetura por *consistentes juízos histórico-críticos*, como ressaltou a autora (KÜHL, 2008, p. 222).

Na complexidade do Congresso Nacional, considerando qualquer intervenção física, a preservação deve ser um dos objetivos a serem alcançados. Entretanto, como observado na prática, dificilmente será o único objetivo ou até mesmo o preponderante.



Em virtude da complexidade, da dimensão e de sua dinâmica de uso, em objetos como o Congresso Nacional, mais do que considerar o projeto de restauro – ou preservação – um tipo particular de projeto arquitetônico, a prática verificada indica, de fato, a presença de uma correlação. Não seria um projeto de “arquitetura de restauro”, mas um projeto de “arquitetura e restauro”.

Os limites para conjugar esses objetivos de arquitetura e de preservação, ou de manutenção e preservação, como vimos no caso do carpete relatado acima, devem ser compreendidos, estabelecendo até que ponto um determinado atributo – ou um conjunto de atributos – podem se transformar sem que perdas de valores comprometam seu significado cultural. A observância de princípios como a *mínima intervenção, a retrabalhabilidade e a distinguibilidade*, associados a um processo de valoração, constituem um caminho fundamentado no campo patrimonial para indicar esses limites. A aplicabilidade dessa estratégia tem se mostrado viável no Congresso Nacional, com todas as nuances demonstradas neste capítulo.

Os esforços dos arquitetos, verificados nesse arranjo intersubjetivo da preservação do Congresso Nacional, têm-se direcionado para que o patrimônio possa ser usufruído em seus valores históricos e artísticos por gerações vindouras. Como disposto por MUÑOZ VIÑAS (2005), é pelo limite da ética, ou seja, de uma alteridade para com as novas gerações, que se garante a transmissão do patrimônio para o futuro.

## **Reflexões sobre a perenidade do edifício moderno**

A LUZ DE LIVERMORE, uma lâmpada de emergência que está acesa desde 1901 em um quartel do Corpo de Bombeiros da cidade de Livermore, na Califórnia, foi usada como alegoria por Danilo MACEDO (2008) para tratar do tema da imaterialidade na preservação da arquitetura moderna

A luz de Livermore – se podemos chamá-la assim – é concreta. Porém, em sua materialidade, prescinde de restauro. Seu propósito, sua essência, reside em seu valor de uso. Seu valor de culto é sua eficiência autônoma e longa, equilibrada sobre sua morte certa e indeterminada – como em todo ser vivo. De fato, há uma

espécie de urgência vital aqui envolvida: o visitante é instado a testemunhar a luz antes que ela se apague, identificando o estado precário daquela com o seu próprio (MACEDO, 2008).

A potencial efemeridade da luz de Livermore é uma metáfora para a obsolescência programada dos artefatos da Era Industrial, neles incluído a arquitetura moderna, seus sistemas e seus elementos. Segundo o arquiteto:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** O material [de construção] industrializado é feito para ser trocado; não é feito para durar para sempre. É outra filosofia de construção. Para usar uma metáfora se o prédio é igual a uma máquina, as peças da máquina precisam ser trocadas senão ela vai parar de funcionar, isso é uma primeira coisa. A indústria ela é feita assim. Essa obsolescência é o que move a indústria. Se as coisas não ficam obsoletas elas não são trocadas a indústria para. Isso é uma parte da indústria, é um ramo da indústria isso afeta em certa medida, lógico que não completamente, a construção civil, mas você vê assim, num sentido macroeconômico o alto grau de demolição e de substituição de edifícios nas metrópoles brasileiras assim, de maneira geral. Isso é o que tem que ser considerado independente do estilo (entrevista, 2019).

---

A alegada efemeridade proposital dos edifícios recentes, lembrada por Danilo Macedo (2008), de fato, orientou o debate nos anos 1990 e 2000 no sentido de deslocar o valor patrimonial da matéria para a ideia. Um cenário de transformações materiais constantes e permanências conceituais foi criado, tendo ainda a premissa de que a essência da arquitetura moderna estaria na sua condição de protótipo ideal, e não na de artefato material. (STRAPPA, 1991; MEURS, 1993; SANMARTÍ, 1993)

Ainda que possa ser um argumento válido para certos edifícios, ou alguns sistemas, elementos e materiais utilizados na arquitetura do século XX, obras como o Congresso Nacional e muitas outras desafiam essa premissa. Nem são arquiteturas prototípicas, para reprodução, nem foram criadas para efemeridade. O caso desta tese se adere mais, por todo o simbolismo de Brasília e do edifício, no plano-piloto, ao conceito de monumento de RIEGL ([1903] 2014, p. 36), ou seja, uma “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência de gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos).”

O Palácio, como sede de um dos Poderes da República, é um objeto no qual permanências designam intenções efetivas dos idealizadores políticos e artísticos, em especial Juscelino Kubitschek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer e até mesmo dos operários que vieram para a obra sem passagens de volta e, em raro momento de descanso, deixaram mensagens para a posteridade nas estruturas de concreto do edifício. Mais do que isso, Brasília e o Congresso Nacional representam o esforço de um país, mobilizando dezenas de milhares de pessoas para suas obras e uma enorme quantia de recursos

públicos para sua concretização. A cidade e o Palácio não foram concebidos para serem efêmeros, mas para serem perenes.

Soma-se a essas constatações, o fato de que o processo de construção do Congresso Nacional não tenha sido marcado especialmente por um modo industrial, com elementos produzidos em fábricas e apenas montados no canteiro, mas sim por um modo essencialmente manufatureiro, como ressaltou Sérgio FERRO (1976/2006; 2003/2006). (Ver Figura 25 e Figura 26, pp.107)

A efemeridade lembrada por Danilo MACEDO (2008), por outro lado, encontra-se em diversos elementos e sistemas constitutivos do edifício. É o caso dos revestimentos têxteis ou pinturas, por exemplo, cujas ações de manutenção costumam ocorrer sem maiores sobressaltos, como lembrou Juliano CARVALHO (Entrevista, 2019), do Senado.

Em outros sistemas, a discussão sobre vida útil, perenidade e, por consequência, preservação pode se mostrar mais complexa. Já sistemas introduzidos ou profundamente desenvolvidos no século passado que são compostos por diversos elementos, de diferentes características, em um conjunto integrado, amalgamado, trazem outras complexidades ao debate sobre vida útil, manutenção e preservação. Os revestimentos pétreos usados na pavimentação da plataforma do Congresso Nacional exemplificam essa situação: enquanto as peças de mármore possuem uma vida útil, presumidamente longa, a impermeabilização sobre a qual são assentadas não possuem a mesma durabilidade, representando um ponto de fragilidade no conjunto todo. Foi o que lembrou Danilo Macedo:

---

**Arq. Danilo Macedo (Câmara):** O mármore é um material caro. E ele é durável, em princípio. O Panteão que o diga. O que não é durável, sempre, é a relação entre o mármore e a estrutura, que é a impermeabilização, que vai surgir sempre novos sistemas... vão surgir problemas. (Entrevista, 2019)

---

Por isso, a preservação na arquitetura moderna não pode abrir mão do que foi construído no campo patrimonial de Ruskin à Carta de Veneza, como não pode, igualmente, prescindir de suas particularidades para que a operacionalização da intervenção se dê em bases mais sólidas. Soluções de pré-fabricação modulares, em camadas, demandam, evidentemente, uma aproximação operacional diferente e mais complexa do que soluções sólidas, maciças e monolíticas, como as construções em pedras. Os níveis de permanências e transformações dependem também dos materiais empregados.

A preservação deve acompanhar, portanto, a complexidade introduzida na arquitetura e na construção do século XX. Os sistemas do edifício moderno não são predominantemente monolíticos e, por isso, as intervenções não podem se restringir a uma única abordagem. Um caixilho em alumínio

com gaxetas de borracha, fechamento em vidro, calafetação em silicone, diferentemente de uma esquadria colonial, em madeira, demandará um desmembramento da própria abordagem: a maneira de lidar com o vidro poderá ser diferente da maneira de lidar com os perfis ou com os demais elementos. Como lembrou a arquiteta Bruna BARBOSA DE LIMA, da Câmara dos Deputados, sobre a plataforma do Edifício Principal:

---

**Arq. Bruna BARBOSA DE LIMA (Câmara):** As reflexões que eu cheguei da aproximação que eu tive com a plataforma foi da, apesar da gente ter a pedra, o mármore como aparência externa, da importância que um sistema de impermeabilização funcional tem, né. Ali é crucial você ter uma impermeabilização que funcione. Então, infelizmente quando falamos em preservar a rocha, a pedra na plataforma sem ter uma solução ali embaixo onde ela está assentada é complicado. Então é algo que digamos que eu, desapeguei um pouco do preciosismo na conservação desse revestimento externo. (BARBOSA DE LIMA, Entrevista, 2019)

---

O reconhecimento dessa complexidade implica entender os sistemas como objetos patrimoniais complexos, heterogêneos em sua composição, onde seus elementos e componentes, como atributos materiais, não necessariamente expressam os mesmos valores nas mesmas intensidades. Se é necessário, por exemplo, substituir os vidros comuns dos anos 1960 por outros laminados, que essa substituição atenda a normas de segurança ou desempenho energético; a cautela e a mínima intervenção reclamam assegurar a real necessidade de substituição dos caixilhos.

Essa estratégia foi utilizada, por exemplo, em duas obras de restauro recentes em edifícios significativos. No Palácio Capanema, optou-se pela substituição integral dos vidros com restauração das esquadrias. De maneira similar, o Supremo Tribunal Federal iniciou obra de restauração das esquadrias de seu edifício principal em dezembro/2019. Nessa obra, houve um esforço de preservação das peças de alumínio principais das esquadrias, enquanto a estrutura interna dos montantes e das travessas, em aço, foi integralmente substituída, assim como os vidros. Nesses casos, a relação dialógica entre permanências e transformações ocorreu também no nível dos sistemas – esquadria – e elementos – montantes, travessas e vidros. (Figura 90 e Figura 91)

A modernidade e a arquitetura moderna trouxeram diversas complexidades aos sistemas construtivos, que passam a ser complexidades também da preservação. Se uma parede é formada por diversas camadas, uma esquadria por diversos elementos ou uma cobertura por diversos sistemas, dificilmente uma abordagem única de preservação será adequada a todas essas variações.



Figura 90 – Ministério da Educação e Saúde Pública, Palácio Capanema, Rio de Janeiro, RJ (Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, 1936-1943. Obra de restauro e modernização do edifício. Foto do Autor, 2017.

Figura 91 – Supremo tribunal Federal, STF, Brasília, DF (Oscar Niemeyer, 1957-1960). Obra de restauro das esquadrias (2019-2020).

No Palácio Capanema, a fase iniciada em janeiro de 2015, “concentra-se nas fachadas, compreendendo a restauração dos sistemas das esquadrias de estrutura metálica de aço carbono, a substituição das pastilhas conforme o projeto original e a recuperação do sistema dos brises-soleils (para-sóis externos das janelas).” (BARATTO, 2016). No STF, a obra consiste na restauração das esquadrias, com reaproveitamento do recobrimento em alumínio dos montantes e travessas, substituição da estrutura em aço (interna) e instalação de vidros laminados de segurança no lugar dos existentes. (SCHNEIDER, Entrevista, 2020)

Para Edward FORD (1990, p. 1), há diferenças entre as ideias e as realidades dos edifícios modernos maiores do que diferenças na forma. Muitos arquitetos propagaram uma filosofia de construção enquanto construíram de outra maneira. Muitos construíram diferentes edifícios, em diferentes tipos de construção, e outros realizaram diversas soluções construtivas em uma única obra. Poucos arquitetos do Movimento Moderno, prossegue o autor, foram consistentes em uma grande produção arquitetônica, não por falta de honestidade intelectual ou convicção, mas por necessidades e circunstâncias próprias.

A vivência da preservação e a pesquisa no Congresso Nacional mostraram que ao mesmo tempo que se deve compreender o edifício como uma obra integral e indivisível, deve-se paralelamente reconhecer a complexidade em sua composição construtiva. Uma vez que somente se restaura a matéria, é necessário levar a preservação ao nível desses elementos

constituintes do edifício para entender o que é fundamental preservar e permanecer e o que, sem maiores perdas patrimoniais ou considerando os outros fatores envolvidos, pode ser substituído, pode ser transformado.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

I am for richness of meaning rather than clarity of meaning; for the implicit function as well as the explicit function. I prefer 'both-and' to 'either-or', black and white, and sometimes gray, to black or white. A valid architecture evokes many levels of meaning and combinations of focus: its space and its elements become readable and workable in several ways at once.

But architecture of complexity and contradiction has a special obligation toward the whole: its truth must be in its totality or its implications of totality. It must embody the difficult of unity of inclusion rather than the easy unity of exclusion. More is not less-

**Robert Venturi (1966/1977)**

Tudo isso ajuda a explicar a dificuldade que os arquitetos brasileiros têm, até hoje, de abrir mão do modernismo. Ele está na raiz da autoimagem da corporação e sua hegemonia se reproduz em todos os campos: no ensino, nos textos teóricos, nos parâmetros das pesquisas tecnológicas, até nos hardwares -, ela permeia o entendimento do que é arquitetura e a quase totalidade da sua produção. A força desse compromisso é tal que se revela até na produção dos historiadores: os assuntos abordados são pautados pela arquitetura moderna; os temas dos estudos estão atrelados à arquitetura moderna. E quando se lê as análises é a reprodução daquelas mesmas ideias: tudo é ajuizado bom ou ruim em relação à arquitetura moderna [...]

**Sylvia FICHER (2014)**

Este estudo se propôs a ser eminentemente qualitativo. O objetivo foi trazer, por meio da análise da prática problematizada pela experiência no Congresso Nacional, aspectos que contribuíssem para se entender o que está em jogo no campo da preservação.

As peculiaridades do Palácio do Congresso Nacional corroboram sua escolha como elemento problematizador: é uma das principais obras do modernismo brasileiro, tendo como arquiteto o principal expoente do Movimento Moderno no país – Oscar Niemeyer; abriga e simboliza o Poder Legislativo da República Federativa do Brasil; é tombado nacionalmente por suas características arquitetônicas e por sua inserção no Conjunto Urbanístico de Brasília.

Sua preservação também guarda características singulares: é realizada concomitantemente por duas instituições públicas que compartilham o edifício; cada uma das instituições possui sua própria equipe de arquitetos, as quais, considerando-se o cenário nacional, são bem estruturadas de profissionais e têm acessos a recursos financeiros satisfatórios; os arquitetos responsáveis de ambas as instituições são capacitados em preservação e estão inseridos no campo patrimonial.

Com o desenvolvimento da pesquisa, compreendi que a relação teoria-prática deve ser dialógica e de constante retroalimentação. Se, por um lado, a prática demanda mais do que o conhecimento teórico, requerendo a prática reflexiva sobre o conhecimento erudito, na outra ponta, a reflexão sobre a prática não apenas informa as futuras atuações como, por meio de análises mais elaboradas, contribui com o próprio desenvolvimento do campo. A presente tese defende essa prática reflexiva e nela se insere.

Para FREIRE (1967), essa questão tem a ver com uma posição normal do homem no mundo que não se esgota em mera passividade, tendo em vista que **o ser não apenas está no mundo, mas com o mundo**. Segundo ele, é a partir das relações do homem com a realidade, em atos de criação, recriação e decisão, que ele dinamiza seu mundo, domina e humaniza a realidade (p. 41-45).

Esta tese evidencia e defende que a prática da preservação deve ser essencialmente **reflexiva**; uma vez que é um ato cultural e um ato crítico, as posições do arquiteto, orientadas pelo marco teórico da preservação, não devem se restringir a ele, não podem ser acrílicas, mas relacionadas à realidade encontrada. Como disse FREIRE (1967), existe “a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação” (p. 44).

Segundo SCHÖN (1983), as reflexões empreendidas pelo profissional a partir de sua ação prática funcionam como contraponto fundamental ao seu conhecimento teórico. Por meio da reflexão, pondera SCHÖN, o profissional

pode trazer à superfície e criticar o seu conhecimento e, principalmente, ele pode dar um novo sentido às situações de incerteza ou de singularidade relacionadas a sua atuação (p. 61).

O conjunto dessas posições críticas pertinentes ao debate, sobretudo nos meios acadêmicos próprios, é fundamental para que o próprio marco teórico seja constantemente posto à prova e constantemente ajustado e adaptado. É isso que mostra a historiografia da preservação, em que a apresentação de casos práticos e a reflexão sobre eles construíram visões teóricas muitas vezes sedimentadas com o decorrer do tempo. A experiência de VIOLLET-LE-DUC como restaurador e arquiteto, na França, de RIEGL e de BRANDI, como representantes de estruturas estatais de preservação na Áustria e na Itália, respectivamente, e até mesmo a multiplicidade de casos práticos trazidos ao debate pelas publicações e eventos do DOCOMOMO foram essenciais para se estabelecer o que se tem hoje como estado-da-arte.

Nesse sentido, devem ser valorizados os frequentes debates e embates teóricos e operacionais, e a produção analítica dos arquitetos do Congresso Nacional sobre a preservação do bem como forma de amadurecimento dos posicionamentos patrimoniais individuais e institucionais. As discussões contribuem ainda para a desnaturalização das práticas empreendidas na preservação do edifício moderno, tendo em vista a possibilidade de críticas e autocríticas geradas nos debates e nos ambientes acadêmicos e institucionais (como o DOCOMOMO). Por fim, favorecem um ambiente de reciclagem constante de premissas e diretrizes, de conceitos e estratégias, de soluções técnicas para que o espaço construído e de valor patrimonial siga mantendo seus valores e, ao mesmo tempo, sendo úteis à sua função. Contribuem inclusive para a constante reconfiguração do campo patrimonial e da preservação do edifício moderno.



A pesquisa se revelou como um trabalho sobre diálogos entre vertentes conceituais, entre profissionais e entre campos sociais. Os pontos de vista expostos pelos arquitetos nas entrevistas, nas ações de preservação, nos documentos, na produção acadêmica e outras publicações me permitiram reconhecer óticas diferentes de preservação aplicadas sobre o mesmo patrimônio que nem sempre se alinhavam com minhas predisposições e com minha concepção de preservação. Nesse sentido, meu esforço foi o de relativizar meus próprios entendimentos para compreender a prática não a partir da minha visão, ou a partir do disposto pela teoria, mas pelas categorias que foram se mostrando ao longo do percurso pelas falas dos profissionais.

A essência subjetiva da atividade de preservação, ainda que ancorada em algumas bases objetivas, sobressaiu. Discursos, encaminhamentos, decisões de projeto ou de obra não se mostraram somente relacionados a aspectos técnicos de especificação ou de desempenho de materiais, mas

também ao posicionamento dos próprios arquitetos no campo patrimonial, no campo da arquitetura e em suas manifestações teóricas e conceituais e, por fim, ao resultado do processo de negociação.

A compreensão dos próprios arquitetos entrevistados sobre a condição do edifício como objeto político, somada à constatação de que a preservação é uma atividade subjetiva, em que as soluções, embora construídas por sujeitos, emanam do objeto, convergiu com o entendimento de MUÑOZ VIÑAS (2005) de que a preservação se revela como intersubjetiva, já que é o conjunto das subjetividades que irá condicionar as intervenções no edifício, sejam elas de conservação, sejam de transformações.

As particularidades do bem, o contexto social, os diferentes pontos de vista, as subjetividades e as negociações inerentes ao processo de preservação ocasionam complexidades à prática da preservação que nem sempre são tratadas, em todas as suas particularidades, pela teoria. Além disso, a preservação do Congresso Nacional demonstrou que complexidades e contradições são inerentes ao edifício real, em uso, e resultado de um processo histórico, mais do que a pretensa, e muitas vezes apenas hipotética, simplicidade de soluções defendida no Movimento Moderno.

Nesse sentido, a preservação do edifício moderno, com todas as suas complexidades, precisa se distanciar do Movimento Moderno. A crítica de Sylvia FICHER, em epígrafe, destaca a filiação de toda uma geração, à qual me incluo, a um ponto de vista sobre os edifícios e sobre as cidades distorcido pelo filtro das concepções do próprio modernismo. Como observa a própria autora, a arquitetura revela e representa muito mais do que sua razão de existência:

Na arquitetura se leem tantas coisas, para além de sua razão de ser primeira: relações de trabalho, convenções sociais, articulações políticas, jogos de interesses pessoais e de grupos, recursos materiais, usos, costumes e modas, forças econômicas, problemas técnicos etc. Enfim, uma riqueza de signos da práxis social, cuja ambiguidade de interpretação se revela em termos como técnica, arte, construção e construtor, arquitetura, engenharia, espaço, mestre de obras, projeto ou estilo. (FICHER, 2005, p. 18)

O *ato crítico* da preservação expressa um julgamento que depende não apenas do entendimento teórico e conceitual, do conhecimento técnico, da compreensão da história do edifício, mas, principal e fundamentalmente, da percepção – subjetiva e intersubjetiva – da realidade que se apresenta. Nesse processo de percepção da realidade e de construção de uma solução de preservação, pressupõe-se um número infinito de decisões rotineira e cotidianas, na elaboração do projeto, como observou Alberna YANEVA (2009) em referência à produção arquitetônica do escritório holandês *Office for Metropolitan Architecture* – OMA. Para ela, as categorias conceituais de arquitetura são indissociáveis dos procedimentos práticos e operacionais na intermediação dos processos criativos (p. 101).

No exercício da preservação, procedimentos institucionalizados, ou não, relações burocráticas, negociações internas e externas, estratégias de ação, disponibilidade de recursos, dentre outros aspectos se mostraram determinantes, juntamente com o conhecimento teórico e técnico do arquiteto e sua posição conceitual e ideológica no campo patrimonial.

O reconhecimento desses processos operacionais como determinantes não retira a importância do conhecimento teórico, pelo profissional, nas intervenções. Ao contrário. A observância e a aplicação prática do marco teórico existente, legitimado socialmente, são condicionantes para que o projeto desenvolvido se insira no contexto da preservação e para que a intervenção no bem seja coerente e responsável. Ações que não considerem todo o conhecimento desenvolvido, há mais de dois séculos, sobre categorias conceituais, princípios éticos, não alcançam legitimidade dentro do próprio campo patrimonial.

Mais do que isso, é justamente nesse conhecimento que reside o capital cultural do arquiteto, cuja substância dará maiores subsídios para que seu posicionamento se mostre viável na correlação de forças que incidem sobre o edifício em sua condição de objeto político. Quanto mais conceitualmente fundamentada for a posição, maior força essa posição terá no campo de negociações.



Esta tese defende que a preservação é um processo subjetivo, uma vez que depende de interpretações, julgamentos e decisões de sujeitos. Entretanto, tão importante quanto reconhecer o subjetivismo, é entender seu caráter interdisciplinar e intersubjetivo e, nesse contexto, contar com instrumentos de re-objetivação da relação dos agentes com o objeto patrimonial, como abordado no Capítulo 9.

Além do rigor metodológico, a observância de pressupostos conceituais sedimentados, ou seja, de princípios éticos compartilhados nesse campo patrimonial, é um meio para a re-objetivação. No âmbito do rigor metodológico, destaca-se o entendimento da significância e a valoração como passos indispensáveis, mas não suficientes. Somente são eficazes quando ancorados em atributos do edifício reconhecíveis e compreendidos pelos principais profissionais envolvidos. É necessário estabelecer a relação clara de elementos subjetivos e abstratos com o objeto.

Trata-se, nesse caso, da criação de bases instrumentais sólidas para o desenvolvimento das negociações entre os diversos agentes, estabelecendo-se os limites às transformações que devem ser geridas em nome da – ou em conjunto com – a preservação.

Já a observância dos pressupostos conceituais ou princípios éticos faz com que essa relação subjetiva e intersubjetiva leve em consideração os interesses da sociedade presente e futura. Segundo MUÑOZ VIÑAS (2005), está em

jogo a sustentabilidade social da ação no sentido dos valores patrimoniais envolvidos. Ou seja, por mais que seja subjetivo, essa subjetividade tem de considerar certas predisposições estabelecidas e consentidas socialmente.

Os princípios éticos da preservação, por sua vez, dependem da relação que mantém o profissional com o campo patrimonial e suas categorias teórico-metodológicas. O caminho não unívoco indicado pelo estado-da-arte, com suas vertentes conceituais e seus matizes, bem como a interconexão entre os campos patrimonial e o campo da arquitetura proporcionam percursos e abordagens diferentes na preservação do edifício moderno.

Os vetores de abordagem identificados com base na bibliografia e, sobretudo, na pesquisa empírica, são como eixos de coerência nos quais os profissionais se fundamentam e se orientam em suas ações. O desenvolvimento do *vetor prospectivo*, que traça um caminho de compreensão do edifício patrimonial moderno, partindo da sua concepção, e do *retrospectivo*, que faz um trajeto inverso, tomando o bem em sua condição atual, são decorrentes dos posicionamentos do arquiteto, ou da instituição, com relação ao marco teórico. Posicionamentos que trazem consequências para a própria preservação do bem, sugerindo intervenções mais ou menos profundas ou valorações mais relacionadas a instâncias artísticas/conceituais ou históricas/materiais.

Em casos como o do Congresso Nacional, onde essas tendências diferentes incidem na preservação do mesmo bem, faz-se imprescindível, por meio de um processo de negociação, procurar um caminho de consenso. O ponto de partida para essa convergência é o reconhecimento das transformações como algo inevitável e inerente à vitalidade do bem e, ao mesmo tempo, a aceitação de que, na condição de bem patrimonial, as permanências são necessárias para estabelecer o fio condutor da história nesse edifício.

O encadeamento metodológico de um projeto de restauro, em especial um amplo processo de valoração, é um instrumento importante para mediar essas divergências, permitindo compreender as diferenças conceituais e suas possíveis consequências ao edifício e, com isso, fundamentar as decisões.

Soma-se a isso o entendimento de que qualquer intervenção em um edifício patrimonial é também uma intervenção de arquitetura. Como vimos, há uma zona de interseção entre dois campos – patrimonial e de arquitetura – com categorias e lógicas distintas que devem se associar, complementar-se e se harmonizar, em qualquer intervenção a um edifício dotado de valores culturais relevantes.

A correlação entre os campos e suas categorias teórico-metodológicas e operacionais torna-se indispensável. Nessa situação dialógica – que pressupõe a busca por um entendimento comum – é preciso ter como objetivo a sustentação dos valores culturais do edifício para gerações futuras.

Assim, a preservação se coloca entre dois objetivos: um interno a suas disposições, que pode ser sintetizado em conservar os valores culturais de um bem para o presente e para futuras gerações; outro, em composição com a esfera da arquitetura, resumido em incorporar as transformações necessárias ao usufruto e à apreciação do bem. Se é necessário ter coragem para viabilizar – e gerir – as mudanças, é igualmente indispensável ter prudência para realizá-las, resguardando ao máximo os valores patrimoniais.

Esta relação entre preservação e arquitetura não significa dizer que um campo se confunde com o outro. Ao contrário, tem a ver com reconhecer as vicissitudes de cada um dos campos, com suas categorias teóricas e metodológicas, suas predisposições e seus objetivos para uma atuação mais eficaz e sustentável no patrimônio. Um bom projeto de intervenção em um bem com valores patrimoniais relevantes e em pleno uso, como o Congresso Nacional, é um projeto de restauro e um projeto arquitetônico.

São pelo menos três desafios a serem enfrentados na preservação do edifício moderno, como demonstrou a pesquisa.

O primeiro diz respeito às dificuldades em aplicar os princípios patrimoniais em uma intervenção, tendo em vista sua condição de objeto político e o cenário intersubjetivo inerente ao processo. O pertencimento do arquiteto ao campo patrimonial e os capitais culturais que ele adquire ao fazer parte do campo, e ao desenvolver, nas palavras de Bourdieu, a *vontade de jogar o jogo* são importantes para o seu posicionamento nas negociações específicas para a preservação do bem. O reconhecimento da intersubjetividade, portanto, reforça ainda mais a necessidade de fundamentação das ações em categorias avalizadas pelo campo.

O segundo desafio se relaciona ao próprio campo, à diversidade de abordagens conceituais oferecidas por esse campo, e à filiação do arquiteto a essas abordagens. Muitas vezes, como no caso da relação interinstitucional necessária à preservação do Congresso Nacional, será demandado um equacionamento entre posicionamentos teóricos diversos. Reconhecer a diversidade e ter em mente a possibilidade de diferentes maneiras de compreensão do bem patrimonial é o primeiro passo a ser dado. Desenvolver um rigor metodológico na elaboração do projeto de restauro complementa esse caminho.

O terceiro, como vimos, é estabelecer o equilíbrio entre preservação e arquitetura, entre permanências e transformações, a fim de conservar os seus valores patrimoniais e, ao mesmo tempo, manter plenas condições de uso, e de fruição do próprio bem, em suas instalações.

★

Por fim, é inevitável o caminho de distanciamento conceitual e cronológico entre o Movimento Moderno e sua preservação. Como consequência, a tendência é que se fortaleça o reconhecimento de que a criação da obra e sua

preservação envolvem momentos metodológicos diferentes, pois pertencem a contextos culturais e sociais distintos.

Não é necessário estabelecer uma data para o fim do modernismo, como fez Charles JENCKS ([1977] 1991, p. 23), para quem a arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, em 15 de Julho de 1972, aproximadamente às 15h32 (. Mas é preciso contextualizar histórica e artisticamente o edifício moderno como parte de um período histórico pretérito, que há quase meio século cedeu espaço a outras expressões, pós-modernas, contemporâneas.



Figura 92 - Demolição do Conjunto Habitacional Pruitt Igoe, em St. Louis, Missouri, EUA (1972). Fonte: FIEDERER (2017).

A demolição dessa obra é tratada por Charles Jencks ([1977] 1991) como o momento simbólico do fim do Movimento Moderno. Para o autor, esse conjunto de torres residenciais construído em 1951 a partir de projeto do arquiteto Minoru Yamasaki, representou em seu declínio funcional o declínio dos princípios do modernismo.

Novas gerações, com menos referências culturais do Movimento Moderno, terão relações diferentes com o patrimônio do século XX, mediante outros dispositivos cognitivos, com maior distanciamento conceitual e atribuição de diferentes valores. O papel da preservação é permitir que essa experiência futura seja o mais completa, profunda e verdadeira possível.<sup>1</sup>

★ ★ ★ ★ ★

---

<sup>1</sup> Imagem final: "O Arquiteto". Emerson Rodrigues. Cidade Buraco Vol. 1 (RODRIGUES, 2017)

Todos me conhecem como "o profeta", aquele para quem o futuro e o passado não guardam mistérios. Mas eu não fui sempre assim. Antes eu era um cidadão a quem chamavam de "o arquiteto".

**Emerson RODRIGUES** (Cidade buraco V.1., 2017)





# BIBLIOGRAFIA

- ABNT. **NBR 5674**: 2012 - Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2012. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=91541>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- ALBANO, Albert. Art in transition. In: PRICE, N. S.; TALLEY JR., M. K.; MELUCCO, A. V. **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 176-184.
- ALLAN, John. The conservation of modern buildings. In: MILLS, E. D. **Building Maintenance and Preservation. A guide for design and management**. 2<sup>a</sup>. ed. Manchester, Inglaterra: Butterworth-Heinenmann / Reed Educational and Professional Publishing Ltd, 1994. Cap. 11, p. 140-180.
- \_\_\_\_\_. Points of Balance. Patterns of practice in the conservation of Modern Architecture. In: MACDONALD, S.; NORMANDIN, K.; KINDRED, B. **Conservation of Modern Architecture**. Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2007.
- ALMEIDA, Guilherme. E. **Palácio da Alvorada. Um resgate documental e analítico. Dissertação**. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- ANDRADE, Diogo. **Entrevista concedida ao autor sobre a restauração da plataforma do Edifício Principal em 20/1/2020**. Brasília: Não Publicado, Entrevista, 2020.
- AUSTRALIA ICOMOS. **Carta de Burra**. Brasília: IPHAN, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. **The Burra Charter**. Burra, Austrália: Australia ICOMOS. 2013.
- AVRAMI, E.; MASON, R. **Mapping the Issue of Values**. Notas de aula. Não publicado, 2019.
- AVRAMI, E.; MASON, R.; TORRE, M. D. L. (Eds.). **Values and Heritage Conservation. Research Report**. Los Angeles, EUA: The Getty Conservation Institute, 2000.
- BARATTO, R. Avançam os trabalhos de restauro do Palácio Gustavo Capanema. **Archdaily Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/786960/avancam-os-trabalhos-de-restauro-do-palacio-gustavo-capanema>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- BARBOSA DE LIMA, Bruna. **Sistema de Revestimento em Mármore nas Fachadas do Congresso Nacional: Cenários do Estado de Conservação** (Dissertação - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília). Brasília: Universidade de Brasília. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre a preservação na Câmara dos Deputados em**. Brasília: Não Publicada, Entrevista, 2019.
- BAXTER, Alan. Twentieth-Century Buildings. **Journal of Architectural Conservation**, v. 7, n. 2, p. 27-30, 2001.
- BESSONI, Giorgi. Tombamento das obras de Oscar Niemeyer em Brasília - Contexto Histórico. In: IPHAN **Processo de tombamento nº 1550-T-07. Conjunto de Obras do arquiteto Oscar Niemeyer**. Brasília: Coordenação de Pesquisa e Documentação. Arquivo Central do Iphan. IPHAN, 2007. p. 6-10.
- BEYER BLINDER BELLE. Grand Central Terminal. **Beyer Blinder Belle**, s/d. Disponível em: <[https://www.beyerblinderbelle.com/projects/124\\_grand\\_central\\_terminal](https://www.beyerblinderbelle.com/projects/124_grand_central_terminal)>. Acesso em: 07 dez. 2019.

- BISPO, Alba. N. D. M. **Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto.** Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Tradução de Daniela Kern. São Paulo / Porto Alegre: Edusp / Zouk, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O senso prático.** Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRANDÃO, Reinaldo C. **Contos da Câmara. Entrevista de Reinaldo Carvalho Brandão a Glória Varella em 1/8/2003.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/memoriadoservidor/Contos%20da%20Camara%201%20e%202>>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, jan./abr. 2010.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** 3ª edição. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, [1963] 2004.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937.** [S.l.]: [s.n.], 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- BRASIL. CONGRESSO. **Senado. Relatório da Presidência: 2ª Sessão Legislativa ordinária da 4ª legislatura, de 15/03/1960 a 15/12/1960.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Acessibilidade Física: Câmara dos Deputados - Plenário Ulysses Guimarães (Apresentação em slides).** Brasília: Câmara dos Deputados. Documento interno não publicado, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Candangos deixam mensagens escritas nas lajes do prédio do Congresso. Câmara dos Deputados,** 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/candangos-deixam-mensagens-escritas-nas-lajes-do-predio-do-congresso>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Preservação do Patrimônio Edificado.** Brasília: Câmara dos Deputados. Departamento Técnico. Documento Interno. Não publicado, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Relatório. Sistemas de Impermeabilização, Drenagem e Revestimentos. Congresso Nacional - Plataforma do Edifício Principal.** Brasília: Câmara dos Deputados. Senado Federal. Documento Interno, 2018.
- BRASIL. DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 31.067, de 23 de novembro de 2009. Dispõe sobre o tombamento da Obra de Athos Bulcão e dá outras providências.** Brasília, DF: Distrito Federal, 2009. Disponível em: <[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/61828/Decreto\\_31067\\_23\\_11\\_2009.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/61828/Decreto_31067_23_11_2009.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- BRASIL. IBPC. **Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992.** Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Brasília. 1992.
- BRASIL. IPHAN. **Processo de tombamento nº 1550-T-07. Conjunto de Obras do arquiteto Oscar Niemeyer.** Brasília: Coordenação de Pesquisa e Documentação. Arquivo Central do Iphan. IPHAN, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções**

em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. **Conjunto Urbanístico de Brasília. Complementação e Detalhamento da Portaria nº 314/1992. Documento Técnico.** Brasília. 2016 b.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº166, de 11 de maio de 2016.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. 2016.

\_\_\_\_\_. **Carta da Pampulha. Seminário Internacional Desafios da Gestão do Patrimônio Cultural Moderno. Belo Horizonte, 16 a 19 de agosto de 2017.** Belo Horizonte: IPHAN, 2017.

\_\_\_\_\_. **Inventário da obra de Athos Bulcão em Brasília.** Brasília, DF: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2018.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto Básico: Adaptação do painel da mesa diretora. Plenário - Edifício Principal.** Brasília: Senado Federal / Secretaria de Infraestrutura. Documento interno não publicado, 2013.

\_\_\_\_\_. **Acessibilidade. Plenário do Senado Federal (Relatório COPROJ - 2ª Etapa).** Brasília: Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura / Secretaria de Infraestrutura. Documento Interno não publicado, 2019.

BRIOLLE, Cécille.; REPIQUET, Jacques. Restoration of the Villa Noailles (Robert Mallet-Stevens, 1924). In: **DOCOMOMO Conference Proceedings. Second International Conference. September 16th-19th, 1992.** Dessau: Docomomo International. Docomomo Germany. Bauhaus Dessau, 1992. p. 175-180.

BURKE, Sheridan.; MACDONALD, Susan. Creativity and Conservation: Managing Significance at the Sydney Opera House. **APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology**, v. 45, n. 2/3, 2014.

CAIRNS, Stephen.; JACOBS, Jane. **Buildings must die. A preverse view of architecture.** Cambridge, Massachussets; London, England: The MIT Press, 2014.

CAMPANELLI, Alessandro P. The restoration of the former Pirelli Tower in Milan. In: BELLANCA, C. **Methodical Approach to the Restoration of Historic Architecture.** Città di Castello, Perugia: Alinea Editrice, 2011. p. 53-65.

CANTACUZINO, Sherban. Community building and representation. In: VAN OERS, R.; HARAGUCHI, S. **World Heritage Papers nº 5. Identification and Documentation of Modern Heritage.** Paris, França: UNESCO. World Heritage Centre, 2003. p. 52-59.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro. Teoria, storia, monumenti.** Napoli: Liguori Editore, 1997.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: BRANDI, C. **Teoria da Restauração.** 3ª edição. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 9-18.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisas em versus pesquisa com seres humanos. In: VÍCTORA, C., et al. **Antropologia e ética. O debate atual no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

\_\_\_\_\_. A dimensão simbólica dos diretos e a análise de conflitos. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 451-473, 2010.

CARTA DE BRASÍLIA. **Carta de Brasília. Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade.** Brasília: IPHAN, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>> . Acesso em: 24 set. 2019.

CARTA DE VENEZA. **Carta de Veneza, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.** Veneza, Itália: IPHAN, 1964. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CARVALHO, Cláudia. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios construídos no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960**. Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2005.

CARVALHO, Juliano. L. D. **Nota Técnica nº 004/2015 – CODARQ/SINFRA: Projeto para reforma do sanitário do Plenário do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal. Documento Interno não publicado, 2015.

\_\_\_\_\_. **Universalidade e diversidade dos princípios de restauro: o debate nos Seminários DOCOMOMO Brasil, 1995-2016. Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS-BRASIL - Belo Horizonte, 10 a 13 de maio de 2017**, Belo Horizonte, p. 4452-4465, 2017. Disponível em: <[www.even3.com.br/anais/eventosicomos](http://www.even3.com.br/anais/eventosicomos)>.

\_\_\_\_\_. **Recente, contemporânea, do século XX: Nomes e disputas da arquitetura moderna enquanto patrimônio**. In: **ICOMOS Anais do II Simpósio Científico 2018 - ICOMOS BRASIL, 27-28/4/2018**. Belo Horizonte: ICOMOS Brasil, 2018. p. 6778-6804. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/simposioicomosbr>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre projeto e obra de adequação dos banheiros do Plenário do Senado Federal, em 21/6/2018**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre a preservação patrimonial no Senado Federal, em 6/11/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o projeto de restauração da plataforma do Edifício Principal do Congresso Nacional, em 11/9/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre os projetos de acessibilidade física no Plenário do Senado Federal, em 4/10/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

CARVALHO, Juliano. L. D.; OZELIM, Luan M. **Nota Técnica 001/2019 – SINFRA: Palácio do Congresso Nacional. Impermeabilização da plataforma de cobertura. Diretrizes para desenvolvimento de projeto**. Brasília: Senado Federal. Documento Interno não publicado, 2019.

CARVALHO, Juliano. L. D. et al. **Da Matéria à Memória: A Significância na Definição de Diretrizes para os Panos de Vidro do Anexo I do Senado Federal. Anais do XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado**, Bauru, SP, 21 a 24 outubro 2014.

CARVALHO, Juliano. L. D. et al. **Nota Técnica 006/2018 - COPROJ/SINFRA: Palácio do Congresso Nacional. Impermeabilização da plataforma de cobertura. Relatório de valoração enquanto patrimônio cultural (docto. 00100.125359/2018-06)**. Brasília: Senado Federal. Câmara dos Deputados. Documento interno não publicado, 2018.

CARVALHO, Sidney V. **Entrevista concedida ao autor sobre Grupo de Trabalho relativo à notificação do Iphan sobre sistemas de telecomunicação e de proteção contra descargas atmosféricas instalados na cobertura do Anexo I do Senado Federal, em 16/5/2018**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre a preservação patrimonial no Senado Federal em 1º/10/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

CASCIATO, Maristella.; DE JONGE, Wessel. **Extensive research on history of building technology. But will public buildings remain vulnerable in Italy? Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 7, p. 15-17, june 1992.

CASTRO, André. **Do Culto Moderno dos Monumentos ao culto dos monumentos modernos: a valoração na preservação da arquitetura do século XX. Anais do 12º**

**Seminário Docomomo Brasil, Uberlândia, MG. 21 a 24 de novembro de 2017,**  
Uberlândia, MG, 2017.

CASTRO, André et al. **Nota Técnica nº 11/2013 - SINFRA. Subsídios e recomendações para recuperação dos panos de vidro e do sistema de brise-soleil do Anexo I do Senado Federal.** Brasília: Senado Federal (Documento Interno não publicado), 2013.

CASTRO, André.; CARVALHO, Juliano L. D. **Nota Técnica 001/2017 - SINFRA:** Define diretrizes de arquitetura para o Edifício Principal e Anexo 1, no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos para o Contrato nº 0163/2016. (Docto. 00100.087654/2017-68). Brasília: Senado Federal. Documento interno não publicado, 2017.

CASTRO, André.; CARVALHO, Juliano. L. D.; CARVALHO, Sidney V. **Nota Técnica nº08/2013 - SINFRA/COPRIN. Parecer Técnico com diretrizes e propostas para ordenamento do uso de espaço físico pelas unidades administrativas e parlamentares no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.** Brasília: Documento interno não publicado, 2013.

CASTRO, André.; CARVALHO, Sidney. Senado Federal - O edifício e sua história. **Senatus: Cadernos das Secretaria de Informação e Documentação**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 156-195, abr. 2010.

CATANI, Afrânio M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan-mar 2011.

CATANI, Afrânio M. et al. (Eds.). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAVALCANTI, Lauro. Oscar Niemeyer: a trajetória de uma revolução. In: IPHAN **Processo de tombamento nº 1550-T-07. Conjunto de Obras do arquiteto Oscar Niemeyer.** Brasília: Coordenação de Pesquisa e Documentação. Arquivo Central do Iphan. IPHAN, 2007. p. 11-28.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Campus, 2005.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade : Editora UNESP, [1992] 2001.

CHUVA, Márcia. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** 3ª. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Secretaria de Cultura do Distrito Federal, [1957] 2014.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para a preservação da integridade do Plano Piloto. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. **Brasília - Antologia Crítica.** 1ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, [1990] 2012. p. 292-293.

COUNCIL OF EUROPE. **Recommendation No. R (91) 13 of the Committee of Ministers to Member States on the Protection of the Twentieth-Century Architectural Heritage.** Council of Europe. Committee of Ministers. [S.l.]. 1991.

CUNHA, Cláudia. D. R. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan.** Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP, 2010.

\_\_\_\_\_. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. **Resenhas Online**, São Paulo, v. 03, n. 032.03, ago. 2004. Disponível em:

<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Restauração: método e projeto. **Resenhas online. Vitruvius**, São Paulo, n. 069.03, set 2007. Disponível em:

<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/06.069/3104>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

D'ORMESSON, J. Quase nada sobre quase tudo. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DAVIS, Colin. Prescription for a health care. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, n. 3, p. 28-31, jun 1990.

DE JONGE, Wessel. Maintaining the moderns - Updated edition of a reference work. Book Review. In: DE JONGE, W.; DOOLAAR, A. **Docomomo Journal 12**. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, v. 12, 1994. p. 20-21.

\_\_\_\_\_. An image of Dutch clarity restored. Rietveld's Biennale Pavilion in Venice (1953-1954). **Docomomo Journals**, Eindhoven, n. 14, p. 57-60, nov 1995.

\_\_\_\_\_. Editorial. **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 15, p. 3, jul 1996.

DE JONGE, Wessel.; DOOLAAR, Arjan. (Eds.). **Docomomo Journal 11**. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, v. 11, 1994.

DE LA MORA, Luís. Os desafios a superar para desenvolver programas de conservação urbana integrada. In: ZANCHETTI, S. M. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 233-237.

DOCOMOMO. International Working-Party for Documentation and Restoration of Early Modern Architecture. First Newsletter August 1989. **Docomomo Journals**, Eindhoven, Holanda, v. 1, august 1989.

DUNETT, James. Controversy over refurbishment in London. The Cohen House (Mendelsohn and Chermayeff, 1935). **Docomomo Journal**, Eindhoven, v. 9, p. 38-40, Jul 1993.

EUA. DEPARTMENT OF INTERIOR. NATIONAL PARK SERVICE. **National Register Bulletin. How to Complete the National Register Registration Form**. Washington, DC: National Park Service, 1997.

FABRIS, Annateresa. Os Valores do Monumento. In: RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem**. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FEILDEN, Bernard. M. **Conservation of Historic Buildings**. 3rd. ed. Oxford / Burlington: Elsevier / Architectural Press, 2003.

FERRO, Maximilian. L. Scrape vs. Antiscrape: A Modern American Perspective. **Bulletin of the Association for Preservation Technology**, v. 17, n. 3/4, p. 21-25, 1985.

FERRO, Sérgio. Brasília, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. In: FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, [2003] 2006. p. 305-318.

\_\_\_\_\_. O Canteiro e o Desenho. In: FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 1976/2006. p. 105-200.

\_\_\_\_\_. Brasília, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. In: FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2003/2006. p. 305-318.

FICHER, Sylvia. Senzala e Casa Grande. **5º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto**. PUC/Campinas, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Arquitetos da Poli**: Ensino e Profissão em São Paulo. São Paulo: Fapesp. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. Historiografia e documentação. In: CASTRIOTA, L. B. **Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura**. Belo Horizonte: IEDS e Annablume, 2011. p. 251-9.

\_\_\_\_\_. Censura e autocensura. Arquitetura brasileira durante a ditadura militar. **Drops / Vitruvius**, São Paulo, v. 14, n. 080.09, maio 2014. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.080/5192>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Brasília: das imprevidentes baixas densidades à imprudente verticalização. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 279-298, mai/ago 2018.

FICHER, Sylvia.; SCHLEE, Andrey. **Guia das Obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 Anos**. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil; Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

FICHER, Sylvia.; SCHLEE, Andrey. R.; FRANCISCONI, Jorge. G. Brasília, causos e casuismos patrimoniais. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 357-74.

FITCH, James. M. The Philosophy of Restoration. Williamsburg to the Present. In: SAWIN, M. **Selected Writings on Architecture, Preservation, and the Built Environment**. New York and London: W. W. Norton & Company, [1992] 2006. p. 172-181.

\_\_\_\_\_. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. São Paulo: FAUUSP, 1981.

\_\_\_\_\_. **Historic Preservation. Curatorial Management of the Built World**. Charlestone and London: University of Virginia Press, [1982] 1990.

\_\_\_\_\_. The Battle for the Past. Preservation vs Historicism: Postmodernism and the Theme Park. In: FITCH, J. M. **Selected Writings on Architecture, Preservation and the Built Environment**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1994. p. 183-197.

FIXLER, David. Toward APT Consensus Principles for Practice on Renewing Modernism. **APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology**, v. 48, n. 2-3 (Special Issue on Modernism), p. 6-8, 2017.

FORD, Edwaard. R. **The Details of Modern Architecture**. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 1990.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, S/A, 1967.

GALVÃO, Anna. B. A restoration project in Brazil and its theoretical considerations. In: **DOCOMOMO Conference Proceedings. Second International Conference. September 16th-19th, 1992**. Dessau: Docomomo International. Docomomo Germany. Bauhaus Dessau, 1992. p. 195-197.

GEE, Stephen. Modern Matters: principles and practice. English Heritage Conference, November 1995. **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 15, p. 18, jul 1996.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos**. Tradução de Beatriz Mugayar KÜHL. 1ª. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GONÇALVES, Cristiane. S. **Restauração arquitetônica: A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2007.

GOROVITZ, Matheus. **Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Oscar Niemeyer em Brasília. Arquitetura de Niemeyer em Brasília**. Brasília: Superintendência do IPHAN no DF, 2007.

GREMENTIERI, Fabio. The preservation of nineteenth- and twentieth-century heritage. In: VAN OERS, R.; HARAGUCHI, S. **World Heritage Papers nº 5. Identification and Documentation of Modern Heritage**. Paris, França: UNESCO. World Heritage Centre, 2003. p. 83-89.

HARTMAN, Hattie. The restoration of the Alvorada Palace. **Docomomo Journal: Brasília 1960-2010**, Barcelona, v. 2010/2, n. 43, p. 56-59, winter 2010.

HENKET, Hubert-Jan. The icon and the Ordinary. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 8, p. 36-38, jan 1993.

\_\_\_\_\_. To how Recent should the past be to be Preserved? **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 13, p. 18, jun 1995.

HENKET, Hubert-Jan.; TUMMERS, N. Authenticity of the Modern Movement. In: LARSEN, K. E. **Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention, Nara, Japan. 1-6 November 1994**. Paris, Tokyo, Rome: UNESCO World Heritage Centre, Agency for Cultural Affairs (Japan), ICCROM, ICOMOS, 1995. p. 327-328.

HOLANDA, Frederico. D. **Oscar Niemeyer. Vidro e Concreto**. Brasília: FRBH Edições, 2011.

HUGHES, Helen. Sharing Conservation Decisions or Who's afraid of Cesare Brandi? **Icon News. The magazine of the Institute of Conservation**, London, n. 9, p. 40-42, march 2007.

ICOMOS. **ISC20C. Conferencia Internacional CAH20thC**. Criterios de Intervención en el Patrimonio Arquitectónico del Siglo XX. Madri: Ministério de Cultura. 2011b.

\_\_\_\_\_. **Documento de Madri**. Madri: ICOMOS. 2011.

\_\_\_\_\_. **Approaches to the conservation of Twentieth-Century Cultural Heritage - Madrid - New Delhi Document**. ICOMOS - ISC20C. Delhi, India. 2017.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation nº 445. December 31, 1986**. ICOMOS. Paris. 1987.

\_\_\_\_\_. **Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas (Carta de Washington)**. Washington, EUA: IPHAN, 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

JANDL, H. Ward. With heritage so shiny: the Aluminaire. America's first ali aluminum house. In: DE JONGE, W.; DOOLAAR, A. **Docomomo Journal 12**. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, v. 12, 1994. p. 42-45.

JENCKS, Charles. **The Language of Post-Modern Architecture**. 6ª. ed. New York: Rizzoli International Publications, Inc, [1977] 1991.

\_\_\_\_\_. **Modern Movements in Architecture**. Garden City, New York: Anchor Books / Anchor Press / Doubleday, 1973.

JOKILEHTO, J. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETI, S. M. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 11-19.

\_\_\_\_\_. Continuity and change in recent heritage. In: VAN OERS, R.; HARAGUCHI, S. **World Heritage Papers nº 5. Identification and Documentation of Modern Heritage**. Paris, França: UNESCO. World Heritage Centre, 2003. p. 102-109.

\_\_\_\_\_. **A History of Architectural Conservation**. 2nd. ed. Abingdon / New York: Routledge, 2018.

KAIRAMO, Maija. Protection, Conservation and Rehabilitation of Alvar Aalto's works in Finland. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 5, p. 33-36, jun 1991.

KATINSKY, Júlio. R. **Leituras de arquitetura, viajens, projetos (Tese de Livre Docência)**. São Paulo: FAUUSP, 1989.

KOOLHAAS, Rem. **CRONOCAOS. OMA: Venice Biennale 2010**. Venice: Venice Biennale Exhibition, 2010. Disponível em: <<https://oma.eu/projects/venice-biennale-2010-cronocaos>>. Acesso em: 23 set. 2019.

- \_\_\_\_\_. **Preservation is overtaking us**. Nova York: Columbia University Press, 2014.  
Disponível em:  
<<https://www.arch.columbia.edu/books/reader/6preservationisovertakingus>>.
- KÜHL, B. M. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre Restauração. In: BOITO, C. **Os Restauradores**. 2ª. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. p. 9-27.
- \_\_\_\_\_. Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. 4ª. ed. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. p. 9-24.
- \_\_\_\_\_. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, jul-dez 2010.
- \_\_\_\_\_. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição. In: GIOVANNONI, G. **Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos**. 1ª. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. p. 11-29.
- \_\_\_\_\_. Questões contemporâneas de restauro: a viabilidade da restauração. In: SALCEDO, R. F. B.; BENINCASA, V. **Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano**. Bauru, SP: Canal 6, 2017. p. 89-107.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe.; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia. Antropologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, A. M., et al. **Vocabulário Bourdieu**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- LEROY, Aline. Reflections of the Golden Age. Restoration and design project for two villa's by Mallet-Stevens. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 6, p. 55-59, nov 1991.
- LEWANDOWSKI, Andressa. **O Direito em Última Instância: Uma Etnografia do Supremo Tribunal Federal**. (Tese de doutorado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2014.
- LIMA, Bruna B.; ZANONI, Vanda. A. Método de análise do estado de conservação para sistemas de revestimento de fachada em mármore: O caso do Congresso Nacional. **13º Seminário Docomomo Brasil**, Salvador, outubro 2019.
- LIMA, Jayme. W. **Tem que tombar? Patrimônio moderno e forma alternativa de conservação. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo)**. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2017.
- LONGSTRETH, Richard. Letters to DOCOMOMO. Preserving the Recent Past Conference. **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 14, p. 5, nov 1995.
- MACDONALD, Susan. Technical Response to Typical Conservation Problems or Architecture in England after the War - current Research and Case Studies from English Heritage (Publicado originalmente na Foruth Docomomo International Conference). In: KECHENG, L.; TOSTÕES, A. **Docomomo International 1988-2012: Key Papers in Modern Architectural Heritage Conservation**. Beijing: China Architecture & Building Press, 1996/2014. p. 56-66.
- \_\_\_\_\_. Foreword. In: MACDONALD, S. **Modern Matters. Principles and practice in conserving recent architecture**. Shaftesbury: Donhead / English Heritage, 1996a. p. xix-xxi.
- \_\_\_\_\_. Reconciling authenticity and repair in the conservation of modern architecture. In: MACDONALD, S. **Modern Matters. Principles & practice in conserving recent architecture**. Shaftesbury, UK: English Heritage / Donhead Publishing, 1996b. p. 87-100.

\_\_\_\_\_. Authenticity Is More than Skin Deep: Conserving Britain's Postwar Concrete Architecture. **ATP Bulletin: The Journal of Preservation Technology**, v. 28, n. 4, p. 37-44, 1997.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: MACDONALD, S. **Concrete. Building Pathology**. Oxford, UK: Blackwell Science Ltd, 2003. p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. **Unloved Moderns Conference**, Sydney, Australia, 2009. Disponível em: <[http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009\\_UnlovedModern\\_Macdonald\\_Susan\\_Materiality\\_Paper.pdf](http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. **Unloved Moderns Conference**, Sydney, Australia, 2009.

\_\_\_\_\_. Integrating Modern Heritage into the Continuum of Conservation Practice. In: NORMANDIN, K.; MACDONALD, S. **A Colloquium to Advance the Practice of Conserving Modern Heritage. Meeting Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2013. p. 34-41.

MACDONALD, Susan.; OSTERGREN, Gail. **Developing an Historic Thematic Framework to Assess the Significance of Twentieth-Century Cultural Heritage: An Initiative of the ICOMOS International Scientific Committee on Twentieth-Century Heritage. Meeting Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute / ICOMOS, 2011.

MACEDO, Danilo. M. Arquitetura em transição: interpretação do trabalho de Oscar Niemeyer a partir de seu discurso – 1955-1962. **Danilo Matoso Macedo. Arquiteto e Urbanista**, 2000. Disponível em: <<https://danilo.arq.br/textos/arquitetura-em-transicao-interpretacao-do-trabalho-de-oscar-niemeyer-a-partir-de-seu-discurso-1955-1962/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Da matéria à invenção: As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955**. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 2008.

\_\_\_\_\_. Documentação e patrimônio edificado recente. **I Seminário Latino-Americano Arquitetura e Documentação**, Belo Horizonte, agosto 2008.

\_\_\_\_\_. Poder público e patrimônio recente. **9º seminário docomomo brasil**, Brasília, Junho 2011.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o Plano de Preservação da Câmara dos Deputados em 29/8/2019**. Brasília: Não Publicada, entrevista 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o Plano de Preservação da Câmara dos Deputados em 29/8/2019**. Brasília: Não Publicada, Entrevista, 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o projeto de restauração da plataforma do Edifício Principal do Congresso Nacional, em 3/9/2019**. Brasília: Não Publicada, Entrevista, 2019.

MACEDO, Danilo. M.; FICHER, Sylvia. Brasília: Preservation of a modern city. **The Getty Conservation Institute Newsletter**, v. 28, n. 1, spring 2013. Disponível em: <[https://www.getty.edu/conservation/publications\\_resources/newsletters/28\\_1/brasilia.html](https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/28_1/brasilia.html)>. Acesso em: 16 set. 2019.

MACEDO, Danilo. M.; LIMA, Bruna. B.; SILVA, Élcio. G. D. Aço e alumínio nas fachadas na Câmara dos Deputados. **Anais do IV Seminário Docomomo Sul**, Porto Alegre, 2013.

MACEDO, Danilo. M.; SILVA, Élcio. G. Classicismo, Coordenação Modular e habitação. **IV colóquio de pesquisas em habitação – Coordenação Modular e Mutabilidade. Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 14/08/2007**, Belo Horizonte, 2007.

\_\_\_\_\_. Brasília, the Palace of Congress and their Urban Changes. **Docomomo Journal. Brasília 1960-2010**, n. 43, winter 2010.

\_\_\_\_\_. Ordens tectônicas no Palácio do Congresso Nacional. **Vitruvius - Arquitectos**, São Paulo, v. 11, n. 131, abril 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.131/3829>>.

MACEDO, Danilo. M.; SOBREIRA, Fabiano. J. A. (Eds.). **Forma estática - forma estética: ensaios de Joaquim Cardozo sobre Arquitetura e Engenharia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

MACEDO, Danilo. M.; SOBREIRA, Fabiano. J. A. Temas e questões no pensamento de Joaquim Cardozo sobre Arquitetura e Engenharia. **I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010**, Rio de Janeiro, 2010.

MALLIET, Jef. Concrete structure of Guggenheim Museum in New York recently improved. **Docomomo Journal**, Eindhoven, v. 9, p. 57-61, jul 1993.

MATERO, Frank. G. Loss, Compensation, and Authenticity: The Contribution of Cesare Brandi to Architectural Conservation in America. **FutureAnterior. Journal of Historic Preservation, History, Theory, and Criticism**, New York, v. IV, n. 1, p. 45-58, Summer 2007.

MEDEIROS, Valério. A. S.; CUNHA, Izabela. R. M. **Plano Diretor de Uso dos Espaços: Caderno Técnico 01. Conceitos, ações e diretrizes preliminares sobre o planejamento dos espaços físicos na Câmara dos Deputados**. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados, 2014.

MEURS, Paul. Cardboard modernism... can't young monuments look old? **Docomomo Journal**, Eindhoven, v. 10, p. 47-50, Nov 1993.

MIRANDA, Marcos P. D. S. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Doutrina - Jurisprudência - Legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONEO, Rafael. Paradigmas fin de siglo: Los noventa, entre la fragmentacion y la compacidad. **Arquitectura Viva**, Madrid, p. 17-24, mayo-junio 1999.

MOREIRA, Fernando. D. Os Desafios Postos pela Conservação da Arquitetura Moderna. In: SEGRE, R., et al. **Arquitetura + Arte + Cidade: Um Debate Internacional**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010.

\_\_\_\_\_. A formação do arquiteto e o patrimônio recente. **9º seminário docomomo Brasil. Brasília. junho de 2011**, Brasília, 2011.

MOREIRA, Fernando. D.; PINTO, Fernanda. H. A conservação do concreto e os valores da arquitetura moderna: os casos da FAUUSP e da CELPE. In: SANTOS, M. S.; GNOATO, S. **Anais do X Seminário Docomomo Brasil, Arquitetura Moderna e Internacional: Conexões Brutalistas 1955-75**. Porto Alegre, RS: PROPAB/UFRGS, 2013.

MORRIS, William.; WEBB, Phillip. **The SPAB Manifesto**. Londres: Society for the Protection of Ancient Buildings (SPAB), 1877. Disponível em: <<https://www.spab.org.uk/about-us/spab-manifesto>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. "Who is Afraid of Cesare Brandi?" Personal reflections on the Teoria del Restauro. **CeROArt [Online]**, HS, p. 1-13, Jun 2015.

NASCIMENTO, Flávia. B. D. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural** (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo., 2011.

NAVARRO, Joseph. Preserving the Empire State Building - Mass production of assembly appears irreversible. **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 12, p. 56-59, nov 1994.

- NIEMEYER, Oscar. Depoimento. **Módulo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 3-6, fev. 1958.
- NORMANDIN, Kyle. Physical Conservation Challenges Facing Modern Architecture. In: NORMANDIN, K.; MACDONALD, S. **A Colloquium to Advance the Practice of Conserving Modern Heritage. Meeting Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2013. p. 42-48.
- OKSMAN, Sílvia. **Contradições da preservação da arquitetura moderna. Tese de Doutorado**. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- OLIVEIRA, Fabiana. L. D. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51(2), p. 133-143, maio/agosto 2015.
- OLIVEIRA, Luiz. A. P. Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília. In: SERRA, N. D. C. **Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. p. 123-136.
- OLIVEIRA, Pedro. P. Illusio: aquém e além de Bourdieu. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 529-543, 2005.
- OTERO-PAILOS, Jorge. Restoration Redux: Top architects are tackling historic buildings in surprising ways. **Architectural Record**, 2012. Disponível em: <<https://www.architecturalrecord.com/articles/7402-restoration-redux>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. Experimental Preservation: The Potential of Not-Me Creations. In: OTERO-PAILOS, J.; LANGDALEN, E. F.; ARRHENIUS, T. **Experimental Preservation**. Zurich, Switzerland: Lars Muller Publishers, 2016. p. 11-40.
- \_\_\_\_\_. Preservation Art. Entrevista a Katherine Malone-Fance. **Forum Journal**, v. 30, n. 3, p. 7-18, Spring 2016.
- \_\_\_\_\_. **Historic Preservation: Theory and Practice** (Notas de aula da disciplina ministrada no 2º semestre/2018) Programa de Pós-Graduação em Historic Preservation da Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Columbia University em Nova York. Nova York: Notas de aula. Não publicado, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Historic Preservation: Theory and Practice** (Notas de aula) Programa de Pós-Graduação em Historic Preservation da Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Columbia University em Nova York. Nova York: Notas de aula. Não publicado, 2018.
- OTERO-PAILOS, Jorge.; LANGDALEN, Erik. F.; ARRHENIUS, Thordis. (Eds.). **Experimental Preservation**. Zurich, Switzerland: Lars Muller Publishers, 2016.
- OUTHWAITE, William.; BOTTOMORE, Tom. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PANE, Andrea. Atualidade de Gustavo Giovannoni. In: GIOVANNONI, G. **Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos**. Tradução de Beatriz Mugayar KÜHL. 1ª. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. p. 31-52.
- \_\_\_\_\_. The roots of the Venice Charter. **Loggia**, n. 27, p. 8-23, 2014.
- PEARMAN, Hugh. Redoing in style. New exhibition by DOCOMOMO-UK. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 7, p. 18-19, June 1992.
- PEDROSA, Patrícia C. **Significância cultural como critério pra conservação do patrimônio mundial (Dissertação de Mestrado)**. Recife, PE: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- PERPÉTUO, Thiago. P. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Dissertação (Dissertação (Mestrado

- Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN). Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.
- PINHEIRO, Maria L. B. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura - Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 9-47.
- PRICE, Nicholas. S.; TALLEY JR., M. Kirby.; MELUCCO, Alessandra. V. (Eds.). **Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.
- PRUDON, Theodore. H. M. **Preservation of Modern Architecture**. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2008.
- RAMOS, Karina. F. **A Preservação de Brasília: Reflexos da Formação do Conceito de Patrimônio Cultural**. Brasília: Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005.
- RAPPAPORT, Nina.; PRUDON, Theodore. Preservation of landmarks. Curtain walls in New York. **Docomomo Journal**, Eindhoven, n. 15, p. 26-27, jul 1996.
- REBEL, Ben. The Essence of the Modern Movement. In: **DOCOMOMO Conference Proceedings. Second International Conference. September 16th-19th, 1992**. Dessau: Docomomo International. Docomomo Germany. Bauhaus Dessau, 1992. p. 52-58.
- REDINI, Maria. C. Italian Holiday Colonies. Witnesses of an Era. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 5, p. 43-51, june 1991.
- REIS, Carlos. M. **Brasília: Espaço, Patrimônio e Gestão Urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Gestão de Centros Históricos no Brasil: As cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. O GT Brasília e a Memória da Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade. In: REIS, C. M.; RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. **GT Brasília: Memórias da Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal**. Brasília, DF: Iphan DF, 2016. p. 5.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao Jornalista Severiano Francisco**. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Brasília. 2016.
- REIS, Carlos M.; RIBEIRO, Sandra B.; PERPÉTUO, Thiago P. (Eds.). **GT Brasília: Memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Brasília, DF: Iphan DF, 2016.
- REIS, Nestor. G. Proposta de tombamento de conjunto da obra do Arquiteto Oscar Niemeyer - Conselheiro Nestor Goular Reis. In: IPHAN **Processo de tombamento nº 1550-T-07. Conjunto de Obras do arquiteto Oscar Niemeyer**. Brasília: Coordenação de Pesquisa e Documentação. Arquivo Central do Iphan. IPHAN, 2007. p. 231-236.
- RENCKENS, Just. A future for curtain walls. Typology, development, lifespan and refurbishment. **Docomomo Journals**, Eindhoven, n. 15, p. 39-42, jul 1996.
- RIBEIRO, Sandra. B. **Brasília: Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.
- RIBEIRO, Sandra. B.; PERPÉTUO, Thiago. (Eds.). **Patrimônio em transformação. Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Brasília: IPHAN DF, 2017.
- RIBEIRO, Sandra. B.; PERPÉTUO, Thiago. Na Tessitura das Memórias a Tecitura de uma História: o GT Brasília e os Desafios no Âmbito do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. In: REIS, C. M.; RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. **GT Brasília: Memórias da**

Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Brasília, DF: Iphan DF, 2016. p. 8-14.

RIEGL, Alöis. **O culto moderno dos Monumentos: A sua essência e a sua origem**. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1903/2014.

RODRIGUES, Emerson. **Cidade buraco V.1**. Goiânia: Tuci - Nega, 2017.

ROSSETTI, Eduardo. P. Brasília-patrimônio. Cidade e arquitetura moderna encarando o presente. **Arquitextos**, São Paulo, v. 13, n. 149.07, out 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13149/4547>>. Acesso em: 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Brasília-patrimônio: desdobrar desafios e encarar o presente. **Arquitextos**, São Paulo, v. 14, n. 159.02, ago 2013.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 2ª Edição, 2013. ed. Cotia, SP: Ateliê, [1849] 2008.

SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. In: MACDONALD, S. **Modern Matters: principles and practice in conserving recent past**. Shaftesbury: English Heritage / Donhead Publishing, 1996. p. 15-27.

SALVO, Simona. **Restaurare il Novecento. Storia, esperienze e prospettive in architettura**. Macerata, Italia: Quodlibet s.r.l., 2016.

SANMARTÍ, Jaume. Restoration of the Casa Bloc in Barcelona. A split property regaining its clarity. **Docomomo Journal** 10, Eindhoven, v. 10, p. 55-58, nov 1993.

SAPIRO, Gisèle. Prática (teoria da). In: CATANI, A. M., et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 296-298.

SCHLEE, Andrey R.; FICHER, Sylvia. Listing and Protecting the MoMo. Brazil/Brasília. **docomomo journal**, Barcelona, v. 2, p. 6-7, 2010.

SCHNEIDER, Anderson. **Entrevista concedida ao autor sobre aspectos gerais da preservação histórica no Supremo Tribunal Federal em 6/11/2019**. Brasília: Não publicado, Entrevista, 2020.

SCHÖN, Donald. A. **The reflective practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

SILVA, Élcio G. D.. **Os palácios originais de Brasília. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Nações Unidas e Congresso Nacional. Conexões e Preservação**. Brasília, DF: Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Os palácios originais de Brasília**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre a preservação na Câmara dos Deputados, em 5/6/2018**. Brasília: Não Publicado, Entrevista, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o Plano de Preservação da Câmara dos Deputados, em 10/9/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre o projeto de restauração da plataforma do Edifício Principal do Congresso Nacional, em 17/9/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

SILVA, Élcio G. D.; SÁNCHEZ, José M. M. Arquitetura dos Anexos na Praça dos Três Poderes: O caso do Congresso Nacional. **Anais do 7º Seminário do.co.mo.mo\_brasil, o moderno já passado o passado no moderno : reciclagem, requalificação, rearquitetura**, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Jéssica. G. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)**. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

SILVA, Paula. M. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2012.

SOARES, Ísis. S. R.; OLIVEIRA, Cláudia. T. D. A. Preservação arquitetônica: teoria, legislação e prática. **Revista CPC**, São Paulo, n. 15, p. 137-162, nov./2012, abr/2013 2013.

SOBREIRA, Fabiano. J. A. **Dinâmicas do jogo. Concursos de arquitetura em revista: 1935 a 1971**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida ao autor sobre projeto e obra de acessibilidade física do Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, em 4/10/2019**. Brasília: Não publicada, Entrevista, 2019.

STEVENS, Garry. **O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Tradução de Lenise Garcia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

STOVEL, Herb. Working Towards the Nara Document. In: LARSEN, K. E. **Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention. Nara, Japan, 1-6 November 1994. Proceedings**. Paris, Tokyo, Rome: UNESCO World Heritage Centre. Agency for Cultural Affairs, Japan. ICCROM. ICOMOS, 1995. p. xxiii - xxxvi.

STRAPPA, Giuseppe. Those Buildings Condemned to Eternity. **Docomomo Newsletter**, Eindhoven, v. 5, p. 6-7, June 1991.

TORRE, Marte D. L. **Assessing the values of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

TOSTÕES, Aana.; KECHENG, Liu. (Eds.). **Docomomo International 1988-2012: Key Papers in Modern Architectural Heritage Conservation**. [S.l.]: China Architecture & Building Press, 2014.

UNDERWOOD, David. **Oscar Niemeyer e o Modernismo de Formas Livres**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris: UNESCO. 1972. p. 16.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. Comitê Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Centro do Património Mundial. Lisboa: UNESCO, 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. Edição em Português. Versão 2017**. Lisboa: Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Comissão Nacional da UNESCO - Portugal, 2018.

UNESCO. WHC. Brasília. **World Heritage Centre**, 1987. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/445>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

UNESCO/ICCROM/ICOMOS. **Conferência de Nara. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Cultural**. Documento de nara. Nara, Japão: Iphan. 1994.

VAN BALEN, Koenraad. The Nara Grid: An Evaluation Scheme Based on the Nara Document on Authenticity. **Association for Preservation Technology International - ATP Bulletin**, v. 39, n. 2/3, p. 39-45, 2008.

VAN OERS, Ron. Introduction to the Programme on Modern Heritage. In: VAN OERS, R.; HARAGUCHI, S. **World Heritage Papers n° 5. Identification and Documentation of Modern Heritage**. Paris, França: UNESCO. World Heritage Centre, 2003.

VARAGNOLI, Claudio. Presentazione. In: SALVO, S. **Restaurare il Novecento. Storia, esperienze e prospettive in architettura**. Macerata, Italia: Quodlibet, 2016. p. 7-9.

VENTURI, Robert. **Complexity and contradiction in architecture**. 2ª. ed. New York / Chicago: The Museum of Modern Art / Graham Foundation for Advanced Studies in Fine Arts, 1966/1977.

VIDESOTT, Luisa. Os Candangos. **Risco. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanism, eesc-usp**, São Paulo, SP, n. 7, jan 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. **Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar KÜHL. 4ª. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, [1854-1868] 2006.

WEEKS, Kay D.; GRIMMER, Anne E. **The Secretary of the Interior's standards for the treatment of historic properties**: with guidelines for preserving, rehabilitating, restoring & reconstructing historic building. Washington, D.C.: U.S. Department of the Interior. National Park Service, 1995.

WOLFE, Tom. **Da Bauhaus ao nosso Caos**. Tradução de Lia WYLER. Rio de Janeiro: Rocco, [1981] 1990.

YANEVA, Albena. **Made by the Office for Metropolitan Architecture: An ethnography of design**. Rotterdam: 010 Publishers, 2009.

ZANCHETI, Sílvio. M.; HIDAKA, Lúcia T. F. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. **Textos para Discussão - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI**, Olinda, v. 57, 2014.

ZERRES, Eberhard. A curtain wall replaced from head to toe. The Thyssen Haus in Düsseldorf (1957). **Docomomo Journals**, Eindhoven, n. 15, p. 54-57, jul 1996.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Congresso Nacional, Brasília, DF. A divisão entre as áreas sob gestão do Senado (à esquerda da linha tracejada) e da Câmara dos Deputados (à direita). Ver Figura 41 a Figura 43, p.132 a 134, para uma demonstração mais precisa dessa divisão. ....	3	Figura 22 – Relatório do Plano Piloto de Brasília, Praça dos Três Poderes (Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa ([1957] 2014, p. 37) .....	104
Figura 2 – Árvore Evolutiva, 1920-70. Fonte: JENCKS (1973, p. 28).....	10	Figura 23 – Relatório do Plano Piloto de Brasília, Praça dos Três Poderes (Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa .....	104
Figura 3 – Independence Hall, Filadélfia, EUA (1732-1735). Foto do autor, 2019.....	29	Figura 24 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Estudos Preliminares. Fonte: KATINSKY (1989, p. 78) .....	105
Figura 4 – Independence Hall, Filadélfia, EUA. Assembly Room. (1732-1735). Foto do autor, 2019). ....	30	Figura 25 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Construção. Estrutura em concreto armado da cúpula invertida da Câmara dos Deputados. Foto: Marcel Gautherot. Fonte: Estado de São Paulo. ....	107
Figura 5 – Terminal TWA, Nova York, EUA (arquitetura: Eero Saarinen, 1962; restauro e readaptação: Beyer Blinder Belle, 2019). Foto do autor, 2019.....	37	Figura 26 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Construção. Estrutura em concreto armado da cúpula do Senado Federal. Foto: Marcel Gautherot. Fonte: Estado de São Paulo.....	107
Figura 6 - Casa de Vidro, New Canaan, EUA (Philip Johnson, 1949). Foto do autor, 2015.....	40	Figura 27 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Inauguração. Fonte: COMAP/Senado Federal. Autoria não identificada.....	109
Figura 7 - Edifício-Sede da Organização das Nações Unidas - ONU, Nova York, EUA (Wallace Harrison e equipe, 1952; renovação: RSG Architects, 2014). Foto do autor, 2019 .....	44	Figura 28 – Brasília, DF. Operários da construção do Congresso Nacional. Foto: Alberto Ferreira. Fonte: <a href="http://albertoferreira.art.br/brasil/">http://albertoferreira.art.br/brasil/</a> .....	111
Figura 8 - Proposta para seleção dos registros de obras modernas a serem feitas pelo DOCOMOMO (HENKET, 1993, p. 37).....	45	Figura 29 – Congresso Nacional, Brasília, DF. Mensagens escritas pelos operários à época da construção no espaço entre as lajes da cobertura do edifício principal. Fonte: Sítio web: Câmara dos Deputados (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).....	112
Figura 9 - Franklin Court, Filadélfia, EUA, (Robert Venturi e Denise Scott-Brown, 1976) (foto do autor, 2019).....	50	Figura 30 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Ampliação concluída em 1970. Fonte: ÉlCIO SILVA (SILVA, 2012, p. 495). 114	
Figura 10 - Modernização do Museu do Louvre, Paris, França (I. M. Pei, 1983-1993) (foto do autor, 2010).....	51	Figura 31 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Ampliação concluída em 1970. Fonte: Foto do Autor, 2019.....	114
Figura 11 - Revitalização da estação Grand Central Terminal, Nova York, EUA (Beyer Blinder Belle, 1994-atualidade). Foto do autor, 2019. ....	52	Figura 32 – Congresso Nacional, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957-1960. Plenário da Câmara dos Deputados (Projeto de Reforma: Oscar Niemeyer/João Filgueiras Lima, 1971-72). Fonte: Acervo Câmara dos Deputados/DETEC. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).....	115
Figura 12 - Revitalização da estação Grand Central Terminal, Nova York, EUA (Beyer Blinder Belle, 1994-atualidade). Foto do autor, 2019. ....	53	Figura 33 – Congresso Nacional, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957-1960. Plenário da Câmara dos Deputados (Projeto de Reforma: Oscar Niemeyer/Cydney Oliveria, 1971-72). Fonte: Acervo Câmara dos Deputados/DETEC. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014) .....	116
Figura 13 – Palácio do Alvorada, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1957; restauração: Sérgio Brasileiro, 2005). Foto do autor, 2009. ....	82	Figura 34 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Salão Azul, Senado Federal (Projeto de Reforma não executado: Oscar Niemeyer, 1974-1977). Fonte: Acervo Senado Federal / SINFRA. ....	116
Figura 14 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Foto do autor, 2020.....	98	Figura 35 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Salão Azul, Senado Federal. Foto do autor, 2019.....	117
Figura 15 – Complexo Arquitetônico principal da Câmara dos Deputados. Fonte: MEDEIROS E CUNHA (2014, p. 22) .....	99	Figura 36 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Anexo I, fachada norte com brises-soleil instalados em 1986. Foto do autor, 2019.....	117
Figura 16 – Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Fonte: Senado Federal. ....	99	Figura 37 – Delimitação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Fonte: Portaria nº 166/2016, Anexo I (BRASIL. IPHAN, 2016) .....	121
Figura 17 – Anexo 2, Senado Federal, Brasília, DF (Arquitetura: Oscar Niemeyer, 1977). Foto do autor, 2010. ....	100	Figura 38 – Carta de Oscar Niemeyer ao Ministro da Cultura, enviando a relação de edifícios que o arquiteto gostaria de ver tombados, dando início ao Processo de Tombamento 1550-T-07 (BRASIL. IPHAN, 2007, p. 2) .....	125
Figura 18 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Foto do autor, 2020.....	101		
Figura 19 – Manifestação popular, 2013. Foto: Lia de Paula / Agência Senado .....	102		
Figura 20 – Instauração da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Foto: Arquivo Câmara dos Deputados .....	102		
Figura 21 – Cronograma de construção do Palácio do Congresso Nacional. Fonte: ÉlCIO SILVA (2012, p. 53).....	103		

Figura 39 – Congresso Nacional, Brasília, DF. Painel de Athos Bulcão no Salão Verde. Foto do autor, 2019.....	126
Figura 40– Palácio do Congresso Nacional. Localização. Fotografia aérea, 1997. Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH/DF.....	131
Figura 41– Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Edifício Principal, Subsolo 1 e Térreo. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal/SINFRA.....	132
Figura 42– Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Edifício Principal, Primeiro e Segundo Pavimentos. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal/SINFRA.....	133
Figura 43– Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Anexo I, Térreo (1º Pavimento) e 14º Pavimento. Levantamento (2018/2019). Fonte: Senado Federal. Em azul, as áreas sob gestão do Senado Federal. Em verde, as áreas sob gestão da Câmara dos Deputados.....	134
Figura 44 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Desenvolvimento – Arquitetura – Alvenaria – Plantas aprovadas pelo Senador Cunha Melo (nov. 1959). Edifício Principal. Pavimento semienterrado e térreo. Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 229, Anexo II).....	135
Figura 45 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto. Pavimento Semienterrado e Pavimento Térreo (Escala original 1:200). Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / DETEC. (SILVA, 2012, p. 187, 188, volume II). Para os arquitetos Danilo Macedo e Élcio Silva, esse segundo anteprojeto traz a clareza da proposta arquitetônica de Oscar Niemeyer e pode ser considerada uma referência para as intervenções no Edifício Principal. (MACEDO, entrevista, 2019; SILVA, Entrevista, 2019).....	136
Figura 46 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto (1957). Segundo Pavimento (nível Esplanada) e cobertura (Escala original 1:200). Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 188, Anexo II).....	137
Figura 47 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Segundo Anteprojeto (1957). Anexo I. Pavimento Tipo e Corte Longitudinal. (Escala original 1:200). Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados / Detec. (SILVA, 2012, p. 188, Anexo II).....	138
Figura 48 – Estrutura administrativa do Senado Federal. Fonte: <a href="https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura">https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura</a> . (acessado em 02/02/2020).....	140
Figura 49 – Estrutura administrativa da Câmara dos Deputados. Fonte: <a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/textoestrutura">https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/textoestrutura</a> (acessado em 02/02/2020).....	141
Figura 50 – Congresso Nacional, Brasília., DF (Arquitetura Oscar Niemeyer, 10957-1960). Plataforma de cobertura do Edifício Principal. Foto do autor, 2019.....	149
Figura 51 - Congresso Nacional, Brasília, DF. (Arquitetura Oscar Niemeyer, 1957-1960). Adequação para acessibilidade física no Plenário Ulysses Guimarães, Câmara dos Deputados., DETEC, 2006-2014. Foto do autor, 2019.....	163
Figura 52 – Congresso Nacional, Brasília, DF. (Arquitetura Oscar Niemeyer, 1957-1960). Adequação para acessibilidade física no Plenário do Senado., SINFRA, 2018. Foto do autor, 2019.....	166
Figura 53 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal , 2017-2019). Localização. Fonte: DETEC/SINFRA.....	175
Figura 54 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Levantamento arquitetônico e Levantamento Fotográfico.....	176
Figura 55 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal , 2017-2019). Pesquisa histórica Fonte: DETEC/SINFRA.....	177
Figura 56 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Levantamento das intervenções detectadas na Plataforma e análise da concentração de trincas. Há uma clara correlação entre a idade do revestimento o nível de danos por trincas. Fonte: DETEC/SINFRA.....	178
Figura 57 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Mapeamento de Danos. Sujidades e manchas Fonte: DETEC/SINFRA.....	179
Figura 58 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Mapeamento de Danos. Prospecções nos sistemas de impermeabilização e revestimentos. Fonte: DETEC/SINFRA.....	180
Figura 59 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Mecanismos de degradação. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL, 2018).....	181
Figura 60 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015).....	183
Figura 61 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015).....	184
Figura 62 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015). Obra em andamento. Fotos: SINFRA / Senado Federal.....	185
Figura 63 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Reforma para criação de um sanitário feminino no Plenário do Senado Federal (Juliano Carvalho/Senado Federal, 2015). Obra concluída. Fotos: SINFRA / Senado Federal.....	186
Figura 64 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal (DETEC, 2016). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2017).....	188
Figura 65 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal (DETEC, 2016). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2017).....	189
Figura 66 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França.....	190
Figura 67 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França.....	191

Figura 68 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014) .....	193	Figura 79 – Vetores de abordagem do edifício histórico .....	231
Figura 69 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014) .....	194	Figura 80 – Diagrama do espaço de diálogo entre as categorias de preservação (patrimonial) e as categorias de arquitetura, próprias dos respectivos campos.....	248
Figura 70 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014). .....	195	Figura 81 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Foto do autor, out.2019.....	252
Figura 71 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014). .....	196	Figura 82 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Plano de Preservação da Câmara dos Deputados. Intervenções no Edifício Principal. Colégio de Líderes (DETEC, 2016-Obra 2019). Foto: Joana França. (Ver também Figura 65, p.189).....	252
Figura 72 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário Ulysses Guimarães (DETEC, 2006-Obra 2014). Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	197	Figura 83 – Diagrama sobre a relação entre Significância, Valores Patrimoniais e Atributos.....	264
Figura 73 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	199	Figura 84 - "The Nara Grid" - Matriz proposta por VAN BALEN para correlacionar aspectos do Documento de Nara aos valores patrimoniais.....	271
Figura 74 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	200	Figura 85 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Restauração da Plataforma do Edifício Principal (Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2017-2019). Quadro na Nota Técnica de valoração. (CARVALHO, BHERING, et al., 2018)..	273
Figura 75 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	201	Figura 86 – Etapas para o julgamento da integridade e autenticidade de um edifício moderno conforme Paula SILVA (2012, p. 153) .....	275
Figura 76 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	202	Figura 87 – Fluxograma de etapas proposto por Élcio Silva para orientar as decisões de projeto para a preservação do Congresso Nacional a partir do seu estudo de caso no edifício-sede das Nações Unidas (2017, p. 195).....	276
Figura 77 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	203	Figura 88 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Projeto não executado - SINFRA, 2013). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2013). .....	290
Figura 78 – Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Acessibilidade Física ao Plenário do Senado Federal (Oscar Niemeyer, 2006; SINFRA, 2013 e 2018-Obra 2019). Fonte: BRASIL. SENADO FEDERAL (2019).....	204	Figura 89 - Congresso Nacional, Brasília, DF (1960). Substituição do revestimento têxtil no Salão Azul (2011). Foto do autor. ....	303
		Figura 90 – Ministério da Educação e Saúde Pública, Palácio Capanema, Rio de Janeiro, RJ (Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, 1936-1943. Obra de restauro e modernização do edifício. Foto do Autor, 2017.....	309
		Figura 91 – Supremo tribunal Federal, STF, Brasília, DF (Oscar Niemeyer, 1957-1960). Obra de restauro das esquadrias (2019- 2020). .....	309
		Figura 92 – Demolição do Conjunto Habitacional Pruitt Igoe, em St. Louis, Misouri, EUA (1972). Fonte: FIEDERER (2017).....	318

